

ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

ANAIS

XV VICONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino
Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

1. ato ou efeito de conhecer.

2. ato de perceber ou compreender por meio da razão ou da experiência.

27 a 29 de outubro 2016



1. ato ou efeito de conhecer.

2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

substantivo masculino

ISSN 2596-2892 (edição online)
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

ANAIS

XVI
VICONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

27 a 29 de outubro 2016



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:
EMPREENDEDORISMO E O PROFISSIONAL GLOBAL**

**NATAL/RN
2016**

ANAIIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540
Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (16: 2016: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: Empreendedorismo e o profissional global, Natal (RN), 27 a 29 de outubro de 2016. – Natal: UNI-RN, 2016.

2 v. (I, 538 f.; II, 564 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

Fernando Roberto Brandão da Silva (CRB 15/383)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler do UNI-RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Reitor – Prof^o. Daladier Pessoa Cunha Lima
Vice-Reitora – Prof^a. Angela Maria Guerra Fonseca
Assessoria do Reitor – Maura Marjorie Gomes Nogueira
Assessoria de Comunicação e Marketing – Bruno Felix de Araújo
Secretaria Geral – Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus – Josefa Arioene Medeiros
Biblioteca – Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica – Prof^a. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Coordenação Estágios e Convênios – Prof^o. Alcir Veras da Silva
Coordenação dos Cursos de Administração e Gestão Comercial –
Prof^a Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo – Prof^a. Camila Furukava
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof^o. Domingos Carvalho de Souza
Coordenação do Curso de Direito – Prof^o. Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Engenharia Civil – Prof^o Fábio Sérgio da Costa Pereira
Coordenação do Curso de Serviço Social – Prof^a. Izete Soares da Silva D. Pereira
Coordenação do Curso de Sistema de Informação e Redes de Computadores –
Prof^a. Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Coordenação do Curso de Educação Física – Prof^a. Vera Lúcia Bruch
Coordenação do Curso de Enfermagem – Prof^a. Rejane Millions Viana Meneses
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof^a. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Prof^a. Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Prof^a. Alessandra Silva de Oliveira Martins
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof^o. Aluisio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Prof^a. Ana Maria da Silva Souza

ÁREA ADMINISTRATIVA

Pró-Reitoria Administrativa – Prof^o Édson Luiz Amaral de Oliveira
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XVI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação

Aluísio Alberto Dantas

Assessoria de Comunicação e Marketing

Bruno Felix de Araújo

Biblioteca

Helena Maria da Silva Barroso

Curso de Administração e Gestão Comercial

Catarina da Silva Souza

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Camila Furukava

Curso de Ciências Contábeis

Domingos Carvalho de Souza

Curso de Direito

Walber Cunha Lima

Allan Barros

Curso de Engenharia Civil

Fábio Sérgio da Costa Pereira

Curso de Serviço Social

Izete Soares da Silva Dantas Pereira

Curso de Sistema de Informação e Redes

Alexandre Luiz Galvão Damasceno

Curso de Educação Física

Vera Lúcia Bruch

Paulo Castim

Curso de Enfermagem

Rejane Medeiros Millions

Curso de Fisioterapia

Robson Alves da Silva

André Luiz Silva Davim

Curso de Nutrição

Carina Leite de Araújo Oliveira

Curso de Psicologia

Rocelly Cunha

Alessandra Silva de Oliveira Martins

SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva
Alessandra Silva de Oliveira Martins
Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Aluísio Alberto Dantas
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Ana Maria da Silva Souza
Angela Maria Guerra Fonseca
Bruno Felix de Araújo
Carina Leite de Araújo Oliveira
Camila Furukava
Catarina da Silva Souza
Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Dickson Pessoa de Lima
Domingos Carvalho de Souza
Édson Luiz Amaral de Oliveira
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Francisco das Chagas da Silva
Izete Soares da Silva Dantas Pereira
Helena Maria da Silva Barroso
Josefa Arioene Medeiros Dantas
Maura Marjorie Gomes Nogueira
Patrícia Falcone Pessoa
Rejane Medeiros Millions
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Vânia de Vasconcelos Gico
Vera Lúcia Bruch
Walber Cunha Lima
Wantoilton Albuquerque

APRESENTAÇÃO

É crescente o êxito dos congressos de iniciação científica, a cada ano. No UNI-RN, a iniciação científica tem uma característica especial, pois faz parte do próprio projeto institucional. Através dessa atividade, o processo ensino/aprendizagem sai da mesmice, no sentido de incentivar os alunos por novos conhecimentos. Ela é fundamental na manutenção do “learning environment”, ou seja, de um ambiente institucional, não restrito à sala de aula, que favoreça uma formação acadêmica de qualidade superior.

Mais uma vez, o CONIC 2016 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 16º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Natal, Outubro de 2016

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Adriano Macedo Ana Rosa Câmara Sobral Catarina da Silva Souza Flávio Emílio Franklin Marcolin</i>	<i>Karina Oliveira Karine Symonir Marcelo Arcanjo Márcio Carvalho Rosseane Albuquerque</i>
ARQUITETURA E URBANISMO	<i>André Alves Camila Furukava Giovani Pacheco</i>	<i>Sandra Albino Suerda Campos Haroldo Maranhão Wener Farkatt</i>
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	<i>Augusto César Rebouças de Brito Domingos Carvalho de Souza Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo Joana D'arc Medeiros Martins Lis Daiana Bessa Taveira Marcio Carvalho de Brito</i>	<i>Thereza Angelica Bezerra de Souza Egon José Mateus Celestino Roberto José Vieira Souza Lima Dinart Paiva</i>
DIREITO	<i>Abraão Lopes Adriana Lambert Alexsandre Mendes Ana Cláudia Aguiar Ana Eleonora Ana Maria Ananias Ana Mônica Ana Paula Cacho Andreson Brito Benício de Sá Bruno Padilha Everton Rocha Fábio Fidélis Felipe Maciel Humberto Lucena João Batista Machado</i>	<i>José Eduardo Moura Lenice Moreira Leonardo Medeiros Lincoln Rufino Luis Felipe Marcelo Barros Marcelo Maurício Marcelo Torres Marco Jordão Matusalém Dantas Nelisse Josino Petrúcia Souto Rasland Luna Rosângela Mitchell Sandresson Lopes Thiago Murilo Walber Cunha Lima</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>Ana Luiza Nobre Fábio Sérgio da Costa Pereira Jaquelígia Brito Leonardo Hoppe</i>	
SERVIÇO SOCIAL	<i>Anna Walesca Nobre Cunha de Menezes Deyse Silvana dos Santos Sena Izete Soares da Silva Dantas Pereira</i>	<i>Rachel Resende de Melo Suzana da Cunha Joffer</i>
INFORMÁTICA	<i>Alexandre Luiz Galvão Damasceno Cristiane Clébia Gilles Velleneuve Israel Filho Joseane Alves Kaio Alencar</i>	<i>Maira Medeiros Patrick Reinecke Romulo Catanhede Soraya Christiane Ytalo Rosendo</i>

Sumário

MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO: ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	41
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA	42
A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA	43
A GESTÃO DO MARKETING PORTUÁRIO E SEUS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS.	44
A UTILIDADE DE ESPAÇOS DE COWORKING PARA IMPULSIONAR STARTUPS	45
ANÁLISE SWOT EM UMA EMPRESA DE SUPLEMENTOS NO BAIRRO DO ALECRIM	46
BUSINESS MODEL CANVAS APLICADO AO RAMO TURÍSTICO: MODELAGEM DA GO EASY.	47
CRESCIMENTO DO ESPORTE ELETRONICO	48
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E COMPORTAMENTAL DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE	49
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: VISÃO CRÍTICA DE UM ARTIGO CIENTÍFICO	50
EMPREENDORISMO E ESTRATÉGIA DE MARKETING: O CASO DE DANIEL CAPAS	51
ESTRATÉGIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO RESTAURANTE ROSA DE SARON	52
FOOD TRUCK - MODELO INOVADOR DE VENDA DE ALIMENTOS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE UTILIZANDO A ANÁLISE SWOT.	53
FRANQUIAS: A IMPORTÂNCIA DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO	54
GERENCIAMENTO DE RISCO E ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA EM TEMPOS DE CRISE	55

Sumário

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	56
IMPLANTAÇÃO DO TERMÔMETRO DE STEPHEN KANITZ NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: ANÁLISE DO FATOR DE INSOLVÊNCIA	57
IMPORTÂNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL PARA A PRODUTIVIDADE	58
ÍNDICES DE LIQUIDEZ NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE ECONÔMICA E CONTÁBIL	59
INVESTIMENTO FINANCEIRO: UM SONHO AO ALCANCE DE TODOS	60
MARKETING DIGITAL NA EMPRESA HALLUCINATION ENTRETENIMENTO.	61
MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: MUNDO DOS ALIMENTOS	62
MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: MUNDO DOS ALIMENTOS	63
MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: MUNDO DOS ALIMENTOS	64
MODELAGEM DE UM MARKETPLACE PARA PRODUTOS DE COMODIDADE: ÍMÃ	65
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NA ÁREA DE PLUS SIZE: MEDIDA CERTA	66
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DA TECNOLOGIA VOLTADA PARA EDUCAÇÃO FAMILIAR.	67
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE AGÊNCIAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE DIARISTAS.	68
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS: FIT TRUCK	69
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE ENTREGAS DELIVERY : MOTOTIME	70

Sumário

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE PLATAFORMA DE COMPRAS EM SUPERMERCADOS (EASYHOME)	71
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA EMPRESA OI MÓVEL S.A.	72
O CLUBE DA LUTA E O CONSUMISMO	73
O FENÔMENO DAS FINTECHS - AS STARTUPS DO MERCADO FINANCEIRO	74
O INTRA-EMPREENDEDORISMO FEMININO: INSPIRAÇÕES X ASPIRAÇÕES	75
PESQUISA COM OBJETIVO DE APRESENTAR CORRELAÇÕES E LIÇÕES ENTRE O FILME “O LOBO DE WALL STREET” COM À DISCIPLINA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	76
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: ANÁLISE SWOT EM UM SUPERMERCADO NA CIDADE DE CEARÁ-MIRIM/RN	77
PONTO DE EQUILÍBRIO NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE ECONÔMICA E CONTÁBIL	78
POTHOS: MODELAGEM DE NEGÓCIO	79
PROCESSO DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: FEEDBACK COMO FERRAMENTA PARA O SUCESSO EMPRESARIAL.	80
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES DA EMPRESA VIVER +.	81
RECESSÃO, JUROS E INFLAÇÃO ALTA: QUAL O MELHOR INVESTIMENTO?	82
RELAÇÕES DA CRISE SISTÊMICA ATUAL COM O FILME A GRANDE APOSTA	83
REMODELAGEM DE UM NEGÓCIO VAREJISTA COM BASE NOS CONCEITOS DE OMNI-CHANNEL: O CASO DA PISOM ÓTICA	84
RIO GRANDE DO NORTE: POTÊNCIA ENERGÉTICA X OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTOS	85

Sumário

SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA BR FOODS NOS ANOS 2014 E 2015.	86
TEORIA TRADE-OFF E PECKING ORDER A PARTIR DA REGRESSÃO QUANTÍLICA: UMA ANÁLISE DE DOIS BANCOS DE CARTEIRA MÚLTIPLA	87
UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA O FAST-FASHION NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR DE MODA	88
UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE À PARTIR DA TEORIA “TRAGÉDIA DOS COMUNS”	89
UMA ANÁLISE FINANCEIRA, ECONOMICA E PATRIMONIAL DA EMPRESA: NATURA COSMÉTICOS S/A	90
WAR AIRSOFT: A PRIMEIRA LOJA FÍSICA AIRSOFT DO RIO GRANDE DO NORTE	91
APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS PARA A CONTABILIDADE PÚBLICA.	93
MEDIÇÃO DE DESEMPENHO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CAPITAL ABERTO COM CONTROLE ACIONÁRIO PÚBLICO	94
A EFETIVIDADE DA TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DOS ESTUDANTES DE CONTÁBEIS DO UNI-RN	95
PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DE UM BROWNIE A BASE MANDIOCA PARA O MERCADO DOS CELÍACOS.	96
UM LEVANTAMENTO SOBRE A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE A ESTRUTURA DE CAPITAL NOS ÚLTIMOS 80 ANOS E QUAL A SUA RELEVÂNCIA PARA OS DIAS DE HOJE?	97
A APLICABILIDADE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO RN	98
A CONTABILIDADE E A AUDITORIA DE GESTÃO DE UM CONDOMÍNIO COMO FORMA DE AUXILIAR A TRANSPARÊNCIA E A PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES	99
A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO NAF (NÚCLEO DE APOIO FISCAL E CONTÁBIL) NO UNI-RN	100
A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NA DISSOLUÇÃO SOCIETÁRIA	101

Sumário

A NECESSIDADE DO CONHECIMENTO E A PRÁTICA ACADÊMICA DA DECLARAÇÃO DE IRPF PARA OS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO MERCADO DE TRABALHO.	102
A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES NOS BENEFÍCIOS E IMPACTOS PELO USO DA NFC-E NAS EMPRESAS	103
A PERCEPÇÃO DOS MAGISTRADOS ACERCA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL: ESTUDO NA COMARCA DE NATAL/RN	104
A PERÍCIA CONTÁBIL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N°13.105/2015	105
A QUESITAÇÃO E A PERÍCIA CONTÁBIL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	106
A RETENÇÃO DO IRRF SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO ASSALARIADO PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS À PESSOAS FÍSICAS	107
ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO NA CIDADE DE NATAL RIO GRANDE DO NORTE	108
ANÁLISE DE FLUXO DE CAIXA COMO INSTRUMENTO PARA TOMADA DE DECISÕES	109
APLICATIVOS RENTÁVEIS – O CASO DO POKÉMON GO	110
AS FRAUDES MAIS USUAIS NAS EMPRESAS COMERCIAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO	111
AUDITORIA EXTERNA: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS COM RESSALVA E ABSTENÇÃO DE OPINIÃO EXISTENTE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS COMPANHIAS LISTADAS NA BMF&BOVESPA NO ANO DE 2015.	112
COMPARATIVO NA ANÁLISE DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO CACHORRO-QUENTE E SANDUÍCHE: VIABILIDADE FINANCEIRA E RETORNO PARA EMPRESA.	113
COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O SUCESSO EMPRESARIAL: O CASO DA EMPRESA “ENCONTRO”	114
CONHECENDO A E-FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS E AS DIVERGÊNCIAS DO QUE OS CONTRIBUINTES DECLARAM VERSUS SUAS REAIS MOVIMENTAÇÕES	115
CONHECIMENTO VERSUS IMPORTÂNCIA DOS 72 SERVIÇOS CONTÁBEIS NA VISÃO DOS ALUNOS DO UNI-RN E UNIFACEX	116

Sumário

CONTABILIDADE NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA BRASKEM S/A: UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014 E 2015	117
CONTABILIDADE NA BRF – BRASIL FOODS: UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014 – 2015	118
CONTABILIDADE NA EMBRAER S/A: UM ESTUDO TECNICO DE CASO NA SERIE TEMPORAL	119
CONTABILIDADE NA VALE S.A: UM ESTUDO TECNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014/2015	120
CONTABILIDADE NAS SEGURADORAS: UM ESTUDO DE CASO NA BRADESCO SEGURO SA.	121
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA BMF & BOVESPA	122
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO EM SE TRATANDO DE ORÇAMENTO DOMÉSTICO	123
ESTILO DE APRENDIZAGEM: ESTUDO COM OS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNI-RN A PARTIR DO INVENTÁRIO DE KOLB	124
ÉTICA E MORAL: PRINCÍPIOS E DOCTRINAS NAS ORGANIZAÇÕES	125
EXIGÊNCIA DA DCTF DEIXA O REGIME SIMPLES NACIONAL CADA VEZ MENOS “SIMPLES	126
FRAUDES QUE PREJUDICAM A EXECUÇÃO TRABALHISTA	127
IMPACTOS DA OPERAÇÃO “LAVA JATO” NOS ÍNDICES FINANCEIROS DA PETROBRAS: UM ESTUDO DE CASO NOS ANOS DE 2014 E 2015.	128
IMPACTOS QUE A REFORMA PREVIDENCIÁRIA IRÁ AFETAR NA POPULAÇÃO BRASILEIRA	129
INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA E ANTECIPAÇÃO – DESTDA NO RN	130
ITAÚ UNIBANCO S.A.: UM ESTUDO COM UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES ECONÔMICOS-FINANCEIRO NA SÉRIE TEMPORAL 2014/2015	131

Sumário

MERCADO DE CAPITAIS: ANÁLISE COMPARATIVA DE EMPRESAS LISTADAS NA BOVESPA	132
MOTIVAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A PRODUTIVIDADE.	133
MULHERES NO MUNDO DOS NEGÓCIOS: A EVOLUÇÃO	134
O AUXILIO DO CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DE GESTÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL	135
O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS	136
O CONTROLE INTERNO NO GERENCIAMENTO E EFICÁCIA DAS EMPRESAS	137
O CRUZAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS FEDERAIS NO ÂMBITO DO SPED SOB A ÓTICA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL	138
OBSERVÂNCIA DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO NATAL/RN	139
OS EFEITOS DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL	140
OS IMPACTOS E BENEFICIOS DO SPED FISCAL, EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE ALIMENTOS	141
PORTO SEGURO: UM ESTUDO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL DE 2014 E 2015 UTILIZANDO ÍNDICES ECONÔMICOS-FINANCEIROS PARA TOMADA DE DECISÕES	142
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO NO COMBATE À INADIMPLÊNCIA EM UMA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: ESTUDO DE CASO NA MULTDIA	143
PROVÁVEIS MOTIVOS QUE LEVAM AS PESSOAS A COMETEREM FRAUDES CONTÁBEIS NAS ORGANIZAÇÕES	144
RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAS	145
SPED - OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROFISSÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS	146

Sumário

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	147
UM ESTUDO SOBRE AS INFORMAÇÕES E UTILIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL (ECD)	148
UM ESTUDO SOBRE AS REGRAS E IMPORTÂNCIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (DIRF)	149
UM ESTUDO SOBRE QUAIS INFORMAÇÕES DEVEM CONSTAR NA DMED E DIMOB	150
UMA ABORDAGEM SOBRE AS FACILIDADES E VANTAGENS DO E-SOCIAL DOMÉSTICO COM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS	151
UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO UNI/RN SOBRE TIPOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	152
UMA ANÁLISE DO GRAU DE CONHECIMENTO DOS GESTORES DE UM PLANO DE SAÚDE SOBRE A DMED	153
UMA ANÁLISE SOBRE AS EXPECTATIVAS E BENEFÍCIOS DO E-SOCIAL NA PERCEPÇÃO DAS PESSOAS QUE TRABALHAM NO DEPARTAMENTO PESSOAL (DP) DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE NATAL- RN.	154
VALUATION: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO CFROI (CASH FLOW RETURN ON INVESTMENT) NAS EMPRESAS DE BENS INDUSTRIAIS LISTADAS NA BMF&BOVESPA NO PERÍODO DE 2011 A 2015.	155
DIREITO, FILOSOFIA E ARTE: UMA LEITURA MUSICAL SOBRE A (IN)JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL PELO OLHAR DE RENATO RUSSO	157
DIREITO DE MORRER: A EUTANÁSIA EM ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.	158
DIREITO PENAL: A INCONSTITUCIONALIDADE DOS PRESIDIOS	159
EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO CONTROLE DE ARMAS DE FOGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS	160
INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL POST MORTEM E SEUS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO	161
1984, A IMPORTÂNCIA DO RESPEITO À OPINIÃO CONTRÁRIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL.	162

Sumário

A (IN)VISIBILIDADE FEMININA NO SISTEMA CARCERÁRIO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO SERIDÓ (CAICÓ) E O COMPLEXO PENAL JOÃO CHAVES (NATAL)	163
A ANISTIA PELOS CRIMES DE TORTURA NA DITADURA MILITAR: VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E A POSSÍVEL IMPUTABILIDADE DOS MILITARES NOS DIAS ATUAIS.	164
A APLICABILIDADE DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NA REALIDADE PROCESSUAL BRASILEIRA E SUA IMPORTÂNCIA COMO GARANTIA DOS PRINCIPAIS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS	165
A APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ÂMBITO DA INTERNET	166
A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SEUS EFEITOS NA REDUÇÃO DA BANALIZAÇÃO DAS PRISÕES CAUTELARES NO BRASIL	167
A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA QUANTO FORMA DE MITIGAR AS PRISÕES ILEGAIS	168
A CARGA PROBATÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DA ATA NOTARIAL COMO MEIO DE PROVA SEGURA.	169
A CASSAÇÃO DO MANDATO ELETIVO POR IRREGULARIDADES ELEITORAIS E SUA REPERCUSSÃO NO SISTEMA PROPORCIONAL DE ELEIÇÃO.	170
A CONSTITUCIONALIDADE DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS BRASILEIRAS: CRESCIMENTO ECONÔMICO OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	171
A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA NOS TERMOS DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA 122/2006.	172
A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	173
A CRISE CARCERÁRIA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL	174
A CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL, O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE ESTATAL E A REINCIDÊNCIA CRIMINAL	175
A CRISE MIGRATÓRIA NA EUROPA: UMA VISÃO SOBRE O ATUAL PROCESSO MIGRATÓRIO DO SÉCULO XXI	176
A CULTURA DA JUDICIALIZAÇÃO FRENTE AO SISTEMA MULTIPORTAS	177

Sumário

A DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E SUA CORRELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS.	178
A DIFICULDADE DE INVESTIGAÇÃO E A OMISSÃO DO LEGISLADOR NO QUE CONCERNE AOS CRIMES QUE ACONTECEM NA “DEEP WEB”.	179
A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEU AVANÇO NO DIREITO INTERNACIONAL	180
A EFICÁCIA DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA	181
A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER FRENTE AO DIREITO SUCESSÓRIO	182
A FORÇA JUDICIAL DOS PRECEDENTES NO ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	183
A FUNDAMENTAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PRECEDENTE E ANALOGIA	184
A GESTÃO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS	185
A GRAVE CRISE IMIGRATÓRIA NA EUROPA: UMA VISÃO SOBRE A PIOR CRISE MIGRATÓRIA DESDE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	186
A HEMOTERAPIA POR HOMOSSEXUAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO JULGAMENTO DA ADI 5543	187
A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E A SUA TÉCNICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.	188
A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO	189
A IMPORTÂNCIA DA SEGURIDADE SOCIAL E SEUS PRINCÍPIOS	190
A IMPORTÂNCIA DO SUS MEDIADO NA REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NA CIDADE DE NATAL/ RIO GRANDE DO NORTE.	191
A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DO ARTIGO 5º, §§ 2º E 3º DA CF/88, BEM COMO DO RE: 466.433/SP E SEUS EFEITOS	192

Sumário

A INDEPENDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA E FÍSICA EM CRIMES AMBIENTAIS	193
A INFLUÊNCIA DIRETA DA MÍDIA NO RESULTADO DO JÚRI POPULAR: CASO ISABELLA NARDONI	194
A INFLUÊNCIA E APLICABILIDADE DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	195
A INSERÇÃO DO CÔNJUGE NO ROL DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS NO CC/02	196
A INTERPOL COMO MECANISMO ESSENCIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL	197
A LEI DA INELEGIBILIDADE COM BASE NA LISTA DE GESTORES QUE TIVERAM SUAS CONTAS JULGADAS IRREGULARES PELO TCE	198
A LEI MARIA DA PENHA SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA	199
A LIMITAÇÃO DE DIREITOS DE PARTICULARES EM RAZÃO DO PODER DE POLÍCIA	200
A MATRIX CONTEMPORÂNEA: UMA RELAÇÃO DO FILME MATRIX COM O NIILISMO ATIVO NA NOSSA SOCIEDADE.	201
A NÃO OBRIGATORIEDADE DO RECEBIMENTO DO CHEQUE CONVENCIONAL E CHEQUE ELETRONICO	202
A NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO LEGISLATIVA DO INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO	203
A ORDEM CÍCLICA DAS OMISSÕES ESTATAIS FRENTE A PROBLEMÁTICA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE	204
A POLUIÇÃO SONORA E O DIREITO PENAL	205
A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PLURAIS SOB A LUZ DO ART. 226 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	206
A PRÁTICA DA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA PELO STJ À LUZ DOS ESFORÇOS DO CPC/15 EM PROL DO EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	207

Sumário

A PROBLEMÁTICA DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL SOB O PRISMA DA SOBERANIA DOS ESTADOS E SEUS IMPACTOS NO PLANO INTERNO: ANÁLISE DO DISCURSO DE DONALD TRUMP	208
A PROBLEMÁTICA NO SISTEMA PRISIONAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	209
A PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER POR MEIO DA EQUALIZAÇÃO DE DIREITOS ENTRE OS GÊNEROS	210
A QUESTÃO DA EFICÁCIA DA LEI CONTRA O RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	211
A REAL EXISTÊNCIA DO “BEM-AMADO” E O SURGIMENTO DO RECALL COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO	212
A REALIDADE DA ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS FEMININOS NO RN E AS EXIGÊNCIAS DA LEI	213
A REALIDADE PRISIONAL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS PRESÍDIOS DA CIDADE DE NATAL	214
A RECICLAGEM DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	215
A REGULAMENTAÇÃO DE DIREITOS QUANTO À GREVE PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	216
A RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO DIANTE DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO.	217
A SEGURANÇA PÚBLICA E A JUSTIÇA CRIMINAL À LUZ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	218
A SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EM NATAL E A INTERFERÊNCIA NA REINCIDÊNCIA	219
A SOCIOAFETIVIDADE E DUPLA MATERNIDADE EM DECISÃO NO TJRN	220
A SUPRALEGALIDADE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: O CASO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.	221
A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO DE TOULMIN E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A PETIÇÃO INICIAL E O ATO DE DISCORRER LOGICAMENTE	222

Sumário

A TERCEIRIZAÇÃO COMO FORMA DE PRECARIZAÇÃO DAS MEDIDAS FLEXIBILIZADORAS NO DIREITO DO TRABALHO NO BRASILEIRO	223
A TUTELA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA APLICADA NO DIREITO DE SUCESSÕES	224
A TUTELA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA APLICADA NO DIREITO DE SUCESSÕES.	225
A USUCAPIÃO FAMILIAR: O DIREITO DO CÔNJUGE RESIDENTE EM FACE DO ABANDONO DE LAR	226
A UTILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO “IN DUBIO PRO MISERO” NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO	227
A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NOS CONFLITOS INTERNACIONAIS: GUERRA SÍRIA	228
AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL	229
AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL, SEUS ASPECTO PROCESSUAIS E OS REFLEXOS NA VIDA DA SOCIEDADE BRASILEIRA.	230
ADICIONAIS TRABALHISTAS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL BRASILEIRO	231
ADOÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	232
ADOÇÃO INTERNACIONAL: CONVENÇÃO DE HAIA E OS REFLEXOS NA ATUAL LEGISLAÇÃO PÁTRIA.	233
ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS QUE ESTA FORMA DE VIOLÊNCIA AGRIDE O DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	234
ANÁISE SÓCIO-JURÍDICA DA MP 746/2016 - REFORMA DO ENSINO MÉDIO: AVANÇOS OU RETROCESSO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA?	235
ANÁLISE CRÍTICA DOS IMPACTOS DA PEC 241/2016 NA EDUCAÇÃO: POR QUE SE FAZ TÃO NECESSÁRIO MOBILIZAÇÕES E OCUPAÇÕES DE ESCOLAS?	236
ANÁLISE DA SUBMISSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL AO TETO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	237

Sumário

ANÁLISE DOS JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA E A HIERARQUIA DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	238
ANÁLISE SOBRE A APOSENTADORIA RURAL A LUZ DA SÚMULA 149 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	239
ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	240
ANÁLISE SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS A LUZ DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 13.344/16	241
APAC: RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO	242
APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA(LEI 11.340) NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM-RN	243
APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS LEIS SOBRE OS CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL, NOS DIAS ATUAIS.	244
APOSENTADORIA ESPECIAL: À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	245
APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR RURAL: UMA VISÃO GERAL NA CIDADE DE BREJINHO	246
ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO: A DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO.	247
AS INFLUÊNCIAS RACIAIS PRESENTES NO JULGAMENTO DE RUBIN CARTER E SUA INTERFERÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	248
AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A REINCIDÊNCIA DO ADOLESCENTE INFRATOR	249
AS NOVAS FACETAS PROCESSUAIS E O DEVER-PODER GERAL DE EFETIVAÇÃO DO JUIZ, CONTIDO NO INCISO IV DO ART 139 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, FRENTE A POSSÍVEIS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS.	250
AS NOVAS PERSPECTIVAS JURÍDICAS NO RECONHECIMENTO DOS FILHOS GERADOS POR CASAIS LGBT	251
AS PATENTES DOS REMÉDIOS NO BRASIL E O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE: ALTO CUSTO NO ORÇAMENTO E MONOPÓLIO DOS MEDICAMENTOS	252

Sumário

AS VAQUEJADAS DO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO JULGAMENTO DA ADI Nº 4983 PELO STF	253
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) ENQUANTO MÉTODO ALTERNATIVO DE EXECUÇÃO PENAL	254
AINFLUÊNCIADAMÍDIANASDECISÕESPELOTRIBUNAL DOJURI	255
BREXIT: A DEMOCRACIA (AS)SIMÉTRICA DO PLEBISCITO E O CONTROVERSO CONFLITO DE INTERESSES ENTRE OS PAÍSES COMPONENTES DO REINO UNIDO NO QUE TANGE À PERMANÊNCIA OU EVASÃO DA UNIÃO EUROPEIA	256
CAPACIDADE SUCESSÓRIA DE ENTES INANIMADOS: A HERANÇA DE PADRE CÍCERO ROMÃO PARA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO E SÃO MIGUEL DO JUAZEIRO.	257
CARGA TRIBUTÁRIA DO BRASIL E SUA APLICAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UM ESTUDO DO ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR SOCIAL	258
CASO RAMÓN SAMPEDRO E AS DIFERENTES VISÕES ACERCA DA EUTANÁSIA: UMA ANÁLISE DA MORTE DIGNA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO EM COMPARAÇÃO COM OS SISTEMAS INTERNACIONAIS.	259
COLABORAÇÃO PREMIADA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO INSTITUTO E SUA APLICABILIDADE E EFICÁCIA NO DIREITO BRASILEIRO.	260
COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA: O MARCO CIVIL DA INTERNET E SUA IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	261
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE	262
CONTEXTO E PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DOS REFUGIADOS E OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	263
CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS: UMA ANÁLISE DE MÉRITO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS REFERENTES.	264
CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A QUESTÃO INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE	265
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL E ÉTICA AMBIENTAL	266
COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS	267

Sumário

CRIME TRANSNACIONAL: TRAFICO DE PESSOAS E EXPLORAÇÃO SEXUAL	268
CRIMES AMBIENTAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI Nº 9.605/98 E OS CASOS DE QUEIMA INDISCRIMINADA DE LIXO E RESÍDUOS DOMÉSTICOS A CÉU ABERTO	269
CRIMES CONTRA A FAUNA SILVESTRE NO MUNICIPIO DE NATAL NO ANO DE 2015	270
CRISE HUMANITÁRIA NA EUROPA	271
DA IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE COM APOSENTADORIA APÓS INTRODUÇÃO DA LEI 9.528/1997 RECONHECIDA PELA SÚMULA 507 DO STJ.	272
DA TRANSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO	273
DEMOCRACIA DELIBERATIVA A LUZ DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS: UMA CRÍTICA AO DÉFICIT QUALITATIVO E QUANTITATIVO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	274
DESAFIOS SOCIOCONSTITUCIONAIS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	275
DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	276
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO DEPENDENTE QUÍMICO QUE VIVE A MARGEM DA SOCIEDADE	277
DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL: O DIREITO À PRIVACIDADE COMO PARADGIMA NA ERA DIGITAL	278
DIREITO AO ESQUECIMENTO X LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A MÍDIA COMO UM FATOR DETERMINANTE NA VIOLAÇÃO AO DIREITO AO ESQUECIMENTO	279
DIREITO AO ESQUECIMENTO: A TUTELA DE UM DIREITO CONSTITUCIONAL DA PERSONALIDADE EM FACE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.	280
DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: EFEITOS ADVERSOS DO USO DE AGROTÓXICOS EM POTENCIAL E A SAÚDE HUMANA NO BRASIL.	281
DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE	282

Sumário

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	283
DIREITO SUCESSÓRIO SOBRE O TRONO REAL NA INGLATERRA DO SÉCULO XVII E ALGUMAS IMPLICAÇÕES	284
DIREITO SUCESSÓRIO: DA RESTRIÇÃO DO DIREITO DE SUCESSÃO FRENTE AO DIREITO DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE	285
DIREITOS E GARANTIAS NOS PRESÍDIOS FEMININOS DO BRASIL: O PARALELO ENTRE A PREVISÃO LEGAL E A REALIDADE	286
DIREITO DE HABITAÇÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA A PARTIR DA TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO	287
DISCRIMINAÇÃO RACIAL: UMA CAUSA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL	288
DO DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA NO ORDENAMENTO JURÍDICO E NA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA: UM ESTUDO EM HOMENAGEM A OTTO GUERRA	289
EFEITOS E DEVERES DA UNIÃO ESTÁVEL À LUZ DAS MUDANÇAS SOCIAIS	290
ESCOLAS DO CRIME: UMA ANÁLISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.	291
EUTANÁSIA: DIREITO A MORTE DIGNA	292
EXAGEROS NO ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM SEGUNDO GRAU À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	293
FAMÍLIA: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO NOVO CONCEITO PAUTADO PELO AFETO E PELA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	294
FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA LEI 13.104/2015	295
FILHOS DA LUA: DA ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL À INCLUSÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR ALBINO NO AMBIENTE DE TRABALHO	296
FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS: PROIBIÇÃO DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHAS E SEUS EFEITOS SOCIAIS	297

Sumário

FUNDAMENTAÇÃO DOS ARGUMENTOS: TEORIA DE TOULMIN APLICADA AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	298
GLOBALIZAÇÃO PERVERSA: ROUPAS PARA UNS, ESCRAVIDÃO PARA OUTROS	299
HEGEMONIA CULTURAL E A RESSOCIALIZAÇÃO	300
HERANÇA DIGITAL: DIREITO SUCESSÓRIO DE BENS DIGITAIS	301
IMIGRAÇÃO ILEGAL: À PORTA DA EUROPA	302
IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO DIRIGIDA E SEUS EFEITOS	303
IMPUNIDADE NAS MÍDIAS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE VILIPÊNDIO A CADÁVER, A LUZ DA LEGISLAÇÃO PENAL EM VIGOR E DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	304
INCOMPATIBILIDADE DA REVISTA VEXATÓRIA COM A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE FRENTE A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INSTRANSCEDÊNCIA	305
INSCRIÇÃO POST MORTEM E A PENSÃO POR MORTE	306
INSTITUIÇÃO DE RPPS MUNICIPAL: REPERCUSSÕES PARA O SERVIDOR PÚBLICO	307
INSTITUTOS APLICÁVEIS AO TRÁFICO DE PESSOAS E A MÃO DE OBRA ESCRAVA NA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL	308
INTERVENÇÃO DA OTAN NA LÍBIA: RESPONSABILIDADE DE PROTEGER X DIREITOS HUMANOS	309
INTERVENÇÃO PARA FINS HUMANITÁRIOS: UMA NECESSIDADE OU UMA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA?	310
LABELLING APPROACH: ATÉ QUE PONTO O PRECONCEITO FORMADO POR UMA SOCIEDADE INTERFERE NA VIDA DO INDIVÍDUO DESVIANTE?	311
LEI 11.340/06 - LEI MARIA DA PENHA: A IMPORTÂNCIA DA SENSIBILIZAÇÃO DO OPERADOR DO DIREITO	312

Sumário

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS	313
LIMITES CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO	314
MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO - PL Nº5.807, DE 2013: UMA ANÁLISE SOBRE UM POSSÍVEL EXCESSO DE INTERVENCIONISMO POR PARTE DO ESTADO E AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA APROVAÇÃO	315
MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS: ANÁLISE DO AVANÇO LEGISLATIVO BRASILEIRO E O PROJETO DE LEI 2.833/2011	316
MERCOSUL: O DILEMA DA LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES IMIGRANTES	317
MÍNIMO EXISTENCIAL COMO LIMITE À APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL NO ÂMBITO DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	318
MOVIMENTO MIGRATÓRIO: VANTAGENS E DESAFIOS PARA COMUNIDADE INTERNACIONAL	319
MULHERES TRANS E TRAVESTIS SOB A LUZ DO BINARISMO SEXUAL: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES NO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL EM FACE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	320
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	321
NOVO COLONIALISMO NA ÁFRICA: EUROPEUS, AMERICANOS E CHINESES SE APODERAM DAS RIQUEZAS AFRICANAS	322
O ACESSO AO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DIGITAL EM FACE DOS DIREITOS AUTORAIS	323
O ANALFABETISMO COMO CONDIÇÃO DE INELEGIBILIDADE: DO COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE E TESTE DE ALFABETIZAÇÃO À DECISÃO JUDICIAL DO CASO TIRIRICA.	324
O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA COMO UM INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL	325
O BPC E O PERIGO DA RELATIVIZAÇÃO DA PROVA DE MISERABILIDADE	326
O DESCASO COM A REINSERÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS NA SOCIEDADE ATUAL COM FULCRO NA LEI 11.343/06	327

Sumário

O DIREITO A MORTE DIGNA	328
O DIREITO À NACIONALIDADE E O CONFLITO DOS POVOS NÃO REPRESENTADOS	329
O DIREITO À SUCESSÃO DOS EMBRIÕES FECUNDADOS APÓS A MORTE DO AUTOR DA HERANÇA	330
O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SEUS ANTAGONISMOS ANALISADOS EM FACE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	331
O DIREITO DAS CONCUBINAS	332
O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO: A OMISSÃO LEGISLATIVA QUANTO A NECESSIDADE DA PROPRIEDADE PARA O EXERCÍCIO DESSE DIREITO.	333
O DIREITO SUCESSÓRIO DA AMANTE PUTATIVA	334
O ENGAJAMENTO DA PENA DE MORTE NO BRASIL E OS SEUS EFEITOS BENÉFICOS.	335
O ESCOPO DAS SIMULAÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O AUMENTO GRADATIVO NO NÚMERO DE PARTICIPANTES	336
O ESSENCIAL PARA COMPREENDER FRIDA KAHLO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO	337
O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	338
O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) E SUA RELAÇÃO COM O DINAMISMO BUSCADO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.	339
O INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO	340
O NOVO CONCEITO DE DEFICIENTE ESTABELECIDO PELA LEI 13.146/2015	341
O PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	342

Sumário

O PAPEL DA DISCUSSÃO NA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	343
O POLICIAL E O DIREITO A PROTEÇÃO.	344
O PREÂMBULO CONSTITUCIONAL: APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL E O ALCANCE NA SOCIEDADE BRASILEIRA	345
O PRINCÍPIO DA UNIDADE FAMILIAR DOS REFUGIADOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRO	346
O PROJETO DE LEI 4330/04 E A BANALIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADES FIM NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS BRASILEIRAS	347
O PROJETO DE LEI Nº 4.330/2004 COMO MEDIDA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NO BRASIL.	348
O RACISMO BRASILEIRO E O FENÓTIPO RACIAL DE UMA SOCIEDADE HIPÓCRITA, JACQUELINO BERNARDO DE OLIVEIRA,	349
O RUÍDO E SEUS EFEITOS PREVIDENCÁRIOS E AMBIENTAIS	350
O TRABALHO ESCRAVO NA AMÉRICA LATINA E O SEU PARALELO COM A IMIGRAÇÃO	351
O TRABALHO INFANTIL À LUZ DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS INTERNACIONAIS	352
O TRATAMENTO DIFERENCIADO DA SUCESSÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO	353
O TRIBUNAL DE CONTAS E A BOA GOVERNANÇA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORIA DO CONTROLE FINANCEIRO EXTERNO NO BRASIL	354
O TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERG: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	355
O USO DA FORÇA E A RESPONSABILIDADE DE PROTEÇÃO (PROTEÇÃO AOS CIVIS)	356
O USO DAS REDES SOCIAIS, O CASO DE FABIANE MARIA E UMA COMPROVAÇÃO: A INTERNET MATA.	357

Sumário

O USO DAS REDES SOCIAIS, O CASO DE FABIANE MARIA E UMA COMPROVAÇÃO: A INTERNET MATA.	358
O “DIREITO ADQUIRIDO” DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS AO REGIME PREVIDENCIÁRIO ANTERIOR APÓS A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 12.618/2012: O CASO DA POSSE EM OUTRO CARGO PÚBLICO INACUMULÁVEL.	359
OCUPAÇÕES DESORDENADAS: O DIREITO À MORADIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	360
OS DIREITOS DE TRANSEXUAIS FRENTE AO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	361
OS INSTRUMENTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO DIREITO INTERNACIONAL	362
OS INSTRUMENTOS DE TUTELA JURÍDICA PARA O AUTISTA NO BRASIL	363
OS REFLEXOS ADMINISTRATIVOS DAS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E DOS CONTRATOS PÚBLICOS SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO NORTE	364
OS REFLEXOS DE MARIANA(MG) SOBRE O BRASIL NA COP21: UMA ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO QUANTO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO AMBIENTAL.	365
OS TRATADOS INTERNACIONAIS PÚBLICOS E O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	366
PARAÍSO PERDIDO: CONFLUÊNCIA DE POESIA E FILOSOFIA POLÍTICA EM JOHN MILTON	367
PARAÍÇOS FISCAIS E O DIREITO INTERNACIONAL	368
PERCEPÇÃO DO HOMEM-BOMBA NO ÂMBITO INTERNACIONAL, SOB A ÓTICA DO FILME “PARADISE NOW” DE HANY ABU-ASSAD.	369
PERDA DO DIREITO DE HERANÇA: MODALIDADES E ANÁLISE DE CASO CONCRETO	370
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS POR MEIO DE SIMULAÇÕES DE MODELOS INTERNACIONAIS: UNISIM - SIMULAÇÃO INTERMUNDI	371
PORNOGRAFIA DE VINGANÇA : UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ERA DIGITAL	372

Sumário

POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DO MÉTODO APAC COMO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO PARA MENORES INFRATORES	373
PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA ATUAL E BREVE ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA E SEU PANORAMA DE FUTURO NA CONTEMPORANEIDADE	374
PRIMAZIA DO PRINCÍPIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO: ACORDOS NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.	375
REFÉNS DO LAR: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE	376
REFORMA PREVIDENCIÁRIA	377
REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA POST MORTEM - SUPRIMENTO DA AUTORIZAÇÃO POR QUALQUER MEIO DE PROVA	378
RESPONSABILIDADE CIVIL E O ABANDONO AFETIVO INVERSO DE IDOSOS.	379
RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR DANOS CAUSADOS POR OBJETOS ESPACIAIS.	380
RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO MERCADO DE TRABALHO: PORQUE SOBRAM VAGAS PARA PRESOS E EX-DETENTOS NO MERCADO DE TRABALHO?	381
RESSURGE A SEPARAÇÃO JUDICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: AVANÇO OU RETROCESSO?	382
ROMPIMENTO DO TESTAMENTO APLICADO AO CASO DO PADRE ROLDÃO	383
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NATAL-RN: ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS	384
SERVIDÃO ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DE PARÂMETROS PARA JUSTA INSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM PRINCÍPIOS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS, RESPEITANDO-SE OS LIMITES ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE PRIVADO.	385
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E TRIBUTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O "ESVERDEAMENTO" DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	386
TESTAMENTO VITAL, POSSÍVEL OU NÃO? UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 1.995/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA	387

Sumário

TORTURA NAS CORPORAÇÕES POLICIAIS BRASILEIRAS.	388
TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO ÂMBITO RURAL: A BARBÁRIE QUE PERDURA POR SÉCULOS.	389
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO RIO GRANDE DO NORTE: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	390
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AOS DIREITOS HUMANOS NAS UNIDADES PRISIONAIS.	391
TRANSFORMAÇÃO AUTOMÁTICA DE AUXÍLIO DOENÇA PARA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, MITO OU VERDADE?	392
TRATADO INTERNACIONAL DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	393
TRATADO INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E A SANTA SÉ: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE PERANTE O ESTADO LAICO	394
TRIBUNAL DE NUREMBERG: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	395
TRIBUNAL DO JÚRI: ATUAÇÃO TEATRALIZADA	396
TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS COMO MEIO PARA CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO - RELATÓRIO FINAL PIBIC 2015-2016	397
TRIBUTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO NO BRASIL	398
UMA ANÁLISE ACERCA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	399
UMA ANÁLISE DO PAN-PRINCIPIOLOGISMO A PARTIR DA ADI 2.240 –BA	400
UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA FACE AO CRESCIMENTO DO DIREITO PENAL SIMBÓLICO	401
VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA MULHER NO CÁRCERE: AS MÚLTIPLAS PUNIÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.	402

Sumário

ZIKA: UM VÍRUS SEM FRONTEIRAS	403
“AMAR É FACULDADE, CUIDAR É DEVER” DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO INVERSO	404
UTILIZAÇÃO DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL	406
AGUAS CINZAS	407
ANALISE DE APLICAÇÃO DO TIJOLO ECOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	408
ANÁLISE DE IMPERMEABILIZANTES VISANDO O AUMENTO DA DURABILIDADE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO	409
ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL ENERGÉTICO DO BIODIESEL EM NATAL	410
COMO A ALTURA AFETA O EQUILÍBRIO DE ESTRUTURAS	411
CONCRETO LEVE	412
CONCRETO PERMEÁVEL	413
CONTROLE TECNOLÓGICO E FENÔMENOS DE CORROSÃO NO AÇO	414
CORREÇÃO ESTRUTURAL DE TRELIÇAS DE MADEIRA COM DEFLEXÃO: UM ESTUDO DE CASO	415
CORROSÃO EM ESTRUTURAS	416
CORROSÃO- MÉTODOS DE PREVENÇÃO	417
CORROSÕES: CAUSAS E PREVENÇÕES	418

Sumário

ECOTINTA DA TERRA	419
ENGENHARIA E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.	420
HISTÓRIA DA ENGENHARIA CIVIL.	421
INFLUÊNCIA DOS ARRANJOS ATÔMICOS CÚBICOS NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DOS MATERIAIS CRISTALINOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL.	422
INFLUÊNCIA DOS DIFERENTES TIPOS DE EQUILÍBRIO EM ESTRUTURAS.	423
INOVAÇÕES CONSTRUTIVAS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE DO STEEL FRAME NA CIDADE DE NATAL/RN	424
MATERIAIS CRISTALINOS COM CÉLULAS HEXAGONAIS COMPACTAS: CARACTERÍSTICAS E PROPRIEDADES	425
PATOLOGIA EM REVESTIMENTO ARGAMASSADO EM NATAL	426
POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM ADIÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, FÁBRICAS E DE POÇOS DE PETRÓLEO	427
PRODUÇÃO DE TINTA ECOLÓGICA E DE BAIXO CUSTO À BASE DE SOLOS: PROJETO ECOTINTAS DATERRA	428
SANEAMENTO ECO-EFICIENTE EM COMUNIDADES RURAIS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE	429
TEOREMAS DE TRABALHO E ENERGIA APLICADOS À MECÂNICA ESTRUTURAL	430
USO DO BAMBU COMO ALTERNATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DO AÇO PARA CASAS POPULARES	431
VIABILIDADE DO BAMBU NA CONSTRUÇÃO CIVIL	432
ANÁLISE DE DADOS GEOGRÁFICOS UTILIZANDO SOFTWARE DE BI QLIK VIEW	434

Sumário

APLICAÇÃO DA ITIL NO SETOR DE TI DA BASE AÉREA DE NATAL – COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS	435
APLICAÇÃO DE MICROSERVIÇOS COM DOCKER CONTAINERS.	436
APLICATIVO DE SERVIÇOS MOBILE	437
ARQUITETURA SOA E MICROSERVICES	438
BANCO DE DADOS NOSQL E SUA RELAÇÃO COM BIGDATA	439
COMPRAEASY : UMA MODELAGEM DE NEGÓCIO NO SEGMENTO DE E-COMMERCE	440
COMPRAS FARMA: MODELAGEM DE NEGÓCIO PARA INTERMEDIAR NEGOCIAÇÃO ENTRE DROGARIAS E DISTRIBUIDORAS	441
CONSTRUÇÃO DE DATA WAREHOUSE E USO DO PENTAHO SCHEMA WORKBENCH COMO FERRAMENTA OLAP	442
EASYSCHOOL – MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE APLICATIVOS PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO	443
GOVERNANÇA EM TI: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONTABILIDADE	444
HARDWARE VOLTADO A JOGOS	445
JOGOS COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ENGENHARIA DE SOFTWARE	446
MAPEAMENTO DE MOVIMENTOS COM KINECT	447
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE APLICATIVO PARA INSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL: ECO.GOV – ECONOMICAMENTE ECOLÓGICO.	448
MODELO CANVAS - MODELAGEM DE UM APLICATIVO PARA TRILHAS	449

Sumário

O IMPACTO DA REALIDADE AUMENTADA SOBRE A PUBLICIDADE	450
PRIVACIDADE NA INTERNET UTILIZANDO O TAILS	451
PROPOSTA DE APLICABILIDADE DE CONSULTA ONLINE DE MODELOS GEORREFERENCIADOS DE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL URBANA	452
SISTEMA DOCKERWEB: FACILITANDO O USO DE CONTAINERS.	453
SMART CITIES: A EVOLUÇÃO DAS CIDADES DIGITAIS	454
TECNOLOGIA ADOTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE SURVEY	455
UNICOMPLEMENTAR: MODELAGEM DE UM SISTEMA GESTOR DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	456
UNICOMPLEMENTAR: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	457
USO DA REALIDADE AUMENTADA E GAMIFICAÇÃO NO RAMO DO TURISMO: FOCO EM TRILHAS	458
USO DO ERP NA ÁREA INDÚSTRIA	459
UTILIZANDO SPRING BOOT NO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES COM ARQUITETURA DE MICROSERVIÇOS	460
VENDIRECT: MODELAGEM CANVAS DE SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL PARA EMPREENDEDORES DE VENDA DIRETA.	461
VENDIRECT: SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL PARA EMPREENDEDORES DE VENDA DIRETA	462
A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO NPJ DO UNI-RN	464
A PERPETUAÇÃO DO MACHISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUA RELEVÂNCIA PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA	465

Sumário

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DO NATAL: 2011-2015	466
ALCOOLISMO ENTRE MULHERES: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	467
AUSÊNCIA ESCOLAR ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NATAL	468
DEMANDA DO SERVIÇO SOCIAL NA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE (CAERN).	469
ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS, A NECESSIDADE DE LUTAR E RESISTIR: A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE GROSSOS (BOM JESUS-RN).	470
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NATAL- PERFIL DAS ESTUDANTES.	471
MULHERES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE GERAÇÃO DE RENDA	472
O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA ANTIMANICOMIAL: TRANCAR NÃO É TRATAR!	473
O PERFIL DOS USUÁRIOS DO PROJETO ESTIMULAÇÃO PRECOCE COM BEBÊS PORTADORES DE MICROCEFALIA - PERFIL DAS MÃES	474
O TRABALHO DA COORDENADORIA DA DEFESA DA MULHER E DAS MINORIAS (CODIMM) FRENTE ÀS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	475
O TRABALHO DA DEFENSORIA PÚBLICA FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	476
O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA INCLUSÃO ESCOLAR	477
QUESTÃO DE GÊNERO E O SISTEMA PRISIONAL FEMININO BRASILEIRO	478
QUESTÃO SOCIAL: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	479
A PERCEPÇÃO DAS CORES NOS AMBIENTES	481

Sumário

ANÁLISE PÓS-OCUPACIONAL DO PARQUE DA CIDADE	482
CONDIÇÕES HABITACIONAIS ÀS MARGENS DO RIO POTENGI.	483
DESENHO UNIVERSAL E ACESSIBILIDADE NO PARQUE DA CIDADE	484
HORTA URBANA E O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO	485
HORTA URBANA EM ESPAÇO REDUZIDO	486
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL	488
LIDERANÇA: OS IMPACTOS NO AMBIENTE DE TRABALHO	489
SUPERENDIVIDAMENTO: ESTUDO DE CASO NO CENÁRIO BRASILEIRO.	490
SUSTENTABILIDADE:UM ESTUDO NA EMPRESA NATURA	491
CONTABILIDADE JBS S.A UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014 E 2015	493
ESTUDO SOBRE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS NA FOLHA DE PAGAMENTO: COM ÊNFASE NOS EMPREGADORES E EMPREGADOS	494
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E AS CONSEQUÊNCIAS LESIVAS DE SUA APROVAÇÃO PARA A SOCIEDADE	496
A APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO: O CASO DA REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SOB A ÓTICA DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20, 41, 47 E 70	497
A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA INDIGNIDADE ANTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2010 E SUAS ALTERAÇÕES.	498
A GRAVE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NOS CONFLITOS INTERNACIONAIS ; UMA ANÁLISE ESPECÍFICA DA GUERRA SÍRIA	499

Sumário

A INTERVENÇÃO INTERNACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM FACE DA PRÁTICA DE TORTURAS COMO INSTRUMENTO DE PENA: UM ESTUDO SOBRE O ORIENTE MÉDIO	500
A PROPAGANDA ELEITORAL E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS	501
A RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUANTO AOS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR EMPREENDIMENTOS POR ELAS FINANCIADOS	502
ANÁLISE BREVE SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	503
ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DE UM ASSASSINO EM SÉRIE: O CASO DEXTER MORGAN	504
ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE LEI Nº 193/2016 “ESCOLA SEM PARTIDO” À LUZ DA CF/88: AVANÇO OU RETROCESSO?	505
ARTIGO 384 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS: CONTRADIÇÃO COM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA IGUALDADE.	506
AS REFORMAS URGENTES E AVANÇOS DAS LEIS PARA UMA REALIDADE CONTEMPORÂNEA. JACQUELINO BERNARDO DE OLIVEIRA	507
ASPECTOS RELEVANTES DA NATUREZA JURÍDICA DA “LICENÇA” AMBIENTAL E DA POSSIBILIDADE DE REVISIBILIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	508
CELERIDADE PROCESSUAL: DEFICIÊNCIA ELETRÔNICA DO SISTEMA JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE.	509
DECADENCIA TRIBUTÁRIA	510
DIREITO A IDENTIDADE GENÉTICA X DIREITO AO ANONIMATO DO DOADOR DE MATERIAL GENÉTICO NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA	511
DIREITO AMBIENTAL INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO	512
EUTANÁSIA: O DIREITO DE UMA MORTE HUMANIZADA	513
FERIADOS RELIGIOSOS NO BRASIL A LUZ DA ORDEM CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA NO ESTADO LAICO BRASILEIRO	514

Sumário

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS: PROIBIÇÃO DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHAS E SEUS EFEITOS SOCIAIS	515
GARANTISMO PENAL INTEGRAL: UMA CRÍTICA AO GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR	516
GREVE: UM ENFOQUE NO SERVIÇO PÚBLICO	517
MICROCEFALIA E ADPF 54: UMA ANÁLISE A LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	518
NCPC: AS IMPLICAÇÕES DOS PRECEDENTES NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS	519
O CHEQUE PRÉ-DATADO (PÓS DATADO) E SUAS IMPLICAÇÕES QUANTO AOS DANOS MORAIS PELA APRESENTAÇÃO ANTECIPADA OU PELA DEVOLUÇÃO INDEVIDA	520
O CONFLITO APARENTE ENTRE AS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES MILITARES E O CRIME MILITAR	521
O CONTRIBUINTE INDIVIDUAL, CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICIDADES E SUA INSERÇÃO NO ORDENAMENTO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO	522
O TESTAMENTO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO TESTADOR	523
O TRABALHO RURAL INFANTIL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL: CULTURA OU EXPLORAÇÃO?	524
ORTOTANÁSIA: ABORDAGEM CONSTITUCIONAL ENTRE O SUPOSTO CONFLITO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	525
OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PROBLEMÁTICA DO ABORTO EM FACE DO ARTIGO 128 DO CÓDIGO PENAL.	526
OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS	527
PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS COMO REAL FATOR RESSOCIALIZADOR	528
POLÍGONO DAS SECAS: UMA ANÁLISE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL	529

Sumário

PRECEDENTES JUDICIAS COMO FONTE DO DIREITO E SUAS TÉCNICAS DE APLICAÇÃO	530
PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO: UMA BREVE ANÁLISE DA INGERÊNCIA ESTATAL SOBRE A AUTONOMIA SINDICAL	531
RECUSA DE TRANSFUSÃO DE SANGUE E DIREITO DA PERSONALIDADE SOB A PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL	532
SENSACIONALISMO MIDIÁTICO: O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA VERSUS LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO	533
TOLERÂNCIA ZERO E A BANALIZAÇÃO DO MAL	534
VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA REVISTA ÍNTIMA REALIZADA NO RIO GRANDE DO NORTE, À LUZ DA RESOLUÇÃO Nº 09/06 DO CNPCP E DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	535
“O STATUS ATIVO DA SOCIEDADE EM GARANTIR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ATRAVÉS DAS CIDADES CRIATIVAS”	536
WHATSAPP E SEGURANÇA ENTENDENDO DIREITOS E DEVERES	538

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "nome de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

CSET1 - ADMINISTRAÇÃO

MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO: ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA

Autor(es):

Fernando Isaac Melo Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente o comportamento dos trabalhadores em relação ao seu estado de motivação no ambiente de trabalho sofre mudanças no que refere aos ambientes. Muitas mudanças ocorrem no estado motivacional dos funcionários nas organizações, quem antes estava em um emprego apenas pelo salário, onde trocava sua força de trabalho pelo valor monetário que recebia ao longo da jornada de trabalho, hoje observa-se que os trabalhadores só irão exercer determinada função pelo entusiasmo e, se forem capazes de atingir um alto desempenho, tendo sensação de satisfação pessoal em seu trabalho. presente artigo foi de pesquisa tem o objetivo de avaliar a importância da motivação nas empresas, que foi analisado o perfil profissional de uma empresa de manutenção automotiva, através de questionário com perguntas fechadas e abertas. O universo pesquisado será dos vinte colaboradores da empresa Megadiesel, para verificar a atual situação e as perspectivas de mudanças através de práticas motivacionais. Para embasamento teórico foram utilizados os autores: CHIAVENATO, DAFT, GIL, ROBBINS, SCHERMERHORN; HUNT; OSBORN, a fim de reconfirmar as teorias apresentadas no trabalho. A motivação em sua essencial tem o papel de disposição e interesse de algo , aquilo que move a pessoa que dar vontade de engajamento dentro da empresa

(Metodologia) Para elaboração do estudo, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva, quantitativa e qualitativa na forma de estudo de caso. O objetivo geral dessa pesquisa foi avaliar o nível de motivação dos colaboradores da empresa de manutenção automotiva Megadiesel, levando em consideração a qualidade de vida do trabalhador, reconhecimento das suas competências, valorização do profissional e as consequências dessa motivação. A coleta de dados foi baseada em uma observação participante , onde o pesquisador participou da aplicação dos questionários, aplicado no grupo observado e ainda participou de todas as atividades do estudo e investigação. Isso foi importante pois ,possibilitou ao grupo estudado uma confiabilidade e um percepção diferente do que foi abordado aos indivíduos de maneira que eles conhecem o objetivo da pesquisa e as realidade encontrada no estudo de caso.

(Resultados) A coleta de dados foi baseada em uma observação participante , onde o pesquisador participou da aplicação dos questionários, aplicado no grupo observado e ainda participou de todas as atividades do estudo e investigação. Isso foi importante pois ,possibilitou ao grupo estudado uma confiabilidade e um percepção diferente do que foi abordado aos indivíduos de maneira que eles conhecem o objetivo da pesquisa e as realidade encontrada no estudo de caso.

(Conclusão) Algo importante que foi diagnosticado na empresa foi que os colaboradores sim sente bem em suas funções realizadas , necessitado de o suplemento de motivação e reconhecimento perante ao diretor da empresa, Com isso sendo multiplicados aos clientes esse sentimento de comprometimento da organização

Palavras-Chave: Motivação – Qualidade de Vida – Práticas Motivacionais

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Autor(es):

DÃ©bora de Andrade Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Adrian Lucas Andrade Barbalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rodrigo Oliveira Bandeira Tavares: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Marcio Max Graciano da Silva Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN
James Teixeira Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sustentabilidade empresarial tem a capacidade de mudar de forma positiva a imagem de uma empresa junto a seus stakeholders. Com o aumento dos problemas ambientais gerados pelo crescimento desordenado nas últimas décadas, os consumidores ficaram mais conscientes da importância da defesa do meio ambiente. Vale ressaltar que as atitudes tomadas pelas empresas não devem ser apenas superficiais visando o marketing, as práticas devem apresentar resultados significativos para o meio ambiente e a sociedade como um todo. Na busca por sustentabilidade, as empresas acabam buscando aoes que são capazes de tornar seus negócios mais eficientes, sendo esta, eficiência alcançado quando uma empresa, por meio do fornecimento de bens e serviços a preços competitivos, consegue satisfazer as necessidades humanas, trazer qualidade de vida, reduzir progressivamente o impacto ambiental e o consumo de recursos ao longo de suas operações, a um nível, no máximo, equivalente a capacidade de sustentação estimada no planeta.

(Metodologia) O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, uma vez que, foram utilizados livros, sites e informações disponibilizadas na internet. Diante do contexto, a sustentabilidade empresarial deve ser vista como uma oportunidade de novos negócios para as empresas, como o procedimento metodológico. Na primeira fase desta pesquisa, foi realizado um estudo teórico visando o desenvolvimento de medidas socioambientais - visto que a sustentabilidade empresarial é uma responsabilidade de todos.

(Resultados) Mediante dados apresentados no referencial teórico, os resultados obtidos foram de uma crescente mudanç, desde a revolução industrial até os dias atuais, as empresas mudaram a sua postura com relação ao meio ambiente, postura essa que segue rigorosos padrões, preocupando-se com seus stakeholders, ampliando sua visão para melhor colaboração com a sociedade, dessa forma adquirindo mais confiabilidade, não usando a sustentabilidade meramente por marketing e sim no quesito citado anteriormente. Entende-se que existe uma mudanç de reputação ao utilizarem as ferramentas a favor do meio e da sociedade, desse modo se a empresa continuar seguindo com essa postura sustentável o negócio aumenta seu período de funcionamento.

(Conclusão) O envolvimento com as questões socioambientais por parte do grande empresariado, fez-nos perceber uma significativa e crescente busca por novas metodologias de pesquisa, tendo como grande aliada a tecnologia a fim de dar mais agilidade aos processos, otimizando, reduzindo custos e conseqüentemente tornando o nosso planeta mais sustentável. Por sua vez, esse diferencial agrega valor ao produto, ao serviço oferecido e ao consumidor final, sendo este último, um consumidor que se mostra e se molda ao perfil de um individuo que cada vez mais cresce atualmente, ou seja, o consumidor consciente, que entende qual é seu papel como contribuinte para um planeta mais sustentável, e que suas escolhas podem impactar para as gerações futuras de forma positiva.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Ambiente, Stakeholders.

A ADOÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARA UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Autor(es):

Camilla Ferreira de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O modelo estruturado de gestão administrativa para um escritório de advocacia é fundamental para o desenvolvimento e planejamento de todos os processos existentes na organização. Permite que esses processos sejam divididos em etapas, proporcionando a viabilização das atividades desempenhadas no escritório, com o objetivo de torná-lo uma organização lucrativa, bem como fonte de prazer pessoal e realização profissional. A técnica utilizada para a realização da pesquisa foi construída a partir de um estudo de caso realizado em um escritório de advocacia de pequeno porte, situado na região leste da cidade de Natal/RN, com o objetivo principal de verificar a relação do modelo de gestão e a eficiência dos processos administrativos, considerando o atual modelo de gestão a qual estão sujeitos. Será também utilizada técnica de entrevistas, estruturada focada, observação participante e pesquisa documental, tendo, como método de análise de conteúdo, as categorias técnicas de Bardin para tratamento e análise dos dados.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como científica, que tem como proposta analisar o atual modelo de gestão do escritório, utilizando-se das normas metodológicas para ir em busca dos recursos para a problemática sugerida. Em relação aos objetivos, a pesquisa define-se como exploratória e descritiva onde: a) A exploratória utilizou-se por meio do uso de material bibliográfico, permitindo o embasamento e formulação de novas concepções do ambiente estudado; b) Já a descritiva, possibilitou a análise e identificação dos perfis dos advogados, principalmente, o desempenho destes como gestores. Dentre os tipos de análise de conteúdo, a categorização temática explorará o tema central do trabalho: a adoção de boas práticas de gestão para um escritório de advocacia, visando à busca de informações para elucidar os fatores que influenciam na gestão administrativa do escritório.

(Resultados) Os cinco advogados entrevistados, prestaram informações por meio de entrevistas estruturadas e focalizadas, que serviram como fonte informativa, bem como para um maior conhecimento com relação ao tempo de atuação, gestão, e através do desempenho das atividades realizadas por cada um no escritório de advocacia, o que possibilitou a constatação que a maioria atua no escritório com conhecimento e propriedade para os diversos assuntos relacionados às áreas direito, porém quanto às questões relacionadas aos diversos tipos de gestão, identificou-se que os mesmos só possuem informações do que é modelo de gestão devido as suas vivências e, sobretudo, por estarem atuando diariamente no escritório. A partir dos depoimentos é possível perceber que os profissionais entrevistados compartilham com algumas ideias sobre modelos de gestão, pois é citada questões como cumprimento de meta, organização, controle e divisão de responsabilidades. Porém, algumas características não foram enfatizadas pela a maioria dos advogados entrevistados, traçando assim o novo perfil do modelo de gestão e do ambiente no qual estão inseridos, como se pôde observar na fala do R1 ao dizer que “não entende de modelo de gestão administrativa e que na verdade o que faz acontecer às coisas no escritório é o cumprimento dos prazos e que essa é a meta”.

(Conclusão) De acordo com todos os dados analisados observa-se que o Escritório de Advocacia, necessita se reorganizar, passar por algumas mudanças e reinvenções para acompanhar o mercado juntamente com as expectativas de seus clientes, bem como, implementar um modelo de gestão visando o planejamento e controle das atividades desempenhadas, a fim de garantir maior visibilidade no mercado e atração de novos clientes.

Palavras-Chave: Gestão Administrativa; Planejamento e Ferramentas de Gestão; Modelo de Gestão.

A GESTÃO DO MARKETING PORTUÁRIO E SEUS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS.

Autor(es):

Gilmara Adelino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com os avanços da globalização, pode-se perceber que não existem mais fronteiras para oportunidade em novos mercados, desta forma, se faz necessário ficar preparado para a entrada e saída de diversos tipos de mercadorias, a infraestrutura marítima é bastante válida para atender esse mercado. Neste sentido, o setor portuário possui um papel consideravelmente significativo na competitividade da nação, seja no mercado interno, por meio da navegação de cabotagem, ou no mercado externo, por meio da navegação de longo curso. Mesmo em meio a um mercado promissor, que vem crescendo constantemente, muitas Autoridades Portuárias vem enfrentando dificuldades, não por motivos externos, mas sim por problemas internos. Como é o caso da Companhia Docas do Rio Grande do Norte, que vem enfrentando dificuldades em seu setor de marketing. Diante deste fato, o presente estudo tem como objetivo identificar as causas que levam o setor de marketing da CODERN a enfrentar dificuldades no processo de implementação das suas estratégias.

(Metodologia) Referente à metodologia que será utilizada no presente trabalho foi enquadrada como uma pesquisa documental, descritiva com o método de estudo de caso. A coleta de dados será obtida por meio de documentos legais (estatísticas portuárias, planejamento estratégico, plano diretor etc.) e serão comparados com Portos de outros estados e países. Serão avaliados ainda os relatos de funcionários do setor de marketing, para que se possa entender o ponto de vista da CODERN com relação ao setor de estudo.

(Resultados) Empresas estão longe de ser perfeitas, estas estão inseridas em um ambiente de mudanças, com isso, existem necessidades que devem ser atendidas para resolver problemas como também para tomar decisões. Não diferente de muitas, a CODERN passa por grandes dificuldades, e podemos citar, como resultados parciais, a análise de ambiente da Companhia, nessa análise pode-se perceber que na CODERN existem muito mais pontos fracos do que fortes, pontos fracos esse que veem causando problemas consideráveis, no entanto a mesma deve colocar em prática o seu plano estratégico para que dessa forma possa trabalhar em cima de sua necessidade e fortalecer ainda mais o que lhe por positivo. E assim se posicionar no mercado, para que dessa forma sejam vistos não apenas como um simples ponto de transferência de modal, mas como centro de serviços.

(Conclusão) O segmento portuário, principalmente no Brasil, passou por profundas mudanças ao longo dos últimos anos, ocorrendo uma importante expansão, não apenas em termos de infraestrutura, como também em modernizações de sua forma de gestão. Com esse crescimento, levando em consideração principalmente o Porto de Natal, os problemas e dificuldades também cresceram e em alguns casos estão refletindo diretamente no desempenho Portuário. Diante deste contexto, conclui-se que o presente trabalho que é possível perceber que o porto projeta-se para ser um dos melhores portos do Brasil, com infraestrutura equivalente a atender a demanda solicitada, faltando somente a compreensão das partes envolvidas neste processo para a realização da etapa de fundamental importância, que é fazer realmente funcionar o seu setor de marketing/seu plano estratégico.

Palavras-Chave: Sistema Portuário, Marketing Portuário, Estratégias de Marketing.

A UTILIDADE DE ESPAÇOS DE COWORKING PARA IMPULSIONAR STARTUPS

Autor(es):

Valdenize Dantas da Silva: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) Seguindo a tendência de espaços de trabalho compartilhados, denominados Coworking no mundo, observa-se o avanço dessa nova forma de pensar sobre o ambiente laboral no Brasil. O interesse demonstrado por grandes empresas internacionais em abrir espaços como esse no país, alguns deles com acesso gratuito, revela que seus benefícios sobrepujam-se às desvantagens, caracterizada mais pela não adaptação dos usuários do que pelos pontos negativos verificados. O êxito dessa atividade no contexto global, que segundo o projeto Global Coworking Map, estima-se ter mais de 4.000 espaços em funcionamento, gera a expectativa de que o progresso seja irreversível considerando a sustentabilidade e viabilidade da iniciativa. O tímido desenvolvimento dessa organização em Natal/RN incentivou a presente pesquisa. Nesta, procurou-se relacionar de forma específica as características verificadas nessas organizações à utilização delas por startups como um meio valioso e eficaz de impulsionar ideias empreendedoras, bem como ilustrar a contribuição desse negócio no fator econômico de uma empresa. Tenta-se validar a hipótese de que o estímulo à troca de experiências com vista para o enriquecimento intelectual, a diminuição significativa de custos gerais, concernente principalmente à infraestrutura e a possibilidade de oferecer melhor acesso quanto à localização, estimularia o aumento na cidade de startups que possuem a pouca capacidade financeira como obstáculo para iniciar suas atividades e mantê-las pelo tempo necessário.

(Metodologia) Para dar suporte à reflexão pretendida, utilizou-se basicamente pesquisa bibliográfica com objetivo de recolher informações e relatos existentes sobre o tema, de forma descritiva, qualitativa e analítica. Foram usados sites especializados como o Coworking Brasil, de empresas do ramo como a Gowork, e outros com viés empreendedor como o Sebrae, além de artigos em periódicos (Revista Exame, 2016) e informações disponibilizadas pela internet como fonte. Dados secundários de uma pesquisa realizada pelo Movebla e Ekonomio em parceria com Coworking Brasil (Censo 2016) também foram referenciados, uma vez que contribuíam para o entendimento do desenvolvimento das atividades no país.

(Resultados) No processo de entender o impacto de utilizar espaços compartilhados, verificou-se que o coworking proporciona uma economia de até 38% por estação de trabalho, considerando que em média, os gastos anuais de uma empresa que aluga um imóvel são de R\$ 17.400,00, segundo estudos, desconsiderando outros custos relacionados. A representatividade deste aspecto ilustra a necessidade de considerar alternativas viáveis como o coworking, quando elencamos benefícios como ter estrutura preparada com internet, mobiliário, segurança, salas de reunião, suporte técnico, boa localização, entre outros, sem precisar pagar pela manutenção de tudo, por exemplo, a um custo de cerca de R\$ 10.800,00 por ano ao locar um espaço nesse modelo. O compartilhamento de informações, know-how, a colaboração mútua e o ambiente frutífero, alimentam o networking e auxiliam no constante aprimoramento dos usuários, haja vista a necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos. Pode-se averiguar que, juntamente com profissionais das áreas de marketing e internet, as startups configuram 45% dos clientes que frequentam os espaços, segundo Censo 2016 realizado com 173 participantes, dentre os 378 associados ao projeto Coworking Brasil. Em expansão na cidade Natal/RN, ainda não há mensuração da quantidade de organizações desse tipo e nem da procura de tais ambientes por startups, porém estas fazem parte do público alvo do modelo de negócio apresentado.

(Conclusão) Excetuando-se os perfis de profissionais e tipos determinados de negócios que não se adaptam, por natureza, ao ambiente proposto, por vezes, dinâmico, infere-se que a utilização de coworking por startups configuram uma das melhores opções para empreender ideias que estão em fase de teste - encubá-las até certo grau de maturação, diminuindo custos de quem possui capital de giro restrito e possibilitando, em outros casos, a concretização de planos antes apenas sonhados.

Palavras-Chave: Coworking, Startup, Empreendedorismo.

ANÁLISE SWOT EM UMA EMPRESA DE SUPLEMENTOS NO BAIRRO DO ALECRIM

Autor(es):

Ana Paula Lopes da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Alessandra Cruz da Silva Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Kelly Renata Dantas Cavalcante: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise SWOT é uma ferramenta de gestão bastante conhecida no meio empresarial para o estudo do ambiente interno e externo da empresa através da identificação e análise dos pontos fortes e fracos da organização e das oportunidades e ameaças às quais ela está exposta. Apesar de parecer simples, esse método se mostra bastante eficaz na identificação dos fatores que influenciam no funcionamento da organização fornecendo informações bastante úteis no processo de planejamento estratégico. Este estudo se inicia com uma revisão na literatura sobre os conceitos da matriz SWOT e uma pesquisa de campo em uma empresa de suplementos alimentares instalada no bairro do alecrim. O objetivo deste estudo é demonstrar como empresas que vendem alimentos podem utilizar a matriz SWOT como ferramenta estratégica para atender as novas exigências e obter a liderança de mercado, captação, satisfação e retenção de clientes.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa exploratória assumindo a forma de um estudo de caso. O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Nesse aspecto foi elaborado um questionário e feita uma entrevista com o proprietário da empresa. Com esta visita, pôde-se observar os aspectos positivos e negativos da empresa, sua forma de trabalho, marketing, produtos utilizados, fornecedores e sua forma de gestão. A presente pesquisa também é bibliográfica, pois o assunto abordado foi amplamente investigado em livros, artigos e revistas que tratam sobre a análise SWOT.

(Resultados) Verifica-se que tanto no macro como no micro ambiente, ou seja, no ambiente interno e externo da empresa existem fatores que podem ser considerados como relevantes a um planejamento estratégico da empresa, com relação especial a ser atribuído aos pontos fracos da empresa, um deles a existência de poucos vendedores; e às suas ameaças, os quais baseados em um planejamento adequado podem vir a configurar-se como pontos fortes e oportunidades futuras. Percebe-se ainda que a empresa pode manter e/ou melhorar seus pontos fortes e aproveitar as oportunidades que se apresentam, de forma a possibilitar a empresa uma competitividade maior. Pode-se citar aqui a fidelização com os clientes e a excelente rede de comunicação com os mesmos.

(Conclusão) Constata-se através do referencial teórico que a matriz SWOT tem papel fundamental na definição das estratégias e planos de ação de uma empresa, pois visa identificar seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, levando em consideração o ambiente interno e externo. Para demonstrar a aplicação da matriz SWOT foi realizado um estudo em uma empresa de suplementos alimentares, onde foi feita uma análise de como ela pode utilizar essa ferramenta para obter maior competitividade e permanecer no mercado

Palavras-Chave: Consumidores, Planejamento, SWOT.

BUSINESS MODEL CANVAS APLICADO AO RAMO TURÍSTICO: MODELAGEM DA GO EASY.

Autor(es):

Érica Sulamita Pereira da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rafael de Baggi Silva e Attayde: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Renata Lima de Mesquita: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crescimento do turismo tem sido contínuo nas últimas décadas, sendo este o setor que registra maior crescimento em todo o mundo, segundo o portal Dinheiro Vivo. Paralelamente, o desenvolvimento econômico do Brasil com a implantação do Plano Real colaborou intensamente para o crescimento do mercado turístico no país, o qual cresceu socioeconomicamente de forma que a população passou a ter noção do poder de compra da moeda, podendo assim fazer planejamentos e gastos no setor do turismo. Mais tarde, com a mudança da política cambial e a desvalorização do Real, ocasionou uma grande transformação no setor. Com isso, o Brasil tornou-se um atrativo barato para os estrangeiros além de que houve um aumento bastante significativo do turismo interno, dentre outros fatores, devido ao cada vez menor tempo livre e o aumento do dólar. Partindo destas premissas, surgiu o interesse pela modelagem de uma empresa classificada como a Go Easy, para trabalhar com a promoção do relacionamento entre viajantes e guias locais. Para isso, o trabalho desenvolvido pretende mostrar de forma rápida e simples o modelo de negócio escolhido, o qual propõe que viajantes que buscam aplicar sua personalidade no destino escolhido, encontrem pessoas locais comuns que buscam ocupar seu tempo livre como guias, sendo esta uma atividade prazerosa, no intuito de reforçar sua renda mensal sem vínculos formais e maiores compromissos.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como descritiva-exploratória, bem como estudo de campo feito no ramo turístico. Para a pesquisa, utilizou-se informações divulgadas na internet e pesquisas informais do setor, bem como traços de conhecimento mercadológico dos alunos envolvidos. A partir daí, foram coletados os dados necessários e a oportunidade de mercado foi identificada. Para a descrição e análise dos dados, utilizou-se a ferramenta de modelagem de negócio Business Model Canvas (BMC) de Alexander Osterwalder.

(Resultados) Durante o tratamento das informações, identificou-se que viajantes que buscam sua personalidade aplicada no destino, principalmente com a necessidade da otimização de seu tempo com maior qualidade e segurança podem encontrar pessoas comuns locais que buscam ocupar seu tempo livre, com uma atividade prazerosa de guia, no intuito de reforçar sua renda mensal sem vínculos formais, onde o viajante e o guia local serão captados através da exposição da marca Go Easy nos canais estabelecidos (site, aplicativo, publicidade online, redes sociais), no intuito de que tenham uma experiência positiva no uso do serviço, retendo-os para novas experiências futuras, fortalecendo assim, cada vez mais a marca, utilizando uma plataforma para este fim, que de forma colaborativa, ambos possam participar da criação de roteiros de viagens personalizados.

(Conclusão) Após análise realizada através de leitura segmentada, entrevistas e simulações de possíveis quadros, conclui-se como viável a criação deste novo negócio, identificado como uma boa oportunidade de mercado, tendo em vista o modelo contemporâneo que se propõe, embasado em tecnologia atual e simples, tendo ainda espelhamento em outros negócios de operação real e em grandes proporções, tendo este modelo uma grande capacidade de captação de tomadores e prestadores de serviço, aumentando assim as chances de se tornar economicamente viável.

Palavras-Chave: Intermediação, Turismo, Serviço.

CRESCIMENTO DO ESPORTE ELETRONICO

Autor(es):

Eduardo Tonetto Segantini: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Gabriel Batista Abbott Galvão: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Matheus Marinho de Barros: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lucas Dantas de Gois: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo apresentado teve como objetivo identificar e analisar o crescimento do mercado dos Esportes Eletrônicos (e-Sports) no cenário internacional, tendo em vista o grande desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos, acredita-se que o Brasil possa ser um grande palco para esse mercado. Dentre os aspectos analisados na pesquisa, foram enfatizados os benefícios físicos, econômicos e sociais que a nova modalidade esportiva pode oferecer, bem como explicar e demonstrar o que é o e-Sports, já que é uma modalidade que surgiu a pouco tempo.

(Metodologia) O tipo de pesquisa utilizada para desenvolvimento do trabalho foi a utilização de dados secundários e a pesquisa bibliográfica, neste caso, foram analisados sites, artigos e revistas. O ambiente da pesquisa foi no meio internacional das competições, sem se aprofundar em competições continentais, comentando apenas o necessário. A metodologia da pesquisa teve característica quantitativa, pois primariamente baseada em uma breve análise de mercado, levando em conta números de espectadores, desenvolvimento de premiações e quantidade de equipes profissionais ativas no mercado, mas, mesmo assim, a pesquisa ainda conta com os benefícios sociais e físicos que qualificam-se como características qualitativas.

(Resultados) Os resultados obtidos foram através de dados observados nas fontes pesquisadas que nos puderam informar que o esporte eletrônico é capaz de proporcionar inúmeros benefícios tais quais: físicos, como o aprimoramento nas características sensoriais, que propicia a saúde mental e maior imunidade a doenças, por exemplo, o Alzheimer; sociais, que estão relacionados a comunicação e socialização; econômicos, que por ser uma modalidade esportiva pioneira, se torna muito rentável, por meio de transmissões online, patrocínios e campeonatos, bem como geração de emprego, como a área de mídia esportiva responsável pela cobertura das competições. E no período trabalhado de 5 anos pode-se observar que os prêmios variaram de, aproximadamente, \$78.115,00 até \$20.770.640,00, ou seja, um crescimento colossal de 26.489,8%.

(Conclusão) Verificou-se por meio desse trabalho o quanto o esporte eletrônico cresceu no período dos 5 anos. Apesar de ser um segmento pioneiro, com o passar do tempo vem conquistando cada vez mais seu espaço e mostrando que é a modalidade esportiva que mais cresce nos últimos anos. Com base nos dados coletados, podemos identificar que o E-Sport começou a ser visto como um esporte regulamentado contando com canais e programas exclusivos para difusão de informação, jogadores estrangeiros recebendo visto de jogador profissional, equipes que seguem regulamentos específicos e, até mesmo, órgãos responsáveis pelo controle e popularização da modalidade. Além disso, aliado as mídias sociais que estão disponíveis a todos, a cultura dos esportes eletrônicos tem conectado milhares de pessoas de diferentes regiões e continente.

Palavras-Chave: E-sport, jogos, competição

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E COMPORTAMENTAL DOS ESTUDANTES DE ADMINISTRAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Walesca Regislane da Silva Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Uma constante questão que tem estado em discussão dentro do Brasil, entre o governo, instituições financeiras, e dentro das escolas, são os altos padrões de consumo da sociedade e conseqüentemente o endividamento das famílias, o que trás à tona a importância da educação financeira. Existe o descontrole em muitas famílias, principalmente quando se consegue crédito no mercado – que nos dias de hoje é bastante facilitado -, em se gastar mais do que se deve, ultrapassando assim o “orçamento” mensal, onde se termina por continuar cumprindo com a quitação de custos fixos, no entanto, acumulando dívidas no mercado, onde muitas vezes as taxas abusivas não permitem a quitação do débito com o valor original. A falta de controle no orçamento financeiro acontece na maioria das vezes por falta de informação e principalmente falta de planejamento financeiro. Um agravante da falta do planejamento financeiro é o consumismo/compulsão por comprar ou adquirir serviços, que afeta não somente os adultos, mas também jovens e crianças que entram nesse mundo onde se alia bem estar à aquisição de produtos e serviços, comprometendo a saúde financeira da família.

(Metodologia) Nessa pesquisa serão utilizados os métodos e procedimentos que a caracterizam como bibliográfica, descritiva e a abordagem do problema é documental e qualitativa. O universo serão os alunos das IES (Instituições de Ensino Superior) do Rio Grande do Norte com IGC (Índice Geral de Cursos) nível 4: UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), UNI-RN (Centro Universitário do Rio Grande do Norte), UNIFACEX (Centro Universitário Facex) e UFERSA (Universidade Federal do Semi-Árido), do curso de Administração ingressantes (primeiro ano) e concluintes (quarto ano), onde será aplicado um formulário para justificar os conceitos e as teorias expostos nesse trabalho. A coleta de dados será constituída por teses e através de questionários que serão aplicados aos alunos do curso de Administração ingressantes e concluintes das IES do Rio Grande do Norte com IGC 4 com o objetivo de apurar os dados para embasar os assuntos abordados dentro do problema e aos objetivos propostos.

(Resultados) O que é esperado dos resultados que serão obtidos, é de que os alunos ingressantes no curso de administração, seja ela qual for a IES, consigam ter ao decorrer do curso uma visão mais abrangente, visto que as matérias de matemática, estatística e finanças acabam trazendo à tona muitos defeitos cometidos pelas pessoas no geral, e que podem ser reavaliados quando se inicia um curso ao qual eles passam a ter base mais aprofundada sobre o tema. E sobre os alunos concluintes, espera-se que eles já saibam manejar não só suas finanças pessoais, mas também que leve esse conhecimento ao máximo que puderem, seja para a família, seja na organização onde trabalha, ou onde é gestor.

(Conclusão) Fazendo uma comparação entre uma organização e a vida de uma pessoa, ambas precisam de administração, planejamento, e a assertiva quando se trata de tomada de decisões, percebendo mais uma vez a importância da gestão financeira para o indivíduo e a sociedade como um todo. Ou seja, se por um lado a sociedade em si incentiva o consumo, seja pela busca da praticidade, status e para suprir as necessidades, existe o viés sobre controlar e equilibrar as coisas, tendo a preocupação de poupar e de fazer as escolhas de acordo com o planejamento financeiro da família, e dependendo do quanto se poupa, pensar em um possível investimento que dê algum tipo de retorno para essa família ou para a pessoa individualmente, vindo a tona mais uma vez a importância da educação financeira como um todo.

Palavras-Chave: EDUCAÇÃO FINANCEIRA, FINANÇAS PESSOAIS, ENDIVIDAMENTO PESSOAL

EMPREENDEDORISMO SOCIAL: VISÃO CRÍTICA DE UM ARTIGO CIENTÍFICO

Autor(es):

Lucélia Maurício de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Daniel de Lima Ramos: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Vivianne Cardoso da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Cynara Galvão Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN
Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN
Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de empreendedorismo sofreu uma impactante ampliação no seu entendimento nos anos 1980 ao ser proposto por Bill Drayton que o objetivo de um empreendimento não seria, necessariamente, a geração de lucros e o retorno financeiro aos seus idealizadores. Nesse sentido, emerge o significado do empreendedorismo social, o qual passa a ser sustentado pela promoção de ações capazes de transformar uma realidade. O empreendedor social almeja a transformação do mundo utilizando técnicas presentes no cotidiano de empresas, com o propósito de maximizar o capital social de uma comunidade, bairro, cidade ou mesmo país e melhorar a vida de pessoas. Assim, o cerne do presente trabalho é realizar uma apreciação crítica a respeito do artigo científico de Edson Marques Oliveira, publicado em 2004 sobre o tema em questão.

(Metodologia) A pesquisa é caracterizada como sendo bibliográfica e utiliza como método a análise crítica do artigo científico “Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias” escrito por Edson Marques Oliveira e publicado na Revista da FAE, Curitiba, v.7, n.2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

(Resultados) Os resultados deste estudo apontam que uma maneira de analisar a repercussão das combinações sociais é a partir do número de organizações que, além de estarem em crescimento, propicia resultados positivos para a sociedade, gerando, assim, retorno financeiro e possibilitando a abertura de novos postos de empregos. Como ressaltam Melo Neto e Froes (2001, p.31) “O processo de empreendedorismo social exige, principalmente, o redesenho de relações entre comunidade, governo e setor privado, que se baseia no modelo de parcerias”, tendo como principal objetivo (2001, p.11 e 12) “[...] retirar pessoas da situação de risco social e [...] o foco é nos problemas sociais, e o objetivo a ser alcançado é a solução a curto, médio e longo prazos destas questões [...] buscando propiciar-lhes plena inclusão social”. Engajando com seriedade e serenidade os projetos sociais para uma sociedade carente.

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que o autor do artigo analisado revela-se assertivo ao sustentar que o resgate à autoestima e à visão de futuro são questões importantes para o desenvolvimento de empreendimentos sociais, assim como a inovação, a criatividade e a cooperação à condução para ações coletivas geram resultados sociais de impactos. Por fim, como agenda de pesquisas futuras, é sugerida a abordagem de temas como a avaliação de ações de dinamismo e objetividade como criadores de capital social, além da articulação de uma ação social coletiva aos gestores de organizações do terceiro setor.

Palavras-Chave: EMPREENDEDORISMO SOCIAL; TERCEIRO SETOR; INTERAÇÃO SOCIAL.

EMPREENDEDORISMO E ESTRATÉGIA DE MARKETING: O CASO DE DANIEL CAPAS

Autor(es):

Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o Brasil atingiu a marca de 252,1 milhões de celulares em agosto de 2016, representando uma média de 1,2 celulares para cada habitante do país. Observando esses números, percebe-se que o mercado de telefones moveis é aquecido, e abre espaço para oportunidades de negócio. Para tal, ainda que de uma forma intuitiva, o empreendedor natalense conhecido como “Daniel Capas”, enxergou uma possibilidade de adentrar nesse segmento por meio de um mercado paralelo, decidindo então investir no negócio de venda de capas para celulares. Dito isto, segue-se com a proposta deste trabalho que é de observar os elementos da estratégia de marketing adotada pelo empreendedor por meio dos 4P’s de Philip Kotler com proposta de compreender alguns dos motivos que fizeram sua organização atingir um patamar sólido no mercado da cidade de Natal.

(Metodologia) A técnica utilizada para construir esse trabalho deu-se por meio do estudo de caso, para um caso em particular, preocupando-se com questões as quais explicam os acontecimentos da trajetória da empresa Daniel Capas Acessórios e Informática. Essa pesquisa possui, por sua vez, natureza qualitativa e utilizou como base bibliográfica a obra intitulada “Administração de Marketing” de Philip Kotler.

(Resultados) Philip Kotler defende que a estratégia de marketing deve ser fundamentada em um modelo denominado 4P’s, este contempla os seguintes elementos: promoção, preço, praça e produto. De modo que ao relacionar com a dinâmica exercida pela organização em questão, percebe-se que o empresário trabalha fortemente com o quesito praça, visto que o local onde a loja se situa é intencionalmente estratégico, localizado ao lado do Shopping Midway Mall, de maneira que consegue atrair clientes que iriam realizar suas compras no shopping e acabam optando pela loja de Daniel Capas, devido ao preço ser competitivo, com produtos que podem chegar a um preço de até 4 vezes menos do que em lojas no shopping, este que é justificado pelo valor do aluguel do ponto comercial ser consideravelmente inferior ao aluguel de uma loja em um shopping center. Percebeu-se também que o mix de produtos oferecido é amplo e similar ou até maior que da concorrência, trabalhando sempre de maneira a contemplar as tendências de mercado e ofertando os produtos desejados pelo público alvo. Assim como as promoções, essas que acontecem de forma frequente e estratégica, como exemplo, tem-se o caso da recente promoção do dia das crianças ocorrida no mês de outubro.

(Conclusão) Ao conectar a empresa Daniel Capas com o modelo dos 4P’s de Kotler, observa-se que o empreendedor aplica fortemente as estratégias em questão, pois o ponto escolhido foi assertivo, o preço é competitivo e atrai o público alvo, o mix de produtos é variado, além de possuir diversas promoções para atrair os clientes e renovar o estoque. De modo que de maneira prática, o sucesso da empresa pode ser justificado por meio do modelo de Kotler.

Palavras-Chave: Empreendedorismo, Estratégias de Marketing, Daniel Capas.

ESTRATÉGIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO RESTAURANTE ROSA DE SARON

Autor(es):

Yasmin Correia de Amorim: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tende a mostrar de forma clara um estudo que virá a ser realizado sobre a situação da empresa Restaurante Rosa de Saron localizado em Natal/RN, empresa local que se propôs a ser usada de forma que seja aproveitado este material para melhorias em sua imagem e comunicação e suscetivelmente alavancar seus negócios. O objetivo geral do presente estudo é: Propor um plano de marketing para comunicar e destacar a imagem do restaurante Rosa de Saron. Para que o objetivo desse estudo seja alcançado foram traçados os seguintes objetivos específicos: Elaborar as estratégias do composto de marketing; Identificar os aspectos micro e macroambientais; Traçar o perfil sócio econômico, psicográfico e comportamental do seu cliente alvo.

(Metodologia) Para entender os motivos desse problema será elaborada uma pesquisa de marketing por amostragem, de modo a obter dados para a elaboração de um plano de estratégias de marketing, através deste, ajudar a empresa a reter, fidelizar novos clientes e deixar sua marca consolidada. Refere-se a um estudo de caso que será feito mediante uma pesquisa exploratória e descritiva, o que resulta a uma análise a ser realizada em uma única organização. A população investigada nesta pesquisa são os clientes alvo do restaurante; Universo de 1000 refeições mensais, com nível de confiança de 80% e 8% de margem de erro numa amostra probabilística aleatória simples de 61 pessoas. Os dados serão tratados e analisados através de análise quantitativa para os dados estruturados e qualitativa para os dados não estruturados por meio de um software (planilha Excel) para fazer o tratamento estatístico de frequência dos dados e a posterior geração de gráficos para análise. Através do questionário que levantará informações do perfil sócio econômico dos clientes e de uma pesquisa documental (fonte de coleta de dados restrita a documentos, que coletará dados sobre micro e macroambiente da empresa).

(Resultados) Com o surgimento de alimentos industrializados, o aumento da diversidade gastronômica, as mudanças no estilo de vida da população e a globalização, os restaurantes tiveram que se adaptar aos hábitos contemporâneos de clientes cada vez mais exigentes por melhores níveis de serviço. Colocar em funcionamento um bar ou restaurante e aguardar a chegada dos clientes não é o bastante num mercado que deixou de ser produtivo para ser competitivo.

(Conclusão) Estabelecimentos mais estruturados dispõem de uma margem mensal para investir no marketing e comunicação do seu negócio. Este, com certeza é um caminho que deve ser seguido para manter a marca do negócio na mente do seu público alvo.

Palavras-Chave: Marketing. Estratégia. Restaurante

FOOD TRUCK - MODELO INOVADOR DE VENDA DE ALIMENTOS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE UTILIZANDO A ANÁLISE SWOT.

Autor(es):

Karla Janaina Marques da Rocha : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Sara Kamila Trajano da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Mirla Gabriela da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Amanda Beatriz Vasconcelos Galdino da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Jardênia Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Vendedor de comida de rua é uma das profissões mais populares em países em desenvolvimento, segundo a descrição da autora Bianca Chaer no livro “Comida de rua, o melhor da baixa gastronomia paulistana”. Os trabalhadores desse ramo já representam 2% da população e são altamente competitivos. Sendo assim, se torna imprescindível que estas empresas ou estes trabalhadores conheçam não só a sua realidade interna, mas também o ambiente em que estão inseridos, para que com isso saibam como se posicionar estrategicamente no seu respectivo segmento. Neste contexto surge a análise SWOT como uma das ferramentas que proporcionam ao gestor e ao pequeno empresário a visão de como está sua empresa perante seus concorrentes; possibilitando assim uma análise com a finalidade de identificar a viabilidade de um empreendimento de vendas de alimentos na cidade de Natal/RN.

(Metodologia) Como forma de compreender o mercado, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de coleta de dados: artigos, livros e materiais encontrados na rede mundial de computadores. Para identificação do mercado e público alvo pretendido, aplicou-se questionários com o intuito de avaliar a expectativa de potenciais clientes e possíveis locais para instalação e vendas.

(Resultados) Identificamos pontos fortes e oportunidades, como a proposta inovadora, preços competitivos, a facilidade de locomoção para participar de eventos, se sobressair em datas especiais; além de uma imagem forte, que reflete em uma grande interação nas redes sociais, facilitando o relacionamento com o cliente. Do lado oposto, temos as ameaças e pontos fracos onde visualizamos a concorrência com estabelecimentos comerciais fixos, as mudanças na regulamentação dessa atividade (proibição de Food Trucks em alguns locais), equipe reduzida e escassez de recursos.

(Conclusão) Uma empresa que busca conhecer seus pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades se mantém a frente das que desconhecem essa prática. Ao analisar a viabilidade de abertura de um Food Truck na cidade de Natal/RN a partir de uma análise SWOT e de uma pesquisa de opiniões, foi possível perceber que existe um mercado a ser explorado nesse setor de alimentação sobre rodas. A análise dos dados apresenta aos empreendedores a forma como devem se preparar para planejar o negócio e as ferramentas a serem utilizadas para estrutura-lo antes de colocar a ideia em prática, proporcionando assim, uma visão sistêmica do negócio, identificando possíveis riscos. Com a percepção do cenário interno e externo, definem-se os pontos fortes e fracos do empreendimento e a necessidade de gerir os dois de maneira inteligente. Identificar as oportunidades e tratá-las como ferramenta de alavancagem faz com que o negócio saia na frente e mantenha-se competitivo. Quanto às ameaças, elas sempre estarão presentes no espaço empresarial, tratá-las com indiferença ou subestimá-las é sinal de perigo iminente.

Palavras-Chave: Microempresas; Food Truck; Análise SWOT.

FRANQUIAS: A IMPORTÂNCIA DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Autor(es):

Ayrton Senna Silva de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Iago Kilson Damasceno Soares: Discente do curso de Administração do UNI-RN

João Gabriel Monte Antunes: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Arthur Batista Mendonça: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa tem como objetivo identificar quais os meios mais comuns e eficientes para a transferência de conhecimentos contido no sistema de franquias. A transferência de conhecimento no sistema de franquias é desejada e cultivada pelas grandes marcas como o principal mecanismo para que se tenha um negócio duradouro e sustentável. O conhecimento é a informação mais valiosa e consequentemente, mais difícil de ser repassada, pois não se trata de equipamentos ou qualquer outro processo tangível e palpável, que possa ser replicado facilmente. O presente instrumento buscou analisar os principais meios adotados por 03 grandes franquias de seguimentos diferente presentes em Natal-RN.

(Metodologia) A metodologia do trabalho foi em busca de identificar nas grandes redes de franquias presente no nosso Estado, quais os meios mais frequentes utilizados para transferência do conhecimento. E com isso também identificar o mais eficiente dentre eles. Essa pesquisa foi feita para identificar em meios as formas de transferências de conhecimento quais as mais efetivas e utilizadas, pois quando não é feito da forma mais eficiente, gera um custo desnecessário para Franquia, Franqueado, e uma despadronização nos produtos e serviços oferecidos pela marca. Diante deste complicado momento econômico que estamos passando, todas as empresas estão buscando redução de custos, por isso a importância desse conhecimento ser passado de forma coerente e coesa, trazendo apenas benefícios para a situação atual.

(Resultados) As empresas analisadas na presente pesquisa foram: Cacau Show; Chilli Beans; Mc Donald's. A pesquisa realizada em tais empresas trouxe como resultado que: 13% optam por vídeos institucionais, 17% por meio de slides, 26% por meio de apostilas didáticas, 17% treinamento in loco, 13% treinamento na sede da FRANQUEADORA e 13% por treinamento EAD.

(Conclusão) Tomando como base essas grandes redes que possuem o selo de excelência da Associação Brasileira de Franchising (ABF), podemos observar que centralizar grande parte da transferência de conhecimento por meio de apostilas didáticas é o meio mais utilizado para transferir esse conhecimento, e posteriormente padronizar os processos em uma rede de franquias. Foi constatado que quando a franqueadora utiliza os meios menos citados nessa pesquisa, existe as seguintes disfunções: Demissão desnecessária, re-treinamento com diversos funcionários, inclusive Gerente e franqueados, despadronização de produto e processo. Todas essas déficit citadas são de extrema importância para a SAUDE financeira, construção e solidificação de uma marca no mercado extremamente competitivo atualmente.

Palavras-Chave: Transferência - Conhecimento - Franquias - Padronização - Empresa

GERENCIAMENTO DE RISCO E ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA EM TEMPOS DE CRISE

Autor(es):

Prissyla Myrelly de Lima Machado: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Thauanny Mayara Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andréa Camilo Soares Lucas Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Anne Kaline Alves de Macêdo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Marciela Alves Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A análise econômico-financeira de um investimento dispõe de alguns métodos de análise para se definir o melhor investimento e se o projeto tem condições de atender as expectativas e demandas dos investidores. Porém, a escolha do método adequado requer conhecimento das ferramentas. Com a análise o investidor terá uma ideia de solidez (ou não) da empresa, se ela é bem administrada e se é atrativo ou não investir em ações emitidas por ela.

(Metodologia) O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica em livros e sites. Baseia-se cientificamente em dois tipos de pesquisas: bibliográfico e descritivo, tendo como objetivo, mostrar a viabilidade econômica em um cenário de risco.

(Resultados) Existem vários fatores externos que influenciam na viabilidade econômica da empresa, tais como: desemprego, que apresenta elevadas taxas de desocupação. Outro ponto a ser abordado é o consumo das famílias, que é influenciado diretamente pela taxa de desemprego. A renda e o endividamento são conseqüentemente afetados pela situação econômica e financeira do país e por último a variação do dólar, um fator extremamente variável, e está ligado ao nível de confiança no mercado. Diante desses fatores foram desenvolvidas ferramentas no qual ajudam a analisar a viabilidade de um negócio, são elas: VPL, que determina o valor presente de pagamentos futuros descontados a uma taxa de juros apropriada, menos o custo do investimento inicial, PAYBACK, é um dos indicadores utilizados na análise de retorno de projetos que indica o tempo necessário para o lucro acumulado gerado igualar o investimento inicial. Ou seja, ele é demonstrado em unidades de tempo: dias, meses, anos e a TIR, que é utilizada para calcular a taxa de desconto que teria um determinado fluxo de caixa para igualar a zero seu Valor Presente Líquido.

(Conclusão) Uma crise abre oportunidades raras para a superação das rivais. Para triunfar, no entanto, é preciso primeiro avaliar sistematicamente a capacidade da empresa de enfrentar a crise e tomar medidas corretivas. Em tempos difíceis, é de suma importância ter uma abordagem abrangente — a um só tempo defensiva e ofensiva — para o enfrentamento desse desafio. Para certas empresas, o resultado do processo será um programa de medidas imediatas que representa uma versão turbinada daquilo que se faz em tempos normais. Para outras, será a dolorosa constatação de que nada menos que uma urgente reestruturação irá bastar. Para conquistar vantagem, a empresa precisa investir no futuro, buscar fusões oportunistas e potencialmente transformadoras e considerar uma redefinição de seu modelo de negócios.

Palavras-Chave: Viabilidade econômica, mercado, crise e risco.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Autor(es):

Letícia Xavier Dantas de Miranda Monte: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Douglas Moreira de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Diego Alves Dantas: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Tacyana Souza de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) O setor de Recursos Humanos de uma empresa exerce um papel de suma importância, pois é o elo entre a diretoria e os seus funcionários, tendo a função de mostrar para o funcionário que a empresa em que ele trabalha é um lugar bom para se trabalhar e apontar para a empresa quando um funcionário está se destacando ou quando precisa ser mais capacitado ou auxiliado em algum aspecto. Esse departamento tem como principais funções: Recrutamento, estruturação, treinamento, instrução, capacitação, qualificação, entre outras. As empresas que contam com um departamento de RH, agregam valor e demonstram mais status e confiança para seu cliente, tendo em vista que contam com um departamento específico para cuidar, supervisionar e motivar os seus funcionários. Investir nessa área tem sido uma prática comum no mercado de trabalho, desde pequenas e médias empresas, pois principalmente essas só irão crescer se os seus funcionários se virem crescendo dentro delas. Uma tendência do mundo corporativista é a valorização das pessoas, e isso tem tudo a ver com o departamento de RH, pois é ele que vai zelar pela integridade da imagem da empresa perante os funcionários e pelos direitos dos funcionários perante a empresa.

(Metodologia) Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica, para conhecer os aspectos que conduzem e caracterizam o setor do RH, levando em conta os seguintes pontos referidos ao assunto, como, a importância do setor de DRH no contexto organizacional, o surgimento do departamento de Recursos Humanos, gestão de pessoas e sua evolução histórica e motivação organizacional. A metodologia da pesquisa teve característica qualitativa, pois caracteriza-se pelo estudo da complexidade do problema, analisando a interação de várias variáveis, compreendendo e classificando, os processos vividos pelo setor do DRH. As informações foram coletadas através da especificação dos diferentes tópicos referentes ao setor de RH e teve como principal fonte de resposta o RHportal e o livro CHIAVENATO/Gestão de Pessoas.

(Resultados) Os resultados alcançados foram baseados na corrente de pensamentos dos autores pesquisados. Após um diálogo entre eles, nota-se que todos consideram vital a presença do setor de RH em qualquer empresa devido às suas funções de extrema importância. Além disso, todos concordam que a gestão de pessoas nas organizações é uma atividade indispensável, ampliando, então, a importância do setor.

(Conclusão) Conclui-se por meio da discussão entre os pesquisadores que, sem o setor de RH, as empresas não conseguem lidar com as relações empregador-empregado com muito sucesso e satisfação para ambos os lados. Assim, apesar de ser uma pequena parte, este setor possui uma grande responsabilidade na hora de equilibrar a vontade do funcionário com a vontade do chefe. Em função dessas responsabilidades, a área tem uma missão estratégica dentro das empresas.

Palavras-Chave: Organizações; Gestão de Pessoas; Recursos Humanos

**IMPLANTAÇÃO DO TERMÔMETRO DE STEPHEN KANITZ NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA:
ANÁLISE DO FATOR DE INSOLVÊNCIA**

Autor(es):

Rafael de Baggi Silva e Attayde: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A vontade de crescer conjugada à necessidade de remuneração do capital dos sócios de uma empresa tem um caminho duro com muitos resultados possíveis, porém, quando inserimos valores menos objetivos à construção de riquezas, tais como política de desenvolvimento pessoal, boa fé, visão social, impacto suavizado no âmbito ambiental, crescimento dos funcionários, etc., normalmente estes possíveis resultados são reduzidos, haja vista que o crescimento é o principal objetivo, mas não sob qualquer hipótese. O Termômetro de Kanitz do financista Stephen Charles Kanitz (1974), é um instrumento utilizado para prever a possibilidade de falência de empresas, onde se procura analisar se determinada companhia tem possibilidade ou não de falir, principalmente em curto prazo.

(Metodologia) O presente trabalho se utilizou dos índices de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Liquidez Global (LG), Liquidez seca (LS), Liquidez Corrente (LC) e ainda o índice de Garantia de Capital Próprio (GCP) de uma empresa de incorporação imobiliária nos exercícios de 2009 a 2015, sobre os quais se aplicou a fórmula do Termômetro de Insolvência de Kanitz. Nesta, aplicam-se diferentes pesos para cada índice, encontrando o Fator de Insolvência (FI) da empresa. Em seu estudo, o financista Stephen Charles Kanitz analisou aproximadamente 5.000 demonstrações contábeis de empresas brasileiras e após isto escolheu aleatoriamente 21 empresas que haviam falido entre 1972 e 1974. Analisou os balanços referentes aos dois anos anteriores a falência e utilizou como grupo de controle, também de forma aleatória, 21 demonstrações contábeis referentes aos mesmos anos, de empresas que não faliram. Dessa forma o termômetro determina um score para cada empresa, variando de -7 a +7, apontando maior ou menor possibilidade de insolvência, sendo entre 0 e 7, um quadro favorável com baixa probabilidade de insolvência, 0 a -3, uma zona de atenção denominada "Penumbra", e abaixo de -3, as probabilidades de insolvência no curto prazo são consideradas bem elevadas, porém, vale ressaltar que em alguns casos é possível a recuperação da solvência.

(Resultados) A ferramenta apresenta que a empresa encontra-se na confortável zona da Solvência nas duas bases de análise, contábil e gerencial, variando entre os índices mínimos e máximos de 1,55 a 3,62 e ainda 0,02 a 3,61 respectivamente. Apesar disto, nota-se que existe uma tendência negativa sutil, porém irrefutável, fato que se explica dentre outras coisas, pela baixa atividade operacional optada pelos sócios, pelo crescente envolvimento em projetos de características diferentes.

(Conclusão) A empresa surgiu em 2009 e está continuamente aprendendo e se adaptando, sendo o saldo positivo entre os erros e os acertos. O patrimônio construído é relevante e demonstra a capacidade da empresa de gerar riqueza, contudo muitos erros poderiam ter sido evitados, adotando algumas práticas de gerenciamento e planejamento estratégico. O desempenho geral da empresa foi bom, mas apresenta uma linha descendente que traz desconforto para quem analisa de forma fria, sem entender o contexto. Perseguir, de forma objetiva, metas pré-estabelecidas é o primeiro passo de tudo, e a retomada da atividade original é recomendada, estabelecendo prazos, o que trará um alento positivo para a reversão da tendência negativa exposta no presente estudo.

Palavras-Chave: Índice de Insolvência, Termômetro de Kanitz, administração financeira.

IMPORTÂNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL PARA A PRODUTIVIDADE

Autor(es):

Clara Thainny Sousa Domingos : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Carla Tatiane Batista da Silva Rocha: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Adson Johnothon de Lima Leão: Discente do curso de Administração do UNI-RN
MARIA CICERA DA SILVA: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Matheus Izidro da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa buscou compreender a importância do clima organizacional e como ela influencia na melhoria na produtividade. Por tanto, se analisou que o clima organizacional possui importância na produtividade, mudando a forma que o ambiente de trabalho é visto pelos colaboradores. O desafio colocado nas empresas em geral é de investir em um clima organizacional positivo, sadio, motivacional e com funcionários qualificados para cada setor que irão atuar desse modo que não haja queda da estabilidade em um setor na empresa, assim os resultados qualitativos e quantitativos acontecerão na organização. As empresas precisam compreender que tratar a questão do clima interno como estratégia de gestão é fundamental para o aumento da melhoria da qualidade de vida das pessoas e para o bom andamento e sucesso do negócio. Se dentro da empresa os gestores produzirem influência positiva maior motivação e satisfação dos funcionários então automaticamente vai ocorrer maior produtividade, a eficiência e eficácia no trabalho, quanto maior a influência positiva melhor o clima organizacional e mais elevadas a eficiência. O clima organizacional é um diferencial competitivo nos dias de hoje, e as empresas precisam se conscientizar disso, pois para competir e se manter estabilizados no mercado de trabalho é preciso gerar alto grau de satisfação do gestor e do funcionário, ou seja, gerar uma satisfação interna favorável a produtividade.

(Metodologia) Utilizou-se para a elaboração do trabalho uma pesquisa bibliográfica utilizando livros, sites, artigos, e informações de fontes confiáveis. A pesquisa teve característica qualitativa procurando saber o nível de importância de um clima agradável no ambiente de trabalho para torna-lo produtivo e com o mínimo de conflito.

(Resultados) Com os resultados obtidos, observou-se que em empresas onde os objetivos do colaborador estão alinhados ao da equipe, seus integrantes sentem-se mais motivados mantendo a união e aumentando a produtividade. Nesse sentido as empresas estão buscando a melhoria do seu clima, fazendo com que as pessoas participem de reuniões, trabalhos em equipe, recebendo e oferecendo informações que sejam vantajosas a empresa, colaborando na realização da meta junto com a equipe como um todo, tendo uma remuneração variável e flexibilidade no horário de trabalho fazendo com que ocorra um clima de comprometimento com a empresa e seus colaboradores, mostrando as diferentes mudanças nos objetivos de cada funcionário.

(Conclusão) Um clima agradável no trabalho é vantajoso para ambas as partes, funcionários e a empresa com resultados menos estressante, mais prazer em estar na empresa, envolvimento mais elevado com o trabalho e com todos os componentes da empresa, desempenho melhor com resultados maiores. Facilita o entendimento por tornar mais objetivo esse processo, pois se obtém respostas capazes de indicar em que ponto a empresa está acertando ou falhando o que às vezes é muito difícil enxergar a dinâmica do dia-a-dia.

Palavras-Chave: Clima, produtividade e eficiência.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE ECONÔMICA E CONTÁBIL

Autor(es):

Rafael de Baggi Silva e Attayde: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O uso de índices financeiros em uma empresa permite que seus sócios, bancos, investidores reais e potenciais bem como sua administração financeira façam uma avaliação de certos aspectos do desempenho da mesma. Para julgar o desempenho global da empresa, é necessário apurar um conjunto de índices de liquidez, de atividade e de endividamento, que devem ser analisados de forma conjunta, pois isoladamente não são concludentes, porém, como o estudo ora apresentado tem o fim acadêmico, tratará exclusivamente da avaliação dos índices de liquidez de uma empresa do ramo de incorporação imobiliária, entre os períodos de 2009 a 2015, os quais medem sua capacidade para satisfazer suas obrigações de curto prazo, ou seja, a facilidade com a qual ela pôde pagar suas contas.

(Metodologia) O presente trabalho se utilizou de fontes bibliográficas e documentais, analisando relatórios contábeis (balanços patrimoniais e demonstrativos de resultados dos exercícios) e gerenciais (majorações e depreciações em fatos que a contabilidade pura não poderia alcançar) e manuais acadêmicos, avaliando índices como o de Liquidez Corrente (LC), que avalia a capacidade da empresa de honrar seus compromissos de curto prazo com os ativos circulantes, o de Liquidez Seca (LS), que é parecido com o ILC, porém, não considera o estoque, o de Liquidez Imediata (LI), o qual representa quantos reais a empresa dispõe de recursos exclusivamente no banco, em caixa ou ainda em aplicação de resgate imediato para cobrir cada real de dívidas de curto prazo, e ainda o de Liquidez Global (LG), que representa quantos reais a empresa dispõe de bens e direitos a curto e longo prazo para cobrir cada real de dívidas contraídas também a curto e longo prazo.

(Resultados) Após revisão dos materiais elencados respectivos aos sete exercícios contábeis, sobre o LC na base gerencial, verifica-se uma baixa capacidade de pagamento de títulos de curto prazo na empresa, porém, percebe-se um aumento significativo na capacidade de pagamento em curto prazo no último exercício, onde se demonstrou sua maior disponibilidade, porém, segundo a contabilidade registrada, existiria uma capacidade de pagamento próxima do recomendável em quase todos os exercícios. Sobre o LS, notou-se um decréscimo importante do índice em questão, expondo a empresa à realidade do quanto ela está dependente do estoque na manutenção da sua liquidez, o que pode ser perigoso, pois dado o alto valor das unidades comercializadas, em uma necessidade de caixa, qualquer ação promocional mais abrupta visando à transformação do estoque em recursos financeiros teria como premissa básica uma redução dos preços praticados e uma consequente destruição do lucro e por consequência, do patrimônio dos sócios. Já sobre o LI, a empresa trabalhou com as disponibilidades de recursos financeiros imediatos extremamente baixas, expondo a possíveis contratempos não previsíveis. Por fim, sobre o LG, percebem-se valores crescentes do índice na base gerencial nos últimos dois exercícios, devidos principalmente à reavaliação dos ativos da empresa, notadamente sobre três investimentos.

(Conclusão) Após o presente estudo, percebe-se que a empresa trabalhou com os índices de liquidez abaixo dos limites indicados, por uma opção de reinvestimentos em novos projetos. Vale salientar que os recursos de uma empresa devem ser utilizados para gerar riqueza na sua atividade, e ter quantias relevantes aplicadas no banco ou paradas é um contrassenso, uma vez que o valor ideal de disponíveis varia de acordo com a atividade de cada empresa, sendo este risco atenuado com a manutenção de linhas de crédito de curto prazo junto às instituições financeiras parceiras, destacando, contudo que estas linhas são caras e instáveis.

Palavras-Chave: Índices de liquidez, administração financeira, exposição.

INVESTIMENTO FINANCEIRO: UM SONHO AO ALCANCE DE TODOS

Autor(es):

Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maraisa Milena Alves Bandeira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Karina Lopes Loureiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lucas Freitas e Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Liane Ramalho Oliveira de Almeida: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) É possível investir no mercado financeiro com pouco capital. Muitas pessoas desejam investir, no entanto, acreditam que não dispõem dos recursos mínimos, outras tem um montante considerável, mas a falta de conhecimento acerca das possibilidades de investimento às impede de realizar aplicações financeiras que, porventura, poderiam render altos ganhos. Atualmente, o cenário econômico do Brasil é impactado por escândalos de corrupção, perda do grau de investimento e credibilidade a nível mundial, além de uma taxa de juros e inflação alta, nesse ambiente adverso pode surgir grandes oportunidades, por isso é de suma importância aprender formas de investir o dinheiro, mesmo que não disponha de montantes significativos.

(Metodologia) Utilizou-se estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, com o intuito de apresentar possíveis formas de realizar investimentos financeiros com pouco capital. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisa de mercado, internet e notícias divulgadas sobre o mercado financeiro nacional. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, foram analisados dados como investimento inicial, taxa de juros, inflação e retorno esperado.

(Resultados) Antes de investir, apesar de poder utilizar um montante relativamente baixo, não basta ter o dinheiro para a tomada de decisão, também é necessário planejar, observar qual seu objetivo, qual risco está disposto a correr e qual o tempo da aplicação. Ao realizar a pesquisa, observou-se que com um montante de aproximadamente R\$ 30,00 já é possível iniciar seus investimentos. Desta forma, um canal para que isso ocorra é por meio do Tesouro Prefixado, que é um tipo de título do Tesouro Direto (renda fixa), ele permite saber qual o valor a ser recebido na data de seu vencimento, pois utiliza uma taxa prefixada. Por exemplo: O Tesouro Prefixado 2023 (LTN), que vence em 01/01/2023, custa R\$ 402,50, a uma taxa de 14,37% a.a., se o mantiver até o vencimento receberá R\$ 1.000,00 (sem considerar taxas), se esse investimento for realizado pela Poupança, que é o investimento mais tradicional do Brasil, cujo seu rendimento em 2015 foi de apenas 8,15%, assim, sua taxa de retorno teria sido cerca da metade do obtido com o título LTN. Vale salientar que, no caso do exemplo citado, o valor do título é R\$ 402,50, contudo com apenas R\$ 32,20 é possível investir nele, fracionando-o, assim, ao comprar uma fração desse título, com o pagamento de 1% do seu valor será comprado 0,08 do título, desde que obedeça ao limite mínimo de R\$ 30,00, o que comprova que realmente com um capital baixo é possível adquirir títulos públicos. O Tesouro Direto também dispõe do Tesouro IPCA+, pós-fixado, cuja rentabilidade está indexada a inflação (IPCA) e a uma taxa prefixada, assim, a variação da inflação (8,47% em setembro) não permite que o dinheiro perca poder de compra e a taxa prefixada o remunera, devido a isso, sempre haverá rentabilidade positiva; atualmente, a maior taxa prefixada que o IPCA+ trabalha, rende 6,61% a.a., além da variação da inflação. Ressalta-se que, assim como ocorre com o Tesouro Prefixado, o valor do Tesouro IPCA+ pode ser fracionado e vendido, possibilitando sua aquisição com poucos recursos financeiros.

(Conclusão) Após analisar as opções investimento, mesmo sem ter conseguido guardar um vultoso montante, é possível começar a investir, contudo é necessário conhecer as opções que o mercado oferece, observando seus rendimentos, capital inicial, além do mercado econômico, com suas instabilidades e oportunidades. Por fim, mesmo com um capital limitado é importante verificar qual tipo de investimento mais se adequa ao planejamento do investidor, tudo isso, sem preterir novas oportunidades de investimentos, inclusive, com ganhos maiores.

Palavras-Chave: investimento, capital, tesouro.

MARKETING DIGITAL NA EMPRESA HALLUCINATION ENTRETENIMENTO.

Autor(es):

Bruno Alves Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na região da cidade de Ceará-Mirim (cidade próxima de Natal) cresce, cada vez mais o número de empresas de pequeno porte que se veem obrigadas a fecharem suas portas de forma precoce devido à falta de estratégia de negócio e, sobretudo falta de propaganda sobre seus negócios. Muitas vezes, os novos empresários demonstram uma visão retrógrada de seu negócio não estudando o segmento de mercado que vão atuar, nem sequer sabem quem é o seu público alvo, hoje, tal fato se tornou uma forma injustificável de incompetência administrativa, sendo que se tem de fazer de tudo para trazer o cliente até o seu negócio, no entanto, como forma de estudar e resolver esse problema, será utilizado como objeto de estudo a empresa HALLUCINATION ENTRETENIMENTO responsável pela promoção de eventos musicais na região de Ceará-Mirim.

(Metodologia) A metodologia em destaque foca em identificar as causas reais do evento no qual se está sendo estudado, abordando pessoalmente o público que será o cliente-alvo da questão, e através da ferramenta "SURVIO" e de dados produzidos pelo EXCEL permitirão a elaboração de um questionário virtual de forma a enviar para um número estimado de 500 pessoas através de dispositivos móveis, na aplicação do questionário para as 500 pessoas, se irão retirar dados probabilísticos aleatórios simples, que será utilizada para que se possam obter dados estatísticos, sendo que grande parte desses dados a própria ferramenta SURVIO tem a vantagem de elaborar por conta própria, com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro para 5%.

(Resultados) As informações levantadas pela pesquisa realizada e a ajuda de um profissional na área de estatística, será feita uma tabulação na qual serão definidas, pessoas que utilizam as mídias sociais, a frequência de acessos, a idade, para que elas utilizam, o sexo dentre outras informações como nível de consumo, aceitação, poder aquisitivo, locais estratégicos para a realização dos novos eventos entre outros.

(Conclusão) Com os dados levantados pela pesquisa de marketing poderá se obter dados importantes para que se possam utilizar em cima das informações obtidas, estratégias novas de modo a melhorar as formas de como chegar até o cliente-alvo, quais mídias sociais eles utilizam mais para que se possa fazer a divulgação do evento, e quais os lugares mais acessíveis e de preferência do cliente. entre outras informações. Tudo isso de forma rápida, pratica, comoda e barata, utilizando como fonte o poder das mídias sócias no âmbito organizacional para que se possa alavancar os negócios da empresa Hallucination Entretenimento para que ele não seja mais uma a vir fechar as portas.

Palavras-Chave: Marketing digital, Mídias Sociais. Mobile marketing.

MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: MUNDO DOS ALIMENTOS

Autor(es):

Nailson de Medeiros Vieira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa trata da modelagem de uma loja de alimentos congelados, a qual tem por objetivo proporcionar uma experiência diferenciada, com alta qualidade em um ambiente inovador, oferecendo aos seus clientes uma grande variedade de produtos para aqueles que enfrentam dificuldades relacionadas à falta de tempo e praticidade, pessoas que trabalham fora, moram sozinhas, desejam algo rápido e pessoas que não gostam ou não sabem de cozinhar.

(Metodologia) O estudo caracteriza-se como descritivo exploratório, bem como pesquisa de campo realizada no ramo de alimentos na cidade de Natal através de uma pesquisa de mercado junto a possíveis clientes interessados no produto, e em pesquisa realizada em sites nacionais e internacionais para ter uma visão macroeconômica do negócio, com o intuito de vender e solucionar os problemas diagnosticados. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio descritas da seguinte forma: Seguimento de mercado, Proposta de valor, Relação com o cliente, Canais, Atividades chaves, Recursos chaves, Parceiros chaves, Estrutura de custos e Fontes de Renda.

(Resultados) Direcionado ao seguimento de mercado, indicadores mostraram que houve um aumento na busca de praticidade por pessoas que moram sozinhas e/ou trabalham fora para realizar as suas refeições diárias. Ainda que haja o desejo dessas pessoas em consumir algo diferenciado ao se alimentar. Referente à proposta de valor pretende-se disponibilizar alimentos congelados de maneira rápida e objetiva a ponto que atinja a principal necessidade dos clientes que é maior praticidade, junto à isso será proporcionada uma experiência de compra diferenciada. A relação com os clientes é colocada como prioridade e por isso realiza-se um atendimento completo que visa atenção no pré, durante e pós compra, cordialidade, agilidade e valorização desses clientes. Para que haja boa comunicação utilizam-se canais que facilitam a troca de informações entre empresa e cliente, através das mídias sociais e televisivas, incluindo a loja física como canal de distribuição e acesso aos produtos. Há atividades-chaves que são de suma importância para o desenvolvimento, crescimento e credibilidade da empresa, são essas: o atendimento ao cliente para realização da venda dos produtos congelados, divulgação da loja e dos itens oferecidos. A estrutura física, bem como os equipamentos materiais e tecnológicos são recursos-chaves assim como os distribuidores e atacadistas de alimentos são parceiros-chaves que contribuem para o andamento do negócio. A estrutura de custos se resume no custo estrutural (aquisição dos produtos) e também com os colaboradores os quais fazem diferença na empresa contribuindo através do serviço prestado na venda dos produtos que são a fonte de renda.

(Conclusão) A partir dessa lacuna identificada nesse seguimento, conclui-se que existe uma oportunidade de mercado a ser aproveitada de maneira que supra as necessidades e os desejos do público estudado. Diante disso, se propõe a ideia de um ambiente no qual essas pessoas possam adquirir os produtos e tenham ao mesmo tempo uma experiência diferenciada no momento da compra. Isso faz com que gradualmente tenha-se um no engajamento nesse seguimento buscando assim o reconhecimento de maneira única.

Palavras-Chave: Modelagem de negócios, Canvas, Alimentos congelados.

MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: MUNDO DOS ALIMENTOS

Autor(es):

Natalia Oliveira Souza da Costa Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nailson de Medeiros Vieira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa trata da modelagem de uma loja de alimentos congelados, a qual tem por objetivo proporcionar uma experiência diferenciada, com alta qualidade em um ambiente inovador, oferecendo aos seus clientes uma grande variedade de produtos para aqueles que enfrentam dificuldades relacionadas à falta de tempo e praticidade, pessoas que trabalham fora, moram sozinhas, desejam algo rápido e pessoas que não gostam ou não sabem de cozinhar.

(Metodologia) O estudo caracteriza-se como descritivo exploratório, bem como pesquisa de campo realizada no ramo de alimentos na cidade de Natal através de uma pesquisa de mercado junto a possíveis clientes interessados no produto, e em pesquisa realizada em sites nacionais e internacionais para ter uma visão macroeconômica do negócio, com o intuito de vender e solucionar os problemas diagnosticados. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio descritas da seguinte forma: Seguimento de mercado, Proposta de valor, Relação com o cliente, Canais, Atividades-chaves, Recursos-chaves, Parceiros-chaves, Estrutura de custos e Fontes de Renda.

(Resultados) Direcionado ao seguimento de mercado, indicadores mostraram que houve um aumento na busca de praticidade por pessoas que moram sozinhas e/ou trabalham fora para realizar as suas refeições diárias. Ainda que há o desejo dessas pessoas em consumir algo diferenciado ao se alimentar. Referente à proposta de valor pretende-se disponibilizar alimentos congelados de maneira rápida e objetiva a ponto de atingir a principal necessidade dos clientes que é maior praticidade, junto a isso será proporcionada uma experiência de compra diferenciada. A relação com os clientes é colocada como prioridade e por isso realiza-se um atendimento completo que visa atenção no pré, durante e pós compra, cordialidade, agilidade e valorização desses clientes. Para que haja boa comunicação utilizam-se canais que facilitam a troca de informações entre empresa e cliente, através das mídias sociais e televisivas, incluindo a loja física como canal de distribuição e acesso aos produtos. Há atividades-chaves que são de suma importância para o desenvolvimento, crescimento e credibilidade da empresa, são essas: o atendimento ao cliente para realização da venda dos produtos congelados, divulgação da loja e dos itens oferecidos. A estrutura física, bem como os equipamentos materiais e tecnológicos são recursos-chaves assim como os distribuidores e atacadistas de alimentos são parceiros-chaves que contribuem para o andamento do negócio. A estrutura de custos se resume no custo estrutural (aquisição dos produtos) e também com os colaboradores os quais fazem diferença na empresa contribuindo através do serviço prestado na venda dos produtos que são a fonte de renda.

(Conclusão) A partir dessa lacuna identificada nesse seguimento, conclui-se que existe uma oportunidade de mercado a ser aproveitada de maneira que supra as necessidades e os desejos do público estudado. Diante disso, se propõe a ideia de um ambiente no qual essas pessoas possam adquirir os produtos e tenham ao mesmo tempo uma experiência diferenciada no momento da compra. Isso faz com que gradualmente tenha-se um no engajamento nesse seguimento buscando assim o reconhecimento de maneira única.

Palavras-Chave: Modelagem de negócios, Canvas, Alimentos congelados.

MODELAGEM DE NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS CONGELADOS: MUNDO DOS ALIMENTOS

Autor(es):

Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Natalia Oliveira Souza da Costa Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nailson de Medeiros Vieira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa trata da modelagem de uma loja de alimentos congelados, a qual tem por objetivo proporcionar uma experiência diferenciada, com alta qualidade em um ambiente inovador, oferecendo aos seus clientes uma grande variedade de produtos para aqueles que enfrentam dificuldades relacionadas à falta de tempo e praticidade, pessoas que trabalham fora, moram sozinhas, desejam algo rápido e pessoas que não gostam ou não sabem de cozinhar.

(Metodologia) O estudo caracteriza-se como descritivo exploratório, bem como pesquisa de campo realizada no ramo de alimentos na cidade de Natal através de uma pesquisa de mercado junto a possíveis clientes interessados no produto, e em pesquisa realizada em sites nacionais e internacionais para ter uma visão macroeconômica do negócio, com o intuito de vender e solucionar os problemas diagnosticados. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio descritas da seguinte forma: Seguimento de mercado, Proposta de valor, Relação com o cliente, Canais, Atividades-chaves, Recursos-chaves, Parceiros-chaves, Estrutura de custos e Fontes de Renda.

(Resultados) Direcionado ao seguimento de mercado, indicadores mostraram que houve um aumento na busca de praticidade por pessoas que moram sozinhas e/ou trabalham fora para realizar as suas refeições diárias. Ainda que há o desejo dessas pessoas em consumir algo diferenciado ao se alimentar. Referente à proposta de valor pretende-se disponibilizar alimentos congelados de maneira rápida e objetiva a ponto que atinja a principal necessidade dos clientes que é maior praticidade, junto a isso será proporcionada uma experiência de compra diferenciada. A relação com os clientes é colocada como prioridade e por isso realiza-se um atendimento completo que visa atenção no pré, durante e pós compra, cordialidade, agilidade e valorização desses clientes. Para que haja boa comunicação utilizam-se canais que facilitam a troca de informações entre empresa e cliente, através das mídias sociais e televisivas, incluindo a loja física como canal de distribuição e acesso aos produtos. Há atividades-chaves que são de suma importância para o desenvolvimento, crescimento e credibilidade da empresa, são essas: o atendimento ao cliente para realização da venda dos produtos congelados, divulgação da loja e dos itens oferecidos. A estrutura física, bem como os equipamentos materiais e tecnológicos são recursos-chaves assim como os distribuidores e atacadistas de alimentos são parceiros-chaves que contribuem para o andamento do negócio. A estrutura de custos se resume no custo estrutural (aquisição dos produtos) e também com os colaboradores os quais fazem diferença na empresa contribuindo através do serviço prestado na venda dos produtos que são a fonte de renda.

(Conclusão) A partir dessa lacuna identificada nesse seguimento, conclui-se que existe uma oportunidade de mercado a ser aproveitada de maneira que supra as necessidades e os desejos do público estudado. Diante disso, se propõe a ideia de um ambiente no qual essas pessoas possam adquirir os produtos e tenham ao mesmo tempo uma experiência diferenciada no momento da compra. Isso faz com que gradualmente tenha-se um no engajamento nesse seguimento buscando assim o reconhecimento de maneira única.

Palavras-Chave: Modelagem de negócios, Canvas, Alimentos congelados.

MODELAGEM DE UM MARKETPLACE PARA PRODUTOS DE COMODIDADE: ÍMÃ

Autor(es):

Daniel de Melo Medeiros: Discente do curso de Administração do UNI-RN
João Vítor Lima de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andréa Camilo Soares Lucas Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mundo mudou e o mercado acompanhou. A realidade é de um cenário de constantes evoluções, onde a inovação está em alta e negócios disruptivos, que tem como objetivo desconstruir modelos tradicionais de negócio, surgem constantemente. Esses alcançam uma grande quantidade de clientes/usuários rapidamente e são inspiração para novos negócios e até mesmo para negócios já existentes. Mesmo assim, e com a facilidade que há hoje para aderir a tecnologia e se informatizar, seja pessoa ou empresa, ainda se percebem negócios triviais que carecem de inovação. É o caso do mercado de produtos de comodidade, como água mineral (galão), gás de cozinha, carvão, etc. A forma que esses produtos são comercializados hoje é a mesma de décadas atrás, mas o consumidor moderno é multicanal, não está apegado a um só, sim na experiência e na comodidade, e esse último fator é um dos objetivos chave da inovação: tornar tudo mais cômodo. Os vendedores desse mercado ainda não perceberam ou não quiseram responder a esse comportamento. São poucos os que usam de um simples banco de dados como auxílio a suas operações, fazendo com que os seus clientes repitam suas informações pessoais em toda compra. Diante desse e de outros problemas existentes, foi desenvolvido o Ímã, um marketplace para produtos de comodidade que irá conectar quem tem com quem precisa, atendendo as necessidades de ambos os segmentos.

(Metodologia) A pesquisa, então, classifica-se como exploratória, descritiva e de campo. O problema foi observado após uma longa experiência, como ofertante e demandante, e o negócio (solução) foi modelado com base na ferramenta Business Model Canvas (BMC), do Osterwalder (2011), visualizado através da plataforma SEBRAE Canvas. A produção foi continuada com a audição de pessoas (consumidores e vendedores), com foco qualitativo, e finalizado com a busca de dados sobre o mercado (quantitativo).

(Resultados) Os resultados da pesquisa mostraram que o problema é real. A maior parte dos consumidores desse mercado estão insatisfeitos com a forma como esses produtos são comercializados atualmente e aguardam alguma inovação. Os intermediários por sua vez, que mantêm suas operações de forma trivial, em um único canal, também estão abertos para a inovação. Dessa forma, essa demanda será atendida com a promoção de um novo canal, o digital, para compra/venda dos produtos, tornando possível a entrega de mais comodidade, agilidade, confiabilidade e qualidade, por um preço ainda competitivo, para ambas as partes, e ainda aumentando as vendas dos distribuidores/vendedores. Todo esse valor será entregue através de uma plataforma digital, que fará todas as operações padrões para compra desses produtos, e tracionado com uma equipe de vendas. A mesma plataforma, que é o nosso recurso chave, servirá como ambiente para relacionamento com os envolvidos, sendo reforçado pelos canais tradicionais de contato virtual e físico. A monetização ocorrerá com o percentual das vendas feitas na plataforma. Para isso funcionar, é necessário a captação de fornecedores e consumidores, de forma equilibrada e sustentável, além de mantê-los com todo suporte necessário. Órgãos regulamentadores, apoiadores e facilitadores, junto aos produtores, os intermediários e suas equipes são parceiros desse negócio. A estrutura de custos se dá pelo desenvolvimento e manutenção da plataforma, pelas ações de marketing e pela operacionalização do negócio.

(Conclusão) Assim como o problema, a solução foi validada, mostrando que as personas identificadas estão dispostas a pagar por esse serviço. E o negócio se mostrou um projeto viável diante de sua escalabilidade (aumento exponencial das margens), devido ao baixo investimento inicial, custos operacionais enxutos e a alta projeção de retorno. Sem falar da capacidade de viralização e fidelização, quando comparado a outros negócios disruptivos com base tecnológica.

Palavras-Chave: inovação; produtos de comodidade; marketplace

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NA ÁREA DE PLUS SIZE: MEDIDA CERTA

Autor(es):

Patrick Alefy de Miranda França: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Anne Kaline Alves de Macêdo: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Marciela Alves Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho busca trazer um diferencial nesse ramo da moda plus size. Assim podendo atender e entender as necessidades do público alvo que são consumidores com a numeração acima do 44. Nesse contexto, nota-se a real necessidade de oferecer esse diferencial para atender as necessidades e desejos desse público alvo. Oferecer ao consumidor uma loja física e uma virtual para melhor atender a demanda do mercado.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisas de mercado em plataformas de pesquisa de mercado, mas focados nos objetivos propostos, além de pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre área de moda plus na cidade de Natal. A partir dessa pesquisa, observou-se a oportunidade para modelar uma empresa com um novo conceito de moda pouco explorado no mercado natalense. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio, que são: segmento de mercado, proposta de valor, canais, relacionamento com o cliente, fontes de receita, recursos-chave, atividades-chave, parceiros-chave e estrutura de custos.

(Resultados) Ressaltar o estilo de vida e beleza com comodidade e sofisticação por meio de roupas e acessórios exclusivos com design inovadores, da moda plus size. Os canais utilizados para a distribuição e entrega de produtos via correios (loja virtual), e adesão imediata (loja física). Utilizando como marketing propaganda em redes sociais, mídia impressa e site da loja. O relacionamento com os clientes acontecerá através de um chat online no site da loja, comunicação com o cliente por meio de cadastros para a obtenção de feedback e mantê-los atualizados sobre todas as novidades da loja. Venda de roupas e acessórios. Usando ferramentas como sistema de caixa, funcionários, estoque, instalações e tecnologias. Diferenciais com programas para personalização de peças, produção e vendas roupas e acessórios para o público alvo. Nossos parceiros serão fornecedores, sites, redes sociais, operadoras de cartão de crédito, logística, pessoal, aluguel, sistemas, confecção, estoque.

(Conclusão) A pesquisa revelou que esse modelo de negócio é viável e promissor, além de ser um bom investimento no Estado do Rio Grande do Norte já que existe pouca oferta para atender o seu consumidor final. O objetivo é atender a grande massa que utiliza este tipo de moda, oferecendo com grande variedade e sofisticação, os produtos específicos pra o seu estilo e desejo.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Plus Size, modelagem de negócios, CANVAS

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DA TECNOLOGIA VOLTADA PARA EDUCAÇÃO FAMILIAR.

Autor(es):

*André Lindbergh Cunha: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Eduardo Augusto Chianca Dourado Lemos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

Orientador(es):

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Com o avanço da tecnologia, os processos estão se tornando cada vez mais aproximáveis e comuns, os aplicativos de telefone estão ganhando mercado nessa corrida voltada para tecnologia, trazendo vários pontos positivos e incentivos, desde a comodidade ao valor financeiro acessível a qualquer bolso, atingindo usuários de todas as classes econômicas. O custo dos aplicativos para o empreendedor é baixo e há uma possibilidade de se obter grandes retornos, que é obtida basicamente por propagandas e anúncios. Para suprir a necessidade do mercado é necessário se adequar ao que ele está sinalizando e outro grande ponto a ser notado é a criação dos filhos pelos entes paternos. Partindo desse ponto, surgiu um interesse em ligar a tecnologia ao controle financeiro e comportamental, bem como a disciplina dos filhos, surgindo um aplicativo chamado Educapp. O plano pretende promover a partir de uma tecnologia inovadora, serviços que representem valor e aprimorem a educação familiar.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido feita com pessoas que se enquadram no público-alvo e empresas do ramo de interesse. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisas de mercado com uso de questionários relevantes para a pesquisa, através de perguntas relacionadas a expectativas de adesão e expectativas de parcerias, além de pesquisas na internet relacionadas à educação e mesada. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) que é estruturado em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

(Resultados) (RESULTADOS) O atual cotidiano corrido e ao mesmo com a preocupação dos pais para com os filhos surge uma alternativa que compactua a educação familiar e a comodidade, através de um aplicativo telefônico para os sistemas IOS e Android que gerencia a mesada dos filhos de acordo com o desempenho de suas tarefas. O Educapp utiliza a estratégia de atingir seus clientes por meio de panfletos e em redes sociais, além disso, busca-se aprimorar cada vez mais seus serviços de acordo com as opiniões, dúvidas e sugestões feitas pelos usuários através de um e-mail corporativo. A fonte de renda do aplicativo se dá a partir de anúncios e propagandas de lojas parceiras. Nossos principais recursos são o leque de usuários e os programadores do aplicativo que têm o cuidado de criar uma plataforma dinâmica e atrativa. Além dos sistemas, temos como parceiros as lojas de brinquedos e esportes voltadas para o público infante-juvenil, isso tudo com um custo reduzido de sistema de TI e Marketing.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) De acordo com os dados encontrados, percebeu-se que o produto comercializado encontrará um mercado novo, em que poderá ganhar espaço através dos diferenciais abordados na descrição do produto. Assim, permitirá ao empreendedor ter retorno financeiro de maneira rápida e administrarem a empresa conhecendo bem o mercado, parceiros e clientes. Pode-se concluir que a empresa é viável economicamente.

Palavras-Chave: PALAVRAS CHAVES: Educação familiar; Tecnologia; Mesada.

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE AGÊNCIAMENTO DE MÃO DE OBRA DE DIARISTAS.

Autor(es):

Ewerton Guedes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Marlos Confessor Fialho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Leonardo Rodrigues Holanda: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) São vários os fatores sociais que influencia a dinâmica do mercado e proporciona o surgimento de novas oportunidades. As pessoas do mundo contemporâneo necessitam cada vez mais da otimizar seu tempo. Ocasionalmente pela alta participação das mulheres no mercado de trabalho, a mão de obra das diaristas vem sendo cada vez mais requisitada. No entanto, surgem diversos problemas decorrentes deste aumento de demanda. O maior problema está inerente ao passivo vinculado à contratação da mão de obra doméstica, aliada a Judicialização da área. Nesse contexto, torna-se importante uma empresa que venha solucionar esse problema, o agenciando profissionais do ramo e possibilitando uma relação mais harmoniosa entre todos os envolvidos. Partindo desse entendimento, para atender a esse mercado, surge a empresa CasaLimpa.com, uma agenciadora de mão de obra doméstica que atua na ligação entre contratante e contratado neste ramo de serviço.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa. Nossa percepção surgiu da análise de um mercado pouco profissionalizado e foi modelado através da ferramenta Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011). Trata-se de uma pesquisa coletada junto ao mercado consumidor e ao ofertante do serviço. Buscou-se ainda, informações na área jurídica com o intuito de garantir melhores práticas profissionais e segurança para todos os envolvidos. Essa informação jurídica proporciona grande importância para o funcionamento do negócio.

(Resultados) A atividade doméstica hoje é muito problemática, existem dificuldades para quem contrata e pra quem busca oferecer seus serviços. Percebeu-se que o mercado local pouco investe nessa demanda. As empresas que atuam nesse ramo, possuem um vínculo com os profissionais, ou seja, são ofertantes de mão de obra, tornando seus custos elevados. Esses custos são repassados aos tomadores do serviço, tornando a oferta mais cara. A CasaLimpa.com pretende profissionalizar o setor. Capacitar todos os cadastrados através de um programa de treinamento e agenciá-los. Dessa forma, a empresa se compromete em unir os melhores profissionais da área em um só lugar, tornando-se referência no mercado. Os nossos serviços serão comercializados através de pacotes. Sempre buscando a maior flexibilidade possível para melhor atender nossos clientes. Percebeu-se também que a Judicialização da área tornou da empregada doméstica mais cara, devido a ampliação dos direitos trabalhistas dos empregados domésticos, o que contribuindo para o aumento da procura de uma solução alternativas sem os passivos trabalhista. Observado esse fato, a CasaLimpa.com atuará buscando a não criação do vínculo trabalhista, no entanto, contribuirá com os trabalhadores domésticos oferecendo uma maior remuneração por ser variável. Seus cadastrados também se beneficiaram da possibilidade de exercer paralelamente, outras atividades.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através da exploração de informações do mercado consumidor e das empresas atuantes no mercado, observou-se uma grande oportunidade de negócio, que pode ser aproveitado com um baixo investimento e conseqüentemente um payback curto prazo. Baseando-se em um cenário promissor e pouca atuação profissional, a empresa torna-se viável economicamente e possui boas perspectivas de crescimento.

Palavras-Chave: Diarista; Empregada doméstica; Agenciamento; Remuneração variável.

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS: FIT TRUCK

Autor(es):

Prissyla Myrelly de Lima Machado: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Marcelo Tavares Afonso Fonseca: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Thauanny Mayara Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Daniel Barreto Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na atualidade tudo acontece de forma tão rápida e dinâmica que se observa um grande aumento com o cuidado com a saúde. Nesse contexto, nota-se uma necessidade das pessoas cada vez mais buscarem a qualidade de vida. Com essa demanda, torna-se importante a existência de empresas capazes de suprir tal necessidade. Partindo desse ponto de vista, surgiu o interesse pela modelagem de uma empresa classificada como Fit Truck, para trabalhar com produtos da linha saudável. Para isso, a pesquisa pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual o modelo de negócio escolhido e como funciona a empresa.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como estudo de caso. Utilizou-se de objetivos propostos, além de pesquisas na internet e para a coleta de dados utilizou-se de uma pesquisa de mercado para identificação da oportunidade do negócio. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio que são: Segmento de mercado, proposta de valor, canais, relacionamento com os clientes, fontes de receitas, recursos, atividades e parcerias principais e fechando com a estrutura de custos.

(Resultados) A empresa Fit Truck pretende produzir e servir refeições nas ruas, com um cardápio saudável e de qualidade. Atendendo a um nicho específico, onde o público caracteriza-se por serem clientes que tenham ou queiram ter um estilo de vida saudável, pertencendo a uma classe social média. A forma de se chegar até o cliente será através de um veículo estilizado e adaptado para melhor atendê-los. A captura dos clientes se dará por meio de paradas em lugares estratégicos. Já a retenção vai ser por meio de redes sociais, onde será mantido uma interação contínua, fazendo assim com que haja uma comunicação direta e rápida. E o incremento de vendas, será definido através de promoções e contratação de um educador físico, com a realização de atividades físicas em determinados lugares. A atividade da empresa engloba desenvolvimento de novos pratos, distribuição e venda de alimentos saudáveis.

(Conclusão) Com as mudanças na sociedade que contribuíram para a forma de como os consumidores passaram a se alimentar, devido ao processo de urbanização, industrialização, modernização e crescimento da cidade, é perceptível a necessidade das pessoas alimentarem-se fora do lar. Estas cresceram gradativamente, motivadas pela praticidade, ausência de tempo devido às tarefas realizadas fora de casa e por encontrarem e enxergarem em comidas de rua e no mercado de Food Service uma opção para comer. Por outro lado, também cresce a preocupação com o que eles consomem. Por isso, a ideia de incrementar essa opção e criar um Food Truck saudável, o Fit Truck.

Palavras-Chave: Alimentação saudável, fit truck e inovação.

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE ENTREGAS DELIVERY : MOTOTIME

Autor(es):

Jã@ssica Lis de Lima Batista Barros: Discente do curso de Administração do UNI-RN
José Viegas Freire Junior: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Karina Lopes Loureiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Grande parte da população que trabalha o dia inteiro não possui tempo para realizar tarefas diárias como: Pegar um simples resultado de exame em uma clínica; aproveitar uma oferta na sua loja preferida do shopping; fazer uma pequena compra no supermercado; entregar algo que requer atenção especial e para rápida entrega; buscar seu celular em casa, pois esqueceu; comprar o almoço naquele restaurante preferido que não realiza entrega. Essas e outras necessidades, que por ventura, uma vez ou outra, nos requer tempo para executar e não o temos, onde surge o interesse pela modelagem de uma empresa classificada como MOTOTIME para atender essa demanda de serviço de forma diferenciada. A pesquisa pretende mostrar de forma simples e sistêmica o modo como a empresa entregará um serviço inovador. A ideia é utilizar um aplicativo (App) em seu Smartphone ou no site corporativo, onde o cliente possa entrar em contato com a MOTOTIME, atendendo a sua necessidade e facilitando a sua vida, tendo em vista que o mesmo busca ganhar tempo para realização de outras atividades durante o dia.

(Metodologia) Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio. Foi feita uma busca nos possíveis concorrentes, para identificar o modelo e tipo de serviço oferecido por eles, onde a proposta é oferecer um serviço exclusivo para seus clientes, tendo uma plataforma diferenciada para atender os clientes em potencial.

(Resultados) Foi visto que o mercado comporta essa ideia, que existe demanda crescente para atender, que é algo diferenciado e bem visto por grande parte das pessoas que trabalham o dia inteiro e que muitos ainda enfrentam uma terceira jornada, estudando e se especializando na sua profissão, sendo o público alvo aqueles que trabalham em escritórios e não têm tempo para sair de sua rotina diária. Sendo visto então que a forma de abordagem é diferenciada, para com os concorrentes, onde eles exercem um papel mais simples de entrega, não oferecendo algo mais exclusivo. A princípio seria cobrado uma taxa inicial no valor de R\$ 15 para até 5 km, sendo acrescido uma taxa de R\$ 0,99 cada km a mais rodado. O valor repassado ao motoboy seria de 40% do valor inicial, sendo bônus, os km rodados a mais. A forma de pagamento realizado pelos clientes, será através de cartão de crédito, pelo PayPal. E a forma de repasse para os credenciados será feita através de depósito em conta, ao fim de cada chamado atendido e confirmado pelos clientes.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa de mercado e também através de entrevistas com clientes em potencial, é possível ver demanda, e nas simulações que foram feitas obteve-se um resultado financeiro positivo com possível baixo prazo de retorno para o capital investido, levando em consideração que esse mercado é crescente e a empresa apresenta capacidade de ser escalável e viável economicamente.

Palavras-Chave: Canvas; Modelagem de negocio; MOTOTIME; Exclusivo; Motoboy

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE PLATAFORMA DE COMPRAS EM SUPERMERCADOS (EASYHOME)

Autor(es):

Jessyca Wanna Malaquias de Albuquerque: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nielson Rodrigo Guimarães de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Mandalu Michael Jackson Olegário de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Josyanne Nallinedja Slanna dos Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A modernidade é marcada pela correria do dia a dia, onde as pessoas se encontram cada vez mais pressionadas pelo relógio, os dias parecem ficar cada vez mais curtos, e isso vêm exigindo mais agilidade e o máximo aproveitamento de tempo possível. Casa, trabalho, faculdade, academia, dia cheio, e no fim do dia ou no final de semana, ainda ter que, pegar trânsito, enfrentar filas, pesquisar preços de produtos, e muitas vezes passar horas dentro de um supermercado, que poderiam ser usufruído de outra maneira. Foi pensando nessa rotina de muitos dos brasileiros, que surgiu o interesse pela modelagem de uma empresa classificada como a Easyhome, uma plataforma digital onde os usuários poderiam fazer uma pesquisa de preços e efetuar suas compras sem sair de casa. Para isso, a pesquisa pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e o modelo de negócio escolhido e o que a plataforma Canvas propõe.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo no ramo descrito, nas residências, lojas e transeuntes que têm interesse em utilizar essa plataforma. Através de uma coleta de dados, foram realizadas algumas pesquisas e sugestões em relação a estrutura da plataforma a ser utilizada. A análise dos dados foi realizada de uma forma qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio que são: segmentos de clientes, proposta de valor, canais, relacionamento com o cliente, fontes de receita, recursos-chave, atividades-chave, parceiros chave e estrutura de custos.

(Resultados) A Easyhome é um aplicativo que possibilita os pequenos e médios comerciantes interessados a divulgar o seu estabelecimento e alavancar as vendas oferecendo seus produtos a pessoas conectadas que desejam conforto e conveniência nas suas compras de supermercado. A plataforma digital possibilitará a alavancagem nas vendas trazendo investimento garantido aos seus parceiros, oferecendo aos usuários comodidade de uma pesquisa de preços em diferentes supermercados e conseqüentemente efetivação da compra através da venda direta pelo aplicativo e se utilizando do benefício de receber suas compras em casa sem nenhum custo. O relacionamento com o cliente se dará através de um suporte técnico especializado, possibilitando estreitamento de relacionamento entre empresa e cliente, notificações de promoções, gerando satisfação e fidelização. O aplicativo estará disponível de forma gratuita aos usuários e as fontes de receita serão por meio de porcentagens sobre as vendas. Os recursos-chave utilizados serão: equipe de divulgação, plataforma digital e reputação. Suas atividades-chave: prospecção de novos estabelecimentos, manutenção da plataforma, divulgação de promoções e gerenciamentos de ofertas. Tendo como parceiros-chave os pequenos e médios comerciantes. E sua estrutura de custo serão vendedores, marketing, infraestrutura de ti e funcionários.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos nas pesquisas através de entrevistas percebemos uma demanda crescente, tendo em vista que o aplicativo auxiliará o cliente à economizar tempo e dinheiro na hora de fazer compras em supermercados.

Palavras-Chave: Aplicativo, supermercado, comodidade, easyhome.

NÍVEL DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DA EMPRESA OI MÓVEL S.A.

Autor(es):

Francis Jãºnior de Souza : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Waleska Lourena Marinho de Carvalho: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN
Melquisedeque da Silva Fernandes: Discente do curso de Administração do UNI-RN
GABRIEL FELIPE DA SILVA: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Recentemente o mercado brasileiro de telefonia móvel vem passando por grandes transformações. Neste cenário, consolidam-se processos importantes como a quebra de monopólio do setor, a evolução tecnológica, novo contexto econômico e, sobretudo, as mudanas nas ofertas de servios de telefonia móvel. Atualmente o consumidor passou a deter um maior poder sobre as organizações, a partir do momento em que ele possui maiores informações sobre os produtos, sobre os seus direitos como consumidor e uma maior opção de escolhas devido ao aumento da competição. Diante deste cenário, a empresa Oi Móvel SA busca estreitar o seu relacionamento com os clientes, intensificando o seu enfoque na qualidade do atendimento nas lojas e na satisfação dos mesmos com os planos oferecidos e servios prestados. A empresa tem a preocupação em aperfeioar constantemente seus produtos e servios, assim como o atendimento oferecido em loja e demais canais, identificando em quais aspectos ela deve dar maior atenção para satisfação cada vez mais seus clientes. A concorrncia atual  forte e as exigncias são cada vez maiores onde que a qualidade faz toda a diferena para a fidelização. Entender as necessidades dos clientes e modelar a melhor oferta para manter relacionamentos de longo prazo mutuamente benéfico torna-se um processo para garantir sempre a qualidade de seus servios e planos.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Este artigo teve por finalidade verificar o nível de satisfação dos clientes da oi móvel S.A. A Pesquisa foi estruturada a partir da revisão bibliográfica sobre o tema satisfação do cliente. Caracterizando-se também como estudo de caso, onde para coleta de dados foi utilizado questionário com 16 perguntas, com a finalidade de obter dados que representem a situação atual da Oi nos diversos aspectos, como atendimento, servios prestados, relacionamento e produtos. Aplicou-se o questionário aos jovens, adultos de ambos os sexos totalizando 57 que usufruem de tais servios da empresa de telefonia.

(Resultados) (RESULTADOS) A Pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 11 de setembro de 2016, na loja do Shopping 10, no bairro do Alecrim Natal/RN. Com 57 clientes e cada questionário continha 16 perguntas. Dentre os clientes entrevistados, 45.6% eram do sexo Masculino e 54.4% eram do sexo Feminino. Desses clientes, 56% tinham entre 18 a 25 anos, 32% entre 26 a 40, 9% entre 41 a 59 e 3% tinha mais que 59 anos. Após o término de cada questionário com os clientes, foi apurado que dentre os clientes entrevistados, 72% estavam satisfeitos com os produtos e servios disponibilizados pela empresa, enquanto que 28% estavam insatisfeitos. Os principais problemas enfrentados pelos clientes eram cobranas indevidas, que na realidade é feita por terceiros ou financeiras, ligações com interferncias de sinal. E em um resultado geral, 67% dos clientes se mostraram muito satisfeitos com os servios, planos e produtos oferecidos pela empresa.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Através dos dados obtidos, percebeu-se o quanto  importante a qualidade e a relação com os clientes.  vale ressaltar a importância de manter a relação com o consumidor, pois falando, por exemplo, no âmbito financeiro  viável e rentável manter os clientes antigos que fidelizar um novo. Não se faz necessário voltar no tempo para vermos isso segundo os autores pesquisados. Sendo assim se torna mais interessante a manutenção dos clientes fiéis. A Pesquisa sobre satisfação do cliente tem levado ao comprometimento de que todas as empresas independentes do setor tem que saber qual a satisfação do cliente com seus produtos e servios. Dessa forma é essencial que a empresa invista cada vez mais em pesquisas e estudos relacionados à satisfação, para que sempre possa ter um feedback de seus ativos mais preciosos, os clientes!

Palavras-Chave: Palavras-chaves: cliente, qualidade, satisfação.

O CLUBE DA LUTA E O CONSUMISMO

Autor(es):

Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) "As coisas que você possui, acabam te possuindo." Essa palavras foram proferidas pelo personagem Tyler Durden no filme Clube da Luta do diretor David Fincher. A contribuição que esse estudo traz é de relacionar o fenômeno do consumismo com os elementos contidos na obra de Fincher, estes que podem ou não ser facilmente percebidos na primeira aparição. A proposta foi de estabelecer um entendimento a partir de falas feitas pelos protagonistas que elucidam paixões como inquietação, infelicidade e ansiedade, com a maneira que organizações encaram tais elementos como oportunidade para manipular as massas e moldar o pensar dos indivíduos para que estes enxerguem o mal estar da sociedade. Assim como, a exposição que tais desconfortos podem ser sanados por meio de aquisição de bens, elucidando e valorizando a cultura do ter.

(Metodologia) A pesquisa em questão é do tipo documental, pois aborda o filme Clube da Luta do diretor David Fincher com finalidade de estudar os elementos do consumismo. Em que se construiu uma configuração partindo da cultura, comportamento do consumidor, relação entre consumo e consumismo e por fim um panorama do Clube da Luta.

(Resultados) Por meio do texto escrito por Sigmund Freud, nomeado "O mal-estar da civilização" o qual trata da questão da sociedade que busca desenfreadamente a felicidade e da luta do homem para conhecer o caminho que guie-o a tal paixão. Edward Bernays, que é sobrinho de Freud, utiliza desse conhecimento de Psicanalise para relacionar o ato de comprar/ter a paixão de ser feliz, criando então o que se chama de consumismo, visto que essa aquisição vai além de adquirir aquilo que é necessário, mas da aquisição de itens supérfluos, que são dispensáveis a nossas vidas, em razão do significado simbólico que esse oferece, como prazer, sucesso e felicidade. Para tal, o filme de Fincher elucidada a forma que a sociedade está aprisionada e imersa a tal modelo, podendo ser entendido pela fala de Durden durante o filme "A propaganda põe a gente pra correr atrás de carros e roupas. Compramos coisas que não precisamos, com o dinheiro que não temos, para agradar pessoas que não gostamos... Fomos criados através da TV para acreditar que um dia seríamos milionários e estrelas de cinema. Mas não seremos. Aos poucos tomamos consciência do fato."

(Conclusão) Os filmes apresentam vantagens como forma de aprendizado, pois a informação exposta dessa maneira facilita o processo de aprendizado e memorização. Sabe-se que a obra em questão trata do poder que o fenômeno do consumismo possui para controlar a tomada de decisão nas massas e, em ultima análise, o filme deixa uma mensagem final a qual merece ser entendida. Em sua cena final, o ator Edward Norton aponta um revolver para sua própria boca e atira em si mesmo objetivando se "matar", pois como mais um das metáforas contidas no filme, é necessário morrer, para ressuscitar e só assim viver em plenitude. De modo que o velho homem morre e o novo homem nasce, nascido na sua forma pura, livre de vícios e prisões que o afastam da verdadeira natureza humana. Esse ritual final pode ser percebido, quando observado com atenção, já que a trama se dá em volta de etapas que são cumpridas visando uma transformação que leva ao renascimento.

Palavras-Chave: Comportamento do consumidor, Consumismo, Clube da Luta.

O FENÔMENO DAS FINTECHS - AS STARTUPS DO MERCADO FINANCEIRO

Autor(es):

João Vitor Lima de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Daniel de Melo Medeiros: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Fintech é o resultado da fusão das palavras finanças e tecnologia. No início, um nome dado a um programa de aceleração de empresas do setor, e hoje é a designação das startups com modelos de negócios inovadores na área de serviços financeiros e com processos baseados em tecnologia. Desde sempre, a proposta desses é entregar benefícios que as grandes corporações (bancos, fundos de investimento, empresas de pagamentos, cooperativas e administradoras de crédito, etc.) não conseguem ou não querem entregar a seus clientes. E está sendo um sucesso. Pequenas organizações formais em todo o mundo estão possibilitando atividades que antes só eram possíveis em bancos, em um único canal (físico) e após muito tempo de espera. Sem falar na acessibilidade. É o caso do Nubank, um projeto de origem brasileira que vem revolucionando o mercado de créditos do país. Uma proposta 100% digital, que isenta o consumidor de sair de casa e além de entregar as melhores condições de crédito do mercado, de forma simples, sem burocracia, viabiliza tudo através de um atendimento ímpar e totalmente integrado. Com proposta de mais benefícios por uma preço mais baixo há vários outros projetos, tanto em execução quanto em desenvolvimento, e com isso, acredita-se que esse é o segmento que mais irá crescer nos próximos anos. Milhares de pessoas estão aderindo a esses novos prestadores, alguns até abandonando os antigos, e por outro lado, bilhões estão sendo investidos nesse ambiente.

(Metodologia) A pesquisa iniciou-se como exploratória, com a constatação de fatos atuais relacionados ao tema, seguida por uma pesquisa de campo, com a busca de opiniões de agentes do mercado e por fim, teórica, na fundamentação dos resultados com a teoria, a fim de explicar a pesquisa.

(Resultados) Percebeu-se que o melhor dessas organizações são as possibilidades de tomar decisões que muitas vezes os bancos não conseguem, pois o gigantismo dessas empresas geram essa ineficiência. Muitas vezes as Fintechs surgem de experiências negativas de usuários de bancos que criam algo para suprir a sua necessidade e problema encontrado. Se encaixa como um quebra-cabeça com todas as peças. E esse “fenômeno” tem feito frente a concorrência, forçando as grandes corporações a saírem da zona de conforto. Constatou-se que, recentemente, o Banco do Brasil se juntou ao Bradesco para criar um produto que competisse com o Nubank, com benefícios semelhantes. A Vérios, outra fintech, que trabalha com um sistema de montagem de carteiras de investimento, analisando, através de um “robô”, risco, rentabilidade, liquidez, diversificação e outros fatores. É uma Solução ideal para quem quer investir mas não tem tempo de acompanhar o mercado financeiro, pois o sistema da empresa procura as melhores oportunidades, checando tudo o que acontece no site e/ou aplicativo. A Paypal, uma pioneira que atua no mercado global com a transferência de dinheiro e pagamentos que podem ser feitas com em várias moedas. O usuário pode fazer compras em sites e comprar através do paypal, e seu diferencial é poder pagar sem ter que informar o número do cartão de crédito à loja, sendo restrita apenas para o Paypal, que é o responsável por fazer toda função intermediária de toda a operação, repassando os valores para a empresa e, quando cabível, protegendo o usuário de eventuais fraudes.

(Conclusão) Existem muitas outras Fintechs de referências como a Controlly, ContaSuper, ContaAzul, GuiaBolso e entre outras. Todas elas mirando na comodidade e conectividade, a fim de ajudar da melhor forma o consumidor.

Palavras-Chave: fintechs; startups; mercado financeiro.

O INTRA-EMPREENDEDORISMO FEMININO: INSPIRAÇÕES X ASPIRAÇÕES

Autor(es):

Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notório crescimento de mulheres empreendedoras em um país cujo cenário atual é de crise. Em busca de crescimento pessoal, elas também buscam complementar a renda da família e obter reconhecimento profissional. Assim, é perceptível o aperfeiçoamento de trabalhos executados por mulheres. Dessa forma, com o sucesso de suas inspirações a possibilidade inovadora de seus trabalhos, ganha espaço gradativo no mercado através do empreendedorismo, seja na criação ou adaptação de um produto ou serviço prestado nas empresas de forma geral. O objetivo da pesquisa é saber como mulheres tornam-se empreendedoras destacando-se no mercado trabalhista.

(Metodologia) O estudo classifica-se como exploratório, descritivo bem como pesquisa de campo, o intuito de mostrar a importância das inspirações e valor agregado em criação ou aperfeiçoamento de produtos e serviços executados por mulheres. Ressalta-se que o foi realizada uma análise de situações em empresas de ramos variados através de noticiários e sites no apoio as empreendedoras de alto impacto globalmente. Essas empreendedoras são aquelas que superam os desafios encontrados e buscam colocar em prática seus maiores sonhos, capazes de criar empresas que fazem a diferença e crescem continuamente, prosperam e empregam muitas pessoas. Para descrição e análise dos dados secundários, buscou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa.

(Resultados) Verificou-se que, mulheres têm mostrado resultados satisfatórios voltados à organização de seu tempo para desenvolver-se e empreender no mercado. Ocorrem relatos de inspirações possíveis onde uma atendente de fast-food passou a liderar um instituto de beleza renomado há 20 anos e outra mulher realizou mais de 70 viagens à China para reduzir o consumo de energia elétrica são alguns dos símbolos femininos existentes no Brasil. Destacam-se em diversas áreas da economia, comércio, indústria, prestação de serviços e negócios digitais. Segundo pesquisa elaborada pelo SEBRAE (2015) verificou-se a presença feminina nos pequenos negócios – aqueles que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano – entre os anos de 2001 e 2011, existe uma busca feminina maior de mulheres ao SEBRAE para auxílio/ direcionamento sobre o mundo empresarial. O reconhecimento de suas histórias também é feito através do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios. Empreendedoras, as mulheres vêm ganhando cada vez mais espaço à frente das pequenas e médias empresas no Brasil. O que possivelmente direciona algumas mulheres para o ramo empreendedor além do cenário atual brasileiro, é a facilidade com que prestam atenção maior a detalhes, persistência, sensibilidade, intuição, iniciativa e cooperação. Buscam fidelizar seus clientes através da atenção e cuidados, assim em sua maioria, os clientes são direcionados aos negócios com uma base sólida e duradoura. Segundo o Instituto Consulado da Mulher, a Metodologia de Gestão de Empreendimentos é um guia utilizado por Educadores Sociais e Parceiros do Instituto para consultoria e acompanhamento de negócios populares compostos majoritariamente por mulheres. O resultado desse trabalho é também reconhecido através do Prêmio Consulado da Mulher de Empreendedorismo Feminino já em sua 4ª Edição em 2016. Além do cooperativismo e sustentabilidade, o Empreendedorismo Feminino pode estar associado as mais diversas áreas também complementando outros aspectos para melhores resultados.

(Conclusão) O Empreendedorismo Feminino encontra-se em crescente expansão. Inspirações surgem conforme necessidades do mercado-alvo, ideias/oportunidades, planejamento, busca de recursos e gerenciamento da criação do negócio. Não significa dizer que as mulheres são superiores aos homens, todavia, o Empreendedorismo Feminino traz para o cenário empresarial algumas características próprias impactando positivamente no dia a dia dos negócios.

Palavras-Chave: Empreendedorismo Feminino, Mercado de Trabalho, Inovação.

PESQUISA COM OBJETIVO DE APRESENTAR CORRELAÇÕES E LIÇÕES ENTRE O FILME “O LOBO DE WALL STREET” COM A DISCIPLINA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Autor(es):

JÃ©ssica Lis de Lima Batista Barros: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Jessyca Wanna Malaquias de Albuquerque: Discente do curso de Administração do UNI-RN
José Viegas Freire Junior: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Patrick Alefy de Miranda França: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Daniel Barreto Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com base neste filme, poderemos ver como funciona o mercado de ações e como são realizados os investimentos, além do lado negro do negócio, onde alguns profissionais se aproveitam da fragilidade de alguns investidores para aplicar golpes, pode ser visto ainda como a tica em finanças, é tratada de forma irrelevante e totalmente desnecessária, pelo personagem Jordan Belfort, assim como outros profissionais da área, que trabalham apenas com a intenção de ganhar muito dinheiro, sem se importar a quem está sendo enganado.

(Metodologia) A pesquisa classificasse como bibliográfica, descritiva, estudo de caso documental, depois análise comparativa ou correlação com outras atividades financeiras. Para elaboração da pesquisa foi utilizado de material para análise em sites especializados em finanças e mercado financeiro, juntamente com sites que contam a história dos principais de personagens do filme. Que retratam a realidade ocorrida no durante o período em que a corretora de Jordan Belfort passou aberto em Wall Street.

(Resultados) Pode ser visto que esse filme mostra claramente como é movimentado o mercado de ações, e como é a vida de um investidor, que nem sempre é o que parece ser, apresentando uma realidade muito diferente do que na vida real. Podemos ver que existem vários fundos de investimento, um para cada tipo de pessoa, os mais conhecidos são: Títulos de capitalização, seguros e CDBs e para as pessoas mais conservadoras também existe a poupança que é um investimento sem ter risco de perda, mas a rentabilidade também  baixa. Para fazer algum investimento devemos conhecer os riscos, para saber se vale à pena investir, quanto maior o risco maior é a rentabilidade, mais também deve saber que pode perder dinheiro também, não  são ganhar, por isso que  necessário conhecimento no mercado financeiro para realizar as melhores aplicações.

(Concluso) De acordo com o estudo realizado do filme “O lobo de Wall Street”, podemos identificar que no mercado financeiro existem muitas oportunidades de investimento, mas cada um deve saber onde investir e quando investir, sendo que existem muitas empresas boas para fazer investimentos, com rentabilidades atraentes, mas também existem muitas pessoas que se aproveitam da ingenuidade de outras para aplicar golpes. Podendo ser visto assim, questões como a tica em finanças, crimes ao mercado financeiro, brechas no sistema financeiro, permitindo haver tantas possibilidades de ocorrer manipulação, e também o ponto de livre mercado, onde permite se ter ganhos reais, como também ocorrer grandes perdas para os investidores que desejam ingressar neste mercado cheio de “lobos”. Por isso devemos aprender a investir, buscar conhecimento no mercado financeiro, para que se vê adaptando ao mundo real e as mais variadas “armadilhas” que este mercado pode oferecer, como também para alcançar o “El dourado” como foi visto no personagem de Jordan Belfort.

Palavras-Chave: Mercado Financeiro, Wall Street, Investimentos, Golpes, Lobos, tica, Finanças.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: ANÁLISE SWOT EM UM SUPERMERCADO NA CIDADE DE CEARÁ-MIRIM/RN

Autor(es):

Alvaro da Silva Nogueira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Bruno Cezar de Lima Lucas: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Thiago Elias de Oliveira Nobrega: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O planejamento estratégico se destaca como uma ferramenta muito importante para as organizações, pois através de sua utilização busca-se elaborar uma metodologia que estuda a essência da organização, o meio externo e os fatores produtivos, a fim de expor ao final, um plano de ação baseados nas estratégias a serem seguidas. Por este motivo esse trabalho visa aplicá-lo ao Super Box São José, um supermercado que está situado na cidade de Ceará-Mirim/RN, sendo que o mesmo já está no ambiente comercial a mais de 10 anos, e vê-se a necessidade de buscar melhorias e aperfeiçoamento para a empresa. Utilizando a análise SWOT têm-se uma base para que a organização elabore um plano estratégico, com o objetivo de aproveitar as oportunidades existentes, tendo em vista as suas forças e trabalhando em cima de suas fraquezas, estando sempre atenta as possíveis ameaças.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho se utiliza de um estudo de caso feito com o Super Box São José, onde foram feitas entrevistas e questionários abertos buscando informações nas áreas administrativa, financeira, produção e logística. Uma análise externa a empresa se fez necessária para que se pudesse detectar as oportunidades e ameaças que a cercam. Para se ter uma base teórica concreta e objetiva no trabalho também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como fontes de consultas principais livros e artigos que tratam do tema abordado.

(Resultados) A análise do ambiente externo apontou um elenco de oportunidades que, confrontadas com os pontos fortes que haviam sido identificados, resultaram na constatação de um potencial ofensivo otimista. O corpo técnico qualificado e comprometido, a boa infraestrutura de informática, o bom ambiente de trabalho e a flexibilidade nas tomadas de decisão podem contribuir para o aproveitamento das oportunidades que surgem no ambiente externo. Ao contrário, um resultado não favorável foi obtido quando foram confrontadas as ameaças identificadas no ambiente externo com as qualidades reconhecidas como pontos fortes. Os pontos fortes não são suficientes para minimizar ou até mesmo neutralizar algumas dificuldades, pode se citar, como exemplo, a concorrência com mais recursos financeiros, as ingerências políticas, a burocracia, a contenção do gasto público e as barreiras de aquisição de crédito aos brasileiros.

(Conclusão) Através da matriz SWOT temos um diagnóstico da situação e organização do mercado, e com isso observamos os pontos positivos e negativos da empresa, bem como suas ameaças e oportunidades, permitindo, após uma análise, sugerir um planejamento estratégico ao supermercado em questão. Dessa forma a empresa que pratica tal análise, juntamente com outros fatores, garante espaço e credibilidade em um mercado que se encontra cada vez mais competitivo.

Palavras-Chave: Planejamento estratégico, Análise SWOT, Supermercado.

PONTO DE EQUILÍBRIO NUMA EMPRESA DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA: UMA ANÁLISE ECONÔMICA E CONTÁBIL

Autor(es):

Felipe Viana Marcelino: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Leonardo Viana Silva do Vale: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Danilo Duarte de Moura: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Rafael de Baggi Silva e Attayde: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Andrews Asheley de Lima Castro: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, nos últimos anos, pôde-se perceber um forte aumento na criação de novas empresas no segmento da construção civil por conta de programas públicos assistencialistas que buscam reduzir o déficit habitacional, os quais se comportam como incentivadores de novos entrantes, sendo de relevante importância acompanhar a qualidade do crescimento e a qualificação da massa empresarial, para que estas inúmeras novas empresas possam se apresentar e permanecer entre o mercado e seus stakeholders. O trabalho desenvolvido visa promover o autoconhecimento empresarial e identificar pontos de vulnerabilidade e exposição de caixa em uma empresa de incorporação imobiliária situada em Natal/RN, visando identificar previamente sua necessidade de capital para seu bom funcionamento, promovendo assim um ambiente favorável à análise de melhores condições de tomada de decisão e investimento de capital, buscando melhores resultados.

(Metodologia) O presente trabalho se utilizou de fontes bibliográficas e documentais, analisando relatórios contábeis e gerenciais da empresa ora estudada, onde foram coletadas as informações referentes aos valores de venda de suas unidades habitacionais, bem como seus custos fixos e variáveis e ainda suas despesas fixas e variáveis, os quais uma vez aplicadas as fórmulas de margem de contribuição, custos e despesas fixas e variáveis, individuais e totais, encontramos os resultados almejados, objetivando identificar o valor ou a quantidade que a empresa precisa vender para cobrir o custo das mercadorias vendidas, as despesas variáveis e as despesas fixas, não encontrando neste momento nem lucro e nem prejuízo.

(Resultados) Após revisão bibliográfica e análise do Balanço Patrimonial, da DRE e de relatórios gerenciais respectivos ao exercício contábil do ano de 2015, considerando como valor de venda de cada unidade habitacional o valor de R\$ 85.000,00, o custo variável unitário de R\$ 55.000,00 e despesa variável unitária de R\$ 13.540,50, encontramos uma margem de contribuição unitária no valor de R\$ 16.459,50. As despesas e custos fixos totais montaram em um valor de R\$ 979.255,30. Sobre os pontos de equilíbrio e utilizando como base os números supracitados, para a empresa cobrir seus custos e despesas fixas e variáveis, a mesma deveria vender no período considerado, 59,49 unidades para encontrar seu equilíbrio contábil. Multiplicando este número de unidades por seu respectivo valor de venda, encontra-se uma necessidade de receita mínima de R\$5.057.061,30 para não se ter lucro ou prejuízo no respectivo exercício. Da mesma forma, verifica-se no ponto de equilíbrio econômico, onde foi considerada uma remuneração mínima aceitável do capital integralizado pelos sócios o percentual médio da taxa Selic para o mesmo período. Neste caso, para cobrir seus custos e despesas mencionados, a mesma deveria vender no período 63,28 unidades, encontrando desta forma uma necessidade de receita mínima de R\$5.378.556,71.

(Conclusão) Após esta análise, a qual foi considerada tão somente a atividade da empresa ora estudada na produção de unidades habitacionais para o Programa Minha Casa Minha Vida, desprezando completamente sua capacidade de gerar outras receitas através da prestação de serviços e ou lançamentos de empreendimentos urbanísticos, podemos perceber a extrema importância desta avaliação na obtenção do conhecimento gerado pelos pontos de equilíbrio, dados estes primordiais para a saúde financeira da empresa.

Palavras-Chave: Ponto de equilíbrio, Análise contábil, Margem de contribuição.

POTHOS: MODELAGEM DE NEGÓCIO

Autor(es):

Caio Cesar Cardoso de Arruda: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Giulliany Rocha Freire Fernandes de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pothos é um site e aplicativo de buscas, mesmo ainda estando em fase inicial, ou seja, na fase de pré-projeto que tem como o objetivo otimizar as vendas para uma determinada área específica do comércio, que é o ramo de venda de produtos voltados para entretenimento adulto. Atualmente as empresas que trabalham com tal temática possuem dificuldades pelo o fato da área ser considerada um tabu para muitas pessoas e os possíveis consumidores de tais produtos deixam de consumi-los pelo o fato de não conseguir empresas que disponham de produtos deste tipo, de forma prática, rápida, segura e cômoda e de forma discreta, sem expor de forma alguma os consumidores. O Objetivo da pesquisa é modelar um negócio com finalidade de fazer adequações que possam proporcionar/impulsionar o comércio de produtos de sex shop no estado do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo no ramo escolhido. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisas de mercado com uso de plataformas de pesquisa de mercado, mas focados nos objetivos propostos, além pesquisas na internet. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011) que é estruturado em uma tela com nove blocos que descrevem as principais áreas de um negócio que são: Segmento de clientes, proposta de valor, canais, relacionamento com clientes, fontes de receita, recursos principais, atividades chave, parceiros estrutura de custos. Esse modelo foi construído por meio do aplicativo SEBRAE Canvas.

(Resultados) Constatou-se que o negócio modelado é viável, mesmo sendo algo novo no estado do Rio Grande do Norte. Conseguiu-se identificar algumas necessidades, tanto das empresas do ramo que sofrem com o conservadorismo de seus possíveis consumidores, conservadorismo este que desencadeiam as necessidades de praticidade, segurança, comodidade e sendo totalmente discretos para os possíveis consumidores e ainda tem a o fato da concessão de condições especiais para aquisição dos produtos das empresas conveniadas e com isso fortalecer ainda mais a ideia de otimizar o processo de vendas para estas empresas através de descontos e bonificações.

(Conclusão) Conclui-se que existe a possibilidade de utilizar a tecnologia app para aperfeiçoar o processo de vendas de produtos voltados para o entretenimento adulto de forma a suprir com as necessidades dessa área específica do comércio, solucionando os principais empecilhos que este ramo ainda enfrenta, onde o Pothos através de uma simples busca, será possível encontrar a melhor oferta do produto desejado mais próximo. Onde trabalharemos desde a divulgação até a distribuição de forma a garantir a facilidade, segurança, comodidade sendo discreto sempre acima de tudo.

Palavras-Chave: mercado, CANVAS, sex shop.

PROCESSO DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: FEEDBACK COMO FERRAMENTA PARA O SUCESSO EMPRESARIAL.

Autor(es):

Willian Alecrim Zumba: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Larissa Marcelly Oliveira do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Thainar Alves Duarte: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Bianca Peixoto do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A comunicação empresarial possui um papel fundamental para os processos organizacionais. Ela é uma estratégia que facilita o processo de tomadas de decisão permitindo que a empresa obtenha o sucesso em um ambiente mercadológico competitivo que envolve dinamismo nas ações. Uma comunicação bem filtrada e com informações confiáveis, estabelece para os membros de uma organização a confiança aumentando a motivação e diminuindo os riscos de perda de credibilidade. O feedback é o retorno onde se avalia até que ponto os membros de uma equipe estão interagindo, concretizando uma sinergia que permita que os envolvidos expressem suas opiniões sem medo, gerando assim um avanço na resolução dos conflitos gerados pela falta ou desvios na comunicação.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi com base bibliográfica, foram utilizados diferentes documentos como livros, sites, artigos físicos e virtuais encontrados na rede da internet. Os temas buscados constituíram sobre a comunicação, comunicação empresarial, desenvolvimento profissional, processos de comunicação (interna e externa). A fim de saber a importância do feedback no desenvolvimento dos colaboradores e melhora de desempenho e produtividade.

(Resultados) (RESULTADOS) Após o estudo observou-se a importância dos processos comunicativos e como o Feedback tem grande peso para que os resultados sejam alcançados dentro da organização e também para que o clima se torne melhor entre gestores e colaboradores, sendo ele indispensável em qualquer parte do meio empresarial. O Feedback pode ser aplicado de três formas, sendo elas negativa, positiva ou construtiva, ambas irão servir para que o colaborador veja o que fez de errado e no que pode melhorar, se está indo bem e fique ciente disso evitando uma possível queda de resultados ou a junção dos dois pontos que tem como finalidade a construção de uma nova conduta. Todas as etapas de comunicação sendo realizadas de forma correta geram bons resultados tanto para o clima organizacional quanto para a obtenção dos objetivos.

(Conclusão) (CONCLUSÃO). Estudando o processo comunicativo nas organizações observou-se que este é bastante complexo e o seu conhecimento é necessário para que seja possível evitar insatisfação e descontentamento no ambiente organizacional. A utilização das diversas formas de se comunicar pode tornar o processo mais eficiente e as barreiras superadas, permitindo a participação dos funcionários na apresentação de sugestões para melhoria nos objetivos da empresa. Independentemente do nível hierárquico ocupado na organização, todos os colaboradores são comunicadores e interagir dentro do local de trabalho pode ser até mesmo através da comunicação informal, facilitará a participação de todos envolvidos.

Palavras-Chave: Comunicação, Comunicação Empresarial, Feedback.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS COLABORADORES DA EMPRESA VIVER +.

Autor(es):

Maria Estela Rodrigues da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Romildo Marques Cruz Filho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Maria do Socorro de Araujo: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Yasmin Souza do Amaral: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo teve como objetivo analisar as contínuas mudanças pelas quais a sociedade atravessa atualmente, buscando evidência no que se refere à qualidade de vida no trabalho. A importância dada por uma organização aos colaboradores internos, numa empresa especializada em atendimento médico em casa "HOME CARE". O conceito Qualidade de Vida (QVT) envolve tanto o aspecto físico e ambiental, como os aspectos psicológicos do local de trabalho. Chiavenato (2008) diz que a qualidade de vida implica em criar, manter e melhorar o ambiente de trabalho seja em suas condições físicas, psicológicas e sociais. O resultado disso é um ambiente de trabalho agradável e que beneficia de maneira substancial a qualidade de vida dos indivíduos na organização.

(Metodologia) O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi de avaliação de variáveis quantitativas e qualitativas, uma vez que, foram utilizadas perguntas de avaliação de 1 a 10. Uma pesquisa bibliográfica exploratória, descritiva que também se caracteriza como estudo de caso. O universo da pesquisa foi à aplicação de questionário sobre o nível de satisfação dos funcionários da empresa Viver +, especializada na área da saúde em Natal-RN, onde foram obtidos como retorno quinze questionários respondidos. Esta pesquisa teve como objetivo analisar a satisfação no que diz respeito à qualidade de vida dos colaboradores. Os dados advindos das respostas dos questionários foram analisados e expostos em porcentagem para uma análise e diagnóstico da problemática exposta.

(Resultados) Os resultados alcançados foram baseados nas respostas dos questionários aplicados na empresa Viver+ em Natal-RN, evidenciando que 40% dos entrevistados conhecem as atividades desempenhadas, enquanto 33,33% tem baixo conhecimento e 26,67% tem médio entendimento. Observamos que os colaboradores se relacionam bem com o chefe imediato, cerca de 46,67% tem um ótimo relacionamento e 53,33 consideram um relacionamento bom e médio. Bastante notório é satisfação dos funcionários no que diz respeito ao ambiente de trabalho 80,88% dos entrevistados consideram ótimo, 6,62% considera ruim e 12,50% dizem que é irrelevante. Observa-se, porém, que há uma falha no que está relacionando a disponibilidade de treinamento de pessoal, apenas 13,33% estão satisfeitos com o treinamento realizado antes de iniciar o efetivo exercício, enquanto 86,67% apresentam condições de treinamento insatisfatório para a atuação como profissionais. Os gestores percebem ou não querem dar a devida importância a uma questão que poderia não só favorecer os colaboradores, como também recompensar a organização de forma positiva, eliminando assim possíveis danos tanto para a empresa quanto para o funcionário. Mesmo havendo esse ponto negativo os colaboradores apresentam um nível de satisfação em trabalhar na empresa Viver+, avaliando assim em 80% como muito satisfeito, 13,33% com satisfeitos e apenas 6,67% não estão satisfeitos com a qualidade de vida oferecida pela empresa.

(Conclusão) Executando-se os perfis dos profissionais que responderam a pesquisa, verificou-se o grau de importância de um treinamento para o conhecimento das atividades a ser desempenhadas, ou seja, os funcionários que trabalham na empresa Viver+ sentem a necessidade de conhecer melhor os processos a serem desenvolvidos em suas atribuições. Mesmo apresentando esse déficit, é inquestionável a satisfação do trabalhador no que diz respeito ao ambiente físico que a empresa disponibiliza. A qualidade de vida não é Irrefutável, não apenas para ser vista pelo funcionário, mas também pela empresa, que ela possa vê como uma ferramenta de mão dupla. Funcionário produz mais rápido e com qualidade, quando se disponibilizar formas adequadas de qualidade de vida, não só em estrutura física, mas também nas sociais, motivacionais e biológicas.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida no Trabalho, Fatores motivacionais, Ambiente, Treinamento.

RECESSÃO, JUROS E INFLAÇÃO ALTA: QUAL O MELHOR INVESTIMENTO?

Autor(es):

Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O conhecimento acerca dos tipos de investimentos faz surgir uma oportunidade de aumentar os ganhos, apesar do país enfrentar um momento de instabilidade financeira, impactado com taxa de juros e inflação alta, além da recessão econômica. Há diversos tipos de investimentos de renda fixa e variável que podem ser utilizados, contudo, é necessário conhecer sua liquidez, sua rentabilidade, suas taxas, seu comportamento no mercado financeiro, além de considerar o perfil do investidor. Assim, em meio a tal situação adversa, existe a possibilidade de melhorar a receita, remunerar o capital, obtendo ganhos expressivos e com segurança, conforme o comportamento e aceitação de risco de cada pessoa.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Utilizou-se estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo, com o intuito de apresentar possíveis formas de realizar investimentos financeiros, destacando qual a mais indicada diante do cenário econômico Brasileiro. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisa de mercado, via internet e notícias divulgadas sobre o mercado financeiro nacional. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, foram analisados dados como investimento inicial, taxa de juros, inflação e retorno esperado.

(Resultados) (RESULTADO) Os brasileiros perdem seu poder de compra por não conhecerem as possibilidades para investir seu dinheiro. Ao realizar a pesquisa, observou-se que o Governo criou o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para proteger valores até R\$ 250.000,00. Em seguida, foi realizada uma análise de possíveis investimentos: A Poupança é o investimento mais tradicional no Brasil, mas desde 2015 sofre com a evasão de investidores, principalmente, devido ao seu baixo rendimento (8,15% em 2015), além disso, a inflação e juros altos melhora o rendimento de outras aplicações; existem três tipos de Certificado de Depósito Bancário: pré-fixado (rentabilidade fixa, exemplo: 14,30% a.a.), pós-fixado (renda sobre o CDI, exemplo: Até 110% do CDI= 16,96% a.a) e pós+préfixado (rentabilidade sobre a inflação e fixa, exemplo: 9,28% + 5,9 % = 17,28% a.a.), todos são cobertos pelo FGC, mas pagam o Imposto de Renda; Letra de Crédito Imobiliário (financia o setor imobiliário), e a Letra de Crédito do Agronegócio (financia a cadeia do agronegócio). Seus rendimentos são vinculados ao CDI (exemplo: 96% do CDI = 13,57% a.a), possuem vantagens como isenção fiscal (IRRF e IOF) e FGC; o Tesouro Direto é um Programa do Tesouro Nacional desenvolvido para venda de títulos públicos federais, é remunerado de três formas: pré-fixado (rentabilidade fixa), pós-fixado IPCA (rentabilidade sobre a inflação e fixa) e pós-fixado SELIC (taxa de rentabilidade sobre a SELIC e fixa), oferece boa rentabilidade, mas não dispõe do FGC e isenção do IRRF; a IBovespa acumula alta de 47,1% em 2016, enquanto que em 2015 e 2014, os resultados foram negativos, -13,31% e -2,91%, respectivamente, esse investimento não tem a segurança do FGC, é de alto risco, porém possibilita altos ganhos.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Após analisar os investimentos, é de suma importância avaliar o perfil do investidor (conservador, moderado ou arrojado), bem como, é necessário estabelecer o capital a ser investido, além de estudar a situação do mercado econômico, suas instabilidades e possibilidades. Nesse contexto, a taxa de juros (14,25%) e a inflação alta (8,47% em setembro), juntamente com diversos fatores como escândalos de corrupção, perda do grau de investimento e credibilidade, tudo isso, diante de um perfil conservador, contribui para indicar como melhor investimento o Tesouro Direto Pré-Fixado, devido a sua segurança e rentabilidade, contudo, para o um perfil mais arrojado é indicado investir em renda variável (Ações), tendo em vista a ascendente melhora dos índices da IBovespa, podendo ocasionar altos ganhos. Ressalta-se, que é importante diversificar o portfólio de investimentos para amenizar os riscos.

Palavras-Chave: investimento, inflação, juros e tesouro.

RELAÇÕES DA CRISE SISTÊMICA ATUAL COM O FILME A GRANDE APOSTA

Autor(es):

João Vitor Lima de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Marlos Confessor Fialho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Ewerton Guedes da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Leonardo Rodrigues Holanda: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A adaptação do livro de Michael Lewis *The Big Short: Inside the Doomsday Machine* - publicado no Brasil como *A Jogada do Século*, dirigido por Adam McKay e lançado em Janeiro de 2016, explica um pouco do colapso do mercado financeiro em 2008, a famosa crise de 2008, do ponto de vista de alguns investidores que conseguiram lucrar com uma “grande aposta”, enquanto o mundo quebrava. A crise de 2008 foi fruto do estouro de uma bolha imobiliária, gerada pela crença de que a venda de títulos hipotecários era um mercado de sucesso sem fim. Isso porque, em um certo momento, decidiram massificar as vendas desses títulos e o retorno obtido fez com os ofertantes negligenciassem vários fatores, um deles a capacidade de pagamento dos tomadores. Crédito passou a ser entregue sem dificuldade. Aos poucos, o que era garantido passou a ser arriscado, os famosas subprimes. Porém, com a influência de órgãos regulamentadores e agências de risco, o mercado não percebeu o que estava acontecendo e caminhou para a crise, o objeto de estudo desta pesquisa. Diante do estudo da sua origem e dos seus impactos na economia, encontra-se semelhanças no cenário brasileiro, das vésperas do ano de 2010 até os dias de hoje. Atitudes que movimentaram o consumo nacional e que assim como nos Estados Unidos, não considerou-se fatores essenciais. Dessa forma, busca-se detalhar essa relação.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como bibliográfica, descritiva, estudo de caso e documental. Seguida de uma análise comparativa com o cenário brasileiro, de um determinado período até os dias de hoje. A base de estudo foi a obra de Adam McKay, o filme *A Grande Aposta* (2016) e apoiada pelo documentário *Inside Job - Trabalho interno* (2010), de Charles Ferguson, junto a registros do mercado brasileiro (matérias e artigos).

(Resultados) Hoje o Brasil vive um clima de instabilidade econômica e política decorrente do reflexo da crise de 2008. Enquanto o mundo caminhava em uma recessão econômica, o Brasil vivia um contra fluxo. À época, o Brasil adotou como resposta uma política baseada no consumo. Uma boa solução a curto prazo. Vivenciamos um período de crescimento econômico em meio à crise mundial. Para fugir do alto índice de desemprego e da recessão econômica, o país passou a estimular a demanda agregada por meio do consumo. Foram feitos cortes nos tributos relacionados ao consumo e redução na taxa de juros. Atitudes que no momento refletiu em um crescimento, já que os produtos ficaram mais baratos e o crédito ficou disponível para a população em geral. No entanto, a diminuição de tributos contribuiu para o aumento da dívida pública. O crédito fácil para a população não veio acompanhado de um real crescimento de renda, o que resultou em um endividamento e no aumento do índice de inadimplência nacional. Todos esses resultados decorrentes de uma política de curto prazo, fizeram com que o país se endividasse e recorresse ao financiamento de suas dívidas através da emissão de títulos, porém, a pouca capacidade do Brasil em honrar com suas dívidas, tornou o país mal visto pelos investidores. O crescimento do consumo desacompanhado de investimentos nas estruturas de produção, passou a gerar o aumento da inflação, causada pelo deslocamento da demanda frente à oferta.

(Conclusão) Diante do estudo realizado sobre a crise mundial de 2008 e sua relação com o momento turbulento pelo qual passa o Brasil, chega-se à conclusão de que qualquer tentativa de frear uma crise, necessita de um planejamento a longo prazo, estruturado com políticas de incentivo à produção, de modo que não só se estimule um crescimento do consumo, para que assim, o país cresça de uma forma proporcional.

Palavras-Chave: *A Grande Aposta; Crise de 2008; Crise Sistêmica Brasileira*

REMODELAGEM DE UM NEGÓCIO VAREJISTA COM BASE NOS CONCEITOS DE OMNI-CHANNEL: O CASO DA PISOM ÓTICA

Autor(es):

João Vitor Lima de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN
Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O e-commerce tem atraído cada vez mais consumidores e muitos deles já estão fiéis a esse canal, porém, mesmo com o crescimento acelerado das vendas online, acredita-se que a experiência de compra no canal mais tradicional, o físico, continuará forte. Diferente do que muitos pensam, o varejo físico não morrerá, mas sim, a busca por experiência será ainda maior. O futuro pede uma integração do que temos disponível hoje, e eis que surge um desafio, que pode ter sua solução orientada pelos conceitos de Omni-channel - uma tendência do varejo que se baseia na convergência de todos os canais utilizados por uma empresa (SEBRAE, 2015). E esse é o objetivo da Pisom Ótica, que está no mercado desde 2002 e atua até então com um único ponto físico no centro da cidade de Natal/RN. Nos últimos anos foi observada uma queda considerável nas vendas do estabelecimento e acredita-se que um dos fatores seja o crescimento dos e-commerces do ramo. E o segmento de clientes que consumiam óculos de grau, uma necessidade ainda incapaz de ser suprida com segurança nos e-commerces, tem preferido ir as lojas de shopping, devido a problemas com trânsito e estacionamento na região. Então, ao invés de abrir apenas uma loja virtual, como fez e está fazendo a maioria, pensou-se no desenvolvimento de uma plataforma online integrada a loja física.

(Metodologia) A pesquisa, então, classifica-se como exploratória, descritiva e de campo. O problema foi observado após uma longa experiência, como ofertante e demandante, e o negócio (solução) foi modelado com base na ferramenta Business Model Canvas (BMC), do Osterwalder (2011), visualizado através da plataforma SEBRAE Canvas. A produção foi continuada com a audição de pessoas (consumidores e vendedores), com foco qualitativo, e finalizado com a busca de dados sobre o mercado (quantitativo).

(Resultados) Foi feita a modelagem, ou melhor, a remodelagem, que representa uma revolução não só para o negócio, mas também para o mercado. Será atendido o mesmo segmento de clientes, o mercado de massa, mantendo os já fiéis e buscando aqueles que querem alguma inovação para esse mercado - comprar sem sair de casa e sem riscos. Esses serão atendidos com a extensão de um canal já disponível, a plataforma, que tem como benefício principal a conveniência. A capacidade de personalização é outro benefício dessa novidade, que junto aos outros, irá melhorar o desempenho da empresa e proporcionar uma melhor experiência de compra. Todos os benefícios serão entregues através da equipe de vendas, das vendas online (da plataforma) e dos parceiros (marcas e clientes mais fiéis). O relacionamento foi pensado para uma assistência pessoal, para alguns dedicada, associado a um "self-service", com serviços automatizados, e entre a comunidade (clientes/seguidores). A fonte de receita continua sendo a venda dos produtos, apoiada agora com anúncios. Para a operacionalização desse negócio é necessário recursos físicos, intelectuais, humanos e financeiros. Produção e desenvolvimento/manutenção da plataforma são as atividades chave. Como parceiros, têm-se os principais distribuidores, importadores e as transportadoras. Por fim, a estrutura de custos é formada pela manutenção da infraestrutura, física e digital, o salário da equipe, aquisição de mercadoria e processamento dos pedidos.

(Conclusão) O objetivo desse projeto é viabilizar a atuação da empresa no mercado sem diferenças entre loja física ou virtual, fazendo com que a loja física seja percebida como um show room e a virtual como catálogo, dando liberdade ao consumidor de consultar, comprar, trocar, reparar e se relacionar em ambos os ambientes. O projeto se mostrou viável, a solução foi validada, com a aceitação de alguns clientes, usuários de óculos (não clientes) e de alguns fornecedores.

Palavras-Chave: omni-channel; integração; pisom.

RIO GRANDE DO NORTE: POTÊNCIA ENERGÉTICA X OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTOS

Autor(es):

Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Karina Lopes Loureiro: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A demanda cada vez maior do consumo de eletricidade, a necessidade global por diminuir a emissão de gases poluentes, a crise hídrica e econômica que assola o Brasil, tudo isso acentua a importância de investir em fontes de energia sustentável, aliando interesses socioeconômicos à preservação do meio ambiente. É nesse contexto que o Rio Grande do Norte tem-se destacado no cenário energético brasileiro, mostrando um grande potencial de produção de energia renovável. As principais fontes de energia sustentáveis geradas nesse estado são a eólica e a solar. Os ventos constantes em seu vasto litoral, aliado a um clima que oferece sol o ano inteiro, tudo isso contribui para que o Estado do Rio Grande do Norte se apresente no cenário nacional como uma potência na produção de energia renovável, seja pela produção por células fotovoltaicas, seja por energia solar.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Foi utilizado estudo de caso, exploratório e descritivo, com o intuito de mostrar que o Rio Grande do Norte destaca-se como uma potência nacional de energia sustentável, principalmente na produção de energia eólica e solar, transformando-o num celeiro para investimentos no ramo de energia sustentável. Bem como foi realizada uma análise através de noticiários, sites de instituições ligadas à energia renovável e no portal do Governo do Estado.

(Resultados) (RESULTADO) A capacidade de produção energética Potiguar destaca-se no cenário nacional, principalmente, em função dos ventos constantes em seu vasto litoral que favorecem a implantação de parques eólicos, que usam essa força para girar suas pás e, conseqüentemente, gerar eletricidade, esse tipo de produção de energia põe o RN como o maior produtor de energia eólica nacional, ou seja, é o responsável por 31,3% de toda produção no país, seguido pelo Ceará (23,4%) e a Bahia (16,9%). Atualmente, o RN dispõe da maior capacidade instalada de energia gerada por parques eólicos e a maior quantidade de turbinas eólicas em atividade, são 181 parques, dos quais 87 em operação, 29 em construção e 65 contratados, possibilitando a geração de 2,4 gigawatts. De acordo com o Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energias Renováveis a estimativa é que o setor eólico no RN tenha recebido nos últimos cinco anos, cerca de R\$ 3 a 4 bilhões em investimentos. Contudo, o Porto de Natal e a entrega das linhas de transmissão ainda causam transtornos para atender as demandas de infraestrutura e logística inerentes ao setor eólico. A geração de empregos e renda beneficia a população, além de melhorias nas áreas urbanas e rurais. A energia solar ainda está em crescimento, alcançando o 10º lugar na produção nacional, porém as perspectivas são boas, pois fatores como incentivos fiscais, a busca por fontes sustentáveis, o atual protagonismo Potiguar na produção eólica, bem como um clima, que oferece ao setor fotovoltaico cerca de 300 dias de sol no ano, tudo isso contribui para que empreendedores encontrem nesse Estado um campo fértil para também investir em energia solar.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conclui-se que o Rio Grande do Norte já é uma realidade como potência energética sustentável, pois o volume de produção e investimentos se destaca no cenário nacional. As torres que produzem energia eólica se espalham pelo seu litoral e interior, contribuindo para que o RN alcance o primeiro lugar entre os Estados produtores brasileiros. A energia solar está em crescente expansão, os incentivos fiscais, tendem a aumentar a demanda junto a residências e empresas. Portanto, observa-se a energia eólica consolidada e a solar em expansão. Portanto, tais fontes de energia colocam o Rio Grande do Norte entre as principais potências energéticas sustentáveis brasileiras, proporcionando uma grande oportunidade para investimentos e novos empreendimentos.

Palavras-Chave: Energia, Eólica, Solar, Investimento.

SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FINANCEIRA E ECONÔMICA DA BR FOODS NOS ANOS 2014 E 2015.

Autor(es):

Karla Janaina Marques da Rocha : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Kelly Renata Dantas Cavalcante: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Amanda Beatriz Vasconcelos Galdino da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A BRF- Brasil Foods S.A é uma das maiores empresas brasileiras do ramo alimentício. A empresa é a maior exportadora mundial de aves e é a terceira maior exportadora do Brasil. A companhia surgiu da fusão da Sadia com a Perdigão, em 2009, e passados pouco tempo após tal fato, seu valor de mercado dobrou. É a empresa brasileira mais promissora em 2015, de acordo com ranking produzido pela revista Forbes Brasil. A BRF S.A. é uma das maiores produtoras de alimentos de proteína in natura e congelados do mundo, com um portfólio de mais de quatro mil produtos. Os produtos processados incluem as categorias de marinados, congelados, aves especiais inteiras e cortes de aves Chester e peru, carnes processadas e congeladas, pratos prontos congelados, uma grande variedade de lasanhas, pizzas, tortas e produtos fatiados. Detêm marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Chester, Perdix e Paty. As marcas já estão entre as cinco principais marcas preferidas de alimentos no Brasil: Sadia, Perdigão e Qualy foram classificadas no ranking das marcas preferidas de alimentos em primeiro, terceiro e quinto lugar, respectivamente.

(Metodologia) Como forma de compreender a BRF- Brasil Foods S.A, foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, tendo como fonte de coleta de dados: relatórios disponibilizados no site da empresa e materiais encontrados na rede mundial de computadores.

(Resultados) O presente trabalho tem como finalidade analisar os indicadores financeiros da empresa BRF nos anos de 2014 e 2015. Para atingir esse objetivo, o estudo teve como objetivos específicos analisar índice de participação de capital de terceiros, índice de liquidez, índice de rentabilidade, índice de atividades e índices de atividades operacionais. Para realizar a análise da situação patrimonial, financeira e econômica foram coletados os Balanços Patrimoniais e as DREs da empresa BRF correspondentes aos anos de 2014 e 2015.

(Conclusão) Os indicadores econômico- financeiros analisados revelam que, com exceção do giro do ativo, a situação financeira da Brasil Foods se mostrou melhor após a fusão da Sadia e Perdigão. Esses valores revelam também que ambas as empresas sofreram queda em seus índices devido à crise e que a fusão se mostrou eficiente no que tange a melhora da situação financeira. Após os resultados recordes da BRF em 2014, começaram 2015 com a missão de crescimento, um cenário de solidez financeira e mais preparada para enfrentar o cenário desafiador que se apresentam nos curtos e médios prazos.

Palavras-Chave: Desempenho; Índices; Situação patrimonial

TEORIA TRADE-OFF E PECKING ORDER A PARTIR DA REGRESSÃO QUANTÍLICA: UMA ANÁLISE DE DOIS BANCOS DE CARTEIRA MÚLTIPLA

Autor(es):

Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta deste estudo é de replicar o artigo “Determinantes da Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras: uma abordagem em Regressão Quantílica”, publicado na Revista do Banco Central Brasileiro (BACEN) pelo Professor Doutor Guilherme Oliveira da universidade de Brasília, alterando o objeto de estudo, que para esse momento, optou-se por duas entidades bancárias, uma de caráter público e outra de caráter privado. Objetivou-se analisar a estrutura de capital contemplando os seguintes elementos: tamanho, lucratividade, oportunidade de crescimento, estrutura de ativos, volatilidade dos resultados operacionais, endividamento total e endividamento de curto e longo prazo. Essa estrutura observou os dados do Banco do Brasil e do Banco Santander utilizando a série temporal do ano de 2010 ao ano de 2015 pela técnica da Regressão Quantílica, devido a esse sistema possibilitar a visualização de padrões e compreensão do dinamismo do mercado.

(Metodologia) A metodologia da pesquisa deu-se a partir do processo de construção do banco de dados das duas organizações em questão no período de 2010 a 2015, por meio de relatórios dos registros contábeis e financeiros fornecidos no sítio eletrônico das respectivas entidades. A pesquisa possui por essência o tipo quantitativo, e sua estrutura é composta pelo método da Regressão Quantílica através da linguagem R gerando resultados sólidos para aplica-los as teorias de pecking order e trade-off, proporcionando assim uma análise robusta dos indicadores em questão.

(Resultados) Os resultados encontrados confirmam a estrutura de capital escolhida, de maneira que os indicadores contemplam e podem ser alocados em três classes para explicar a estrutura dessas organizações, sendo essas: oportunidade, lucratividade e endividamento. Ao realizar uma análise por meio da taxa de variação entre os anos de 2010 a 2015, percebe-se que para o Banco do Brasil os indicadores da classe de oportunidade sofreram uma queda de 1,46%, para lucratividade de menos 37,14% e o por fim, o endividamento aumentou em 1,96%. Já para o Banco Santander, houve uma queda de 9,18% em oportunidade, de menos 47,98% em lucratividade e o endividamento diminuiu em 2,18%.

(Conclusão) Para esse momento final, é importante ressaltar que a leitura realizada da estrutura de capital dessas duas organizações caminhou por um processo robusto, devido ao método da Regressão Quantílica permitir uma correlação significativa entre os indicadores. De modo que ao comparar os resultados encontrados, o Banco do Brasil apresentou uma melhor resposta quanto à oportunidade e lucratividade, contudo o Banco do Brasil tornou-se mais endividado, ao passo que o Banco Santander diminuiu as suas dívidas. Percebendo que, em última análise, o Banco do Brasil mostrou-se mais sólido em lucratividade e oportunidade, ainda que tenha contraído mais dívidas. Tal fenômeno pode ser justificado pela teoria trade-off, por priorizar o capital de terceiros (dívidas) ao capital próprio com intuito de alavancar a organização de modo a gerar riqueza.

Palavras-Chave: Estrutura de Capital, Regressão Quantílica, Entidades Bancárias.

UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA O FAST-FASHION NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DO CONSUMIDOR DE MODA

Autor(es):

Jadson Emanuel Torres da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) As indústrias têxteis a fim de acompanharem a moda, cada vez mais rápida, criaram um sistema de processo que atenda suas expectativas, sistema esse denominado de fast-fashion. O fast-fashion é um modelo de negócio que tem como propósito abastecer as lojas através das necessidades do público-alvo com bastante agilidade, flexibilidade e rapidez, atendendo assim os desejos dos clientes. Esses que no mercado de hoje se tornaram cada vez mais exigentes, tanto no preço dos produtos como na qualidade. O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise do comportamento de compra do consumidor de fast-fashion, a fim de apontar quais fatores servem de principal influência para a decisão de compra desse consumidor.

(Metodologia) O autor se debruçou de autores renomados para dar início aos estudos mais profundos sobre o tema, tais como o conceito de comportamento do consumidor de Solomon, Os autores Blackwell, Miniard e Engel dando ênfase nos fatores que influenciam o comportamento de compra e sendo complementado por Bliss. Por meio dos autores Mowen e Minor, tem-se o processo de decisão de compra. O consumidor de moda e suas características são apresentados através de Arriaga e o fast-fashion pelos autores Sull e Turconi. O trabalho é caracterizado como pesquisa bibliográfica e descritiva.

(Resultados) Os resultados obtidos pelo questionário mostram que o perfil do consumidor de fast-fashion é, em maior parte, feminino. Com idade entre 25 e 35 anos, são em maior parte solteiras e trabalham em empresas privadas. Onde compram a cada 45 dias, em alguns casos quando são promovidos em seus trabalhos e gastam em média R\$ 150,00 por cada compra. O preço, as promoções e a qualidade do produto são as que mais influenciam no momento da compra e compram para criação de status, não por questões climáticas, essas ficam em segundo plano e os grupos que mais influenciam são os amigos e a família.

(Conclusão) Com base nos resultados, conclui-se então que os consumidores de fast-fashion estão cada vez mais exigentes quanto ao preço e a qualidade dos produtos e que esses dois fatores, assim como as promoções, influenciam diretamente o comportamento. Outro ponto que pode-se destacar é que os consumidores querem adquirir o produtos simplesmente por não terem, então á desejam, seguidamente de conforto e proteção contra sol e calor. Outro ponto destacado foi em relação aos grupos sociais, pois os amigos e a família influencia diretamente já que os consumidores querem ser aceitos em tais grupos.

Palavras-Chave: Fast-fashion, vestuário, consumidor.

UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE À PARTIR DA TEORIA “TRAGÉDIA DOS COMUNS”

Autor(es):

Maraisa Milena Alves Bandeira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tem como objetivo apresentar a importância dos direitos de propriedade, que podem estar nas mãos de indivíduos, grupos de indivíduos ou Estado. Esses devem zelar de alguma forma para a boa gestão dos recursos, criando e fiscalizando normas de uso e transferência de direitos. Diante desta realidade as pessoas precisam entender o benefício de um bem comum, cuidando e protegendo. A Gestão dos Recursos Comuns é uma situação onde as pessoas agem de forma independente e racional, entretanto é uma ação de uma pessoa ou organização que pode afetar um recurso utilizado por várias pessoas. Faz-se necessário que a sustentabilidade no uso dos recursos irá depender da capacidade da sociedade, em estabelecer regras que garantam um uso sustentável e justo dos recursos. A maioria das pessoas sempre que puder beneficiar-se de um bem comum será incentivada a fazer o mínimo de esforço para preservá-lo, ao mesmo tempo em que será tentado a extrair o máximo de vantagem desse bem.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como descritiva e bibliográfica, onde foram utilizados dados secundários extraídos de artigos científicos que tratam da temática em dois autores citados acima. Para análises de resultados considerou-se uma abordagem qualitativa, o que possibilita uma crítica mais aprofundada sobre diversos pontos de vista referentes ao direito de propriedade de questões relacionadas a cidadania.

(Resultados) Com base na pesquisa realizada pelo pesquisador americano da Universidade da Califórnia, Garrett Hardin (1968), publicou o artigo sob o título de “A Tragédia dos Comuns”. O texto faz uma criteriosa análise dos problemas que surgem sempre que se usa um bem comum. A mais detalhada e completa crítica também foi da Professora da Universidade de Indiana Elinor Ostrom (2009), ela contradisse a armadilha social conhecida por “tragédia dos comuns”, na qual interesses individuais se sobrepõem a um objetivo coletivo, resultando em destruição dos bens públicos e dos recursos escassos. Percebe-se que existe a necessidade de um trabalho de conscientização desenvolvido nas escolas, mídias, redes sociais e outros, tendo em vista vários meios de comunicação, conscientizando e gerando um hábito na humanidade, com a responsabilidade que cada um tem com seu bem estar, onde as pessoas têm se omitido das suas responsabilidades como cidadão, submeter-se com a falta de respeito, que cada um vem vivendo de forma individual. Percebe-se que ainda há possibilidade de desenvolver este hábito nas pessoas como uma cultura humana.

(Conclusão) Diante disto, a humanidade tem que ter respeito pelas coisas públicas, preservando e mostrando comprometimento em deixar da mesma forma que foi utilizado. Faz-se necessário um exemplo que pode ser citado, a atmosfera das geleiras, as vegetações, os rios e entre outros como a Banha da Guanabara no Rio de Janeiro; Sabe-se que a grande causa dessa devastação é feita por todos nós, deve-se criar uma busca pelos prazeres da vida, e ter um mundo mais limpo para proporcionar a verdadeira pureza.

Palavras-Chave: Bem Comum, Gestão, Cidadania.

UMA ANÁLISE FINANCEIRA, ECONOMICA E PATRIMONIAL DA EMPRESA: NATURA COSMÉTICOS S/A

Autor(es):

Sara Kamila Trajano da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Mirla Gabriela da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Jardênia Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Há mais de 40 anos no mercado a Natura é líder na preferência dos consumidores, e está presente em 7 países da América Latina e na França, a história da empresa natura começa em 1969, com abertura de um laboratório e uma pequena loja na rua Oscar Freire, em São Paulo, por Luiz Seabra. Desde o Início as ações da natura tem sido movidos por duas paixões: pela cosmética como instrumento de promoções do bem estar bem e do autoconhecimento, e pelas relações humanas. Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar a situação patrimonial, financeira e econômica, destacando o desempenho da Natura nos anos de 2014 e 2015.

(Metodologia) Este trabalho tem o tipo de metodologia quantitativa e como forma de compreender a situação financeira, econômica e patrimonial, foi utilizada uma metodologia e aplicação de análises de índices financeiros tais como: liquidez, rentabilidade, participação de capital de terceiros e atividades. Foram calculados os índices dos anos de 2014 em comparação com de 2015. As informações necessárias foram retiradas no site da empresa e das demonstrações contábeis, tais como, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas.

(Resultados) Em relação ao desempenho o ano de 2015 foi marcado por um forte contraste entre os resultados no Brasil e nas operações internacionais. No Brasil, a deterioração do ambiente econômico, o aumento da carga tributária e a desvalorização do Real também contribuíram para a retração das vendas e da lucratividade em comparação com o ano anterior. A Natura encerrou o ano de 2015 com R\$ 10,8 bilhões em receita bruta (+8,6% vs. 2014), 1,9 milhão de consultoras (+8% vs. 2014), lucro líquido de R\$ 513 milhões (-29,9% vs. 2014). No Brasil, onde a receita bruta recuou 3,6% vs. 2014, o mercado de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos registrou a primeira retração dos últimos 23 anos. Um dos principais pontos de eficiência na utilização de recursos, é a compra de insumos, serviços e materiais indiretos de uma variada linha de fornecedores localizados em diversas regiões do país e do exterior. O uso sustentável de insumos da biodiversidade brasileira é a principal plataforma tecnológica da natura. Atualmente existem 23 comunidades parceiras da Natura que estão localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil e um país da América Latina (Equador). Ao todo reúnem 1895 famílias esse conjunto de comunidades caracteriza-se por uma grande diversidade tanto cultural, quanto socioeconômica. Atuando por meio de um modelo de produção e distribuição eco efetivos, com foco no desenvolvimento local e na geração de impacto socioambiental positivo em cadeia de valor. Todos os produtos da marca Natura terão suas pegadas ambientais e sociais divulgadas, assim como seus respectivos compromissos de melhoria. Garantir que 30% do total de insumos consumidos pela Natura Brasil, em valor, sejam provenientes da região Pan Amazônica.

(Conclusão) A Natura acredita que sua existência deve ajudar a tornar o meio ambiente e a sociedade melhor. Querendo com isso gerar impacto positivo econômico, social, ambiental e cultural. Isso significa ia além de reduzir e neutralizar os impactos negativos de suas atividades. A natura conseguiu reduções significativas de emissões de gases do efeito estufa, imprimiu novos paradigmas na relação com comunidades agro extrativistas e na justa remuneração de seus serviços e dos ativos da biodiversidade. Articulou ainda novas ações para o desenvolvimento da região amazônica, entre inúmeras outras iniciativas, centradas nos princípios da sustentabilidade. No entanto, a natura esta consciente de que precisa e querem fazer muito mais.

Palavras-Chave: Análise das demonstrações contábeis. Índices Financeiros. Situação Patrimonial. Situação Financeira. Natura.

WAR AIRSOFT: A PRIMEIRA LOJA FÍSICA AIRSOFT DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Maraisa Milena Alves Bandeira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lucas Freitas e Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em um mundo cada vez mais corrido, onde o estresse mostra-se presente, atingindo os mais variados ambientes de trabalho, é necessário buscar formas de diversão, formas de extravasar as emoções. É nesse contexto que o jogo Airsoft surge, proporcionando aos seus participantes uma experiência real de combate, com adversários que interagem durante a ação, além da oportunidade de colocar em prática técnicas aprendidas, sofrendo os efeitos da adrenalina do combate. Com a crescente demanda pela prática desse esporte surge a oportunidade de alcançar esse público-alvo, tendo em vista a deficiência na aquisição de equipamentos e acessórios, que são indispensáveis. Assim, a War AirSoft, que será a primeira loja física do Rio Grande do Norte, visa oferecer os melhores equipamentos e acessórios, para que os “guerreiros do AirSoft” cumpram suas missões com eficiência, segurança e praticidade.

(Metodologia) Utilizou-se estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo com o intuito de mostrar o crescimento do número de jogadores do Airsoft, bem como pesquisa de campo junto a praticantes do esporte. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisa de mercado, via internet e mídia online e off-line. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011), visualizada no aplicativo SEBRAE Canvas, que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio, que são: Segmentos de mercado, Proposta de valor, Relação com o cliente, Canais, Atividades-chave, Recursos chaves, Parceiros chave, Estrutura de custo, Fontes de renda.

(Resultados) Ao realizar a pesquisa de mercado observou-se a crescente demanda por equipamentos e acessórios para a prática do Airsoft, que vem crescendo em todo o Brasil. Hoje esse esporte vem desenvolvendo grande equipes para campeonatos e treinamento de operações especiais, de 2003 para o nosso ano atual o Brasil já possui mais de 100 equipes oficializadas para esse esporte, contudo o Airsoft proporciona adrenalina, tática reais de combate e diversão.

(Conclusão) O Airsoft está em crescente expansão, a necessidade da prática do esporte eleva treinamentos e jogo em campo para uma principal cultura esportiva de combate real não letal. Desde o início de sua oficialização em 2003, o esporte teve que passar por um longo período até se tornar plenamente permitido e mais popular. O crescente público alvo composto por Jovens e adultos, homens e mulheres – pessoas que gostam de jogos de aventura e de operações táticas especiais, além de amantes de armas e militares. Hoje o Airsoft já é um esporte bem difundido, mas que ainda tem muito para crescer. Existem equipes espalhadas por todo o Brasil, bem como Rio Grande do Norte. Assim, a War Airsoft visa alcançar esse novo nicho de Mercado.

Palavras-Chave: Business Model Canvas, Mercado, Airsoft.

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

CSET2 - CONTABILIDADE

APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS PARA A CONTABILIDADE PÚBLICA.

Autor(es):

Josley Manoel Alcantara Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, o início das mudanças dos padrões contábeis ocorreu com a publicação das Leis 11.638/07 e 11.941/09, que alteraram os dispositivos da Lei nº 6.404/76, modernizando a contabilidade e assim, exigindo que as empresas brasileiras, incluindo o setor público, passassem a utilizar pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade. Ludícibus (2010) destaca que com a adoção das normas internacionais e a prevalência da essência sobre a forma, tanto o contador quanto o auditor devem conhecer bem a operação a ser contabilizada e as circunstâncias que as cercam. Não basta apenas contabilizar o que está escrito, mas ter a certeza de que o documento formal representa, de fato, a essência econômica dos fatos que estão sendo registrados. Consequentemente, o contador passa a exercer muito mais sua capacidade de julgamento do que no passado recente, com reflexões positivas sobre o status da profissão no Brasil. Considerando que esta nova abordagem traz impactos substanciais para a profissão contábil, este trabalho busca responder a seguinte questão: As alterações advindas do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público já estão sendo realizadas na prática? Nesta perspectiva, o presente estudo se mostra relevante na medida em que se propõe a contribuir para a reflexão sobre o conhecimento neste ambiente de mudanças e convergência, buscando instigar os profissionais a buscarem estratégias para atribuir qualidade às informações contábeis; além de contribuir para o enriquecimento do conhecimento na área de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

(Metodologia) Foi efetuado um estudo de pesquisa bibliográfica. De acordo com Martins e Theophilo (2007), uma pesquisa bibliográfica busca explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em diversas fontes. Neste estudo, serão consultados artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais, bem como artigos oriundos de anais de congressos da área contábil.

(Resultados) Quanto à realização e consolidação das mudanças decorrentes do processo de convergência, algumas dificuldades têm sido enfrentadas, principalmente pela cultura e resistência à mudanças, pois o profissional contábil não estava acostumado a observar as normas de contabilidade, que anteriormente eram associadas exclusivamente a área comercial. Em diversos estudos, os contadores apontaram falta de definições mais claras pelos órgãos que editam as Normas e Legislações, falta de apoio e conhecimento dos gestores, falta de entendimento dos gestores com relação às novas nomenclaturas. Em uma visão geral das respostas, é possível observar que o aspecto de capacitação dos profissionais contábeis é observado como um forte indicador para se obter sucesso na aplicação das novas normas (OLIVEIRA, 2014). Foi identificado também que os profissionais acreditam que as mudanças causaram um grande impacto na área contábil, bem como são fundamentais para que haja a padronização dos procedimentos contábeis.

(Conclusão) Com base nos dados levantados, entende-se que as alterações advindas do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público já estão sendo realizadas na prática, porém em processo de adaptação e adequação às novas regras. Existem algumas limitações, dentre as quais se inclui a falta de qualificação profissional, o custo de adequação dos sistemas contábeis e a falta de treinamentos focados nas alterações. Dentre esses, o principal fator é a falta de conhecimento dos profissionais quanto à implementação das Normas o que pode comprometer o processo de aplicação na prática.

Palavras-Chave: Contabilidade pública. Convergência. Normas internacionais de contabilidade.

**MEDIÇÃO DE DESEMPENHO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CAPITAL ABERTO
COM CONTROLE ACIONÁRIO PÚBLICO**

Autor(es):

Naide Janaína Ferreira de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo analisar o comportamento dos indicadores econômicos-financeiros de bancos públicos. A contribuição esperada deste estudo consistiu na avaliação de desempenho do controle acionário e financeiro, daquelas instituições, através dos seus principais indicadores econômicos-financeiros. Para tal, foram empregados os seguintes índices: 1. Liquidez - Corrente, Geral e Imediata; 2. Estrutura de Capital – Participação de Terceiros, Endividamento de Curto Prazo, Imobilização PL e Imobilização de Recursos não Correntes; 3. Rentabilidade – Retorno sobre o Ativo Total (ROA) e Retorno sobre o PL (ROE).

(Metodologia) Foram realizadas interconexões entre os dados históricos (2013-2015) de diversos indicadores, inicialmente, de três instituições bancárias, a saber: Banco Amazonas, Pará e Sergipe.

(Resultados) Quanto aos resultados, em relação ao primeiro grupo de índices, observou-se que a Liquidez Corrente mais significativa (maior que 1,0), dentre os bancos avaliados, foi aquela registrada no banco Sergipe; apresentando tendência de crescimento em todos os anos analisados (1,0056, 1,0748 e 1,0809). Já em relação a Liquidez Imediata, verificou-se que o banco Pará apresentou, diferentemente dos demais bancos, tendência de crescimento, ao longo dos anos (0,0323, 0,0386 e 0,0410). Ainda para o mesmo índice, destaca-se que a redução da Liquidez Imediata foi bem mais acentuada no banco Sergipe (0,0549, 0,420 e 0,0312). Por fim, em se tratando dos índices de liquidez, a Geral, de todos os bancos avaliados, apresentou tendência de levíssima redução (em média -0,43%). Os resultados do grupo de índices, relativos a Estrutura do Capital, apresentaram significativa variação entre si. Quanto ao índice de Participação de Terceiros foi observado que esse apresentou leve aumento nos bancos Amazônia e Sergipe e baixa redução no banco Pará, gerando para a empresa uma condição mais favorável. Já em relação ao índice de Endividamento de Curto Prazo os bancos Pará e Amazônia apresentaram redução leve de seus índices; ao contrário do observado para o banco Sergipe. Destaca-se ainda, que, para o mesmo índice, a condição mais favorável permaneceu sendo a do primeiro banco. Relativo ao índice de Imobilização PL, esse apresentou-se praticamente constante para o banco Amazônia, com significativa redução para o banco Sergipe e pequena flutuação para o banco Pará. Além disso, destaca-se que, apesar da significativa redução apresentada, o banco Sergipe manteve a condição mais desfavorável dentre aqueles analisados. Finalmente, dentre os índices de Estrutura de Capitais, os resultados do índice de Imobilização sobre Recursos não Correntes apresentaram redução nos bancos Amazônia e Sergipe e relativo aumento (22,33%) no banco Pará. Dentre os índices de Rentabilidade, também foi verificada significativa variação entre os resultados dos diferentes índices, em relação ao comportamento desses em cada banco e ano. O ROA apresentou flutuações – com tendência de aumento do penúltimo para o último ano – em todos os bancos analisados, com destaque para o banco do Pará (0,0310, 0,0294 e 0,0387). Assim como os resultados apresentados para o ROA, o ROE de todos os bancos, demonstrou flutuações, tendo sido mais acentuada no banco Sergipe. Ainda sobre este índice, destaca-se a posição mais favorável do banco Pará, ao longo do período em questão (0,2783, 0,2601 e 0,2950).

(Conclusão) Em face do exposto, conclui-se que, quanto a liquidez, não se pôde apontar, com precisão, a condição mais favorável dentre os bancos pesquisados, haja vista que, para cada índice, um dos bancos apresentou-se com comportamento mais destacável. Já para os índices de Estrutura de Capitais, o banco Amazônia demonstrou destaque dentre os demais bancos. Finalmente, para os índices de Rentabilidade, em ambos os índices, o banco em condição mais favorável foi o Pará.

Palavras-Chave: : índices econômico-financeiros; bancos; avaliação de desempenho

A EFETIVIDADE DA TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS SOB A ÓTICA DOS ESTUDANTES DE CONTÁBEIS DO UNI-RN

Autor(es):

Letícia Américo de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo Tormem, Metzner e Braum (2003) a contabilidade pública é uma parte da contabilidade que tem com base suas próprias normas, onde se registra a previsão da receita e a fixação da despesa, estabelecida no Orçamento Público e aprovada para o exercício. As contas públicas têm que dispor de transparência para seus usuários. A Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000 determina em seu art. 48 os instrumentos de transparência da gestão fiscal, para uma ampla divulgação nas contas públicas e nas leis orçamentárias. De acordo com Loureiro, Teixeira e Prado (2008), os dados publicados pelo portal da transparência se efetiva pelo grau de detalhamento que estão sendo apresentados para uso da sociedade, por exemplo, quantias gastas com diárias de viagens e matérias para o uso do cotidiano, valores contratados para obras e serviços, entre outros. As transparências dos governos também podem ser verificadas no portal pelos contribuintes, possibilitando a conferência do valor repasse para a merenda escolar do seu município, por exemplo, o valor da verba repassada para o programa Bolsa Família dentre outros serviços. Dessa forma, esta pesquisa busca responder ao seguinte problema: A transparência das contas públicas é efetiva sob a ótica dos estudantes do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Rio Grande do Norte? O objetivo geral desse estudo é verificar a efetividade da transparência das contas públicas sob a ótica dos estudantes do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário UNI-RN. Portanto, este estudo se justifica pela contribuição, primeiramente, acadêmica por possibilitar ser mais uma fonte de reflexão sobre a transparência nas contas públicas. Além disso, irá proporcionar conhecimentos das contas públicas, e demonstrar que todos têm o direito e o dever de fiscalizar as contas públicas e avaliar o nível de transparências de cada uma delas.

(Metodologia) O presente estudo tem como enfoque avaliar a efetividade da transparência das contas públicas, para isso será aplicado questionários junto aos estudantes do curso de ciências contábeis do Centro Universitário UNI-RN. O trabalho se trata de uma pesquisa descritiva, pois irá expor e caracterizar uma determinada população. Com relação ao procedimento será realizada uma pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionários. A abordagem da pesquisa será qualitativa.

(Resultados) Os resultados da pesquisa foram levantados mediante dados coletados através de um questionário para alunos de contábeis do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Foi questionado a respeito do termo de transparência governamental, segundo dados coletados, 85% dos entrevistados afirmam saber o significado do termo e 15% afirmam não saber o que esse termo significa. Também foi questionado se com a criação da LRF, a transparência das contas públicas aumentou, e de acordo com os dados coletados foi possível observar que 80% afirmam que sim, 10% afirmam que não e 10% não tem conhecimento sobre o assunto. Perguntou-se também se com a divulgação das contas públicas na internet os alunos acompanhavam e fiscalizavam os gastos públicos, 69% afirmam que não fiscalizam os gastos públicos e 31% afirmam que fiscalizam esses gastos públicos.

(Conclusão) A transparência é uma ferramenta de grande importância, pois contribui com a democracia tornando mais participativa para a sociedade. De acordo com os dados coletados a transparência é conhecida pelos alunos. Para eles, a Lei de Responsabilidade Fiscal auxilia na transparência das contas públicas ajudando a sociedade a fiscalizar o dinheiro público. Mas ainda é preciso fiscalizar mais esses gastos para termos mais eficiência na administração pública. Em suma, o objetivo da pesquisa foi atingida pois foi possível constatar a efetividade da transparência de acordo com a ótica dos alunos.

Palavras-Chave: Transparência; contabilidade pública; contas públicas

PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DE UM BROWNIE A BASE MANDIOCA PARA O MERCADO DOS CELÍACOS.

Autor(es):

Camila Borges Nepomuceno Leite: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem por objetivo analisar os custos diretos e indiretos na produção do brownie a base de mandioca no intuito de verificar a viabilidade financeira na comercialização do produto no mercado de Natal, analisando se o preço que se pretende aplicar estará adequado aos custos e a margem de lucro da empresa. Assim, é importante ressaltar a relevância da elaboração da pesquisa, visto que a comercialização do produto visa atender um mercado específico, o público dos celíacos que encontram consideráveis limitações em suas dietas, pois não toleram ingestão da proteína glúten.

(Metodologia) No desenvolvimento deste projeto foi utilizado o método de pesquisa estudo de caso, visto que foi levantado os itens utilizados na produção do brownie, o valor de compra das matérias primas, os prováveis custos indiretos e por fim feito um cruzamento do valor de produção e o preço final do produto para assim obter provável margem de lucro. O cálculo do custo do produto final baseou-se no método de custeio por absorção. Nele se observam todos os custos de produção inerentes à produção (fixos, variáveis, diretos e indiretos). Dessa forma, se obtém o valor mais próximo de todos os custos incorridos relativos à produção, diminuindo assim as imprecisões. Além disso, esse método é aceito para fins de legislação tributária.

(Resultados) A base para análise do custo direto de uma produção do bolo em sua totalidade (placa) foi a quantidade do produto utilizado pelo preço de compra. Já o cálculo do custo por porção do bolo tipo brownie (unidade) foi dado pelo valor dos insumos utilizados para uma forma de tamanho 35cmx24cm, dividida pela quantidade que ela produz do produto final, que no caso foram de 18 unidades, no tamanho 6cmX6cm. Portanto, conclui-se que o produto final tem como custo direto o valor de R\$ 20,70 e o custo unitário de R\$ 1,15 centavos. Com relação aos custos indiretos, o método utilizado teve como base uma média de consumo por produção – resultante de uma placa de bolo do produto. Vale lembrar que tal método é baseado no cálculo ponderado previsto, tendo em vista que não existe um consumo médio real, visto que ainda não há produção para comercialização e sim uma estimativa de custos para formação do preço de venda e sua viabilidade. Os custos indiretos foram avaliados três tipos de gastos: energia, gás e água, gerando um custo indireto total de R\$ 0,74 centavos, e um custo unitário de R\$ 0,03 centavos por unidade de produto.

(Conclusão) Com base nos dados levantados, a análise de custos do produto demonstrou que o gasto final por unidade, dado pela soma dos custos diretos e dos indiretos, foi de R\$ 1,18 centavos. Considerando o preço de venda do brownie, cujo valor médio de mercado é de R\$ 4,00, o lucro, sem as despesas, obtido poderá ser de R\$ 2,82, apresentando assim uma média de lucro de 238,78%. Portanto, pode-se afirmar que o bolo tipo brownie sem glúten desenvolvido é um produto acessível e viável, com foco para o público celíaco na cidade do Natal. Entretanto pelo fato de fazer uso da mandioca, o produto se apresenta muito perecível, ou seja, com data de validade de apenas 5 dias em temperatura ambiente, dessa forma fica inviável a comercialização em larga escala para pontos de vendas, todavia poderá ser comercializado para fins de encomendas.

Palavras-Chave: Custos, Brownie, Sem glúten, Viabilidade.

UM LEVANTAMENTO SOBRE A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE A ESTRUTURA DE CAPITAL NOS ÚLTIMOS 80 ANOS E QUAL A SUA RELEVÂNCIA PARA OS DIAS DE HOJE?

Autor(es):

Leonardo César Fernandes de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) A estrutura econômica e financeira brasileira durante as últimas décadas vem sofrendo com diversos ciclos e crises como: a recessão econômica, estabilização da moeda, endividamento externa e a inflação descontrolada. No atual cenário da economia brasileira, é notório que a recessão econômica é gerada principalmente por fraudes nas gestões políticas, fazendo com que a criação de novos pólos de empregos não seja renovada, pois os novos investidores estão com medo. A evolução dos estudos durante os últimos 80 anos é de extrema importância, pois seus resultados mostram que foram de suma importância já que se iniciam nos primórdios das finanças até a forma complexa a que se está nos dias de hoje. Este artigo tem como objetivo verificar a evolução dos estudos sobre a estrutura de capital e qual a sua importância nos dias de hoje, partindo dos pressupostos da criação das finanças e o início de seu estudo e surgindo uma necessidade de um aprimoramento devido a sua complexidade e evoluindo para a teoria convencional proposta por Durand e a por MM no qual é defendida a existência de uma combinação das fontes de capital pelo custo médio ponderado de capital (CMPC), com recursos próprios e de terceiros de tal forma que o custo total seja minimizado e uma estrutura ótima de capital, preconizando a inexistência de uma estrutura ótima de capital, sendo indiferente para a empresa a forma como a mesma financia suas atividades onde os próprios M&M refizeram seus estudos e levando em consideração os impostos sobre o endividamento da empresa até chegar a teoria da agência onde firma a existência de assimetria de informação onde as empresas buscam mostrar a melhor situação da empresa e o que realmente acontece dentro dela tendo com seus trabalhos Jensen e Meckling (1976) e posteriormente destacado os trabalhos de Jensen (1986) e Harris e Raviv (1990).

(Metodologia) As metodologias utilizadas nesta pesquisa foram: Pesquisas bibliográficas, artigos científicos publicados na internet que mostram de forma clara como se iniciou os estudos até os anos atuais.

(Resultados) Os resultados mostram que os estudos se dividiram em três linhas: A primeira que vai do início do estudo de finanças até a década de 50, onde a consciência da existência ao risco não era acompanhada de uma ferramenta crítica adequada para tratá-lo. A segunda linha de pensamento é a defendida por David Durand (1952), Modigliani e Miller (1958) onde ambos mostram que existe uma estrutura ótima de capital e a terceira linha de pensamentos baseados modelos na teoria da agência tendo Jensen e Meckling (1976) e posteriormente destacado os trabalhos de Jensen (1986) e Harris e Raviv (1990).

(Conclusão) Este estudo buscou verificar a evolução dos níveis de conhecimentos já criados, e no decorrer dos anos e entender que de simples estudos se aperfeiçoaram tentando diminuir no final a assimetria informacional e conflitos internos nas empresas, pois essas foram grandes e importantes dificuldades encontradas nos últimos anos buscando diminuir e passando transparecias nos resultados e nas demonstrações contábeis.

Palavras-Chave: Investimentos, recursos, capital, finanças

A APLICABILIDADE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL DO RN

Autor(es):

Fátima Simone de Negreiros Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A verificação do desempenho governamental é uma tarefa constante da sociedade. Em contrapartida, é dever do gestor público ter uma administração planejada e transparente, divulgando suas ações e medidas tomadas através de publicações nos portais de transparência de onde podem ser acessadas as prestações de contas de cada gestão. São designios da gestão governamental ter um excelente desempenho nas suas ações e para isso os líderes de estado podem contar com um instrumento da auditoria interna que é o sistema de controle interno. Aplicado através de um conjunto de procedimentos o controle interno anseia proteger os ativos do patrimônio público. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é verificar se há aplicabilidade do sistema de controle interno nas instituições públicas, no qual um estudo de caso foi realizado em uma escola estadual do RN, a fim de evitar desvios ou irregularidades com o dinheiro público. Diante do exposto este estudo tem relevância para a sociedade por se tratar de um interesse coletivo, o uso e emprego do dinheiro público.

(Metodologia) Através de uma abordagem qualitativa com característica descritiva a presente pesquisa registrou, analisou e classificou o estudo de caso por meio de um questionário com 35 perguntas fechadas, respondido por gestores e funcionários da administração da escola estudada, onde os principais pontos foram abordados, como o controle do bem patrimonial, de pessoal e segregação das funções dos servidores da instituição.

(Resultados) Em conformidade com os resultados apresentados 80% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento que a escola possuía um regimento interno, no entanto, 67% deles alegaram que este manual não era revisado, como também 83% disseram que não participaram da formação do documento além de não seguirem as normas internas da instituição. Este mesmo grupo de entrevistados respondeu em sua totalidade 100% que não haviam comunicação adequada e suficiente entre os setores, o que abre uma lacuna para erros em diversos procedimentos. Para 50% dos servidores que responderam o questionário existe segregação de funções e para 67% o número de funcionários são suficientes onde os mesmos recebem treinamentos para exercerem os cargos executados. Para 67% dos questionados na escola não há um servidor responsável pelo patrimônio público e que também não há controle de frequência de pessoal, como 83% responderam que não há controle de acesso à escola em dias e horários de não funcionamento. Na pesquisa 83% dos participantes disseram que o sistema de informática não é seguro nem confiável. Já o percentual que alega não ser tomada nenhuma providência em caso de desvio ou fraudes foi de 50%, já 67% apresentaram que os trabalhos não são revisados por nenhum superior.

(Conclusão) As informações obtidas através da pesquisa torna possível identificar que não há um sistema estruturado de controle interno na instituição pública estudada. Os servidores agem de acordo com suas intuições, não respeitando o regimento nem as normas internas da instituição. Os serviços executados não são revisados por um superior o que deixa a margem de possíveis erros ou desvios. Fica claro que a frequência dos funcionários não é fiscalizada, nem há controle ao acesso a escola em dias e horários em que não há expediente. Faz-se necessário uma atuação mais concreta do estado, através de implementação de auditorias e fiscalizações técnicas em loco, para que os processos sejam revisados, e criados paradigmas a serem cumpridos, a fim de se obter um maior controle das ações administrativas das organizações públicas.

Palavras-Chave: Controle interno, gestão pública, instituição pública.

A CONTABILIDADE E A AUDITORIA DE GESTÃO DE UM CONDOMÍNIO COMO FORMA DE AUXILIAR A TRANSPARÊNCIA E A PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES

Autor(es):

Julia Maria Medeiros Dantas Borges Saldanha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a facilidade de adquirir um bem imóvel com baixa taxas de juros, principalmente com o incentivo do governo com a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009, tornou acessível para famílias com renda familiar bruta até R\$ 1600,00 (hum mil e seiscentos reais) com direito ao subsídio, fazendo com que a procura por estes imóveis tornasse cada vez mais comum. Conforme a NBC 10.19 – entidades de sem finalidade lucros, esta norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidades de lucros, os condomínios residenciais estão introduzido no grupo de entidades do terceiro setor. Após alguns questionamentos feitos pelos condôminos com relação a falta de clareza das informações financeiras, administrativas, e a falta do cumprimento do que determina o regimento interno, além de possíveis irregularidades desde o momento da entrega deste condomínio. A pesquisa tem por objetivo demonstrar como a contabilidade e a auditoria na gestão do condomínio podem auxiliar a transparência e a prevenção de irregularidades contribuindo para uma boa administração condominial.

(Metodologia) A presente pesquisa tem abordagem descritiva. Para a realização deste artigo, foram utilizados informações coletadas através de questionário aplicado como pesquisa de satisfação aos condôminos, empregados, administradora, síndico. Os dados serão úteis de base para emissão de um parecer para auxiliar na transparência, satisfação e a prevenção de irregularidades contribuindo para uma boa administração condominial.

(Resultados) Todo condomínio existe um representante na qualidade de síndico, este representa ativa e passivamente o condomínio em juízo ou fora dele, nos atos necessários e defesa dos interesses comum de todos os condôminos, através dos dados a serem coletados será possível ter uma dimensão quanto a transparência da prestação de contas do condomínio em assembleia, se o síndico esta cumprindo com as obrigações que tem o dever de cumprir e fazer cumprir a convenção, o regimento interno e as determinações aprovadas em assembleia, e o que pode ser melhor aperfeiçoado em benfeitorias, qualidade de trabalho dos empregado.

(Conclusão) Com o trabalho de auditoria neste condomínio Será possível auxiliar na gestão, realizar um controle mais efetivo com os membros do conselho fiscal, evidenciar a informação financeira transparente, oferecer mais segurança aos condôminos, bem como extinguir possíveis irregularidades e a satisfação dos condôminos junto ao síndico e administradora, a conclusão dos resultados ainda serão estudados através do questionário ainda a ser aplicado.

Palavras-Chave: Auditoria. Fraude. Irregularidade. Transparência

A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO NAF (NÚCLEO DE APOIO FISCAL E CONTÁBIL) NO UNI-RN

Autor(es):

Dara Mírian Marinho da Silva de Moura : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Danielly Ribeiro de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Filipe Honorato Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Wendya Santos Oliveira Rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

André Augusto Lima Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: O NAF (NÚCLEO DE APOIO FISCAL) é uma experiência oriunda da Receita Federal do Brasil, onde por meio do NAF, cujo objetivo é treinar estudantes de contabilidade em matéria contábil e fiscal e em ética profissional para que os alunos possam mais tarde, durante seus serviços à comunidade ou carga horária de prática profissional, sob a supervisão de seus professores. Esta pesquisa tem por objetivo geral demonstrar a importância da implantação do NAF no UNI-RN. O NAF veio como uma solução para pessoas que não possuem condições financeiras para contratar um escritório contábil ou um profissional da área, visando auxiliar a comunidade com o auxílio dos alunos.

(Metodologia) METODOLOGIA: A metodologia do estudo é descritivo e bibliográfico com base na implantação do projeto na universidade, foi utilizado o site da Receita Federal como instrumento de pesquisa.

(Resultados) RESULTADOS: A comunidade beneficia da ajuda na resolução de questões fiscais básicas, enquanto a administração tributária cumpre o seu papel na formação cidadã e fiscal. A universidade, por sua vez, fortalece os seus laços com a comunidade e, ao mesmo tempo, proporciona a seus alunos conhecimento prático e atualizado sobre temas tributário sem nenhum custo. O projeto tem por finalidade aprimorar o conhecimento acadêmico e prestar assistência aos contribuintes de baixa renda. Entre os serviços oferecidos, estão: Regularização no CPF, Agendamento, demonstrativos das informações da Receita, demonstrativos das informações do E-CAC, Parcelamento simplificado não previdenciário RFB, Parcelamento simplificado da PGFN, Situação fiscal e certidão, comprovante de inscrição no CPF, DARF de quotas, DARF da PGFN, Atendimento Malha, DAS, Código de acesso do E-CAC, Antecipação de análise da DIRPF, Simples Nacional, entre outros. A Receita Federal vem implantando este projeto nas universidades, para que os próprios contribuintes tenham mais acesso as informações, pois é uma forma de facilitar a comunicação e o entendimento dos serviços que a Receita disponibiliza no site. E tendo ênfase (foco maior nos estudantes de contabilidade, para se depararem com o dia a dia. Os núcleos de apoio, sejam eles contábeis, administrativos ou qualquer núcleo vinculado as instituições de ensino, não são a solução total para a sociedade, mas amenizam e muito as necessidades privadas por outras pessoas ou até mesmo a inatividade do governo quanto a situação propriamente dita.

(Conclusão) CONCLUSÃO: Com isso, a educação fiscal envolvida nesse processo é de grande valoração, tanto para os alunos como os atendidos. Hoje no Brasil, o desconhecimento dos direitos dos cidadãos faz com que sejam lesados, e educação fiscal, não visa somente demonstrar quais são os deveres do mesmo, mas também compartilhar quais são os seus direitos garantidos pela norma reguladora. O NAF foi implantado com sucesso e atende a comunidade até o presente momento, uma forma de se obter a prática para os acadêmicos, e auxílio para a comunidade de forma gratuita.

Palavras-Chave: Implantação.

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NA DISSOLUÇÃO SOCIETÁRIA

Autor(es):

Raynara Rodrigues de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rondilene Costa da Cunha Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Kainara Priscilla Oliveira da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luzinaria Vicente da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Mayara Silva dos Santos Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um tipo particular de avaliação de empresas ocorre na dissolução de sociedades, e com o Novo CPC, incluiu a dissolução parcial das sociedades, em função da retirada ou do falecimento de um ou mais dos sócios. Quem se retira ao requerer sua parte no negócio, tende a superavaliar o valor da empresa; em contrapartida, quem permanece, procura subavaliá-lo. Esse fato normalmente leva a um desacordo entre as partes, podendo gerar uma demanda judicial. Para auxiliar na tarefa de conciliar as partes, na determinação do valor dos haveres devidos ao sócio retirante ou aos herdeiros do sócio falecido surge à figura do Perito Contador, suprimindo a falta de conhecimentos especializados e fornecendo subsídios para uma compreensão adequada do litígio sob julgamento, tanto ao magistrado, quanto aos advogados e partes litigantes. Essa pesquisa teve como objeto identificar a importância do perito contador, quais conhecimentos e procedimentos técnicos são usados para apurar o valor da empresa e as dificuldades encontradas por esses profissionais em tal avaliação.

(Metodologia) A metodologia teve uma abordagem de natureza qualitativa, se desenvolveu através de pesquisa descritiva que expõe características de determinada população ou determinado fenômeno. Esta pesquisa também é documental, pois utilizou a análise por meio de documentos, e bibliográfica que compreende a análise de livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites específicos.

(Resultados) Com a análise dos dados coletados foi verificado que a perícia contábil, em casos de dissolução societária, tem como principal objetivo a avaliação da entidade, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, apresentando ao final do trabalho o valor correto, atualizado e corrigido do capital social que será objeto de avaliação na mensuração. Desse modo o Perito Contador torna-se um interprete das informações financeiras e contábeis, por meio de metodologia científica aplicada. Foi também apurada uma cultura do empresariado brasileiro em não dar a devida atenção e cuidado aos registros das informações contábeis de suas empresas. Uma atitude que acaba prejudicando o perito contador e, até mesmo, o empresário num momento de uma dissolução societária, pois é com base nesses registros e demonstrações que se avalia o verdadeiro valor da empresa. Em resumo, torna-se totalmente dificultoso o trabalho de mensuração do capital social, se as informações contábeis e financeiras não apresentarem uma qualidade minimamente regular.

(Conclusão) Pode se concluir que o Perito Contador é peça fundamental para a correta e justa apuração de valores de uma dissolução societária de forma imparcial e lógica, e que na apuração de haveres, não existe melhor método, mas sim aquele que mais se adapta a realidade da empresa a ser avaliada. Entre eles se destacou o balanço de determinação que apura o valor de mercado de cada item patrimonial de forma individual, e que se complementa com o método de fluxo de caixa descontado, assim avaliando a empresa como um todo, evidenciando com isto, todos os intangíveis principalmente o goodwill. Assim como apontou que a maior dificuldade do Perito Contador no andamento de seus trabalhos de avaliação é a má qualidade das informações contábeis que acaba sendo sentida e percebida, também pelo empresário no momento da dissolução societária.

Palavras-Chave: Perito contador; Dissolução Societária; Apuração de haveres.

A NECESSIDADE DO CONHECIMENTO E A PRÁTICA ACADÊMICA DA DECLARAÇÃO DE IRPF PARA OS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO MERCADO DE TRABALHO.

Autor(es):

Sandra Valéria Alvino da Guia: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Thayse Schiarelli Marcolino da Silva Eufrásio: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Joana Cecília Silva do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Hellen de Araújo Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Marilla Marany Camara Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, o governo vem cada vez mais fechando o cerco quanto à sonegação fiscal no Brasil, para isto ele conta com o auxílio de diversos programas eletrônicos de cruzamento de dados. Para evitar problemas muitos contribuintes procuram terceiros para fazer a sua declaração de (IRPF) Imposto de Renda Pessoa Física, dentre estes que são procurados encontram-se os contadores. Levando em consideração que os mesmos podem ser os mais indicados para a realização deste serviço surge a seguinte problemática: Os acadêmicos de Ciências Contábeis têm conhecimento sobre a tributação e a declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)? O objetivo principal deste artigo é analisar o perfil dos atuais estudantes de ciências contábeis e seu grau de conhecimento a respeito de umas das principais obrigações tributárias.

(Metodologia) Este artigo utilizou fontes bibliográficas e documentais. Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica tem o documento como objeto de investigação. Optou-se pelo estudo de caso através da aplicação de um questionário o qual é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de 10 perguntas fechadas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido por alunos concluintes do curso de ciências contábeis e sem a presença do entrevistador.

(Resultados) O questionário é composto por 14 questões, sendo 10 delas específicas. Foi respondido por 13 alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis onde 30,8% dos entrevistados são homens e 69,2% são mulheres, estão divididos em uma população de 69,3% de jovens entre 21 a 30 anos e 30,8% estão entre 31 a 50 anos. 76,9% trabalha ou estagia e 23,1% apenas estuda. Dos profissionalmente ativos 33,3 % atua na área contábil, e 66,7% em demais áreas. 69,2% se considera com médio conhecimento teórico a respeito da declaração de IRPF e 23,1% Se considera com um conhecimento baixo, apenas 7,7% se considera com um alto conhecimento. Quanto à pratica da Declaração de IRPF apenas 46,2% Se consideram com um conhecimento médio, os outros 53,8% afirmam ter um conhecimento baixo. Para 69,2% dos entrevistados o principal fator que contribui para o conhecimento quanto à DIRPF foi a faculdade, 23,1% adquiriu na carreira profissional e 7,7% aprendeu por uso próprio. 46,2% nunca preencheu uma declaração de IRPF, o que inclusive consideramos um resultado elevado pra o nível acadêmico dos entrevistados. 61,5% Julgam médio o nível de abordagem quanto a DIRPF na IES e consideram que a abordagem acerca do assunto poderia melhorar. 15,4% consideram insuficiente a instrução que recebe ou recebeu quanto a DIRPF. Quanto aos conhecimentos específicos a respeito da declaração, apenas 30,8% sabem que o prazo de envio da DIRPF é de 1º de março até 29 de abril. Por fim, questionamos se a prática da elaboração da DIRPF deveria constar na grade curricular e 53,8% acredita que deveria constar obrigatoriamente, os demais 46,2% considera que poderia constar desde que optativa.

(Conclusão) O IRPF nada mais é do que o valor anual que é descontado de rendimentos dos trabalhadores e das empresas e é entregue ao governo federal. A prática pessoal, e de instruções teóricas, dos estudantes de contabilidade é de alta relevância pois faz com que o profissional contábil seja mais valorizado no mercado. A confiança para fazer uma declaração de Imposto de Renda satisfatória é essencial e exige que as áreas contábeis das empresas sejam preenchidas com profissionais capacitados e com informações relativas sobre o conhecimento da tributação e da declaração de IRPF. Portanto, cabe ao contabilista estar atualizado e enxergar neste fato uma oportunidade, pra se destacar ainda mais no atual e concorrido mercado de trabalho.

Palavras-Chave: Rendimentos tributáveis, Prática acadêmica, DIRPF, Mercado de trabalho.

A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES NOS BENEFÍCIOS E IMPACTOS PELO USO DA NFC-E NAS EMPRESAS

Autor(es):

Raynara Rodrigues de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Kainara Priscilla Oliveira da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rondilene Costa da Cunha Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luzinaria Vicente da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Mayara Silva dos Santos Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante das mudanças tecnológicas que estão conquistando o mundo com soluções praticas e inteligentes, um escritório de contabilidade precisa sempre estar adaptado a evolução da tecnologia na contabilidade. A tecnologia da informação está cada vez mais presente no dia-a-dia das empresas e dos escritórios de contabilidade do Brasil. A Nota Fiscal Eletrônica do Consumidor (NFC-e) é um dos subprojetos que compõe o programa SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que visa modernizar a administração tributária no Brasil por meio de novos processos suportados por sistemas de informação integrados e padronizados e essas medidas demonstram nitidamente que é necessário essa mudança para mais detalhes das operações com Nota fiscal que abastecem o Fisco de informações para verificação do trafego das mercadorias e produtos e, conseqüentemente, alimentando mais ainda os dados do SPED. A pesquisa tem como objetivo, demonstrar a percepção dos contadores nos benefícios e impactos pela utilização da NFC-e nas empresas.

(Metodologia) A metodologia teve uma abordagem de natureza qualitativa se enquadrando como descritiva. A pesquisa qualitativa busca a relação e o aprofundamento de como ela será compreendida pelas pessoas. Foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionário fechado e aberto com 10 questões para os contabilistas das empresas prestadoras de serviços contábeis, Assim como pesquisa bibliográfica e documental utilizando dados teóricos de materiais disponíveis como livros, artigos científicos e legislações.

(Resultados) Com a análise dos dados coletados foi verificado a percepção dos contadores nos benefícios e na adequação do uso da NFC-e para seus clientes, como também os impactos e retornos na pratica contábil. A pesquisa apresentou para os benefícios um percentual de 95% para a diminuição no consumo de papel e 77% na redução dos custos com equipamentos emissores do cupom fiscal a partir do uso da NFC-e. E na adequação 78,2% dos entrevistados vem preparando seus clientes com treinamentos e informações por escrito. Foi identificado que os contabilistas afirmam de muita e extrema importância os impactos na pratica contábil com a redução de erros e de tempo na escrituração contábil, com 86% e 77% respectivamente. Acreditam também que com a eliminação da sonegação de informações de vendas e com melhor controle nas transações das mercadorias conseguiram maior participação no mercado.

(Conclusão) Pelos resultados da pesquisa, pode-se concluir que os contabilistas das empresas de prestação de serviços contábeis acreditam que o novo modelo de NFC-e poderá gerar benefícios para o fisco, os clientes e para o próprio contabilista na execução dos serviços diários. Foi também identificado que na perspectiva dos contabilistas a NFC-e atendeu as expectativas. De acordo com os resultados da pesquisa afirma-se que com a eliminação da sonegação de informações de vendas e com melhor controle nas transações das mercadorias as empresas prestadoras de serviços contábeis conseguiram maior participação no mercado. Portanto, os objetivos geral e específicos foram atingidos. Os contabilistas em sua maioria demonstram-se satisfeitos com a implantação da NFC-e quanto ao processo de utilização e eventuais retornos na prática contábil.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Benefícios e Impactos; NFC-e; Contador.

A PERCEPÇÃO DOS MAGISTRADOS ACERCA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL: ESTUDO NA COMARCA DE NATAL/RN

Autor(es):

Gisele Ferreira Avelino Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins: Docente do UNI-RN

(Introdução) A perícia contábil é uma espécie de prova com a finalidade de esclarecer fatos patrimoniais e financeiros, que serve de suporte a tomada de decisão, seja judicial ou extrajudicial. O objetivo do estudo foi analisar a percepção dos magistrados acerca do laudo pericial contábil. Na justa resolução de um litígio judicial que envolve questões contábeis controvertidas, se faz necessário a utilização de um especialista, que tenha conhecimento nos procedimentos técnicos e científico e competência para opinar, auxiliando na decisão do magistrado.

(Metodologia) O método utilizado foi o bibliográfico, descritivo com foco qualitativo. Foi aplicado um questionário contendo doze questões fechadas juntamente com os potenciais usuários da perícia contábil, os magistrados, para demonstrar a competência e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo perito contador. A pesquisa foi feita com os juizes do Fórum Desembargador Miguel Seabra Fagundes no mês de agosto de 2016, nas dezoito varas cíveis da comarca de Natal/RN, obteve-se retorno das resposta de nove juizes. Esta cidade foi escolhida para a pesquisa de campo, dada a facilidade de acesso aos magistrados por parte dos autores.

(Resultados) De acordo com os dados obtidos, os resultados indicaram que grande parte dos entrevistados concorda que os laudos periciais apresentam objetividade e organização; consegue esclarecer os fatos controversos. Algumas características, porém, ainda deve ser mais trabalhada, como evitar palavras de sentido dúbio ou impreciso, uma vez que esse quesito é relevante para o desenvolvimento dos trabalhos periciais com qualidade. No aspecto da estrutura do laudo, constatou-se a preocupação dos peritos em desenvolver e fundamentar o trabalho realizado. Estes profissionais evidenciaram o objetivo do laudo e fundamentaram o trabalho com documentos que pudessem demonstrar as análises e conclusões da causa periciada. Quanto à influência do laudo pericial na decisão do magistrado, verificou-se que os laudos conseguiram atingir o objetivo de esclarecer as dúvidas do juiz, dando segurança necessária para que o magistrado conseguisse formular a decisão das lides. A análise dos dados permite mostrar que apesar do trabalho desenvolvido pelos peritos contadores serem de boa qualidade, esses devem considerar certos quesitos visando à melhoria da qualidade de seus trabalhos.

(Conclusão) Ao final da pesquisa comprova-se que os laudos periciais contábeis atendem aos requisitos de trabalhos realizados com qualidade e foi comprovado que conseguiram atingir a eficiência a que se propuseram e são extremamente elucidativos, sendo assim, serve de prova e influencia diretamente na decisão de uma lide, dada a importância da prova técnica para a formação da convicção jurídica do magistrado. Os resultados aqui apresentados foram condizentes com estudos anteriores de Neves Júnior e Rivas (2007), que revelam que os trabalhos produzidos pelo perito contador são considerados bons. Quanto ao aspecto da influência do laudo mostra que os mesmos conseguem atingir o objetivo de elucidar e esclarecer as dúvidas técnicas dos magistrados.

Palavras-Chave: Perícia Contábil; perito contador; laudo pericial.

A PERÍCIA CONTÁBIL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº13.105/2015

Autor(es):

Paulo Ferreira Malveira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fabiana Alanna Silva de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Francisco Gomes de Oliveira Sobrinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Novo Código de Processo Civil, instituído através da Lei nº 13.105/2015, entrou em vigor em 18/03/2016 revogando a Lei nº 5.869/2011. Este novo código reconhece trouxe novidades e mudanças significativas a importância da prova pericial e apresenta grandes inovações para a designação do perito. Para que a perícia atinja sua finalidade de levar aos autos do processo todos os esclarecimentos necessários à compreensão da matéria, viabilizando a valoração da respectiva prova, todas as regras que disciplinam a forma do ato devem ser escrupulosamente observadas, sob pena do trabalho pericial e respectivo laudo serem considerados insuficientes e lacônicos, acarretando a invalidade. Diante do exposto, a pesquisa terá como objeto principal, mostrar as alterações e novidades que o NCPC irá proporcionar aos profissionais e usuários da perícia contábil.

(Metodologia) Para alcance dos objetivos, o presente trabalho constituiu-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. Na pesquisa bibliográfica buscou-se contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, enquanto que na pesquisa documental fomos atrás de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que, do antigo e do novo código de processo civil brasileiro.

(Resultados) Observa-se tanto novidades como mudanças trazidas pelo novo código. Dentre as novidades verifica-se a obrigatoriedade da apresentação de proposta de honorários, a prova técnica simplificada, a perícia consensual e a opção de nomeação de órgãos técnicos científicos. Quanto as mudanças proferidas, chama atenção o novo prazo para as partes indicarem assistente técnico e para se manifestarem sobre o laudo produzido pelo perito do juízo, a prova pericial simplificada, que consiste na substituição da perícia por um simples inquirição pelo juiz a um especialista, sobre o ponto de vista controvertido da causa, o qual demanda de conhecimento técnico ou científico, o dever do perito nomeado de assegurar aos assistentes técnicos das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames com prévia comunicação comprovada nos autos e a restituição dos valores recebidos pelo trabalho não realizado.

(Conclusão)) O Novo Código de Processo Civil apresentou melhorias aos profissionais da área, no caso os peritos; desde a remuneração, até mesmo a área de atuação do profissional. Essas mudanças impactaram também o ato da contratação, dando mais seriedade no vínculo e estreitamento entre as partes (contratante e contratado). Ao incorporar vários empreendimentos jurisprudenciais adotados na vigência do código anterior, enriqueceu a legislação e afastou a possibilidade de discussões muitas vezes infundadas e que tinham como origem a falta de um regramento mais detalhado.

Palavras-Chave: Perícia contábil, Novo Código de Processo Civil, Perito.

A QUESITAÇÃO E A PERÍCIA CONTÁBIL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Autor(es):

Ana Cláudia de Oliveira Adalgiso: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Rusca Mirachily Batista Beserra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Maira Rubia de Almeida Feitosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Gilson Vieira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A Perícia Contábil é um conjunto de procedimentos técnicos e científicos utilizados com o objetivo de produzir provas, com o intuito de auxiliar o magistrado no julgamento correto da lide. Ela tem como produto o laudo pericial contábil, onde o perito contador descreve de forma clara e objetiva todo o seu trabalho realizado, bem como as conclusões a que chegou, sem deixar qualquer espécie de dúvida. Para tanto, o mesmo deve sempre levar em consideração às normas profissionais e técnicas, ditadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelo Código de Processo Civil - CPC. Dentro desse contexto, o objetivo desse trabalho constitui em analisar as principais características dos quesitos apresentados quando da solicitação de uma perícia contábil, à luz das normas do CFC e do CPC, visto que os mesmos são, por muitas vezes, essenciais para elucidação da lide e conseqüentemente elaboração do Laudo Pericial.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Esta pesquisa é fundamentalmente bibliográfica e documental. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza especialmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

(Resultados) (RESULTADOS) A formulação de quesitos é um processo crucial que envolve a formulação de perguntas relacionadas a uma investigação que tem como objetivo elucidar o processo investigativo. Os questionamentos produzidos são submetidos para apreciação do juiz, portanto a boa formulação de perguntas é fundamental para o deferimento das mesmas. Por isso é necessário que o perito tenha não só conhecimento, mas que, sobretudo, tenha agudeza de espírito para identificar onde há falta de saber, indagar, ou quando há propósito de se tentar desviar do objeto principal, e ainda como se portar em situações de ausência dos quesitos e que não se referem à matéria de sua capacidade profissional. Entretanto é salutar afirmar que a função de um perito em um processo não é somente responder quesitos. Sua importância e responsabilidade está em encontrar a verdade através da procura incessante da prova pericial, afim de formular um laudo objetivo e claro para todos os envolvidos na questão.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Quesitos são questionamentos ou perguntas elaboradas pelos juízes e/ou pelas partes sobre o litígio, a serem devidamente respondidos pelo perito. Tem importância fundamental na formulação do Laudo Pericial, pois é principalmente por meio dos quesitos que o perito poderá realizar as buscas de provas. A formulação de quesitos na perícia contábil, quando bem feita, gera benefícios na busca da verdade. Isso é fundamental para o juízo, pois a perícia tem como principal objetivo auxiliar a justiça nessa busca; mas não confundir o raciocínio de quem é usuário do laudo pericial, e por isso que os quesitos são essenciais, pois é por ele que o perito irá se guiar para aduzir aos autos um documento que auxiliará o juízo na decisão a ser tomada.

Palavras-Chave: Perícia contábil, Quesitos, Laudo pericial.

A RETENÇÃO DO IRRF SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO ASSALARIADO PAGOS POR PESSOAS JURÍDICAS À PESSOAS FÍSICAS

Autor(es):

Gecylene Nascimento Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Lucimar Lopes de Araujo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Gabriela Dantas de Lima : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O Imposto de Renda foi instituído pela Lei 4.625, de 31 de dezembro de 1922, sendo este o tributo de maior arrecadação em âmbito Federal. Além de ser de grande importância no orçamento da união, o Imposto de Renda também é um instrumento de intervenção econômica do Poder Público. Este é cobrado sobre a renda e proventos dos contribuintes, porém, a lei determina que poderá ser atribuído à fonte pagadora a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam, a esta operação dá-se o nome de retenção na fonte. No dia-a-dia das empresas, diversas são as situações onde há a incidência do IRRF, uma delas e que está sempre presente, é a retenção do Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho assalariado. O presente estudo tem o objetivo de identificar as exigências impostas às fontes pagadoras e beneficiárias dos rendimentos, visando apresentar os procedimentos corretos de retenção e recolhimento do imposto, incidente sobre o pagamento de rendimentos do trabalho assalariado, bem como apresentar seus aspectos e características de acordo com as normas e legislações pertinentes.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites especializados; contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre os procedimentos de retenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos do trabalho assalariado.

(Resultados) (RESULTADOS) Com a análise da pesquisa bibliográfica, pôde-se perceber com relação aos procedimentos de retenção que a fonte pagadora é responsável no momento do pagamento da remuneração, a descontar do funcionário o valor do IRRF apurado sobre os rendimentos. Posteriormente esta deve efetuar o recolhimento do valor retido por meio de DARF, e ainda apresentar as obrigações acessórias a Receita Federal do Brasil. Já com relação aos procedimentos adotados pelo beneficiário, verificou-se, que para apurar o valor do imposto a ser descontado do funcionário no momento do pagamento do rendimento, primeiramente identifica-se a base de cálculo. Esta é obtida através do rendimento bruto menos as deduções permitidas. Posteriormente, aplica-se a base de cálculo sobre a tabela progressiva mensal para determinação da faixa de enquadramento de tributação do IR, sendo possível assim identificar a alíquota a ser utilizada. Por fim, deduz-se do valor de IRRF apurado, a parcela dedutível prevista na tabela progressiva, obtendo-se então, o valor do IRRF a recolher. Por fim, o recolhimento do IRRF ocorre mediante DARF pelo CNPJ do estabelecimento Matriz. Após o recolhimento do IRRF, a fonte pagadora deve ainda prestar contas a Receita Federal do Brasil, através da entrega das obrigações acessórias.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Para apurar o imposto devido, deve-se obter um conhecimento no que tange o IRRF sobre os rendimentos do trabalho assalariado, a fim de determinar os rendimentos tributáveis para a composição da base de cálculo, bem como identificar as alíquotas aplicáveis e as deduções permitidas, para obtenção do valor a ser retido. O Imposto de Renda é o principal imposto de competência federal que mais arrecada aos cofres públicos. A tributação mensal se torna obrigatória para aqueles que auferem renda acima do limite de isenção. Na maioria das vezes, por falta de conhecimento, tanto a fonte pagadora, quanto o beneficiário são prejudicados com esta sistemática.

Palavras-Chave: Imposto de Renda Retido, Trabalho Assalariado, Procedimentos de Retenção

ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO NA CIDADE DE NATAL RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Jose Edson Cavalcante da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

David Paulino da Silva Cunha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

João Maria Alves Freire: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Ana Carolina dos Santos Carneiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo teve como temática a Acessibilidade e Mobilidade nos Transportes Públicos na Cidade de Natal Rio Grande do Norte. O trabalho focaliza a análise dos transportes públicos em relação aos deficientes físicos e aqueles com mobilidade reduzida. É impossível falar sobre transportes públicos sem lembrar da acessibilidade e mobilidade das pessoas portadoras de deficiência que vem sofrendo um grande problema ao utiliza-los na cidade. Assim como as pessoas não portadoras de deficiência física têm direito ao acesso e mobilidade nos meios de transportes, as portadoras também possuem. Com a diferença que há leis específicas que lhes garantindo isto.

(Metodologia) Este trabalho objetivou-se mostrar a atual situação dos transportes públicos na cidade de Natal/RN em relação a acessibilidade e mobilidade de pessoas portadoras de deficiência física, buscou-se também identificar a forma de organização do Sistema de Transporte Público Urbano do município, desenvolver os conceitos de mobilidade e acessibilidade urbana e destacar pontos que os usuários desse transporte coletivo consideram como fundamentais para garantir a qualidade do serviço. Para este estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas dos tipos de diferentes documentos (teses, dissertações, normas e demais documentos) que pudessem ser usados para a elaboração do trabalho, os temas buscados constituíram sobre a acessibilidade e mobilidade nos transportes públicos, também foram utilizadas como base para uma melhor análise dos transportes públicos do município em questão, as leis 10.048 e 10.098/2000 e o Decreto-Lei 5296/2004, estas estabelecem as obrigações dos diversos agentes, públicos e privados, que são responsáveis pela concepção, construção, operação e manutenção dos sistemas de transportes públicos, tanto no que se refere à infraestrutura quanto aos veículos e outros componentes. Afim de saber a atual situação sobre a mobilidade e a forma como está estruturado o transporte público no Município de Natal, foi necessário realizar um levantamento através de uma visita a SEMOB – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal. Através da visita podemos obter dados que foram essenciais para complementação do trabalho.

(Resultados) Os resultados na pesquisa sobre o cenário da questão sobre mobilidade e acessibilidade do transporte coletivo em Natal RN, foi através de visita a SEMOB – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal, onde foram obtidas informação importantes sobre a atual estrutura da frota de ônibus no municipal em estudo. A atual situação da frota de ônibus é que de 100% da frota que circula 80% estão equipados para atender a todas as necessidades especiais e dos 80%, 25% estão adaptados apenas para cadeirantes

(Conclusão) Os resultados na pesquisa sobre o cenário da questão sobre mobilidade e acessibilidade do transporte coletivo em Natal RN, foi através de visita a SEMOB – Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal, onde foram obtidas informação importantes sobre a atual estrutura da frota de ônibus no municipal em estudo. A atual situação da frota de ônibus é que de 100% da frota que circula 80% estão equipados para atender a todas as necessidades especiais e dos 80%, 25% estão adaptados apenas para cadeirantes

Palavras-Chave: acessibilidade, mobilidade, transporte.

ANÁLISE DE FLUXO DE CAIXA COMO INSTRUMENTO PARA TOMADA DE DECISÕES

Autor(es):

Natalia Ramos Bezerra Pacheco: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os cenários econômicos atuais de competição de mercado exigem das empresas uma maior eficácia e eficiência na gestão financeira de seus recursos, não cabendo indecisões sobre o que fazer com eles. Sabe-se que uma boa gestão das disponibilidades financeiras reduz basicamente a necessidade de capital de giro, gerando maiores lucros pela perda principalmente dos dispêndios financeiros. É neste âmbito que o fluxo de caixa se destaca como um mecanismo que proporciona maior planejamento e controle dos recursos financeiros de uma empresa. Diante desse cenário, esse estudo tem como objetivo verificar importância do fluxo de caixa como ferramenta que auxilie no controle financeiro. A relevância destaca-se pelo fato de demonstrar para as empresas mais um instrumento de gestão, possibilitando o acompanhamento e um controle maior das informações no processo gerencial de tomada de decisão

(Metodologia) A metodologia determina quais os procedimentos serão utilizados para realização da pesquisa, assim como as práticas aplicadas para soluções do objetivo de estudo. Os dados foram coletados através da pesquisa documental, bibliográfica e da internet. Há várias técnicas para obtenção de dados e de acordo com Gil (2002, p.44-45), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos".

(Resultados) Fluxo de Caixa é uma ferramenta que possibilita mostrar de forma direta ou indireta as alterações ocorridas no caixa da empresa, mostrando as entradas e saídas de capital, ou seja, os reflexos no caixa da empresa. É um poderoso instrumento de controle financeiro usada pelo administrador que tem como principal objetivo a tomada de decisões, onde o mesmo deverá estar atento ao planejamento e controle dos recursos financeiros da empresa, mas sem deixar de considerar a solidez financeira da mesma. Para Zdanowicz (2000), fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que serão realizadas pela empresa, facilitando a análise e a decisão de comprometer os recursos financeiros, de relacionar as linhas de crédito menos onerosas, de determinar o quanto a organização dispõe de capitais próprios, bem como utilizar as disponibilidades da melhor forma possível. Tofoli (2008) diz que o fluxo de caixa é um instrumento (planilha) pelo qual são planejadas as entradas e as saídas de dinheiro do caixa da empresa. Funciona como uma agenda sofisticada onde são registrados todos os recebimentos esperados e pagamentos programados, num certo período. Conforme Assaf Neto e Silva (1997), o Fluxo de caixa não deve ser visto como uma preocupação única do setor financeiro, mas deve ter o comprometimento de todos os setores da organização com os resultados líquidos de caixa.

(Conclusão) Com este estudo verificou-se que Fluxo de Caixa auxilia o gerenciamento das organizações. É uma ferramenta de qualidade e de fácil compreensão onde o maior favorecido é o gestor da empresa, pois permite mensurar e acompanhar de forma eficaz e transparente a realidade das instituições através da sua análise, tornando possível identificar o ciclo de vida em que a empresa se encontra, auxiliando o gestor quanto à previsão de liquidez. Dessa forma, o objetivo do estudo foi concluído, pois constatou a importância do fluxo de caixa como ferramenta que auxilie no controle financeiro.

Palavras-Chave: Fluxo de caixa, decisões, análises financeiras.

APLICATIVOS RENTÁVEIS – O CASO DO POKÉMON GO

Autor(es):

Victor Fernandes Barbosa da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Cristiano Ribeiro da Costa: Discente do curso de Educação Física - Bacharelado do UNI-RN
Rodrigo Azevedo Queiroz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Guilherme Peixoto Nascimento Ferreira de Souza : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com Teves e Rodrigues (2016), a internet facilitou a realização de transações comerciais e financeiras, agilizando e barateando a comunicação. Uma das criações derivadas dessa utilização da internet que auxiliam as empresas na sua lucratividade é o crescente número de aplicativos para smartphones, que por sua vez estão ganhando cada vez mais a atenção de grandes empresas nacionais e internacionais. Em Julho de 2016 o jogo Pokémon GO foi lançado em alguns países e virou um fenômeno, causando ruptura social e econômica com o uso da realidade aumentada. O sucesso veio no seu primeiro dia na rede, com mais de 100 milhões de downloads, segundo consultoria, ultrapassando vários outros aplicativos de sucesso, como o Facebook, Snapchat, Twitter e Instagram. Em Agosto de 2016 esse aplicativo foi liberado no Brasil (Paulo, 2016). Por ser um facilitador de interações sociais, o jogo ganhou muita força principalmente pelos comentários dos seus usuários, proporcionando inclusive uma ajuda àquelas pessoas com dificuldade de socialização. No Rio Grande do Norte, algumas empresas adotaram a ideia do aplicativo como forma de aumentar faturamento e começaram a lucrar. Uma das empresas que investiu nesse negócio foi a Miranda Computações Ltda, que promoveu uma ação, em parceria com a Multilaser e TIM telecomunicações. Considerando esta nova forma de lucratividade das empresas, este estudo busca responder a seguinte questão: O uso do aplicativo Pokémon GO pode ser utilizado como uma ferramenta lucrativa para as empresas? Nesta perspectiva, O objetivo desse estudo é constatar através de um estudo de caso com a empresa Miranda Computação LTDA se o jogo Pokémon Go aumentou as suas vendas, tornando-se uma ferramenta de lucratividade. Dessa forma, esse estudo torna-se relevante, pois academicamente, poderá servir de consulta para futuros estudos, bem como, na área corporativa, demonstrará mais uma ferramenta que pode gerar lucratividade para empresas.

(Metodologia) A fim de responder à pergunta proposta, o procedimento metodológico utilizado foi à pesquisa bibliográfica e estudo de caso da empresa Miranda Computações LTDA. As consultas se deram através de buscas do assunto em sites, artigos em periódicos nacionais e coleta de dados através de contato com a empresa, além da experiência pessoal com o aplicativo durante três meses, com o intuito de constatar a visão de necessidades dos usuários que buscam as empresas de tecnologia.

(Resultados) A Miranda Computação Ltda organizou no mês de Agosto de 2016 o primeiro PokéTour para os fãs do jogo percorrendo diversos pontos da cidade, turísticos e culturais para impulsionar a caçada ao Pokémon. Segundo o diretor da Miranda, Paulo Miranda, a venda de carregadores portáteis aumentou em seis vezes e influenciou na compra de outros produtos, como o smartphone, além do serviço de seguros ante-roubo.

(Conclusão) Com base na análise levantada, constatou-se que o jogo Pokémon GO conseguiu seguir com uma tendência inesperada, criando uma interação entre os jogadores e levando-os a socialização. Para a empresa analisada, o jogo também contribuiu para o aumento nas vendas. Além disso, o sucesso do jogo proporcionou vários aspectos positivos, dentre eles: maior visibilidade das empresas devido à divulgação da promoção e aumento na rotatividade de clientes e produtos, proporcionando um superávit no faturamento. Pode-se se dizer com esse estudo que o uso do aplicativo Pokémon GO como ferramenta lucrativa para empresas atingiu seu objetivo.

Palavras-Chave: Aplicativos, Lucratividade, Pokémon Go.

AS FRAUDES MAIS USUAIS NAS EMPRESAS COMERCIAIS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Autor(es):

Francisco Galdino da Silva Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Gecylene Nascimento Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Maria Lucimar Lopes de Araujo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Gabriela Dantas de Lima : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) No atual contexto econômico, em que as transações comerciais são cada vez mais avultadas e intensas, é preciso que haja garantias no que diz respeito à integridade, legalidade e legitimidade das atividades desenvolvidas pelas empresas. O cenário mundial evidencia essa necessidade de segurança nos processos, especialmente os contábeis, devido ao crescente índice de fraudes realizado pelos funcionários e/ou administradores dentro das organizações, independentemente da esfera ou do porte. Sendo assim, analisando o assunto pertinente, é evidenciado como a falta de controle pode trazer sérios prejuízos a uma empresa e como os sistemas estão sujeitos à ação de fraudadores, que através de uma simples transação podem mascarar a realidade da empresa e até mesmo levá-la a falência. Para combater essa situação também são apresentadas as principais técnicas de controle utilizadas atualmente nas empresas comerciais.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, manuais, teses, dissertações, artigos de revistas científicas e sites especializados; contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre as fraudes e técnicas mais usuais para combatê-las. Para atingir o objetivo geral se fez necessário ainda uma análise pormenorizada acerca das fraudes mais usuais nas empresas comerciais, pois além de se identificar as espécies de fraudes mais frequentes, descreveu-se as principais vítimas dessas fraudes, citando os campos mais lesados com a prática das mesmas, e mostrando a importância do Controle Interno no seu combate e prevenção.

(Resultados) (RESULTADOS) Com a análise da pesquisa bibliográfica, pôde-se perceber que a fraude é uma ação ou omissão cometida propositadamente, com a finalidade de o agente beneficiar-se e prejudicar alguém, seja, Pessoa Física ou Pessoa Jurídica; além de identificar o furto, o roubo, a apropriação indébita, sabotagem, desperdício voluntário, desvio de valores e pagamento a menor e sonegação de tributos como espécies de fraudes mais frequentes. Identificou-se ainda, como principais vítimas de fraudes, as empresas, os acionistas e sócios, a administração, os fornecedores, os clientes, os bancos, o governo e os empregados. Já os campos mais lesados para a prática de fraudes identificada foram: produtos, demonstrações contábeis, boletins, relatórios, fichas de controles, extratos de conta internos e externos, documentos fiscais e instrumentos ligados à vida da empresa. Para seu combate, os controles internos, que compreendem o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficiência operacional, surgem como principal ferramenta a ser adotada pelas empresas.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) As fraudes, atualmente, assumem diversas formas, modalidades e características dentro e fora das organizações, tornando-se, diante da evolução tecnológica e das transações comerciais, mais complexas e sofisticadas, fato que não permite nenhuma empresa afirmar que está imune à sua ação. Nesse aspecto, as empresas, ao estabelecer um sistema de controle interno eficiente e eficaz, cria um ambiente mais imune à ocorrência de desvios e fraudes, e bem mais propício ao atingimento de metas e diretrizes traçadas pela gestão.

Palavras-Chave: Fraude; Controle interno; Tecnologia.

AUDITORIA EXTERNA: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS COM RESSALVA E ABSTENÇÃO DE OPINIÃO EXISTENTE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS COMPANHIAS LISTADAS NA BMF&BOVESPA NO ANO DE 2015.

Autor(es):

Laíse Bezerra da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) A situação econômica, financeira e patrimonial de uma empresa está representada nas suas demonstrações contábeis, sendo possível a tomada de decisões a partir das informações nelas expostas. Partindo do ponto de vista de que as informações contábeis são relevantes para os usuários externos, pode-se inferir a importância de demonstrações claras e confiáveis e que isso é possível através da realização de exames sistêmicos e analíticos por um profissional de auditoria. A NBC TA 700 descreve que fatores negativos como Demonstrações em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e falta de uniformidade no emprego dos princípios contábeis, são alguns pontos que levam o auditor a emitir uma opinião modificada. O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo dos relatórios de auditoria sobre as demonstrações financeiras das Companhias listadas na BMF&BOVESPA, referente ao ano de 2015, a fim de constatar quais os fatores que mais ocasionaram a emissão de Relatório dos Auditores Independentes com ressalva e Abstenção de Opinião.

(Metodologia) O referido estudo se deu através de pesquisa descritiva sob a forma documental, com consulta aos relatórios de auditoria publicados no site BM&FBOVESPA, no qual foi realizada uma abordagem qualitativa, além da utilização de dados secundários, tendo em vista que foram analisados os relatórios de auditoria das Companhias listadas na BMF&BOVESPA no ano de 2015 e enfoque nos relatórios com ressalva e abstenção de opinião, com a finalidade de analisar os motivos para a emissão desses tipos de relatórios. A população objeto do estudo é composta pelas Companhias, de oito segmentos, listadas na BM&FBOVESPA no ano de 2015, sendo, portanto, 486 Companhias. Inicialmente foram analisados os relatórios de auditoria referente às empresas e classificados por tipo de opinião. Em seguida, a leitura dos relatórios de auditoria, para apreciação dos fatores que originaram opinião modificada, foram considerados todos os motivos identificados

(Resultados) Após a realização das análises, identificou-se 37 Companhias que apresentaram relatório Com Ressalva e 10 Abstenções de Opinião, significando que 7,61% das Companhias apresentaram relatório de auditoria com ressalva e 2,5% Abstenção. A maioria dos relatórios (94,03% das Companhias) não apresentou ressalva ou Abstenções. Verificou-se também uma frequência maior de ocorrências nas companhias do segmento Nível 1 de Governança Corporativa em comparação as companhias, seguida do segmento Tradicional Bovespa e Balcão, sendo 17,86%, 10,73% e 5,26% respectivamente. Com relação aos motivos que originaram as ressalvas existentes em 2015, observou um frequência relevante da subavaliação ou avaliação a maior de saldo do Patrimônio Líquido no fim do Exercício e a impossibilidade de formar opinião ou de concluir sobre a adequação de certos saldos. Com relação aos motivos que ocasionaram Abstenção de Opinião observou-se fatores como incertezas significativas em relação à negociação de ativos e a continuidade operacional.

(Conclusão) O papel desempenhado pela auditoria independente é de grande relevância no mercado financeiro, pois sua opinião expressa sobre a adequada elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas aceitas. Os usuários internos e externos utilizam-se dessas informações para tomar decisões. Nessa pesquisa, observou-se que 10,15% das Companhias apresentaram ocorrências (Ressalva ou Abstenção). Os resultados encontrados despontam a importância dos relatórios de auditoria em uma análise das demonstrações financeiras, principalmente no mercado de capitais, onde a apresentação fidedigna das informações constantes nas Demonstrações Financeiras e Patrimonial, a auditoria, através de seu relatório, alerta os usuários para tais assuntos

Palavras-Chave: Auditoria Externa. Usuário das Demonstrações. Relatório dos Auditores Independentes. Ressalvas e Abstenção de Opinião.

COMPARATIVO NA ANÁLISE DO CUSTO DE PRODUÇÃO DO CACHORRO-QUENTE E SANDUÍCHE: VIABILIDADE FINANCEIRA E RETORNO PARA EMPRESA.

Autor(es):

Victor Hugo Pinheiro da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Elisângela de Sousa Silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Iris Mayara Oliveira Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Camila Borges Nepomuceno Leite: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Sônia Maria Cardoso Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo objetiva levantar e analisar custos diretos e indiretos da produção de dois produtos oferecidos por uma lanchonete, o cachorro- quente e o sanduíche, e com esses dados verificar a viabilidade no mercado e qual seria o retorno para a empresa na venda desses produtos. É importante ressaltar a relevância da elaboração da pesquisa, visto que é de interesse para o empreendedor entender mais sobre a ferramenta de análise de custos de produção compreendendo melhor se existe viabilidade de fornecer um produto cujo público esteja apto a comprar com base no preço de venda do mercado.

(Metodologia) Com isso, a pesquisa apresenta caráter descritivo através de um estudo de caso de uma lanchonete localizada em um bairro de classe média baixa. O método utilizado foi o custeio por absorção, já que foram alocados no cálculo do custo unitário, todos os custos inerentes à produção (fixos, variáveis, diretos e indiretos), objetivando obter o valor mais próximo de todos os custos incorridos, diminuindo as imprecisões. Além disso, esse método é aceito para fins de legislação tributária.

(Resultados) O mercado de venda de lanches vem aumentando no Brasil, principalmente nesse período de crise, no qual muitas famílias acabam procurando comer em locais que oferecem lanches rápidos e com preços mais acessíveis. A empresa em estudo opera na informalidade e observaram-se deficiências no gerenciamento contábil e financeiro, visto que o proprietário não tem controle algum relacionado aos custos de entrada de mercadorias, receita de venda dos produtos e principalmente o quantitativo gasto para produzir uma unidade. Para cálculo do custo de produção dos dois produtos, foram feitos levantamentos do preço de compra dos insumos através de notas fiscais avulsas, sendo calculado o valor da unidade de medida do produto comprado pelo valor da unidade utilizada na produção de 01 unidade do produto, resultando no custo total direto do mesmo, ficando o valor dos custos diretos para cachorro quente de R\$1,99 e para o sanduíche R\$2,25. Para cálculo dos custos indiretos, foram avaliados três tipos de gastos: gás, mão de obra e o aluguel, no qual a soma desses custos (R\$1.900) foi dividida pela previsão de receita de venda (venda de 3.000 unidades de cachorro- quente por R\$ 2,50, totalizando R\$ 7.500,00, e a venda de 1.640 unidades de sanduíches por R\$5,00 totalizando R\$ 8.200,00), gerando assim um custo indireto para o cachorro- quente de R\$0,25 e para o sanduíche R\$ 0,23 por unidade de produto.

(Conclusão) Com base nos dados, a análise de custo demonstrou que o gasto final por unidade, para o cachorro- quente é de R\$2,24 e para o sanduíche de R\$2,48. De acordo com o preço de venda do cachorro- quente (R\$2,50) observou-se uma margem de lucro de apenas R\$0,26, ou seja, 10,41%, já o sanduíche com preço de venda de R\$5,00 obteve uma margem de lucro de R\$2,52 representando 50,43%. Diante disso, conclui-se que existe a necessidade de avaliar os insumos utilizados na venda do cachorro- quente como o uso do frango e da carne que acabaram por apresentar valores altos para o custeio do produto. Uma alternativa seria aumentar o preço de venda, porém devido ao público ser de classe média-baixa, talvez os clientes não estivessem aptos a pagar mais pelo produto. O que se observou também é que é mais vantajoso agregar alguma promoção no sanduíche, já que apresentou custo mais baixo e melhor preço de venda, para incentivo de sua venda, se comparado com o cachorro- quente.

Palavras-Chave: análise de custos, absorção, custos diretos.

COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA O SUCESSO EMPRESARIAL: O CASO DA EMPRESA “ENCONTRO”

Autor(es):

Wladimir Montenegro Santiago: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Magnus Regis Silva de Farias: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Eduardo Paulo de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ramon Ribeiro Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Eugênio Tomaz de Oliveira Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um assunto extremamente relevante para todas as empresas é a comunicação empresarial. A comunicação faz parte das nossas vidas, do nosso dia a dia e através deste processo que podemos compartilhar o que somos e a forma como gostaríamos de vir a ser. O processo de comunicação ocorre quando o emissor emite uma mensagem (ou sinal) ao receptor, através de um canal (ou meio). Este contato é a relação da empresa com seu público interno e externo, envolvendo procedimentos e técnicas destinados à intensificação do processo de comunicação e à difusão de informações sobre as suas atuações, resultados, missão, objetivos, metas, projetos, processos, normas, procedimentos, instruções de serviços etc. Temos 3 fluxos da comunicação empresarial: a comunicação descendente ou vertical (de cima para baixo), que faz parte da estrutura de dependência hierárquica. Parte da gestão de topo para baixo, através dos níveis superiores hierárquicos, até aos empregados; a comunicação ascendente (de baixo para cima), para a mesma autora, "flui dos subordinados para os seus superiores com o objetivo de fornecer informações aos níveis de topo"; comunicação horizontal ou lateral, se estabelece entre os elementos de um grupo de trabalho ou entre elementos de grupos de trabalho, diferentes ao mesmo nível hierárquico. Há diversos fatores que podem influenciar esta comunicação: tecnologia, fatores internos, objetividade da informação, etc. No que diz respeito a dados, informação e conhecimento, observa-se as diferenças entre eles: dados são tipos de informações que precisam ser agrupadas para poder fazer algum sentido; informação é o que se consegue após reunir muitos dados e processá-los de forma correta; já o conhecimento é obtido depois do recolhimento dos dados, sua interpretação e análise, gerando assim uma informação útil que se transforma em conhecimento. O termo feedback, representa uma ferramenta de extrema importância para a comunicação nas instituições, significa, na tradução literal, retroalimentação, isto é, processar informações e transmiti-las ao sistema para a continuidade do seu funcionamento.

(Metodologia) O seguinte trabalho baseia-se em dois tipos de pesquisa: bibliográfica e exploratória. Utilizou-se uma abordagem quantitativa, que visa a contagem de opiniões e informações sobre um determinado tema, atitudes e fatores motivacionais de certo grupo de funcionários de uma organização. Tem por objetivos: entender e observar como ocorrem todas as etapas de comunicação na empresa estudada. Esta pesquisa utilizou-se de entrevista como ferramenta para o levantamento dos dados, onde 7 funcionários participaram de forma a contribuir para a obtenção das informações necessárias.

(Resultados) Os resultados obtidos baseiam-se em entrevistas realizadas com parte dos funcionários da empresa. No geral, os funcionários da “Encontro Pronta Entrega” mostraram-se satisfeitos e disseram não haver problemas ou falhas no processo de comunicação da empresa, apesar de não utilizar nenhum mecanismo de conversação, e-mail ou mensagens eletrônicas. Na empresa todas as informações são passadas de forma verbal.

(Conclusão) Durante as entrevistas realizadas, os funcionários elogiaram (de forma unânime) o método de comunicação utilizado na empresa, eles consideram este método como sendo a melhor forma para solucionar qualquer problema que venha a aparecer, pois o problema é resolvido imediatamente. Enfim, por tudo o que foi exposto, conclui-se que, uma boa e eficiente comunicação é essencial para o funcionamento eficaz de qualquer grupo ou organização.

Palavras-Chave: Comunicação Empresarial; Feedback; Fluxos da Comunicação Empresarial.

CONHECENDO A E-FINANCEIRA: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS E AS DIVERGÊNCIAS DO QUE OS CONTRIBUINTES DECLARAM VERSUS SUAS REAIS MOVIMENTAÇÕES

Autor(es):

Allyson Sousa Pereira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Paulo Lima Barreto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Jonathan Rodrigues Cavalcante Carapuça: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fabiano Moreira Gomes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josean Silvestre Spinola : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A e-Financeira é um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações. A pesquisa tem como principal finalidade, demonstrar os impactos gerados, as demais divergências existentes e o que os diversos contribuintes declaram versus suas reais movimentações. O exemplo dos possíveis impactos causados pela utilização de cartões de crédito, movimentações bancárias e demais operações financeiras.

(Metodologia) Esta pesquisa utilizou-se de fontes bibliográficas. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, manuais e sites especializados (RFB). Contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre a E-Financeira.

(Resultados) Constatou-se nas diversas pesquisas realizadas pelos componentes do referido grupo que a e-Financeira é uma obrigação acessória das instituições subordinadas à fiscalização e supervisão do BACEN, CVM, SUSEP e PREVIC mediante o envio das informações padronizadas ao SPED, fazendo parte do envio, os saldos de contas correntes, movimentações de resgate, rendimentos, poupanças, entre outras informações financeiras, assim, aquele que transmitir a declaração com ausência de informações será penalizado com multa de R\$ 50,00 por grupo de cinco dados inexatos, incompletos ou omitidos, ou ainda aos que não respeitarem o prazo de entrega terão de pagar R\$ 5.000,00 por mês-calendário ou fração. Ainda nas análises e estudos realizados, verificou-se a partir da década de 2000, o Fisco vem constantemente criando um ambiente nacional controlado por um sistema, de forma padronizada, de tal maneira, que se pretende cruzar, comparar, as referidas movimentações de todas as instituições financeiras, todos os bancos, todas as entidades que controlam investimentos no Brasil, para que, com isso, possa ser necessária, a verificação junto ao contribuinte, jurídico ou físico, de suas devidas declarações da maneira como deve ocorrer, ou se o mesmo não está realizando suas obrigações, quanto aos deveres de cidadão brasileiro.

(Conclusão) Fica, de maneira lógica, interpretada a condição de que o contribuinte deve estar atento, e declarar com precisão sua renda e demais movimentações de recursos, contando ainda, de tal maneira, ao risco de ser intimado a prestar esclarecimentos junto à Receita Federal do Brasil (RFB). Ficando ainda mais obvio ser uma nova fase no cerco aos contribuintes, no qual se tornam ainda mais baixas as possibilidades de fraudes. Pois, como já citado, mesmo as pessoas físicas devem estar adequadas aos novos cruzamentos eletrônicos, já que, havendo discrepância nas informações /dados disponibilizados, prevalecerá a suspeita de sonegação fiscal e, por conseguinte a atribuição da responsabilidade e as devidas penalidades aos contribuintes. Espera-se ainda, que com tal maneira cerrada, junto ao contribuinte, os serviços públicos melhorem em relação as suas vigilâncias.

Palavras-Chave: e-Financeira, Obrigação acessória, Receita Federal do Brasil.

CONHECIMENTO VERSUS IMPORTÂNCIA DOS 72 SERVIÇOS CONTÁBEIS NA VISÃO DOS ALUNOS DO UNI-RN E UNIFACEX

Autor(es):

Janaina Ferreira de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O mercado de trabalho está cada vez mais rigoroso e competitivo, e não poderia ser diferente. Devido à crise econômico-financeira predominante no País, várias empresas fecharam suas portas enquanto que outras tentam manter-se em equilíbrio sob condições limitadas. Para as empresas de prestação de serviços, eis aí uma oportunidade de se reciclarem, de buscarem novas técnicas e estratégias de atendimento ao cliente. De acordo com Peleias et al. 2009, a educação continuada e a formação de contadores em áreas específicas contribuem para expandir e aprimorar a profissão contábil. Para isto, é necessário que o profissional esteja ciente do seu campo de atuação, sendo conhecedor do segmento no mercado. Considerando-se o fato de que a maioria dos estudantes de contabilidade recém formados ou em formação, ainda estão “a deriva” no mercado, buscando se especializarem numa área de interesse, objetivou-se medir o grau de conhecimento e de importância dos 72 serviços contábeis na perspectiva dos alunos do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN e UNIFACEX. A relevância do estudo caracteriza-se pela importância atrelada ao conhecimento dos estudantes de ciências contábeis a cerca de todos os possíveis serviços ofertados por um profissional habilitado e também pela contribuição com a literatura a respeito do tema, podendo vir a ser objeto de discussão com relação à grade curricular do curso de ciências contábeis.

(Metodologia) Buscando alcançar tal objetivo realizou-se uma pesquisa bibliográfica de natureza aplicada e descritiva, visando construir uma base teórica sobre o tema, e por fim dar justificativas com o intuito de responder a questão problema da pesquisa. Sendo uma pesquisa de campo apontada como levantamento, inspirada principalmente nos estudos de Santos (2015), sobre o qual fez um levantamento com 72 tipos de serviços competentes ao Contador, no que concerne à coleta de dados, contempla-se um universo composto por todas as instituições de Ensino Superior de Natal/RN, onde será aplicado um questionário junto aos alunos, sendo que a amostragem concentra-se entre os graduandos do curso de ciências contábeis do UNI-RN e UNIFACEX. Serão utilizados métodos quantitativos como a média e desvio-padrão para apuração das informações, fazendo-se uso de percentuais para devidas comparações e conclusões.

(Resultados) O presente trabalho devido não estar finalizado, mostrará suposições enquanto a tabulação de dados, valendo-se de expectativas de futuros resultados. Em relação aos possíveis resultados da pesquisa, a tendência é de que cerca de 65% dos respondentes sejam mulheres, e tenham idade média entre 25 e 35 anos. Espera-se que em torno de 55% da amostra trabalhe ou tenha prévia experiência na área, e conheçam ao menos os serviços classificados como centrais, visto que são obrigatórios, no entanto os serviços suplementares são tão importantes quanto, pois poderá ser um diferencial para o profissional. Com relação à importância dos serviços contábeis, espera-se que nenhum seja classificado como baixa importância, tendo em vista que toda e qualquer obrigação é necessária para atender a seu devido fim, assim sendo todos os serviços contábeis importantes e necessários à uma pessoa física ou jurídica, visando atender ao princípio da continuidade. Enquanto aos serviços complementares espera-se que uma média de 90% sejam classificados como importantes, devido estarem associados aos serviços centrais.

(Conclusão) Conclui-se que é de fundamental importância, tanto acadêmica quanto profissional, que os estudantes tenham total ciência dos serviços que terão de prestar depois de formados, isso irá permitir a formação de profissionais mais capacitados e confiantes para atuar no mercado.

Palavras-Chave: Serviços Ofertados. Organizações Contábeis. Prestação de serviços contábeis. Educação continuada.

CONTABILIDADE NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA BRASKEM S/A: UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014 E 2015

Autor(es):

Rusca Mirachily Batista Beserra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ana Cláudia de Oliveira Adalgiso: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Raquel Araújo da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maira Rubia de Almeida Feitosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Gilson Vieira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A avaliação das demonstrações contábeis, através das técnicas dos índices financeiros, permite aos gestores das organizações um maior conhecimento dos resultados a serem alcançados. O objetivo desse estudo foi evidenciar a importância dos indicadores financeiros que servem como apoio às tomadas de decisões dos gestores da BRASKEM S/A, a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas. O intuito foi procurar identificar por meio de índices de liquidez, rentabilidade, endividamento e valor de mercado a saúde financeira da empresa comparando seu desempenho, medindo a capacidade de pagamento de curto e longo prazo, além da medição da rentabilidade em função dos investimentos e patrimônio líquido.

(Metodologia) Esse estudo foi produzido sob a forma documental e estudo de caso, cujos critérios metodológicos das relações existentes entre os índices das demonstrações financeiras, demonstrando a verdade dos fatos e suas aplicações. Utilizam-se para este estudo, uma análise exploratória do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) da empresa BRASKEM S/A, companhia de capital aberto, tendo como referência os exercícios 2014 e 2015.

(Resultados) A análise dos dados coletados por meio do uso dos cálculos dos índices financeiros, permitiu avaliar a realidade do cenário financeiro da BRASKEM S/A. Dos cálculos dos indicadores de liquidez, por meio do capital circulante líquido apresentou um acréscimo percentual de 20,40% do exercício de 2014 para 2015, a variação do passivo circulante corresponde ao acréscimo aproximado de 18,45% e do estoque em 2,77%. Observou-se também que, o índice de liquidez corrente, constatou-se que para cada R\$ 1,00 que é investido, ela possui de equivalente de caixa o valor de R\$ 1,05 em 2014 e em 2015, valores baixos. Para ser considerada satisfatória Marion (2012) relata que as empresas químicas e petroquímicas devem ficar acima do indicador 1,39 e razoável se estiverem entre 1,2 e 1,3, logo apresentou índices de liquidez muito baixos. No ano de 2015 com relação a 2014 percebeu-se que a empresa permaneceu em 1,05% na sua capacidade de pagamento de curto prazo, porém, não foi o suficiente para se enquadrar aos índices-padrão segundo Marion (2012). O índice de liquidez seca demonstrou um leve crescimento de 0,5, se enquadrado na tabela do ramo petroquímico, percebe-se que a BRASKEM S/A estava em uma situação desfavorável, por não apresentar recursos suficientes para quitar suas obrigações de curto prazo nos períodos verificados. Porém, em 2015 o indicador condiz com a razoabilidade, devido ultrapassar R\$ 0,01 do índice considerado ruim. Os índices de rentabilidade, retorno sobre o ativo (ROA) ela obteve um retorno bom em 2015 e 2014 de 11,00% e 10,78% respectivamente no total médio de ativos. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) em 2015 foi de 80,16% muito bom. O índice de endividamento geral de 2015 e 2014, 69,9% e 59,6% mostra que a BRASKEM S/A está financiando mais que a metade de seus ativos, indicando o alto grau de endividamento e de alavancagem.

(Conclusão) Esse trabalho propôs um aprofundamento sobre os índices econômico-financeiros na BRASKEM S/A recomendando aos gestores uma administração cuidadosa, pois tem na mesma proporção o valor investido e o valor arrecadado para efetuar os pagamentos de curto prazo e seus estoques e as duplicatas a receber somam uma quantia relevante em relação ao ativo circulante, tornando assim mais vagarosa a conversão desses valores em dinheiro. Nota-se que a BRASEM S/A encontra-se em uma situação não muito agradável, quando se refere à capacidade de pagamento, visto que os índices calculados ficaram abaixo dos padrões estabelecidos e comparados.

Palavras-Chave: Índices econômico-financeiros; Análises, Decisões.

CONTABILIDADE NA BRF – BRASIL FOODS: UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014 – 2015

Autor(es):

Paulo Ferreira Malveira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fabiana Alanna Silva de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Lucas Mateus Martins Freires: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Francisco Gomes de Oliveira Sobrinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN
Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo trata sobre a situação financeira da empresa BRF – BRASIL FOODS nos exercícios de 2014 e 2015, para que possamos explicar o desempenho da mesma e todas as alterações devido a mudança cambial. Tendo em vista que essa mudança compromete significativamente a situação financeira da entidade, oscilando o valor de suas ações no mercado. A empresa BRF, deu-se origem na década de 30, No ano de 2009, ano em que a empresa completou 75 anos de fundação, inicia-se o processo de associação para unificar as operações entre a Perdigão e a Sadia, resultando na BRF- Brasil Foods, como é conhecido atualmente. Com isso diante do exposto, iremos concluir o trabalho respondendo a seguinte problemática: Quais impactos e consequências com a crise brasileira na empresa BRF BRASIL-FOOD e se esses impactos trouxeram benefícios ou não para a mesma.

(Metodologia) O presente trabalho é classificado como uma pesquisa Descritiva, pois o mesmo tem o objetivo de descrever as características financeiras da entidade, a partir das análises realizadas. Quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como uma pesquisa documental, foi realizado a partir de documentos financeiros da entidade. A coleta dos dados, para chegar a uma conclusão do problema será, foi trabalhado com relatórios contábeis disponibilizados no site da CVM.

(Resultados) Ao ser feita a análise da Liquidez Corrente da empresa em questão foi possível notar que entre os dois anos, o de 2014 foi mais favorável ao cumprimento das obrigações em curto prazo, referente à Liquidez Seca, a mesma apresentou um crescimento satisfatório, sendo o melhor resultado encontrado no ano de 2014, mas a mesma não necessitou vender seu estoque a preço de custo para saldar dívidas, Já com relação à Liquidez Imediata, além de uma queda, esta empresa de acordo com esta análise, não conseguiu em nenhum dos dois anos as dívidas em curto prazo apenas com as disponibilidades (caixa e equivalentes, aplicações financeiras). Com relação ao endividamento total da empresa, pode-se afirmar através dos índices encontrados ocorreu um crescimento no montante de capital de terceiros que foi utilizado para a geração de lucros, Ao analisar o índice que indica a garantia do capital de terceiros oferecida pelo capital próprio, verificamos que na situação foi desfavorável, já na cobertura de juros contratuais, em nenhum dos exercícios analisados a empresa tem condições para pagar os juros contratados, e analisando a sua rentabilidade, observou-se que a empresa foi eficiente em gerar lucro através dos seus ativos, por fim, ao se analisar as demonstrações de resultado dos exercícios de percebeu-se que entre os dois anos houve uma queda significativa nos seus valores em razão do aumento do número de ações ordinárias de um ano para o outro.

(Conclusão) Ao se fazer a análise temporal dos anos de 2014 e 2015 da BRF – Brasil FOODS, foi possível verificar que a empresa não consegue cobrir seus gastos em curto prazo, não possui garantia do seu capital de terceiros através do seu capital próprio, tendo encerrado o exercício de 2015 endividada conseqüentemente não consegue cobrir as obrigações referente aos juros contratuais dos financiamentos. Mas em contrapartida através de suas vendas e sua valorização no mercado através de sua marca, qualidade de produtos, tempo que possui em funcionamento e todos os contratos com outras empresas, a mesma possui retorno sobre os ativos existentes e também sobre o patrimônio líquido investido, como também ocorreu um aumento na compra de ações na bolsa, o que nos leva a considerar que a mudança cambial existente no país foi favorável para a mesma.

Palavras-Chave: liquidez, endividamento, rentabilidade, estudo temporal.

CONTABILIDADE NA EMBRAER S/A: UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SERIE TEMPORAL

Autor(es):

Rodrigo Fernandes Delgado: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Jackson Borges da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Edson Barros de Oliveira Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Edivaldo Soares Torquato Junior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luiz Ricardo de Sousa Ferreira Gonçalves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo do estudo é a elaboração de um estudo técnico de caso da Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. que é uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Fundada em 19 de agosto de 1969 pelo Decreto-Lei nº 770, como empresa de capital misto. Este trabalho tem como problema, realizar a análise técnica dos anos de 2014 e 2015 das demonstrações contábeis da empresa EMBRAER S.A, bem como realizar uma análise de mercado, Impactos e consequências da oscilação cambial, analisando seus possíveis benefícios ou prejuízo. O trabalho demonstra que o processo de reestruturação consistiu na simplificação da estrutura do capital social da Empresa que passou a ser composto de apenas um tipo de ação (ações ordinárias) e propiciando um aumento da liquidez a todos os acionistas da Embraer. Indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade, deram um enfoque maior na solvência ou a capacidade de honrar as obrigações assumidas pela entidade, a gestão da liquidez nas empresas é um dos maiores desafios da gestão financeira. Os índices do estudo da liquidez estão assim divididos, índice de liquidez geral, índice de liquidez corrente, índice de liquidez seca.

(Metodologia) A análise das demonstrações contábeis é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas a apuração de dados indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados, ou seja, situação econômica, onde o trabalho consiste em uma pesquisa documental, descritiva, de estudo de caso, onde foi utilizado relatórios contábeis para o desenvolvimento dos processos e interpretações dos resultados. Para atingir o objetivo do trabalho, utilizamos análise de balanços e comparamos os valores isolados ou um grupo de valores constantes nos demonstrativos contábeis, com a finalidade de obter informações sobre a situação econômico-financeira da empresa ou sobre o ritmo de seus negócios. A finalidade de extrair informações dos demonstrativos contábeis é auxiliar as pessoas na compreensão da situação patrimonial, financeira e econômica, e elaborar uma análise dos índices econômicos e financeiros, utilizamos assim estas técnicas no presente estudo.

(Resultados) Segundo a análise dos dados encontrados podemos inferir que a liquidez geral da empresa em questão, sofreu uma queda de 3,67%, passando de 1,09 em 2014 para 1,05 em 2015, ou seja, houve uma redução da liquidez econômica em longo prazo do período analisado, também que o índice de endividamento geral da empresa se eleva consideravelmente no Exercício de 2015, havendo um aumento de 6,65% em relação ao exercício anterior, dessa forma pode-se inferir que o capital de terceiros está muito mais presente na empresa. Já no grau de endividamento, houve uma crescente em 2015 que foi de 20,12% em relação ao ano de 2014 que foi de 1,69, sendo 2015 o ano que apresentou maior dependência a capital de terceiros. A empresa demonstra também que em 2015 teve a cobertura de juros de 1,20%, ou seja, 1,43% a mais do que a valor auferido no índice no exercício anterior.

(Conclusão) No trabalho da pesquisa, ficou evidente que a relevância da análise de demonstrações é uma poderosa ferramenta gerencial para as empresas, proporcionando aos seus gestores por meio de uma avaliação do passado, tomadas de decisão em relação do futuro, visando aumentar o patrimônio dos sócios, observamos também uma diminuição do imobilizado, influenciando na diminuição da liquidez geral, liquidez corrente e liquidez imediata, ocasionando uma diminuição de recursos que seria utilizados para quitar as dívidas em curto prazo, da mesma forma vimos uma dependência maior de capital de terceiros, elevando assim um maior endividamento, devido a empréstimo de capital externo.

Palavras-Chave: EMBRAER S/A ; Demonstrações contábeis ; Endividamento

CONTABILIDADE NA VALE S.A: UM ESTUDO TECNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014/2015

Autor(es):

Sandra Valéria Alvino da Guia: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Thayse Schiarelli Marcolino da Silva Eufrásio: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Joana Cecília Silva do Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Hellen de Araújo Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Marilla Marany Camara Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo faz uma análise sobre os índices econômicos e financeiros da empresa Vale S.A durante os quatro trimestres de 2014 e 2015. Avaliando sua situação financeira diante do mercado econômico. Em apenas uma década, a empresa se transformou na segunda maior mineradora do mundo e na maior empresa privada do país, alcançando hoje um valor de mercado estimado em cerca de US\$ 139,2 bilhões – número quarenta vezes maior que o preço de sua venda. Diante dos dados apresentados, entre outros, se dá início ao estudo técnico de caso na série temporal 2014/2015 da empresa vale S.A buscando responder a seguinte problemática: Os impactos e consequências da oscilação cambial beneficiaram ou prejudicaram a situação econômica da empresa?

(Metodologia) Podendo ser classificada como documental, pois utiliza materiais como relatórios de empresas, indicadores econômicos e tabelas. De acordo com os objetivos, podemos classifica - lá como descritiva e estudo de caso. A coleta de dados será feita de forma documental através do estudo do balanço patrimonial e demonstração de resultado, a partir disso, será realizada uma análise matemática dos indicadores econômicos.

(Resultados) A contabilidade é um instrumento de gestão eficiente. O cálculo desses índices permite que os acionistas, financiadores e administradores possam avaliar alguns aspectos de desempenho da empresa. A curto prazo podemos utilizar os índices de liquidez e rentabilidade. Já os índices de endividamento mostram resultados estimados a longo prazo. Na liquidez corrente foi possível observar que a empresa apresentou saldo positivo durante todo ano de 2014 permanecendo positivo em 2015. Na liquidez Seca, nota-se que a empresa apresenta índices elevados, já na liquidez imediata apresentou valores abaixo de 1,0. Os resultados do endividamento global apresentam um aumento relativo, onde há uma oscilação de 13,2% do primeiro trimestre de 2014 ao quarto de 2015. De acordo com o índice de autonomia financeira durante os quatro trimestres de 2014 a empresa aumentou gradativamente o seu percentual de capital próprio sobre o total de capital de terceiros. Contudo, o índice de cobertura de juros apresentou resultados desfavoráveis, durante 2014 foi diminuindo gradativamente a cada trimestre. Nos últimos dois trimestres de 2014 a vale apresentou um Retorno sobre o patrimônio líquido negativo, apontando que encerrou o ano com prejuízo. Os índices de mercado ilustram o lucro diferido por cada ação emitida pela empresa, ou seja do total do lucro líquido em determinado período, quanto compete a cada ação.

(Conclusão) Após a análise dos índices financeiros e econômicos de 2014 e 2015 da mineradora Vale, é possível identificar uma considerável variação entre os indicadores durante o período estudado. Vários fatores levaram a empresa a diminuir alguns índices e por consequência obter prejuízo ao final do exercício. Com o estudo desses indicadores podemos avaliar que a Vale apresentou durante os dois anos um índice de liquidez favorável. Quando ao gral de endividamento e dependência de capital de terceiros seus índices foram bastante elevados o que é justificado pela grande quantidade de financiamentos e empréstimos realizados pela empresa. Durante vários meses a empresa apresentou prejuízo, que é justificado pelo momento de crise da economia e constante variação da moeda. Como possíveis soluções para minimizar os problemas evidenciados, uma alternativa seria uma negociação com os bancos para melhores formas de pagamento de suas dívidas, aumento do prazo para liquidação e menor taxa de juros em seus financiamentos. Além da redução de custos, como o gerado pelo uso de energia elétrica.

Palavras-Chave: Análise financeira. Rentabilidade. Liquidez. Endividamento.

CONTABILIDADE NAS SEGURADORAS: UM ESTUDO DE CASO NA BRADESCO SEGURO SA.

Autor(es):

Gisele Ferreira Avelino Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Letícia Américo de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Laise Bezerra da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A atividade seguradora é um ramo que surgiu há muitos anos, desde quando se percebeu a necessidade de se proteger de determinados riscos. Atualmente, o mercado de seguros do Brasil passa por um momento de tensão, devido a crise econômica enfrentada pelo país, isso pode ser constatado através dos resultados de uma pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros (FENACOR, 2015). O objetivo geral do presente trabalho é analisar a situação financeira e econômica da Bradesco Seguros SA. Serão utilizadas para este fim a Análise de Liquidez, Análise da Lucratividade, Análise da Atividade e Análise Fundamentalista, através das informações econômico-financeira disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras da companhia. A relevância deste estudo pode ser justificada pela necessidade de uma maior discussão acerca dos indicadores do setor de seguros, principalmente diante do atual cenário econômico e por se tratar de um ramo de suma importância para a economia do país.

(Metodologia) O presente estudo pode ser considerado como um estudo de caso analítico, visto que se se aproveita de técnicas de coleta, tratamento e análise de dados quantitativos. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a tática documental. A pesquisa foi desenvolvida com os dados da empresa Bradesco Seguro SA, a partir de dados referentes ao período 2012, 2013 e 2014. Os dados utilizados estão disponíveis no sítio eletrônico da Bradesco Seguros SA (balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício). Ademais, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, livros e portais eletrônicos, a fim de fundamentar os indicadores econômico-financeiros empregados nas análises deste estudo.

(Resultados) Os resultados encontrados na análises dos índices da seguradora Bradesco Seguros, nos anos de 2012, 2013 e 2014, baseados nas demonstrações financeiras, observou-se uma leve estabilidade no índice de liquidez geral nos últimos três anos 11,5%, 11,3% e 11,3% respectivamente. Por meio da análise dos índices de lucratividade, podemos evidenciar que há uma variação entre os resultados ao longo dos anos sendo margem líquida (18%, 16% e 16%) margem bruta (25%, 26% e 28%) e margem operacional (30%, 27% e 27%), observou-se que o melhor desempenho é da margem bruta. Com relação ao Prazo Recebimento, os dados analisados podem evidenciar ineficácia de cobrança ou falta de poder de negociação, quanto ao ROE identificou-se crescimento e estabilidade. Foi analisado o Grau de Imobilização do Patrimônio Líquido, onde se verificou em 2012, 2013 e 2014 índices de 1%, 2% e 2% respectivamente, no endividamento total, o resultado indica que em 2012 o índice era de 87%, subiu para 89% em 2013 e baixou para 88% em 2014. Por fim, foi visto o índice de Garantia de Capital próprio, e notou-se que em 2012 correspondia a 15%, baixou para 13% em 2013 e permaneceu em 2014.

(Conclusão) Os resultados apresentados despontam que através da análise das demonstrações contábeis, é possível extrair importantes indicadores econômicos financeiros, e dessa forma, seguramente venha a contribuir para tomada de decisão dentro da organização. A empresa também possui capacidade de agregar valor a si mesma através de recursos próprios, bem como capacidade de gerar lucro através dos seus ativos. No que tange aos recursos próprios e endividamento, a empresa deve tomar cuidado já que os índices são elevados. Diante do cenário econômico em que se vive, talvez seja o momento de criar novas estratégias.

Palavras-Chave: Setor de Seguros. Situação Financeira. Indicadores Econômicos e Financeiros. Índices de desempenho.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS LISTADAS NO NOVO MERCADO DA BMF & BOVESPA

Autor(es):

Adriana Araújo Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

Lis Daiana Bessa Taveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Demonstração de Valor Adicionado - DVA é uma demonstração obrigatória para as companhias de capital aberto no Brasil de acordo com a Lei nº 11.638/07, não sendo obrigatória pelas normas internacionais de contabilidade. Esta demonstração surgiu como forma de suprir as lacunas de informações divulgadas pelo conjunto de relatórios já existentes. De acordo com Viceconti e Neves (2013, p. 453), essa demonstração tem por objetivo realçar a riqueza criada pela entidade no processo de produção de bens e serviços e a forma de distribuição dessa riqueza entre os que colaboraram para a sua formação, tais como: empregados (salários), financiadores da empresa (juros), governo (tributos e contribuições sociais) e os acionistas (Dividendos e Juros sobre Capital Próprio). Surge a seguinte problemática: Quais as informações que podem ser geradas por meio dos indicadores de medição de desempenho calculados a partir da DVA das empresas que compõem o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa? Esta pesquisa servirá de apoio para outras na área acadêmica voltada para o estudo do valor adicionado. Diante do exposto, o objetivo geral desta pesquisa é o de verificar as informações que podem ser geradas por meio dos indicadores de medição de desempenho, calculados a partir da DVA das empresas que compõem o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa.

(Metodologia) Para atingir o objetivo, utilizou-se a pesquisa descritiva que objetiva identificar, relatar, comparar e descrever as características de uma população ou um fenômeno sem a interferência do pesquisador nos resultados (Cervo, Bervian e da Silva, 2007). Quanto aos procedimentos se enquadra em documental de natureza secundária. Quanto à abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa/ quantitativa. O universo estudado serão as empresas listadas no site da BM&F Bovespa que compõem o novo mercado dentre estas a amostra se restringiu as empresas do setor de Construção Civil, que pertencem ao segmento de Novo Mercado. Relativamente à coleta e tratamento dos dados, serão baixadas às demonstrações contábeis, do site da Bovespa, em seguida os dados serão inseridos no programa Microsoft Excel e reclassificados para posteriormente serem aplicados os indicadores de medida de desempenho e geração de riqueza utilizados parcialmente do trabalho de (ANDRADE e MARTINS).

(Resultados) Dentre as empresas analisadas, a empresa Tecnisa apresentou a maior média de gastos, seguida da Gafisa e Even. Por outro lado, as empresas Rossi e Viver distribuíram um valor elevado, porém negativo, devido aos prejuízos obtidos nos anos de 2014 e 2015. Verificou-se também que a empresa Rossi foi a que mais pagou impostos, e em seguida vem a Tecnisa e a Gafisa. Em todas as empresas, constata-se que os impostos Federais são os que pesam mais no que tange ao pagamento do tributo e isso impacta no desempenho da companhia afetando também a média. A companhia Viver e Rossi foram as que mais remuneraram o capital de terceiros e o valor negativo deve-se ao seu acúmulo de prejuízos ao longo dos anos últimos 5 (cinco) anos. Fazendo com que a empresa não remunerasse o capital próprio e nem distribuisse dividendos. Por outro lado a empresa Tecnisa não remunerou tanto o capital de terceiros, mas conseguiu reter lucros e distribuir dividendos.

(Conclusão) Esta pesquisa objetivou verificar as informações geradas por meio dos indicadores de medição de desempenho calculados a partir da DVA das empresas que compõem o segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa. Os resultados evidenciaram que as informações que podem ser extraídas da DVA são: Indicadores de participação de remuneração a capital próprio, gastos com pessoal, carga tributária, remuneração paga a terceiros.

Palavras-Chave: DVA, indicadores, desempenho

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO EM SE TRATANDO DE ORÇAMENTO DOMÉSTICO

Autor(es):

Adriana Araújo Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) A educação financeira tem sido pauta de discussão em diversos países desenvolvidos, nos últimos anos como Estados Unidos e Japão. No Brasil, esta temática se iniciou e ganhou força no final do ano de 2010 com o decreto presidencial nº 7397, de 22 de dezembro de 2010, sendo assim instituída uma Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. No entanto, o consumo desenfreado dos últimos anos, fruto de um padrão de vida capitalista ditado pelo marketing, tem levado muitas pessoas e famílias ao endividamento. O acesso fácil ao crédito têm levado as pessoas a consumirem mais, sem avaliar a necessidade da compra, as taxas de juros e a capacidade de pagamento, considerando as demais despesas que têm a pagar mensalmente. A educação financeira é uma construção diária para organizar a vida e criar condições de sustentabilidade para o futuro. (Idec, 2015) Entretanto, para se alcançar o equilíbrio financeiro é importante se organizar e identificar em qual cenário econômico se está inserido e antes de se efetuar uma compra, é fundamental se perguntar se ela é realmente necessária ou se é apenas um desejo de consumo, algo que você quer realmente ter, mas que é absolutamente dispensável. A economia passa por ciclos de crescimentos com resultados positivos e negativos que afetam a vida de toda a sociedade. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo verificar o nível de endividamento dos alunos de graduação do Centro Universitário do UNI/RN. A relevância dessa pesquisa decorre do fato dela se tornar mais uma referência de estudos futuros nessa temática bem como uma fonte de consulta para as pessoas que queiram se adequar ao seu orçamento pessoal.

(Metodologia) Dessa forma, o presente trabalho é de natureza exploratória, caracterizando-se como pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa, com a aplicação de um questionário com questões fechadas. Os dados foram tabulados e trabalhados no programa de Excel para em seguida serem analisados. A amostra foi constituída por 211 respondentes, graduandos dos cursos de Administração, Contabilidade, Direito e Psicologia do Centro Universitário do UNI/RN.

(Resultados) Os resultados revelam que dos 211 respondentes, 46% apresentaram sinal verde, que quer dizer que possuem baixo risco de endividamento, 44% apresentaram sinal amarelo, ou seja, moderado risco de endividamento e 10% da amostra com sinal vermelho, alto risco de endividamento. Quando questionados se sabiam o total das suas despesas fixas e se se programam financeiramente para realizar um grande projeto de vida, mais de 70% dos respondentes responderam que sim. Ainda nessa linha de raciocínio, 105 afirmaram que conseguem reservar parte do que ganham em uma poupança, porém, em contrapartida a esse questionamento, 146 respondentes não possuem uma planilha de controle do orçamento pessoal.

(Conclusão) É de salientar que o objetivo do estudo foi alcançado, ao verificar que os alunos de graduação do Centro Universitário do UNI/RN apresentaram um baixo risco de endividamento. Pode-se também concluir que mesmo sem possuírem uma planilha de controle dos gastos, a grande maioria dos respondentes têm conhecimento de suas despesas mensais e se programam para a realização de grandes projetos pessoais, no entanto, somente 50% conseguem reservar uma parte para a poupança.

Palavras-Chave: orçamento pessoal, educação, endividamento, finanças.

ESTILO DE APRENDIZAGEM: ESTUDO COM OS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNI-RN A PARTIR DO INVENTÁRIO DE KOLB

Autor(es):

Amanda Baracho da Rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Educação tem estado em grande evidencia em função da necessidade dos indivíduos buscarem qualificação para atuar no mercado de trabalho competitivo e exigente, com isso o ensino superior torna-se cada vez mais importante no processo de formação do conhecimento das pessoas. A partir dos interesses nas diferenças individuais, estudos têm sido desenvolvidos sobre os estilos de aprendizagem. Neste aspecto, entender o estilo de aprendizagem do aluno e seu desempenho acadêmico torna-se fundamental para um bom desenvolvimento nas atividades de ensino, pois muitas vezes o professor acaba ensinando da forma que gostaria de aprender, ou seja, seguindo o seu estilo de aprendizagem e não o dos alunos, o que poderá comprometer o processo de ensino e consequentemente a avaliação o (CERQUEIRA, 2000). O estudo tem como objetivo analisar a predominância do estilo de aprendizagem dos alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Estando embasamento na teoria dos estilos de aprendizagem segundo a visão de David Kolb.

(Metodologia) A pesquisa, caracterizada como pesquisa quantitativa, desenvolvida a partir da aplicação do Inventário de Estilos de Aprendizagem de Kolb (1976). Composto por 12 (doze) sentenças, com quatro terminações (A, B, C, e D), o inventário descreve a maneira pela qual cada pessoa aprende e como cada pessoa lida com as ideias e as situações do dia-a-dia em sua vida. Então, fazendo uso do espaço disponível, cada aluno classificou com o número "4" a sentença que descreve como ele aprende melhor, descendo até chegar a "1" para a sentença que ele considerou ser a maneira menos provável de como poderia aprender algo. Foi aplicado um questionários pelo critério de acessibilidade e conveniência com os alunos do 1º ao 4º ano do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, no ano de 2016, no UNIRN.

(Resultados) De acordo com o resultado da pesquisa aplicada os alunos do curso de Ciências Contábeis do UNIRN, em sua maioria, totalizando 30% do total dos respondentes, predominou o grupo que possuem o perfil do Estilo de Aprendizagem descrito como Assimilador. A utilização desse estilo revela pessoas com raciocínio indutivo que possuem habilidades para desenvolver modelos abstratos. O perfil Assimilador preocupa-se menos com o uso das teorias que os Convergentes. Entende-se naqueles que apresentem esse perfil uma ordenação ampla e organização lógica. A utilização excessiva desse estilo resulta em um apego às ideias, limitando a efetivação dos conhecimentos em situações práticas.

(Conclusão) Com base no estudo desenvolvido, constatou-se que o objetivo do estudo foi atingido dentro dos limites traçados. Portanto, o estilo que predominou dentre os quatro (Assimilador, Divergente, Convergente e Acomodador) desenvolvidos por Kolb (1976) foi aquele definido como "Assimilador", com uma percentagem de 30% de um total de alunos respondentes. Assim, pode-se afirmar que o perfil da maioria dos discentes do curso de ciências Contábeis, segundo a definição do estilo que predominou, são os de indivíduos que realizam experiências a partir de uma contextualização abstrata e a transformam por meio de observação reflexiva. Possuem a habilidade de criar modelos teóricos e não são muito preocupados com a utilidade prática de suas teorias, mas sim com a teoria em si.

Palavras-Chave: Educação; Estilo de Aprendizagem; Assimilador.

ÉTICA E MORAL: PRINCÍPIOS E DOCTRINAS NAS ORGANIZAÇÕES

Autor(es):

Rodrigo Gomes Franco Fernando Lopes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Natalia Campos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Huguison Rafael de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Sanderson Elpidio Soares e Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Mariany Hellen da Silva Cavalcante: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ética e a moral moldam, desde os primórdios da sociedade, a maneira como enxergamos e agimos no nosso dia a dia. Em outras palavras, a nossa maneira de agir, dentro da margem que os valores e censura impuseram na sociedade, que é diretamente afetada pelos ensinamentos do grupo social no qual estamos inseridos. A moral são as normas que regulam o comportamento do homem na sociedade, e estas normas são passadas pela educação, tradição e vivência do dia a dia. Já a filosofia diz que a ética é um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação as outras pessoas na sociedade em que vive, sendo fundamental para o bem estar social. Ela também serve para medir o comprometimento e tomada de decisões dentro das atividades desempenhadas pelos trabalhadores. Dessa maneira, com o mundo globalizado e mercado de trabalho competitivo que temos, um funcionário pode ser reconhecido não só pelo seu desempenho no trabalho, mas também pela sua conduta tanto ética como moral.

(Metodologia) Esta pesquisa está baseada cientificamente em dois tipos de pesquisa sendo elas bibliográfica e exploratória, tendo em vista o objetivo de identificar os princípios e as doutrinas dentro das organizações em relação à ética e moral.

(Resultados) Um dos assuntos mais relevantes discutidos nos dias atuais, principalmente dentro das organizações, são as relações e comportamentos dos colaboradores (empregados e empregadores). As empresas são compostas por varias pessoas e é por meio delas que se permite o procedimento de prestação de serviço e vendas. Desta forma, é necessário um bom trabalho em equipe, onde cada um dos componentes tem suas particularidades, sua moral e ética. É muito comum esses termos serem confundidos, são nesses casos que as diferenças causam conflitos, gerando assim tanto um mal resultado para a empresa, como uma insatisfação pessoal do receptor do serviço prestado. Entretanto, é preciso saber lidar com o certo e o errado, o bom e o ruim, a ética e moral.

(Conclusão) O fato de uma empresa sofrer com as dificuldades e conflitos comportamentais ligados a ética e moral evidencia o quanto os gestores devem se preocupar em melhorar a maneira de agir com a sua equipe de trabalho, repassando os valores e missão da organização, fato primordial para uma boa convivência dentro dos princípios e doutrinas da organização. Diante do exposto, podemos concluir que a ética e a moral são elementos de suma importância para todas as organizações.

Palavras-Chave: Ética e moral

EXIGÊNCIA DA DCTF DEIXA O REGIME SIMPLES NACIONAL CADA VEZ MENOS “SIMPLES

Autor(es):

Jackson Borges da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Edson Barros de Oliveira Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Elaine Ribeiro da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Edivaldo Soares Torquato Junior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luiz Ricardo de Sousa Ferreira Gonçalves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante das recentes mudanças na tributação brasileira a obrigação acessória DCTF também embarca nesse cenário. A receita federal por meio do instrumento normativo nº 1.646/2016 ampliou a lista de tributos que devem ser informados na DCTF pelas empresas optantes pelo simples nacional. Assim, a partir da competência de maio de 2016 as empresas optantes pelo simples nacional sujeitas ao pagamento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) deverão informar a DCTF. E assim na contra mão da “desburocratização” que o fisco esta deixando o simples nacional cada vez mesmo “simples”. A presente pesquisa tem por objetivo entender a percepção dos contadores sobre essa nova exigência da DCTF.

(Metodologia) Esta pesquisa se utiliza de fontes e documentos, compreendendo manuais, artigos de revista científico e sites especializados, contribuindo assim para construção de um referencial teórico sobre a DCTF e sua exigibilidade. Além da verificação das leis existentes e em vigor. A pesquisa conta com um questionário feito com 25 (vinte e cinco) contadores, entre empresários prestadores de serviço contábeis e responsáveis diretos do setor fiscal, que avaliaram como essa mudança no regime de tributação do simples nacional irá alterar a demanda de trabalho já bastante excessiva.

(Resultados) Com a análise dos dados coletados através do questionário aplicado, pode-se verificar mais a fundo o posicionamento dos contadores com relação à alteração na exigibilidade da DCTF. Ao serem questionados sobre qual tipo de modalidade tributaria seria obrigada a entrega da DCTF 10% assinalou simples nacional. Desses apenas 2% podem afirmar quais eram as empresas realmente enquadradas na nova exigência. Esse percentual se reflete quando questionado se o simples nacional entregaria DCTF caso variasse sua atividade, 90% afirmou que não, os mesmos alegaram desconhecimento sobre a mudança já em vigor, temendo o aumento de trabalho que tal alteração acarretará. Com relação a aumento de colaboradores devido à sobrecarga da nova exigibilidade, apenas 35% se mostrou preocupado, afirmado que não seria necessário. Já quando questionado sobre o que acarretará essa mudança 85% se mostra incrédulo sobre uma real mudança do fisco, afirmado ser mais uma dentre tantas declarações. No entanto, 100% dos profissionais posicionaram-se com relação à falta de conhecimento dos empresários sobre essa nova exigência e afirmam que dificilmente os recompensaram pelo aumento de trabalho.

(Conclusão) Ao fim da análise concluímos que em geral os contadores não enxergam essa alteração legal como forma de melhorar o funcionamento do fisco, uma vez que a modalidade simples nacional pressupõe maior facilidade em informar os impostos. A insatisfação da categoria se da no aumento de trabalho não remunerado. Além da turva fonte de informações a qual gera mais dúvidas do que esclarecimento sobre essa alteração.

Palavras-Chave: DCTF; Simples Nacional; Desburocratização; Obrigação acessória

FRAUDES QUE PREJUDICAM A EXECUÇÃO TRABALHISTA

Autor(es):

Jackson Borges da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Edivaldo Soares Torquato Junior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luiz Ricardo de Sousa Ferreira Gonçalves: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A fraude é um esquema ilícito ou de má fé criado para obter ganhos pessoais e propagada em muitas áreas. Em relação a execuções trabalhistas, as fraudes prejudicam o trabalhador, a sociedade e entopem as varas trabalhistas com diversos processos. O presente estudo tem por finalidade demonstrar como a fraude é um ato negativo para retardar execuções trabalhistas, tendo como principal origem a crise de costumes, da moral e dos princípios éticos, somada as crises econômicas e sociais vivida pelo país. A pesquisa busca também demonstrar como as perícias trabalhistas são executadas, qual sua importância diante da sociedade e suas dificuldades, analisando seus procedimentos práticos.

(Metodologia) O estudo busca analisar e identificar através de fontes documentais como revistas de economia, revistas de atualidades e sites governamentais, de que jeito as fraudes em execuções trabalhistas são prejudiciais na solução de processos. Outrossim utilizando processos judiciais divulgados na mídia procura-se entender os motivos e os desfechos de uma lide trabalhista.

(Resultados) Com a análise das notícias encontradas, as quais servem de motivo para nossa pesquisa, foram identificados os diferentes modos de fraudes praticadas contra o trabalhador. Essas fraudes se diversificam no modo e no grau de gravidade. A mais comum é o não pagamento de INSS e FGTS, sendo isso o principal motivo que leva a grande maioria dos trabalhadores a processar seus patrões. Em segundo lugar temos as verbas rescisórias, que são, na maioria das vezes, fraudadas, principalmente em rescisões de menos de um ano, as quais não precisam ser homologadas. Nesse contexto a perícia se torna fundamental para esclarecimento do fato e suporte para decisão final do juiz.

(Conclusão) Os fatores que levam os empregados a acionar a justiça trabalhista são os mais variados, destacando-se a falta de recolhimento do INSS e FGTS, a falta de pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, bem como as comissões que são em sua maioria erroneamente divididas entre os funcionários, além é claro, da falta de registro na carteira nacional do trabalhador, a falta de pagamentos das verbas rescisórias e a falta de pagamento das horas-extras e seus reflexos, entre outros. Esses fatores são essenciais no nosso ordenamento jurídico e, portanto, geram problemas nas varas trabalhistas. Para solução de muitos desses casos o juiz se faz valer dos trabalhos de um perito, profissional com o intuito de averiguar, decifrar e levantar provas verídicas. Assim o perito irá averiguar a fundo a documentação fornecida pela empresa e pelo reclamante.

Palavras-Chave: Processo judicial; Fraude; Direito trabalhista.

IMPACTOS DA OPERAÇÃO “LAVA JATO” NOS ÍNDICES FINANCEIROS DA PETROBRAS: UM ESTUDO DE CASO NOS ANOS DE 2014 E 2015.

Autor(es):

Josivânia Kelly Flor de Lima Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Larissa Albertina Borges de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Ingrid Beatriz Santana da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Petrobras- Petróleo Brasileiro S.A., criada em 1953 no governo Getúlio Vargas, com sede no Rio de Janeiro, presente em diversos países, é uma empresa de capital aberto, cuja a União- o Governo Federal do Brasil, desempenha o papel de seu maior acionista. Atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Diante de sua representatividade na economia brasileira os pesquisadores justificam o projeto de pesquisa sob três óticas: do ponto de vista social, acadêmico e profissional. Do ponto de vista social, esta pesquisa justifica-se por proporcionar aos cidadãos um conhecimento da situação econômica- financeira atual da Petrobras. Sob a ótica acadêmica, fundamenta-se em alinhar teoria à prática das análises financeiras. E tem também fundamental importância no campo profissional, pois demonstra o interesse dos pesquisadores por assuntos relevantes atuais. Pela importância que a Petrobras representa no cenário econômico brasileiro, este trabalho objetiva-se em analisar seus índices financeiros mais significativos respondendo o seguinte questionamento: qual a situação patrimonial e mercadológica da Petrobras nos anos de 2014 e 2015?

(Metodologia) Quanto ao procedimento técnico esta pesquisa caracteriza-se como sendo bibliográfica, documental, e trata-se também de um estudo de caso. Do ponto de vista do problema de pesquisa, a análise dos dados se deu através do método qualitativo, pois, para respondê-lo e atingir o objetivo, foi feita a coleta de dados nas demonstrações contábeis da Petrobras através do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Logo após foi feita a tabulação de dados por meio de planilhas eletrônicas e elaborados gráficos para melhor visualização dos resultados. Além disso, utilizou-se de bibliografias disponíveis em livros e sites para melhor embasar a pesquisa.

(Resultados) Através da pesquisa foi possível observar que houve decréscimo nos indicadores de rentabilidade, o que significa dizer que a empresa não gerou riqueza, pois foi ineficiente em gerar lucro a partir dos seus ativos totais e patrimônio líquido. Observou-se que a situação financeira é favorável, não há dificuldades em arcar com as obrigações a longo e curto prazo considerando os índices de liquidez que ficaram, na maioria dos casos, acima de 1,0. Com exceção apenas do índice de liquidez imediata que apresentou um resultado de 0,83 em 2014 e 0,90 em 2015. Quanto ao endividamento, os dados informam que a empresa não é alavancada financeiramente, isso por que praticamente não dispõe de capital de terceiros, resultado evidenciado pelo índice de endividamento total que ficou abaixo de 1,0 nos dois anos estudados.

(Conclusão) Os resultados que apontam para uma situação preocupante principalmente nos índices de rentabilidade que é um indicador fundamental para a gestão de uma empresa e nos índices de mercado, que verificam a viabilidade e atratividade de se investir em ações de uma empresa. Estes índices apresentaram números baixos em 2014 e em 2015 continuaram em queda, ocasionada, em sua grande parte, pela atual crise econômica em que a empresa se encontra, devido o seu nome estar envolvido nos últimos escândalos políticos. Por outro lado, a Petrobras não tem sua capacidade de pagamento a curto prazo comprometida, pois os índices de liquidez levantados apontam para uma situação financeira favorável.

Palavras-Chave: “Lava-Jato”. Índices financeiros. Análise de Mercado.

IMPACTOS QUE A REFORMA PREVIDENCIÁRIA IRÁ AFETAR NA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Autor(es):

Leonardo César Fernandes de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Francisco Galdino da Silva Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Adson Talles Soares: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Luiz Carlos de Almeida: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalhador, muitas vezes, tem sua fonte de renda exclusiva do seu próprio esforço, sendo ele sua própria força de trabalho. Por isso, com a redução ou perda das condições mínimas de trabalho, mesmo que temporárias ou definitivas, deve ser amparado por alguma forma de manter pelo seu sustento. Eis então, a Previdência Social, como forma de seguridade e amparo aos trabalhadores, provendo por melhores condições de vida aos indivíduos. (Leis 8.212/91 e 12.8213/91). A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o sistema de Seguridade Social, que previu vários direitos e garantias fundamentais aos cidadãos, além da edição de Leis específicas sobre a Previdência Social, onde, surgiram os benefícios e os segurados da Previdência Social, separados por categorias. A Constituição de 1821, que foi a primeira que conteve a expressão "aposentadoria", até a atual Constituição de 1988, além das Leis 8.212/91 e 12.8213/91, a qual tem por finalidades o Plano de Custeio da Seguridade Social e a Lei de Benefícios da Previdência Social, respectivamente até o surgimento da reforma previdenciária que está prevista agora para 2016 ou 2017. Diante desse cenário de mudanças, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar quais os impactos que a reforma previdenciária irá afetar na população brasileira atual e principalmente nas gerações futuras.

(Metodologia) As metodologias utilizadas nesta pesquisa foram: Pesquisas bibliográficas, a constituição federal brasileira, arquivos no sistema a biblioteca e artigos científicos publicados na internet que mostram de forma clara como se iniciou os estudos até os anos atuais.

(Resultados) O estudo mostrou a evolução do sistema previdenciário desde a sua criação até os dias atuais e que realmente existe uma grande necessidade de uma reforma previdenciária urgente visto que ano a ano o déficit na previdência só aumenta pois a arrecadação no ano não é suficiente para cobrir as despesas, ainda mais que a parcela das pessoas que contribuem com o benefício (INSS) diminui, pois a pirâmide etária dos ativos e inativos tendera a se inverter com a quantidade de inativos maior não terá ativos suficientes que cubra tal déficit não tenho assim contribuintes suficientes para manter os beneficiários.

(Conclusão) É fato que o atual sistema previdenciário deve ser revisto visto que é uma questão do futuro dos atuais trabalhadores garantirem uma aposentadoria digna e que seja paga em dia. O termo previdência social nos remete a idéia de proteção social principalmente daqueles trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho seja por doença, invalidez ou a própria aposentadoria e daqueles que dependem economicamente e não seria justo que no momento que mais precisem sejam abandonados.

Palavras-Chave: Previdência social, seguridade social, benefícios, trabalhador, futuro

**INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA,
DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA E ANTECIPAÇÃO – DESTDA NO RN**

Autor(es):

Gonzaga Lira Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este estudo tem como finalidade a análise das informações necessárias para elaboração e apresentação da Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação – DESTDA no RN. A partir de um ponto, é necessário saber que toda informação acessória se origina de uma obrigação principal, por sua vez a obrigação principal surge de Leis e decretos elaboradas pelo legislador. Mediante ao que se estabeleceu na Lei Complementar 123, de 14-12-2006, artigo 26, 12 que dispõe sobre a condição de substituto tributário para as Micro e pequenas empresas, a DESTDA tem por objetivo informar as transações de circulação de mercadoria e serviço, relativos a obrigação principal da retenção e recolhimento do imposto de ICMS-ST. Os objetivos desta análise vão de encontro à nova perspectiva do profissional contábil, buscando esclarecer, informar sobre a abordagem quanto ao surgimento de uma nova obrigação acessória, tornar o tema pauta de discussão em ambiente acadêmico. Além disso, servirá de base para pesquisas, orientação, estudos acadêmicos e contribuir para que o profissional contábil a título de agregar conhecimento da legislação tributária.

(Metodologia) A análise proposta é caracterizada como diagnóstico de situação e perspectivas futuras na legislação no âmbito do Estado Rio Grande do Norte. Este estudo servirá para ampliação da bagagem cultural do estudante, preparando-o para, futuramente, desenvolver pesquisas mais amplas e trabalhos originais. Tem como referência das Lei e Decretos no âmbito Estadual, a análise do presente estudo será classificada quanto à natureza, aos procedimentos e aos objetivos conforme o conteúdo da legislação Estadual no RN.

(Resultados) A DESTDA foi instituída pelo decreto Estadual nº 25.893, de 19 de fevereiro de 2016 para os optantes pelo Simples Nacional que possua inscrição de substituto tributário. Esses contribuintes deverão declarar: a) o ICMS retido como substituto tributário (operações antecedentes, concomitantes e subsequentes); b) o ICMS devido em operações com bens ou mercadorias sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, nas aquisições em outros Estados e Distrito Federal; c) o ICMS devido em aquisições em outros Estados e no Distrito Federal de bens ou mercadorias, não sujeitas ao regime de antecipação do recolhimento do imposto, relativo à diferença entre a alíquota interna e a interestadual; d) o ICMS devido nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do imposto. O arquivo digital da declaração deverá ser enviado, à administração tributária do Estado de localização do estabelecimento, até o dia 20 do mês subsequente ao encerramento do período de apuração. O aplicativo para geração e transmissão será disponibilizado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Norte, ainda com data não prevista até a elaboração dessa análise. Para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica da DeSTDA, as informações serão prestadas em arquivo com assinatura digital do contribuinte ou seu representante legal, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

(Conclusão) O surgimento de uma nova obrigação acessória sempre irá impactar diretamente no contexto de trabalho no âmbito da contabilidade. Para isso, os profissionais deverão sempre estarem preparados para novos desafios, encarar novos cenários de mudanças nas Leis, pois a informação é o item mais precioso no cenário cada vez mais dinâmico. Apesar de que a obrigatoriedade da entrega no RN da DESTDA será apenas para Janeiro de 2017, porém os profissionais da área deve agir de forma em se antecipar e adaptar com antecedência, pois assim evitará contratempos para eventual e futura adaptação em suas rotinas internas nas organizações contábeis. Hoje, as informações prestadas são valiosas, principalmente para os usuários da contabilidade, onde os fatores tecnológicos se multiplicam e produzem mudanças substanciais.

Palavras-Chave: DESTDA, ICMS-ST, Obrigações acessórias, Substituição Tributária, diferencial de alíquota

**ITAÚ UNIBANCO S.A.: UM ESTUDO COM UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES ECONÔMICOS-FINANCEIRO NA SÉRIE TEMPORAL
2014/2015**

Autor(es):

Allyson Sousa Pereira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Paulo Lima Barreto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Jonathan Rodrigues Cavalcante Carapuça: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fabiano Moreira Gomes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josean Silvestre Spinola : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) A história de duas grandes instituições financeiras brasileiras, de origem familiar, misturou-se numa complexa operação que fez nascer, em novembro de 2008, um dos conglomerados de maior porte do Hemisfério Sul. A associação entre o Itaú e o Unibanco formou uma corporação com valor de mercado de uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Itaú Unibanco mantém uma carteira de produtos e serviços que atende amplamente os mercados doméstico e internacional. Conta com uma estrutura operacional e administrativa em todo o território brasileiro e nos principais centros financeiros mundiais. O presente estudo tem como objetivo avaliar indicadores como ferramenta de tomada de decisão e avaliação da situação econômico-financeira da empresa observada.

(Metodologia) A presente pesquisa classifica-se quanto a natureza dos dados como qualitativa, sendo ela descritiva, documental e, especificamente, trata-se de um estudo de caso. Para o cálculo e análise dos índices propostos, foram coletados os dados financeiros a partir das demonstrações contábeis divulgadas pela empresa em questão.

(Resultados) Nas contas de ativo e passivo foi observado um crescimento de 13,24% em relação ao mesmo período do ano anterior, analisando cada conta pode-se destacar aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e ativos financeiros mantidos para negociação, crescendo cada um, respectivamente, 21,77%, 32,25% e 23,59%. Os ativos fiscais tiveram uma evolução de 2014 para 2015 de 47,97%, ou seja, tributos a recuperar em exercícios futuros, o que também impactou no aumento dos ativos, e com certeza influenciou no resultado, pois se observarmos no DRE consolidado houve reversão de tributos diferidos. Já no passivo tivemos algumas contas que se destacaram, como as de captação de mercado aberto, com a mesma característica das aplicações de mercado aberto, compromissos de recompra de ativos financeiros, esta conta cresceu no passivo 16,61%. O patrimônio líquido do Itaú, variou 13,09% se comparado com os valores constantes no exercício anterior. Uma outra conta que se mostrou com variação positiva foi a de derivativos, tanto no lado do ativo como no lado do passivo, com variação de 89% e 79% respectivamente, todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo, mostrando um ganho nessa variação, ganho este adicionado ao resultado. Na DRE tivemos um aumento muito baixo em Produto Bancário, se comparado com o mesmo período do ano anterior, 2014, apenas um crescimento de 0,39% e o item que contribuiu para esse baixo crescimento, foi a perda líquida com títulos e derivativos, que teve um crescimento de 1.538,4%, a receita com Juros e rendimentos cresceram 23,04% o que contribuiu para a não involução da receita total em produtos bancários.

(Conclusão) Em resumo, os resultados apresentados pelo Itaú, frente a situação econômica do país, com retração no PIB de 3,2%, frente ao ano anterior, uma taxa de desemprego que era de 4,9% em novembro de 2014 e em novembro de 2015 passava a ser 7,5%, uma alta de juros crescente, com evolução como mostrada acima, não foram ruins, só não tiveram evoluções significativas, e caiu um pouco frente aos investidores.

Palavras-Chave: Investimentos, Aplicações e Situação Econômica.

MERCADO DE CAPITAIS: ANÁLISE COMPARATIVA DE EMPRESAS LISTADAS NA BOVESPA

Autor(es):

Gerlane Barbosa de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução: Com o processo de globalização, que resultou em intenso intercâmbio entre os países, o mercado acionário adquire crescente importância no cenário financeiro internacional. Com isso, os países em desenvolvimento procuram abrir suas economias para poder receber investimentos externos. Assim, quanto mais desenvolvida é uma economia, mais ativo é o seu mercado de capitais. Conforme, ASSAF, 2015, p. 87, o mercado de capitais assume papel dos mais relevantes no processo de desenvolvimento econômico. É o grande financiador de recursos permanentes para a economia, em virtude da ligação que efetua entre os que têm capacidade de poupança, ou seja, investidores, e aqueles carentes de recursos de longo prazo, ou, seja, que apresentam déficit de investimento. O objetivo básico da maioria dos investidores é obter o retorno mais alto com o risco mais baixo. Esse objetivo é atingido por meio da diversificação – a inclusão de um número de diferentes instrumentos de investimento em uma carteira para aumentar os retornos ou reduzir os riscos. É partindo desse pressuposto que, através do presente trabalho, será dada informações que permitirão, aos interessados, saber como e por que investir no mercado de ações apresentando desde conceitos básicos de Mercado Financeiro, Mercados de Capitais, apresentando as principais carteiras de investimentos do mercado além de fazer uma análise comparativa das mesmas.

(Metodologia) Metodologia: O método de pesquisa refere-se a uma forma de pensar visando chegar à natureza de um determinado problema, quer para estudá-lo, quer para explicá-lo, por meio de suporte técnico, auxiliando o pesquisador a chegar a um determinado resultado. Diante disso utilizou-se a pesquisa bibliográfica de natureza aplicada e descritiva, visando construir uma base teórica sobre o tema, e por fim dar justificativas com o intuito de responder a questão problema da pesquisa. Segundo RICHARDSON (2008, pg.70) esta abordagem é aplicada frequentemente aos estudos descritivos, pois tem a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções nas análises e interpretações, possibilitando, por conseguinte, uma margem de segurança quanto às inferências realizadas. É também uma pesquisa documental, pois estão sendo retirados os dados da BOVESPA para comparação com índices de mercado.

(Resultados) Resultados: Os dados estão em fase de levantamento na BOVESPA, onde serão tabulados e separados em carteiras conservadoras, moderadas e dinâmicas. A partir disso serão comparados com índices do IBOVESPA, taxa SELIC e inflação para avaliação de desempenho econômico e financeiro das carteiras avaliadas.

(Conclusão) Conclusão: O presente estudo teve como objetivo verificar quais os resultados apresentados através da análise comparativa das empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Contudo, foram balizados preliminarmente carteiras como PETR3 S.A, VALE3 S.A, ITVBA S.A e BBDCA S.A comparando com a série histórica da taxa selic média 14,25% a.a e a inflação de 13,7% a.a. É observável que em termos de ganhos reais ficou muito abaixo das expectativas dos investidores. Explicando assim uma maior preferência desses ativos no mercado financeiro.

Palavras-Chave: Mercado Financeiro; Mercado de Capitais; Carteiras Diversificadas.

MOTIVAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A PRODUTIVIDADE.

Autor(es):

Ana Beatriz de MÃçcedo Farache: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Igor FaÃ§anha Carvalho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Maria Rita Torres de Medeiros : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Paulo Raniel Cardoso da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Amanda Lays Oliveira de Macêdo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O tema aborda circunstâncias que contribuem para as variações da motivação dentro de uma instituição e como irá refletir na produtividade. Sendo assim, torna-se relevante, pois auxilia diretamente na evolução da empresa, visto que hoje, estão cada vez mais interessados em buscar uma ajuda teórica em prol do crescente desempenho da organização. Por isso foi de extremamente importância conhecer uma grande variedade de teorias visando explicar como elas se relacionam o impacto desse conhecimento no dia-a-dia. Visando o bem está, e a qualidade de vida, pois uma pessoa insatisfeita com o seu trabalho, e onde não se sente valorizada, não terá a possibilidade de produzir bem e com qualidade. A atenção, e a colaboração de um bom supervisor, também colabora nesse processo de aumento da produtividade partindo do conceito de motivação e como ela é necessária e indispensável no meio organizacional.

(Metodologia) (METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi basicamente a pesquisa bibliográfica, uma vez que, foram utilizados sites, artigos e informações disponibilizadas na internet. Podendo citar como sendo o instrumento fundamental, a décima primeira edição do livro "Comportamento Organizacional" de Stephen Robbins para identificar as diferentes variáveis motivacionais que atuam na produtividade; analisar a importância do reconhecimento do trabalho como influência no desempenho do trabalhador; e entender a relevância da visão dos executivos sobre os funcionários.

(Resultados) (RESULTADOS) Partindo do ponto que motivação é o impulso interno que nos leva a agir, podemos usá-lo como conceito inicial para auxiliar outros entendimentos. Primeiramente, utilizamos a teoria das necessidades adquiridas, onde mostra que o indivíduo se baseia em necessidades de realização, poder e afiliação. Até porque, quanto mais nos realizamos, mais nos motivamos a buscar metas maiores. Também temos de levar em conta o olhar dos executivos frente ao comportamento dos trabalhadores, e por isso Mc Gregor elabora uma teoria com o olhar positivo e outra com olhar negativo, mostrando outra forma de influência dentro da convivência organizacional. E por último tratamos da teoria de Abraham Maslow, colocando suas necessidades fundamentais como sendo: segurança, fisiológicas, sociais, estima e realização.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Os dados apresentados durante a pesquisa discriminam fatores que podem interferir tanto no seu bem-estar físico, como moral. E, para alguém ser motivado precisa de uma energia que o coloque em movimento, onde seus desejos naturais (citados acima) devem estar sanados, assim como o funcionário precisa de um incentivo direto por meio do executivo, como a demonstração positiva por um trabalho bem realizado podendo envolver elogios, aumento do salário, melhorias nas condições físicas de trabalho, uma melhor relação interpessoal também influencia nessa melhora da produtividade.

Palavras-Chave: PRODUTIVIDADE , TRABALHO, ANSIEDADE, MOTIVAÇÃO

MULHERES NO MUNDO DOS NEGÓCIOS: A EVOLUÇÃO

Autor(es):

Ricardo Antônio da Silva Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Magno Alexandre de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Thiago de Farias Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
George Henrique Rodrigues da Silva Júnior: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
José Amador de Oliveira Neto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) A evolução da mulher no mundo dos negócios ao longo do tempo, vem sendo acompanhada por ter uma grande discriminação. Desde a antiguidade a mulher era restrita ao mercado de trabalho, principalmente nas funções mais formais, antes do século XIX, elas eram disciplinadas por seus pais, após se casarem o controle era passado para o marido. Durante o século XIX, com o capitalismo e algumas consequências da guerra, ocorreram muitas mudanças na produção do trabalho feminino graças ao grande crescimento do maquinário e varias mulheres tendo que assumir suas família, as mulheres foram trabalhar a princípio com trabalhos manuais e logo em seguida nas indústrias. A explicação para esse feito se referia ao fato de o homem trabalhar para sustentar seus filhos e a mulher. Logo não havia a necessidade de a mulher receber um salário maior ou equivalente ao dos homens. Nos tempos atuais, nos deparamos com a seguinte questão: De que forma a desigualdade influencia na desenvoltura da mulher no mercado de trabalho?

(Metodologia) O procedimento metodológico utilizado no desenvolvimento deste trabalho, partiu da técnica de pesquisa bibliográfica, tem como fundamento: estudos, pesquisas e trabalhos já publicados sobre o tema. E tal escolha do tipo de pesquisa se deu pelos resultados que a mesma poderia trazer para o desenvolvimento, pois, segundo Gil (2006), Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que poderia pesquisar diariamente.

(Resultados) Podemos afirmar que, ao decorrer do tempo as mulheres foram ganhando seu espaço e conquistando seus direitos enquanto eram protagonistas de uma história que costuma privilegiar o gênero masculino. Desde 1827 onde foi imposta a primeira lei feminina no Brasil, e assim as mulheres foram conseguindo através de décadas grandes feitos para o país, formando leis e conquistas até os tempos atuais; onde em 2010 Dilma Rousseff, foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil.

(Conclusão) Juntamente com os dados apresentado na pesquisa, podemos verificar a evolução e as conquistas das mulheres ao decorrer do tempo em vários seguimentos, principalmente no mercado trabalho. Elas, cada vez mais, passam a conquistar seu espaço e competindo de igual para igual com o gênero masculino, ocupando atualmente vários cargos que eram de total predominância do sexo oposto. Porém, mesmo com as evoluções e conquistas delas no mercado de trabalho, ainda não estão em uma condição de vantagem em relação ao homem, pois continuam existindo muito preconceito e discriminação, principalmente em relação à desigualdade salarial entre os gêneros.

Palavras-Chave: Evolução, conquistas, mercado de trabalho e mulher.

O AUXÍLIO DO CONTROLE INTERNO NO PROCESSO DE GESTÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Autor(es):

Paula Izaiane de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O controle interno pode ser entendido de várias formas e ter vários conceitos, porém sua aplicabilidade visa manter a organização interna da empresa. Um dos principais objetivos das empresas é obtenção de lucros, para tanto é necessário que isso venha acompanhado da verificação de processos, com relatórios financeiros corretos evitando irregularidades, erros e fraudes, fazendo com que a empresa possa crescer de maneira ordenada. O principal objetivo deste trabalho é analisar se o controle interno auxilia o processo de gestão de uma organização contábil, esse estudo será de grande importância e relevância para a sociedade e para fins acadêmicos.

(Metodologia) Um estudo de caso, tendo uma abordagem qualitativa. Sendo uma pesquisa exploratória e descritiva. A coleta de dados para o desenvolvimento do estudo de caso foi realizada em uma empresa de contabilidade em Natal. Os dados foram coletados através da aplicação de questionários, os mesmos foram aplicados com gerentes e diretores da organização contábil em estudo na intenção de obter respostas sobre o controle interno da organização contábil. As perguntas do questionário foram do tipo abertas e fechadas e foram respondidas 35 questões.

(Resultados) Através dos dados coletados foi possível levantar que na empresa pesquisada o quadro de gestores é composto da seguinte maneira 50% são diretores, 36% são gerentes, 7% é presidente do conselho e 7% é Consultora gerencial. Durante a pesquisa, observou-se que dentre os entrevistados 50% sabia que a empresa possuía auditoria interna e os outros 50% não sabia, fator esse bastante relevante, pois os 50% que dizem não conhecer que a empresa realiza auditoria interna os próprios utilizam diariamente sistemas que fazem parte do controle interno da empresa fazendo parte assim da auditoria interna. Quando foi questionado há quanto tempo a empresa possui auditoria interna 50% não responderam, 16% disseram que há cinco anos, 17% responderam que a mais de 20 anos e 17% disseram que há 25 anos a empresa possui auditoria interna. Ao serem questionados a cerca da importância da auditoria interna 43% não souberam responder e 57% responderam qual a importância da auditoria interna para uma organização. Dentro desse quesito de auditoria interna ou controle interno propriamente dito observei que a empresa possui algumas fragilidades no sentido de que os próprios funcionários não sabem se existe auditoria interna e controle interno na organização dessa forma existe alguns pontos que podem melhorar dentro da gestão organizacional da empresa. A empresa possui e usa organogramas, observou-se que existe uma copia de fácil acesso e todos tem conhecimento. A mesma também possui manuais internos de organização e todos os funcionários tem acesso. Com relação às atribuições e responsabilidades dos funcionários seções, divisões, departamentos e gerência 93% responderam que estão claramente definidas nos manuais internos e 7% disseram que não estão claramente definidas. Os departamentos da empresa como contábil, fiscal, pessoal, para legal e financeiro estão definidos nos manuais internos.

(Conclusão) Conclui-se que o auxílio do controle interno na gestão de uma organização contábil é de fundamental importância, a empresa em questão faz uso de alguns controles internos porém as irregularidades encontradas é que a metade dos gestores não sabem ou não conhece que a empresa faz uso de controles internos e que possui auditoria interna. Sendo assim é necessário fazer um trabalho de reconhecimento e explanação com os gestores acerca da importância dos controles internos utilizado por eles próprios.

Palavras-Chave: controle interno, organização, gestão, irregularidades

O CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Autor(es):

Allana Lopes da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca avaliar os controles internos relacionados à movimentação financeira e operacional na empresa ALS Consultoria Empresarial Ltda., no intuito de proporcionar um modo mais adequado e transparente dos gestores planejar, dirigir e controlar suas operações, indo além da simples observação e supervisão empírica das pessoas envolvidas. Sabe-se que, apesar da maior parte dos dados para a efetuação da Controladoria ser de origem contábil, a sua atuação não está reduzida a administrar o sistema contábil da organização. Ela tem uma abrangência maior, transformando-se num verdadeiro banco de dados que subsidia os executivos da companhia com informações importantes ao processo de tomada de decisões, incluindo, também, dados de natureza física e qualitativa.

(Metodologia) Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e de dados colhidos na empresa ALS Consultoria Empresarial Ltda., através de questionário sobre o funcionamento do escritório com os responsáveis em gerenciar as atividades. As fontes bibliográficas que contemplam aspectos conceituais e pesquisas disponíveis em livros, artigos científicos, revistas contábeis, sites especializados na área e teses relacionados ao tema. Já o questionário foi elaborado com perguntas de fácil entendimento para que fossem dados respostas claras e objetivas para uma melhor e rápida análise dos dados apresentados.

(Resultados) Com a análise dos dados coletados através do questionário aplicado, poderemos verificar qual a deficiência que o escritório apresenta na sua maneira de controlar as atividades e sua estrutura organizacional e qual a sua meta a alcançar com um novo processo de controle interno. Com isso pretendemos mostrar aos gestores que com aplicação de um plano organizacional visando adquirir um comportamento focado em resultados, dotando a empresa de uma base informativa confiável para obter informações adequadas para auxiliar seus clientes nas tomadas de decisões, relatórios contábeis mais confiáveis e mais atualizados. Tornando assim a funcionalidade do escritório mais precisa e eficaz.

(Conclusão) Neste trabalho, conforme especificado na problemática do tema, pôde-se constatar que os gestores da empresa ALS Consultoria Empresarial Ltda. não poderão tomar decisões mais objetivas e corretas, sem que estejam apoiados em informações claras e precisas, as quais serão obtidas através de um controle interno bem planejado e executado. As respostas obtidas através do questionário apresentado a empresa nos proporcionaram um maior conhecimento sobre a mesma bem como permitiu apresentar uma proposta de Sistema de Controle Interno mais enxuto e eficaz.

Palavras-Chave: Informações; Gestão organizacional; Controle Interno

O CONTROLE INTERNO NO GERENCIAMENTO E EFICÁCIA DAS EMPRESAS

Autor(es):

Allyson Sousa Pereira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Pedro Paulo Lima Barreto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Jonathan Rodrigues Cavalcante Carapuça: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fabiano Moreira Gomes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josean Silvestre Spinola : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente o enfoque dado, tanto pela imprensa como no meio empresarial, é que o controle interno tem um viés forte no controle de fraudes. Mesmo que essa visão seja verificada e comprovada, este trabalho terá como objetivo ressaltar a importância dos controles internos em condições normais dos negócios, voltado para o gerenciamento e eficácia das empresas como fonte de informação para um bom planejamento e gestão empresarial. Trazendo tal discussão, espera-se quebrar a aversão que os administradores e gestores têm em relação aos controles internos.

(Metodologia) Metodologicamente este trabalho será suportado por livros, artigos e documentos sobre o assunto, trazendo conceitos acadêmicos sobre gestão, planejamento e controle, bem como diversas informações obtidas através do controle interno que possam corroborar nas análises e decisões de planejamento e gestão empresarial.

(Resultados) Observando e cruzando os objetivos do controle interno e da gestão e planejamento, tem-se a nítida visão que o controle interno possui uma grande utilidade para realizar avaliações do processo de gestão. Em análise de artigos e conceitos apresentados por autores tem-se observado a intrínseca conexão entre as informações obtidas com um processo de controle interno voltado a salvaguardar o patrimônio da empresa, e também garantir a fidedignidade da exatidão contábil com a gestão estratégica da empresa, principalmente em meio a crise, pois a qualidade da gestão, neste contexto, estaria mais ligado a eficiência interna do que propriamente a alavancagem financeira, fusões ou aquisições. Verifica-se também que uma empresa que adota o controle interno tem de forma rápida e quase que instantânea a percepção de algum desajuste entre a decisão e a execução, favorecendo-a no alcance das causas, e tornando mais assertivo qualquer ato de correção.

(Conclusão) Fazendo alusão às palavras de Bernstein e Damodaran, processos gerenciais tendem a preservar o valor da empresa para os acionistas, neste aspecto o controle interno, por ser uma dimensão da gestão do empreendimento, pode ser considerado como fator de preservação do valor do acionista. Almeida em seu livro - auditoria: um curso moderno e completo, diz: "O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com objetivo de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa". Esta visão pode nos levar a concluir que o controle interno seria um processo estruturado que gera informações para que os administradores da empresa possam, de forma substanciada, alcançar seus objetivos, ou seja, baseado nessa visão podemos desassociar o que normalmente se vê, um controle interno correlacionado apenas a rotinas; não que essa característica seja perdida na adoção do controle interno, mas os resultados, e as informações proporcionadas pela adesão a essa ferramenta traz ao administrador uma visão real, proporcionando segurança em suas decisões.

Palavras-Chave: Controle Interno, Gestão, Modelo de gestão e informação.

**O CRUZAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS FEDERAIS NO ÂMBITO DO SPED SOB A ÓTICA DO
PROFISSIONAL CONTÁBIL**

Autor(es):

Bruna Dias Drummond Banhos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) As empresas modernas, independentemente de sua dimensão estão inseridas num mercado caracterizado pela globalização da economia por uma intensa competitividade no desenvolvimento de novos produtos e serviços na disputa pelos clientes. O Brasil é um país que apresenta uma elevada carga tributária o que demanda esforços feitos em detrimento do cumprimento das obrigações tributárias, nessa perspectiva, o objetivo deste estudo tem como finalidade apresentar a importância para o profissional de contabilidade a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e sua aplicabilidade no âmbito do cumprimento das obrigações tributárias junto a Receita Federal.

(Metodologia) Foi feita uma abordagem qualitativa com caráter descritivo, cuja pesquisa registrou, analisou e identificou o estudo de caso por meio de um questionário com perguntas e respostas fechadas, aplicado e respondido por 30 profissionais da área contábeis de uma empresa de contabilidade de Natal – RN. E teve como ponto principal os benefícios e dificuldades proporcionados pela implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

(Resultados) A maioria dos respondentes têm graduação (75%) e 5% dos pesquisados eram técnicos em contabilidade. Quanto ao setor de trabalho, 85% atua nas áreas contábil e fiscal conjuntamente, porém 87,5% utiliza o SPED e 40% há mais de 5 anos. Adicionalmente, os profissionais foram pesquisados quanto às dificuldades e os benefícios que o SPED trouxe para as suas áreas de atuação, onde as opções foram múltipla escolha com o fim de colher opiniões de acordo com as alternativas propostas. De acordo com os respondentes que utilizam o SPED, o maior desafio encontrado no dia a dia, foi a falta de dados ou informações incompletas (57,14%), o que é compreensível diante das muitas variáveis solicitadas no programa. A obrigatoriedade do SPED, aliada à complexidade das informações das informações solicitadas e à falta de conhecimento, segundo item apresentado como maior dificuldade (51,43%), pode gerar, em consequência, grandes inconsistências nos dados apresentados, ocasionando penalidades aos contribuintes. Todavia o benefício mais citado pelos que utilizam o Sistema de Escrituração Digital (SPED) foi a escrituração mais confiável (80%), seguido da melhoria na qualidade da informação (65,71%), também percebemos que 47% domina os vários cruzamentos realizados pela Receita Federal relativo ao SPED, no entanto o número de pessoas que desconhecem essa realidade referente aos cruzamentos acessórios impostos pela Receita Federal é preocupante. Outra informação importante coletada na pesquisa foi a utilização das diversas obrigações disponíveis no âmbito do SPED pelos pesquisados, na qual chegamos a conclusão que aproximadamente 18% utilizou mais de 5 obrigações do SPED, porém a grande maioria, 63% utilizou de 1 a 2 módulos de obrigações relativas ao SPED, o que nos faz perceber que ainda é necessário mais conhecimento referentes ao sistema para que os profissionais tenham domínio eficiente direcionados para o novo sistema.

(Conclusão) As empresas já despertaram para a necessidade de planejar, controlar e acompanhar as atividades operacionais, considerando que os serviços contábeis torna-se ferramenta fundamental para auxiliar nesse processo. Assim, com essa nova era digital o SPED constituiu-se em uma revolução, transformando a contabilidade do papel para e era digital gerando significativa redução dos custos, aumentando a celeridade do processo e auxiliando no combate à sonegação.

Palavras-Chave: SPED, cruzamento das obrigações acessórias, contabilidade, profissional contábil, Receita Federal.

OBSERVÂNCIA DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO NATAL/RN

Autor(es):

Leonardo César Fernandes de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Gerlane Barbosa de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Janaina Ferreira de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins: Docente do UNI-RN

(Introdução) A transparência das contas públicas é um assunto cada vez mais atual e pertinente nas discussões a cerca de gestão governamental e suas atividades perante a lide. Devido às práticas de corrupção e as fraudes que são descobertas constantemente, fazem com que os contribuintes fiquem mais atentos com relação aos seus direitos e sigam em busca de dados públicos de seu interesse. Em meio este cenário, foi aprovada a Lei Federal nº 12.527, de 2011, publicada em 18 de novembro de 2011, constituindo-se, dessa forma, a Lei de Acesso à Informação Pública - LAI, regulamentada na esfera federal pelo decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Essa Lei visa regulamentar o acesso à informação pública no Brasil, com o objetivo de proporcionar à sociedade a fiscalização dos recursos públicos, através dos sítios eletrônicos de qualquer órgão ou entidade. Partindo-se do pressuposto de que todos os órgãos e entidades são obrigados a divulgar as informações de interesse coletivo sob a orientação da Lei de Acesso a informação, o presente artigo tem como finalidade verificar se o acesso às informações públicas da Prefeitura do Natal/RN é garantido à população e está em conformidade com a LAI e também contribuir para a literatura sobre o tema, além de informar a população de que é possível acompanhar e fiscalizar a destinação dos recursos públicos, através dos sítios eletrônicos. A pesquisa é de grande importância e relevância para os moradores do município do Natal/RN, pois na busca de seu objetivo, revelará se a prefeitura, enquanto suas publicações obedecem as exigências previstas na LAI.

(Metodologia) O presente artigo, de caráter científico, enquanto sua natureza trata-se de uma pesquisa aplicada, caracterizada como descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de um levantamento preestabelecido com base nas determinações da Lei de Acesso à Informação – LAI. Para compor a amostra, foi selecionada a prefeitura do Natal, de um universo de compreende todos os municípios do Rio Grande do Norte. A coleta dos dados foi realizada a partir das informações encontradas no endereço eletrônico da Prefeitura, a fim de descobrir se ela se enquadra nas determinações da LAI e segue seu regimento, visto que está subordinada à fiscalização da Controladoria Geral da União – CGU. Para a análise dos dados utilizou-se uma tabela com a listagem de 10 questões baseadas nos artigos da LAI disponibilizadas pela CGU no próprio site da Prefeitura, em um espaço denominado RANKING MUNICÍPIOS.

(Resultados) Os resultados foram obtidos a partir de um relatório divulgado pela CGU intitulado por ESCALA BRASIL TRANSPARENTE (EBT) no qual aponta 10 questionamentos em relação à Lei de Acesso à Informação, o relatório é um indicador onde avalia o grau de cumprimento de dispositivos da LAI. A análise dos dados foi realizada pela EBT em dois momentos, o primeiro se dispôs no período de 01/04/2015 a 24/04/2015, e o segundo de 07/08/2015 a 13/10/2015.

(Conclusão) Os resultados encontrados demonstraram que a Entidade embora siga os regimentos da LAI, não está em total conformidade com os dispositivos da Lei, visto que a média atribuída à Prefeitura do município pela CGU está em torno de 7,5. Constatou-se que a Entidade cumpre os itens básicos da LAI, desde o espaço para pedidos de acesso à informação até a disponibilização de gráficos com os índices de pedidos negados e respondidos, que em 2015 do total de 170 pedidos, 152 foram respondidos, atingindo um percentual de 89% de atendimento.

Palavras-Chave: Transparência. Lei de Acesso à Informação Pública - LAI. Escala Brasil Transparente. Recursos Públicos.

OS EFEITOS DA CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

Autor(es):

Larissa Souza Campelo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Thágmara Kelly Santos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Clara Monte Antunes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josefa ElcinÁlia Ribeiro Cavalcante: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Marjory Oliveira da Costa Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tributo é uma obrigação de pagar, prevista por lei. Nessa lógica, temos o artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN) dispendo o assunto nos seguintes termos: Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. Existem dezenas de tributos exigidos em nosso país, entre impostos, taxas e contribuições. O Brasil não possui a maior carga tributária do mundo, mas segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), pela 5ª vez o Brasil segue na última colocação no ranking de 30 nações, que mede o retorno oferecido em termos de serviços públicos de qualidade à população em relação ao que o contribuinte paga em impostos. O excesso de tributação vem inviabilizando muitas operações e, portanto, causando efeitos negativos na sociedade brasileira no decorrer dos anos. Com isso, o objetivo desse estudo é apurar os possíveis efeitos da carga tributária brasileira.

(Metodologia) O presente estudo está fundamentado em pesquisas explicativa e bibliográfica, com base em valores e dados obtidos em artigos periódicos, anais de congresso e nos sites da Receita Federal e BM&FBOVESPA.

(Resultados) Após exploração e análise de dados disponíveis sobre carga tributária no período de 2006 a 2015, verificou-se de maneira geral que os resultados mostram um efeito negativo do aumento da carga tributária sobre o crescimento econômico (Demétrio Gomes Crisóstomo, 2015; Revista Exame, 2016). Esse aumento funciona como um obstáculo para a exportação, desestímulo do emprego formal e crescimento do incentivo à sonegação. Essa alta carga onerosa causa um forte impacto em toda a sociedade brasileira, tanto nos trabalhadores que terão que trabalhar mais horas para pagar seus tributos, como nos empresários que investirão menos.

(Conclusão) Há indícios de que a carga tributária brasileira está se colocando como uma barreira ao crescimento de longo prazo da economia brasileira, ao invés de aliar-se revendo essa alta carga tributária: incentivando o investimento do empresário, valorizando o trabalhador e possibilitando condições para a criação de pequenas e micro-empresas que irão gerar novos trabalhos e assim aquecer o setor produtivo da economia, que é fundamental para o aumento do poder aquisitivo da sociedade. Esse aquecimento da produção causaria uma maior arrecadação da base de contribuição e indubitavelmente auxiliaria o governo na execução de suas funções, havendo estímulo à sociedade, de maneira igualitária e justa quanto à capacidade contributiva e quanto aos recursos possuídos, de forma que a saúde, a segurança, o transporte e a educação sejam bem distribuídos e resulte numa melhor qualidade de vida para todos. Portanto, pode-se concluir que o objetivo do estudo de mostrar os possíveis efeitos da carga tributária brasileira foi alcançado.

Palavras-Chave: Carga tributária, sociedade brasileira, economia.

OS IMPACTOS E BENEFÍCIOS DO SPED FISCAL, EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE ALIMENTOS

Autor(es):

Paulo Ferreira Malveira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Fabiana Alanna Silva de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Francisco Gomes de Oliveira Sobrinho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN
Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN
Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) No mundo globalizado em qual vivemos, a tecnologia vem crescendo de forma muito rápida em todos os processos humanos, no qual vêm modernizando cada vez mais os sistemas de informação, atingindo todos os ramos; um dos sistemas que surgiu na Contabilidade foi o SPED Fiscal, no qual auxiliam o físico na minimização da sonegação fiscal, preservando o relacionamento das administrações tributárias nas três esferas do governo com o contribuinte, surgindo assim um novo tipo de relacionamento baseado na transparência mútua com reflexos positivos para sociedade, com isto, o presente trabalho tem por objetivo, analisar os impactos e benefícios da implantação do SPED FISCAL, em uma empresa do ramo do comercio varejista de alimentos.

(Metodologia) Para resolução dos problemas e o alcance dos objetivos, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva e exploratória, pelo motivo de envolver pesquisa em literaturas, e trabalhos científicos; Foram aplicados questionários á oito colaboradores, sendo eles, analista contabil, contador, gerente financeiro e diretor financeiro nos quais utilizam o SPED na entidade analisada, o mesmo contendo oito perguntas fechadas e quatro perguntas abertas, descrevendo as características da determinada população e fenômenos.

(Resultados) Analisando os questionários respondidos pelos colaboradores da entidade, os quais são responsáveis pela implantação e execução do SPED Fiscal na entidade, tendo os mesmo em media 10 anos de experiência na área, podemos observar que ao entrar em vigor a obrigatoriedade do SPED Fiscal, a empresa não foi prejudicada pelo prazo, formalizando a implantação no prazo exigido pela receita, no qual a mesma precisou atualizar o seu software parametriza ló com o auxilio de serviços de terceiros. Analisando as influencias da implantação no setor pessoal, analisa-se que não houve qualquer alteração no quadro de funcionários envolvidos na área, para que fosse possível suprir as necessidades existentes, mas sendo necessário treinamento de capacitação dos mesmos. Observa-se que os principais benefícios da implantação no novo sistema foram a redução da sonegação fiscal, eliminação do papel, a redução das obrigações acessórias, organização e agilidade no processo de escrituração fiscal e a melhoria na qualidade da informação, e os principais impactos foram a necessidade de desenvolvimento do sistema, as alterações nas rotinas e procedimentos da empresa, necessidade de treinamento nos setores responsáveis pelo lançamento das notas fiscais, as necessidades de novos investimentos e as adaptações par atender as exigências.

(Conclusão) A implantação da nova forma da escrituração fiscal, o SPED Fiscal, apresentou diversos benefícios e impactos ao setor de contabilidade da empresa analisada, diante do exposto podemos concluir que a implantação reduziu os custos nos processos de escrituração, trouxe maior agilidade e segurança das informações, pelo motivo de unificar as informações eletrônicas do comercial e fiscal, ou seja a recepção, a validação, armazenamento e a autenticação dos dados em uma única vez, sem ser necessário realizar todos esses processos em todos os órgão, enviando todos pelo SPED, os órgão tem o acesso disponível em ate 6 anos quando precisar consultar qualquer informação.

Palavras-Chave: SPED FISCAL, IMPACTOS, BENEFÍCIOS, SPED

PORTO SEGURO: UM ESTUDO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL DE 2014 E 2015 UTILIZANDO ÍNDICES ECONÔMICOS-FINANCEIROS PARA TOMADA DE DECISÕES

Autor(es):

Francisco Galdino da Silva Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Gecylene Nascimento Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Maria Lucimar Lopes de Araujo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Gabriela Dantas de Lima : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Em todas as áreas de atuação, o mercado está cada vez mais competitivo. As empresas, em busca de diferenciais para manterem-se atuantes no cenário empresarial e obterem sucesso nas suas operações, bem como na melhor maneira de tomar decisões, estão trabalhando cada vez mais com a otimização de recursos e implementando novas estratégias gerenciais. Em razão disso, a presente pesquisa teve como objetivo realizar uma análise dos principais demonstrativos financeiros, levantando informações a respeito da situação financeira e econômica da empresa em estudo.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, na busca de analisar e apresentar de forma mais estruturada as informações coletadas, fazendo com que assim se desenvolva conceitos, ideias e entendimento a partir de padrões encontrados na pesquisa, contribuindo para a construção de um referencial teórico sobre uma grande empresa nacional e analisar sua rentabilidade e posição no mercado financeiro, com a possibilidade de inferir sobre os números registrados em suas demonstrações financeiras.

(Resultados) (RESULTADOS) O Estudo demonstra que a empresa está enfrentando problemas em gerar fluxo de caixa suficiente para pagar suas despesas com juros, ou seja, possui um índice de cobertura de juros baixo, conforme apontado na Análise Horizontal, onde mostra que a empresa regrediu em 44%. Como apontado nas demonstrações financeiras da Porto Seguro S/A, através de nota explicativa, o Índice de Rentabilidade teve um crescimento anual no Lucro Líquido recorrente (sem "Business Combination"), atingindo R\$ 1.009,1 milhões, aumento de 14,2% e o ROAE de 18,6% e crescimento de 1,4 p.p. em relação ao resultado de 2014. Na Análise de Mercado, segundo Notas Explicativas da Instituição, o lucro por ação básico foi apurado e é igual ao lucro por ação diluído, ou seja, Lucro por ação de (R\$) 3,0639 para 2015 sendo que no ano de 2014 obteve (R\$) 2,7091. De modo que o índice vem crescendo, esse é um número que chama a atenção de muitos participantes do mercado.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) Buscou-se neste trabalho mostrar que uma análise financeira e econômica detalhada para a empresa é indiscutível, tanto para facilitar a tomada de decisão quanto para direcionar investimentos futuros. Sabemos que o lucro é uma das variáveis mais importantes da análise fundamentalista, mas, ao invés de observar apenas a evolução do lucro total, o investidor deve se preocupar também com o lucro por ação. Há situações nas quais o lucro por ação consegue se elevar em uma proporção superior ao incremento do lucro total. Diante do cenário apresentado constatou-se que a oscilação cambial não prejudicou a empresa a Porto Seguro SA, que vem mantendo seu desempenho crescente.

Palavras-Chave: Índice Financeiro; Demonstrações Financeiras; Mercado

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E CONCESSÃO DE CRÉDITO NO COMBATE À INADIMPLÊNCIA EM UMA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: ESTUDO DE CASO NA MULTDIA

Autor(es):

Edenilson Heury Belisio de Araujo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com avanço do crescimento econômico do país as grandes Indústrias estudam formas de atraírem seus novos clientes oferecendo-lhes vastas opções de vendas e formas de pagamentos, com isso é importante saber controlar e gerir todos os procedimentos que serão utilizados na análise e concessão do crédito. O presente trabalho teve como objetivo geral recomendar procedimentos de análise e concessão de crédito a uma empresa como fonte de combate a ações de inadimplência em uma empresa atuante no segmento industrial de alimentos em Macaíba/RN. Para tal, se fez uma análise dos processos internos e sua importância ao identificar clientes inadimplentes, bem como os motivos apresentados por se encontrarem nesta situação. A fundamentação teórica foi construída com base em pesquisa bibliográfica, assim como o estudo de campo se deu através da análise do ambiente da empresa em estudo, bem como da utilização de documentos e sistemas próprios da empresa.

(Metodologia) O trabalho é uma pesquisa qualitativa afim de medir o grau de informações da empresa através de uma entrevista, coletando os dados e informações para formar uma avaliação nos processos políticos e de análise de crédito trazendo o ponto a ser trabalhado.

(Resultados) Após todo processo de análise foi verificado que para haver uma política de crédito e cobrança que se torne eficaz no combate a inadimplência, uma série de ações são necessárias para melhorar e fortalecer o combate a futuros danos à empresa, bem como a principal delas será elaboração de um plano de liberação de crédito bem estruturado e seguindo passo a passo procedimentos bem rígidos para que assim favoreça tanto Multdia Indústria e Comercio S.A. como os seus clientes, enfim, acredita-se que as ações propostas são viáveis, visto que a empresa é de grande porte e possui estrutura para tal.

(Conclusão) Ao final do trabalho torna-se importante salientar que os resultados encontrados somente serão identificados em longo prazo, fazendo necessária a implantação das ações de liberação de crédito e monitoração dos clientes inadimplentes. Contudo, para a empresa encontrar um resultado positivo todos os envolvidos no processo precisam estar envolvidos com a empresa e reforçar as políticas com atitudes positivas e rígidas seguindo as ações de liberação do crédito. Propõe-se adotar uma política de crédito centralizada e não diferenciada, ao menos em relação aos clientes de pequeno porte. Além disso, se faz necessário uma comunicação saudável entre todos os funcionários da empresa não importando do local onde se encontram. A proposta sugerida é que a Multdia Indústria e Comercio S.A faça sempre uma análise minuciosa de um cliente em potencial para que este não migre para a concorrência em razão da pouca flexibilidade com os prazos de pagamento e com a pouca confiança que é depositada.

Palavras-Chave: concessão de crédito, indústria de alimentos.

PROVÁVEIS MOTIVOS QUE LEVAM AS PESSOAS A COMETEREM FRAUDES CONTÁBEIS NAS ORGANIZAÇÕES

Autor(es):

Josivânia Kelly Flor de Lima Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Larissa Albertina Borges de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ingrid Beatriz Santana da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O principal objetivo da Contabilidade é demonstrar a situação patrimonial das empresas. Para que esta situação empresarial siga um padrão e seja possível fazer comparações mantendo uma fidelidade quanto à realidade encontrada, existem os princípios e normas contábeis. No entanto, podem existir pessoas mal intencionadas dentro da empresa que divulguem informações distorcidas, demonstrando uma situação que seja favorável para a empresa com o intuito de atrair novos investidores ou obter vantagem, hábito conhecido como fraude contábil. Ou podem ocorrer erros involuntários no exercício da profissão contábil, como por exemplo, digitação de número a mais ou a menos, lançamento de contas a débito onde deveria ser feito a crédito, etc. A diferença entre fraude e erro está na intenção da pessoa que o comete. Enquanto a fraude é uma ação premeditada para lesar alguém, onde se utiliza da contabilidade para representar fatos inexistentes ou sem veracidade, o erro se caracteriza por ser involuntário nas demonstrações contábeis e sem intuito de causar dano. Diante do exposto, este trabalho objetiva-se em demonstrar os prováveis motivos que levam as pessoas a cometerem fraudes contábeis nas organizações.

(Metodologia) A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. Sendo assim, quanto ao procedimento técnico esta pesquisa caracteriza-se como sendo bibliográfica, pois se caracteriza por apresentar informações já existentes em documentos de domínio científico e, quanto à abordagem do problema, é qualitativa por ser analisado o contexto de fraudes e erros ocorridos nas demonstrações contábeis das organizações.

(Resultados) Nessa pesquisa pôde-se observar que, na maioria das vezes, as fraudes são praticadas por pessoas que possuem autoridade, sobretudo quando acumulam funções. Isto geralmente ocorre quando não há controle interno adequado ou suficiente. Os resultados apontam que dentre os motivos mais frequentes para a ocorrência de fraudes, destacam-se os seguintes: 1) Falha no sistema de segurança: a pessoa propicia a cometer fraude encontra uma oportunidade na falha do sistema de segurança da empresa; 2) Motivos financeiros: com o intuito de pagar dívidas ou adquirir bens os empregados cometem atos ilegais por necessidade financeira; 3) Insatisfação profissional ou vingança: o sentimento de desvalorização profissional causa intenção de fraude; 4) Irregularidades generalizadas: ocorre quando funcionários realizam atividades ilegais na empresa e não são punidos. Ao ver isso, outros irão achar que também podem fazer sem que sejam descobertos; 5) Sedução pelo perigo: atividade ilegal realizada por pessoas que sentem prazer em burlar as leis e desenvolver esquemas fraudes. Observa-se ainda que, quando implicam em volumes maiores, as fraudes geralmente ocorrem mediante formação de conluio, sendo desta forma, mais difícil a detecção.

(Conclusão) Por meio da pesquisa foi possível perceber que a diferença básica entre a fraude e o erro está na intenção ou não em cometer a irregularidade. Para evitar fraudes é necessário que o gestor informe-se melhor sobre os funcionários que contrata, do seu comportamento no emprego anterior e que tenha um controle interno eficiente. As fraudes não prejudicam apenas a empresa, pois esta, bem como os usuários externos, toma decisões com base nas informações irreais fornecidas. Além disso, tendem a “sujar” o nome da empresa, podendo, inclusive, levá-la a situação de falência.

Palavras-Chave: Fraudes Contábeis. Erros Contábeis. Motivos que Levam à Fraude.

RECRUTAMENTO E SELECAO DE PESSOAS

Autor(es):

Dara Mirian Marinho da Silva de Moura : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Danielly Ribeiro de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Filipe Honorato Dantas dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Wendya Santos Oliveira Rocha: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

André Augusto Lima Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: O Recrutamento e Seleção de Pessoal é um instrumento de extrema importância para uma organização. De acordo com Chiavenato (2000, p.198) “o objetivo do recrutamento consiste em atrair candidatos e, para que seja eficaz, deverá fazê-lo em número suficiente para fornecer o processo de seleção”. Quando bem administrado, este processo traz benefícios tanto para o empregador quanto para o candidato a ser admitido. Este trabalho tem como objetivo compreender a forma pela qual o processo de recrutamento e seleção pode ser abordado como uma ferramenta estratégica de gestão de pessoas nas organizações atuais.

(Metodologia) METODOLOGIA: A fim de atingir o objetivo deste artigo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Foram consultados artigos na Internet e livros, buscando coletar e descrever informações sobre a importância e técnicas empregadas no processo de recrutamento e seleção, na organização e formação de empresas, bem como identificar as competências necessárias que um candidato ao assumir um cargo deverá possuir para diminuir riscos e custos nos processos, por tratar-se de ferramentas valiosas para um bom desempenho e valorização das empresas no mercado competitivo de negócios.

(Resultados) RESULTADOS: O recrutamento nunca teve importância tão significativa nos resultados de uma empresa como no mercado atual, uma prática bem desenhada, integrada e praticada terá um impacto positivo na empresa e o inverso, um resultado devastador. Além de considerar que as pessoas e seus conhecimentos e habilidades mentais passam a ser a principal base da nova organização, a antiga forma de administração de Recursos Humanos (RH) cedeu lugar a uma nova abordagem nomeada Gestão de Pessoas. Nessa nova concepção, as pessoas deixam de ser simples recursos (humanos) organizacionais para serem abordadas como seres dotados de inteligência, personalidade, conhecimentos, habilidades, destrezas, aspirações e percepções singulares. São os novos parceiros da organização (CHIAVENATO, 2006). O recrutamento envolve um processo que varia conforme a organização. Em muitas organizações, o início do processo depende de decisão da linha. O órgão de recrutamento não tem autoridade de efetuar qualquer atividade de recrutamento sem a decisão por parte do órgão que possui a vaga a ser preenchida. Para isso utilizam-se alguns instrumentos na seleção, como aplicações de testes técnicos e comportamentais, entrevista de seleção por competências e avaliações psicológicas para que se possa traçar o perfil do candidato e ter a máxima clareza sobre o mesmo (SILVA, 2005). Num ambiente em constantes transformações onde a vantagem competitiva das empresas está na atuação sinérgica dos seus colaboradores, competência como a comunicação, relacionamento interpessoal, cooperação, habilidade em lidar com mudanças, solução de problemas e conflitos, visão sistêmica e empreendedora tem sido o diferencial na escolha dos candidatos (CHIAVENATO, 2006).

(Conclusão) CONCLUSÃO: Diante desse cenário, este estudo atingiu o seu objetivo, pois destacou, por meio de vários estudos, que a escolha de pessoas é fundamental e deve ser feita da melhor e mais eficiente forma possível, visando o benefício da empresa. A empresa tem grande chance de obter sucesso, com base nas pessoas que a compõe. Por isso, o processo de seleção merece atenção especial, já que é ele que vai definir, por diferentes modos e com diferentes estratégias, qual candidato ficará com a vaga. Sabendo-se que todo processo de seleção deve ter um planejamento estratégico, com objetivos de longo prazo, para que eventuais ocorrências não venham a prejudicar o bom andamento da empresa, principalmente se os substitutos não forem eficientemente selecionados.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Recrutamento, Seleção, Gestão de Pessoas.

SPED - OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PROFISSÃO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Autor(es):

Ana Cláudia de Oliveira Adalgiso: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Lucinara Gomes dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rusca Mirachily Batista Beserra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maira Rubia de Almeida Feitosa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Gilson Vieira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O Sistema Público de Escrituração Digital – (SPED), alcança por meio do avanço tecnológico da informatização a função da modernização da relação entre os órgãos públicos fiscalizadores, federais, estaduais e municipais e os contribuintes pessoas jurídicas e pessoas físicas, objetiva a entrega e o processamento por meio de fluxo único de informações desses contribuintes. Esta pesquisa tem como objetivo mostrar os desafios e perspectivas aos profissionais de Ciências Contábeis diante de uma realidade atual do avanço tecnológico que impacta cada vez mais os aspectos econômicos, no desenvolvimento das suas atividades profissionais resultantes dos registros no SPED, das informações dos fatos patrimoniais dos contribuintes.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Esta pesquisa utilizou-se de fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica compreende a análise de livros, teses, dissertações, legislação, artigos científicos e sites especializados; contribuindo assim para construção de um referencial teórico do Sistema Público de Escrituração Digital - (SPED) e o profissional de Ciências Contábeis.

(Resultados) (RESULTADOS) O SPED trouxe inovações e implementações tecnológicas, por parte do fisco, e metodologias aos contribuintes com o intuito de fiscalizar melhor as entidades. As transmissões das informações no SPED buscam a integridade dos registros, editando constantemente normas para melhor formalização dos registros com o intuito de gerar informações confiáveis e pertinentes aos fatos patrimoniais. O SPED é ambicioso tanto para as empresas e os contabilistas quanto para o Fisco, mas com certeza contribuirá com benefícios a todos os envolvidos. Para os órgãos arrecadadores, o crescimento da base contributiva e da confiança no sistema; para as empresas, com uma competição mais justa com todos do sistema econômico participando nas condições semelhantes; para a sociedade, a depender de decisões políticas e econômicas, com a redução da carga tributária e para os contabilistas uma grande folga, que poderão ocupar seu tempo com atividades mais complexas na missão de contribuir para o desenvolvimento nas organizações. É uma nova realidade que faz prever novos cenários, novos desafios e novas perspectivas para os contabilistas e empresários brasileiros. Diante desses novos cenários, a profissão contábil, embora do ponto de vista técnico e científico continuem preservados os pilares básicos das ciências contábeis, modernamente o modus operandi da contabilidade encontra-se em processo constante de sofisticação e evolução das suas atividades auxiliando as organizações no mercado altamente competitivo. O trabalho do contabilista continuará imprescindível para que o sistema funcione corretamente. As empresas contábeis não somente de grande porte como também os médios escritórios que dispõem de uma equipe melhor qualificada para esse atual momento consolidam a sua participação nesse novo mercado e oferecem profissionais da sua equipe para assessorar as empresas na gestão, nas tomadas de decisões e no cotidiano da companhia.

(Conclusão) (CONCLUSÕES) O SPED leva para um futuro próximo os profissionais da Ciência Contábil a precisarem também avançar na nova realidade, quebrando os paradigmas outrora vividos, de que a contabilidade é utilizada somente para fins de atender o fisco dos órgãos públicos passando a ser um apoio à gestão das organizações nas tomadas de decisões. Ao contabilista resta uma reflexão propondo alternativas na sua agenda profissional, que possa usufruir melhor os novos desafios que o cenário lhe oferece. O Brasil está passando por grandes transformações com alterações e inovações na legislação contábil e os profissionais da contabilidade precisam participar ativamente desse momento. A contabilidade passa por novo caráter de intelectualidade pela constante evolução e sofisticação da profissão utilizando a tecnologia para integração e compartilhamento de informações.

Palavras-Chave: SPED, Avanços Tecnológicos, Profissional de Ciências Contábeis.

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Autor(es):

Icaro Henrique Gois de Medeiros: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Eider Rocha de Farias Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Gleydson Dantas de Andrade: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Rodrigo Aguiar Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

José André Gomes dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sustentabilidade empresarial é um conceito de suma importância e deve ser difundido no mercado empresarial como forma de desenvolvimento organizacional tanto na parte socioeconômica, social e ambiental. Do ponto de vista econômico a sustentabilidade presume que as empresas devem dar um retorno economicamente satisfatório. Em termos sociais, a entidade carece de adaptar-se às exigências de trabalho, adotando a produção mais limpa, dispendo-se para a conscientização de uma cultura ambiental organizacional, aderindo também uma postura de compromisso ambiental. Portanto essas organizações empresariais necessitam de um equilíbrio nas três dimensões da sustentabilidade empresarial para conseguir um bom sucesso no mercado exigente que predomina atualmente. O presente trabalho teve como objetivo descrever a importância da sustentabilidade empresarial.

(Metodologia) Este trabalho está baseado nos estudos exploratórios por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos científicos e livros disponíveis no acervo da biblioteca do UNI RN. A seleção da amostra foi feita através de critérios estabelecidos, onde, foram selecionados apenas os livros e artigos que correspondem ao tema em discussão.

(Resultados) A Sustentabilidade Empresarial é um conjunto de ações que uma empresa realiza, visando o respeito ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Logo, para que uma empresa seja considerada sustentável ambiental e socialmente, ela deve adotar atitudes éticas e práticas que visam seu crescimento econômico sem agredir o meio ambiente e também colaborar para o desenvolvimento da sociedade. Integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial é como ter um selo de qualidade reconhecido pelo mercado como empresa que atua com sustentabilidade e contribuem para o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas. As empresas listadas na Bolsa de Valores, (BM&FBOVESPA), tem a finalidade de criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade e estimulam práticas e investimentos em empresas sustentáveis que geram valor para o acionista, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. As empresas não sobreviverão se não encararem a sustentabilidade como assunto primordial de sua estratégia de negócios, Sustentabilidade dá lucro e ótimo reconhecimento no mercado mundial.

(Conclusão) Conclui-se que, atualmente as empresas estão exercendo um papel relevante em relação a sustentabilidade, onde observa-se que a razão e missão da empresa estão ligados diretamente com a sustentabilidade empresarial junto ao comportamento econômico, social e ambiental, uma vez que, é a partir dela que verifica-se os elementos que influenciam e são influenciados diretamente não só pela empresa, mas também pela sociedade e indivíduos.

Palavras-Chave: Sustentabilidade Empresarial; Recursos Naturais; Retorno Financeiro

UM ESTUDO SOBRE AS INFORMAÇÕES E UTILIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL (ECD)

Autor(es):

Larissa Souza Campelo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Thãmara Kelly Santos da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Maria Clara Monte Antunes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Josefa ElcinÁlia Ribeiro Cavalcante: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Marjory Oliveira da Costa Fernandes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Escrituração Contábil Digital (ECD) é o pilar contábil do SPED, também conhecido por SPED Contábil. Para simplificar, entende-se a ECD como a geração de livros contábeis em arquivo eletrônico ou digital, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital. Este artigo abordará as informações e utilidade da (ECD).

(Metodologia) O presente estudo está delineado como descritivo e bibliográfico. Utilizou-se de fontes como site da Receita Federal do Brasil, site do SPED, Manual do ECD e artigos disponíveis.

(Resultados) O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento, autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado de informações. Desta forma, os livros, documentos contábeis e fiscais são emitidos em forma eletrônica. A ECD é parte integrante do projeto SPED e tem por objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo, ou seja, corresponde à obrigação de transmitir, em versão digital, os seguintes livros: I - Livro Diário e seus auxiliares se houver; II - Livro Razão e seus auxiliares se houver; III - Livro Balancetes, Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos. As entidades obrigadas a enviar o arquivo eletrônico são as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido ou as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido. A sua forma de validação é feita pelo Programa Validador e Assinador, que será importado eletronicamente através do leiaute previsto no manual de orientação e assinado com o certificado digital pelo contador e pelo responsável legal. Depois de assinado, o arquivo ECD será enviado juntamente com um requerimento de registro na Junta Comercial ao Ambiente Nacionaldo SPED. As juntas acessam os dados do arquivo enviado e se todas as obrigações estiverem cumpridas (termo de abertura e encerramento; assinaturas do contato e representante legal), será criado um número de registro que estará disponível pela internet. O livro diário ou razão eletrônico estará registrado no Ambiente Nacional para que as autoridades tributárias possam fiscalizar o que for necessário. Na prática, a partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gerará um arquivo digital em um formato específico, o qual será submetido a um programa fornecido pelo Sped para validação e assinatura digital. Após assinado a escrituração e o requerimento, deverão ser transmitidos. Quando concluída, será fornecido um recibo que deve ser impresso, pois o mesmo contém informações importantes para a prática de atos futuros.

(Conclusão) Na prática contábil o ECD foi um avanço, pois otimizou o trabalho dos envolvidos, tendo em vista que o procedimento foi informatizado e com isso amenizando o índice de sonegação, favorecendo a padronização das informações, bem como substituindo a impressão em papel dos livros, contribuindo com a sustentabilidade. Contudo, o início da sua implantação sofreu um pouco de resistência tanto por parte dos empresários, quanto por parte dos Contadores. Mas, logo foi percebido pela classe dos profissionais da Contabilidade que a adequação a nova exigência do fisco era de extrema necessidade. Após isso, iniciou-se uma fase de inovação no ramo da contabilidade e foi considerado que o profissional desta área seria o elo entre o fisco e as entidades de pessoa jurídica, além de que ele seria o que mais sentiria o avanço tecnológico.

Palavras-Chave: Palavras-chaves: Escrituração Contábil Fiscal, SPED, SPED Contábil, Livros contábeis.

UM ESTUDO SOBRE AS REGRAS E IMPORTÂNCIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (DIRF)

Autor(es):

Victor Fernandes Barbosa da Costa: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Arthur Palla de Medeiros Cadete: Discente do curso de Educação Física - Bacharelado do UNI-RN
Cristiano Ribeiro da Costa: Discente do curso de Educação Física - Bacharelado do UNI-RN
Rodrigo Azevedo Queiroz: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Guilherme Peixoto Nascimento Ferreira de Souza : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte) é um demonstrativo anual que as empresas devem fazer para a receita federal, informando os rendimentos isentos, rendimentos de tributação exclusiva, rendimentos de pagamentos ao exterior e planos de saúde, no qual os valores pagos pelo titular e os dependentes são informados separadamente. Neste trabalho foi realizada uma análise sobre as regras e importâncias sobre a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte, DIRF. Através desta pesquisa foi possível informar de forma clara e objetiva os principais itens e obrigações da DIRF. Nele será facilitada a visualização da importância e das obrigações para os mais diversos usuários da informação.

(Metodologia) A metodologia da pesquisa foi descritiva e bibliográfica. As fontes utilizadas foram do site da receita federal, do programa gerador da DIRF 2016 e na Instrução Normativa RFB Nº 1587, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015. Através do site da Receita Federal, de onde foi extraída a maior parte das informações. Conceitos, regras de preenchimento, prazo, multas e principalmente a legislação que obriga o pagamento.

(Resultados) As informações que deverão arcar nesta obrigação acessória são para todas as pessoas físicas e jurídicas que pagarem rendimentos com retenção de imposto de renda, ou pessoas jurídicas que na contratação de serviços fizeram retenção de PIS, COFINS, CSLL e IRRF, os beneficiários enquadrados nas seguintes condições, ainda que não tenham sofrido retenção do imposto: - Do trabalho assalariado, quando o valor pago durante o ano-calendário for igual ou superior a R\$ 28.123,91 (vinte e oito mil, cento e vinte e três reais e noventa e um centavos); - Do trabalho sem vínculo empregatício, de aluguel e de royalties, acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), pagos durante o ano-calendário, dentre outros. A DIRF é a declaração feita pela fonte pagadora, com o objetivo de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil: - Os rendimentos pagos a pessoas físicas domiciliadas no País; - O valor do imposto sobre a renda e contribuições retidas na fonte, dos rendimentos pagos ou creditados para seus beneficiários; - O pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa a residentes ou domiciliados no exterior; - Os pagamentos a plano de assistência à saúde – coletivo empresarial. Em relação ao programa gerador da DIRF 2016 a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) disponibiliza em seu sítio na internet. Os valores referentes a rendimentos tributáveis, isentos ou com alíquotas zero, de declaração obrigatória, bem como os relativos a deduções do imposto sobre a renda ou de contribuições retidos na fonte deverão ser informados em reais e com centavos. A falta de apresentação de Dirf ou a sua apresentação com informações inexatas, incompletas, omitidas, ou ainda, sua entrega após o prazo estabelecido, implicará aplicação das penalidades previstas no art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 197, de 10 de setembro de 2002. A multa mínima a ser aplicada será: I – R\$ 200,00 (duzentos reais), tratando-se de pessoa física, pessoa jurídica inativa e pessoa jurídica optante pelo regime de tributação previsto na Lei nº 9.317 de dezembro de 96, revogada pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; II – R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.

(Conclusão) Com isso, a pesquisa teve o intuito de esclarecer e orientar as regras e importâncias da DIRF, gerando um perfeito entendimento sobre suas obrigações e alertando aos demais sobre as multas que são geradas pelo descumprimento das mesmas.

Palavras-Chave: DIRF, Obrigações Acessórias. Rendimentos tributáveis. Deduções de Imposto de Renda. Obrigações.

UM ESTUDO SOBRE QUAIS INFORMAÇÕES DEVEM CONSTAR NA DMED E DIMOB

Autor(es):

Victor Hugo Pinheiro da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Mariana Paula Oliveira: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN

Iris Mayara Oliveira Pinheiro: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Natalia Ramos Bezerra Pacheco: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A DMED, é Declaração de Serviços Médicos e de Saúde que foi instituída pela Instrução Normativa RFB nº 985, de dezembro de 2009. Essa obrigação acessória tem como finalidade fiscalizar serviços médicos e de saúde e deve ser apresentada por pessoa jurídica ou pessoa física equiparada a jurídica nos termos da legislação do Imposto sobre a Renda, desde que seja: prestadora de serviços médicos e de saúde. A DIMOB é a Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias, foi criada em fevereiro de 2003, e tem como finalidade fiscalizar as atividades imobiliárias referentes a comercialização e locação de imóveis, ocorridas ao longo do ano anterior. O presente estudo tem o objetivo de informar como declarar e o que deve constar nas duas declarações de impostos, a “DMED - Declaração de serviços Médicos e DIMOB - Declaração de Informações sobre atividades Imobiliárias.

(Metodologia) Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva onde os dados foram coletados utilizando informações do site da Receita Federal e dos programas DMED e DIMED, na pesquisa documental, bibliográfica e da internet para fim de descrever o que são estas declarações, o que devem constar, qual o prazo para apresentar e quais penalidades caso não apresentem dentro do prazo exigido para ambas as declarações.

(Resultados) A DMED e DIMOB são embasadas conforme legislação de instruções normativas. DMED: Instrução Normativa RFB nº 1.596/2015 DIMOB: instrução normativa RFB nº 1.115/. A DMED deve ser apresentada por pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica nos termos da legislação do Imposto sobre a Renda, desde que seja: prestadora de serviços médicos e de saúde, sob pena de multa caso não apresentem até a data limite. Devem ser informados na DMED os valores recebidos de pessoas físicas, em decorrência de pagamento pela prestação de serviços médicos e de saúde, e plano privado de assistência à saúde. Na DMED dos prestadores de serviços de saúde tem que haver o número do CPF, o nome completo do responsável pelo pagamento e do beneficiário do serviço, e os valores recebidos de pessoas físicas, individualizados por responsável pelo pagamento. Já as operadoras de plano privado de assistência à saúde devem entregar o documento com o número de inscrição do CPF, o nome completo do titular e dos dependentes, os valores recebidos das pessoas físicas, individualizados por beneficiário titular e dependentes, bem como a quantia reembolsada à pessoa física beneficiária do plano, especificados por beneficiário titular ou dependente e por prestador de serviço. Não devem ser informados em DMED valores recebidos de pessoas jurídicas ou do Sistema Único de Saúde (SUS). A DIMOB é a Declaração de Informações sobre atividades Imobiliárias que devem ser prestadas à Secretaria da Receita Federal até o dia 28 de fevereiro por todas as pessoas jurídicas e equiparadas que realizarem as operações imobiliárias durante o ano-calendário de comercialização, na aquisição, alienação, aluguel ou sublocação de imóveis que houverem constituído loteado ou incorporado para este fim. A DIMOB deverá ser apresentada pelo estabelecimento matriz com as informações sobre: as operações de construção, incorporação, loteamento e intermediação de aquisições/alienações, no ano em que foram contratadas; pagamentos efetuados no ano, discriminados mensalmente, decorrentes de locação, sublocação e intermediação de locação, independentemente do ano em que essa operação foi contratada.

(Conclusão) A DMED e da DIMOB têm como finalidade o fornecimento de informações para validar as suas despesas médicas bem como atividades imobiliárias declaradas pelas pessoas físicas equiparadas às jurídicas e pessoas jurídicas. Essas obrigações acessórias são de grande importância, já que a Receita Federal usa essas declarações como um meio para fazer cruzamento de dados de contribuintes para a fiscalização do Imposto de Renda (IR).

Palavras-Chave: DMED. DIMOB. Obrigações Acessórias. Despesas médicas. Atividades imobiliárias.

UMA ABORDAGEM SOBRE AS FACILIDADES E VANTAGENS DO E-SOCIAL DOMÉSTICO COM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

Autor(es):

Edenilson Heury Belisio de Araujo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Elisângela de Sousa Silva: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN
Camila Borges Nepomuceno Leite: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Sônia Maria Cardoso Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O e-Social é um projeto do Governo Federal que visa unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. A primeira etapa do programa já se encontra disponível em pleno funcionamento que é o e-Social empregador doméstico. Diante disso, o presente estudo visa analisar esse novo programa do Governo Federal e tem por objetivo demonstrar as facilidades e vantagens desse do mesmo, possibilitando o melhor cumprimento de suas obrigações fiscais, previdência e trabalhista.

(Metodologia) A metodologia utilizada ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, explorando todas as informações disponíveis no portal do e-Social e, devido ao tema ser muito novo, ainda gera dúvidas para os empregados e empregadores, por isso a necessidade em esclarecer, de forma elucidativa e didática, não só as facilidades e vantagens do e-Social doméstico, como também mostrar quais as operações que poderão ser efetivadas no programa e quais encargos que engloba no recolhimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

(Resultados) O e-Social é uma solução web inovadora para a prestação de informação do trabalhador, que irá gerar uma alteração no dia-a-dia das empresas em relação à forma como lidam com rotinas trabalhistas, obrigações fiscais, tributárias e previdenciárias. De acordo com o portal e-Social, o sistema, quando estiver em pleno funcionamento, vai unificar o envio dos dados dos trabalhadores para o Governo Federal, permitindo assim que as empresas prestem essas informações uma única vez. Com isso, já se nota uma das vantagens do programa, visto que a transmissão será por meio eletrônico, evitando a utilização de papéis e possibilitando o envio unificado, impedindo múltiplo envio de informações ao INSS, ao Ministério do Trabalho e Emprego ou ao Fisco. A princípio, como forma de adaptação ao novo sistema, está sendo disponibilizado o e-Social doméstico no próprio portal, no qual através desse o empregador doméstico poderá cadastrar o empregado doméstico e nele gerar o Documento de Arrecadação do Empregador – DAE. Este documento é um outro facilitador visto que engloba o recolhimento de todos os tributos em uma única guia. É recolhido por parte do trabalhador: o Imposto sobre a Renda Pessoa Física, se incidir e 8% a 11% de contribuição previdenciária do trabalhador. O empregador recolhe: 8% de contribuição patronal previdenciária; 0,8% de seguro contra acidentes do trabalho; 8% de FGTS; 3,2% de indenização compensatória (Multa FGTS). Com isso, não será mais necessário gerar de forma separada os documentos para pagamento, como por exemplo, a Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) e Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF), a Guia de Previdência Social (GPS) e a Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), pois ambas estarão incluídas no DAE detalhadamente. Além da emissão do DAE, o e-Social poderá ser utilizado para elaboração dos eventos trabalhistas, unificando e padronizando processos como admissão, demissão, afastamento, aviso prévio, férias, mudança de salário, CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, folha de pagamento, ações judiciais trabalhistas, garantindo assim os direitos trabalhistas.

(Conclusão) Por fim, o e-Social é uma ferramenta muito importante para a sociedade como um todo, já que visa padronizar a transmissão de dados trabalhistas e reduzir a burocracia para as empresas, pois diminui o quantitativo de relatório de encargos para prestação e facilita também a fiscalização do governo das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, já que as informações serão de acesso dos órgãos envolvidos (CAIXA, INSS, Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Receita Federal do Brasil) podendo fazer a análise e cruzamento de dados facilitando assim o exercício da fiscalização.

Palavras-Chave: Obrigações Trabalhistas; Obrigações Previdenciárias; Empregador Doméstico

UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO UNI/RN SOBRE TIPOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Autor(es):

Leonardo César Fernandes de Oliveira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Thais Helycia Gomes dos Santos Tavares: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rogério Jorge Pereira: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) A decisão de investimentos deve levar em consideração diversos fatores seja eles financeiros e economicos, tais como a real situação econômica do país, a moeda que será investida, pois essas informações poderão impactar diretamente no capital. Existem varios tipos de investimentos que vão desde a compra de ações na bolsa de valores, como aplicações em fundos de renda fixa, poupança, fundo de ações ou fundos de créditos, que por sua vez levam em consideração a inflação como base para se saber qual é a melhor taxa remunera o capital investido. ((Kuhnen e Bauer, 2001, p. 389), Gitman (2004, p. 184)). O crescente despreparo da população sobre como investir seus recursos e o atual cenário e econômico brasileiro motivou esse estudo que tem como problema o seguinte questionamento: Como esta o nível de conhecimento dos alunos do curso de ciências contábeis do Centro Universitário do UNI RN sobre investimentos financeiros? Avaliando especificamente no curso de ciências contábeis como anda o conhecimento em investimentos através dos níveis de graduação a medir se com o passar do tempo de curso até o final do mesmo verificar se houve uma evolução por partes dos mesmos.

(Metodologia) O presente trabalho foi feito com base no método de pesquisa qualitativo através de uma coleta de dados através de um questionário aplicado nas turmas de ciências contábeis do uni RN.

(Resultados) Devido à busca de se adquirir um maior conhecimento sobre como se investir melhor nossos rendimentos, esta pesquisa traz os resultados e as discussões como forma de responder os objetivos propostos neste estudo. Depois de coletados e analisados os dados, foram obtidos os seguintes resultados: foram aplicados 74 questionários ao todo sendo 16 ou 21,62% para o 8º período e 58 ou 78,37% para o 6º período. A idade media é de 26 anos entre os alunos do 8º período e 27 anos entre os alunos do 6º período. Dentre os respondentes do 8º período, 19% foram homens e 81% para mulheres e já no 6º período o total de homens foram 48% e 52% pra mulheres sendo nesse caso mais equilibrado. Algumas questões tiveram como objetivo verificar a experiência dos alunos em investimentos ou mercados financeiros. Sendo que dos 16 respondentes do 8º, 56,25% não possuem e 24,5% tem pouca experiência e em contra partida dos 58 respondentes do 6º período 56,5% e 30% mantiveram as mesmas respostas e dos que tinham experiência 12,5% para o 8º período e que se sentem seguros em tomar suas próprias decisões 6,7% para o 8º período e 10,5% e 3% para 6º período, esses percentuais mostram que boa parte dos alunos tem uma experiência muito breve e não se sentem seguros em tomar algum tipo de decisões.

(Conclusão) O estudo desta pesquisa demonstrou que os alunos possuem conhecimento prévio em mercados e tipos investimentos com resultados satisfatórios e que o curso através de sua grade oferece o conhecimento necessário sobre os organismos que regulam tas mercados, tipos de investimentos, porem ainda existem uma grande parcela que mesmo possuindo tal conhecimento não se interessam em investir no futuro. O estudo também mostrou que a atual crise econômica que os brasileiros estão passando que os estudantes não se sentem seguros em fazer qualquer tipo de investimentos.

Palavras-Chave: Investimentos, mercados financeiros, mercados econômicos, contabilidade, renda

UMA ANÁLISE DO GRAU DE CONHECIMENTO DOS GESTORES DE UM PLANO DE SAÚDE SOBRE A DMED

Autor(es):

Keliton Pereira da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Francisco Galdino da Silva Filho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Gabriel Cavalcanti Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Lucas Mateus Martins Freires: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) A declaração de serviços médicos e de saúde – DMED, é a obrigação acessória a qual as prestadoras de serviços de saúde e as operadoras de planos privados de assistência à saúde deverão informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB os pagamentos recebidos de seus clientes pessoas físicas, como objetivo efetuar o cruzamento das informações da DMED com as informações da Declaração de Ajuste Anual das Pessoas Físicas (DIRPF), identificando as deduções indevidas de despesas médicas feitas pelos contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física. Nesse contexto, um estudo que tem por finalidade avaliar o nível de conhecimento desses profissionais em relação à dmed e quais os benefícios ela trará tanto para o fisco quanto para quem está utilizando à mesma e por quem ela poderá ser utilizada.

(Metodologia) Esta pesquisa se utilizou de fontes bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica compreende a manuais e sites especializados, contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre a Declaração de Serviços Médicos e de Saúde - DMED. Foi aplicado também um questionário para 15 funcionários administrativos de um plano de saúde privado autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, com a finalidade de analisar o grau de conhecimento dos gestores referente à DMED junto ao plano de saúde e seus beneficiários.

(Resultados) Com a análise dos dados coletados através do questionário aplicado aos gestores de uma operadora de plano privado de assistência à saúde, pode-se verificar o nível de conhecimento referente à DMED, estando todos cientes do que se trata de qual a importância e finalidade. Disponibilizando em seu próprio site o demonstrativo para os beneficiários do plano, contendo; O número de inscrição do CPF, o nome completo do titular e dos dependentes, os valores recebidos das pessoas físicas, individualizados por beneficiário titular e dependentes, bem como a quantia reembolsada à pessoa física beneficiária do plano, individualizados por beneficiário titular ou dependente e por prestador de serviço.

(Conclusão) É de suma importância dos médicos e dentistas com CNPJ, prestadores de serviços de saúde, operadoras de planos privados e clínicas médicas de qualquer especialidade, ter o conhecimento da obrigação de atender às exigências e os controles para entrega da mesma. O principal alerta que se faz é com relação ao cruzamento de dados que já vem sendo feito pela Receita Federal do Brasil e com ótimos resultados para o fisco. O processo de fiscalização objetiva reduzir informações distorcidas apresentadas pelos contribuintes em suas Declarações de ajuste Anual, popularmente conhecida como Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física. Assim, pretende-se combater a apresentação de recibos falsos e inibir práticas como declaração do valor da consulta e do reembolsado pelo plano como despesas médicas, pois apenas a diferença entre eles é dedutível para fins do Imposto de Renda. O conhecimento que essa pesquisa trouxe é que não podemos omitir informações para o fisco, pois podemos analisar que as informações estão cada vez mais interligadas com objetivo de minimizar ou com um tempo acabar essas sonegações e o nível de conhecimento da mesma para os profissionais do ramo se torna bem claro, pois no site da receita esta bem clara as informações e duvidas referente à DMED.

Palavras-Chave: DMED; Despesas médicas; Cruzamento de informações; Imposto de Renda Pessoa Física

UMA ANÁLISE SOBRE AS EXPECTATIVAS E BENEFÍCIOS DO E-SOCIAL NA PERCEPÇÃO DAS PESSOAS QUE TRABALHAM NO DEPARTAMENTO PESSOAL (DP) DOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE NO MUNICÍPIO DE NATAL- RN.

Autor(es):

Josivânia Kelly Flor de Lima Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Larissa Albertina Borges de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Ingrid Beatriz Santana da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) trata de uma escrituração composta pelos eventos decorrentes das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. É um projeto do governo federal que visa unificar a captação das informações definidas no conceito do e-Social, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para empregadores, com o estabelecimento de transmissão única para os diferentes órgãos de governo e usuários da informação. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as expectativas e benefícios do e-Social na percepção das pessoas que trabalham no Departamento Pessoal (DP) dos escritórios de contabilidade no município de Natal- RN. Como a implantação deste sistema está prevista para o ano de 2018, tratar desta questão torna-se relevante devido à importância do mesmo no ambiente contábil e trabalhista e por levantar opiniões de pessoas que irão utilizá-lo. Buscando atender o objetivo proposto, a pesquisa procura responder o seguinte questionamento: Quais as expectativas e benefícios do e-Social na percepção das pessoas que trabalham no Departamento Pessoal (DP) dos escritórios de contabilidade no município de Natal- RN?

(Metodologia) A tipologia da pesquisa utilizada foi a sugerida por Beuren (2010), segundo a qual uma pesquisa é classificada sob três aspectos. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva por relatar um fenômeno do ambiente contábil; quanto aos procedimentos, é bibliográfica e exploratória em que se utilizou de livros e manuais para embasamento teórico e se aplicou um questionário com dezoito questões, sendo dezesseis fechadas e duas abertas em que se buscou responder o problema por meio da opinião dos vinte e três entrevistados; e quanto à abordagem do problema, é qualitativa por aferir sobre as opiniões dos profissionais que atuam ou irão atuar com o e-Social.

(Resultados) Através do levantamento de dados foi possível observar que, dos profissionais que atuam no Departamento Pessoal dos escritórios de contabilidade potiguares, quase 70% são graduados, 13% possuem especialização e cerca de 8% são mestres ou doutores, poucos são técnicos em contabilidade. É possível identificar também que, dentre os 23 entrevistados, 34,8% ocupam o cargo de Analista, 30,4% são Assistentes e os demais ocupam cargos de Coordenador/supervisor, Diretor e outros (estagiários e contadores). Quanto à utilização da ferramenta do e-Social, a pesquisa mostra que 60,9 % dos entrevistados já utilizam. Que há uma perspectiva positiva tanto no que se refere ao envio e retificação de informações através da ferramenta, quanto ao cumprimento dos prazos e exigências do sistema. Além disso, mais de 80% das pessoas que responderam ao questionário acreditam que o sistema facilitará o trabalho do setor em que atuam e que permitirá o cumprimento das obrigações trabalhistas, assim como deixará o processo mais ágil.

(Conclusão) Os resultados apontam que a grande maioria dos profissionais que atuam no DP possuem boas expectativas em relação à utilização do e-Social e esperam que ele traga benefícios principalmente na garantia do cumprimento dos direitos trabalhistas e na simplicidade e agilidade de se trabalhar com o sistema. Entre os pontos positivos observados pelos entrevistados estão: unificação, objetividade e pontualidade das informações prestadas, agilidade dos processos dos Departamentos Pessoais e a velocidade da chegada das informações aos órgãos públicos. Os pontos negativos citados são em relação ao manuseio e suporte do sistema: sistema instável, falha no suporte técnico, estrutura do governo para implantar um projeto completo e a prorrogação do prazo para utilização.

Palavras-Chave: Obrigações Acessórias. e-Social. Departamento Pessoal. Direitos Trabalhistas.

VALUATION: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO CFROI (CASH FLOW RETURN ON INVESTMENT) NAS EMPRESAS DE BENS INDUSTRIAIS LISTADAS NA BMF&BOVESPA NO PERÍODO DE 2011 A 2015.

Autor(es):

Arlindo Nonato Moraes de Souza: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Fabiana Lucena Bezerra de Azevedo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um dos princípios básicos das finanças corporativas é o de que um investimento deve apresentar um retorno superior ao seu custo de oportunidade, e que o valor de um ativo deve ser mensurado conforme sua capacidade de gerar fluxos de caixa. Um bom investimento cria valor para uma empresa ao se obter um retorno maior que o seu custo de capital (DAMODARAN 2007). Neste contexto, torna-se de importante a avaliação de criação ou de destruição de valor ao acionista. Dentre as métricas de avaliação de desempenho econômico, temos o CFROI (Cash Flow Return On Investment) ou retorno de fluxo de caixa sobre o investimento, utilizado para a mensuração de resultado da companhia, permitindo assim avaliar se o retorno gerado pelos ativos está acima do custo de capital da empresa, além da mensuração do valor da entidade avaliada.

(Metodologia) Tipologia de pesquisa O presente trabalho caracteriza-se como descritivo pois envolve a análise e interpretação das taxas de retorno dos investimentos determinadas pelo modelo CFROI, sem a interferência nestes valores. De acordo com BEUREN (2013), a pesquisa descritiva irá descrever as características de determinada população ou fenômeno, analisando e interpretando fatos sem interferência neles. Quanto ao procedimento, a pesquisa é classificada como pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois foram utilizados livros, artigos e monografias, para dar embasamento ao referencial teórico.

(Resultados) 4.1 – Análise da criação ou destruição de valor para os acionistas pelo modelo CFROI. Na análise de criação ou destruição de valor, os valores do CFROI foram confrontados com o WACC das empresas, quando o CFROI apresentar valor superior ao WACC, conclui-se que houve criação de valor, quando o WACC apresentar valor superior ao CFROI, conclui-se que houve uma destruição de valor, como apresentado por DAMODARAN (2009). Pela presente análise de dados, observa-se em sua maioria, uma destruição de valor para os acionistas no período analisado, visto que nenhuma das empresas analisadas conseguiu criar valor em todos os anos estudados.

(Conclusão) O presente estudo teve como objetivos avaliar se os valores de mercado das empresas de bens industriais da BMF&BOVESPA têm correlação com os valores calculados a partir da métrica do CFROI, e se, a partir da ótica do CFROI, as empresas criaram valor para os seus acionistas. Como resultado, foi observado que os valores calculados pelo CFROI para as empresas estudadas neste artigo, não tiveram correlação com os valores de mercado, conforme apresentado na tabela 20. Quanto a criação de valor, constatou-se na maioria dos anos uma destruição de valor para o acionista, onde no decorrer de 2011 a 2015 observa-se queda nas taxas do CFROI, e aumento do WACC das empresas analisadas. O estudo teve como limitação a falta de detalhes em algumas notas explicativas das empresas analisadas. Recomenda-se que outras pesquisas sejam feitas, utilizando-se outros setores da economia, afim de melhor avaliar a capacidade do CFROI na avaliação de criação de valor, como também a relação dos valores de mercado e os valores calculados por esta métrica.

Palavras-Chave: Criação de valor, Cash Flow Return on Investment, Avaliação de desempenho

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

CSET3 - DIREITO

DIREITO, FILOSOFIA E ARTE: UMA LEITURA MUSICAL SOBRE A (IN)JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL PELO OLHAR DE RENATO RUSSO

Autor(es):

Saynara Cristina da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Laís Gabrielle Pires Barros Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Thainah Chaves Torres de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A obra da Legião Urbana aborda temas cruciais para o entendimento da realidade atual. As músicas entoadas pela inspirada banda e gritadas como hino pela juventude da época, de forma clara, são críticas às insatisfações populares. Assim, um dos temas mais abordados pela banda nas letras é a crítica à injustiça social vivenciada na realidade brasileira. Desta forma, a presente pesquisa propõe a análise social e filosófica da música “Perfeição” e a maneira pela qual se enquadra na realidade política, econômica, social Brasileira do século XXI, fundamentando-a através do conceito de justiça de John Rawls. Essa abordagem torna-se necessária já que é possível afirmar que as canções do compositor Renato Russo demonstram uma nuance empenhada em refletir sobre problemas enfrentados por uma sociedade marcada pela opressão. Ciente disso, é necessário compreender a forma com a qual esse poeta visionário consegue explicar o Brasil de hoje através de suas músicas.

(Metodologia) A presente pesquisa pode ser definida como qualitativa – já que tem como objetivo entender a natureza de um fenômeno e cunho exploratório – tendo em vista que a intenção é proporcionar uma maior familiarização com o problema; e explicativa, pois busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno. Seguindo o mesmo raciocínio, o método de pesquisa utilizado para a produção desse projeto é o transdisciplinar e dialógico, já que, para a obtenção de resultados almejados, é necessário um diálogo entre filosofia, arte e direito. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, o aplicado é o comparativo, pretendendo alcançar a compreensão quanto a relação intrínseca pertinente à musicalidade proposta por Renato Russo e a vida da sociedade atual.

(Resultados) A denúncia implícita pertencente às letras da Legião aborda questões sociais e políticas, e através do eu-lírico – posto na primeira pessoa – somado à atemporalidade marcantes nas suas composições, oferecem a possibilidade de identificação interpessoal. Construída através de metáforas, a música “Perfeição” é composta, na sua totalidade, por inúmeros apontamentos, as imperfeições onipresentes na sociedade brasileira, tais como a flagrante e ostensiva injustiça social. Ponto crucial na teoria de John Rawls, a justiça social – que pode ser chamada de justiça como equidade – está intimamente relacionada com a tese de contrato social proposta por John Locke, Jean-Jacques Rousseau, e Immanuel Kant. Esse conceito tem finalidade de resolver conflitos pela distribuição de bens sociais entre a população e dessa forma diminuir a discrepância civil. Assim, a música “Perfeição”, analisada a luz da teoria da Justiça, oferece respaldo para a compreensão dos problemas sociais contemporâneos.

(Conclusão) Como visionário que era, Renato Russo conseguiu enxergar e assimilar os problemas sociais gravíssimos já existentes em sua época e a maneira como estes perpetuar-se-iam no tempo. Mesmo escritas há mais de duas décadas, as letras desse compositor ainda se fazem presentes na leitura do contexto social atual. Dessa forma, nas suas músicas, ele propõe a análise do sistema político, social e econômico como uma forma dos seus fãs compreenderem a real questão por trás de toda alienação, opressão, submissão e a injustiça presente na relação Estado-indivíduo.

Palavras-Chave: Renato Russo; justiça social; John Rawls; injustiça; Perfeição.

DIREITO DE MORRER: A EUTANÁSIA EM ASPECTOS CONSTITUCIONAIS.

Autor(es):

Stefanny Caroline Alves Farias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Michelly Silva do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Mara Almeida da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Biodireito é um ramo do direito, no qual há uma positivação das normas bioéticas, e baseado nesta, tem-se consolidado alguns princípios como o da sacralidade da vida ou dignidade da pessoa humana, que garantem uma vida digna a qualquer ser humano. Dessa forma o direito brasileiro tutelou como um dos seus direitos fundamentais o direito a vida, que é considerado bem jurídico imprescindível, contudo o ordenamento não se refere a qualidade dessa vida, abrindo-se discussões sobre o direito a morte, a chamada Eutanásia. O tema é bastante complexo, pois é envolvido por várias concepções, morais, religiosas, políticas e jurídicas, entretanto se faz mister salientar que o prolongamento de uma vida humana em estado de imenso sofrimento seria o equivalente a uma nefasta tortura ao paciente e seus familiares. Nesse aspecto objetiva-se analisar a luz dos princípios constitucionais se o direito a vida não estaria sendo tratado de forma absoluta em detrimento de princípios como dignidade da pessoa humana, autonomia e personalidade.

(Metodologia) Para elaboração desta pesquisa foi utilizado a perspectiva teórica da revisão bibliográfica, complementada pela pesquisa documental, cujo tratamento será de natureza qualitativa, visando mostrar uma melhor compreensão da eutanásia. Dessa forma utilizou-se o método de abordagem dialético e o método de procedimento comparativo, no qual se apreciou por meio do Direito Comparado o estudo de legislação diversa do ordenamento pátrio para verificar as diferenças e possíveis semelhanças sobre a normatização da eutanásia.

(Resultados) Na pesquisa documental realizada foi analisado que há uma concorrência entre os direitos fundamentais e que na hora de ponderar qual bem jurídico é mais importante, se a vida ou o direito à uma morte digna, deve-se questionar até que ponto deverá ser privilegiado apenas a dimensão biológica da vida humana, descuidando a qualidade de vida de um indivíduo. Essa relutância de indisponibilidade do direito à vida poderá implicar prolongamento incongruente de uma vida, e o preço dessa obstinação é uma gama indizível de sofrimento. Na pesquisa foi identificado também que o Brasil pela Resolução 1805/2006 do Conselho Federal de Medicina (CFM) permite a ortotanásia também chamada de eutanásia passiva, sendo esta a decisão de cessar qualquer ato que continue prolongando a vida, sendo mantido o suporte básico para que o paciente tenha uma morte natural. A ortotanásia é a limitação da distanásia que é a obstinação terapêutica para prolongar a vida do paciente a qualquer custo. Para tanto a eutanásia ativa precisa ser diferenciada do suicídio assistido, enquanto que o primeiro é o ato de provocar a morte do paciente a pedido dele por ato de piedade, o segundo é o auxílio ao paciente, este gera para si próprio os riscos. No Brasil a eutanásia é tipificada como homicídio privilegiado, ou seja, por relevante valor moral

(Conclusão) Destarte, sob a ótica do Pós-Positivismo, verifica-se o fato da sociedade clamar por uma evolução do ordenamento, pois este apresenta contendas que eram inexistentes, porém que no cenário atual necessitam de discussão. Nesse sentido se faz necessário discutir sobre a situação de milhares de pessoas em situação vegetativa, suplicando pela eutanásia, por uma morte sem sofrimento, chegando-se a defender a prática da eutanásia com o objetivo de por fim ao longo suplício de pessoas acometidas com graves enfermidades, desde que observados os princípios fundamentais constitucionais da legislação pátria.

Palavras-Chave: Biodireito; Bioética; Eutanásia; Direito a vida; Direito a morte.

DIREITO PENAL: A INCONSTITUCIONALIDADE DOS PRESIDIOS

Autor(es):

Raissa Caroline Monteiro de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) O modelo de Estado brasileiro aponta para a existência de um sistema prisional cuja objetivo é tentar imprimir a prevenção, punição e ressocialização do apenado, ou seja, valendo-se da teoria mista. Tendo assim um conjunto de fatores para que o crime ou contravenção não aconteça e se mesmo assim ocorrer o Estado-juiz aplicará sanções cabíveis a quem cometer a que desrespeitar a lei. Quando saímos da teoria colocada pelo código penal e vamos para a pratica no dia-a-dia vemos um grande abismo entre os dois. Que poderão ser vistos em alguns documentários, mas só iremos analisar um, chamado “o grito das prisões”, no mesmo mostra alguns princípios constitucionais sendo feridos.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa, de cunho de doutrinário. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, analisando a situação esperada e a encontrada durante a pesquisa e tentando entender com funciona cada peça nessa engrenagem saindo de uma visão popular, ou senso comum e indo para algo mais técnico possível, sendo assim para entender como funciona este órgão e para passar este resultado para a população e tentar sanar os problemas que foram demonstrados na pesquisa. Foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, envolvendo direito penal e constitucional, perpassado pelo direito público, no que tange à relação entre o Estado e as pessoas que nele vivem.

(Resultados) Não vistos grandes avanços no sistema penitenciário, então não poderiam fazer algumas comparações com outros países já que cada um teve uma interferência histórica diferente e a cultura muda. Mesmo sendo Estados muito parecidos. Por isso virão fazer um estudo de caso. Por que os presos ficam em situações tão sub-humanas no período de reclusão. Desta forma quebrando os princípios fundamentais do direito constitucional, como: a dignidade a pessoa humana que não é respeitada no sistema carcerário, vemos a questão da superlotação dos presídios, a falta de higiene acarretando vários tipos de doença, e quem já é doente que não é tratado, a comida nada saudável, e fora os maus tratos que são cometidos pelos policiais que ali trabalham.

(Conclusão) Pode se observar que garantir melhores condições para os presos, não está nos planos do poder executivo, isso contribui para o aumento da criminalidade das cidades brasileiras, desta forma o detento se sente abandonado pelo estado que não quer se comprometer para dar uma melhor estrutura para eles viverem tanto no presídio feminino quanto no masculino. Por isso acabam se revoltando contra a nação e conseqüentemente ocorrendo várias rebeliões, fugas em massa, a concretização de estados paralelos como o PCC que é o primeiro comando da capital. Desta forma deixando os cidadãos de bem em perigo e causando um problema muito maior.

Palavras-Chave: Sistema penitenciário. Dignidade a pessoa humana. Presídios.

EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO CONTROLE DE ARMAS DE FOGO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Autor(es):

Caio Henrique Jacome Da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diferente do que se possa pensar, limitações ao acesso as armas de fogo é uma realidade antiga no Brasil. Após a década de 1930, ficou evidente que o Estado impunha limitações a qualquer tipo de arma. Isso não nasceu do acaso, pois momentos históricos importantes influenciaram essas restrições, como o movimento do cangaço, no nordeste, e a revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo. Mesmo sem um estopim revolucionário, ainda é possível observar que a atual legislação impõe restrições semelhantes a que outrora marcaram a década de 1930. Dessa forma, partindo de uma análise histórica, busca-se compreender os motivos determinantes que deram suporte a essas leis que restringem o acesso as armas de fogo e quais as consequências sociais dessas restrições.

(Metodologia) Utiliza-se o método de abordagem indutivo, pois, com as análises dos dados e dos casos concretos, seja possível chegar a uma conclusão plausível. Como técnica de pesquisa, estudo e leitura bibliográfica, pesquisas em jornais, revistas e artigos. Os métodos de procedimento foram o histórico, no Brasil, das legislações sobre armas de fogo e, também, o método comparativo, para confrontar a década de 1930 e o atual panorama. Utilizando o método estatístico, para analisar a quantidade de armas em circulação no país e os índices de crimes envolvendo a utilização de armas de fogo, tendo como referência o Mapa da Violência.

(Resultados) Analisando a história, observa-se que, desde sua ocupação, o Brasil possui algum tipo restrição as armas, sejam elas de fogo ou brancas. Todavia, o presente se trabalho se restringirá ao período posterior a década de 1930. No governo Getúlio Vargas, com os ataques do cangaceiros no Nordeste e a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, iniciou-se um debate sobre o controle de armas, já que, motivado pela segurança nacional, fazia-se necessário desarmar aqueles que punham em risco a normalidade do regime democrático então vigente. De forma similar, em 1997, é promulgada a primeira lei que, de fato, impunha restrições ao acesso as armas de fogo, por motivação muito próxima daquelas utilizadas nos longínquos anos 1930. Em 2003, a lei 10.826/2003, vigente até o presente momento, de forma expressa, proíbe, em regra, o porte de arma por qualquer cidadão, excerto aqueles entes presentes no rol taxativo dessa referida lei. Mesmo com nítidas restrições, ainda se observa, por intermédio do Mapa da Violência, que houve 34.160 homicídios com armas de fogo em 2002 e em 2012, 40.077 homicídios com armas de fogo, um aumento considerável e antagônico, já que sua proposta era a redução no número de crimes com armas de fogo. Diante desses fatos, observa-se descompasso entre o que propõe a lei e a realidade fática.

(Conclusão) Diante dos dados estatísticos e a história apresentados, chega-se a uma bifurcação quantos aos resultados, pois existem duas possíveis conclusões: as restrições como forma de reduzir a criminalidade ou um instrumento de controle social por parte do Estado. Ainda não é possível afirmar o resultado conclusivo desta pesquisa, tendo em vista a complexidade do tema, todavia, trabalha-se agora com possibilidades extraídas dos contextos históricos apresentado.

Palavras-Chave: História. Legislação. Armas de Fogo.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL POST MORTEM E SEUS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Priscila Ferreira da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daiane Pinto e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, o avanço da ciência e as inovações na medicina reprodutiva, ampliou o leque de possibilidade de técnicas conceptivas. Os surgimentos de novos núcleos familiares derivados das inovações tecnológicas proporcionaram uma série de evoluções em técnicas de reprodução, como exemplo, a inseminação artificial, a doação de óvulos e sêmen, entre outros. A esse respeito, o Código Civil vigente dispôs sobre a presunção de paternidade aos filhos concebidos por inseminação artificial homóloga mesmo após o falecimento do marido, conforme artigo 1.597, III, IV e V. Em tais dispositivos, são tratados: os filhos provenientes de fecundação artificial homóloga, ainda que falecido o marido; os havidos a qualquer tempo, em se tratando de embriões excedentários de concepção artificial do tipo homóloga; e os de inseminação artificial heteróloga, desde que com autorização do marido. O presente trabalho tem como objetivo realizar uma breve análise do direito sucessório de filhos concebidos post mortem, ou seja, após a morte do genitor, uma vez que não há previsão constitucional acerca de exceção da igualdade entre os filhos – vide art. 227, § 6º da Constituição Federal/88. Dessa forma, será dada ênfase à vedação da limitação de direitos de filhos concebidos por inseminação post mortem, uma vez que, o princípio da igualdade da filiação veda qualquer tipo de lastro de desigualdade e discriminação entre tais herdeiros. Serão abordados alguns princípios constitucionais, tais como o da Isonomia entre os filhos, conforme supramencionado, e do melhor interesse da criança, associando-os com os ideais do Princípio da Dignidade da Pessoa humana

(Metodologia) Nesse sentido, será realizada uma apreciação bibliográfica, paralela a uma abordagem legal com exposições jurisprudenciais acerca do assunto, de forma a expor, de forma sucinta, os direitos sucessórios do filho concebido com a utilização da técnica de inseminação artificial post mortem

(Resultados) Mesmo diante de tal previsão legal, há uma timidez legislativa ao tratar do Direito Sucessório de um filho concebido após a morte, o que poderá gerar uma insegurança jurídica, devendo, portanto, a jurisprudência e a doutrina pautar-se em princípios inerentes ao Direito para dirimir tais conflitos.

(Conclusão) Conclui-se que enquanto não for corrigida a lacuna legislativa com relação ao direito sucessório dos inseminados post mortem, faz-se necessário que a interpretação aplicada seja aquela que não venha a ferir o princípio constitucional da isonomia, previsto no artigo 226, § 6º, o qual determina que “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”

Palavras-Chave: Inseminados post mortem. Princípio da isonomia. Direito à herança. Direito sucessório.

1984, A IMPORTÂNCIA DO RESPEITO À OPINIÃO CONTRÁRIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL.

Autor(es):

Pedro Victor Medeiros de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A crescente intolerância contra a opinião contrária é um fato polêmico presente em nosso cotidiano, basta acessar as redes sociais, local onde a prática é mais nítida e aflorada, para perceber como se porta grande parte da população quando confrontada (no bom sentido) de modo diverso das suas convicções, sobre qualquer que seja o tema. Com esse espírito, aliás, os indivíduos confrontam um dos princípios constitucionais mais importantes, o da liberdade de expressão, cuja função é, em resumo, garantir a todos a plena manifestação de ideias, opiniões e pensamentos, e nesse ponto se inserem a hipótese e a problemática: a primeira é "A intolerância inibe a manifestação alheia?", já a segunda é "qual a consequência da imposição de ideias sem o debate e a falta de divergência de opiniões?". Além disso, tal prática nos dá margem para fazer um paralelo com a sociedade do livro de 1984, de George Orwell, cuja história narrada traz a presença de um homem que começa a questionar o modo como é a vida ao seu redor, com a presença de um sistema extremamente controlador, no qual a dita "verdade" é imposta pelo Estado (O Grande Irmão) e não pode ser contrariada, em hipótese alguma, e enfatizar a importância de uma país democrata, com garantia constitucional para a liberdade de expressão. Por fim, há de se ressaltar as limitações ao dito princípio, oriundas da responsabilidade civil, porque, como todo princípio, não é absoluto e deve ser exercido de forma responsável pela população. Há de se ressaltar, entretanto, que o instituto não é um limite ao princípio, apenas serve, na verdade, como forma de reparação para quem se utilizou da palavra e ofendeu o semelhante. Como objetivo geral, o presente trabalho busca analisar o impacto da intolerância à liberdade de expressão e explicar a importância da responsabilidade civil como forma de controle de tal princípio. Além disso, nos objetivos específicos, busca, por igual, descrever como ocorre a intolerância dentro da sociedade quanto às opiniões contrárias, listar as punições aplicadas a quem atingir a dignidade do outro, quando se extrapola na emissão de opinião, enfatizar a contribuição da tecnologia para potencializar a intolerância frente à opinião contrária e comparar a sociedade presente no livro 1984 e a brasileira, para fazer um paralelo e mostrar a importância da diversidade de opiniões.

(Metodologia) Método de procedimento: comparativo (a comparação da sociedade de 1984 e a atual brasileira) e descritivo; Método de abordagem: hipotético-dedutivo (parte, com dito anteriormente, de uma hipótese); Método de pesquisa: qualitativo; Técnica de pesquisa: bibliográfico (lei, doutrina e artigo).

(Resultados) A serem encontrados.

(Conclusão) A ser encontrada.

Palavras-Chave: 1984. Liberdade de Expressão. Responsabilidade Civil. Direitos fundamentais.

A (IN)VISIBILIDADE FEMININA NO SISTEMA CARCERÁRIO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PENITENCIÁRIA ESTADUAL DO SERIDÓ (CAICÓ) E O COMPLEXO PENAL JOÃO CHAVES (NATAL)

Autor(es):

Izabela Mikaela de Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A princípio, o Direito Penal e o sistema punitivo eram caracterizados pelo sistema de resolução de conflitos através da autotutela, onde surgiu primeiramente o papel da vingança e posteriormente, na Idade Média, o surgimento da inquisição, onde existiam as penas cruéis e não era oferecido ao acusado o direito ao contraditório. No decorrer da história e com a necessidade de adequação com a evolução da sociedade surgem os questionamentos sobre esses métodos de punição e com isso a ideia de que deveria haver a proporcionalidade da pena, pensamento defendido por Cesare Beccaria, que influenciou o primeiro avanço do direito penal no Brasil que foi o primeiro Código Criminal de 1830 e assim sucessivamente o Código Penal de 1890 e o vigente de 1940 e, neste último trazendo em seu texto os princípios constitucionais da Carta Magna de 1988. Partindo para a análise das primeiras prisões, estas buscavam a transformação do indivíduo criminoso através do trabalho não oneroso, já a partir do século XVI na Europa, começavam a surgir as prisões modernas que não só albergavam aqueles que cometiam delitos, mas também recebiam moradores de rua. E através desse contexto é que se vê que a inserção da mulher na esfera punitiva do direito penal inicialmente não foi aceita, pois esta não era vista como alguém que pudesse delinquir, a visão inicial sobre a mulher era idealizada como uma dona do lar, mãe e esposa submissa ao marido. Com a evolução e a mudança da representação social da mulher, diferente do que era demonstrada na sociedade patriarcal com o seu papel de atuação limitada, a mulher passou a ser observada de forma diferente, como alguém que pode delinquir e sofrer as consequências da punição estatal. A partir dessa análise e da observação do sistema carcerário feminino no Rio Grande do Norte, que adota o sistema carcerário misto, onde em um ambiente prisional homens e mulheres só são separados por setores, permite-se o questionamento se o sistema carcerário deste estado estaria preparado para receber a mulher.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa baseada na doutrina do Direito Penal e do Direito Constitucional. Quanto ao método de abordagem, a presente pesquisa utiliza o hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que existe uma invisibilidade de gênero dentro do sistema carcerário, assim como nos presídios do Rio Grande do Norte, e sobre a capacidade do Estado em questão construir presídios individualmente femininos para que possa atender as necessidades específicas da mulher. Quanto ao método de procedimento utilizou-se o comparativo, histórico e estatístico.

(Resultados) Diante do fato de que a pesquisa ainda está em andamento, busca-se realizar um levantamento histórico acerca do Presídio Estadual do Seridó e do Complexo Penal João Chaves, assim comparando-os em relação as suas estruturas e demonstrar a real situação da mulher encarcerada. Assim como externar de que forma estão sendo repassados e utilizados os recursos ao sistema carcerário e se de fato estão sendo proporcionadas as garantias necessárias as mulheres dentro dos presídios em questão.

(Conclusão) Por fim, espera-se que com a presente pesquisa seja demonstrado a realidade feminina dentro dos presídios e que essa realidade que contrapõe os preceitos constitucionais, como a dignidade humana, e o direito a assistência previsto na Legislação Especial Penal para os apenados, seja modificada visando uma melhor estrutura física e assistencial para a recepção da mulher no sistema carcerário.

Palavras-Chave: Código Penal; Sistema Carcerário Feminino; Invisibilidade; Estado; Recursos.

A ANISTIA PELOS CRIMES DE TORTURA NA DITADURA MILITAR: VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E A POSSÍVEL IMPUTABILIDADE DOS MILITARES NOS DIAS ATUAIS.

Autor(es):

Daniela Ferreira de Queiroz Serejo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Durante pouco mais de vinte anos, o Brasil viveu um período que a humanidade deseja esquecer. A ditadura militar suprimiu direitos fundamentais aos cidadãos e ficou marcada pela violência e tortura. Muitos foram os crimes políticos cometidos e, a sua maioria, utilizando-se de tortura para concretizá-los. Devido às inúmeras atrocidades cometidas, é de suma importância social e jurídica que seja feita uma pesquisa e consequente verificação legal sobre a responsabilidade penal dos militares quanto aos crimes de tortura na época em questão. É, até hoje, um tema que divide opiniões da sociedade e de autoridades do Direito, tornando-o ainda mais interessante a ser explorado e discutido no âmbito acadêmico. Desse modo, o objetivo do presente trabalho é analisar a viabilidade jurídica da punição dos agentes, no momento atual, pelos crimes de tortura cometidos à época do regime militar brasileiro.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método hipotético-dedutivo, partindo da análise de que os crimes de tortura, se interpretados como crimes de Lesa-Humanidade, possibilitam, ainda hoje, a imputabilidade dos militares por tais condutas no regime ditatorial como espécie de solução provisória ao problema, em busca de uma síntese crítica que possa contribuir para a reflexão da Ciência do Direito. Os métodos de procedimento compreendem o histórico, o descritivo, o comparativo e o tipológico e as técnicas de pesquisa aplicadas serão documentos e bibliografias, com ênfase em legislações e jurisprudência do STF.

(Resultados) Faz-se premente relatar que os resultados e a conclusão são apenas informações esperadas da pesquisa, visto que esta ainda está em andamento, sendo desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso. Em 1979, foi promulgada a Lei de Anistia, trazendo o perdão àqueles que praticaram crimes políticos ou crimes conexos a estes no período de 1961-1979, podendo estes últimos ser de qualquer natureza. Com isso, tal lei deixa implícito que os crimes de tortura cometidos em grande parte da ditadura militar também seriam perdoados e os militares não seriam responsabilizados por essas ações, visto que esse crime não foi citado no artigo 1º, parágrafo 2º, que traz a vedação da anistia para determinados delitos. A Constituição Federal de 1967, vigente à época, era omissa em relação a esse crime, visto que se quer consta a palavra tortura em sua letra de lei. Contudo, já existiam Convenções Internacionais importantíssimas – base dos Direitos Humanos – que foram claramente violadas pela anistia concedida, como o Pacto São José da Costa Rica, em seu artigo 5º, quando trata que “ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes” e no artigo 27, ao dizer que mesmo em caso de guerra, perigo público ou outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado, este não poderá suspender os direitos referentes à integridade pessoal dos indivíduos. Além disso, no que diz respeito à divergência de opiniões sobre a classificação do crime de tortura, segue-se a linha de pensamento de importantes doutrinadores do Direito que consideram que tal ilícito não é crime político nem anexo e sim um crime comum contra a humanidade, fazendo com que este não seja atingido pela prescrição.

(Conclusão) Por fim, espera-se concluir, a partir de estudos já realizados e pesquisas futuras, que a anistia concedida aos militares viola os Direitos Humanos, atingindo fortemente o princípio da dignidade da pessoa humana de todos aqueles que tiveram sua integridade ultrajada durante o período do regime militar brasileiro. E, consolidando o pensamento que os crimes de tortura são crimes de Lesa-Humanidade, estes se tornam imprescritíveis, possibilitando, portanto, ainda nos dias atuais, a imputabilidade dos agentes em razão de tais atos durante o governo militar.

Palavras-Chave: Crime de tortura. Direitos Humanos. Ditadura Militar. Lei de Anistia.

**A APLICABILIDADE DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NA REALIDADE PROCESSUAL
BRASILEIRA E SUA IMPORTÂNCIA COMO GARANTIA DOS PRINCIPAIS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS**

Autor(es):

Victor Maciel Ramalho Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 93, IX, prevê que todas as decisões judiciais devem ser fundamentadas sob pena de nulidade. Como na realidade fática processual brasileira este dispositivo notoriamente não estava sendo respeitado, o Novo Código de Processo Civil, em respeito aos preceitos constitucionais, disciplina de forma ostensiva em seu artigo 489 o dever de fundamentação das decisões judiciais, trazendo em seu texto legal, especialmente nos parágrafos 1º e 2º, como essa decisão deve ser fundamentada para ser considerada, de forma mínima, motivada. Desta forma, objetiva-se demonstrar que, mesmo com um judiciário extremamente lento devido a enorme quantidade de processos, a aplicação do dispositivo que traz o dever de fundamentação das decisões judiciais trazido pelo NCPC pode ser positivo para o sistema processual brasileiro e para garantir seus principais princípios.

(Metodologia) Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, pois inicia-se com uma problemática precisa e clara que, a partir do estudo inicial dessa problemática, será inicialmente respondida por uma hipótese, esta que será submetida a um processo de falseamento que terá como resultado seu falseamento e assim modificando-a para dar um novo início ao ciclo, ou para que seja confirmada e assim atinja as conclusões, de forma que não haja uma discrepância entre a teoria e a prática. Consecutivamente, devido a esta pesquisa ser essencialmente conceitual, foi utilizado o método de abordagem descritivo para todos os objetivos. Como técnica de pesquisa, foram utilizadas a bibliográfica e documental.

(Resultados) Constata-se que no Brasil há uma grande divergência doutrinária quanto à aplicabilidade do dever de fundamentação das decisões judiciais e sua relação com o moroso sistema processual brasileiro. O que se observa é que esta diferença de pensamentos está muito relacionada ao papel de atuação enquanto profissional do Direito. Enquanto a classe da advocacia defende ferrenhamente o dever dos magistrados terem que fundamentar exaustivamente suas decisões como uma forma de ampla garantia ao contraditório e como forma de evitar decisões arbitrárias dos juízes, a classe da magistratura, em muitos casos, defende que essa limitação mínima ao que se considera como decisão fundamentada apenas será para atrasar ainda mais os processos. O que se pode notar é que decisões que não são bem fundamentadas, ou que são de forma abstrata/genérica, geram nas partes e seus advogados certas dificuldades como no momento de impetrar um recurso, pois devido aquela má fundamentação, as partes não conseguem entender o que aquela decisão quis dizer/atacar, gerando dúvidas até nos motivos que levaram a satisfação ou não da pretensão postulada em juízo, além de que estas decisões genéricas/abstratas muitas vezes escondem arbitrariedades tomadas pelos juízes. Então decisões bem fundamentadas podem até tornar o processo um pouco mais lento, mas garantem às partes uma segurança jurídica muito maior.

(Conclusão) Observa-se então que, como o dever de fundamentação já era abarcado pela Constituição Federal em seu artigo 93, IX, e que uma decisão fundamentada de forma genérica/abstrata pode acarretar em sérios problemas para o processo como um todo, o dever de fundamentar a decisão judicial é uma forma de garantir aos polos do processo uma maior segurança jurídica, um contraditório mais efetivo e será uma forma de diminuir as arbitrariedades tomadas pelos magistrados.

Palavras-Chave: Fundamentação de Decisões Judiciais. Novo Código de Processo Civil. Segurança Jurídica.

A APLICAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO ÂMBITO DA INTERNET

Autor(es):

Giovanni Micussi Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRUDUÇÃO: O direito ao esquecimento, também conhecido como the right to be forgotten ou the right to be deleted, surgiu na Europa e garante que a pessoa não tenha exposto ao público em geral notícias ou fatos, ainda que verídicos, que ocorreram em determinados momentos de sua vida e que possam causar sofrimento e transtornos a esta pessoa. O direito ao esquecimento ocasiona diversos debates e discussões uma vez que sua aplicação envolve direitos fundamentais como o direito à privacidade, o direito à informação e a liberdade de expressão, direitos estes que acabam em diversos casos conflitando entre si. Estas discussões acabam se tornando ainda mais problemáticas quando envolvidas na esfera digital, visto que a internet é um meio de comunicação em que a movimentação de informações é feita de forma ampla, rápida e fácil. Este trabalho visa analisar de que forma o direito ao esquecimento está presente dentro da lei número 12.965 de 23 de Abril de 2014, mais conhecida como marco civil da internet, lei esta que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

(Metodologia) METODOLOGIA: O presente trabalho utiliza o método dedutivo em sua abordagem, visto que se está inicialmente realizando uma análise mais geral da lei número 12.965 de 23 de Abril de 2014, e partindo desta análise estão sendo elaboradas as devidas conclusões e observações referentes ao direito ao esquecimento dentro desta. Os métodos de procedimento utilizados foram o histórico, pois será feita uma verificação das origens do direito ao esquecimento; o comparativo uma vez que serão analisados e comparados alguns direitos fundamentais dentro do marco civil da internet, assim como um estudo do direito comparado com a Europa; e por fim o descritivo, pois será feito a descrição do processo de ponderação de princípios. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a leitura bibliográfica de diversos artigos sobre o tema além do estudo de diversos sites, da Constituição Federal e da Legislação Europeia.

(Resultados) RESULTADOS: Quando ocorre uma colisão entre dois princípios fundamentais a técnica utilizada no Brasil para solucionar esse conflito é a técnica da ponderação. Ponderar princípios é analisar no caso concreto qual princípio deve se sobressair, deve-se buscar uma adequação, tentando equilibrar ambos os princípios para que um não restrinja totalmente o outro, dessa forma é tentado fazer que um princípio delimite o outro apenas parcialmente sem afetar o seu núcleo essencial. Neste artigo temos o conflito entre o direito à privacidade e o direito a liberdade de informação na internet, o quanto cada um desses princípios for restringido determinará a aplicação do direito ao esquecimento no caso concreto.

(Conclusão) CONCLUSÃO: Este trabalho científico ainda está em andamento e não possui no presente momento uma conclusão para ser apresentada.

Palavras-Chave: Direito ao esquecimento; Marco civil da internet; Conflito entre direitos fundamentais; Ponderação.

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E SEUS EFEITOS NA REDUÇÃO DA BANALIZAÇÃO DAS PRISÕES CAUTELARES NO BRASIL

Autor(es):

Maria Mariana Denes da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como base de estudo a proposta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de implantação de Audiência de Custódia, no ano de 2015, como forma de garantir a efetividade aos tratados internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário, como o Pacto de San Jose da Costa Rica, além de ser vista como uma prática que poderá auxiliar no controle da banalização das prisões cautelares, tendo em vista o excessivo número de encarcerados provisórios, o déficit de vagas do sistema prisional e as diversas violações dos direitos fundamentais dos investigados. Tal excesso da população carcerária, a partir de uma reflexão constitucional do direito brasileiro, incide não somente no número de indivíduos presos, mas também sobre o questionamento das legalidades de tais medidas. Portanto, a problemática central do presente trabalho está baseada no questionamento: Quais seriam os efeitos da audiência de custódia no que diz respeito às prisões cautelares no Brasil? Sendo assim, tem por objetivo geral analisar os efeitos dessa proposta na possível redução dessas prisões no país. Para tanto, foram utilizados dados obtidos por meio de pesquisas realizadas por órgãos oficiais, referentes às prisões no Brasil e sua previsão legal, além de pesquisa bibliográfica referente à audiência de custódia, tanto da doutrina brasileira, como da de autores latino-americanos, cujos ordenamentos jurídicos já preveem audiências similares.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo, partindo da hipótese da redução das prisões cautelares. O método de procedimento é o funcionalista e o comparativo. As técnicas de pesquisa utilizadas são: lei, doutrina, artigos.

(Resultados) De acordo com dados oficiais, é possível observar que, após ter sido lançado experimentalmente em São Paulo, em fevereiro de 2015, o programa em pouco tempo já havia reduzido em 45% (quarenta e cinco por cento) o número de prisões provisórias no estado. O êxito do projeto foi confirmado, também, pelos presidentes dos tribunais do Maranhão, Cleonice Freire, e de Minas Gerais, Pedro Bitencourt Marcondes ainda no ano de 2015. Ou seja, as audiências de custódia têm provocado uma redução significativa do número de presos em delegacias de todo o país, evitando rebeliões, fugas e outros problemas, além de agilizar o andamento dos processos. Sendo assim, espera-se, ao final deste trabalho, demonstrar o resultado dos efeitos da implantação da audiência de custódia, no país, na redução da banalização de prisões cautelares.

(Conclusão) Por se encontrar em andamento, o trabalho ainda não possui conclusão, visto ser um Trabalho de Conclusão de Curso em construção.

Palavras-Chave: audiência de custódia; prisões cautelares; prisão preventiva; encarceramento em massa; direitos fundamentais.

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA QUANTO FORMA DE MITIGAR AS PRISÕES ILEGAIS

Autor(es):

Monique de Souza Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A audiência de Custódia tem seu alicerce no artigo 7º, item 5º do Pacto de San José da Costa Rica, no qual é estabelecido que “toda pessoa presa deve ser conduzida sem demora a presença de um juiz”. Mesmo o Brasil sendo um dos signatários desse tratado, que ocorreu em 1969, o sistema jurídico só criou uma certa estrutura para a efetivação desse importante direito do preso em fevereiro de 2015 com a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça junto com o Ministério da Justiça e o TJ de São Paulo, que deram início ao Projeto de Lei da Audiência de Custódia. Tal medida já está sendo aplicada em praticamente todo o país e com ela, o indivíduo preso em flagrante tem a oportunidade de ter sua prisão reavaliada em um prazo de 24 horas por um juiz, além da presença do Ministério Público e da Defensoria Pública ou advogado do preso. Logo, todas essas autoridades estarão reunidas, argumentando, contra argumentando e analisando de forma cautelosa a liberdade ou não do preso. Então, de que forma a audiência de custódia dignifica a pessoa humana?

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada através da legislação, doutrina, jurisprudência, notícias e artigos científicos. Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa, foi-se utilizado o método de abordagem dialético, partindo de uma observação da realidade e uma análise da dinâmica social, política e criminal do tema, além da utilização de argumentos e contra argumentos para a obtenção de uma verdade. Quanto aos objetivos específicos, os métodos de procedimento usados foram: descritivo, comparativo e estatístico.

(Resultados) O presente projeto tem por escopo disseminar ainda mais a ideia de que, nada é mais importante para a sociedade do que as situações que colocam em jogo a vida humana e a liberdade de alguém que esteja preso. Dessa forma, o projeto conterà um exame minucioso da audiência de custódia dentro do ordenamento jurídico brasileiro, juntamente com a elaboração de um paralelo entre o antes e o depois da implantação dessa importante medida, além da exposição de dados estáticos de sua aplicação no Brasil. Levando em consideração que o trabalho está em andamento, não possui, no momento, os resultados almejados.

(Conclusão) Podemos constatar que a audiência de custódia está intimamente ligada aos direitos humanos, pois a partir dela verifica-se a legalidade das prisões em flagrante, evitando cárceres por engano ou desnecessários, inibindo os maus tratos e as torturas praticados pela polícia, garantindo o contraditório na fase pré processual e, finalmente, aliviando o sistema penitenciário. Portanto, o Brasil deve se estruturar cada vez mais para uma melhor efetivação das audiências de custódia, já que a vida e a liberdade humana são dois bens jurídicos extremamente relevantes.

Palavras-Chave: Prisão em Flagrante. Garantia. Legalidade. Liberdade. Direitos Humanos.

A CARGA PROBATÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ANÁLISE DA ATA NOTARIAL COMO MEIO DE PROVA SEGURA.

Autor(es):

João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Thiago Murilo Nóbrega Galvão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ata notarial, anteriormente concebida pelo Código de Processo Civil de 1973 como prova atípica por não estar prevista neste texto legal e sim respaldada pelo artigo 7º da lei 8.935/94, representa a grande novidade advinda do novo CPC em relação ao estudo das provas, uma vez que agora ela é considerada um meio de prova real e expressamente regulada pelo artigo 384. Sendo assim, a essência deste tipo de prova consiste no trabalho do tabelião em verificar ou presenciar, e conseqüentemente autenticar, a ocorrência de atos ou fatos, com o intuito de revesti-los de fé pública, podendo assim ser utilizado nos processos judiciais pelas partes interessadas na carga probatória. Neste sentido, o tema desperta a curiosidade de boa parte da doutrina em relação à forma de como esta ferramenta probatória passará a ser utilizada pelos advogados e como ela será interpretada pelos juizes.

(Metodologia) O presente trabalho tem como objetivo estudar a ata notarial enquanto carga probatória fundamental no processo civil e sua nova formulação face à vigência do Código de 2015, incluindo os casos que forem pertinentes a sua utilização na prática forense. Por isso, a pesquisa é qualitativa com abordagem dedutiva quanto aos dados colhidos, com estudo de alguns casos concretos para aprofundamento do problema estudado.

(Resultados) A pesquisa científica a respeito desta temática traz ao mundo jurídico alguns resultados imediatos e algumas hipóteses que só poderão ser verificadas na prática quando a grande parte dos juristas se adaptarem ao novo código. Neste diapasão, constatou-se que a reformulação da ata notarial enquanto prova típica apresenta vários benefícios para as partes em relação ao seu ônus de provar, dentre eles: permite expressamente o seu uso quanto a arquivos eletrônicos, reconhecimento extrajudicial de usucapião processado diretamente no cartório, documentação do conteúdo de um e-mail com informações de quem envia e recebe e IP do computador, documentação de uma marca sendo utilizada indevidamente por determinada empresa em seu site oficial, da presença de uma pessoa em um determinado lugar, da opinião caluniosa injuriosa ou difamatória proferida por alguém num site ou aplicativo de relacionamento e da perturbação da paz num condômino residencial por força de uso indevido de aparelho sonoro.

(Conclusão) Conclui-se que, dentro do contexto proposto e analisado, a ata notarial será de grande valia para a celeridade processual como prova já devidamente constituída face a fé pública do tabelião, tendo como consequência a simplificação dos procedimentos e ritos processuais e servindo de estímulo ao uso de métodos alternativos de conflitos, o que contribui para um futuro processual menos burocrático, levando em consideração que é uma forma de produção antecipada de prova. Somado a isso, espera-se que devido ao seu conteúdo de prova testemunhal, este tipo de prova contribua para diminuição significativa de bullying digital. Todavia, é mister salientar que o tabelião no gozo de suas atribuições legais não poderá emitir juízo técnico ou científico a respeito do que presenciou e do que constará na ata notarial.

Palavras-Chave: Ata Notarial. Prova. Novo CPC.

A CASSAÇÃO DO MANDATO ELETIVO POR IRREGULARIDADES ELEITORAIS E SUA REPERCUSSÃO NO SISTEMA PROPORCIONAL DE ELEIÇÃO.

Autor(es):

Fernanda Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O presente trabalho tem a finalidade de abordar sobre a cassação do mandato eletivo causados por irregularidades eleitorais e qual vai ser a sua repercussão no sistema proporcional de eleição. O sistema proporcional de eleição é aquele sistema baseado na votação dos partidos ou coligações que participam do pleito. Os crimes eleitorais, assim como os ilícitos, praticados pelos candidatos causam um impacto no sistema eleitoral. Esse impacto é o motivo de análise e investigação no presente projeto. O assunto em tela ainda é pouco discutido no âmbito jurídico, e tem sido observado com maior frequência na atualidade por se tratarem de casos relevantes que culminam em cassação com perda de mandato. Objetiva-se nesse trabalho, identificar quais são as irregularidades que mais geram cassação e o impacto que causam no sistema proporcional de eleição. Além de verificar o sistema proporcional de eleição e investigar as consequências da cassação no sistema proporcional. O crime eleitoral de abuso de poder político e econômico entra em conflito com os princípios da isonomia do processo eleitoral, proibidade, legitimidade e moralidade, segundo alguns doutrinadores, encontra também argumentação no artigo 22 da LC 64. Já a captação ilícita de sufrágio está tipificada na lei 9.504/1997, artigo 41- A e no artigo 299 do código eleitoral. Além desses, o trabalho abordará a conduta vedada, tipificada pela lei das eleições no seu art.73. Por meio deste, será questionado se há a possibilidade dos votos que foram dados a certo candidato de uma coligação ou partido, e se esse candidato vier a ser cassado por um crime ou por um ilícito eleitoral, os votos dele serão aproveitados? Será discutido também o plano ético, muito bem disciplinado através dos princípios eleitorais, com as condutas supracitadas.

(Metodologia) A metodologia utilizada no trabalho quanto ao método de abordagem foi o dialético, pois o tema abordado deve ser observado dentro de um contexto histórico e político, econômico e social. Quanto ao método de procedimento o histórico, pois parte da investigação de acontecimentos no passado, buscando verificar se há influência na atualidade. O descritivo, pois é onde serão apresentados os ilícitos eleitorais causadores de cassação do mandato, através do sistema de eleição. Com relação a técnica de pesquisa utilizada foi a doutrina, a lei e as leis complementares.

(Resultados) Revelou a pesquisa que diversos ilícitos eleitorais podem implicar a cassação do registro ou do diploma do candidato, entre os quais o abuso de poder político, o abuso de poder econômico, as condutas vedadas e a captação ilícita de sufrágio, que inclusive consiste em crime. Como resultado, ainda, revelou-se que, no caso da eleição proporcional, se a cassação ocorrer somente depois do pleito, não haverá alteração do quociente eleitoral e, assim, os demais candidatos acabarão beneficiados pelos votos do candidato cassado, mesmo tendo esse se valido de práticas ilícitas para obtê-los.

(Conclusão) É necessária uma reflexão sobre as repercussões do voto obtido de forma ilícita, via crimes e ilícitos eleitorais, no sistema proporcional de eleição. É que o sistema atual autoriza que os demais candidatos do partido ou coligação sejam beneficiados pelos votos ilicitamente obtidos pelo candidato de esse vier a ser cassado depois da eleição por abusos de poder político e econômico, captação ilícita de sufrágio, conduta vedada e outras condutas. Tal situação, porém, pelas características diferentes dos sistemas, não se aplica ao sistema majoritário, pois aqui cada candidato conta apenas com os seus votos, não com aqueles dados ao partido e demais candidatos (quociente partidário).

Palavras-Chave: sistema proporcional; cassação; irregularidades eleitorais;

A CONSTITUCIONALIDADE DA FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS BRASILEIRAS: CRESCIMENTO ECONÔMICO OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?

Autor(es):

Maria Mariana Cirilo de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Ana Carolina Medeiros Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Tayna Melo de Abreu: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A partir da conjuntura do cenário mundial, inserida em um avanço tecnológico- econômico instável, várias bases sociais vêm sendo questionadas por não estar mais satisfazendo o seu papel substancial, a exemplo das bases trabalhistas. Nesse sentido, com a abertura de mercado, aumento de desemprego e avanço da crise econômica tornou-se necessária uma mudança nas relações trabalhistas que satisfaça ambas as partes: empregado e empregador. A partir disso, uma das soluções que vem sendo apresentadas e que será explanada nesse trabalho é a flexibilização das leis trabalhistas, a qual tem tido sua constitucionalidade questionada, uma vez que configura um risco de supressão aos direitos fundamentais e trabalhistas preceituados pela Carta Magna.

(Metodologia) Com a finalidade de alcançar os objetivos a que se destina essa pesquisa, elaborou-se uma pesquisa pelo método dialético, em um procedimento histórico-evolutivo e comparativo, e pesquisa bibliográfica compatibilizando-se a literatura especializada com argumentos de artigos da Constituição Federal com a reflexão de projetos de Lei sobre flexibilização das leis trabalhistas brasileiras.

(Resultados) Discute-se, a partir do Projeto de Lei 4.962/2016, a flexibilização das leis trabalhistas, pela necessidade de uma predominância da vontade das partes nos acordos entre empregado e empregador, de forma a garantir o desenvolvimento econômico a partir dos avanços tecnológicos e sociais que permeiam e influenciam as relações de trabalho. Contudo, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ao tutelar os direitos do trabalhador, em contexto com a Carta Magna, defende, não somente o indivíduo (trabalhador), mas toda a coletividade e a classe sindical, impondo normas a serem cumpridas pelas empresas para propiciar um trabalho digno, garantindo-lhes seus direitos fundamentais e sociais. Da mesma forma, a Constituição Federal garante os direitos aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que permite a flexibilização de algum destes, por meio de acordo ou convenção, a exemplo do salário e da jornada de trabalho. No entanto, vale ressaltar que, embora a conjuntura político-sócio-econômica atual mostre a necessidade de se flexibilizar as normas que regulam o trabalho no Brasil, o sistema de relativização dessas leis pode acarretar impactos significativos na sociedade, sendo responsável pela precariedade da qualidade de vida e trabalho dos operários, uma vez que estes se tornam mais vulneráveis a regimes flexíveis que afastem seus direitos constitucionais fundamentais garantidos.

(Conclusão) Conclui-se que a problemática do tema está em pauta, a fim de solucionar uma crise que assola não só o Brasil, mas o mundo globalizado. Ressalta-se ainda que questões como a autoria da vontade das partes em negociações coletivas e os limites que tais negociações devem ter para respeitar os direitos fundamentais, inerentes ao trilhamento laboral, são temas que necessitam detalhamento social da realidade enfrentada pelo país, levando em consideração os resultados da possível mudança no meio jurídico, social e econômico. Destarte, flexibilizar as leis trabalhistas não é um simples processo de alteração legal, mas, uma mudança estrutural da cadeia trabalhista. Por fim, é de responsabilidade do Estado estabelecer políticas que favoreçam a sociedade e a instância trabalhista, visando o bem estar público e social.

Palavras-Chave: Flexibilização das leis trabalhistas. Constitucionalidade das leis trabalhistas. Flexibilização das leis trabalhistas. Constituição brasileira e precariedade do Trabalho. Globalização, Direitos Fundamentais e trabalho.

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA NOS TERMOS DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA 122/2006.

Autor(es):

Victor Costa de Assis: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) É sabido que o ato de discriminar alguém pelo fato da cor da pele, origem, etnia, religião e raça é considerados crime no Brasil, previsto na lei número 7.716 de 1989. O que infelizmente ainda não é considerado crime, porém já existe projeto de lei que visa a criminalização, é a conduta de discriminar motivado pela orientação sexual ou identidade de gênero. Partindo dessa premissa, desenvolvo meu trabalho com o seguinte tema: A criminalização da homofobia nos termos do Projeto de Lei da Câmara 122/2006. Onde pretendo primeiramente fazer uma análise histórica da homofobia, voltando no tempo para mostrar que esse tipo de conduta discriminatória atravessa gerações. Planejo analisar o projeto de lei em si, apresentando os principais benefícios, e quais seriam os efeitos na sociedade. Almejo também dissertar sobre as divergentes visões sobre o projeto de lei, expondo tanto a visão dos defensores quanto dos opositores ao projeto de lei.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de caráter dedutivo, onde o trabalho partirá do macro para o micro, do geral para o específico. No caso, a homofobia seria o geral e o projeto de lei que visa a criminalização seria o específico. A pesquisa constará de três métodos de procedimento, são eles: histórico, onde haverá uma análise histórica da homofobia; estatístico, com a apresentação de dados estatísticos da homofobia no Brasil e comparativo, visto que haverá comparação entre as divergentes visões sobre o projeto de lei. Para realização de tal pesquisa, será utilizado como base: o Projeto de Lei 122/2006 que visa criminalizar a homofobia; a Lei número 7.716 de 5 de janeiro de 1989 (racismo); sites; assim como também artigos científicos para um melhor aperfeiçoamento do conteúdo.

(Resultados) Pretendo obter com o meu trabalho a conscientização da sociedade de que ela não possui o direito de discriminar alguém pelo simples fato da orientação sexual ou identidade de gênero; a apresentação da insuficiência de normas que resguardem essa minoria, principalmente no que diz respeito à discriminação; a reconstrução da visão, muitas vezes equivocada, das pessoas em relação ao projeto de lei. Assim como também, disseminar o tema, com a intenção de que se torne um assunto mais discutido na sociedade. Visto que o trabalho ainda está em fase de pesquisa, onde será tratado de forma mais aprofundada futuramente no trabalho de conclusão de curso, fazendo assim com que haja uma produção concreta de resultados.

(Conclusão) Destarte, visto disseminar o tema, a ponto que se torne pauta em discussões, e que a sociedade se conscientize de que é necessária uma lei que puna esse tipo de conduta (homofobia), pois é inadmissível que homossexuais e transexuais sejam tratados de forma diferente dos demais. Concretizando assim os objetivos do meu trabalho e me satisfazendo pessoalmente, já que trabalhar com tal tema foi de suma importância para minha vida acadêmica e pessoal, pois assim pude aprofundar um tema que me interessa e envolve a área de Direito.

Palavras-Chave: Homofobia; Discriminação; Projeto de Lei;

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Autor(es):

Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Protestar é algo mais comum do que se parece em um contexto político-econômico-social instável e turbulento, principalmente quando ameaça e extingue direitos. E em embate entre classe política que resultou em um golpe na democracia brasileira, protestar tornou-se sinônimo de resistir, denunciar, tais medidas antidemocráticas que vai na contramão de um projeto de sociedade plural, justa e fraterna. A democracia é um processo de construção social-histórica marcado por muitos conflitos e disputas de interesses, e não seria possível sua conquista, se não fosse através dos movimentos sociais. Neste sentido, criminaliza-los seria cecear a liberdade de expressão e de pensamento, princípios esses constitucionais que marcam a ruptura de um Estado Ditatorial para um Estado Democrático.

(Metodologia) A metodologia a ser utilizada no campo da abordagem é dedutivo-hipotético. A tipologia da profissão é explicativa e exploratória e os métodos de procedimento serão comparativos, verificando o direito internacional (comparado) e a Constituição Federal de 1988. Quanto a técnica de pesquisa, os meios pertinentes são a doutrina, legislação e jurisprudência, para melhor compreensão do tema.

(Resultados) Sob o pretexto de combater o terrorismo, a discussão criou força no intervalo entre a copa do mundo de futebol e os jogos olímpicos que aconteceram no Rio de Janeiro, evento este excepcional, sem falar que o Brasil não está na rota dos países de predominância de origem muçulmana o que tornaria o discurso falacioso para se discutir o Projeto de Lei Antiterrorismo diferentemente de outros países do oriente médio. Neste sentido, não seria plausível a PL 2016/2015, uma vez que a constituição federal já contempla o crime de terrorismo. Acrescenta-se também que o Brasil é signatário de todos os tratados internacionais sobre terrorismo, o que torna essa justificativa mais inconsistente. A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 5º já contempla a liberdade de expressão e manifestação, o direito de protestar é mais que o direito de dizer, é uma reação no sentido de afirmar as reivindicações, a luta e a resistência, daí ser um protesto pelo direito de protestar.

(Conclusão) Constata-se que desde a sua criação, a proposta sofreu algumas alterações e sendo a mais preocupante, sugestão de emenda apresentada pelo Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), inclui no PL 2016/2015 tipificação de um crime de terrorismo, com pena reclusão de 20 a 30 anos de prisão. A então definição do crime de terrorismo é contraditória deixando margens, como uma forma de intimidação do estado apresentando uma vera semelhança com as manifestações dos movimentos sociais, levando-nos a entender que protestar é crime, quando na verdade é um Direito Fundamental presente no Art. 5º na Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: PL 2016/2015, Constituição Federal de 1988, Movimentos Sociais.

A CRISE CARCERÁRIA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A REINCIDÊNCIA DE EGRESSOS NO SISTEMA PRISIONAL

Autor(es):

Bruno Werter do Rego Honorato: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos últimos anos, a preocupação com o sistema prisional brasileiro, perpassa a uma mera obrigação administrativa, nos sendo imposta a inquietação social mediante a violência cotidiana. Objetiva-se na pesquisa expor a estrutura das penitenciárias brasileiras, juntamente com o nível de reincidência de ex-detentos, buscando a comprovação que a falta de investimento nos complexos pode ser um dos fatores que culminam para a falha na ressocialização dos apenados. Cezar Peluso, presidente do CNJ, afirma que o nível de reincidência no Brasil é de 70%, porcentagem exorbitante que nos deixa a pensar se o sistema penal está cumprindo seu real sentido social.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Em síntese, o desenvolvimento do tema, proveio de um posicionamento teórico e prático, onde a maior parte do projeto concentrou-se na obtenção de coletas de dados já apurados, para assim, chegar a constatação de como se encontra a realidade do sistema carcerário, observando-se às suas estruturas físicas em detrimento com a ressocialização dos apenados. Em campo, foi realizada uma visita a penitenciária da cidade de Pau dos Ferros e proferida uma entrevista com seu ex-diretor.

(Resultados) Tendo em vista a pesquisa de cunho teórico, apura-se um aumento demasiado nos níveis de criminalidade nas últimas décadas, somando-se ao crescente número de reincidência. O descaso dos governantes para com as condições de vida dos apenados é alarmante, a superlotação e a própria estrutura dos complexos barbarizam toda a sociedade. Diversos são os textos que apresentam o definhamento das prisões brasileiras. Após a visita empreitada ao complexo, juntamente com alguns comentários proferidos pelo ex-diretor, torna-se evidente a falta de cuidado com a integridade física e moral dos apenados. Percebe-se o desgaste psicológico massivo de viver encarcerado, atrelando-se as mínimas condições presentes, caímos na graça de fazer valer a veracidade nas palavras de Jhon Howard, que em seu livro, *State os Prisions*, descreve a situação dos presos em 1977, nas prisões inglesas, e apresenta a importância da humanização e racionalização das penas, preocupando-se principalmente com as precariedades das penitenciárias.

(Conclusão) Observa-se que as péssimas condições estruturais apresentadas aos encarcerados, resulta em sua reincidência, onde se torna mais atrativo ao estado, ter o indivíduo reincidente do que investir em métodos ressocializantes dentro das prisões, já que tal sistema, teria como função o resgaste da autoestima do indivíduo, atrelando-se ao sentimento de pertencimento social. A Constituição Federal Brasileira é elencada pelo princípio da dignidade humana, onde este orienta os demais princípios a serem seguidos, porém, nos deparamos com uma quebra de pacto. A falta de investimento junto com a estrutura em decadência de tais complexos, forma um ciclo, onde a prisão passa a ser um local de aperfeiçoamento dos seus atos ilícitos e não uma reeducadora de conduta.

Palavras-Chave: Penitenciárias; reincidência; estruturas.

A CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL, O PRINCÍPIO DA COCULPABILIDADE ESTATAL E A REINICIDÊNCIA CRIMINAL

Autor(es):

Fernanda de Oliveira Justino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa pretende demonstrar a parcela de culpa do Estado e seus gestores no atual cenário do sistema carcerário brasileiro, e, conseqüentemente, o ônus que lhes cabe no tocante à reincidência criminal. Nesse contexto, o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), estabelecido e regido pela Lei Complementar nº 79/1994, surge como fonte de subsídio mantenedor de todo o sistema prisional nacional, sendo gerido pelo Departamento de Assuntos Penitenciários da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça, a fim de proporcionar sua modernização, visto que as unidades federativas não possuem autonomia financeira para custear tal sistema. Porém, com o constante contingenciamento dos recursos por parte da União, a situação prisional do país só piora. Favorável a este entendimento está o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que ressalta ser plausível, e necessária, a imputação de culpa ao Estado como "crime de responsabilidade" face ao contingenciamento destas verbas.

(Metodologia) Ampara-se em uma abordagem majoritariamente descritiva em consonância com o método dedutivo.

(Resultados) Após grande polêmica e uma espera de quase 20 anos, em meados de 2015, o STF se posicionou quanto ao contingenciamento dos recursos do FUNPEN, votando o ministro Marco Aurélio pela imediata liberação das verbas do fundo, bem como todo o acumulado, com o fito de reerguer um sistema prisional cronicamente deficitário. Desta conjuntura de descaso e má gestão por parte dos nossos governantes, buscou-se caracterizar a responsabilidade do Estado nas ocorrências de reincidência, uma vez que estas, em grande parte, advêm da inaplicabilidade da Lei de Execução Penal (LEP), que determina de maneira forçosa e explícita, em seu artigo primeiro, sua natureza e finalidade precípua de "proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado". Contudo, ao se fazer uma breve análise da realidade carcerária, juntamente com a reponsabilidade do Poder Público em reintroduzir os apenados ao convívio social, fica evidente o não cumprimento da LEP por parte do Estado, desmascarando seu fracasso nesse contexto. Rogério Greco depreende a parcela de culpa estatal na reincidência criminal, ao passo que defende ser esta ocorrência a certificação do fracasso público em ressocializar os apenados. Outrossim, é flagrante a diária violação de um caríssimo princípio constitucional por parte da Administração Pública em geral: não se respeita a dignidade da pessoa humana, como norte jurídico-social de nossa Constituição. Legisla-se culturalmente em favor de um Estado Penal, e não de um Estado Democrático de Direito. Logo, a autoridade estatal apenas devolve à sociedade uma resposta paliativa, punindo crimes aparentes e sendo tácito ao crime organizado e às cifras negras, não aplicando uma punição exemplar, que, por vezes, quando há, ocorre de forma hedionda e desproporcional à culpa axiológica.

(Conclusão) Desta forma, podem-se levantar alguns pontos a título de conclusão: o Estado deve ser corresponsável pela reincidência, posto que se mantém inerte ao caos enfrentado por todo o sistema prisional nacional, que chegou a instaurar verdadeiro colapso nos últimos tempos no estado do Rio Grande do Norte; o Estado viola sua própria norma, ao fazer-se estático quanto ao aprimoramento e expansão do sistema penitenciário, assim, havendo por demonstrada a existência de culpa por negligência no que é afeto à questão do cárcere no país; o Estado, ao fracassar em suas políticas ressocializadoras, deve dividir sua respectiva parcela de responsabilidade com os responsáveis diretos pela administração dos recursos financeiros; e, ainda, o Estado, na figura do Poder Judiciário, deve também responder pelas circunstâncias emergenciais advindas da ausente celeridade processual, ao passo que auxilia o quadro de superlotação dos presídios pela demora em julgar as demandas e com encarceramento demasiado, quando poderia aplicar medidas cautelares diversas da prisão, conforme prevê o Código de Processo Penal.

Palavras-Chave: Reincidência; Coculpabilidade; Responsabilidade; Estado; Omissão.

A CRISE MIGRATÓRIA NA EUROPA: UMA VISÃO SOBRE O ATUAL PROCESSO MIGRATÓRIO DO SÉCULO XXI

Autor(es):

José Fábio dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Wellington Henrique de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Esdrália Oliveira Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Carvalho Silva Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Figueiredo de Lima Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca analisar os motivos pelos quais a crise migratória atual na Europa vem ocorrendo, bem como quais políticas estão sendo adotadas pelos países europeus frente aos problemas causados pelo forte processo migratório ocorrido na região. Sabe-se quão grande é a pressão sofrida pelos países da União Europeia, especialmente Itália, Grécia e Hungria no que tange a essa crise migratória originada principalmente dos países da África e Oriente Médio. Mais de 2.600 migrantes morreram por afogamento no Mar Mediterrâneo este ano, tentando alcançar a Grécia ou a Itália. Os conflitos originados na Síria e no Afeganistão, bem como a violência na Eritreia, vêm contribuindo muito para o aumento no processo migratório desenfreado na região. Os governos europeus estão divididos sobre o destino daqueles que chegam à costa, por outro lado há uma enorme preocupação das autoridades em combater o tráfico de pessoas bem como proteger as suas respectivas nações contra o terrorismo, pois grupos extremistas como o Estado Islâmico se aproveitam da fragilidade atual para enviar suas células terroristas àqueles países. Há uma forte pressão pública e alguns países que antes apoiavam a ajuda humanitária aos refugiados inverteram a sua posição e não estão apoiando mais a questão migratória.

(Metodologia) Para a realização desse trabalho, utilizou-se da pesquisa bibliográfica nas mídias sociais e o conhecimento histórico e político dos membros do grupo, enfocando e relacionando a forma contrastante como os europeus trataram e tratam a política de imigração.

(Resultados) Percebe-se que os interesses econômicos ainda sobressaltam outros interesses, mesmo sobre aqueles que versam sobre direitos básicos da pessoa humana. Os países europeus, quando necessitam, encontram formas para atrair pessoas para si. Por outro lado, alguns países europeus como a Inglaterra não demonstram nenhuma ou quase nenhuma vontade, em acolher pessoas, ou mesmo criar políticas que possam trazer dignidade e uma vida melhor a essa gente.

(Conclusão) Conclui-se que a elaboração de uma política europeia e mundial de ajuda aos refugiados se mostra extremamente necessária, não só para os países europeus, mas para todo o mundo. É necessário que se pense nas pessoas deixando de lado os interesses econômicos, ou pelo menos não colocando esses interesses como ponto principal e essencial frente às necessidades básicas humanas. Não se pode aderir a tratados que não se pretenda colocar em prática. Ao não respeitar tratados que deliberaram, os países europeus demonstram que o pensamento mercantilista de alguns séculos atrás não se modificou muito, está aí, enraizado nos interesses dessas grandes potências.

Palavras-Chave: REFUGIADOS, TRATADO, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITOS HUMANOS, INTERESSE ECONÔMICO.

A CULTURA DA JUDICIALIZAÇÃO FRENTE AO SISTEMA MULTIORTAS

Autor(es):

Mariana Elizabete de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Antes mesmo do surgimento da civilização os conflitos sociais já existiam e estes eram resolvidos pela autotutela, havendo a imposição da decisão de uma parte, geralmente a mais forte, em detrimento da outra. No entanto, com a posterior organização da sociedade, o Estado passou a intervir na solução dos litígios, desempenhando o seu papel jurisdicional. Tal poder que é dado ao Estado para ministrar a justiça, ocupa uma posição de proeminência no cenário jurídico, fazendo com que todo conflito possa ser levado ao conhecimento do judiciário, visto que esse direito está presente no texto constitucional no seu artigo 5º, inciso XXXV, denominando-se no princípio da inafastabilidade da jurisdição. Esse princípio resguarda às partes o direito de ação, contudo percebe-se que há um uso exacerbado de tal direito, comprovado com o excesso de judicialização, havendo uma supervalorização da sentença, pouco diálogo entre as partes e um forte congestionamento de demandas nos tribunais do país. Como consequência tem-se o descumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo, com a consequente morosidade processual, além de outras consequências, como a justiça numérica, decisões horóscopo e jurisprudência defensiva. Diante disso, o Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 18 de março de 2016, insere o Sistema Multiportas de solução de conflitos. Tal sistema foi idealizado nos Estados Unidos na segunda metade da década de 70, colocando o país como referência mundial em matéria de resolução de conflitos. O objetivo dessa inovação é demonstrar às partes que há outros meios alternativos de solução de conflitos, tais como a arbitragem, a conciliação, a mediação e outros métodos consensuais, e ainda que optem pelo judiciário, ele deve ser compreendido não apenas como um âmbito de julgamento, mas como um campo dialético, cujo foco principal é resolver conflitos. Dessa forma, com a implementação do Sistema Multiportas, objetiva-se a solução do excesso da judicialização, desafogando o judiciário, aumentando o diálogo entre as partes por meios de métodos alternativos de solução de conflitos.

(Metodologia) Quanto ao método de abordagem, a presente pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que existe um uso exacerbado do direito de ação e que é possível existir eficácia do Sistema Multiportas frente ao excesso de judicialização. Quanto ao método de procedimento utilizou-se o comparativo, histórico e o estatístico. Trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa baseada na doutrina do direito processual civil e direito constitucional.

(Resultados) Busca-se, na presente pesquisa, observar, com base em uma sondagem histórica, as raízes da cultura da judicialização, descobrindo a origem e os motivos do uso exacerbado do direito de ação. Além disso objetiva-se fazer um levantamento estatístico acerca do congestionamento de demandas nos tribunais, afim de verificar a real situação do montante processual no judiciário brasileiro, como também analisar se o Sistema Multiportas pode, de fato, solucionar o problema ocasionado pela supervalorização da sentença.

(Conclusão) Por fim, espera-se que o Sistema Multiportas, proposta trazida pelo Novo Código de Processo Civil, seja capaz de solucionar o problema da grande demanda de processos, pela demonstração de outros meios alternativos de solução conflitos, sendo respeitados os princípios constitucionais que regem o processo civil, possibilitando a harmonia na coexistência do princípio da inafastabilidade da jurisdição com o princípio da duração razoável do processo.

Palavras-Chave: Novo Código de Processo Civil; Sistema Multiportas; Judiciário; Excesso; Princípio.

A DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E SUA CORRELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS.

Autor(es):

Rafaela Monteiro Leal: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para entender a desmilitarização é necessário, a priori, entender a militarização. A militarização da polícia ocorreu durante o período da ditadura militar, através do ato institucional número 5. Com o fim da ditadura, esse trecho do AI-5 foi copiado para a constituição federal de 1988. Isso significava que a polícia iria se estruturar como o exército – porém, a função do exército é a defesa da soberania nacional, portanto, possui lógica de guerra. Já a polícia é um instrumento necessário para a democracia, deve auxiliar a sociedade e protegê-la, de modo que entenda os direitos humanos e lute para preservá-los. Desse modo, o presente estudo pretende analisar os impactos da desmilitarização em relação aos direitos humanos, à constituição federal, e ao código penal militar, possuindo como prioridade a garantia da dignidade da pessoa humana.

(Metodologia) Para a elaboração do presente trabalho, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, buscando comparar dados estatísticos com fatos sociais – e históricos-, documentos, jurisprudências e bibliografias (artigos e livros) - pois o objetivo principal é analisar a desmilitarização da polícia em consenso com o direito e com a realidade social, e não apenas em um plano teórico.

(Resultados) O Código Penal Militar de 1969 em seu artigo 166, veda a manifestação do pensamento em relação ao superior hierárquico ou mesmo contra o Governo. Porém, o artigo 5º, inciso IV da Constituição federal garante a liberdade de manifestação do pensamento. Assim, acredita-se que o dispositivo do Código Penal Militar não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988. Uma pesquisa feita pelo fórum brasileiro de segurança pública em parceria com a FGV, concluiu que 76.1% dos policiais militares são a favor da desmilitarização, 64.4% foram humilhados ou desrespeitados por seus superiores, e 38.8% foram vítimas de tortura, o que fere o artigo 5º, inciso III da constituição federal, onde é garantido que ninguém será submetido à tortura ou a tratamento desumano e degradante. Outro ponto importante, em relatório feito pela anistia internacional, a polícia brasileira foi considerada não só a que mais mata, mas também a que mais morre – a maioria das vítimas, quase 80%, são negros e pobres. Muitos moradores se queixam do viés extremamente racista dos policiais, isso ocorre pela falta de foco nas desigualdades sociais em sua formação, e o policial termina por produzir a mesma opressão de que é vítima no quartel.

(Conclusão) Conclui-se que, a estrutura militarizada, além de ferir princípios constitucionais, fornece uma péssima formação ao policial militar, que recebe um pequeno salário e não possui uma boa infra-estrutura, além de não poder se sindicalizar para reivindicar esses direitos. A desmilitarização tem como objetivo preparar a polícia para entender a dignidade da pessoa humana, os direitos trabalhistas e o código de ética, de modo que ele veja o cidadão como alguém com seus mesmos direitos e deveres. A polícia deve ser uma ponte para democracia, e dialogar com a população de modo que perceba onde existe carência de segurança pública, e assim, consiga suprir essa carência em parceria com o Estado. Todos os direitos serão mantidos, apenas ocorrerá uma unificação, e a polícia que fiscaliza será a mesma que irá trabalhar em campo.

Palavras-Chave: Desmilitarização. Direitos humanos. Constituição. Princípio democrático.

A DIFICULDADE DE INVESTIGAÇÃO E A OMISSÃO DO LEGISLADOR NO QUE CONCERNE AOS CRIMES QUE ACONTECEM NA “DEEP WEB”.

Autor(es):

Ambrozina Cecília Veras de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Considerando que bens jurídicos estão transitando constantemente no ciberespaço, foi-se atraindo todos os tipos de pessoas nesse ambiente, como: pesquisadores, políticos, empresários, médicos, advogados, estudantes e consequentemente os criminosos, que visualizaram nesse espaço grandes vantagens ilícitas, com a ajuda do anonimato e de forma segura, sem o uso de violência física e com baixo custo para a prática. Na esfera virtual os crimes ganham uma nova roupagem, sendo denominados Cybercrimes, que nada mais são do que infrações penais ocorridas no ambiente virtual ou por meio dele. Ocorre que, piora-se a situação quando estes crimes acontecem na Deep Web, o submundo da internet com segurança conferida pela criptografia, garantindo o anonimato, onde o criminoso se aproveita das fragilidades e omissões legislativas, para com o uso da tecnologia disponível praticar todos os tipos de crimes. Frente a isso, surge a seguinte questão: Como seria possível um Estado limitado realizar investigações criminais em um universo anônimo e dotado de complexidades? Com base nessa questão o presente trabalho pretende analisar as dificuldades jurídicas e estatais no que diz respeito às investigações criminais que acontecem na Deep Web.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio da legislação, doutrina, notícias, artigos de opinião e outros artigos científicos. Tendo em vista o objetivo geral da pesquisa foi-se utilizado o método de abordagem hipotético dedutivo, partindo da hipótese de que o estado é limitado, buscando-se previsões para resolver os problemas. Quanto aos objetivos específicos, os métodos de procedimento usados foram: histórico, comparativo estatístico e descritivo, apresentados em análises, comparações e pesquisas.

(Resultados) Através de pesquisas bibliográficas feitas ao longo do Trabalho foram constatadas diversas dificuldades jurídicas para tutelar o espaço da Deep Web, uma vez que as leis são frágeis, com lacunas e técnicas que trazem insegurança jurídica, fomentando os crimes no ambiente virtual. Com base nessas pesquisas, podemos relatar também algumas das infrações penais cometidas na Deep Web. Como: aluguel de assassinos, venda de cartões de créditos roubados, pornografia infantil, venda de órgãos humanos, de armas, comércio de drogas, fóruns secretos de grupos terroristas, entre outras. Frente a isso constatou-se que a Internet Profunda também tem seu lado positivo, pois possui um conteúdo de 4.000 a 5.000 vezes maior, dotado de informações e arquivos que não encontramos na Surface Web.

(Conclusão) Enquanto todos os tipos de pessoas se utilizam das maravilhas da internet, os criminosos se aproveitam das mesmas tecnologias para vitima-las. Explorando as camadas da internet, foram apresentadas as profundezas da Deep Web, mostrando onde está depositado o maior conteúdo da Web e onde se abrigam também os mais nocivos, relevantes e sofisticados crimes. Observou-se a distância dos operadores do direito com relação as questões que tratam do direito digital e suas vertentes, onde as leis são mal elaboradas, inofensivas, eivadas de lacunas e sem auxílio técnico, não conseguindo eficácia. Todavia, é preciso a compreensão de que este problema não é apenas da lei e que para sua solução seria necessário um esforço global que atuasse em vários campos sociais. Dessa forma, conclui-se que é imprescindível o surgimento de políticas públicas para tutelar e educar o uso desse ambiente novo e ainda desconhecido pela maioria da população.

Palavras-Chave: Dificuldade de Investigação. Omissão do Legislador. Crimes. Deep Web.

A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E SEU AVANÇO NO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Jéssica Rodrigues Valença de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O racismo é a crença que todas as pessoas possuem características inatas, biologicamente herdadas, que determinam seu comportamento e que o “sangue” é o marcador da identidade étnica-nacional, ou seja, dentro de um sistema racista o valor do ser humano não é determinado por suas qualidades e defeitos individuais, mas sim pela sua pertinência a uma “nação racial” definida pelo sangue. Dessa forma, as “raças” são hierarquizadas como “melhores” ou “piores”, e estão “acima” ou “abaixo” de outras, preconizando a superioridade de “raças” em detrimento de outras. Historicamente, o racismo serviu como uma forma de justificar o domínio e a exploração de determinados povos sobre outros, como se verificou no período de escravidão, no colonialismo, nos sistemas segregacionistas do sul dos Estados Unidos (sistema Jim e Crow), na África do Sul (apartheid) e principalmente nos genocídios (crimes contra a humanidade) ocorridos ao longo da história. A discriminação racial se dá por meio da exclusão e da imposição de atitudes, políticas, oportunidades, direitos, bem como, do convívio social e econômico para as etnias, e edifica marcas assustadoras que impedem a relação cordial e pacífica entre as diversas nações no mundo. Nesse contexto, é de extrema importância seu combate em virtude do enorme potencial ofensivo que esta conduta acarreta nas relações físicas, psicológicas e na organização da Sociedade em garantir direitos e delegar deveres, porque não somente envolve aspectos sociais, como econômico e político, como também provoca intolerância, ódio e repugnância em quem pratica e mais, indignação em quem sofre a discriminação.

(Metodologia) O método adotado para esta pesquisa é o dedutivo-teórico através de consultas bibliográficas, organismos internacionais e pela análise de precedentes jurisprudenciais,

(Resultados) tendo como resultados os avanços no Direito Internacional e Constitucional no que tange aos direitos conquistados nas duas últimas décadas e os desafios que a Sociedade, o Direito e as Organizações Internacionais enfrentam e irão enfrentar por um bom tempo na luta a fim de garantir o Princípio da Igualdade na efetividade de direitos tão importantes para a construção de relações amistosas entre os povos e o equilíbrio em todas as esferas sociais e no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Toda mudança é criada a partir da desconstrução de outra e para isso é necessária a desconstrução da ideologia racista por meio da educação, e a criação de políticas públicas contra a discriminação, no combate àqueles que discriminam e excluem e no debate insistente sobre este tema ainda tão selado pela Sociedade nos veículos de informação. Muitos intelectuais do final do século 19, incluindo alguns cientistas, contribuíram com apoio pseudocientífico ao desenvolvimento desta falsificação teórica, tais como o inglês Houston Stewart Chamberlain, e exerceram grande influência em muitas pessoas da geração de Adolf Hitler e, por conseguinte, no mundo.

(Conclusão) A despeito dos inúmeros diplomas legais nacionais e internacionais que visam o combate do racismo e, por conseguinte, da discriminação racial, a edição por si só de normas como a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação (1965) ou a criação de uma instituição internacional que cristalice a defesa das relações internacionais não será suficiente para acabar com a exclusão racial, contudo, como será demonstrado, não se pode olvidar da grande contribuição promovida por esses agentes no cenário de proteção dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Discriminação Racial; Direito Internacional; Racismo; Convenção; Princípio da Igualdade; Organização das Nações Unidas; Políticas de Combate;

A EFICÁCIA DA ARBITRAGEM INTERNACIONAL NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

Autor(es):

Joas Lima Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniela Pacheco Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
João Emmanuel Lima de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem por objetivo retratar acerca do método internacional de solução de conflitos denominado arbitragem, demonstrando sua viabilidade e eficiência no âmbito nacional. Nesse passo, serão expostas as formas como se desenvolve o processo arbitral, suas soluções, técnicas, métodos de integração e implementação dos seus instrumentos de pacificação. Além disso, serão analisadas as questões de direito disponíveis a serem objeto de arbitragem internacional, os limites extrajudiciais que devem ser respeitados e os casos concretos firmados e solucionados por meio de tal instituto que nos últimos anos vem ganhando força no cenário nacional.

(Metodologia) O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

(Resultados) Cabe ressaltar que arbitragem internacional se mostra um caminho com efetivos resultados para se dirimir os conflitos internacionais, pois, com o foco na globalização e no desenvolvimento da integração internacional, surgiram inúmeras controvérsias para as quais, em muitos casos, diante da sobrecarga das demandas judiciais, a única via de solução hábil a se utilizar é a via extrajudicial. Com efeito, por ser a arbitragem um método atraente para a solução de conflitos no âmbito internacional, diversos países do mundo perceberam a necessidade de harmonizar o processo arbitral em suas transações. No Brasil, a partir da edição da lei 9.307/96, a arbitragem ganhou relevância como método alternativo de solução de litígios, com o objetivo de evitar atos complexos, extremamente ritualizados e formalistas. Possuindo assento na autonomia das partes, a arbitragem internacional permite uma ampla liberdade para traçar as regras e direitos aplicados a um eventual conflito, observado os limites legais estabelecidos em cada país, tendo, além disso, suas decisões força de sentença para as partes, cumprindo cada qual na comunidade em que se relaciona.

(Conclusão) Diante do exposto, acompanhando a globalização e defronte a crescente expansão das relações jurídicas traçadas entre os países, é de se considerar que a arbitragem internacional possui grande importância no cenário internacional, principalmente diante dos casos em que precisam de uma solução célere, eficaz e especializada. Sua utilização não engloba apenas os Estados, mas também os particulares ao sujeitarem suas demandas e conflitos a árbitros escolhidos de comum acordo pelas partes, com custos muito menores e com a vantagem adicional de sigilo, tecnicismo e celeridade. Dessa forma, considerando o respeito e o cumprimento que os contratantes conferem à decisão proferida no âmbito da arbitragem internacional, é inegável a importância do instituto como sendo um modo seguro e eficaz para a solução de conflitos internacionais, podendo ser o caminho que possibilitará ao Brasil uma melhor preparação para as exigências e desafios da globalização.

Palavras-Chave: DIREITO INTERNACIONAL. ARBITRAGEM INTERNACIONAL. PROCESSO ARBITRAL.

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER FRENTE AO DIREITO SUCESSÓRIO

Autor(es):

Anna Beatriz da Costa Teodoro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Monalisa Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Adriele Oliveira Cachina: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lorena Cortez de Souza Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Desde os primórdios da humanidade foi imposta à mulher uma condição de opressão e submissão, refletindo, desta forma, nos primeiros diplomas legais acerca do direito sucessório. No Direito Romano, o sucessor era o continuador da religião familiar, operando-se apenas na linha masculina. Com o emergir da Revolução Francesa, quando a propriedade e a posse da herança passaram aos herdeiros no momento da morte do hereditando, aboliu-se o direito da primogenitura e o privilégio da masculinidade. No Brasil, o Código Civil de 1916, o pai da mulher podia deserdar a filha “desonesta”, além desta não poder, sem prévia autorização do marido, aceitar ou rejeitar a herança. Posteriormente, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, consagrando formalmente o princípio da isonomia, na qual homens e mulheres passaram a ter os mesmos direitos e obrigações. Com o surgimento do Código Civil de 2002, embora a mulher tenha adquirido a liberdade legislativa, se tornando uma pessoa capaz, assim como conquistou direitos importantíssimos, não só no direito sucessório, mas em todo ordenamento jurídico, ainda há muito a ser alcançado, motivo pelo qual, se deve a relevância da presente pesquisa científica.

(Metodologia) No tocante a metodologia, a presente pesquisa é aplicada, utilizando-se do método histórico, onde será investigada a origem do problema, notadamente a desigualdade do gênero feminino no direito sucessório brasileiro, bem como do método dedutivo, partindo-se das teorias e das leis, que, na maioria das vezes, predizem o acontecimento posterior do fenômeno analisado. Como método de procedimento, aplicaremos o comparativo, envolvendo levantamento bibliográfico.

(Resultados) Não obstante a luta da mulher pela igualdade de gênero, com reflexos no direito sucessório, a conquista de sua capacidade foi apenas um degrau dos imensuráveis direitos a serem assegurados diante da incontestável discriminação ainda presente no atual Código Civil. No tocante, especificamente, a parte sucessória ainda existem vocábulos discriminatórios utilizados no referido diploma normativo, como, por exemplo, a “mulher do cônjuge falecido” e não como “a esposa do cônjuge falecido”, como se o casamento fosse uma condição para ela se tornar mulher.

(Conclusão) Depreende-se que muito embora a mulher tenha alcançado formalmente alguns dos muitos dos direitos almejados, essa conquista tem se firmado mais no campo abstrato, em razão dos resquícios patriarcais impregnados na nossa sociedade não permitir que esta mudança de fato aconteça. Nesse diapasão, os referidos resquícios discriminatórios no direito sucessório refletem, ainda que indiretamente, em outros ramos do ordenamento jurídico brasileiro onde a mulher precisa de muito mais espaço. Por isso, faz-se necessário questionar e debater essa temática para, mediante a desconstrução de conceitos preconstituídos, potencializar a materialização de todos direitos da mulher, transformando, assim, a realidade.

Palavras-Chave: Direito. Sucessões. Evolução legislativa. Direito da mulher.

A FORÇA JUDICIAL DOS PRECEDENTES NO ADVENTO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Autor(es):

Kalyanne Batista da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto visa discutir os efeitos que os precedentes judiciais trazem com o advento do Novo Código de Processo Civil. A escolha do tema consiste na análise da força vinculante concedida a alguns precedentes (delineados no art. 927 do CPC/2015). O sistema jurídico brasileiro possui raiz romano-germânica. Sua principal fonte do direito é a lei e as decisões judiciais produzem, em geral, apenas efeitos entre as partes. Assim, no que se refere ao julgamento de casos futuros, os precedentes judiciais brasileiros possuíam, em regra, uma eficácia meramente argumentativa, não tinham, contudo, de ser obrigatoriamente seguidos, com o Novo CPC esse cenário muda significativamente. O novo código atribuiu efeitos obrigatórios e gerais: aos julgados proferidos pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, em recursos extraordinários e especiais repetitivos, aos acórdãos produzidos pelos demais tribunais, em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e em incidente de assunção de competência. Com a vigência do Novo CPC, os precedentes proferidos em todos esses casos deverão ser obrigatoriamente observados pelas demais instâncias, sob pena de cassação do entendimento divergente, por meio de reclamação. De acordo com as pesquisas realizadas nota-se que ainda há muito que ser debatido acerca do referido instituto, vez que existem diversos questionamentos acerca da sua eficácia e sua aplicação ao Ordenamento Jurídico Brasileiro. Neste ínterim, surge a seguinte indagação "Até que ponto a uniformização das decisões judiciais, assim como o efeito vinculante dos precedentes refletem na diminuição do excesso de demandas do Poder Judiciário, atendimento ao princípio da celeridade processual e segurança jurídica das partes no ordenamento jurídico"?

(Metodologia) O método de abordagem foi o dialético, visto que esse método traz as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que define que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos das suas influências políticas, econômicas, culturais, além de outras. Quanto aos métodos de procedimento tenho o comparativo, o funcional e o estruturalista. A pesquisa será aprofundada com base no direito comparado, doutrina, leis e projetos.

(Resultados) Os resultados que pretendo alcançar visam debater, argumentar os efeitos que os precedentes judiciais trazem com o advento do Novo CPC, o que isso resulta no ordenamento jurídico brasileiro, como esses resultados podem diminuir o excesso de demandas, atendendo ao princípio da celeridade processual e segurança jurídica das partes.

(Conclusão) A conclusão que almejo para o projeto, é a segurança jurídica para quem depende do sistema judiciário brasileiro, uma vez que as decisões judiciais compõem um todo incoerente. Quando comparadas as soluções normativas que cada órgão julgador atribui para casos idênticos, ressalta o tratamento desigual perante o Direito.

Palavras-Chave: PRECEDENTES - SEGURANÇA JURÍDICA - EFEITOS - ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A FUNDAMENTAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PRECEDENTE E ANALOGIA

Autor(es):

Debora Fabricio Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema abordado neste trabalho objetiva-se na compreensão do uso da analogia na estrutura da fundamentação das decisões baseadas em precedentes, porque o Novo Código de Processo Civil destaca o uso de precedentes ao contrário do Código de Processo Civil de 1973 que não o expressou em seus dispositivos. Os artigos 489, 926 e 927 do NCPC foram analisados sob a ótica da Teoria da Argumentação Jurídica, enfatizando a aplicação da analogia e a sua relação com os precedentes na atividade argumentativa exercida pelos juízes em suas decisões judiciais. A hipótese norteadora deste trabalho é que são vagas as referências à analogia nos artigos acima referidos.

(Metodologia) Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa teórica e qualitativa, sendo as ideias norteadoras de Bermejo-Luque (2014) e de Atienza (2005) quanto à Teoria da Argumentação Jurídica. Quanto ao método de abordagem foi utilizado o método hipotético-dedutivo, pois formulamos uma hipótese acima apresentada. Adotamos o seguinte procedimento: identificamos, através de busca textual no NCPC, as ocorrências do termo 'precedente'; identificamos o contexto destas ocorrências; relacionamos esses achados com definições teóricas encontradas na doutrina e por fim, analisamo-las a partir da Teoria da Argumentação por Analogia, conforme desenvolvida por L. Bermejo-Luque.

(Resultados) Os incisos V e VI do artigo 489 associa o precedente às expressões 'ajustamento', 'distinção' e 'superação'. O §2º do artigo 926 associa precedente à limitação do enunciado das súmulas e o §5º do artigo 927, refere-se à publicidade dos precedentes. Na análise dos achados não identificamos a associação expressa dos precedentes à analogia. Porém se considerarmos que o precedente judicial é a "decisão proferida à luz do caso concreto, cujo núcleo essencial pode servir de diretriz para o julgamento de casos futuros e análogos" (conforme P. S. de Jesus), é óbvia a relação do precedente com a analogia. Ademais é da natureza da decisão judicial que "algunos tribunales al decidir un caso concreto, crean jurisprudência, lo que significa que la regla em que se basan su decisión – y que viene expresada en la ratio decidendi del fallo – tiene un carácter general y abstract y vale, em consecuencia, para los casos futuros" (M. Atienza), o que significa que o precedente judicial é inerente a qualquer ordenamento jurídico (Dias de Souza, Didier Jr., Braga, Oliveira apud Jesus).

(Conclusão) Daí decorre que só é possível entender o precedente em um contexto de argumentação por analogia, onde as semelhanças são destacadas para atender ao inciso V e §2º supracitados e as dessemelhanças para atender ao citado inciso VI. Bermejo-Luque identifica o 'uso argumentativo' da analogia (sendo ela quantitativa ou qualitativa) além do mais comumente adotado 'uso explicativo', nos contextos ilustrativos e classificatórios. Por isso, a avaliação do cabimento de um precedente deve se submeter aos critérios de avaliação dos argumentos por analogia, pois "[n]adie duda de que la práctica del derecho consiste, de manera muy fundamental, en argumentar, y todos solemos convenir en que la cualidad que mejor define lo que se entiende por un buen jurista tal vez se ala capacidade para ideas y manejar com habilidade".

Palavras-Chave: Analogia; precedentes; NCPC; fundamentação nas decisões judiciais.

A GESTÃO AMBIENTAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS

Autor(es):

Laila Daniele Gomes de Araujo Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Beatriz de Lemos Romão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Renato Santos Veras Saldanha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thaiana Carla Mesquita de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mirley de Almeida Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da responsabilidade social das empresas em relação ao meio ambiente, incluindo a gestão ambiental em seu método de administração, e a geração de benefícios econômicos e sociais. O meio ambiente, em si, é de relevante importância a todos os moldes que ligam a vida do ser humano. Sendo assim, a utilização de maneira correta dos recursos naturais para atividades econômicas geram desenvolvimento econômico e social, que é indispensável para a sobrevivência humana.

(Metodologia) O método de pesquisa empregado foi o dedutivo, partindo de análises específicas para alcançar uma compreensão mais generalizada. Os dados coletados foram encontrados após pesquisas em livros, artigos científicos e buscas realizadas na internet.

(Resultados) Os homens satisfazem as suas necessidades financeiras através de atividades econômicas, as quais estabelecem rendas para que possam viver com dignidade e qualidade de vida. Essas atividades e seus efeitos sobre o meio ambiente são questões de vasta repercussão por serem muitas vezes devastadoras. Para evitar, compensar ou minimizar seus impactos ambientais, as atividades econômicas, que geram algum dano ao meio ambiente, são objetos de legislações específicas, disciplinadoras de procedimentos tecnológicos e operacionais capazes de eliminar ou reduzir estragos a natureza, tudo isto visando à defesa dos recursos naturais, e evitando, portanto, sua exploração indiscriminada. As empresas são responsáveis pelo uso racional no emprego dos recursos naturais, a fim de conservá-los através de novas tecnologias ambientais, para manter um nível populacional sustentável através do consenso da organização produtiva e social em torno da tomada de decisões a respeito das questões socioambientais. Devido a essa necessária proteção ambiental, é que se deve implantar a Gestão Ambiental no seio das empresas. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a gestão ambiental engloba a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para aplicação, elaboração, revisão e manutenção da política ambiental empresarial, como é o caso do licenciamento ambiental. Tem como principal função fazer com que os impactos ambientais causados pelas empresas sejam reduzidos ao máximo.

(Conclusão) Diante do exposto, é possível concluir que aderir a uma boa Gestão Ambiental nas empresas, faz com que ocorra uma redução em seus custos com a reutilização de materiais que seriam descartados e a economia de matéria-prima, que tem como consequência o aumento da qualidade dos produtos e serviços, além da sua otimização. Ademais, uma empresa ao adotar um método mais sustentável de produção, goza de maior prestígio perante a sociedade e ser reconhecida por ser uma empresa que se preocupa com o bem estar de todos.

Palavras-Chave: RESPONSABILIDADE SOCIAL. MEIO AMBIENTE. GESTÃO AMBIENTAL. EMPRESAS. ATIVIDADES ECONÔMICAS.

A GRAVE CRISE IMIGRATÓRIA NA EUROPA: UMA VISÃO SOBRE A PIOR CRISE MIGRATÓRIA DESDE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Autor(es):

José Fábio dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Wellington Henrique de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Esdralia Oliveira Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Carvalho Silva Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Figueiredo de Lima Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca analisar os motivos pelos quais a crise migratória atual na Europa vem ocorrendo, bem como quais políticas estão sendo adotadas pelos países europeus frente aos problemas causados pelo forte processo migratório ocorrido na região. Sabe-se quão grande é a pressão sofrida pelos países da União Europeia, especialmente Itália, Grécia e Hungria no que tange a essa crise migratória originada principalmente dos países da África e Oriente Médio. Mais de 2.600 migrantes morreram por afogamento no Mar Mediterrâneo este ano, tentando alcançar a Grécia ou a Itália. Os conflitos originados na Síria e no Afeganistão, bem como a violência na Eritreia, vêm contribuindo muito para o aumento no processo migratório desenfreado na região. Os governos europeus estão divididos sobre o destino daqueles que chegam à costa, por outro lado há uma enorme preocupação das autoridades em combater o tráfico de pessoas bem como proteger as suas respectivas nações contra o terrorismo, pois grupos extremistas como o Estado Islâmico se aproveitam da fragilidade atual para enviar suas células terroristas àqueles países. Há uma forte pressão pública e alguns países que antes apoiavam a ajuda humanitária aos refugiados inverteram a sua posição e não estão apoiando mais a questão migratória.

(Metodologia) Para a realização desse trabalho, utilizou-se da pesquisa bibliográfica nas mídias sociais e o conhecimento histórico e político dos membros do grupo, enfocando e relacionando a forma contrastante como os europeus trataram e tratam a política de imigração

(Resultados) Percebe-se que os interesses econômicos ainda sobressaltam outros interesses, mesmo sobre aqueles que versam sobre direitos básicos da pessoa humana. Os países europeus, quando necessitam, encontram formas para atrair pessoas para si. Por outro lado, alguns países europeus como a Inglaterra não demonstram nenhuma ou quase nenhuma vontade, em acolher pessoas, ou mesmo criar políticas que possam trazer dignidade e uma vida melhor a essa gente

(Conclusão) Conclui-se que a elaboração de uma política europeia e mundial de ajuda aos refugiados se mostra extremamente necessária, não só para os países europeus, mas para todo o mundo. É necessário que se pense nas pessoas deixando de lado os interesses econômicos, ou pelo menos não colocando esses interesses como ponto principal e essencial frente às necessidades básicas humanas. Não se pode aderir a tratados que não se pretenda colocar em prática. Ao não respeitar tratados que deliberaram, os países europeus demonstram que o pensamento mercantilista de alguns séculos atrás não se modificou muito, está aí, enraizado nos interesses dessas grandes potências.

Palavras-Chave: REFUGIADOS, TRATADO, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITOS HUMANOS, INTERESSE ECONÔMICO.

A HEMOTERAPIA POR HOMOSSEXUAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO JULGAMENTO DA ADI 5543

Autor(es):

Daiara Garcia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lívia da Nóbrega Siqueira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Ação de Inconstitucionalidade nº 5543 realizada pelo Partido Socialista Brasileiro, encontra-se atualmente em tramite para julgamento no Supremo Tribunal Federal. O teor da ADI trata acerca da inconstitucionalidade para a restrição de hemoterapia por homens que tiveram relações sexuais com outros homens por um período de doze meses desde o último ato sexual, situado na Portaria 158/2016 do Ministério da Saúde e no Artigo 25 da resolução 34/2014 da ANVISA. Recentes levantamentos concluíram que em função das normas supracitadas, 19 milhões de litros de sangue deixam de ser doados anualmente, sendo um número alto de vidas que não receberam a transfusão de sangue. O argumento utilizado pelo Ministério da Saúde para tal proibição é histórico, tendo em vista que após o alastramento do vírus HIV, os homossexuais foram considerados um grupo de alto risco para o contágio. No entanto, observa-se que a hemoterapia está intimamente ligada à saúde de toda a população visto que o direito à vida é o principal direito garantido a todas as pessoas, sem nenhuma distinção, além da dignidade da pessoa humana, direito fundamental à igualdade, objetivo fundamental de promover o bem de todos sem discriminações e princípio da proporcionalidade. Portanto, há de se observar a incompatibilidade dos artigos citados com as garantias e direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de caráter investigatório, na qual aplicamos o método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista que a problemática engloba aspectos sociais e morais, além do direito. O método utilizado para esse projeto é o chamado dialético, a partir do estudo do caso, tendo em vista que, para buscarmos a problemática discutida, se fez necessária a análise das confrontações de teses. Utiliza-se também a historicidade da hemoterapia no Brasil e o desenvolver das suas restrições.

(Resultados) Constata-se que apesar do aumento representativo do grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs) na sociedade, a Portaria nº 158/2016 do Ministério da Saúde que foi sancionada no presente ano, não levou em consideração a possível discriminação à esse grupo, mais especificamente homens homossexuais. Com isso, o PSB foi até o STF, com a ADIN 5543, alegando inconstitucionalidade por se tratar de tratamento discriminatório por parte do Poder Público. Recentemente, o Deputado do estado do Rio de Janeiro Jean Wyllys, entrou com um Projeto de Lei nº 6.297/16 que visa por fim à referida restrição. A justificativa por parte do Ministério da Saúde e da ANVISA é que esse grupo mantém comportamento de risco para a transmissão do vírus HIV, no entanto, segundo o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais, o número de heterossexuais infectados por HIV tem aumentado proporcionalmente, principalmente entre mulheres, colocando assim a justificativa para a restrição citada, sem fundamentos.

(Conclusão) Observa-se que o grupo de homossexuais é visto como um indicador de alto risco quanto a AIDS para o Ministério da Saúde, com a justificativa de que a prática sexual entre dois homens apresenta mais ameaças ao vírus, como também outras doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, são feridos princípios constitucionais, tornando essa restrição uma forma de discriminação, tendo em vista que os métodos aplicados para a retirada do sangue são os mesmos para qualquer pessoa, bem como os exames necessários para fazer a doação, contendo para todos um prazo igual para detectar o vírus HIV. Portanto, o STF vem levando em consideração tais apontamentos levantados para o julgamento da ADI, como os princípios que regem a nossa Carta Magna, para possivelmente, torna-la compatível ao nosso ordenamento jurídico.

Palavras-Chave: Hemoterapia. Homossexuais. ADI 5543.

A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E A SUA TÉCNICA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

Autor(es):

Flávia Liz Lamy: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lucas Thiago de Souza Coelho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em face do atual regramento jurídico adotado pelo Brasil no tocante aos pactos internacionais de Direitos Humanos, filiado a concepção dualista do ordenamento jurídico, perfaz-se necessária a incorporação legislativa das supracitadas convenções (normatização acrescentada por meio da EC45/2004). Perante o exposto, como poderia a incorporação automática destes tratados assegurar de maneira mais eficaz os direitos humanos? Pois bem, o presente projeto de pesquisa pretende solidificar o entendimento de que, independentemente, os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, cujo Brasil ratifique, possuem status de norma constitucional. Portanto, objetivamos especificamente evidenciar a tendência de hierarquia constitucional dos TIDH'S, diagnosticar os benefícios que decorreriam diante da eficácia de aplicabilidade constitucional das cartas internacionais de direitos humanos, expor detalhadamente as correntes teóricas consolidadas sobre o tema, bem como demonstrar, em face do regramento vigente no Brasil, os presentes obstáculos que levam a não aplicabilidade imediata dos direitos humanos no ordenamento jurídico nacional. Incontestavelmente, constata-se no mundo jurídico atual a relevância teórica e prática dos Direitos Humanos. Portanto, torna-se imensurável a importância do estudo da hierarquia e da aplicabilidade dos TIDH'S. Por conseguinte, visa-se, através desse projeto, elucidar de forma fundamentada, qual deve ser a posição hierárquica destes pactos internacionais, com o intuito de garantir aplicabilidade jurídica dos direitos fundamentais/humanos de maneira mais plena.

(Metodologia) Será analisada a produção doutrinária e legislativa a respeito dos direitos humanos, abordando de maneira concreta os seus principais diplomas e documentos jurídicos, a fim de constatar a evidenciada tendência de hierarquia constitucional das cartas internacionais cujo tema são os direitos humanos. Ademais, utilizaremos o método de abordagem denominado hipotético-dedutivo, visto que a investigação científica busca construir e testar uma possível resposta para um eventual problema, considerando as hipóteses a serem trabalhadas. O método de procedimento protagonista corrente no atual projeto a ser abordado e utilizado é o chamado método histórico, pois os dados serão sempre colocados sob uma perspectiva crítica histórica.

(Resultados) Com o advento do movimento neoconstitucionalista, percebe-se a vontade doutrinária, jurisprudencial, legislativa e inegavelmente histórica, de equiparar os direitos humanos ao patamar dos direitos fundamentais do homem, ou seja, consagram-se por meio de iguais princípios, que procuram garantir efetividade máxima e imediata aos sujeitos do direito.

(Conclusão) Pois bem, de acordo com a Carta Constitucional da República Federativa do Brasil de 1988, precisamente através do estudo do Título 2 – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, constata-se através do Artigo 5º, Parágrafo 1º; “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Cite-se, também, o Parágrafo 2º do mesmo Artigo da CF/88; “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. Ou seja, a partir da análise dos inteligíveis enumerados dispositivos constitucionais, é de fácil percepção, por qualquer estudioso, de que maneira deve ser normatizada a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Palavras-Chave: Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Direitos Humanos, Hierarquia Normativa Constitucional. Aplicabilidade Imediata.

A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO

Autor(es):

Barbara Medeiros de Faria Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Idalina Duarte Segunda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Atália Beatriz Silva Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Debora Arruda dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Nataly Lima Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Tarifa de Abertura de Crédito, ou TAC, tem a finalidade, em tese, de ressarcir a instituição bancária pelo fornecimento do crédito, principalmente em contratos de empréstimos e financiamentos. A mesma foi criada com a intenção de remunerar o banco pelo serviço de conceder crédito aos correntistas. Atualmente, é discutido se a cobrança da referida tarifa está de acordo com os parâmetros legais. Em regra, tal tarifa é estabelecida em contrato firmado entre a parte que pretende adquirir o crédito e a instituição financeira que proporciona a aquisição deste.

(Metodologia) O método adotado para a pesquisa é o teórico, buscando a explicitação da ilegalidade da Tarifa da Abertura de Crédito.

(Resultados) A forma de obter dinheiro a partir do pagamento da TAC começou a ser modificada desde o ano de 1996, quando foi divulgada a primeira lei regulamentadora da cobrança de tarifas pela prestação de serviço por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A resolução 2.303/96 do Conselho Nacional Monetário tornava, até então, válida a cobrança da Tarifa de Abertura de Crédito. No decorrer dos anos, a visível abusividade na cobrança a TAC propiciou discussões diversas no meio jurídico, causando divergências nas decisões de vários tribunais em todo país. A partir daí, abriu-se espaço para uma nova regulamentação acerca da matéria. Em 2007, o Conselho Nacional Monetário lançou uma nova resolução, a 5.518/07, onde a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses previstas pela norma. Após a nova regulamentação entrar em vigor, restou claro que a cobrança da Tarifa de Abertura de Crédito deixou de ser legal, pois percebeu-se que seus efeitos foram mais profundos do que fora imaginado, uma vez que além de limitar as ações das instituições financeiras, pode-se observar uma redução dos custos contábeis ao consumidor, e uma clareza maior dos contratos de crédito, que agora especificam os valores das tarifas e dos juros separados do valor do crédito.

(Conclusão) Conclui-se que as instituições que trabalham com o serviço de crédito, costumeiramente, cobram um valor exorbitante no momento da concessão desse, abusando do consumidor na relação, não só pelo valor alto estabelecido, nos contratos, como também por se tratar de tarifa abusiva, uma vez que é cargo das próprias instituições arcar com os custos do serviço. Não bastando o lucro já concebido pela própria concessão do crédito, as instituições financeiras insistem em realizar essa cobrança indevida, transferindo à parte hipossuficiente da relação contratual, no caso o consumidor, as despesas administrativas inerentes à própria atividade da instituição financeira.

Palavras-Chave: Tarifa, crédito, ilegalidade, cobrança.

A IMPORTÂNCIA DA SEGURIDADE SOCIAL E SEUS PRINCÍPIOS

Autor(es):

Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Dorathy de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil o seguro social tem início com a Lei Eloy Chaves de 1923, que buscava a proteção os trabalhadores da iniciativa privada. A Constituição Federal de 1988, a partir do seu artigo 195 e seguintes, apresenta a seguridade social como garantia constitucional. É importante destacar que a seguridade social é um gênero que se divide em três espécies, quais sejam eles, a previdência, a assistência e a saúde. É mister constatar as características de cada uma dessas espécies em relação aos serviços, benefícios e contribuições. A seguridade social é regida por alguns princípios que buscam garantir esses tais direitos, sendo uns implícitos e outros explícitos. Pode-se apresentar como os princípios explícitos, a universalidade da cobertura e do atendimento, a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a equidade na forma de participação no custeio. A escolha do tema ocorreu em virtude da importância da seguridade social para a população, principalmente com relação aos princípios estudados.

(Metodologia) O método utilizada nesta pesquisa foi o método hipotético-dedutivo, por meio da pesquisa bibliográfica mediante análise da Constituição Federal, de forma a explorar as características da previdência, assistência e saúde, trazendo seus aspectos quanto aos serviços, benefícios e a necessidade ou não das contribuições para usufruir destes. Além disso o trabalho em tese visa apresentar três princípios da seguridade social, quais sejam a universalidade da cobertura e do atendimento, a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e a equidade na forma de participação no custeio.

(Resultados) Em conformidade com a pesquisa realizada pode-se observar que o ordenamento jurídico brasileiro muito evoluiu desde o início da seguridade social até os dias de hoje, sempre buscando a proteção dos segurados e dos mais necessitados. “Deste modo podemos considerar que esta [a segurança social] não é uma instituição surgida do nada, mas antes uma nova etapa na caminhada da humanidade para uma maior garantia da segurança econômica dos indivíduos” (Rocha, Eduardo Dias, 2012, p.39).

(Conclusão) Com a pesquisa realizada foi possível concluir a importância da seguridade social para os brasileiros, sejam aqueles que contribuem para a previdência social, já que tal espécie exige a contribuição, sejam para aqueles que não fazem contribuições, mas que fazem jus a assistência social e a saúde, por não ter tais espécies a necessidade da obrigatoriedade da contribuição. Além disso, pode-se observar a evolução da seguridade social, desde o início até os dias atuais.

Palavras-Chave: Seguridade Social; Princípios; Constituição Federal.

A IMPORTÂNCIA DO SUS MEDIADO NA REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NA CIDADE DE NATAL/ RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

Ana Isabela de Paula Simões Belo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema abordado neste trabalho objetiva-se analisar os gastos quantitativo-financeiros que foram evitados pelo judiciário em utilizar-se da intermediação do SUS Mediado, que tem em sua estrutura fundamental a facilitação na realização de procedimentos da saúde, o encaminhamento para a realização de cirurgias e distribuição de medicamentos de alto custo. Através de ações de mediação e conciliação, o programa se responsabiliza pelo encaminhamento e tomada de decisões, juntamente com a participação de vários órgãos envolvidos, na melhor resolução de conflitos da população menos favorecida. Outro objetivo é realizar um histórico comparativo quantitativo dos números de atendimentos e acordos realizados no primeiro semestre de 2016, na cidade de Natal/RN pelo SUS Mediado, assim como determinar as principais características do programa e suas benfeitorias na saúde e na redução da judicialização dos processos.

(Metodologia) O método utilizado de abordagem é o hipotético-dedutivo pois através dos dados coletados das análises e procedimentos alcança a solução para redução dos gastos com a judicialização; método de pesquisa histórico; método comparativo pois analisa as informações coletadas no decorrer do primeiro semestre de 2016; estatístico por se utilizar de números quantitativo-financeiros dos procedimentos (consultas e cirurgias) fornecidos pela tabela SIASUS e entidades privadas. Técnica de pesquisa realizada em campo com visita à Defensoria Pública do Estado, Secretaria Municipal de Saúde de Natal, Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte, UNICAP e clínicas particulares para levantamento dos dados da pesquisa; entrevista com defensores, funcionários, profissionais de saúde e assistentes sociais envolvidos, coordenadores do programa SUS Mediado, além de pesquisa em livros, questionários e análises de fichas técnicas disponíveis pela Defensoria e Secretarias de Saúde envolvidas.

(Resultados) Criação de um banco de dados estatísticos com todas as informações do desempenho do SUS Mediado no primeiro semestre de 2016 na cidade de Natal, constando valores, incidência e quais procedimentos realizados, números de consultas e cirurgias, exames agendados e medicamentos de alto custo fornecidos pelo programa no decorrer do período de tempo informado, além de listar dificuldades encontradas na resolução dos conflitos.

(Conclusão) Baseado neste levantamento, pretende-se encaminhar as análises aos órgãos envolvidos para resolução dos conflitos na saúde, são eles: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde, Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Procuradoria Geral do estado e Procuradoria Geral do município. Justificando a necessidade de ampliação e incentivo ao SUS Mediado na sua fundamental importância nas políticas públicas de saúde e sua estruturação eficaz, para então dispor à comunidade hipossuficiente condições necessárias para resolução de seus empasses na saúde, através de dados que possam justificar sua perpetuação e repercussão do programa para outras cidades do estado do RN.

Palavras-Chave: SUS Mediado;judicialização;políticas públicas;mediação;conciliação

A INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DO ARTIGO 5º, §§ 2º E 3º DA CF/88, BEM COMO DO RE: 466.433/SP E SEUS EFEITOS

Autor(es):

Laura Nicole Rêgo de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rhuama Duarte Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa objetiva abordar a incorporação de tratados internacionais de direitos humanos à luz dos artigos 5º, §§ 2º e 3º da Constituição Federal de 1988, bem como do Recurso Extraordinário nº 466.433/SP e seus efeitos. A Constituição Federal é inovadora e progressista no que concerne à proteção e garantia dos direitos humanos, estando embasada no Princípio Fundamental da Dignidade da Pessoa Humana, disposto em seu art. 1º, inciso. Ainda, deve-se citar o artigo 4º, II, CRFB/88, que declara de maneira evidente e incisiva que, a República Federativa do Brasil rege-se pelo Princípio da Prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais. O texto constitucional tem intrínseco interesse na proteção da dignidade humana e de seus direitos decorrentes, garantindo-os como cláusulas pétreas. A partir de todo esse cuidado pode-se perceber que os direitos do homem devem prevalecer dentro de um eventual conflito de interesses e que os tratados internacionais de direitos humanos em que o Brasil seja parte não deveriam ser revogados por simples leis ordinárias como são a maioria dos tratados internacionais que não versam sobre este tema (RE 80.004/SE de 1997), principalmente quando esta lei é menos benéfica ao ser humano. Logo é de extrema importância entender como se dará essa incorporação, qual será a hierarquia que receberão dentro da pirâmide normativa.

(Metodologia) Para respondermos ao problema de pesquisa elucidado, fizemos o uso da abordagem transdisciplinar, segundo a epistemologia da complexidade e como método auxiliar, a interpretação teleológica da letra da lei e tratados internacionais, estabelecendo relação de cuidado em relação a dignidade da pessoa humana e à proteção dos direitos intrínsecos na Constituição Federal de 1988, com o objetivo de construirmos elucidaciones ao problema de pesquisa à luz de um referencial teórico que transpassa as fronteiras dos Direitos Humanos e Direito Constitucional, alcançando o Direito Internacional.

(Resultados) Em nossa pesquisa observamos a relevância do tema para o Direito Constitucional e o Direito Internacional, aprofundando com a finalidade de demonstrar sua importância histórica com relação ao tratamento aos tratados internacionais de direitos humanos, com especial análise as principais correntes que versam sobre a hierarquia que esses deveriam obter, bem como, se dá o processo de incorporação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos antes e após a emenda 45 que traz o § 3º, ao artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Por fim, apontamentos acerca da situação dos tratados que não passaram pelo rito especial do § 3º e como se deu o julgamento do RE 466.343/SP concernente à Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que não passou pelo rito especial do referido § 3º, sobre a prisão civil do depositário infiel, alterando o entendimento sobre a hierarquia dos tratados que tiveram incorporação com rito ordinário.

(Conclusão) A importância do presente tema deve-se ao fato de que os referidos tratados objetivam o bem comum e cumprem a função de preservar a dignidade humana defendendo direitos intrínsecos da humanidade. Tanta importância é demonstrada no cuidado que o legislador constituinte teve para com a proteção dos direitos humanos, deixando claro no artigo 5º, §§ 1º e 2º da Constituição que estes direitos têm aplicação imediata e que o rol de direitos protegidos não é taxativo, deve ser aumentado com a participação em tratados internacionais. Deve-se lembrar do desconhecimento da matéria que advém até mesmo de grandes magistrados que não fundamentam suas decisões em acordos internacionais e muitas vezes não os aplicam.

Palavras-Chave: Tratados Internacionais. Direitos Humanos. Constituição Federal.

A INDEPENDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA E FÍSICA EM CRIMES AMBIENTAIS

Autor(es):

Manuella Fonseca dos Santos Byone: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Rayanne Barbosa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lara Fernandes de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Roberto Pinto de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, com os avanços sociais presentes nos diversos ramos de Direito, o direito ambiental também precisou evoluir gradativamente, com a finalidade de alcançar as mudanças da sociedade, e, conseqüentemente estabelecer uma relação mais adequada entre o desenvolvimento sustentável e os seres humanos como um todo. Após vários anos da responsabilidade da pessoa jurídica em crimes ambientais ser totalmente dependente da pessoa física, precipuamente com a entrada em vigor da Lei 9.605/1998, essa regra foi modificada, e, portanto, tanto a pessoa física responde individualmente, como a pessoa jurídica. Logo, cada responsabilidade é independente da outra, não podendo a pessoa jurídica ser sempre dependente da física para poder ser imputada por um crime que cometeu.

(Metodologia) No trabalho de pesquisa em questão utilizaremos o método dedutivo, partindo de doutrinas e leis que se complementam, com a finalidade de averiguar o fenômeno histórico-evolutivo sobre a diferença da responsabilidade ambiental entre a pessoa física e jurídica. No que tange ao método de procedimento, será empregado o estudo de casos e cumulativamente o método documental, analisando jurisprudências dos nossos tribunais, principalmente do STF e STJ. Além disso, a análise terá como base referenciais pragmáticos, quais sejam, a Lei 9.605/1998 e a Constituição Federal de 1988, destacando o artigo 225§ 3, estabelecendo dessa forma uma relação concreta das normas do Direito com a sociedade moderna, tendo em vista que as normas do Direito devem acompanhar a evolução da sociedade para melhor atendê-la.

(Resultados) A partir de um embasamento teórico fundamentado pela Lei 9.605/1998 conjuntamente com a Constituição Federal de 1988 e com decisões dos tribunais a respeito do tema, é inaceitável que ainda pare celeumas se a responsabilidade da pessoa jurídica necessariamente depende da averiguação da responsabilidade de pessoa física. É notório que a empresa ao cometer crime ambiental sofrerá penalidades diversas de um cidadão, como o fechamento da empresa; suspensão de suas respectivas atividades; divisão dos lucros para realizar a composição do dano, investindo em replantações de floras. Tal fato é mais uma justificativa da independência entre as responsabilidades. A pessoa jurídica é definida como uma espécie de um ser que possui direitos e deveres perante a sociedade e conseqüentemente ao meio ambiente.

(Conclusão) Portanto, amparando-se nos Princípios referentes ao Direito Ambiental, principalmente o da proteção ao meio ambiente e da reparação integral do dano, é importante salientar que as leis ambientais estão tendo uma maior efetividade, proporcionando melhorias na qualidade de vida dos seres vivos e não vivos, além de imputar sanções mais severas a quem pratica crimes contra o meio ambiente, trazendo mais conscientização por parte da sociedade. A criação de um aparato estatal mais amplo na seara de ambiental só traz benefícios para todos os sujeitos da relação jurídica ambiental, quanto maior for o investimento nesse patrimônio que é o meio ambiente, as gerações de seres atuais e as sucessivas terão melhores qualidades de vida, conseqüentemente viverão mais e melhor.

Palavras-Chave: Responsabilidade ambiental, pessoa jurídica, pessoa física, ambiente, direito ambiental, sociedade.

A INFLUÊNCIA DIRETA DA MÍDIA NO RESULTADO DO JÚRI POPULAR: CASO ISABELLA NARDONI

Autor(es):

Omar Tavares Guerreiro Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Há 8 anos atrás, ocorria um caso de extrema relevância no cenário nacional no que tange aos crimes ocorridos no Brasil: o “caso Isabella Nardoni”. Este chegou a ficar conhecido mundialmente devido a repercussão feita pela mídia quanto ao suposto ato de assassinato realizado por um pai e uma madrasta contra uma criança de apenas 5 anos. A partir de fortes acusações realizadas pela mídia e de alguns indícios, os suspeitos foram levados a júri popular. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar se o júri popular do “caso Isabella Nardoni” ocorreu de forma justa ou se a mídia interferiu de forma direta e em excesso chegando ao ponto de interferir em seu resultado final. Sendo assim, é importante que seja feita uma análise com relação ao tema proposto para que se ache uma forma de reduzir os impactos que podem ser causados pela mídia em um caso de júri popular

(Metodologia) A presente pesquisa tem como método de abordagem o hipotético-dedutivo, tendo em vista que será feita a análise se os jurados sofrem uma interferência direta da mídia para que a partir daí se possa construir uma possível resposta ou solução para o problema. Os métodos de procedimento utilizados foram o comparativo, o histórico e o descritivo. Por fim, temos as técnicas de pesquisa que compreendem os documentos, bibliografias, entrevistas, legislações e princípios do Direito Penal.

(Resultados) Porém, até que ponto é respeitado o princípio da presunção da inocência? Uma vez que, antes do julgamento ser iniciado a poderosa mídia já declarava o casal como culpado pelo ocorrido com a garota Isabella. Além do princípio citado acima é possível identificar que a ampla defesa também será ferida no fato exposto, tendo em vista que o casal não terá como se defender, pois não existe a possibilidade de alguém se defender de um determinado ato que o já consideram como culpado. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar se o júri do “caso Isabella Nardoni” ocorreu de forma justa ou se a mídia interferiu de forma direta em seu resultado final. Portanto, é perceptível que princípios estão sendo feridos com essa intervenção direta da mídia.

(Conclusão) Como se pode observar, o casal, antes mesmo de ser julgado e de a sentença ser proferida, já havia sido condenado devido a influência causada pela mídia, ferindo princípios basilares do Direito e presunções legais que podem ser observadas no código penal brasileiro, os quais deveriam estar ao lado do réu durante o decorrer do processo. Portanto, chega-se à conclusão de que o direito é falho no momento em que ele deixa a mídia intervir de forma direta e exacerbada em casos que deveriam ocorrer com o mínimo de sigilo midiático, pois dessa forma o momento de realizar a sentença seria feito de maneira mais justa e mais correta para com aqueles que estão sendo acusados de um determinado crime, visto estes só se tornam criminosos quando é dada a sentença e essa assim determina.

Palavras-Chave: Caso Isabella Nardoni. Influência da Mídia. Júri Popular.

**A INFLUÊNCIA E APLICABILIDADE DOS ACORDOS INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASILEIRA**

Autor(es):

Raissa Eduarda Nunes Rêgo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Isaac Avelino Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Luiza de Melo Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tertuliano Cabral Pinheiro Junior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN
Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Sabemos que o fenômeno da globalização é o principal responsável pelo crescente fluxo migratório observado entre os países. Neste sentido, pelos mais diversos motivos, muitos brasileiros tem deixado o país e, do mesmo modo, há muito tempo o Brasil tem suportado um intenso movimento imigratório. No entanto, é fundamental assegurar a estes indivíduos migrantes direitos relativos à seguridade social (saúde, assistência e previdência social) através da interação entre o Direito Internacional e o Direito Previdenciário. Portanto, o presente trabalho visa analisar a necessidade e importância dos acordos internacionais sobre previdência social como meio garantia de direitos básicos e fundamentais para alcance da justiça social.

(Metodologia) A presente pesquisa teve como fonte de informação a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Utilizamos estudos já realizados sobre o tema para a fundamentação teórica da pesquisa. A busca de informação deu-se de maneira sistemática e racional, e foi desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas, artigos e sítios eletrônicos.

(Resultados) Através dos acordos internacionais de previdência social, os países acordantes asseguram aos seus respectivos cidadãos e dependentes legais direitos sociais previstos em suas legislações, pautando-se na existência da reciprocidade entre os sistemas previdenciários, oferecendo, por exemplo, cobertura para eventos como acidentes de trabalho, doenças profissionais, aposentadoria, pensão por morte, etc. Dessa forma, permite-se que o cidadão que trabalhou em países diferentes, contribuindo regularmente para a Previdência, usufrua de seus direitos previdenciários. Trata-se de uma forma de proteção aos direitos do trabalhador que se estende para além dos limites territoriais do seu país de origem. O Governo brasileiro, por exemplo, oferece essa garantia aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e dependentes que residem no exterior, contando atualmente com 02 (dois) acordos multilaterais e 13 (treze) bilaterais, estando pendente para ratificação do Congresso Nacional mais 04 (quatro) acordos.

(Conclusão) Percebe-se claramente a importância dos acordos internacionais que versem sobre o tema da previdência social como modo de garantia da proteção social e dos direitos fundamentais do cidadão locado em Estado internacional diverso de sua origem, entretanto, resta clara a escassez de tratados que abordem o tema em tela no âmbito internacional, despertando, assim, a atenção para necessidade de maior discussão, elaboração e aplicabilidade de novos acordos internacionais para que o Brasil pactue com um maior número de Estados Internacionais sobre a questões previdenciárias e proporcione maior dignidade ao crescente número de trabalhadores migrantes. Dessa forma, a Seguridade Social no âmbito internacional deve ser a finalidade de um Acordo Internacional que estabeleça uma norma comum previdenciária para dois ou mais países que o firmem.

Palavras-Chave: Acordos Internacionais; Previdência Social; Brasil.

A INSERÇÃO DO CÔNJUGE NO ROL DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS NO CC/02

Autor(es):

Beatriz Cavalcanti Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Beatriz Fonseca Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Isaura Gomes do Rosário Monteiro Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Inicialmente, faz-se necessário salientar que o Código Civil brasileiro de 2002 trouxe inúmeras alterações dentro do direito sucessório, entre elas, destaca-se a questão da concorrência do cônjuge com os descendentes e com os ascendentes do falecido, bem como a concorrência do companheiro com outros parentes do de cujus, havendo, entretanto, uma diferenciação entre ambos e certas desvantagens ao companheiro. Considera-se uma inovação que valoriza a posição do cônjuge, sendo possível a partir de então a competição do mesmo com os descendentes e ascendentes, o que antes não era possível, haja vista que os cônjuges eram apenas meeiros e não herdeiros. No art. 1603 do supracitado código, é estabelecida a ordem de vocação hereditária e às pessoas que estão aptas a herdar, determinando assim as classes onde é feita a hierarquização hereditária, e nesta, estão inclusos: descendentes; ascendentes; ao cônjuge sobrevivente; aos colaterais e aos Municípios, ao Distrito Federal ou à União. Destaque-se que a classe de grau mais próximo do de cujus que receber a herança, vai excluir, de forma seqüenciada àquelas de grau mais remoto que a sucederiam. Pois bem, pode-se perceber ainda que, com a nova vigência do código, o cônjuge vem tomando cada vez mais espaço dentro do direito sucessório, pois de acordo com o art. 1611 do Código Civil, na falta de ascendentes e descendentes será deferida a sucessão ao cônjuge sobrevivente, se ao tempo da morte do outro, não estivesse dissolvida a sociedade conjugal.

(Metodologia) Para chegar as conclusões, foi realizada uma pesquisa com teor bibliográfico trazendo opiniões de doutrinadores especialistas da temática, com foco na análise quanto às novidades trazidas pelo Código Civil de 2002, no que tange acerca da concorrência do cônjuge como herdeiro, e não somente como meeiro. Utilizamos o método qualificativo uma vez que não se trata da utilização de cálculos e gráficos. Por fim, utilizamos também o método dialético, com o intuito de promover uma discussão teórica acerca do supracitado tema.

(Resultados) Como bem ressaltamos, o Código Civil estabelece algumas condições favoráveis ao cônjuge, e uma das principais condições, como prevê o art. 1838, é que o cônjuge foi elevado ao nível de herdeiro necessário, recebendo por inteiro a herança na falta das classes anteriores. Como cita Maria Helena Diniz (2002, p. 105) “por ser herdeiro necessário (CC, art. 1845, 1789 e 1846), tem resguarda, de pleno iure, a metade dos bens da herança, que constitui a legítima, pois o testador, havendo herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge sobrevivente), só poderá dispor da metade da herança, tendo-se por pressuposto que o falecimento de um dos consortes não poderia desamparar o outro com a transmissão de todos os bens hereditários a pessoa estranha por testamento”. Trata-se de importante inovação a inclusão do cônjuge entre os herdeiros legítimos, amparando-o, dando-lhe uma condição hereditária mais benéfica, considerando-se que o vínculo conjugal. Já em relação ao companheiro, este não consta na ordem de vocação hereditária. Além disso, o art. 1.790 do Código Civil de 2002 restringe o reconhecimento do direito sucessório do companheiro à somente os bens adquiridos onerosamente pelo de cujus na vigência da união estável. Observa-se ainda que Código Civil de 2002 não incluiu o companheiro no rol dos herdeiros necessários como o fez com o cônjuge, havendo nítida diferenciação.

(Conclusão) Diante todo o exposto, pode-se chegar a conclusão de que o Código Civil de 2002 foi muito justo a respeito do cônjuge, ao perceber seu importante papel na vida e na sociedade conjugal do falecido, concedendo a estes seus devidos direitos, seja como meeiro, seja como herdeiro.

Palavras-Chave: Sucessão. Direito sucessório. Concorrência do Cônjuge. Herdeiro Necessário. Herança.

A INTERPOL COMO MECANISMO ESSENCIAL NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL

Autor(es):

Allyson dos Santos Barbosa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Heitor Amorim Silva Fernandes Teixeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruno Alves Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Phelippe Augusto Ferreira Cruz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por objetivo principal analisar e expor a estrutura interna, a formação, o modo de atuação, além dos aspectos e funções gerais da Organização Internacional de Polícia Criminal, a INTERPOL, como instrumento essencial de cooperação e auxílio às polícias dos países membros no combate ao Crime Organizado Transnacional, com o intuito de dirimir a prática ilegal de atos de grupos criminosos no âmbito internacional,

(Metodologia) O método utilizado para a realização e desenvolvimento dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através de busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

(Resultados) Em virtude dos avanços tecnológicos, da globalização e do desenvolvimento das sociedades, o mundo se tornou cada vez mais conectado em suas múltiplas relações, sobretudo, nas relações jurídicas, relações econômicas, sociais e humanitárias, o que contribuiu de forma acentuada para o surgimento das raízes do Crime Organizado, agora com atuação transnacional. Diante da pesquisa realizada, constatamos que o nascimento da Organização Internacional de Polícia Criminal, a INTERPOL, foi de extrema importância para o combate ao Crime Organizado Transnacional, para a preservação e manutenção da segurança internacional, e principalmente como garantia do exercício da soberania do Estado em relação aos grupos criminosos que tentavam desacatar ou desobedecer as normas legais preestabelecidas. As investigações constantes e as atividades ostensivas da INTERPOL dificultaram as ações ilícitas desses grupos integrantes do Crime Organizado, anulando o potencial ofensivo dos criminosos, fazendo com que os resultados fossem bastante positivos.

(Conclusão) Concluímos então que, pensando nas graves consequências que o crime traz para todas as áreas da sociedade, os Estados e Organizações Internacionais procuraram se interagir com outras agências internacionais com o objetivo de proteger sua própria soberania e de conquistar o prestígio e respeito internacional dos demais Estados. Além disso, devemos destacar a importância da Organização Internacional de Polícia Criminal, a INTERPOL, sendo este um eficiente sistema de auxílio mútuo no combate e repressão aos crimes transnacionais que desafiam a estrutura dos Estados e que, seguramente, ameaçam a paz internacional. Por último mas não menos importante, vale ressaltar que a finalidade do sistema da Organização Internacional de Polícia Criminal, a INTERPOL, é cumprir rigorosamente os princípios constitucionais que se aplicam nas relações internacionais, especialmente os que prevalecem os direitos humanos e sociais, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o integral progresso da humanidade.

Palavras-Chave: Direito Internacional. Interpol. Crime Organizado.

A LEI DA INELEGIBILIDADE COM BASE NA LISTA DE GESTORES QUE TIVERAM SUAS CONTAS JULGADAS IRREGULARES PELO TCE

Autor(es):

Hudson Brendo Lobato Araujo Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho foi desenvolvido a luz do sistema eleitoral brasileiro, em especial pautado na lei das inelegibilidades diante à lista de gestores que tiveram suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. O presente estudo procurou compreender o teor e a incidência da lista do TCE no âmbito do Direito Eleitoral, utilizando como parâmetro a lei da inelegibilidade, visando observar a aplicabilidade dessa lei com base na lista anteriormente mencionada. Foram apontados pressupostos para que se configure uma possível inelegibilidade, decorrente da nomeação do gestor na referida lista acima.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa de natureza exploratória, com base na legislação eleitoral brasileira, possuindo uma técnica pesquisa bibliográfica, onde foi explorada a doutrina do Direito Eleitoral e, por fim, foi feito o uso da internet com objetivo de enriquecer o trabalho, dando a este, diversas fontes especializadas no assunto. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo de disposições gerais acerca do tema, para se chegar à conclusão daquilo que se propõe, ou seja, analisando disposições tidas como verdadeiras e inquestionáveis, com objetivo de se alcançar resultados. Os métodos de procedimento usados foram o histórico, comparativo e descritivo.

(Resultados) Diante a realidade fática do sistema eleitoral brasileiro explicitada nesse estudo, fez-se necessário esclarecer de forma direta o que consiste a lista do TCE, a qual contém os nomes dos gestores que tiveram suas contas julgadas irregulares nos últimos oito anos, informando ao público os gestores que lidaram com dinheiro público e fizeram isso de forma equivocada do ponto de vista do julgamento do TCE, servindo também para que os legitimados façam a impugnação de candidaturas daqueles que pretendem se candidatar. Observou-se então, que o TCE tem obrigação de enviar à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público a referida lista, onde esta possui o condão de tornar ou não candidatos inelegíveis, tendo em vista a lei da inelegibilidade. Analisou-se ainda, os conflitos no que se refere à competência julgamento das contas, mencionando recente julgamento do STF sobre a matéria em questão.

(Conclusão) Com o desenvolvimento da pesquisa, espera-se chegar à conclusão sobre a possibilidade de o sujeito que possui seu nome na lista do TCE ser privado de receber votos, sendo afetada a sua capacidade passiva. Porém, devem se fazer presentes os requisitos, que são a caracterização de irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, ocasião que será analisada pela justiça eleitoral tais pressupostos. Conclui-se que nem todos os gestores que tiveram suas contas julgadas irregulares estão inelegíveis, mas uma vez decidida a inelegibilidade, o condenado ficará inelegível para as eleições dos oito anos seguintes a contar da data da decisão. Portanto, essa lista cumpre esclarecer, não significa inelegibilidade automática.

Palavras-Chave: Lei da inelegibilidade, contas julgadas irregulares, TCE.

A LEI MARIA DA PENHA SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Autor(es):

Tamires da Silva Regis: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mayara Marina de Souza Cardozo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Catherine Carvalho de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN
Abraão Luiz Figueira Lopes: Docente do UNI-RN
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Produto de movimentos feministas e de Convenções Internacionais de Direitos Humanos, foi moldada a Lei 11.340/2006, mais conhecido como a Lei Maria da Penha. Com a finalidade de “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, desde a promulgação esta ação afirmativa foi alvo de críticas, questionando o tratamento diferenciado direcionado somente a mulheres e, portanto, sua “ofensa” ao princípio da isonomia, levando a contrariar sua constitucionalidade.

(Metodologia) Adotado o método revisão bibliográfica, com periódicos, livros sobre a temática, justificando a importância da Lei e o seu conforme constitucional, com enfoque no princípio da isonomia.

(Resultados) Na Lei Maria da Penha foi instituída um tratamento diversificado a mulher, tratando-a como vítima do crime de violência doméstica e familiar. Por ela, foram determinadas formas de prevenção, repressão, assistência e proteção. De mais a mais, a discriminação positiva, vinda por uma ação afirmativa, surgiu de um histórico de lutas e debates para conscientizar sobre a inércia do Estado brasileiro sob a discriminação a mulher. O que é uma conjuntura interessante, uma vez que, se discrimina para acabar com a discriminação. Sendo exatamente o objeto igualdade material e das ações afirmativas. Tudo isso, para suprir uma história de desigualdade entre a mulher e o homem no âmbito familiar brasileiro. O “fator discrimen” provém deste histórico e da proteção constitucional da proteção à família ao reprimir as diversas formas de violência. Desse modo, o raciocínio construído tem como finalidade mostrar a Lei Maria da Penha em paralelo a sua constitucionalidade, ao princípio da isonomia e ao modo como deve ser interpretado. Afirmando que tal princípio não deve tão somente ser interpretado formalmente, mas sim levando ao conteúdo material, levando em consideração a realidade histórico-social vivenciada .

(Conclusão) Não diferente de outras conquistas dos Direitos Humanos, a Lei Maria da Penha proveio de anos de lutas de movimentos sociais. Representando um grande marco para o movimento feminista, é uma notável vitória nacional e internacional. Por meio desta, foi dado visibilidade a um problema social tão antigo e latente: a violência doméstica e familiar contra a mulher. Malgrado tais melhorias, desde a promulgação da Lei, houve inúmeras críticas e resistências ao seu cumprimento. Alegaram sua inconstitucionalidade, devido ao desrespeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia. Este último, de grande importância, apesar dos questionamentos, justifica qualquer método distintivo proporcionado pela norma. Contudo, considerando a grandiosidade deste princípio no Estado Democrático de Direito, não deve ser analisado de forma tão simplória e pobre, insistindo e impondo um abismo entre a lei e o fato social, ou até mesmo, no seu objetivo de promover a dignidade da pessoa humana, esquecendo da duplicidade da isonomia, constituída em isonomia formal e material ou até mesmo, segundo outros doutrinadores a igualdade fática e as tão importantes ações afirmativas. Vinda a Lei 11.340/2006, a violência de gênero foi, finalmente, tratado com a necessária credibilidade. Em relação a mulher, de desacreditada em si mesma e na sua condição de “mulher em situação de violência”, é dado autonomia e ouvidos para sua voz. Empoderada, a mulher brasileira, ao receber autonomia, foi proporcionado o poder de não se submeter a tratamentos dominadores e a relações submissivas.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Princípio da Isonomia. Direito Constitucional. Ações Afirmativas. Direitos Humanos.

A LIMITAÇÃO DE DIREITOS DE PARTICULARES EM RAZÃO DO PODER DE POLÍCIA

Autor(es):

Felipe Rocha de Azevedo Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Poder de Polícia é um poder-dever inerente da Administração Pública que tem o objetivo de limitar os direitos dos particulares em razão do interesse público. Apesar de o doutrinador Celso Antônio Bandeira de Melo denominar como dever-poder, pois a priori surge a obrigação, para posteriormente, surgir a prerrogativa do Estado, o que se mostra relevante, em síntese, é o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, de forma que o Estado tem a função de garantir a paz e tranquilidade social, e para isso alguns direitos devem ser relativizados em prol da coletividade. Todavia, a prerrogativa do Estado deve seguir em todos os seus atos o princípio da proporcionalidade, de sorte que não abuse de seu poder, seja por excesso de poder ou desvio de finalidade, visto que em ambas as situações dá ensejo a responsabilidade civil de natureza jurídica objetiva, de acordo com o art. 37, §6º, CRFB. Dessa forma, é imperioso distinguir o ato administrativo discricionário do ato administrativo arbitrário. Na primeira análise, segundo o doutrinador jurídico Matheus Carvalho, apesar da discricionariedade do ato, este também é vinculado. Ocorre que, em situações específicas, a legislação confere algumas possibilidades para que o agente público possa apurar a melhor escolha ao caso concreto. Lembrando que, somente os elementos objeto e motivo são discricionários, os demais são vinculados. Em contrapartida, a arbitrariedade do agente público significa a execução do ato administrativo ao seu livre arbítrio, podendo, inclusive, desrespeitar os princípios da Administração Pública com o fito de atingir o seu objetivo desejado. É insofismável que esta segunda análise é dissonante com o ordenamento jurídico brasileiro, ensejando responsabilidade pelo ato causado em favor do particular.

(Metodologia) Nesta pesquisa científica, será utilizada o método dedutivo, com revisão bibliográfica, desenvolvendo o tema a partir de livros, artigos, dissertações, jurisprudências, teses.

(Resultados) Os resultados obtidos foram a proeminência do interesse público sobre bens e direitos de particulares com o fito de garantir a ordem social. É incontestável que essa prerrogativa estatal não é absoluta e muito menos ilimitada. Deve sempre o agente público vincular os seus atos ao princípio da impessoalidade, de modo que, de acordo com Celso Antônio Bandeira de Melo, não se tolere favoritismos, nem perseguições, discriminações, simpatias, nem animosidades, pessoais, políticas ou ideológicas que interfiram em sua conduta.

(Conclusão) Em síntese, os atos administrativos devem seguir os princípios constitucionais da legalidade, imperatividade, moralidade, impessoalidade e eficiência, dessa forma, não seria diferente os atos atinentes ao poder de polícia, em que tem como basilar o supra-princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, sendo aplicado com proporcionalidade. Ademais, percebe que a autoridade pública é limitada, mesmo dominando a discricionariedade de seus atos. E que seus atos somente devem prevalecer quando houver uma finalidade específica que garanta uma destinação pública, de sorte que qualquer dano específico e intolerável pelo particular ensejará dano e, conseqüentemente responsabilidade do Estado.

Palavras-Chave: Poder Administrativo. Poder de Polícia. Poder-dever. Atos administrativos. Discricionariedade Administrativa. Princípio da Proporcionalidade. Princípio do Interesse Público sobre o Privado.

A MATRIX CONTEMPORÂNEA: UMA RELAÇÃO DO FILME MATRIX COM O NIILISMO ATIVO NA NOSSA SOCIEDADE.

Autor(es):

Lívia da Nóbrega Siqueira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Academia POP é um projeto acadêmico organizado pelo grupo Filosofia, Direito e Sociedade, o qual visa utilizar elementos da cultura POP relacionado com outro tema de escolha livre do autor. Dessa forma, o trabalho aborda a apresentação feita no dia do referido evento acerca do filme Matrix (1999) e a ligação com o Niilismo Ativo apresentado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche. O niilismo se caracteriza como uma desconstrução dos nossos valores, tendo por consequência um sentimento de vazio quando certas convicções acabam sendo desvalorizadas. Estas podem ser desde religiosas à políticas, advindas de costumes já preexistentes ou preestabelecidos desde muito cedo, sendo difícil o questionamento já que é visto durante toda a vida como ideologias verdadeiras e aceitáveis para a maioria. Nessa toada, alguns pontos fundamentais do filme quanto à temática são abordados com o objetivo de fazer a relação com o niilismo, mostrando de que modo podemos levar uma reflexão social e subjetiva em cima desses dois elementos apresentados. Assim, o tema questiona até que ponto somos donos das nossas atitudes ou costumes, se a ignorância realmente serve como um conforto diante à realidade e se as verdades colocadas para nós são de fato verdadeiras. Analisaremos esses aspectos envolvendo o filme com a realidade social contemporânea, para que assim, possamos refletir diante tais questionamentos feitos durante a apresentação do evento Academia POP.

(Metodologia) Foi aplicado o método hipotético dedutivo, pois se o conhecimento é insuficiente para explicar um fenômeno, surge o problema; para expressar as dificuldades do problema são formuladas hipóteses; das hipóteses deduzem-se consequências a serem testadas ou falseadas.

(Resultados) Observa-se que o filme traz uma reflexão bastante interessante, podendo ser comparado à realidade do dia a dia. Neo (personagem principal da trilogia) é obrigado a escolher entre a pílula azul ou vermelha, tendo por consequência continuar na Matrix, aprisionado ao sistema computacional, ou ter a oportunidade de ser realmente livre mas viver sem as ilusões que os computadores proporcionavam. Dessa forma, tendo como sua escolha a segunda opção, teve que enfrentar as mudanças drásticas na sua vida, vendo todo os seus valores renegados. Da mesma maneira acontece com a maioria dos indivíduos que às vezes persistem em acreditar em algo como uma maneira de não sair da sua zona de conforto, seja através de uma ideologia religiosa, política, etc. A ignorância por muitas vezes pode ser vista como uma forma de viver bem, pois não teria o interesse de se buscar o real porquê das coisas. O niilismo ativo acontece através desse momento em que os valores não servem mais como uma afirmação do que até então é visto como verdade.

(Conclusão) Portanto, é importante analisarmos qual pílula estamos aderindo diariamente para encarar toda nossa rotina e tudo que está em volta. A pílula azul pode ser confortável, mas tem por consequência a perpetuação de uma possível Matrix – A qual todos estão passíveis de estar inseridos. Esse seria um sistema que é liderado por indivíduos que desejam uma alienação em massa para que alimentados por isso, continuem no poder, seja qual for a instituição. Já a pílula vermelha causa a possibilidade das consequências que o niilismo traz, sendo de responsabilidade de cada a forma de encarar a desconstrução dos valores tomados para si. Escolhendo a pílula vermelha, poderá perceber que é apenas o começo de uma longa procura sobre a real finalidade das suas razões ou do questionamento se as verdades aceitas realmente foram de escolhas própria.

Palavras-Chave: Matrix. Niilismo Ativo. Academia POP.

A NÃO OBRIGATORIEDADE DO RECEBIMENTO DO CHEQUE CONVENCIONAL E CHEQUE ELETRONICO

Autor(es):

Maria Idalina Duarte Segunda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Barbara Medeiros de Faria Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Atália Beatriz Silva Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Debora Arruda dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Nataly Lima Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, no Brasil, os comerciantes têm dúvida acerca da obrigatoriedade do recebimento do cheque convencional, ou seja de papel. O ordenamento jurídico brasileiro não faz menção a obrigatoriedade do recebimento do cheque pelos estabelecimentos comerciais, portanto, em decorrência do art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, não é necessário sua aceitação. Em nosso país, somente a cédula ou a moeda do Real é forma obrigatória de quitação de uma dívida, em razão disso torna-se recorrente, porém pouco divulgado, o uso do cheque eletrônico.

(Metodologia) O método adotado para a pesquisa é o teórico, buscando a explicitação do uso do cheque convencional e do cheque eletrônico.

(Resultados) A pesquisa revela a existência da Lei 8.002/90 e da Lei 8.884/94, as quais podem ser relacionadas ao uso e aceitação do cheque convencional, além delas, é importante frisar o art. 39 do Código de Defesa do Consumidor e o art. 5º, inciso II, da Constituição Federal. A partir da Lei 8.002/90, revogada pela Lei 8.884/94, conclui-se que em uma relação comercial, o credor não é obrigado a receber o pagamento de seus produtos ou serviços através de cheque. O CDC, em seu artigo 39, adverte que é prática abusiva: "recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento". É cristalino que a constituição no artigo 5º, assegura que: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Logo, a legislação não contempla uma obrigatoriedade da aceitação de cheque em estabelecimentos comerciais como forma de pagamento. É facultado a empresa aceitar ou não este título de crédito, devendo esta estampar quais são os critérios previamente, como forma de respeito ao consumidor. A desobrigação da aceitação do cheque convencional propiciou a utilização do chamado "cheque eletrônico", que nada mais é que um sistema de transferência eletrônica de valores, por meio de cartão de débito das instituições financeiras, substituindo a utilização do cheque confeccionado em papel, levando apenas alguns minutos para que a transação seja completada, diferentemente do cheque convencional, portanto, é mais seguro para quem recebe

(Conclusão) Constata-se com a análise dos artigos e das leis que atendendo as necessidades da sociedade como um todo, o legislador buscou atender os interesses dos comerciantes, desobrigando-os a aceitar o cheque convencional como meio de pagamento, uma vez que a aceitação deste muitas vezes provocou danos financeiros aos que, de boa fé, tiveram como única escolha aceitar o título.

Palavras-Chave: Cheque, eletrônico, obrigatoriedade, pagamento.

A NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO LEGISLATIVA DO INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO

Autor(es):

Pedro Vitor da Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Renato Breno de Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN
Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN
Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A temática da desaposentação tem relevância em virtude da inexistência de regulamentação normativa específica sobre o tema, necessidade do segurado recorrer ao judiciário para conseguir rever o benefício, aumento no número de demandas judiciais (abarrota um judiciário já moroso) e falta de justiça social, pois o segurado continua contribuindo e não pode ter revisto seu benefício (apenas na esfera judicial) já no âmbito administrativo.

(Metodologia) Quanto à metodologia, registra-se que, na fase de pesquisa, foi utilizado o método indutivo. Ademais, também o método dialético comparando os julgados dos Tribunais Superiores acerca do tema.

(Resultados) Em muitos casos que acontecem no dia-a-dia brasileiro, o indivíduo, mesmo depois de aposentado, continua a laborar e, por consequência, a contribuir, surgindo, daí, o pleito de depois obter um benefício contabilizando esse novo tempo de contribuição. Com isso, a desaposentação é um instituto que faz com que o aposentado renuncie a primeira aposentadoria com o objetivo de obter um melhor benefício seguindo o tempo de contribuição seguinte à aposentação originária. Como não há autorização legal para tanto, acaba necessário que o segurado se socorra ao Judiciário para o recálculo. A pesquisa revelou, porém, que a concessão da vantagem pode trazer dificuldades de manutenção para a Previdência.

(Conclusão) Diante dessa pesquisa se observa que, mesmo aposentado ao exercer atividade remunerada é obrigatória a contribuição previdenciária ao Regime Geral da Previdência Social, todavia, por não existir legislação sobre o tema, não é possível a desaposentação, o que faz com que o INSS negue o novo benefício previdenciário ao segurado. Necessário é, para evitar a via judicial, uma legislação sobre o tema para não abarrotar o judiciário com mais e mais ações judiciais sobre desaposentação (ou até mesmo uma resposta do Supremo Tribunal Federal através de súmula vinculante, por exemplo). Muitos brasileiros estão vivenciando essa situação e dependem de um longo caminho processual até que seja alcançada a concretização do seu direito de renunciar a aposentadoria anteriormente concedida. É o Judiciário que ao julgar as ações de Desaposentação vem legislando. Ainda, não há que subsistir o argumento de falta de orçamento, tendo em vista que o segurado contribuiu ao longo dos anos para alcançar o seu direito de se aposentar, não podendo persistir a injustiça social. Isso porque, a despeito dos custos que a desaposentação possa trazer, é essencial reconhecer a importância das contribuições do indivíduo após a aposentadoria, de modo que elas possam trazer um maior retorno ao segurado que busca um benefício maior através de um novo cálculo para viver de forma mais tranquila quando encerra suas atividades laborais.

Palavras-Chave: Direito previdenciário; justiça social; custeio da previdência; aposentação; desaposentação

A ORDEM CÍCLICA DAS OMISSÕES ESTATAIS FRENTE A PROBLEMÁTICA DO SISTEMA CARCERÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Nathália Cristina da Costa Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Aline Pinheiro de Albuquerque: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Tayna Fernandes Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Segurança Pública é dever do Estado, previsto pelo artigo 144 da Constituição Federal brasileira, exercida para preservar a ordem, proteger as pessoas e também o patrimônio. Diante dessa garantia, surge a possibilidade de responsabilização civil do Estado quando houver omissão no cumprimento do seu dever, desde que essa omissão decorra de deficiência ou falha na prestação de serviços. Assim, a presente pesquisa possui como foco principal introduzir um debate e buscar possíveis soluções para a questão da omissão do estado frente ao sistema carcerário do Rio Grande do Norte.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa comparativa e de estudo de casos. Utilizando o método dedutivo, uma vez que partimos da premissa de uma proposição maior, sistema carcerário brasileiro propriamente dito, para uma proposição mais particular, sistema carcerário norte rio-grandense, buscando propor e analisar possíveis soluções para o atual problema. Por conseguinte, quanto às técnicas foi analisado o material científico, legislativo e de imprensa oficial que trata de maneira geral e específica sobre o tema.

(Resultados) É entendido que o problema da omissão do estado referente ao sistema carcerário potiguar não é específico ao Rio Grande do Norte, abrangendo em grande escala os demais estados brasileiros. Como demonstram os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), senso de 2014, existem 170 estabelecimentos prisionais no RN, com capacidade para 5.726 presos, havendo uma totalidade de 8.414 apenados, possuindo, desse modo, um déficit de 2.688 vagas. Sendo notória a superlotação dos presídios existentes, desencadeia-se um prejuízo nas condições essenciais para manutenção e garantia dos direitos previstos na Lei de Execuções Penais (LEP), em seu artigo 41, assim como fere o princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais trazidos pela Constituição Federal de 1988, como pode ser observado no inciso III do artigo 1º e no inciso XLIX, artigo 5º, respectivamente. No que concerne aos gastos com presos, a Coordenadoria de Administração Penitenciária do RN (COAPE), dados de 2011, traz que é gasto em média R\$ 3.500,00 para custear a detenção de um presidiário. Fazendo menção ao pensamento de Rogério Greco, o Estado atua superficialmente no cumprimento da lei, enquanto que concomitantemente o detento sofre pessoalmente com as consequências desse desvio nas funções do aparelho estatal da administração pública dentro do sistema carcerário. A não atuação da sociedade unindo a esses fatores, há pouco citados, favorece a revolta do apenado, provocando um sentimento que aflora a prática criminosa e a reincidência. Dessa forma, constata-se a formação de uma relação cíclica existente entre a omissão estatal, o desinteresse social e a revolta dos presos quanto ao ferimento dos seus direitos basilares, os fundamentais e sociais.

(Conclusão) A pesquisa propõe, dentre outras coisas, a tarefa analítica desse mecanismo existente entre omissões estatais, falência no sistema penitenciário, altos índices de insegurança, má gestão e origens da corrupção em pequena e grande escala. Para tanto, é necessário que se estabeleçam, a priori, medidas urgentes que consigam de maneira relevante provocar efeitos práticos e positivos no cotidiano tanto dos detentos quanto dos agentes penitenciários. Não suficiente, também precisa ser considerada a importância do investimento em políticas públicas de caráter basilar e efetivação a longo prazo. Observa-se que devem ser tomadas medidas de urgência como a criação e fornecimento de projetos como APAC, Mutirão Carcerário e uma seleção mais rigorosa dos agentes penitenciários, bem como a profissionalização de cada um deles, além da fiscalização do arrecadamento e repasse de verbas da União para os Estados.

Palavras-Chave: Sistema Carcerário do RN/Segurança Pública/Omissão do Estado.

A POLUIÇÃO SONORA E O DIREITO PENAL

Autor(es):

Maria de Pontes Camargo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Priscilla Ferreira Cortez: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mariana Socoloski Fernandes de Jesus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Meio Ambiente ganhou proporções muito maiores após o advento da Constituição Federal de 1988. Com o art. 225 prevendo o meio ambiente como um direito difuso, o qual deve ser protegido e preservado pelo Poder Público e pela coletividade, o Direito passou a se adequar para tentar garantir o cumprimento da disposição constitucional. Diversas Leis surgiram na intenção de proteger o meio ambiente, como exemplo, especialmente temos a lei 9.605/98, que amplamente regula os crimes ambientais e antevê sanções para os possíveis infratores. Nesse sentido, a pesquisa visa tratar sobre a poluição sonora, conceitua-la e examinar consequências penais, a fim de conhecer de forma mais profunda esse delito, sendo mister a análise do aparato legal que resguarda o ambiente natural e artificial, para identificar como se aplicar corretamente e como são cominados os dispositivos nos casos concretos, visando sempre a proteção do meio ambiente.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa qualitativa, para tanto, esse estudo fundamenta-se em pesquisas exploratórias e de levantamento de informações por meio de fontes documentais e sítios eletrônicos, amparado por uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito ambiental e penal. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo através da análise da legislação acerca da Política Nacional do Meio Ambiente, bem como as normas ambientalistas em geral e suas aplicabilidades práticas na proteção do meio ambiente.

(Resultados) Como visto, o desequilíbrio ecológico vem sendo algo fomentado pelo homem cada vez mais pelo crescimento desenfreado das cidades sem um planejamento correto e preocupado com o meio ambiente. Por conseguinte, diante desses fatos a OMS oferece dados alarmantes. Segundo dados, mais da metade da população mundial vive em grandes centros urbanos, o que só tende a aumentar, fazendo com que a poluição sonora tenha aumentos gradativos com o passar dos anos. Além disso, a mesma organização já apontou a poluição sonora como o terceiro mais grave problema ambiental enfrentado na área da saúde, causando a morte de 210 mil pessoas por ano. Nesse sentido, vários são os problemas causados àqueles que se expõem a altos níveis de intensidade sonora, produzindo lesões internas no aparelho auditivo, comprometendo a sensibilidade, estresse, tensão na musculatura, aceleração dos batimentos cardíacos, elevação da pressão arterial e até mesmo úlceras ou gastrites estomacais, perda de sono, redução da capacidade de conversação e memorização, entre outras tantas consequências maléficas. Por isso, trata-se de poluição na forma de lançamento de energia sonora, conforme prevista no art. 3º da Lei 6.938/81 (PNMA). Dessa forma pode ser tipificada como crime previsto no art. 54 da Lei 9.605/98 ou como Perturbação do Sossego Alheio, tipificada como contravenção penal (LCP, art. 32).

(Conclusão) A Lei 9.605/98 define os crimes ambientais, buscando aplicar os mandamentos constitucionais de reprimir condutas lesivas ao meio ambiente, destarte, prevendo sanções severas e incentivando os Estados a formularem leis direcionadas à efetiva responsabilidade por danos ao ambiente e para a compensação às vítimas da poluição. É preciso, porém, que o Estado tenha instrumentos próprios para aferir a poluição sonora, sob pena de se transformar em mera contravenção de perturbação do sossego alheio ou simplesmente ser um fato atípico. Assim, percebe-se que as dificuldades tem uma saída e podem ser contornadas. Portanto, caso não sejam utilizados de forma efetiva os instrumentos da política urbana, se faz mister a ação de autoridades e aplicação da norma ambiental para responsabilizar os poluentes. Garantindo, então, a aplicação da determinação constitucional e ficando mais próximo de um meio ambiente equilibrado.

Palavras-Chave: Meio Ambiente. Poluição sonora. Crime.

A POSSIBILIDADE DO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS PLURAIS SOB A LUZ DO ART. 226 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Autor(es):

Thayná Bittencourt Baima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andreza Lourena Ferreira Nobre: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Antes mesmo do tratamento legal dado às questões que envolvem direitos e arranjos familiares, a família sempre existiu, evoluindo desde o início da história da humanidade. Com o avanço do tempo, não mais observamos apenas famílias compostas pelo tradicional arranjo entre homem e mulher, mas várias modalidades ascenderam em nossa sociedade, como famílias compostas por pais de mesmo sexo biológico, apenas um dos genitores, etc. O presente artigo de revisão se aprofunda no tema e trata acerca da possibilidade do reconhecimento de famílias plurais frente ao artigo 226 da Constituição Federal de 1988, fazendo uma análise sobre a inserção desse novo conceito de família em nosso ordenamento jurídico brasileiro e o funcionamento da mesma na prática. Esse é um tema de grande relevância científica e jurídica, pois as famílias compostas além do tradicional, que crescem de forma exponencial diariamente, precisam ter sua condição reconhecida para que possam exercer plenamente seus direitos civis e familiares.

(Metodologia) O objetivo do trabalho é expor de maneira objetiva várias formas de visualização da família como núcleo de afetividade, transpondo também a barreira do preconceito quanto ao que cerca esta nova modalidade de família, tendo em vista o princípio do melhor interesse da família. No Brasil, a Constituição Federal não apresenta proibição legal ao reconhecimento da mesma, muito menos o Código Civil. As autoras do presente trabalho (Andreza Lourena F. Nobre e Thayná Bittencourt Baima), que será apresentado na modalidade pôster, utilizaram como base uma pesquisa documental, com decisões judiciais, análises jurisprudenciais e artigos de nosso ordenamento jurídico, além dos princípios constitucionais; recentes decisões das Cortes Superiores brasileiras - Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) - sobre o reconhecimento das novas modalidades familiares, mostrando que a possibilidade de reconhecimento das diferentes formas de conceito familiar vem se tornando uma realidade cada vez mais próxima.

(Resultados) Após análises jurisprudenciais, de artigos de nosso ordenamento jurídico e de diversas decisões judiciais, restou demonstrado que a orientação sexual ou a falta de pressupostos legais não influenciam na dignidade da pessoa humana, uma vez que a formação de um núcleo familiar se baseia em afeto, observando sempre o melhor interesse do indivíduo; e que nosso ordenamento jurídico já caminha favoravelmente para o reconhecimento, portanto, das famílias plurais, que já são uma realidade em nossa sociedade.

(Conclusão) Concluiu-se, portanto, que orientação sexual ou falta de pressupostos legais não podem ser considerados empecilhos ou obstáculos quanto ao reconhecimento do status de família e, por conseguinte, que a família plural deve ser reconhecida em nosso ordenamento jurídico brasileiro, gozando da proteção elencada em nossa Constituição Federal constante no artigo 226 da mesma.

Palavras-Chave: Famílias Plurais. Reconhecimento. Constituição Federal. Afeto. Dignidade. Especismo.

A PRÁTICA DA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA PELO STJ À LUZ DOS ESFORÇOS DO CPC/15 EM PROL DO EFETIVO ACESSO À JUSTIÇA E A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Autor(es):

Samuel de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Superior Tribunal de Justiça, STJ, foi criado em 1989 por força dos artigos 104 e 105 da Constituição Federal de 1988, nascendo com a nobre missão de uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. Entretanto, com o passar do tempo, a Corte superlotou-se com uma alta demanda processual. E desde março deste ano está em vigência o Novo Código de Processo Civil. Ele veio ao ordenamento jurídico brasileiro acompanhado de muitas novidades, algumas antigas que agora são consagradas, e outras novas que, somadas à conjuntura jurídica-social do Processo Civil brasileiro, representam um marco para avanço do Direito brasileiro. Dentre elas, cumpre ressaltar os esforços do CPC/15 para um efetivo acesso à Justiça e a duração razoável do processo. Sob a égide do tema desse trabalho, não podemos deixar de destacar, também, os dispositivos legais advindos do CPC/15 que se posicionam contra a prática da jurisprudência defensiva pelo Superior Tribunal de Justiça. Prática essa que consiste na criação de excessivos entraves formais para impedir o conhecimento do recurso pelo STJ e aliviar, assim, as prateleiras da Corte de ainda mais processos. Como objetivos do presente trabalho, definiremos o que é a jurisprudência defensiva e as ocasiões em que o STJ a utiliza, verificaremos como a prática da jurisprudência defensiva pelo STJ se relaciona com a sistemática processual brasileira e compararemos e analisaremos possíveis limitações para a adoção da jurisprudência defensiva pelo STJ, no que se refere a garantias constitucionais e, em específico, ao regramento processual civil brasileiro.

(Metodologia) Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, que, a partir da hipótese formulada, deduz-se a solução do problema. Por conseguinte, aplicou-se o método de procedimento descritivo e comparativo e, como técnicas de pesquisa, a bibliográfica, documental e, especialmente, a jurisprudencial.

(Resultados) Analisando a jurisprudência do STJ, constatamos o emprego da chamada jurisprudência defensiva em diversos casos, como em situações de carimbo de protocolo ilegível, não fungibilidade entre o REsp e RE, erro no preenchimento da guia de custas, recurso apócrifo, dentre tantas outras. Resultado disso, valores preconizados no CPC/15 são mitigados, em ênfase o efetivo acesso à Justiça, tendo o autor o seu Direito devidamente analisado pela Corte, e a duração razoável do processo, sem deixar de lado a efetividade processual.

(Conclusão) Na corte do Superior Tribunal de Justiça vemos, infelizmente, com frequência, o exercício da jurisprudência defensiva. Prática do Tribunal em questão que ao obstar a análise do mérito, sob o pretexto de uma celeridade processual e a diminuição do número de processos pendentes, finda por, inexoravelmente, mitigar o efetivo acesso à justiça pelo jurisdicionado que pleiteia REsp ou outro procedimento na Corte.

Palavras-Chave: Superior Tribunal de Justiça – STJ, jurisprudência defensiva, Novo Código de Processo Civil, acesso à justiça, duração razoável do processo.

A PROBLEMÁTICA DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL SOB O PRISMA DA SOBERANIA DOS ESTADOS E SEUS IMPACTOS NO PLANO INTERNO: ANÁLISE DO DISCURSO DE DONALD TRUMP

Autor(es):

Kelly Lopes de Almeida Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luciano Cabral de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Williana Cristina da Silva Nicácio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Achley Dantas de Macedo Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notório que a problemática da migração internacional, embora perene ao longo dos séculos, vem se intensificando nos últimos anos desencadeado principalmente pela crise econômica ou conflitos políticos e culturais enfrentada por muitas nações, e muito embora não se possa perder de vista que essa situação deva ser enfrentada de modo global, sendo inclusive uma questão de direitos humanos, a que se respeitar e preservar a soberania dos Estados mais desenvolvidos que acabam recebendo de modo desordenado a maior parte desse êxodo. Neste contexto no presente trabalho objetivamos identificar e analisar os principais impactos da imigração no plano interno desses países, bem como suas consequências para as populações locais através de uma análise comparativa com o discurso do candidato à presidência dos Estados Unidos Donald Trump.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico, em que não se pretendeu esgotar o tema, mas apresentar em linhas gerais através de uma visão atual e crítica os principais aspectos do problema em questão conforme disposto na literatura correlata, em seguida realizou-se uma análise comparativa dos resultados encontrados com o discurso do candidato à presidência dos Estados Unidos Donald Trump.

(Resultados) A pesquisa demonstra que a soberania dos Estados para estabelecer regras sobre imigração deve ser respeitada, sobretudo para diferenciar os refugiados dos demais imigrantes, pois essa situação de clandestinidade tende a intensificar os mitos sobre a imigração nas populações. E muito embora hiperbólico, o discurso de Donald Trump, retratada os principais receios das populações contrárias as imigrações, quais sejam: aumento da criminalidade, desemprego e gastos sociais, entretanto não foram encontrados dados que corroborassem com essas teses, em sentido contrário há pesquisas que demonstram que em certos casos o aumento de imigrantes contribui para o aquecimento da economia desses países. Ficou evidenciado também, que a xenofobia é um problema crescente nesses Estados, o que pode gerar o aumento da violência, caso não se desenvolva políticas voltadas a tolerância.

(Conclusão) Em vistas dos fatos apresentados observa-se que embora não esteja comprovado que a imigração seja a principal causa dos problemas econômicos e sociais dos países desenvolvidos, a soberania das nações para estabelecer regras quanto a imigração deve ser respeitada, além do mais a sociedade internacional deve buscar soluções para essa problemática que contribuam para que os indivíduos possam ter condições de sobreviver em seus próprios países, bem como a intensificação de políticas contrárias a xenofobia.

Palavras-Chave: Imigração, Soberania, Consequências, Donald Trump

A PROBLEMÁTICA NO SISTEMA PRISIONAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Bárbara Letícia de Araújo Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Larissa Cristina de Araújo Câmara: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laryssa Augusta Correia Lisboa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em um Estado Democrático de Direito é essencial a efetivação da dignidade da pessoa humana para todos os cidadãos, visto que este é um atributo inerente à condição do ser humano e necessita ser garantido. Assim, a presente pesquisa propõe a observação da situação em que se encontra o sistema prisional norte-rio-grandense, no que diz respeito à efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana, no sentido de integrar a proteção jurídica dos direitos humanos, visto que a finalidade de todo o direito está inteiramente ligada a proteger os bens juridicamente tutelados. Tal proposição visa contribuir para o estabelecimento do “mínimo existencial” no sistema prisional do Rio Grande do Norte e para a efetiva proteção da dignidade humana em sua dimensão integral.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, partiu-se da análise de situações concretas de violação do princípio da dignidade humana nas unidades prisionais norte-rio-grandenses, no sentido de buscar uma solução capaz de tornar eficaz a proteção jurídica que é dada aos presidiários. Utilizou-se como método de procedimento, o dedutivo, partindo das teorias e das leis que, na maioria, das vezes, predizem o acontecimento posterior do fenômeno analisado. Portanto, também foi utilizado o estudo do caso, visando proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito, envolvendo levantamentos bibliográficos e análise ampla da realidade que estimulem a compreensão.

(Resultados) Consta-se um grande déficit, demonstrando o estado preocupante em que o sistema prisional norte-rio-grandense se encontra, onde faltam muitas vezes as condições mínimas necessárias para tratar dos presos e da sua recuperação, indo assim contra o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana que é considerado nosso valor constitucional supremo, assim como aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal que garantem ao cidadão-presos o respeito à integridade física e moral. A situação atual deste sistema é caótica, podendo ser considerada uma das piores do país por haver falta generalizada de instalações adequadas minimamente humanas, não conseguindo efetivar o fim correccional da pena, passando a ser apenas uma escola de aperfeiçoamento do crime, além de ter como característica um ambiente degradante e pernicioso acometido dos mais degenerados vícios, sendo impossível a ressocialização de qualquer ser humano.

(Conclusão) Observa-se que o princípio da dignidade humana está intimamente ligado à garantia dos direitos fundamentais, já que o direito a uma vida digna diz respeito a todo e qualquer ser humano, inclusive a pessoa do preso. Ações estatais incoerentes com um patamar mínimo de qualidade de vida em sistemas prisionais afetam o núcleo essencial da dignidade humana e a tutela da vida. Assim, torna-se mister a concretização do Estado como promotor de políticas públicas que tornem efetiva a proteção do mínimo existencial, com o intuito de garantir tal dignidade. O Estado para isto precisará tomar medidas urgentes como construção imediata de novas unidades prisionais e ainda a ampliação e renovação das unidades existentes que não respeitam padrões mínimos de dignidade.

Palavras-Chave: Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, sistema prisional norte-rio-grandense, Estado Democrático de Direito, direitos e garantias fundamentais.

A PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER POR MEIO DA EQUALIZAÇÃO DE DIREITOS ENTRE OS GÊNEROS

Autor(es):

Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) Hábito presente desde os primórdios da humanidade, o ato de valer-se do trabalho e aptidões de outrem sempre foi concretizado buscando destaque ou benefícios. Foi assim que surgiu o trabalho escravo na Idade da Pedra. Pelos mesmos motivos há, até hoje, o preconceito e o rebaixamento social da mulher, apesar dos inúmeros avanços sociais já galgados. Atendo-se à esfera sociolaboral, observa-se uma constante discriminação ao gênero feminino, face à insuficiência das normas vigentes, culminando em um desenvolvimento jurídico quase inexistente. Desta forma, buscando efetivar a igualdade entre gêneros, garantida na Constituição Federal como direito fundamental, objetiva-se realizar uma análise da situação da mulher no campo laboral, os equívocos e/ou confusões legais vigentes, e a ineficácia de muitas garantias adquiridas, apresentando, ainda, possíveis formas para o início de um novo caminho a ser trilhado nesta área do Direito.

(Metodologia) Para se alcançar os objetivos do trabalho, foi realizada a análise histórica da evolução dos Direitos da Mulher, passando-se então à análise minuciosa dos dispositivos legais específicos ao tema, baseando-se, para tanto, na tese desenvolvida pela Professora Dra. Maria Cecília Máximo (PUC/MG), apresentada na ocasião do V Congresso Latino-Americano de Direito Material e Processual do Trabalho, ocorrido em junho de 2016, em Belo Horizonte, valendo-se do método lógico-dedutivo para o desenvolvimento da pesquisa.

(Resultados) Da análise das legislações específicas sobre a proteção do trabalho à mulher (Capítulo III da CLT), e das demais normas esparsas sobre o tema, verifica-se que estas ou não são suficientes ou não são adequadas para sanar o preconceito ao trabalho feminino, pois tais normas confundem a proteção da mulher com a proteção à família e à criança. Desta forma, devem ser tomadas medidas que visem a igualdade de direitos entre os gêneros, sob o enfoque social e familiar, e não econômico apenas, para que se possa assegurar a efetivação dos direitos femininos. No âmbito internacional, as Convenções da OIT sobre o trabalho da mulher objetivam tão somente garantir a homeostase da produtividade e reprodutividade da mulher, fazendo, consequentemente, o empregador preferir o gênero masculino no mercado de trabalho. Logo, tais Convenções ainda que busquem proteger, acabam por dificultar o espaço feminino no mercado de trabalho. Visando a resolução do problema, sugere-se a aplicação das normas de proteção específicas a quem delas precise, independentemente do gênero. A título de exemplo, sugere-se a igualdade da garantia de estabilidade da gravidez a ambos os gêneros, visando a extinção da predileção por mão-de-obra masculina, restando nítido, portanto, que o problema dos empregos para as mulheres é, na verdade, a garantia laboral que estas fazem jus, ainda que a CLT demonstre que não há diferença de aptidões entre os gêneros.

(Conclusão) A partir dos resultados esposados, resta evidente a continuidade do preconceito ao trabalho da mulher, apesar de toda a evolução jurídica observada desde a Idade Moderna, ainda que exista uma série de dispositivos legais buscando abolir tal prática, havendo, portanto, a manutenção do pensamento medieval do lar como ambiente de trabalho da mulher, o que justifica a proteção à família e à criança por meio da legislação que deveria proteger efetivamente a mulher. Dos resultados, se detém que é justamente a garantia de estabilidade que a mulher faz jus que obsta uma melhor situação no mercado de trabalho, impedindo, por conseguinte, a igualdade do direito aos gêneros, prevista constitucionalmente, dificultando a asserção da mulher no mercado de trabalho, sendo necessária, ainda, a edição de leis que igualem a ambos os gêneros as garantias atribuídas à seara social e familiar.

Palavras-Chave: Direito do Trabalho; Direitos da Mulher; Igualdade; Garantia de Trabalho.

A QUESTÃO DA EFICÁCIA DA LEI CONTRA O RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Autor(es):

Louise de Almeida Motooka: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lucas Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na história do Brasil, é indubitável a questão da desigualdade e violência envolvendo a população negra, o que ocasiona inúmeros casos de repressão desde a época do período colonial, quando os negros eram escravizados e viviam em situações precárias, chegando a ser desumana, pois a sociedade antigamente associava os negros como objetos ou animais. Houve também um processo de evolução muito lento, visto que o Brasil foi o último país das Américas a abolir o regime escravocrata, em 1888. Atualmente, o racismo é um dos principais fatores que ocasionam a violência, o discurso de ódio, resultando em preconceito e numa desigualdade social bastante visível no Brasil. Chega a ser irônico o país sofrer com essa problemática, visto que o Brasil é composto pela diversidade, onde se existem: índios, mulatos, brancos, latinos e negros. Tais atos ferem os direitos sociais e o princípio da dignidade humana e o princípio da igualdade, os quais pregam a inviolabilidade dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal a todos os cidadãos brasileiros.

(Metodologia) Trata-se do método de abordagem dialético, pois consiste em um modo esquemático de explicação da realidade que se baseia em oposições e em choques entre situações diversas ou opostas. Os elementos do esquema básico do método dialético são a tese, a antítese e a síntese. O ponto de partida para o método é nada menos do que a análise crítica do objeto pesquisado, que no caso é o racismo na sociedade brasileira, o que significa encontrar as determinações que o fazem ser o que é, o motivo de ocorrer. Tais determinações têm que ser tomadas pelas suas relações, pois a compreensão do objeto deverá contar com a totalidade do processo, na linha da intencionalidade do estudo, que é estabelecer as bases teóricas para sua transformação. Já o método de procedimento, será utilizado o método histórico, onde o trabalho está sob uma perspectiva histórica, ao comparar o conjunto de elementos que existe hoje com suas origens históricas. Será notório que no trabalho há um acompanhamento histórico da evolução do racismo na sociedade, que existe desde séculos passados.

(Resultados) A Constituição Federal do Brasil considera racismo um crime, punível, inafiançável e imprescritível. Além disso, o artigo 5º da Constituição prevê a igualdade de todos os indivíduos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O racismo na sociedade brasileira é encontrado de diversos modos, como em uma proibição de acesso a um determinado local, um discurso de ódio, uma preferência de raça para uma vaga de emprego, entre outros atos que geram uma desigualdade exorbitante entre negros e brancos. Assim, o sujeito que sofre o preconceito pode acarretar depressão, o qual, muito comumente, acaba resultando em morte.

(Conclusão) Desse modo, é perceptível a desigualdade social em que vive a população negra e quais as consequências desse fato na vida dos brasileiros que sofrem com o preconceito. Pode-se perceber, que há ferramentas que realmente ajudam a vítima a se livrar desse passado, porém é carente ao se tratar da eficácia e aplicabilidade. É necessário expor as falhas do Estado e da comunidade, visando resolver essa grande problemática e aplicar as leis corretamente, assegurando assim uma vida realmente digna e igualitária para essa parcela da população.

Palavras-Chave: racismo, igualdade, violência, desigualdade

A REAL EXISTÊNCIA DO “BEM-AMADO” E O SURGIMENTO DO RECALL COMO POSSÍVEL SOLUÇÃO

Autor(es):

Hugo Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O “Bem- Amado” é um reconhecida sátira da política nacional. Conta a história de Odorico Paraguaçu, político conservador e corrupto que assume a prefeitura da cidade de Sucupira em 1961. Uma história e uma cidade fictícias, baseadas em muitos elementos reais do Brasil. Promessas de campanhas não cumpridas e problemas na administração ignorados. Em contrapartida a isso, a evolução da democracia fez surgir um novo sistema de participação popular consubstanciado no controle sobre mandatos eletivos, o denominado recall. Tal instituto tem sido adotado com sucesso em alguns países no combate ao excesso de poder dos governantes que, agindo dessa forma, contrariam a vontade e os interesses do povo. Não nos restam dúvidas que o Brasil enfrenta uma grave crise de representatividade, na qual a maioria da população brasileira não se sente representada por nenhum partido ou político. A presente pesquisa apresentará um tema que possui grande relevância no nosso quadro político-jurídico atual, tornando imprescindível uma ampla e merecida discussão sobre a possibilidade de uma revogação do mandato eletivo pelo povo no Brasil. Seria a possibilidade de chamar de volta para “reavaliação” popular, casos de mandatos ímprobos, incompetentes ou inoperantes. O objetivo desse trabalho é analisar a possibilidade de aplicação da revogação de mandatos eletivos ou recall no Brasil, apresentando as vantagens e as barreiras que o instituto poderá vir a oferecer.

(Metodologia) No que se refere ao método de abordagem, a pesquisa pode ser dita dedutiva, pois a dedução é o caminho das consequências, partindo do raciocínio geral para o particular. No tocante aos métodos de procedimento, o presente trabalho se debruçará nos métodos: Histórico, no que se refere a revogações de mandatos eletivos utilizados anteriormente no Brasil; Comparativo, no tocante aos institutos utilizados nos EUA e na Suíça e também no prisma comparativo da sátira do Bem-amado com a política atual; Tipológico por comparar fenômenos sociais complexos, criando tipos ou modelos ideais, construídos a partir da análise de aspectos essenciais do fenômeno, verificando assim a possibilidade legal e ideal do instituto do Recall; e, enfim, o funcionalista, ao verificar a necessidade atual do instituto em nosso país. Quanto as técnicas de pesquisa, o estudo proposto se valerá principalmente de especialistas políticos, analisando ainda a temática literária da sátira O Bem-Amado de Dias Gomes. Ainda, quanto à coleta de dados, a pesquisa se enquadra como sendo de revisão bibliográfica, cujos dados secundários serão obtidos na Constituição Federal, nas Leis Codificadas, na legislação ordinária, na doutrina e na jurisprudência.

(Resultados) Apesar da pesquisa ainda se encontrar em andamento, teremos como resultados esperados a formalização da possibilidade do Recall no Brasil e a ampliação da democracia como consequência. A inclusão do sistema de revogação de mandatos pelo povo é imprescindível à legitimidade das instituições democráticas do país.

(Conclusão) Levando em consideração que mais da metade do povo desejou um recente impeachment do Presidente da República, como também o atual quadro político-jurídico, conforme representado na sátira do Bem Amado, aliado aos últimos escândalos de corrupção e imoralidade dos políticos para com a administração pública, o recall surge como uma alternativa para a reforma política que está sendo votada aos poucos no Congresso Nacional.

Palavras-Chave: Recall. Bem-amado. Revogação.

A REALIDADE DA ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS FEMININOS NO RN E AS EXIGÊNCIAS DA LEI

Autor(es):

Danusa Alvarenga Medeiros Amorim Santos Porciúncula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Lincoln José Rufino: Docente do UNI-RN

(Introdução) Dada a real situação em que se encontra o sistema prisional no Estado do RN, diante das dificuldades que enfrenta, como a superlotação nos estabelecimentos penais, a falta de estrutura física das dependências dos poucos presídios que existem, e como se torna ainda mais vergonhoso, quando tratamos dos estabelecimentos penais femininos. Nesse sentido, o estudo objetiva demonstrar a atual realidade dos estabelecimentos penais femininos comparando com as exigências das leis, as quais garantem um mínimo de estrutura dentro dessas edificações. Fazem análises da legislação, bem como pesquisa atualizada da real situação e entrevistas. Demonstrativos de croquis e plantas arquitetônicas demonstrarão o ideal, com viés crítico sobre essa comparação, com intuito de despertar a necessidade de que haja uma revisão do sistema, do funcionamento dos estabelecimentos, não só de estrutura, mas de todo o organograma administrativo, o melhor possível dentro dos limites do erário Estadual, efetivando o princípio constitucional de garantia da dignidade da pessoa humana, a que está vinculada a gestão pública.

(Metodologia) Neste trabalho utilizar-se-á o método lógico-dedutivo através pesquisa de campo, pesquisa teórica com análise bibliográfica, documental e jurisprudencial, bem como a legislação aplicada ao objeto de estudo.

(Resultados) Podemos avaliar, de forma mais ampla, que as penas ultrapassam a mera pena privativa de liberdade imposta aos presos, prevista na sentença judicial, porque somada a essa pena, existe uma degradação do ser humano, na questão física, psicológica e moral do apenado. Ou seja, o que se espera, é que o gestor público, faça o mínimo, dentro do possível, para efetivar a implantação de um sistema que funcione. Utilizando e aplicando o dinheiro que existe no orçamento público, votado e aprovado pelos representantes do povo no parlamento. Também o dinheiro das fianças paga, que, após a condenação, dentre uma das possibilidades, deveria ser efetivamente utilizado para o sistema penitenciário, em reformas e adequações de sua estrutura e melhorias para os presos. Mas não é isso que vem acontecendo no Brasil. A aplicabilidade dos direitos fundamentais não pode ser tolhida ou descumprida, nem mesmo quando o executivo se apoia no discurso de impossibilidade de questões de ordem orçamentária, pois são impeditivas e ilegais, já que se trata de uma garantia constitucional, ou seja, um direito resguardado e assegurado pela nossa Constituição.

(Conclusão) Diante disto, após fazer uma análise sobre os objetivos deste trabalho e os resultados por este apresentado, conclui-se que é possível estabelecer o mínimo de estrutura física para o sistema prisional feminino no nosso estado, conforme determina a lei, tendo em vista, inclusive o orçamento estadual disponível. Como resultado concreto, criou-se uma proposta de um projeto de presídio feminino, dentro das possibilidades e realidade do estado do RN, com características simples, mas que atendem a funcionalidade, à segurança e as exigências da lei, como forma de demonstrar uma solução e não apenas criticar o nosso sistema prisional.

Palavras-Chave: Estrutura física. Presídios femininos no RN. Garantias mínimas. Previsões legais. Direito das apenadas.

A REALIDADE PRISIONAL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DOS PRESÍDIOS DA CIDADE DE NATAL

Autor(es):

Jessica Mayara de Souza Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Este projeto tem o intuito de apresentar a minha pesquisa de iniciação científica, com o objetivo de comprovar a existência de uma crise em nosso sistema penitenciário e a situação dos presídios da capital potiguar. Tratar da importância de um sistema prisional digno, afim de reintegrar o ex-presidiário ao convívio social, trazendo medidas para melhorar as condições calamitosas que hoje se encontram, dando o sentimento de segurança por parte da sociedade, que nada tem feito para reinserção social do apenado, e a omissão por parte do estado que não vem cumprindo com o seu papel, não garantindo aos presidiários uma proteção jurídica e condições dignas para se viver.

(Metodologia) Considerando os objetivos de minha pesquisa, adotei o método dedutivo, já que me utilizei de premissas verdadeiras (maior e menor), chegando assim, a minha conclusão definitiva.

(Resultados) Com base nas considerações que obtive neste projeto, pude analisar através de pesquisas bibliográficas que não foi tão somente a pena prisional propriamente dita que faliu, mas sim, a maneira como ela foi cruelmente executada, em estabelecimentos de clausura nada apropriados para a ressocialização dos apenados, no qual têm os seus direitos obstruídos, como o direito à saúde; direito à alimentação; medidas especiais de assistência e tratamento. Tendo como consequência da ausência desses fatores e de uma estrutura adequada às unidades prisionais, a reincidência, a superlotação carcerária, o aumento da criminalidade e o perigo para a sociedade.

(Conclusão) Após a análise das pesquisas realizadas, é possível chegar a conclusão de que o Estado falha na missão de garantir os direitos fundamentais aos apenados, privando-os de suas liberdades e não cumprindo com o seu papel de proteção destes indivíduos. Os detentos também são sujeitos de direitos, sendo obrigação de nosso Estado promover soluções que possam apresentar melhorias no tratamento do presidiário. Sendo assim, se as técnicas de ressocialização fossem respeitadas e aplicadas, com base na garantia constitucional do princípio da dignidade da pessoa humana, o tempo de pena seria eficaz atingindo os objetivos do Sistema penitenciário. Nota-se também que a sociedade tem enorme descrença e intolerância quanto à reintegração social do preso, sendo que é necessária a participação efetiva da comunidade, para se pensar nesse retorno do preso ao seu meio. Lançando um olhar mais humano e deixando de lado os preconceitos, que consideram o apenado como se fosse um ser irrecuperável. Resta a afirmativa de que “todo e qualquer sacrifício que se fizer no caminho de conseguir a reinserção social, ainda que de um só ser humano, será válido”.

Palavras-Chave: Sistema prisional brasileiro. Desrespeito ao ser humano. Problemas. Soluções.

A RECICLAGEM DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Autor(es):

Talyta Betyna Brasil de Macedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Silmara Chiara Dias Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Clara de Sousa Cavalcante: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Bruna Caroline Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos somados a extensa atividade da construção civil vem gerando ao meio ambiente um novo desafio, o grande volume de resíduos sólidos gerado e despejado. Dessa forma, a reciclagem de resíduos sólidos provenientes da construção civil vem se consolidando em uma prática importante quando pensamos na sustentabilidade, seja quando atenua o impacto ambiental produzido em grande escala por esse setor ou quando reduz os custos. No entanto, tratamos de um processo cauteloso e criterioso, somado a novas tecnologias, que vem buscando principalmente a diminuição do uso de matérias-primas não-renováveis de origem natural na produção dos bens de consumo, diminuindo assim o grande impacto causado ao meio ambiente.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa e desenvolvimento documental, em que se aplica o método explicativo, bem como a apresentação de dados quantitativos e qualitativos sobre os resíduos sólidos provenientes da construção civil no Município de Natal/RN, trazendo à baila processos e procedimentos realizados por empresas nesta cidade.

(Resultados) Um procedimento embasado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei N° 12.305/2010 e na Resolução N° 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e suas alterações, que busca a reciclagem desse resíduo e sua correta destinação final, transformando-se numa alternativa de mercado ambientalmente segura. A partir de uma gestão diversa que trate apenas de resíduos de construção ou demolição ligados a construção civil, descarte e captação, diferenciação obrigatória dos resíduos, reciclagem enquanto alternativa econômica e ambiental sustentável. Utilizando o Município de Natal/RN como base e limitação de pesquisa e desenvolvimento, com o respaldo na Lei Municipal N° 6.298/2011 que dispõe sobre a Reciclagem de Resíduos Sólidos Provenientes da Construção Civil, bem como verificando informações e atividades de empresas especializadas no ramo da reciclagem que atuam neste Município, expondo dados quantitativos dos resíduos, bem como relativos a quantidade produzida, locais de produção e sua periculosidade.

(Conclusão) A presente pesquisa busca evidenciar e reconhecer a reverberação do direito ambiental no tocante a matéria de resíduos sólidos provenientes da construção civil, na esfera Federal e Municipal, trazendo o Município de Natal/RN como local de pesquisa e desenvolvimento desse novo método de reciclagem sustentável, método esse que será de grande importância e também uma nova solução para diminuir os impactos as matérias primas orgânicas na produção de bens duráveis, bem como aumentar a capacidade econômica do setor.

Palavras-Chave: resíduos sólidos, reciclagem, construção civil, desenvolvimento sustentável.

A REGULAMENTAÇÃO DE DIREITOS QUANTO À GREVE PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Autor(es):

Talles Vítor Pereira Bento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse trabalho propõe analisar a falta de regulamentação da greve no âmbito público e até que ponto isso pode ferir o direito do funcionário público. Tornou-se um assunto que ganhou destaque nos últimos anos pelo fato de trazer consigo um grande número de acontecimentos e diferentes pensamentos jurídicos. Ganhou publicidade a partir do grande número de projetos apresentados para o senado e câmara de deputados entre os anos de 1999 e 2015 onde quase todos estão engavetados nos escaninhos da Comissão da Constituição, Justiça e Cidadania da casa Legislativa. Somente no ano de 2007 que foi possível vislumbrar um primeiro avanço tímido e contestável dos servidores públicos, quando o Superior Tribunal Federal (STF), decidiu que a lei de greve do setor privado seria aplicada no setor público, “naquilo que couber”, pois até então a greve do âmbito público era considerada um delito penal. O fato de ter sido considerado um avanço tímido e contestável vem através de um receio dos sindicatos dos servidores públicos, argumentado a diferença de especificidades entre os dois setores. A decisão do STF provocará várias discussões jurídicas até que o legislador coloque um ponto final nessa questão.

(Metodologia) O método no qual foi usado nessa pesquisa, se tratando do método de abordagem, foi o dialético. Pois reflete sobre uma prática real e traz consigo visões contraditórias no que se refere à legislação atual, considerando as questões sociais, econômicas e políticas. Para obtermos o objetivo geral carecemos da definição dos objetivos específicos que serão empregados. Por meio do método experimental, irei avaliar como a lei de greve do âmbito privado ocorre com os funcionários públicos, verificando assim se a lei funciona para os prestadores de serviço público. O método histórico será exercido para buscar os acontecimentos anteriores que trouxeram a ideia da criação dessa regulamentação para o âmbito público. E com o método comparativo, irei contrapor a divergência entre doutrinadores no que se trata da regulamentação. Na utilização de meios para a chegada dos métodos precisamos de técnicas de pesquisa, onde usarei em usar a doutrina, legislação e jurisprudência.

(Resultados) Como o resultado parcial da pesquisa, pode-se compreender que ainda existem várias distinções de ideias sobre a regulamentação de greve para o âmbito público, uma vez que existe uma “falta de interesse” dos legisladores com a modificação dessa lei para o setor público. Aplicando assim, de momento a Lei nº 7.783/1989, que foi criada para funcionários do âmbito privado, até que o legislador aprove a regulamentação de greve para os funcionários públicos.

(Conclusão) Com os resultados sendo parciais, indicam a necessidade de reexaminar o conteúdo para alcançarmos um resultado suficiente conclusivo, para com isso chegarmos ao objetivo principal do trabalho. Uma vez que esse tema precisará ser colocado com mais ênfase para debates, e chegarmos uma decisão satisfatória e eficiente.

Palavras-Chave: Falta da regulamentação. Greve pública. Aprovar nova lei.

A RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO DIANTE DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO.

Autor(es):

Victor Miguel Duarte Costa Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho foi feito á luz da Constituição Federal, em especial os direitos fundamentais. O estudo procurou investigar o papel do estado no que tange as políticas públicas voltadas a execução de medidas concretas de combate e tratamento de doenças, junto ao binômio responsabilidade-possibilidade de concessão de medicamentos de alto custo á particulares, que será reiteradamente discorrido ao longo do estudo. Em debate, esta o interesse público em confronto com o interesse privado, uma vez que o Estado, ao conceder medicamentos de alto custo de maneira isonômica, esta efetuando um direito subjetivo individual, e também, comprometendo determinada parcela orçamentária destinada á saúde.

(Metodologia) Fora utilizada uma metodologia de natureza exploratória, com base na legislação brasileira e ainda, um levantamento de pesquisa de cunho bibliográfico, onde foi feita a escolha de doutrinadores renomados no âmbito constitucional, o objetivo foi enriquecer o debate acerca do confronto de direitos individuais e direitos públicos. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo-se do macro, a Constituição Federal, para o micro, a responsabilidade do estado diante do fornecimento de medicamentos de alto custo. E ainda, os métodos de procedimento histórico e funcionalista.

(Resultados) O Direito á Saúde é um direito subjetivo individual de natureza pública, isto é, exigível do Estado, cujo tutela pode dar-se pela via coletiva como pela individual. Por outro lado, inserida na problemática do Princípio da Reserva do Possível, temos a questão da lei orçamentária, os recursos, além de limitados, não são livres, são previamente destinados pela lei orçamentária. Nessa senda, autores afirmam quye a efetivação dos referidos direitos fundamentais dependem da real e efetiva disponibilidade de recursos pelo Pode Público, da situação econômica vivida no momento. O artigo 196 da CF dispõe que o atendimento á saúde pelo Estado deve ser feito através de políticas públicas. Mas, o artigo 198, II estabelece como diretriz o SUS o atendimento integral, ou seja, o atendimento á saúde deve também abranger a proteção total á saúde de cada cidadão, estes, detentores do direito aos meios necessários á conservação da própria saúde, sob a óptica constitucional.

(Conclusão) A realidade, contudo, é mais dramática. O que está em jogo, na complexa ponderação analisada, é o direito à vida e à saúde de uns frente à vida e a saúde de outros. Não há solução juridicamente fácil nem moralmente simples nessa questão. A conclusão que se impõe é a de que, o fornecimento de qualquer prestação estatal implica em decisão acerca da destinação de recursos públicos. Decisão esta, que passa pela ponderação de valores de ordens: jurídicas, econômicas, culturais e morais. Sendo assim, com a ponderação de valores e circunstâncias fáticas, traduz-se em um juízo de conveniência e oportunidade, uma ação discricionária. O princípio da reserva do possível e da legalidade orçamentária nãp são impedimentos absolutos á disponibilização, pelo Estado, de tratamentos de alto custo, mas devem ser obrigatoriamente observadas e ponderadas nos casos concretos. O interesse público deve sim prevalecer sobre os interesses particulares. Mas não sobre seus direitos mínimos, que são a própria razão da existência de uma sociedade.

Palavras-Chave: políticas públicas, direito à saúde, princípio da reserva do possível, princípio da legalidade orçamentária, ponderação.

**A SEGURANÇA PÚBLICA E A JUSTIÇA CRIMINAL À LUZ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UMA ANÁLISE CRÍTICA
ACERCA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL**

Autor(es):

Marlon Rafael Tavares de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

João Vítor Genuino Teixeira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A segurança pública é um tema muito debatido na sociedade, tendo em vista que, de alguma forma, todos são afetados com os problemas causados pela sua deficiência. Desse modo, serão discutidos os pontos que são falhos para a má resolução de crimes, a falta de celeridade da justiça em todas as suas fases, refletindo diretamente na insegurança de toda a população. A Constituição Federal prevê que é de responsabilidade das polícias, garantir a segurança pública de todos, e que cabe a União legislar sobre o direito penal. Mas seria o problema da segurança pública causado tão somente pela falta de uma ação mais efetiva da polícia ou pela falta de leis mais severas para os crimes em geral?

(Metodologia) Dessa maneira, o método de abordagem utilizado na presente pesquisa é o dialético, na medida em que a segurança pública, à luz da Constituição Federal de 1988, é de responsabilidade de alguns, mas que no plano fático percebe-se que ela é influenciada por outros fatores, como a justiça criminal, o que contraria o que é previsto literalmente na Constituição. A partir da exposição dos problemas da segurança pública e da justiça criminal, mostra-se a relação entre esses dois temas, como um pode influenciar no outro. Através de uma pesquisa de dados estatísticos, tem-se uma base que serve para demonstrar como funciona a justiça criminal do Brasil, e como ela interfere na segurança pública do país.

(Resultados) A segurança pública é um direito fundamental de segunda geração de direito social, que nos remete ao Estado social de Direito, pretendendo garantir a dignidade do cidadão. Porém, a justiça criminal no nosso país possui algumas falhas, tanto em sua fase administrativa quanto na judicial. Na fase administrativa, através dos inquéritos policiais que, muitas vezes, não são concluídos, e os que conseguem chegar na fase judicial, boa parte não chegam até a fase de conclusão processual, por haver um grande número de processos a serem julgados, incluindo-se os de esfera criminal, que afetam diretamente na segurança pública do Brasil, o que acarreta, por consequência, na piora da segurança pública do país. Por exemplo, em 2013 no estado do RN, mais de dois mil inquéritos não foram concluídos, e até esse mesmo ano, nos tribunais de todo o país, cerca de 24 mil processos estavam correndo o risco de prescreverem. Além disso, no Espírito Santo, entre os anos de 2007 e 2009, nove em cada dez crimes não foram solucionados e no ano de 2007, cerca de 90 mil processos relativos à crimes contra a vida não foram solucionados.

(Conclusão) Com os dados relatados, nota-se que existe uma ineficácia nas políticas de segurança pública, não proporcionando uma vida digna e tranquila para o cidadão viver pacificamente em sociedade. Conclui-se, portanto, que os problemas que envolvem a segurança pública de nosso país devem ser analisados de uma forma mais ampla, não se detendo apenas à maneira de agir das polícias ou, tão somente, à criação de leis mais severas, mas que a boa ou má atuação da justiça criminal possui influência direta na segurança pública do Brasil, tendo em vista que se os conflitos que envolvem essas questões não chegam, em sua totalidade, à fase processual, e os que vão além da fase administrativa, não são julgados de uma maneira mais célere, como deveria ser, que isso traz malefícios para a segurança pública do Brasil. Dever-se-ia haver um planejamento mais amplo da justiça brasileira, de forma que haja uma diminuição das pendências processuais, afim de haver uma maior agilidade processual em todas as fases, o que, certamente, melhoraria as condições de segurança pública de nosso país.

Palavras-Chave: Segurança pública. Justiça criminal. Constituição Federal de 1988.

A SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS EM NATAL E A INTERFERÊNCIA NA REINCIDÊNCIA

Autor(es):

Ana Vitória Anacleto Nunes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A inclemente realidade das prisões é lastimável, a superlotação é algo angustiante e banal, e a falta de dignidade vivida pelos apenados é algo lamentável e inconstitucional, a insalubridade das celas, mostra uma realidade que não é saudável a um ser humano, além de não ressocializar, ou reeducar, gera ao apenado um sentimento de marginalização e separação da sociedade, onde este se vê como esquecido pela sociedade e pelas autoridades. Diante da falta de investimentos e da ausência de aplicabilidade da norma penal, e até mesmo da omissão, por parte do poder público, às garantias constitucionais, à vista do sistema prisional atual em Natal, mister se faz a indagação da problemática: "Como a degradação dos estabelecimentos prisionais em Natal, interfere na reincidência?", supondo, através de uma hipótese que as melhorias nas condições físicas dos sistemas prisionais podem sim garantir uma melhora na qualidade de vida dos apenados, e assim interferir de forma positiva na redução da reincidência. O presente trabalho de pesquisa acadêmico tem como objetivo geral analisar os sistemas prisionais atuais em Natal e como se relacionam com os índices de reincidência, e tem como objetivos específicos: Fazer um histórico dos sistemas prisionais e penas instaurados no percurso de desenvolvimento do Brasil até os dias atuais; Comparar com os países com melhores estabelecimentos prisionais, verificando o reflexo na reincidência; E analisar se houve evolução ou regresso do sistema prisional e construir qual seria o tipo de prisão ideal.

(Metodologia) O trabalho analisado utilizou como método de abordagem o hipotético-dedutivo, pois desenvolve uma hipótese, e os métodos de procedimento serão: o método histórico; o método comparativo; e o método tipológico, utilizando como técnica de pesquisa leis, livros, doutrinas e jurisprudências.

(Resultados) Além disso, a pesquisa acadêmica em questão possui embasamento teórico pautado nos princípios do direito penal e constitucional; a Constituição Federal, Código Penal; Lei de execução Penal, além de doutrinas e jurisprudências. O presente trabalho desenvolve uma hipótese, pois visa a construção e teste de uma resultado ou solução possível ao problema, supondo que as melhorias nas condições físicas dos sistemas prisionais podem sim garantir uma melhora na qualidade de vida dos apenados, e assim interferir de forma positiva na reincidência, porém a pesquisa ainda está numa fase incipiente, não havendo alcançado, ainda, os resultados previstos.

(Conclusão) Tendo como base o respeito aos princípios constitucionais e penais, é importante salientar que as condições dos sistemas prisionais atuais são inapropriadas e desumanas, o princípio da dignidade da pessoa humana tem sido claramente violado e desrespeitado, tendo em vista as condições inadmissíveis que os presos se encontram nos sistemas prisionais. Esses ambientes inapropriados não só ferem à integridade física, porém também a integridade moral dos presos assegurada na Norma Fundamental do país. Considerando, também, as funções da pena, a teoria adotada no Brasil, é a mista, afirmando que suas funções são a de prevenção e de retribuição, ressaltando o art. 1º da Lei de Execuções Penais, há quem aponte uma terceira finalidade, a reeducativa, ora se a pena deve reeducar o indivíduo e prevenir para que este não volte a praticar novos delitos, fica claro que a pena tem falhado na sua função, considerando também os altos e emergente índices de reincidência. Dessa forma, conclui-se que apesar de muito importante e essencial, o sistema prisional em Natal tem falhado em sua função, diante dos estabelecimentos prisionais insalubres, que geram um sentimento de marginalização ao apenado, refletindo no aumento da reincidência.

Palavras-Chave: Direito penal, direito constitucional, sistema prisional, reincidência, insalubridade.

A SOCIOAFETIVIDADE E DUPLA MATERNIDADE EM DECISÃO NO TJRN

Autor(es):

Priscilla alves da mota: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Wilussandra Leiros de Araújo Dias Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A socioafetividade, princípio norteador do direito de família nos últimos anos, ancorado no código civil de 2002, vem lastreando decisões nos palcos dos tribunais em todo país. Nesta trilha, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte em uma decisão judicial inédita no âmbito estadual, prolatada em setembro do corrente ano, declarou a dupla maternidade a uma servidora pública federal em concomitância com a mãe biológica da adotada. Analisar esta decisão à luz da socioafetividade e da multiparentalidade no direito de família contemporâneo é o escopo deste trabalho a partir da referida decisão.

(Metodologia) O estudo de natureza descritiva e explicativa, fará uso de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial como meio de investigação da temática jurídica a partir do caso concreto da decisão.

(Resultados) A decisão encontra guarida nos arts. 1593 CC/2002 que traz o reconhecimento do parentesco que resulte da consanguinidade ou de outra origem e 1619, ambos do mesmo diploma legal, fundamnetando a adoção e do Enunciado 256 do ECJ que aduz que a posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil. Consiste na apreciação do pedido de adoção feito por uma servidora pública estadual de 80 anos de sua sobrinha de 41 anos, com quem sempre conviveu desde os sete meses de vida, sendo responsável juntamente com os pais biológicos por seu sustento, manutenção, cuidados e o desenvolvimento de laços afetivos ao longo de todos estes anos. Ao proferir a decisão a magistrada da 6ª vara de família da Comarca de Natal, além de observar o preenchimento dos requisitos legais, pautou seu convencimento, mediante o depoimento das testemunhas e provas colhidas, na verdadeira e significativa convivência construída, não só pela adotante e adotada, mas também com os pais biológicos desta última o que possibilitou a confecção do novo registro constando os nomes do pai biológico e da mãe biológica em concomitância com a tia como mãe.

(Conclusão) Observa-se que esta decisão, além de precipuamente reconhecer o vínculo socioafetivo entre ambas por meio da adoção, apresenta uma diferente configuração familiar, a da multiparentalidade, que muitas vezes mesmo revelada nas situações fáticas não alcançava a chancela jurídica do direito de família, demonstrando que atualmente a constituição familiar está para além dos vínculos biológicos, como também a possibilidade da coexistência destes com os afetivos. Fato que vem se tornando frequente nas cortes do país no bojo do direito de família contemporâneo, neste sentido é o que julgou o TJRN.

Palavras-Chave: Direito de família, Adoção, Socioafetividade e Multiparentalidade

A SUPRALEGALIDADE DOS TRATADOS INTERNACIONAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: O CASO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.

Autor(es):

Ana Luíza Queiroz Gonzaga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabele Freire de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Landim Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução: sabemos que a comunidade internacional, frente aos acontecimentos históricos, na atualidade, não mede esforços para garantir e proteção aos direitos humanos, que tem como características principais a universalidade, indivisibilidade, fundamentalidade, supranacionalidade e historicidade. A partir desse entendimento, o presente trabalho objetiva discutir acerca da internalização dos Tratados Internacionais em Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro, observando os dispositivos legais e, em destaque, o Artigo 38 da do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, a Emenda Constitucional nº 45 de 2004 e o posicionamento do Superior Tribunal Federal quanto à supralegalidade desses Tratados.

(Metodologia) Metodologia: A realização do estudo alicerçar-se no desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica, destacados a doutrina e jurisprudência sobre o tema, observados os dispositivos legais, por meio de análise do posicionamento principalmente do Brasil quanto sua atuação junto à comunidade internacional, viabilizando a efetivação dos direitos humanos, observado a partir através do posicionamento do STF quanto à recepção dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, enquanto supralegalidade.

(Resultados) Resultados: Mediante estudo e pesquisa, destacamos que as normas previstas nos Tratados Internacionais, no ordenamento jurídico brasileiro, são aprovadas pelo Poder Legislativo e promulgadas pelo Poder Executivo, sendo estes atos normativos infraconstitucionais. Neste contexto, evidenciamos que não há hierarquia entre as normas ordinárias de direito interno e as normas advindas dos Tratados Internacionais. Tal posicionamento sofre mudanças significativas com a inovação ao artigo 5º da CF/88, por meio da referida Emenda Constitucional, acrescentando o § 3º no artigo em análise, evidenciando a hierarquização dos Tratados Internacionais em Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro, dando a estes o status de lei ordinária equivalente a Emenda Constitucional.

(Conclusão) Conclusão: observamos que a hierarquização dos tratados internacionais quanto à recepção no âmbito jurídico marcam três momentos distintos, ou seja, antes da Constituição Federal de 1988; após a promulgação da Carta Magna vigente, mas anteriormente a EC nº 45/2004; e posteriormente a respectiva Emenda. Devemos distinguir neste aspecto, os tratados internacionais de direitos humanos, a eles são dado o status de lei ordinária, considerando que os Tratados Internacionais de Direitos Humanos coadunam com o posicionamento do STF, uma vez que para Suprema Corte, é mais coerente considerá-los com atributos de supralegalidade, tendo em vista o tratamento acerca dos direitos humanos; os Tratados Internacionais em Direitos Humanos se encontram no ordenamento jurídico brasileiro, hierarquicamente, por ele estar em nível superior a legislação infraconstitucional

Palavras-Chave: Palavras-Chaves: Tratados Internacionais. Direitos Humanos, Supralegalidade

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO DE TOULMIN E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A PETIÇÃO INICIAL E O ATO DE DISCORRER LOGICAMENTE

Autor(es):

Arthur Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Diego Ranier dos Santos Silva Macêdo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No seu livro “Razões do Direito”, Manuel Atienza diz: “Nossas pretensões extrajurídicas precisam ser justificadas não perante suas majestades, os juízes, e sim diante do tribunal da razão”. As ideias que serão aqui desenvolvidas são sobre o mundo jurídico, em especial, o Código de Processo Civil, assim como a natureza de seu desenvolvimento, culmina em sua admissão pelo “tribunal da razão”. Assim, como versa o doutrinador André Franco Montoro, a lógica jurídica é “O estudo dos princípios e regras relativos às operações intelectuais efetuadas pelo jurista, na elaboração, interpretação, aplicação e estudo do Direito”, tomo como referencial teórico a teoria de Toulmin, pois ela preenche todos os requisitos necessários à construção de uma lógica jurídica. O trabalho tem como objetivo interpretar o significado de “decorrer logicamente” dentro do Código de Processo Civil, utilizando a Teoria da argumentação jurídica de Toulmin. No art. 330, § 1º, do novo Código de Processo Civil, constatamos a presença da seguinte sentença, na definição das petições iniciais ineptas: “da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão”. O próprio regulamento não traz em seu corpo qualquer definição da expressão “decorrer logicamente”. Tendo em vista isso, recorri a outras leituras que, caracterizam “decorrer logicamente” dentro de textos argumentativos. Adoto Toulmin para salientar os quatro elementos básicos de um argumento: a pretensão, as razões a garantia e o respaldo. É mister salientar que o seu funcionamento conjunto é necessário para que aja o enquadramento requerido pelo dispositivo legal anteriormente citado: então, tem-se esse modelo estrutural, que é a espinha dorsal da argumentação jurídica, segundo Toulmin. E, seguindo esse diapasão, a construção de uma petição inicial, trilhando, os ditames processuais, deve corresponder à construção de um argumento cuja conclusão é o pedido.

(Metodologia) Estudo da expressão “decorrer logicamente”, através de pesquisa bibliográfica para definir uma interpretação adequada ao Código de Processo Civil no diagrama de Toulmin.

(Resultados) “Decorrer logicamente” parte da necessidade de fundamentar a petição feita pelo requerente e que tendo como escolha a Teoria da argumentação jurídica proposta por Toulmin, significa atender ao proposto pelo diagrama de Toulmin. Ipo est, os dados devem ser relevantes e suficientes para a conclusão (pretensão, pedido); a garantia deve ser adequada (permitir a inferência da conclusão a partir dos dados) e bem fundamentada em seu respaldo legal; a conclusão (pretensão, pedido) deve ser clara e precisa.

(Conclusão) A Teoria da argumentação jurídica de Toulmin serve para explicar o ato de “decorrer logicamente” dentro do Código de Processo Civil.

Palavras-Chave: Código de Processo Civil; Toulmin; Argumentação Jurídica; Decorrer logicamente.

A TERCEIRIZAÇÃO COMO FORMA DE PRECARIZAÇÃO DAS MEDIDAS FLEXIBILIZADORAS NO DIREITO DO TRABALHO NO BRASILEIRO

Autor(es):

Byanca Laura Franco da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O direito do trabalho brasileiro, tem como uma medida flexibilizadora, que vem para auxiliar a empresa quando se está em momento de crise, e para se ter a permanência da empresa e dos empregados, mas para isso é relativizado os direitos dos empregados, sendo ela a terceirização, que é um mecanismo jurídico que permite a um sujeito tomar serviços no mercado de trabalho sem responder, pela relação empregatícia, passando a responsabilidade e obrigações a uma terceira empresa, que se denomina com a intermediadora de mão de obra, assim o vínculo do empregado será com a intermediadora, mas o empregado prestará serviços a tomadora (empresa). Ocorrendo a terceirização da mão de obra, ao invés de a tomadora gerar um vínculo direito com o empregado. Com o intuito de regulamentar a medida, com uma lei específica, se tem um projeto de lei número 4330/04 em tramitação que promove a Terceirização, como um instituto de contrato de prestação de serviço e suas relações, assim, confirmando a sua regulamentação no ordenamento jurídico, e piorando a situação dos trabalhadores, em virtude que será aceita a relativização e/ou diminuição de seus direitos perante a lei.

(Metodologia) A pesquisa utiliza-se do método hipotético-dedutivo, pois tem uma hipótese, que é a precarização das medidas flexibilizadoras na terceirização, supondo que houve uma piora com a utilização da terceirização, como uma medida flexibilizadora na relação de emprego. Havendo uma dedução, criando algumas previsões, a partir dessa hipótese formulada. Outro método trazido para a pesquisa é o histórico, que visa verificar a evolução e modificação das relações trabalhistas ao longo do tempo, e o comparativo, mostrando a semelhança e/ou a diferença das relações e regulamentações dos empregos. Além disso, também foi utilizado o método bibliográfico e documental, que visa trazer livros, artigos científicos, legislações e códigos.

(Resultados) Quando avaliado o cenário da Terceirização verificar-se um prejuízo ao empregado, que fica com o vínculo empregatício com a intermediadora de mão de obra, ao invés do tomador de serviços, pois com ele o seu vínculo seria regulamentado verdadeiramente pela legislação trabalhista, onde teria todos os seus direitos respeitados. A precarização da terceirização vem acontecendo ininterruptamente, pois não se tem uma lei que trate sobre a sua regulamentação no ordenamento, e assim proteja os trabalhadores que estão dentro dessa relação, pois necessitam desse vínculo para o sustento próprio e de sua família, e assim estando sujeitos a trabalharem sem uma lei específica que defenda os seus direitos diretamente.

(Conclusão) Como já foi observado o direito do Trabalho não tem uma específica legislação que regule a Terceirização, estabelecendo como precária a situação dos direitos do empregado, contudo mostra um desrespeito aos direitos conquistados ao longo do tempo com muito sacrifício. É importante ressaltar que com a utilização dessa medida flexibilizadora são retirados direitos dos trabalhadores, que são de caráter obrigatório para sua subsistência, e em muitas vezes, os direitos mínimos assegurados na CF/88 são relativizados, com cunho de diminuição de gastos, responsabilidades e obrigações para o empregador, e proporcionando ao empregado duras alterações em seus direitos. O novo projeto de lei de número 4330/04 visa, deixar os trabalhadores prejudicados, pois estará determinado em lei, que os seus direitos podem ser diminuídos, em virtude, do crescimento, subsistência do empregador, agindo assim, em função do empregador o projeto de lei, ao invés de proteger a parte mais frágil da relação, o empregado, e priorizando o mínimo de dignidade para a sua sobrevivência.

Palavras-Chave: Terceirização; Medidas Flexibilizadoras; Trabalhador; Precarização; Direitos.

A TUTELA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA APLICADA NO DIREITO DE SUCESSÕES

Autor(es):

Fernanda Saldanha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayana Xavier de Couto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daianny Fidelis Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Bianca Carvalho de Oliveira Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alexandre Wagner Bezerra Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A tutela da filiação no ordenamento jurídico brasileiro vem sofrendo constantes mudanças, principalmente no que diz respeito às construções jurisprudenciais no que tange ao reconhecimento das relações socioafetivas como princípio primordial para caracterização da filiação, onde tal reconhecimento tem origem no vínculo afetivo paternal sem a existência de elo biológico ou civil entre pai e filho. Destarte, o objeto desta pesquisa é o reconhecimento das relações socioafetivas no que diz respeito à tutela da filiação para o direito de sucessões. Seu objetivo geral é analisar como as relações socioafetivas tem afetado ao ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao processo de reconhecimento da filiação e o seu direito a sucessão, com análise às construções jurisprudenciais

(Metodologia) Será utilizado o método de abordagem dialético, assim como serão utilizados como métodos de procedimento o histórico e o comparativo, como também as técnicas de pesquisa bibliográficas e jurisprudenciais para coleta de dados.

(Resultados) Como resultado da presente pesquisa podemos perceber que a filiação socioafetiva está sendo reconhecida pelo nosso judiciário através de dois requisitos primordiais, a comprovação do estado de filho e a manifestação de vontade pelo(s) pai(s) de ter seu sentimento reconhecido civilmente e juridicamente. Conforme podemos inferir da presente jurisprudência: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POST MORTEM. SENTENÇA QUE INDEFERIU O PEDIDO. O ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA DEMANDA A COEXISTÊNCIA DE DUAS CIRCUNSTÂNCIAS: I) VONTADE CLARA E INEQUÍVOCA DO APONTADO PAI OU MÃE SOCIOAFETIVO DE SER RECONHECIDO, VOLUNTÁRIA E JURIDICAMENTE COMO TAL; II) CONFIGURAÇÃO DA DENOMINADA 'POSSE DE ESTADO DE FILHO', COMPREENDIDO PELA DOUTRINA COMO A PRESENÇA NÃO CONCOMITANTE DE TRACTATUS (TRATAMENTO, DE PARTE À PARTE, COMO PAI/MÃE E FILHO) NOMEN (A PESSOA TRAZ CONSIGO O NOME DO APONTADO PAI/MÃE); E FAMA (RECONHECIMENTO PELA FAMÍLIA E PELA COMUNIDADE DE RELAÇÃO DE FILIAÇÃO). REQUISITOS DEMONSTRADOS DE FORMA INEQUÍVOCA POR FORÇA DO ACERVO PROBATÓRIO CONSTANTE NOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJ-AL - APL: 07064039020128020001 AL 0706403-90.2012.8.02.0001, Relator: Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento, Data de Julgamento: 30/03/2015, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/03/2015) Além do mais ao ser reconhecido como filho(a) socioafetivo pela judiciário, o filho(a) tem direito a todos os direitos e deveres concernentes aos filhos biológicos do pai socioafetivo, como também, seu direito a ser sucessor necessário.

(Conclusão) Chegamos à conclusão de que a filiação socioafetiva é um instituto novo que não é regido formalmente pelo código civil, no entanto, tem sua base em construções jurisprudenciais, nas quais percebemos como é importante o seu estudo. Tanto para entender quando pode ser reconhecida como para aprender como ele é tratada perante o judiciário e sua aplicabilidade no Direito Civil em geral.

Palavras-Chave: Relações socioafetivas. Direito de sucessões. Reconhecimento da filiação

A TUTELA DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA APLICADA NO DIREITO DE SUCESSÕES.

Autor(es):

Fernanda Saldanha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayana Xavier de Couto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daianny Fidelis Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Bianca Carvalho de Oliveira Amorim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alexandre Wagner Bezerra Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A tutela da filiação no ordenamento jurídico brasileiro vem sofrendo constantes mudanças, principalmente no que diz respeito às construções jurisprudenciais no que tange ao reconhecimento das relações socioafetivas como princípio primordial para caracterização da filiação, onde tal reconhecimento tem origem no vínculo afetivo paternal sem a existência de elo biológico ou civil entre pai e filho. Destarte, o objeto desta pesquisa é o reconhecimento das relações socioafetivas no que diz respeito à tutela da filiação para o direito de sucessões. Seu objetivo geral é analisar como as relações socioafetivas tem afetado ao ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao processo de reconhecimento da filiação e o seu direito a sucessão, com análise às construções jurisprudenciais.

(Metodologia) Será utilizado o método de abordagem dialético, assim como serão utilizados como métodos de procedimento o histórico e o comparativo, como também as técnicas de pesquisa bibliográficas e jurisprudenciais para coleta de dados.

(Resultados) Como resultado da presente pesquisa podemos perceber que a filiação socioafetiva está sendo reconhecida pelo nosso judiciário através de dois requisitos primordiais, a comprovação do estado de filho e a manifestação de vontade pelo(s) pai(s) de ter seu sentimento reconhecido civilmente e juridicamente. Como podemos inferir da jurisprudência a seguir: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POST MORTEM. SENTENÇA QUE INDEFERIU O PEDIDO. O ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA DEMANDA A COEXISTÊNCIA DE DUAS CIRCUNSTÂNCIAS: I) VONTADE CLARA E INEQUÍVOCA DO APONTADO PAI OU MÃE SOCIOAFETIVO DE SER RECONHECIDO, VOLUNTÁRIA E JURIDICAMENTE COMO TAL; II) CONFIGURAÇÃO DA DENOMINADA 'POSSE DE ESTADO DE FILHO', COMPREENDIDO PELA DOUTRINA COMO A PRESENÇA NÃO CONCOMITANTE DE TRACTATUS (TRATAMENTO, DE PARTE À PARTE, COMO PAI/MÃE E FILHO) NOMEN (A PESSOA TRAZ CONSIGO O NOME DO APONTADO PAI/MÃE); E FAMA (RECONHECIMENTO PELA FAMÍLIA E PELA COMUNIDADE DE RELAÇÃO DE FILIAÇÃO). REQUISITOS DEMONSTRADOS DE FORMA INEQUÍVOCA POR FORÇA DO ACERVO PROBATÓRIO CONSTANTE NOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJ-AL - APL: 07064039020128020001 AL 0706403-90.2012.8.02.0001, Relator: Desa. Elisabeth Carvalho Nascimento, Data de Julgamento: 30/03/2015, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/03/2015) Além disso, ao ser reconhecido como filho(a) socioafetivo pela judiciário, o filho(a) tem direito a todos os direitos e deveres concernentes aos filhos biológicos do pai socioafetivo, como também, seu direito a ser sucessor necessário.

(Conclusão) Chegamos a conclusão de que a filiação socioafetiva é um instituto novo que não é regido formalmente pelo código civil, no entanto, tem sua base em construções jurisprudenciais, nas quais percebemos como é importante o seu estudo. Tanto para entender quando pode ser reconhecida como para aprender como ele é tratada perante o judiciário e sua aplicabilidade no Direito Civil em geral.

Palavras-Chave: Palavras-chaves: Relações socioafetivas. Direito de sucessões. Reconhecimento da filiação

A USUCAPIÃO FAMILIAR: O DIREITO DO CÔNJUGE RESIDENTE EM FACE DO ABANDONO DE LAR

Autor(es):

Thiago Breno Nascimento da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Victor Norio Nagatomi Viegas : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Yanne Maria Medeiros de Sousa Dantas Ramos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho teve por objetivo analisar o instituto da usucapião familiar por abandono de lar que está prevista no artigo 1240-A do Código Civil Brasileiro, o qual foi inserido pela Lei que regulamenta o programa assistencial "minha casa, minha vida". Com o objetivo de realizar um estudo crítico acerca da nova modalidade de usucapião, e tendo em vista a recente discussão iniciada sobre a constitucionalidade ou não da nova maneira de usucapir, o grupo decidiu focar no Direito do cônjuge residente, em razão da insegurança social e instabilidade financeira sofrida pelo mesmo. Importante ressaltar que, embora a nova lei contenha algumas restrições - como serão abordadas no decorrer do trabalho -, é um meio eficaz de garantia de propriedade do bem familiar, que, diga-se de passagem, representa o mínimo existencial para qualquer indivíduo.

(Metodologia) Será utilizado um referencial teórico como técnica de pesquisa, frente a necessidade de embasamento jurisprudencial e interpretativo da lei, dos princípios e dos direitos fundamentais acerca da temática do usucapião familiar por abandono do lar. Dando-se seguimento e partindo-se da aplicação das leis e princípios gerais e aplicando-os aos casos específicos, será o utilizado o método dedutivo como o de abordagem. O método de procedimento então aplicado será o histórico, acompanhando a evolução da temática pesquisada e o seu contexto histórico- social. Por conseguinte, também se fará presente como método de procedimento, o histórico, de maneira a apresentar comparações acerca de como era, e como ficou a temática discutida.

(Resultados) Diante do estudo realizado, conseguimos inferir um grande aumento de demandas no que diz respeito à nova modalidade de usucapião inserida no Código Civil, qual seja, por abandono de lar. Isso demonstra que havia uma grande necessidade da implementação de uma ação adequada para atender os cônjuges desamparados e abandonados no lar pelos seus parceiros. Obviamente, alguns requisitos são exigidos para que se possa adquirir o direito de usucapir através dessa modalidade, porém, o objetivo de beneficiar as pessoas mais carentes de direitos sociais, famílias ou cônjuges que não tem outro lugar para morar, vêm sendo concretizado, ratificando dessa forma, a previsão constitucional, a saber, a uma moradia digna e adequada.

(Conclusão) Tendo em vista os aspectos observados, é possível concluir que trata-se de uma modalidade mais criteriosa do que as outras não sendo permitido em nenhuma hipótese a procedência do pedido sem o preenchimento dos requisitos. Por fim, o interesse desse instituto é única e exclusivamente a valorização da proteção da moradia, ou seja, a usucapião familiar foi criada para confirmar a previsão Constitucional do direito a uma moradia adequada e digna.

Palavras-Chave: Usucapião; Direito a moradia; Abandono do lar

A UTILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO “IN DUBIO PRO MISERO” NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Autor(es):

Fernanda Cristina de Albuquerque Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Adélcio Cabral Bezerra Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Laura Nicole Rêgo de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Jaime da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Rhuama Duarte Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem por objeto a análise do princípio “in dubio pro misero” no Direito Previdenciário, do qual os tribunais tem se valido para ampliar a extensão probatória de documentos em proveito dos familiares de segurados especiais. Nesse contexto, imperioso destacar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que não raro, vem negando aplicação do artigo 55, §3º da nº Lei 8.213/91. O supracitado dispositivo exige a comprovação do tempo de serviço baseada em início de prova material, não admitindo, portanto, prova exclusivamente testemunhal. Outrossim, a Súmula nº 149, corrobora a necessidade de outros meios de prova, deixando claro que a constatação exclusivamente testemunhal não basta a comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário. Neste interim, sobreleva registrar que a doutrina relacionada ao Direito Previdenciário não faz menção ao uso do princípio “pro misero”, reportando-se substancialmente ao caráter contributivo e de filiação obrigatória, observando os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Portanto, a doutrina silencia a respeito da existência de uma suposta interpretação “pro misero”. Diversamente do que ocorre no Direito do Trabalho onde é constante o princípio “pro operario”, ou até mesmo no Direito Penal, onde há o paralelo “in dubio pro reo”.

(Metodologia) Para respondermos ao problema de pesquisa elucidado, utilizamos o método “hermenêutico-concretizador” de interpretação constitucional, propondo uma abordagem de pré-compreensão entre intérprete, norma e a problematização na interpretação, com ênfase no método tópico problemático, que vem a enfrentar as dificuldades da impossibilidade de lograr êxito com respostas objetivas, aporias do Direito, como a colisão entre princípios e lacunas normativas.

(Resultados) In casu, observamos a evolução da Previdência Social, deixando seu caráter meramente institucional, dando-lhe origem a um instrumento político e social, que busca efetivar o individuo como parte integrante do Seguro Social. Ademais, temos a Previdência Social como direito elencado na Declaração Universal de Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas – ONU e como direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988. Frente o expedido, nossa Carta Magna atribui ao Estado, além do papel intervencionista, a exigência de melhorias sociais em copiosas categorias de segurados. A finalidade da previdência social visa o equilíbrio financeiro, atuarial e do devido processo legal, que não respeita a condição “pro misero”. O devido processo legal deve ser inserido nessa questão, como delimitador, legitimando precisamente a solução “pro misero” quando se configura não razoável o sacrifício de um direito fundamental diante da existência de prova legítima, ainda que exclusivamente testemunhal, pois o art. 55, § 3º da Lei n.º 8.213/91, não tem força capaz de abolir uma garantia constitucional, mas o inverso é verdadeiro.

(Conclusão) A importância do presente tema, vislumbra a realização do direito justo aplicado ao caso concreto, que se vale do princípio “pro misero” nas decisões de tendência benévola dos tribunais. Insta analisar, que as decisões vão contra a doutrina pátria, que considera o princípio supracitado como inconstitucional, posto que não está expresso legalmente no nosso ordenamento jurídico. Cabe ressaltar que a inconstitucionalidade é tópica, tendo em vista que leva em consideração a casuística do caso examinado, e a regra de decisão, ou premissa construída, somente é válida para o caso em espécie.

Palavras-Chave: Princípio “pro misero”. Decisões. Tribunais. Constituição Federal.

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NOS CONFLITOS INTERNACIONAIS: GUERRA SÍRIA

Autor(es):

Nalã Ewert Cabral de Paula Salustino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Pedro Augusto Barreto Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Pedro Henrique Carvalho Lessa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Victor Veloso Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tema abordado no presente estudo tem como objetivo explanar a violação dos direitos humanos causados em decorrência da ocorrência de conflitos ao redor do mundo, com maior destaque para o conflito da Síria. Com o intuito de explicar e ampliar o estudo dos direitos humanos é apresentada suas dimensões, seu histórico de desenvolvimento, alguns acontecimentos que marcaram a ascensão de tais direitos, além da diferença entre direitos humanos e fundamentais. O tema se torna relevante pelo fato de ser um alerta para as atrocidades que vêm acontecendo ao redor do globo levando à violação dos direitos primordiais de todo cidadão, direitos esses que asseguram a humanidade de todos.

(Metodologia) Foram estudados várias fontes de direitos criadas pelo homem, tais como a Constituição Federal da República e a Declaração Universal de Direitos Humanos. O método histórico foi profundamente explorado visto que foi estudado as origens do conflito, além das origens e desenvolvimento dos direitos humanos. Outro método explorado foi o método dialético, visto que por se tratar de um trabalho onde impera a imparcialidade, iremos expor e tratar de ambos os lados do fenômeno trazido à tona. Também foi levado em consideração os ideais de vários autores, entre eles: PUCCINELLI, André Júnior e TRINDADE A. Cançado.

(Resultados) A partir da pesquisa sobre a guerra na Síria observamos tratar – se de um conflito de ideias entre oposição e governo. Enquanto a oposição afirma estar lutando para banir o presidente Bashar al-Assad e instalar um governo democrático, o governo sírio, liderado pelo presidente Bashar al-Assad afirma estar apenas lutando por sua nação. Também há o interesse norte americano na síria que pode se justificar pelo fato de ela representar uma ameaça, isso se deve, principalmente, graças a denúncia dos opositores de Bashar al-Assad que acusaram o ditador de usar armas químicas. Ao contrário dos Estados Unidos, a Federação Russa vai de acordo com os ideais de Bashar al-Assad e se tornou, atualmente, o seu mais forte aliado. Diferentemente de Estados Unidos e Rússia a ONU (Organização das Nações Unidas) não tomou partido no conflito, e como já era de se esperar desta organização, vem tentando apaziguar os confrontos para que tudo seja resolvido de forma democrática e sem violência. A guerra Síria reflete nos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, algo que deveria ser assegurado para todo indivíduo e devido a situação caótica do país, tornou-se praticamente inexistente nessa parte do mundo.

(Conclusão) A disponibilização dos direitos e garantias fundamentais é dever do estado para com seus cidadãos, dever esse exposto no preâmbulo da declaração universal dos direitos humanos. Observamos portanto, ser de extrema importância tratar desse assunto com uma visão globalizada e sempre visando o lado dos civis, pois, quer queira quer não são os mais prejudicados. O que vem acontecendo na Síria é algo de interesse internacional e seu desfecho pode acarretar consequências para todo o mundo principalmente para os mais interessados no conflito como Estados Unidos, Rússia, o governo sírio e, sem sombra de dúvida, os civis que lá habitam. Diante disso, cabe a ONU, como embaixadora da paz, tentar mediar o conflito regendo as partes conflitantes e tentando-se chegar a um acordo o mais rápido possível de maneira democrática e pacífica.

Palavras-Chave: Direitos humanos; Violação; Guerra Síria.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL

Autor(es):

Cassio Fernandes Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Ação Civil Pública é o típico e mais importante meio processual de defesa ambiental. Diante dessa fato, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a eficácia e a frequência das funções institucionais do Ministério Público ao promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos por ser um direito atribuído a órgãos públicos e privados para tutela de interesses não-individuais, também apontou a Ação Civil Pública como instrumento de proteção do meio ambiente. No estudo realizado, foi possível observar que a Ação Civil Pública na proteção ao meio ambiente é demasiadamente benéfica, pois ao mesmo tempo, em que reprime a prática de atos lesivos ao meio ambiente, também procura a reparação do dano causado pelo agente causador. O Meio Ambiente é tratado como um bem maior pela constituição federal de 1988, e a Ação Civil Pública seria um método de proteção eficaz contra as práticas de poluição, degradação e destruição de nosso habitat natural. A degradação do Meio Ambiente, cominada ao verdadeiro descaso da sociedade, ocorrida justamente em um período em que o desenvolvimento econômico e social não eram compatíveis com a preservação da natureza, fez com que houvesse a necessidade de serem criados meios jurídicos para a proteção do meio ambiente. Surgindo desta forma, leis destinadas à proteção ambiental.

(Metodologia) Então, dentro de uma linha científica, adotou-se o método dedutivo, onde a produção do conhecimento estará fundamentada na crítica dos doutrinadores ambientalistas e cíveis. Deste modo, este trabalho envolveu levantamento bibliográfico, como também legislações ambientais, Constituição Federal, e Código Civil e as demais leis do nosso ordenamento destinadas a sagrada regra de proteção ao meio ambiente, para assim, garantir-se que as investigações científicas se conduzem por um sistema de referências do conhecimento jurídico-científico

(Resultados) A temática aqui abordada deve-se a uma identificação e uma preocupação não só com as questões ambientais, mas também com questões sociais. Ação Civil Pública é um recurso utilizado atualmente para defesa do meio ambiente. A preocupação com o ambiente natural, cultural e urbano vem crescendo. O que não ocorria no passado, hoje se percebe a prevenção, através de ações, reclamações, campanhas para defesa dos recursos naturais e culturais, elementos essenciais ao bem-estar da população. Ao estudar esse assunto, pretendo verificar se a ação civil pública é eficaz como instrumento de proteção ao meio ambiente para proteção de nossos bens; quais os seus legitimados; e como se procede, e avaliar até que ponto vai a eficácia da ação civil pública como instrumento jurídico de proteção ao meio ambiente

(Conclusão) Assim Ação Civil Pública é o mais importante meio processual de defesa ambiental, em que através dela que se terá a guarda de patrimônio público, no caso em foco o ambiental, pois tendo sua importância reconhecida na carta magna de 1988, o meio ambiente tem esse importante instrumento jurídico para a sua proteção.

Palavras-Chave: Direito ambiental, Ação civil pública, proteção, meio ambiente, importância constitucional.

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL, SEUS ASPECTO PROCESSUAIS E OS REFLEXOS NA VIDA DA SOCIEDADE BRASILEIRA.

Autor(es):

Ezequiel Henrique Araújo de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ação de investigação judicial eleitoral é uma importante ferramenta processual eleitoral utilizada para combater e apurar a prática de atos que venham a afetar a igualdade entre os candidatos em um pleito eleitoral. Esse instrumento processual pode ser arguido em casos de abuso de poder econômico, abuso de poder político, e também em casos de utilização indevida dos meios de comunicação social, penalizando todos os que hajam contribuído para o ato com a declaração de inelegibilidade, dentre outras sanções. Então, no esforço de agregar conhecimento acadêmico a este tema que é tão pouco trabalhado nas universidades e importantíssimo em nossas vidas, buscarei preencher a lacuna apresentada propondo a sistematização e classificação da AIJE fomentando as questões concernentes aos abusos cometidos em todos os momentos de uma eleição. O presente trabalho suscitará o tratamento processual ao qual a AIJE está submetida, abordando os ilícitos objetos dessa ação, levantando também as questões atinentes a legitimidade ativa e passiva, competência, objeto e procedimento, de que trata a ação em comento.

(Metodologia) O projeto de pesquisa ora apresentado, utilizará do método dialético de abordagem, visto que, o tema deve ser analisado em um contexto histórico, político, econômico e social. No que se refere aos métodos de procedimento, a pesquisa se debruçará nos seguintes métodos: Comparativo, comparando jurisprudências, entendimentos de tribunais regionais e da doutrina; Tipológico, criando um modelo ideal e sistemático para a AIJE, para que não haja falhas em sua aplicação; Histórico: analisando o contexto em que a AIJE foi criada, sua aplicação e efetividade na época, trazendo para a realidade da política atual. As técnicas a serem utilizadas neste estudo consistem em pesquisa bibliográfica diversa sobre os principais delineamentos jurídicos acerca do tema. Assim, a pesquisa abrangerá, além de livros, monografias, teses, dissertações, artigos, revistas, jornais e reportagens, publicadas em meios físicos ou na internet, qualquer outro veículo que possa contribuir com a fundamentação teórica, resoluções do tribunal superior eleitoral, bem como entendimentos dos tribunais regionais e a viabilização do tema ora apresentado. Ademais, considera-se a realização de pesquisa de campo para investigar a compreensão e posição dos juízes que atuam nas eleições no Rio Grande do Norte.

(Resultados) Com a finalização desse estudo pretendemos apresentar uma sistematização e classificação da ação de investigação judicial eleitoral no desiderato de facilitar a compreensão e identificação dos ilícitos eleitorais por ela combatidos, bem como esclarecer os elementos e o procedimento a ser adotado. Dessa forma, vislumbra-se um avanço significativo no sentido da busca da garantia da higidez do processo eleitoral.

(Conclusão) Em sede de considerações finais incumbe ressaltar que a ação de investigação judicial eleitoral tem o condão de apurar e combater atos de abuso de poder econômico, político ou de autoridade ou ainda o uso indevido dos meios de comunicação, que se realizaram com o desiderato de gerar benefícios eleitorais a determinado candidato a cargo eletivo. Tutela, dessa forma, principalmente, a legitimidade da eleição e a igualdade na disputa pela obtenção do cargo público. Por esse motivo, é imprescindível que os operadores do direito, os candidatos e os eleitores tenham uma compreensão mais didática e facilitada dessa importante ferramenta processual eleitoral. Lançando mão dela, quando possível e pertinente na defesa dos interesses da coletividade e da lisura do pleito eletivo.

Palavras-Chave: Ação de Investigação Judicial Eleitoral. Sistematização. Classificação.

ADICIONAIS TRABALHISTAS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA ACERCA DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL BRASILEIRO

Autor(es):

Yam Lira Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Quando um trabalho expõe o proletário a situações perigosas, insalubres, penosas, ou menos favorecidas é assegurado que este terá sua remuneração acrescida por um adicional, ou por adicionais previstos em lei, em convenções coletivas de trabalho, em acordos coletivos de trabalho, ou em regulamento. Entre os adicionais existentes, hoje temos um impasse a respeito da possibilidade de cumular os adicionais de insalubridade e o de periculosidade. Na Compilação de Leis Trabalhistas (CLT) que rege a relação de empregos do Estado brasileiro não é possível cumular tais adicionais, mas após vários tratados ratificados pelo Brasil, passou a se ter uma nova discussão sobre o tema. Na jurisprudência brasileira onde mais é discutido tal possibilidade, a 7ª Turma do TST entende ser possível a cumulação, tendo em vista os tratados ratificados pelo Brasil, por serem referentes a dignidade da pessoa humana que quando incorporados a nossa legislação como normas supralais, sendo assim, superiores a CLT. Enquanto que as outras defendem o que está previsto na CLT, mesmo não sendo a interpretação mais favorável ao trabalhador, já que no art. 7, inc. XXIII, da CF não é vedada a cumulação dos adicionais.

(Metodologia) Para a realização deste trabalho foi utilizado o método dedutivo, já que parte dos aspectos mais gerais, como os princípios do Direito do Trabalho, do Direito Constitucional para aspectos mais específicos que neste caso são julgados do TST. O método de pesquisa foi o histórico para entender como atua a Organização Internacional do Trabalho e como ela mudou o Direito trabalhista brasileiro através das ratificações, ainda foi utilizado o comparativo, para entender os argumentos defendidos pelas turmas do Tribunal Superior do Trabalho

(Resultados) Com a análise realizada a partir dos julgados foi possível chegar ao resultado de que a possibilidade de cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade é viável. A partir do momento em que o Brasil ratificou a convenção de número 155 da Organização Internacional do Trabalho que visa melhores condições ao trabalhador, e esta após a EC 45/04 foi tida como uma norma supralais, unida ao princípio trabalhista de que em caso de antinomia deve prevalecer a interpretação mais benéfica para o trabalhador.

(Conclusão) Hoje no Brasil ainda não temos um entendimento sumulado pela jurisprudência a respeito deste tema, com isso surge a insegurança jurídica em que ações judiciais com o mesmo pedido podem ter resultados opostos, quase uma roleta da sorte. Caso a ação fosse distribuído para a 7ª Turma do TST o trabalhador seria beneficiado com o acúmulo dos adicionais, enquanto que outra ação com o mesmo pedido fosse distribuída para outra turma, a ação seria julgada improcedente, tendo o trabalhador que optar entre um dos dois adicionais como prevê a CLT. A falta de segurança jurídica faz com que o poder judiciário perca credibilidade com a população, causando dúvida e fazendo com que pessoas não tenham o interesse de lutar por seus direitos, pois aliado a insegurança jurídica ainda há o problema da mora processual. Então ficar anos esperando por um julgamento sem ter uma garantia de que seu pedido tem uma probabilidade de procedência, já que o entendimento pode mudar a qualquer instante faz muitos deixarem de ter seus direitos reconhecidos.

Palavras-Chave: direito do trabalho, adicionais trabalhistas, insalubridade, periculosidade, Organização Internacional do Trabalho

ADOÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Carlos Alberto Pinheiro Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Fernanda Cristina de Albuquerque Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Adécio Cabral Bezerra Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Laura Nicole Rêgo de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Jaime da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por escopo abordar e conhecer no ordenamento jurídico brasileiro, a adoção internacional de crianças e adolescentes, visto que esse processo é uma relação de afeto e vontade, onde uma pessoa escolhe outra pessoa para ser filho, criando assim, uma relação de parentesco, baseado: na Convenção de Haia, em 1995, na Constituição Federal de 1988, art. 227, §6º, no Código Civil 1916, a lei nº 4.655, de 1965 e art. 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Metodologia) Para elucidarmos a presente pesquisa usamos o método dialético, porque se enquadra numa categoria, onde o autor busca através desse sistema um resultado com ênfase em respostas mais objetivas, mais convincentes; suficiente para excluir dúvidas inerentes à pesquisa científica. Estratégia que terá como caminho uma bibliografia, como: civilista, constitucional e tratadista.

(Resultados) Com a presente pesquisa observamos que a adoção internacional se apresenta como exceção; quando não se encontra nenhuma alternativa para solucionar a adoção internamente, busca-se como última opção, a adoção internacional da criança ou do adolescente no Brasil. O processo de adoção a partir do ordenamento jurídico brasileiro tem como base o art. 227 da CF/88, §6º, dizendo que os filhos não havidos do casal ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações que os filhos tidos como legítimos, sem que haja designações discriminatórias; àquele passa por duas fases: uma preparatória e outra de habilitação, onde há a concretização das providências perante as autoridades centrais, com a emissão de relatórios ao processo judicial propriamente dito. O Ministério Público atuará no processo de adoção com a finalidade de resguardar os direitos das crianças e dos adolescentes, conforme estabelecido no art. 52 – C, §§ 1º e 2º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. As leis brasileiras estabelecem parâmetros para adoção, também, em consonância à Convenção de Haia, que estabelecem direitos e garantias fundamentais, segundo o interesse do menor e quando verificada a habilidade e aptidão dos futuros pais adotivos.

(Conclusão) A importância do presente tema deve-se ao fato de que o normativo apresentado referente à adoção internacional de crianças e adolescentes, revela preocupação quanto ao bem-estar do adotado ao meio social, incluindo o convívio com uma nova nacionalidade, família, cultura, educação, etc. para que o impacto gerado sobre a adoção seja o menor possível, com isso, expomos a fase preparatória e a de habilitação, é a de caráter burocrático, garantindo àquela criança ou adolescente todos os direitos inerentes à sua nova cidadania. Assim, quer demonstrar que a adoção é um ato de amor e extrema responsabilidade, tentando dar a chance ao adotado de ter uma família e ao adotante que, muitas vezes não pode ter filhos biológicos ou não os querem, dar o amor negado pela família biológica.

Palavras-Chave: Adoção Internacional. Crianças e Adolescentes. Ordenamento Jurídico Brasileiro.

ADOÇÃO INTERNACIONAL: CONVENÇÃO DE HAIA E OS REFLEXOS NA ATUAL LEGISLAÇÃO PÁTRIA.

Autor(es):

Ingrid Katherine Bezerra de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raquel de Melo Mendonça: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tomando como base um estudo da adoção internacional no ordenamento jurídico brasileiro, abordaremos neste trabalho os seus principais requisitos, bem como, as entidades responsáveis para o combate ao tráfico de menores, como o CAJAI e o ECA e a Convenção sobre cooperação internacional e proteção de crianças e adolescentes em matéria de adoção internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993 e os principais reflexos na legislação pátria, bem como, com a entrada em vigor da Lei 12.010/09. Ademais, tratamos da relevância dos benefícios para com o menor quando observada a previsão legal e de igual forma, os riscos, em caso oposto.

(Metodologia) Tendo em vista o escasso material bibliográfico disponível acerca do assunto, tomamos por base de pesquisa o estudo através de artigos científicos publicados.

(Resultados) Consta-se que as formalidades necessárias para que um estrangeiro fosse habilitado a adotar uma criança brasileira eram muito parecidas àquelas exigidas para a adoção interna. A diferença principal encontrava-se na quantidade de documentos a serem apresentados, como se observa da leitura dos artigos 51 e 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 29.05.1993, em Haia, foi concluída, no âmbito da 17ª Conferência de Direito Internacional Privado, a Convenção Relativa à Proteção e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, tendo o intuito de impedir o tráfico internacional de crianças. A Convenção, além de proteger contra a saída ilegal de menores do território nacional, tem por objetivo o fomento de criação de comissões com a finalidade de estudar a idoneidade de famílias estrangeiras residentes fora do país interessadas em adotar compatriotas, observar o atendimento às formalidades processuais a serem seguidas, assim como, os requisitos que devem ser preenchidos pelos candidatos a adotantes e o posterior efeito ao trânsito em julgado da sentença declaratória. A Convenção de Haia foi ratificada no Brasil através do Decreto nº. 3.087, de 21.06.1999 e logo após com a criação da Lei 12.010/09 que, com mais rigidez, possibilita a adoção internacional em último caso, depois de esgotadas todas as possibilidades do menor permanecer com uma família em solo nacional. A nova Lei continua trazendo consigo as preocupações anteriormente tratadas, quais sejam: impedir a transformação da adoção internacional em um lucrativo negócio, com fraudes, burlas, corrupção e o tráfico internacional de crianças. E para garantir que não ocorram essas fraudes, a CEJAI tem por finalidade a aplicação dos princípios expressos na Convenção e fiscalizar a adoção internacional atuando com total rigor. Composta por pessoas de relevante índole na comunidade, entre eles, desembargadores, magistrados, promotores de justiça, assistentes sociais, tendo como natureza a filantropia, visa a realização do princípio constitucional, buscando a plena proteção da criança na adoção internacional. Por fim, "As Comissões Estaduais de Adoção, ligadas aos Tribunais de Justiça de cada Estado brasileiro, foram consideradas autoridades centrais, pois não há uma autoridade central fora de cada Estado que lhe seja hierarquicamente superior."

(Conclusão) Frente ao exposto, verifica-se que na adoção, se faz prioridade o bem estar do menor e o combate ao tráfico de crianças e adolescentes. Uma vez ratificada a Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993, houve uma maior proteção e fiscalização, principalmente depois de validada no Brasil através do Decreto nº. 3.087, de 21.06.1999 e com a Lei 12.010/09, todos os mecanismos críveis para a extinção do execrando tráfico internacional de crianças e adolescentes têm sido adotados pelas autoridades competentes. Há um trabalho importante realizado pela CEJAI, juntamente com o magistrado que podem desempenhar um processo de adoção fazendo com que assim, haja benéfico para o menor.

Palavras-Chave: Adoção; Internacional; Convenção de Haia; Lei 12,010/09.

ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS QUE ESTA FORMA DE VIOLÊNCIA AGRIDE O DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Autor(es):

David Agostinho de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho visa analisar as causas e consequências que a prática da Alienação Parental, provocada por parentes próximos, pais, tios, avós causam a vida de Crianças e Adolescentes ferindo assim, o princípio da dignidade humana. Toda criança e adolescente tem o direito de ter uma família saudável que lhe dê condições de ser bem formados em todos os aspectos. É dever dos pais preservarem a imagem um do outro nos casos de ruptura do casamento, união estável ou guarda.

(Metodologia) Portanto, baseado na Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010, que rege a Alienação Parental, será abordado aspectos que possamos refletir sobre as relações familiares existentes, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, de cunho qualitativo e quantitativo, casos judiciais, casos reais, visita de campo, visitas a conselhos tutelares sempre buscando a garantia dos direitos. Como objetivo geral do trabalho, podemos identificar os fatores que levam as famílias a prática da Alienação Parental e que consequências esta prática atinge a vida destas Crianças e Adolescentes em fase do seu desenvolvimento. Analisar as principais causas determinantes da Alienação Parental, que são em geral, Inconformismo do cônjuge com a separação. Investigar as práticas de violência que as Crianças e Adolescentes são vítimas de Alienação Parental e orientar de forma jurídica o caminho para a denuncia é indispensável que seja tomada medidas que evitem a continuidade da mesma.

(Resultados) Observados nos casos de alienação parental, este ato não atinge tão somente o genitor, mas também seus parentes e amigos próximos, que possuíam convívio com o menor em virtude da relação para com aquele; fazendo com que manifeste na criança ódio pelo seu outro progenitor, ocasionando o rompimento da relação entre pai/mãe e filho. Em várias situações a criança passa a apresentar características semelhantes ao genitor alienante, e com isso desprezar seu outro genitor, por presenciar momentos em que o alienante age com essa conduta, já com o fito de garantir o afastamento entre o menor e seu genitor. O alienante é capaz, até mesmo, de utiliza - se de ameaças e chantagens para obter o seu objetivo.

(Conclusão) Por fim, as consequências da Alienação Parental quando consumada leva à Síndrome de Alienação Parental (SAP) que trás problemas que comprometerão o desenvolvimento normal da criança, afetando até a vida adulta, tais como: Ansiedade; depressão; nervosismo; agressividade; transtornos de identidade dentre outros. Tudo o que foi exposto, torna-se visível que é na infância e na juventude que a criança e o adolescente definem quem é a autoridade em sua vida, e em quem devem confiar e respeitar. O afastamento de um dos genitores, neste momento, poderá trazer consequências, talvez irreversíveis, para o filho e para o genitor afastado em muitos casos ferindo a dignidade da pessoa em desenvolvimento. Atoz esses não devem passar invisíveis aos olhos do Direito.

Palavras-Chave: Palavras – Chave: Alienação Parental. Relações Familiares. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dignidade da Pessoa Humana. Violência.

ANÁISE SÓCIO-JURÍDICA DA MP 746/2016 - REFORMA DO ENSINO MÉDIO: AVANÇOS OU RETROCESSO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA?

Autor(es):

Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Medida Provisória MP 746/2016 titulada como “Reforma do Ensino Médio” esconde uma serie de armadilhas: a começar pela forma que foi imposta a comunidade docente e discente; afrontando o curso democrático das decisões educacionais; exclui a formação integral humana não contemplando o Plano Nacional de Educação, PNE 13.005/2014. A MP 746/2016 é contrário as lutas pela profissionalização docente que se sustenta na institucionalização de sua formação, ao validar uma outra possibilidade de atuação na docência, não oriunda dos cursos de licenciatura sustentados, estando, assim em colisão da Lei nº 9394/96 Lei Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. É notório que no ensino médio há uma grande precariedade, falta de investimento e desvalorização da carreira docente, o que torna a ideia de reforma um tanto que atrativa, no entanto, a reforma não deve ser feita de qualquer maneira. Não estaríamos piorando, ao invés de melhorar a educação do ensino médio? A educação é um direito fundamental previsto Art. 6º, CF/88, e ocupa um lugar de destaque no rol dos direitos humanos ou seja essencial e indispensável para o exercício da cidadania, portanto não sendo objeto da MP 746/2016, afronta a formação integral humana e o Plano Educacional de Educação, PNE 13.005/2014.

(Metodologia) O método de abordagem é dedutivo-hipotético partindo da premissa da inconstitucionalidade da MP 746/2016 exaurindo a possibilidade de verdade ou falseamento, através de uma pesquisa documental em que se aplica método histórico e transdisciplinar que envolve na área de Direito e Educação.

(Resultados) Percebe-se que o que se chama de “Reformar do Ensino Médio”, na verdade é um sucateamento de ensino pois a escola não é feita para pensar, escola que quer formar cidadão critico jamais iria propor a supressão das disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia, tornando-as não mais obrigatória no ensino médio, desobrigando o poder público de oferecer. Ao “vender” como reforma do ensino médio, levando em consideração os baixos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, o que induz a aceitarmos de forma passional a MP 746/2016 como uma solução, quando na verdade não se trata de avanço e muito menos solução e sim um retrocesso, principalmente no ponto de vista intelectual e muito menos no campo de trabalho.

(Conclusão) Desse modo, a MP 746/2016 tornará o ensino médio mais deficiente do que ele já é tratar de educação do ensino médio num contexto político-econômico-social de mitigação e retirada de direito não nos faz acreditar que virá uma real solução para o problema apresentado. A “Flexibilização do Ensino Médio” nos faz lembrar um cardápio onde a educação não é vista com um Direito mas sim como uma mercadoria, e ai, a lógica do lucro a qualquer custo foge do raciocínio lógico e segue pelo discurso contraditório que despreza a formação docente e institui o “notório saber”.

Palavras-Chave: MP 246/2016, Lei Diretrizes Básicas Brasileiras, Reforma do Ensino Médio.

ANÁLISE CRÍTICA DOS IMPACTOS DA PEC 241/2016 NA EDUCAÇÃO: POR QUE SE FAZ TÃO NECESSÁRIO MOBILIZAÇÕES E OCUPAÇÕES DE ESCOLAS?

Autor(es):

Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho pretende trazer à comunidade acadêmica e toda sociedade uma reflexão a respeito das consequências da aprovação do Projeto de Emenda Constitucional PEC 241/2016, que cria um teto dos gastos públicos, projeto pelo então Presidente Temer, governo ilegítimo que não foi eleito de forma direta, mas que através de uma manobra política ocupa a Presidência da República. Embora Temer seja considerado um renomado constitucionalista nos parece que o mesmo não conhece o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, que trata dos Direitos Sociais. Tais direitos surgiram nos moldes atuais, em decorrência da Revolução Industrial do século XIX, época de substituição do homem pela máquina, marcada por nenhuma proteção ao trabalho e a outros direitos tais como a educação. A atitude do presidente ao falar em cortar gastos, no entanto, realiza um jantar para “vender” os direitos sociais, sabendo que tais despesas não saíram do seu bolso, não condiz com o que a própria PEC 241/2016 pretende.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa documental, em que se aplica o método histórico, buscando a flexão e a análise do contexto político e econômico dos embates entre a classe política. A pesquisa exploratória-explicativa, será feita através do relato e fotografias da comunidade acadêmica jurídica nas universidades, como também em escolas ocupadas.

(Resultados) Diante da análise percebe-se que a PEC 241/2016 que tem como o intuito congelar salários, não promover concursos públicos, principalmente nas áreas da educação e da saúde, e o não investimento nessas áreas ao longo de vinte anos resultará no sucateamento dos serviços públicos básicos que terá como consequência a sua privatização.

(Conclusão) Com base nos resultados é de se esperar que um governo não eleito de forma direta, queira impor uma agenda contrária a uma série de Direitos Sociais conquistados de formar tão árdua. A educação não pode ser vista como despesa, mas sim como um investimento, pois permite a justiça quantitativa diminuindo as desigualdades sociais. Neste sentido, em nome do princípio do não retrocesso social o Estado tem o dever de garantir o mínimo existencial. Portanto uma má gestão não significa falta de recursos, mas sim uma distribuição equivocada para o interesse público. Neste sentido as penalidades não podem cair nos serviços públicos, resultando na precarização e sucateamento que tornem justificativas para privatização.

Palavras-Chave: PEC 241/2016, Direitos Sociais, Constituição Federal de 1988.

ANÁLISE DA SUBMISSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL AO TETO DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Autor(es):

Marjorie Lopes Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mauricéia Cabral Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luanny Almeida Galvão de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andressa Alves de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como escopo a análise evolutiva do sistema brasileiro de previdência social, no tocante às reformas impostas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS), desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até a instituição do regime de previdência complementar do servidor público. Será explorada, neste trabalho, a sujeição dos servidores públicos federais à limitação da aposentadoria ao teto do Regime Geral de Previdência Social e sua relação com a instituição da Previdência Complementar, regulamentada no âmbito federal pela Lei nº 12.618/2012 (a qual criou a FUNPRESP), regida pelos princípios da previdência privada, conforme prescreve o artigo 202 da Constituição Federal, visando melhorar o perfil distributivo do gasto público com a previdência.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, utilizou-se o método dedutivo, via pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise da CRFB/88, leis previdenciárias e artigos em revistas jurídicas especializadas no tema em comento, a fim de explanar as mudanças que culminaram no novo regime previdenciário obrigatório para os servidores os quais ingressaram no serviço público após a instituição do regime de previdência complementar de cada poder, através de embasamentos teóricos que geram reflexão, por meio de análise e síntese, tornando assim, o método histórico o aplicado no presente trabalho científico.

(Resultados) Foram demonstradas, neste trabalho, as implicações trazidas ao regime previdenciário dos novos servidores públicos, a partir da instituição do regime de previdência complementar, evidenciando-se as alterações na aposentadoria quanto à necessária obediência, por esses servidores, ao teto máximo estabelecido pelo RGPS. Restou demonstrado, durante a pesquisa, que o novo regime previdenciário será obrigatório para os servidores públicos contratados após a entrada em funcionamento da FUNPRESP de cada respectivo poder, enquanto que para os antigos servidores a filiação tornou-se facultativa.

(Conclusão) O estudo mostrou-se ser de relevância para a análise das modificações normativas referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), obtendo-se a análise da concretude de sua limitação ao teto de benefício estabelecido pelo RGPS, como previsto nos parágrafos 14, 15 e 16 do artigo 40 da CRFB/88, a partir do surgimento da Lei 12.618/2012. Nesse contexto, revelou-se que os servidores submetidos ao novo regime terão a opção de se filiar (e contribuir) à previdência complementar dos servidores, caso tenham remuneração superior ao teto do RGPS e desejem receber proventos superiores a esse limite. Conclui-se que a limitação no valor dos benefícios tem potencial de melhorar o perfil distributivo do gasto público com previdência, como forma de desonerar o Estado do déficit previdenciário.

Palavras-Chave: Previdência Social. Servidores Públicos. RPPS. FUNPRESP.

**ANÁLISE DOS JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA
E A HIERARQUIA DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS**

Autor(es):

Pedro Vitor da Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A temática de incorporação de tratados internacionais ganhou mais uma vez relevo quanto a sua hierarquia em virtude dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, que possibilita a execução provisória da pena mesmo sem ter havido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Nesse enfoque é necessário se questionar, mais uma vez, acerca da hierarquia dos tratados internacionais, as ideias de supralegalidade e de supraconstitucionalidade, sempre sob a ótica máxima de dignidade da pessoa humana

(Metodologia) Quanto a metodologia, registra-se que, na fase de pesquisa, investigação sobre os julgados em questão (e outros que se referem aos direitos humanos e tratados internacionais), foi utilizado o método indutivo. Ademais, também o método dialético comparando os julgados do Tribunal Superior.

(Resultados) Os direitos humanos no âmbito internacional tem aplicabilidade aos Estados que os ratificam, e, especificamente no Brasil, sendo necessária a ratificação externa e interna. Ao analisar julgados e posicionamentos do STF no âmbito processual penal em relação (principalmente) com o Pacto de São José da Costa Rica, foi visto que houve, na maioria dos casos, a proteção máxima dos direitos humanos, ou seja, prevalência da dignidade humana divergindo da literalidade constitucional, como aconteceu com a prisão do depositário infiel (editada a súmula vinculante 25) e a resolução 213 que traz a audiência de custódia prevista no Pacto. Em decisões de fevereiro de 2016 e de outubro de 2016 o Tribunal Supremo concluiu a possibilidade da execução provisória da pena, totalmente contrária às decisões anteriores de proteção aos direitos humanos que vinha adotando. Fazendo uma ligação, o STF, de certa forma, tentou resolver um problema legislativo e administrativo através do judiciário, ou seja, alterou drasticamente uma visão para dar uma resposta para sociedade passando por cima de um direito fundamental (liberdade e corolários) para garantir outro direito fundamental (segurança pública e corolários)

(Conclusão) Diante dessa pesquisa, se observa os aspectos dos direitos humanos através dos tratados internacionais e de que forma, realmente, é incorporado no direito brasileiro, ou melhor, a ótica máxima e final para qualquer medida, de qualquer norma, deveria ser o primado máximo da dignidade da pessoa humana, totalmente ferida com a recente modificação do entendimento do Supremo Tribunal Federal na execução provisória da pena. Por outro lado, é importante salientar, que o problema prisional brasileiro vai continuar a existir, mesmo após essa decisão e isso em nada modificará tal quesito que exige uma participação séria e efetiva das funções legislativas e executivas e não uma resposta, imediatista, apenas do judiciário.

Palavras-Chave: Tratado internacional; Pacto de São José da Costa Rica; Direitos Humanos; Supremo Tribunal Federal

ANÁLISE SOBRE A APOSENTADORIA RURAL A LUZ DA SÚMULA 149 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autor(es):

Gabriel Gurgel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lorena Lobo Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rodrigo Xavier da Costa Souto : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A previdência social autoriza que uma categoria específica de trabalhadores rurais, aqueles qualificados como pequenos produtores rurais e, portanto, segurados especiais, possam acessar benefícios previdenciários sem nunca ter contribuído, sendo considerado, nesse caso, o tempo de efetivo exercício da atividade. A fim de provar o exercício dessa atividade, surgem vários meios de prova, entre os quais a documental e a testemunhal. É nesse contexto que o objetivo do presente estudo perpassa por uma análise do disposto na súmula 149 do STJ - a qual preconiza que a prova exclusivamente testemunhal não basta para a comprovação da atividade rural - com o fito de analisar julgados em que o seu teor foi relativizado em face das situações contidas no caso concreto.

(Metodologia) A pesquisa em apreço teve como fonte de informação a constituição federal e o texto da súmula 149 do STJ, aliado a pesquisas bibliográficas de caráter qualitativo acerca da temática ora debatida em conjunto com julgados dos tribunais brasileiros, almejando assim analisar situações concretas em que o teor da súmula supracitada foi relativizado e suas implicações no âmbito jurídico. A busca de informação ocorreu de forma sistemática e reflexiva, tendo sido utilizado como base o material publicado em livros, revistas e artigos.

(Resultados) Nos termos do artigo 55, §3 da Lei nº 8.213/91 a prova exclusivamente testemunhal não é suficiente para a comprovação da condição de trabalhador rural, entendimento este consolidado com a edição da súmula 149 do STJ. Contudo, ao analisarmos a jurisprudência dos tribunais pátrios colhemos diversos julgados permitindo que o benefício previdenciário pleiteado pelo trabalhador rural fosse concedido baseando-se única e exclusivamente em prova testemunhal, com fulcro no fundamento de que se tal testemunho foi colhido em juízo e, por conseguinte, mostrou-se seguro e idôneo, ou seja, é perfeitamente capaz de preencher o requisito do efetivo exercício em atividade rural.

(Conclusão) A Constituição Federal assegura que os trabalhadores rurícolas tenham direito a gozar dos benefícios previdenciários de igual turno aos empregados urbanos, com o fito de garantir o respeito ao disposto no artigo 37, caput da CF, o qual estabelece o princípio da isonomia. No que tange a problemática ora vergastada, insta destacar que os julgados citados demonstram um verdadeiro "criacionismo judicial" (também chamado pela doutrina pátria de ativismo judicial) de determinados magistrados e desembargadores, ao passo que prolatam decisões judiciais em contrarium sensu ao disposto em matéria sumulada pelo STJ. Isto posto, tais operadores do direito estão corroborando para a formação de um cenário de insegurança jurídica dentro do poder judiciário brasileiro, o qual precisa ser reprimido com veemência, bem como ocasionando um aumento nos gastos públicos atinentes a seguridade social, de forma mais específica, a previdência social.

Palavras-Chave: Previdência social rural. Concessão de benefício previdenciário. Insegurança Jurídica. Súmula 149 do STJ. Inadmissibilidade de prova exclusivamente testemunhal.

ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Autor(es):

Hadamylla Walleska de Oliveira Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Presente estudo busca analisar com base em princípios, Convenções e no ordenamento jurídico brasileiro, a possibilidade de acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade nas relações trabalhistas. De acordo com a legislação atual, a acumulação desses adicionais não é possível, devendo o trabalhador submetido à ação de ambos os agentes, escolher com base em qual dos dois ele prefere receber o suposto "benefício" de cunho salarial. Com essa análise, o presente feito traz questionamentos acerca da real natureza desse instituto criado pelo Direito do Trabalho, qual a forma que se deve buscar para melhor lidar com a influência dos agentes nocivos e até que ponto o dinheiro pode sobrepor a qualidade de vida e saúde de quem necessita se submeter a ambientes de trabalho funestos.

(Metodologia) Registre-se que o método utilizado para produção do presente feito foi o lógico-dedutivo, utilizando como fonte análises bibliográficas, pesquisas jurisprudenciais, assim como também, o estudo da Convenção nº 155 da OIT e o ordenamento jurídico brasileiro, tendo como protagonista a Consolidação das Leis Trabalhistas.

(Resultados) O art. 193, §2 da CLT, e a Norma Regulamentadora (NR) nº 15, no seu item 3, são utilizados como base para fomentar a proibição da cumulação dos adicionais, porém, valendo salientar que as NR'S não tem o condão de modificar a lei, nem mesmo de sobrepor à elas, e o artigo não é expresso quanto a vedação de ambos. Outro fator importante é a Convenção nº 155 da OIT que o Brasil ratificou, dessa forma, se comprometendo a cumprir o que está designado como objetivo principal da mesma, qual seja, prevenir os acidentes e danos à saúde que forem consequência do trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as causas dos riscos inerentes ao meio-ambiente de trabalho. Por fim, vale lembrar duas decisões do TST, no ano de 2014 e 2015, onde a Turma afasta o art. 193, § 2º, da CLT, e mantém a cumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade, em prol do trabalhador submetido a ambos os agentes, sob o argumento de que a Constituição da República, no artigo 7º, inciso XXIII, garantiu de forma plena o direito ao recebimento dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade, sem qualquer ressalva quanto à cumulação, não recepcionando assim aquele dispositivo da CLT. Além do mais, Segundo o ministro, a cumulação dos adicionais não implica pagamento em dobro, pois a insalubridade diz respeito à saúde do empregado quanto às condições nocivas do ambiente de trabalho, enquanto a periculosidade "traduz situação de perigo iminente que, uma vez ocorrida, pode ceifar a vida do trabalhador, sendo este o bem a que se visa proteger". E como conclusão, utilizou as convenções nº 148 e 155 da OIT, que, segundo ele, superam a regra prevista no Art. 193, § 2º, da CLT e na Norma Regulamentadora 16 do MTE, quando o trabalhador estiver sujeito a condições insalubres e perigosas.

(Conclusão) Em face do exposto, este estudo quis mostrar que existem meios e motivos que possibilitam a acumulação dos adicionais e que incentivam os empregadores a melhorar o ambiente de trabalho em que submete seus empregados, visto que os mesmos convivem diariamente com os agentes. Além de que objetiva expor que a submissão do trabalhador ao ambiente degradante não pode ser visto como algo natural, ou que pode ser mantido pelo valor depositado em sua conta, tendo em vista que o mesmo é um ser de direitos e deveres, devendo ser-lhe garantido a saúde e a vida.

Palavras-Chave: Acumulação dos adicionais. Ambiente de trabalho. Saúde do trabalhador.

ANÁLISE SOBRE O TRÁFICO DE PESSOAS A LUZ DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 13.344/16

Autor(es):

Gabriel Gurgel: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rodrigo Xavier da Costa Souto : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lorena Lobo Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tráfico de pessoas não se trata de um problema do mundo contemporâneo, mas sim, um mal que acomete os seres humanos mais desfavorecidos desde a época do tráfico negreiro. Assim, o objetivo do presente estudo perpassa por uma análise das alterações legislativa e, por conseguinte, as inovações advindas com a publicação da lei 13.344 de 2016, a qual dispõe sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas, de modo a evidenciar quais as suas implicações no âmbito jurídico brasileiro.

(Metodologia) A pesquisa em apreço teve como principal fonte de informação o texto da lei 13.344/16 aliado a pesquisas bibliográficas de caráter qualitativo acerca da temática ora debatida, almejando assim identificar quais os valores humanos foram objeto de proteção quando da presente alteração legislativa. A busca de informação ocorreu de forma sistêmica e reflexiva, tendo sido utilizado como base o material publicado em livros, revistas e artigos.

(Resultados) Com o advento da publicação da supracitada lei, o decreto-Lei nº 2.848/40 (código penal) o inciso V do artigo 83, passou a estabelecer que nos casos de tráficos de pessoas, o apenado apenas poderá progredir de regime caso tenha cumprido mais de dois terços da pena. Além disso, foi introduzido o artigo 149-A, o qual estabelece diversos núcleos de ações e omissões que ensejam a tipificação do crime de tráfico de pessoas, nos seus mais diversos âmbitos (sexual, adoção ilegal, escravidão, tráfico de órgãos), estipulando uma pena de 4 a 8 anos, e multa. Sem contar que o citado diploma, em seus parágrafos e respectivos incisos, estabelecem causas de aumento e diminuição da pena.

(Conclusão) A Constituição Federal preconiza que todos os brasileiros (natos e naturalizados) e estrangeiros residentes no país devem ter garantidos o direito a vida, a liberdade e a segurança. Isto posto, resta evidente que o estado tem um papel fundamental quando da prevenção e repressão a prática ilícitas que mutilam tais direitos constitucionais e salvaguardado por diversos tratados internacionais os quais o Brasil é signatário, de tal modo, um crime como o tráfico de pessoas deve ser reprimido em todas as suas formas, com o fito de que a dignidade da pessoal humana possa ser assegurada. Conclui-se que a publicação da lei 13.344/16 evidencia a reprimenda da administração pública frente às atrocidades praticadas pelo(s) agente(s) ativos do crime de tráfico de pessoas, de modo a valorizar o direito a vida em latu sensu.

Palavras-Chave: Tráfico de pessoas. Alterações legislativas. Lei 13.344/16. Garantias constitucionais. Código Penal.

APAC: RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Autor(es):

Camila Fernandes Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Beatriz de Oliveira Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Jean Paulo de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) A APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, que visa à recuperação e a reintegração social dos sentenciados a penas que os privam de liberdade, propondo ajudar a vítima e resguardar a sociedade. Ela é amparada pela Constituição Federal para a prática nos presídios, possuindo seu Estatuto protegido pelo Código Civil e Lei de Execução Penal. Atua como um instituto auxiliador do Poder Judiciário e Executivo, concomitantemente no cumprimento penal e na administração da execução das penas privativas de liberdade. O estímulo à adoção desse método é, ao lado da execução do Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um dos princípios do Programa Novos Rumos, política do TJMG. Preza pela filosofia de que se faz necessário extinguir o criminoso e salvar o homem. Iniciou-se em São José dos Campos-SP em 1972, pelo jornalista e advogado Mário Ottoboni juntamente a amigos cristãos. Objetivando o desenvolvimento da humanização nos presidiários sem eliminar o intuito punitivo das penas. Atualmente, a APAC da cidade de Itaúna/MG é referência nacional e internacional, aumentando assim a probabilidade de humanizar a execução da pena, que possui aproximadamente 100 unidades no país e no exterior.

(Metodologia) O seu método parte do princípio de que todo ser humano é recuperável, desde que haja um tratamento adequado para o mesmo. Visa proteger a sociedade, com melhor acesso a justiça. Se destacando por atribuir aos recuperandos responsabilidades para a própria recuperação, com a presença de 12 elementos: integração da comunidade; da família e a formação de voluntários; ajuda mútua entre condenados; trabalho; religião; assistência à saúde; jurídica; valorização humana; fundação de centros de reintegração social; assistência minuciosa do comportamento do apenado, com o intuito de progressão do regime penal; e a Jornada de Libertação com Cristo, que é considerada um dos elementos de extrema importância na metodologia, consistindo em palestras, versando sobre meditações, testemunhos entre outras atividades para os apenados.

(Resultados) O resultado de sua aplicação possibilita a redução de crimes reincidentes, aonde ela foi aplicada, à volta a prática de crimes é de apenas 8,62%, diferentemente do índice a nível nacional de 85%. No Rio Grande do Norte, a APAC se encontra presente na cidade de Macau com seis anos de aplicação, sendo implantada no ano de 2010 com gastos três vezes menor em relação às despesas do sistema penitenciário comum, havendo redução de reincidência em 2015 de 15%, quando no sistema comum, essa porcentagem foi superior a 70%. Existindo no Estado a lei estadual de número 9661/2012, que garante a execução de forma eficaz desse método no RN.

(Conclusão) Constata-se que a APAC é um método inovador e eficaz, que possui capacidade necessária para dissipar as deficiências do sistema prisional, possibilitando a individualização das penas, oferecendo os três regimes penais (fechado, semiaberto e aberto) com instalações independentes e apropriadas às atividades desenvolvidas, com a não utilização de armas; proporciona a integridade física que lhe é de direito, aonde todos os presos são chamados pelo próprio nome, como também a sua ressocialização, reinserindo-os na sociedade, transformando-os em cidadãos, conseqüentemente reduzindo a violência dentro e fora dos presídios, diminuindo a reincidência de crimes e promovendo para a sociedade a segurança devida.

Palavras-Chave: APAC, Ressocialização, Apenado, Humanização.

APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA(LEI 11.340) NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM-RN

Autor(es):

Mônica Valéria da Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho vem com o escopo de construir e mostrar a realidade e efetividade da aplicação da lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha, que há 10 anos vem assegurando e protegendo as mulheres vítimas de violência doméstica e fazendo uma relação com a realidade social vivenciada pelas vítimas e seus agressores. Atualmente o número de vítimas vem aumentando, contudo o número de medidas concedidas para as vítimas também esta aumentando. A imediatidade das medidas protetivas é grandiosa, pois em 48 horas é concedida a vítima uma proteção estatal e o seu não cumprimento gera efeitos rigorosos como a decretação de prisão preventiva para o agressor. A lei Maria da Penha hoje é a 3º lei com maior efetividade no Brasil e cumprimento instantâneo, contudo fatores ainda fazem com que vítimas não busquem apoio da justiça para combater esse mal que não é normal.

(Metodologia) A metodologia que irei utilizar para dar desenvolvimento ao meu trabalho será a análise social das vítimas de violência doméstica e a motivação pela qual injearam a denúncia de seus companheiros, pois diante de uma realidade em que mulheres dependem em todos os aspectos possíveis do seu companheiro/agressor, ir e denunciar é uma atitude de coragem e ao mesmo tempo de medo.

(Resultados) Ao longo dos estudos, obtive alguns dados através da Secretaria de Violência Doméstica do Município de Parnamirim que é o ambiente em que pude explanar sobre o meu trabalho obtive resultados positivos acerca do cumprimento da medidas protetivas e obtive também informações que o descumprimento das medidas são casos excepcionais, pois os companheiros/agressor sabem que o seu descumprimento gera punições severas. Fatores como pobreza, medo da desconstrução do vínculo familiar, desconhecimento da lei e submissão com o companheiro/agressor ainda são requisitos que afastam as vítimas da justiça, pois a maioria das vítimas não trabalham e dependem do companheiro até mesmo para comer e viver. Na maioria das histórias de violência, as vítimas relatam que uns tapas de vez em quando é natural e normal, contudo começou a se tornar frequente, um chingamento, um empurrão e um soco, no momentos em que as vítimas começam a perceber que nao pe normal ser agredida ela já esta com vários ferimentos em seu corpo e a naturalidade passa a ser um pesadelo.

(Conclusão) Dessa forma, através da Lei 11.340/2006, estudos em livros, pesquisas feita na Secretaria de Violência Doméstica em Parnamirim, obtive êxito em saber que a lei hoje existe e é exercitado, mas que não se pode deixar esquecer que é preciso sim que campanhas e informativos cheguem a residência de todas as mulheres, pois mesmo com tantp reconhecimento da lei, algumas mulheres ainda sofrem caladas e acham que não há solução para a sua situação.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha, Efeito, Mulheres, Imediato, Desconstrução do Vínculo Familiar,

APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS LEIS SOBRE OS CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL, NOS DIAS ATUAIS.

Autor(es):

Peterson Eduardo Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A escolha sobre o tema em análise se deu a partir da importância que a internet tem tido em nossas vidas nas últimas décadas, na qual mostra-se presente em nosso cotidiano quase que 24h por dia, ou seja, estamos interligados, conectados grande parte da nossa vida de e mesmo com toda segurança que achamos ter conhecimento, na realidade é necessário muito mais do que isso, para que não sejamos alvos fáceis dos criminosos virtuais e seus ataques cibernéticos. Hoje em dia, em razão da informatização da sociedade e tendo em vista o uso indispensável da rede mundial de computadores (internet), se faz necessário a criação de mecanismos que nos tragam a sensação de tranquilidade, liberdade, e que nos ajude à executarmos nossas atividades do diárias nesse ambiente etéreo, impalpável que é a internet. As leis no dia de hoje, não estão alcançando o seu propósito de forma a coibir e punir os crimes de internet (cibernético), não estão servindo para regular as ações do indivíduo nas esfera virtual; promovendo assim, um grande abismo entre a sociedade e a as autoridades competentes. É bem sabido que o mundo evolui com as tecnologias e precisamos observar seus efeitos sobre a humanidade, principalmente quando trazem consequências negativas alarmantes, provocadas pelos incidentes de internet e, especificamente, os crimes cibernéticos. Por isso, o estudo aponta um direcionamento plausível e adequado à sociedade brasileira no que concerne à criminalidade virtual, com ações que devem ser tomadas principalmente pelos órgãos governamentais. O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre a aplicabilidade das leis contras os crimes cibernéticos no Brasil, com o intuito de saber se o nosso país realmente existe a necessidade da criação novas leis, neste caso leis específicas, bem como verificar se as instituições brasileiras possuem recursos suficientes para o combate e prevenção de tais crimes

(Metodologia) Na metodologia, quanto ao método de abordagem, eu utilizo o método hipotético dedutivo, no qual faço uma investigação detalhada sobre a problemática discutida desse trabalho que é sobre a aplicação das leis contra os crimes cibernéticos praticados no Brasil; de que maneira podemos combater os ataques cibernéticos nos dias atuais? Propondo já de antemão uma hipótese, uma proposta de solução como por exemplo: Se é necessário a elaboração de novas leis?, ou então a legislação específica é a melhor solução para o combate dos cibercrimes? Embora essas proposições possam ser refutadas ou comprovadas, elas passarão por alguns testes pra se poder chegar numa conclusão. No método de procedimento - comparativo onde comparo a legislação vigente atualmente no nosso ordenamento, com as leis sobre o mesmo objetivo em outros países. Já no método de pesquisa – Através de pesquisa bibliográfica, livros, artigos científicos e questionários aplicados.

(Resultados) Visto que o trabalho ainda encontra-se em fase de desenvolvimento não há como precisar resultados sólidos, porém, espero provar cientificamente quais são as melhores formas para o enfrentamento da onda de crimes cibernéticos no Brasil, sob o qual encontra-se no epicentro dessa onda de acontecimentos que assolam toda população mundial.

(Conclusão) Ajudar na conscientização da sociedade quanto a melhor maneira de se combater o cibercrime recorrente no Brasil.

Palavras-Chave: cibercrime brasil leis penas eficacia

APOSENTADORIA ESPECIAL: À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Fernanda Pinheiro Vilella: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Carolina Camilo Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Clara Dias Rêgo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem por objetivo tratar acerca da Aposentadoria Especial do empregado, enfatizando seus requisitos, meios de comprovação e possibilidade de conversão, fazendo uma análise geral da temática à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.

(Metodologia) O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

(Resultados) A Aposentadoria Especial do empregado é um tema de extrema relevância no meio social, tendo em vista que se trata de uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição, com a respectiva redução do tempo necessário a inativação, concedida em razão do exercício de atividades consideradas prejudiciais à saúde ou a integridade física. Ou seja, esse benefício tem a finalidade de reparar financeiramente aquele trabalhador sujeito a qualidades inadequadas de trabalho, o qual foi exposto a agentes nocivos, podendo ser químico, físico ou biológico. Tal inadequação deve ser comprovada pelo segurado, atentando para qual tipo de documentos e demonstrações ambientais fazem parte das obrigações acessórias, conforme exigência da legislação previdenciária e trabalhista vigente. Devendo cuidar para que a empresa forneça todos os documentos necessários.

(Conclusão) Partindo do pressuposto supramencionado, conclui-se que este benefício surgiu para dar garantia aos Direitos assegurados na Constituição Federal, a exemplo do princípio da dignidade da pessoa humana. Isso porque o trabalhador, que passa sua vida laboral submetido a condições nocivas a sua saúde física e mental, teria, como compensação, seu direito constitucional protegido, ao passo que garante uma velhice confortável ao lado de sua família, pois irá assegurar uma aposentadoria com tempo reduzido. Entretanto, o segurado se vê obrigado a esperar durante anos para gozar da sua aposentadoria especial, de forma que, muitas vezes, esse benefício vem a contemplar apenas os seus herdeiros, em razão do debate sobre o que seria nocivo a sua saúde ou não, costuma ir ao STF, podendo durar anos para ser solucionado. Ao que diz respeito a conversão do tempo de serviço trabalhado em condições especiais para tempo de atividade comum, regida pela Lei nº 9.032/95, é baseada em tabela de equivalência, traçando uma relação matemática entre os 15, 20 e 25 anos, sempre válida entre os tempos especiais. Sendo assim, mais uma forma de garantir o princípio da dignidade da pessoa humana, tão aclamado no artigo 1º, inciso III da nossa Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: Aposentadoria Especial. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Direito Previdenciário. Direito Constitucional.

APOSENTADORIA POR IDADE DO TRABALHADOR RURAL: UMA VISÃO GERAL NA CIDADE DE BREJINHO

Autor(es):

Barbara Medeiros de Faria Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Idalina Duarte Segunda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Atália Beatriz Silva Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Debora Arruda dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Nataly Lima Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A aposentadoria no Brasil é dividida entre urbana e rural. A legislação vigente estabelece diferenças entre as duas espécies. Entendendo o legislador que o trabalhador rural, em termos gerais, laborou de forma mais intensa que o urbano, determinou idades mínimas diferentes para fins de aposentadoria. No trabalho rural, a idade é de 60 (sessenta) anos se homem, ou 55 (cinquenta) anos se mulher, 5 (cinco) anos a menos que o urbano. Aqueles trabalhadores rurais que exercem a atividade como pequenos produtores rurais são classificados como segurados especiais, os que lhes permite se aposentar via comprovação do exercício da atividade, independentemente de contribuição.

(Metodologia) O trabalho foi realizado através de pesquisa exploratória, por meio de questionários buscando esclarecer a visão sobre a aposentadoria rural do segurado especial, no âmbito da cidade de Brejinho, situada no interior do Rio Grande do Norte. Foram ao todo 19 (dezenove) entrevistados, 9 (nove) agricultores, 6 (seis) comerciantes e 4 (quatro) profissionais da área da construção civil, ambos aposentados.

(Resultados) Primeiramente foram entrevistados 9 (nove) agricultores, segurados especiais, sendo eles indagados a respeito da aposentadoria rural, questionando-os se a diferença de 5 (cinco) anos da idade mínima da aposentadoria dos que trabalhavam na zona rural, em comparação ao trabalhador urbano, seria justa, considerando as condições de trabalho. As respostas de todos os entrevistados foram parecidas, ressaltando que laboraram durante muito tempo em condições insalubres, algumas vezes perigosas, e que diminuir a idade mínima para a aposentadoria serviu como uma compensação pelo trabalho intenso. Foram feitas as mesmas perguntas aos 6 (seis) comerciantes e aos 4 (quatro) profissionais da construção civil, as respostas foram quase unânime. Todos os comerciantes foram de acordo com a idade mínima na esfera rural, afirmaram que apesar de terem trabalhado de forma intensa durante anos no comércio, acreditam que o trabalho rural, pelo menos naquela região, era bem mais duro que o urbano e que as condições, muitas vezes, eram desfavoráveis, e portanto os trabalhadores dessa esfera merecem um descanso prévio. Por último, foram questionados os trabalhadores da construção civil, 2 (dois) deles se mostraram de acordo com a idade mínima, os outros 2 (dois) concordaram em termos, afirmando que de fato o trabalho rural merece uma visão diferenciada, porém o trabalho que exerceram durante a vida também era bastante intenso e nem por isso tiveram o critério idade reduzido para fins de aposentadoria.

(Conclusão) Conclui-se que a Previdência Social, através da contribuição de todos, oferece benefícios aos agricultores, segurados especiais, benefício esse que se mostra pelo fato dos mesmos poderem ter acesso a aposentadoria sem que contribuam com pagamento em dinheiro, bastando comprovar a atividade rural em regime de economia familiar por um certo período de tempo. Constata-se com base nos questionários, que a visão em relação a idade mínima da aposentadoria do trabalhador rural, na cidade de Brejinho, é linear. A partir dos dados coletados ficou visível que a idade estabelecida na Lei nº. 8.213/1991, na visão dos aposentados de Brejinho, funciona como compensação do trabalho intenso de anos, muito embora outras categorias de trabalhadores também compreendam que poderiam ter idêntica vantagem.

Palavras-Chave: Aposentadoria, trabalhador, rural, idade, mínima.

ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO: A DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO.

Autor(es):

Gabriela Andrade Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) De que forma a função exercida pelo árbitro afeta no panorama do poder judiciário? Existem valorizações de mecanismos consensuais de resolução de disputa com o emprego de técnicas tendentes à composição amigável e transação entre as partes. Dentre eles, existem a consolidação de um mecanismo bastante utilizado em casos específicos, funcionando também como resolução de disputas, a arbitragem. A arbitragem é de todos os meios de solução de conflitos, a que mais se aproxima do poder judiciário, atuando de maneira ritualizada e tendente a prolatar uma sentença final e vinculante e até certo ponto compete com o poder judiciário. Sempre buscou por sua independência e tentou construir parâmetros limitadores de intervenção do Poder Judiciário. A arbitragem, decorre de um contrato, mas se desenvolve em um processo, sendo advindas dela muitas vantagens, como: a possibilidade de uma lei aplicável, sigilo do julgamento, escolha de um terceiro verdadeiramente imparcial e um local de desenvolvimento de um processo neutro, além da linguagem aplicada ao processo. Ademais, existe a cláusula compromissória arbitral, que funciona como ferramenta de segurança para a arbitragem, se tornando um elemento de custo e equilíbrio financeiro do acordo. O impulso da arbitragem é determinado pela vontade das partes e as partes ao escolherem a arbitragem expõe um desejo de não se submeterem ao poder judiciário. O árbitro funciona como um juiz de fato e de direito do caso a que ele foi submetido. E, como juiz que é, prolata uma sentença final, útil e vinculante para as partes, sendo a atividade do árbitro equivalente a de um juiz, possuindo ele o poder de conduzir o processo arbitral e tendo o dever de prolatar uma sentença exequível para ambas as partes. Embora a arbitragem seja uma atividade exercida de independente, em alguns casos será imprescindível a cooperação do juiz estatal para um suporte ao processo arbitral. Essa atividade exercida pelo poder judiciário frente ao processo arbitral precisa ser prescindida de limites, precisando se chegar a um ponto de equilíbrio, sendo esse ponto de equilíbrio buscado e necessitado pelos usuários da arbitragem onde estes não precisam apenas de um reconhecimento legal e jurídico do Estado, como também esperam que os tribunais nacionais não interfiram diretamente no processo arbitral, nem na opção das partes de submeterem seu litígio a arbitragem, nem que adotem uma postura de revisar o mérito da sentença arbitral, como se o juiz intrinsecamente estivesse melhor preparado que o árbitro. A definição dos limites e atribuição de árbitros e juizes é um ponto central para o processo arbitral adequado e suficiente, não havendo hierarquia, mas distribuições de funções e atribuições, cada um devendo trabalhar dentro da sua demarcação e de forma a ajudar a resolver os conflitos de forma pacífica. Objetivos Gerais: analisar a competência da arbitragem e do poder judiciário para delimitar suas respectivas funções e acentuar os pontos de cooperatividade.

(Metodologia) Método de abordagem: hipotético; dedutivo. Método de procedimento: comparativo; histórico. Técnica de pesquisa: lei, jurisprudência, doutrina.

(Resultados) Resultados a serem alcançados - trabalho em andamento.

(Conclusão) Conclusões a serem alcançadas - trabalho em andamento.

Palavras-Chave: Analisar. Conceituar. Delimitar.

AS INFLUÊNCIAS RACIAIS PRESENTES NO JULGAMENTO DE RUBIN CARTER E SUA INTERFERÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Pabliany Dantas da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Catarina da Silveira Santos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Milena Juracy da Silva Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
LÁvia Maria Gomes da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Manuella Elias Santiago: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa em questão parte da premissa dos ideais de igualdade e dignidade da pessoa humana, presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Este tratado internacional busca resguardar a ideia de que todos os indivíduos, por sua simples condição humana, nascem livres e com direitos iguais perante a sociedade e o Estado. Entretanto, a problemática apresentada é a negação sistemática dos direitos humanos respaldados em convicções racistas e intolerantes àqueles que são discriminados devido sua condição racial. Tal problematização é necessária considerando-se uma sociedade culturalmente marcada, muitas vezes, pelo protagonismo do racismo e suas consequências, sendo este nem sempre percebido com preocupação, tampouco visto com repúdio suficiente atualmente, que, mesmo em um novo contexto, ainda negligencia essa conjuntura social e jurídica. A análise do tema encontra-se embasada no caso concreto, de grande repercussão midiática, de Rubin "Hurricane" Carter. Um réu de assassinato, que teve uma sentença adquirida em decorrência do racismo e com respaldo no encobrimento de fatos, com intermédio de acusações fundadas exclusivamente com o apoio da discriminação racial. O referencial teórico pertinente para o estudo teve como base as ideias de Hannah Arendt, bem como sua observação sobre o julgamento de Eichmann e a compreensão sobre a naturalização social de atitudes inconsistentes, injustas e discriminatórias.

(Metodologia) O trabalho aborda uma pesquisa explicativa, aplicando os métodos de procedimento histórico e de estudo de caso. Com base nos objetivos deste, utilizou-se ainda o método indutivo, e, tendo em vista o caso concreto como a premissa menor e os direitos humanos como premissa maior, é possível concluir o julgamento de forma distinta do padrão dos tribunais americanos. Contudo, também utilizou-se a pesquisa bibliográfica fundamentada no filme "The Hurricane", na música "Hurricane" (Bob Dylan), e nas linhas de pensamento da filósofa Hannah Arendt.

(Resultados) Enganam-se aqueles que afirmam que a intolerância racial findou mediante grandes conquistas históricas, tais quais o fim da escravidão e do apartheid. A discriminação se perdura até os dias de hoje, sendo executada de forma sutil, podendo ser encontrada de maneira oculta na lei e nas relações sociais. Tendo isso em vista, torna-se necessária uma ampla discussão em torno desse tema, para garantir que o indivíduo não tenha violado seus direitos, devido a equivocada visão de que este pode ser tratado como inferior em consequência de sua cor. Com base nisso, em 1966, a ONU estabeleceu a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Estabelecendo que os Estados membros devem repudiar e inibir a intolerância racial praticada por pessoas, grupos ou organizações. Sendo assim, os indivíduos devem ser tratados de forma igualitária perante a lei, tendo então direito a um julgamento imparcial e equitativo.

(Conclusão) Dado o exposto, somos sugestionados a acreditar que os tribunais, em sua maioria, não chegam à decisões justas, singularmente, quando um dos polos é considerado mais fraco e inexpressivo diante de todo um sistema discriminatório, tendo em vista que suas sentenças deveriam ser pautadas tão somente visando alcançar a justiça para aqueles que dela necessitam. O trabalho tem por finalidade nos propiciar uma reflexão sobre a presença do preconceito racial nas decisões judiciais, vereditos estes capazes de punir injustamente pessoas inocentes, como no famoso caso do boxeador Rubin "Hurricane" Carter.

Palavras-Chave: Rubin "Hurricane" Carter. Direitos humanos. Discriminação racial.

AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A REINCIDÊNCIA DO ADOLESCENTE INFRATOR

Autor(es):

Ana Clara Silvino da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A exposta pesquisa tem como propósito analisar a relação das medidas socioeducativas e a reincidência do adolescente infrator. Um tema que requer atenção especial devido a sua relevância social e jurídica, tendo em vista o aumento excessivo de atos infracionais cometidos por esses adolescentes infratores e o grande índice de reincidência, principalmente nos casos de roubo e tráfico de drogas. Além disso, é uma problemática de fontes inesgotáveis e opiniões divergentes que requer um estudo aprofundado para ter soluções eficazes do problema. O trabalho tem em como objetivo geral analisar a aplicabilidade e efetividade das medidas socioeducativas previstas no estatuto da criança e do adolescente aos adolescentes infratores.

(Metodologia) O trabalho foi realizado a partir do método de abordagem hipotético dedutivo, partindo da hipótese que a inexecução das medidas socioeducativas gera a reincidência. Diante disso, a técnica de pesquisa utilizada principalmente é a bibliográfica, dispondo de leis, artigos e doutrinas. Como também a pesquisa de campo a ser utilizada a fim de analisar as medidas socioeducativas no caso concreto. Os métodos de procedimento utilizados são o histórico com o intuito de analisar a evolução legislativa do assunto abordado, juntamente do estático, buscando dados atuais referente aos casos de reincidência e os principais motivos desse problema. Por fim, o método comparativo que aborda um paralelo entre a teoria e o caso concreto.

(Resultados) As medidas de caráter não privativo de liberdade, em sua maioria são consideradas eficazes, como ocorre com a medida de advertência, obrigação de reparação do dano e prestação de serviços à comunidade. Entretanto as medidas liberdade assistida e internação em estabelecimento educacional, embora para alguns operadores do direito vejam como a solução principal do problema, não vem atingindo sua real eficácia, visto que há falta de preparação do corpo técnico que orienta o adolescente infrator e a superlotação e falta de estrutura dos estabelecimentos destinados a esses infratores, como mostra dados da Fundação Casa de São Paulo que cerca de 50,5% dos internados pela justiça voltam a cometer algum ato infracional, aumentando, dessa forma, o senso de impunidade da população.

(Conclusão) O trabalho apresentado não tem conclusão definitiva, tendo em vista que é um passo para o trabalho de conclusão de curso. Porém, com resultados parciais da pesquisa, fruto de leituras bibliográficas iniciais, consegue-se constatar a ausência de um sistema efetivo de regulamentação das medidas socioeducativas e reincidência do adolescente infrator. Logo, pode-se concluir inicialmente que a não ressocialização de fato dos adolescentes infratores faz com que eles voltem a cometer novos atos infracionais, por causa da falta de estrutura física e operacional.

Palavras-Chave: Adolescente Infrator. Medidas Socioeducativas. Reincidência. Ressocialização.

AS NOVAS FACETAS PROCESSUAIS E O DEVER-PODER GERAL DE EFETIVAÇÃO DO JUIZ, CONTIDO NO INCISO IV DO ART 139 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, FRENTE A POSSÍVEIS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS.

Autor(es):

Maria Eduarda de Andrade Pereira da Costa Carmo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O referido resumo tem como objetivo traçar um patamar exploratório no que diz respeito aos novos postulados e as novas facetas processuais trazidas pelo advento do Novo Código Civil, mais precisamente no que diz respeito ao que está preconizado no art. 139, que trata sobre dever-poder geral de efetivação do juiz. Sabemos que o processo civil, como forma de satisfazer um direito, encontra os mais variados óbices, que vão de garantias processuais e constitucionais que limitam o poder irrestrito de satisfação, a questões patrimoniais e pessoais que de fato tem transformado o processo de execução no Brasil e dificultado sua efetividade. Eis que, com advento do novo código, vemos o surgimento de outras formas de satisfação, que põem em xeque os meios típicos de outrora, mas que, levantam uma preocupação no meio jurídico, no tocante aos casos de incidência e quais seriam os limites de sua utilização.

(Metodologia) (METODOLOGIA) No que podemos expor inicialmente, quanto a pesquisa, é possível constatar que se trata de uma pesquisa analítica, de cunho exploratório e descritivo, se tratando de uma pesquisa primordialmente qualitativa. Utiliza a referida pesquisa, em seu método de abordagem, a dialética, pois visa realizar uma integração entre direito, sociedade e processo, ao vislumbrar e expor a contraposição de opiniões doutrinárias. No que tange ao método de procedimento foi utilizado, o método histórico, que analisou o contexto ao qual fora construído o processo no curso da história jurídica brasileira. Foi também utilizado o tipológico e o funcionalista. Quanto às técnicas de pesquisa, no presente caso é possível constatar a utilização da Jurisprudência, da Bibliografia e de Documentos, que ajudaram na construção de uma visão multifacetada do tema.

(Resultados) (RESULTADOS) No curso da pesquisa foi possível verificar que diante da recente renovação legislativa, há uma verdadeira cisão doutrinária e jurisprudencial, no que diz respeito primordialmente aos casos em que é possível utilizar-se de tais medidas atípicas de satisfação e em relação a quais seriam os limites de sua utilização. Pois, se traz muitas vezes, a existência de um binômio contraposto, pois, ao passo que se necessita trazer ao processo mais efetividade, é necessário, também, prevenir a existência de lesão de direitos, nascendo por consequência a necessidade de limitação de tais poderes. Diante de um caráter tão abstrato que disponibiliza tantas oportunidades de incidência deste poder, é necessário se analisar a necessidade e a adequação seguindo sempre a vertente colocada pelos princípios e garantias processuais e constitucionais.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Diante do quadro fático e jurídico acima elencado, podemos concluir que devido a precoce existência de tal medida e tal poder, é necessário que a doutrina, a jurisprudência, os operadores do direito, analisem caso a caso a possibilidade de incidência de tal poder-dever geral de efetivação, cristalizado em medidas atípicas de satisfação, para que não impere no ordenamento jurídico a satisfação desmedida e desproporcional, ante a garantias constitucionais e processuais, que dão ensejo a existência de princípios tais quais a boa-fé, a cooperação, a razoabilidade e a proporcionalidade da aplicação de tal poder no caso concreto, evitando que sejam cometidos arbítrios a revelia das conquistas que fizeram nascer um estado garantidor de direitos mínimos ao indivíduo.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Direito Processual Civil, Dever-Poder Geral de Efetivação, Garantias Processuais e Constitucionais.

AS NOVAS PERSPECTIVAS JURÍDICAS NO RECONHECIMENTO DOS FILHOS GERADOS POR CASAIS LGBT

Autor(es):

Bruna Camelo Januário: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN

(Introdução) A ampliação do conceito de entidade familiar fez surgir novas concepções de família formada por laços afetivos. As Novas Tecnologias de Reprodução (NRT) trouxe para os casais homoafetivos a possibilidade de constituírem sua família com vínculo biológico, além do socioafetivo. Nesse contexto, a homoparentalidade vem se configurando tanto através de adoções, como também, por meio da utilização de métodos de inseminação artificial. Em se tratando do reconhecimento dos filhos biologicamente gerados por casais LGBT, o poder judiciário vem tomando medidas em consonância com a tutela dos direitos fundamentais aos novos arranjos familiares, "status" que anteriormente era negado, um exemplo disso é o provimento nº52 da Corregedoria Nacional da Justiça. Sabendo da importância de se discutir sobre os grupos minoritários, esse trabalho tem como objetivo fazer um apurado evolutivo da atuação dos poderes públicos na efetivação dos direitos LGBT.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método hipotético-dedutivo, partindo-se da análise de uma situação concreta de confronto entre princípios e regras, em busca de uma síntese crítica que possa contribuir para a reflexão da Ciência do Direito. A técnica aplicada será a documentação indireta, com ênfase na revisão bibliográfica e no estudo de caso pertinente ao tema.

(Resultados) Um dos métodos utilizados por casais de lésbicas ficou conhecido como ROPA (Recepção de Óvulos da Parceira). A ROPA é um procedimento de gestação por substituição em que ocorre a participação das duas mulheres: uma delas fornecendo o óvulo que será fertilizado in vitro (FIV) com o sêmen de um doador e a outra irá gestar os embriões formados a partir do óvulo da sua parceira. Uma vez que a decisão de gerar um filho parte de ambas, seria preciso assegurar ao casal o direito de proceder o registro do filho no nome das duas mães. Entretanto, até março deste ano, os casais de lésbicas que optaram por utilizar esse procedimento e desejavam registrar o nome do filho com o nome das duas mães teriam que ingressar com uma ação judicial para reconhecer o vínculo parental, com isso o casal teria que custear uma ação para conquistar um direito que já deveria ser garantido pelo ordenamento jurídico. Não reconhecer que o filho têm duas mães fere o art. 227 § 6º da Constituição Federal que proíbe quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Por isso, em Março de 2016, foi publicado o Provimento nº52 da CNJ, por meio do qual foi regulamentado o registro de filhos concebidos por reprodução assistida. A partir dessa resolução, em todo o Brasil, os casais homoafetivos que tenham que recorrer à reprodução assistida, ficam livres dos transtornos que vinham sofrendo, podendo ser atendidos diretamente no Cartório de Registro Civil, mediante apresentação dos documentos relacionados ao referido provimento, sendo vedado aos Oficiais Registradores recusar-se de registrar o nascido.

(Conclusão) Por fim, pode-se concluir, a partir dos estudos realizados, que o novo provimento publicado pela Corregedoria Nacional da Justiça oferece proteção jurídico-administrativa aos filhos de casais homoafetivos garantindo a todos os direitos básicos de filiação. Em tese, o Direito visa abarcar todas as situações que ocorrem na sociedade, entretanto, é notório que as relações sociais evoluem e mudam constantemente, sendo possível a existência de lacunas no direito. Assim sendo, se um casal homoafetivo decide ter um filho nada mais justo do que constar na certidão de nascimento da criança o nome de seus genitores, tanto o biológico quanto o afetivo. Portanto, a nova resolução emitida pelo CNJ é uma conquista e um grande avanço para os direitos da comunidade LGBT.

Palavras-Chave: Direito à filiação. Homoparentalidade. Reprodução Assistida.

AS PATENTES DOS REMÉDIOS NO BRASIL E O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE: ALTO CUSTO NO ORÇAMENTO E MONOPÓLIO DOS MEDICAMENTOS

Autor(es):

Renan Barbalho Penha Ursulino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Morgana Araújo Cadó: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Entre os diversos setores econômicos brasileiros, tem-se a indústria farmacêutica, a qual apresentou crescimento significativo nas últimas pesquisas datadas no presente ano e antecedentes. Capacitada para proporcionar maior acesso aos tratamentos médicos, atender distribuidores e varejo, bem como investir em laboratórios, o setor em pauta tornou-se capaz de gerar um capital bilionário no ramo das drogarias. No entanto, é perceptível uma especulação em torno desse montante o qual é oriundo das patentes. Alegando a necessidade de salvaguardar a propriedade intelectual das fórmulas dos medicamentos, as patentes aplicadas a esses produtos no Brasil são uma via de acesso ao monopólio de remédios. Como um efeito dominó, ao patentear uma medicação, de imediato o princípio da universalidade sofre uma ruptura, uma vez que a patente impede a utilização da fórmula por outros laboratórios – sem as quais não será possível produzir genéricos com baixo custo, permitindo assim, que apenas um laboratório detenha a fórmula para a produção de medicamentos, abstendo a livre concorrência no mercado, bem como, retendo para si todo o setor de consumidores, os quais são pacientes em tratamento submetidos aos altos preços aplicados.

(Metodologia) A partir de estudo reflexivo amparado em referencial teórico especializado desenvolveu-se o tema tendo como referente o método dedutivo, e como técnica para coleta de dados, a pesquisa bibliográfica, complementada pela análise de dados estatísticos e reflexões sobre a Constituição Federal vigente no Brasil.

(Resultados) Ao se refletir e analisar os dados de diversos institutos que realizam levantamentos estatísticos sobre o tema, é notória a especulação nos valores cobrados em medicamentos aos consumidores, uma vez que, a patente assegura ao seu detentor – durante 20 anos – o monopólio da fórmula do fármaco impedindo a produção de genéricos a baixo custo. Assim, as patentes tem elevado o custo da assistência farmacêutica, ameaçando o acesso universal a medicamentos, bem como, dificultando a compra direta pelos pacientes. Tal fator contrapõe o que é dito pela Constituição Federal no Art. 196, no qual é assegurado o acesso universal e igualitário às ações e serviços para recuperação da saúde dos indivíduos. Dessa maneira, ao elevar os custos dos medicamentos parcela da população enfrenta dificuldades na obtenção dos fármacos, provocando uma quebra na obtenção igualitária.

(Conclusão) Do exposto e sob o viés da temática, conclui-se que as patentes – ainda que regulamentadas pela Lei 9.279/96 – são fatores contribuintes para a quebra do Princípio da Universalidade, onde a especulação é alvo de crítica, provocando um desequilíbrio nos investimentos do governo na saúde, onde o maior custo é com medicação ao invés de outros recursos como hospitais e médicos. Assim, se o período de patentes for reduzido é possível que haja uma quebra no monopólio implantado por estas, permitindo a produção de genéricos, conseqüentemente barateando os gastos com medicamentos, consentindo a redistribuição dos investimentos na saúde para outros ramos neste setor.

Palavras-Chave: Patentes de medicamentos no Brasil; Sistema de Saúde brasileiro; Medicamentos-Custos-Investimentos.

AS VAQUEJADAS DO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO JULGAMENTO DA ADI Nº 4983 PELO STF

Autor(es):

Valter Antônio de Castro Domingues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

André Luiz Romano Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Gabriel Dantas de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Bruno Tolentino Fernandes da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho em questão tem como objetivo analisar a questão da vaquejada em nosso país, como forma de realizar uma justiça social, o tema foi colocado em pauta pelo fato de estar gerando bastante conflito, que se busca solucionar um embate entre uma cultura que se iniciou na década de 1960 e vem evoluindo até os dias atuais. De acordo com os ordenamentos da Associação Brasileira de Vaquejada (ABVAQ), que vem tomando medidas positivas para que o esporte cresça cada vez mais, com a proteção a integridade física dos animais, além da acusação de maus tratos aos mesmos, praticado em seus eventos que são considerados uma modalidade esportiva além de gerar fonte de renda direta e indiretamente para 700 mil famílias e movimenta certa de 600 milhões de reais por ano e crescer em torno de 20% por ano em todo o território nacional. Em sentido contrário, a oposição afirma que a vaquejada é uma prática que submete os animais à crueldade, os expondo a maus tratos. Ações essas que são vedadas pelo Art. 225, § 1º VII, realizado sobre o falso ideal de manifestações das culturas populares.

(Metodologia) O trabalho parte de um estudo constitucional sobre o tema abordado, portanto, uma pesquisa que tem caráter exploratório. Com isso, os objetivos pretendidos expostos, o método de abordagem usado é o dialético, pois busca debater o tema não de um ponto isolado na sociedade, mas colocando em pauta os fatores econômicos e sociais que giram em torno do tema. Já o método de procedimento usado é o estudo de caso, que busca solucionar o conflito apresentado.

(Resultados) O ministro da justiça Luiz Roberto Barroso, suspendeu o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 9983, ajuizada no STF pelo procurador geral da República, Rodrigo Janot, contra a lei 15.299 12013, do estado do Ceará, que regulamenta a vaquejada como prática cultural, o procurador alega que inicialmente era associada a produção agrícola, passou a ser explorada como esporte e laudos técnicos comprovam danos aos animais. Votando pela procedência do pedido, o ministro Marco Aurélio, afirmou que ocorre um conflito de normas constitucionais sobre direitos fundamentais. De um lado está o art. 215 da Constituição Federal, que garante pleno exercício dos direitos culturais, do outro lado a proteção do meio ambiente pelo art. 225, já o ministro Edson Fachin votou pela improcedência do pedido reconhecendo a vaquejada como manifestação cultural no art. 215, § 1º, CF

(Conclusão) Conclui-se que o debate sobre a questão da vaquejada no Brasil, encontra-se sobre uma análise política e econômica bastante complexa tendo em vista que a vaquejada movimenta vários aspectos no que diz respeito a uma região, contudo o STF decide, por votação de 6 À 5 que a prática da tradicional vaquejada é inconstitucional por ir de conflito com o artigo e inciso supracitado. Com esse projeto, concluímos que a proteção ao meio ambiente e aos maus tratos dos animais deveria se sobrepor ao valor da cultura da prática de tais eventos, alegando que as espécies de animais envolvidas não possuem a mínima possibilidade de não sofrer violência física e mental quando submetidos a essas “culturas”, considerando um ato de inconstitucionalidade.

Palavras-Chave: Vaquejada ; Animais ; Constituição ; Meio Ambiente ; Inconstitucional

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) ENQUANTO MÉTODO ALTERNATIVO DE EXECUÇÃO PENAL

Autor(es):

Clara Madruga de Almeida Rodrigues: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo se debruçará acerca da problemática que questiona até que ponto a APAC é um método alternativo viável de execução penal para o cumprimento das funções da pena. Observam-se as funções da pena a partir da perspectiva das teorias mistas – adotadas pelo Brasil - as quais colocam como finalidades das penas a retribuição e a prevenção do delito, enfatizando a importância destas na redução da criminalidade do país. No entanto, embora o Brasil adote uma política de encarceramento, o país apresenta elevadas taxas de reincidência. Destarte, cabe a reflexão sobre o panorama do sistema carcerário brasileiro e sobre o método de execução penal utilizado, especialmente no que concerne a ineficiência deste no cumprimento das finalidades da pena. Partindo desse pressuposto, dar-se-á a importância da busca e da análise de meios alternativos de execução penal no que se refere a sua capacidade de efetivar as funções da pena.

(Metodologia) Objetivando analisar até que ponto a APAC é um instrumento de execução penal alternativo viável para o cumprimento das penas, faz-se necessário empregar o método de abordagem Dialético, o qual conduzirá a uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, considerando diversos aspectos do contexto social, político e econômico. No entanto, para alcançar o objetivo geral, deve-se traçar um caminho de objetivos específicos. No projeto em questão, far-se-á um histórico do desenvolvimento das funções da pena, o qual será traçado a partir do método de procedimento histórico; Por conseguinte, valendo-se do mesmo método de procedimento, explorar-se-á o contexto do sistema prisional brasileiro sob um viés crítico a respeito do cumprimento das funções da pena tendo em vista o índice de reincidência; Ao final, pretende-se analisar os aspectos positivos e negativos do Método Apaqueano, através do método comparativo. Para tanto, disporá da doutrina e da legislação enquanto técnicas de pesquisa.

(Resultados) A presente pesquisa encontra-se em andamento, não havendo resultados definitivos a serem demonstrados. Porém, existe a expectativa de alcançar o entendimento de que através do seu método de valorização humana, a APAC se mostra uma forma alternativa de execução penal que torna viável o cumprimento das finalidades da pena, a partir da diminuição das diferenças sociais através de um método que objetiva a readaptação do apenado à sociedade, sem esquecer do caráter retributivo da pena. Assim, o Método Apaqueano se destaca como uma forma alternativa de execução penal a qual, corrigidas algumas peculiaridades, a longo prazo, contribuiria significativamente para diminuição da criminalidade no Brasil.

(Conclusão) Através do resultado esperado, conclui-se que a APAC é um método alternativo viável de execução penal no que concerne ao cumprimento das finalidades da pena, devendo-se levar em consideração determinados aspectos a serem modificados.

Palavras-Chave: Finalidades da pena. Teorias Mistas. Método de execução penal. APAC.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES PELO TRIBUNAL DO JÚRI

Autor(es):

Rebeca Iaquito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo busca perfazer uma análise sobre a influência negativa da atuação da mídia na cobertura jornalística de crimes dolosos contra a vida, determinando e formando, indiretamente, as decisões proferidas por populares através do tribunal do júri e violando, assim, princípios e normas penais e até direitos fundamentais do cidadão. Abordando qual a importância da mídia e da imprensa atual. Por conseguinte, se faz necessária a análise da influência da atuação midiática sobre as decisões deste tribunal, nos crimes dolosos contra a vida, que são trabalhados pelos veículos de comunicação. A presente pesquisa visa demonstrar a existência de meios que amenizem o problema em questão.

(Metodologia) A presente pesquisa é qualitativa, de cunho exploratório, adotando como método de abordagem o dialético, uma vez que se buscou analisar a relação entre a expressiva atuação midiática atual e a competência e atuação decisiva do Tribunal do Júri, instituto jurídico composto por pessoas do povo, as quais também são público alvo dos meios de comunicação, buscando de que forma essa relação pode prejudicar diretamente as partes envolvidas no processo penal – principalmente o réu – e também o processo penal como procedimento.

(Resultados) Nas últimas décadas os meios de comunicação em massa ganharam força e influência. Através da multiplicação e popularização de cada vez mais veículos midiáticos, como a internet. Deste modo, a sociedade é influenciada pelo que vê e ouve através da mídia, formando assim, a chamada “opinião pública”. Como mencionou o jurista Salvo de Figueiredo Teixeira “A Imprensa, por sua vez, tomou-se indispensável à convivência social [...] Representa, em síntese, o mais poderoso instrumento de influência na sociedade dos nossos dias.”. É importante ressaltar que o fenômeno criminal vem sendo objeto da mídia sensacionalista, através da qual se transmite a notícia de forma exagerada e com apelo emotivo, com imagens, expressões e comentários chocantes e que chamam a atenção do público, mas que raramente apresentam conexão com a realidade dos fatos. A subversão das informações transmitidas pelos veículos midiáticos acaba formando a opinião individual de cada cidadão que acabam por acreditar naquilo que lhes é passado. Tal circunstância pode ser tornar um verdadeiro atentado às garantias fundamentais -como a presunção de inocência- quando há o julgamento pelo Tribunal do Júri.

(Conclusão) Ainda que os meios de comunicação cumpram um objetivo essencial em um Estado Democrático de Direito – O dever de informar, inerente à imprensa livre – ela deve, acima de tudo, atuar de forma honesta e responsável, voltando-se para o bem-estar coletivo e não para atender interesses particulares, contribuindo para a construção da verdadeira justiça social. Portanto conclui-se que muitas vezes, em decorrência da influência que a mídia exerce sobre a opinião pública, a liberdade de imprensa deve ceder frente aos direitos fundamentais que ela fere, para que nos jurados que venham a julgar um determinado caso, não seja inculcada uma opinião prévia e nenhuma forma de pré-conceito e para que seja respeitado o princípio da presunção da inocência.

Palavras-Chave: Tribunal do Júri. Presunção de Inocência. Liberdade de Imprensa. Influência Exercida pelos Meios de Comunicação. Colisão entre Direitos Fundamentais.

BREXIT: A DEMOCRACIA (AS)SIMÉTRICA DO PLEBISCITO E O CONTROVERSO CONFLITO DE INTERESSES ENTRE OS PAÍSES COMPONENTES DO REINO UNIDO NO QUE TANGE À PERMANÊNCIA OU EVASÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Autor(es):

Cyro Fernandes Moraes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo analisar o conflito de interesses entre os países que compõem o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte – os quais Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte e País de Gales – no tocante à iminente ruptura com a União Europeia e a inevitável controvérsia quanto a flexibilização do intento nacional dos países constituintes do Reino Unido frente a adesão compulsória do referendo popular e de seus correspondentes reflexos. Dito isto, cumpre o ressaltar de que os países constituintes do Reino Unido, individualmente, não possuem reconhecimento internacional enquanto Estados soberanos, mas, sim, quando juntos na qualidade de uma união política. Em face dessa configuração político-governamental, uma eventual ruptura ou manutenção do vínculo vigente para com a União Europeia envolve necessariamente todos os países britânicos. Desse fator, advém a suposta insegurança institucional do referendo, visto que dos quatro países votantes, dois se manifestaram majoritariamente a favor do Brexit (Inglaterra e País de Gales), enquanto os dois restantes (Escócia e Irlanda do Norte) se declararam majoritariamente contrários à saída do bloco europeu, o que viabiliza o discurso de que essa polarização esmaga a vontade de dois Estados em detrimento de outros dois, apesar da relação de alegada paridade e horizontalidade representativa entre os países que integram o Reino Unido. Nesse contexto, emergindo de uma espessa neblina de incertezas político-jurídicas que surgem a partir dessa iminente ruptura socioeconômica, o trabalho em tela versa sobre o embate interno travado entre os países britânicos e seus reflexos já sinalizados, com enfoque no método escolhido para a aferição da vontade popular, no caso, o plebiscito de 23 de junho de 2016, trazendo à análise a sua competência ou inocuidade em representar o interesse dos países votantes. Discute-se, também, sobretudo, se o supracitado plebiscito tem factualmente caráter democrático ou se dele se origina a supressão de direitos das minorias.

(Metodologia) Para realização deste trabalho, foi utilizado do método hipotético-dedutivo e de pesquisas bibliográficas e documentais, com análise, sobretudo, de notícias veiculadas pela mídia especializada em geopolítica.

(Resultados) O conflito de interesses entre os países britânicos coloca em cheque (mais uma vez) a centralização da soberania estatal existente no Reino Unido, fomentando a indagação sobre a real representatividade democrática através do voto no que tange ao interesse individual dos seus países componentes.

(Conclusão) Conclui-se que a saída ou permanência integral do Reino Unido na União Europeia é, talvez, a única medida diplomática viável e legítima, visto que os países componentes do Reino Unido, individualmente, não possuem o status de Estado soberano. Contudo, como visto, o referendo não representou fidedignamente o interesse de uma maioria comum de países britânicos, havendo uma polarização pariforme de dois países defendendo a ruptura com a União Europeia e dois países defendendo a permanência no bloco econômico. Partindo desse pressuposto, analisa-se que a vontade da Inglaterra e País de Gales suprime o interesse da Escócia e da Irlanda do Norte, em uma relação supostamente horizontal e não hierárquica. Os dados levantados manifestam que sob um critério de proporcionalidade, levando em consideração o público votante de cada país componente do Reino Unido, o plebiscito incorre, no mínimo, em uma controversa e suspeita representação, podendo, também, sobre outra perspectiva, denunciar um procedimento irremediavelmente antidemocrático.

Palavras-Chave: BREXIT. DEMOCRACIA. REINO UNIDO. UNIÃO EUROPEIA. DIREITO INTERNACIONAL. SOBERANIA.

CAPACIDADE SUCESSÓRIA DE ENTES INANIMADOS: A HERANÇA DE PADRE CÍCERO ROMÃO PARA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO E SÃO MIGUEL DO JUAZEIRO.

Autor(es):

Felype Felício Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Herdeiros testamentários, por força do art. 1799 do Código Civil, são os filhos, ainda não concebidos, de pessoas indicadas pelo testador, desde que vivas a época da sucessão; as pessoas jurídicas já existentes a época da sucessão e, por fim, as pessoas jurídicas cuja organização for determinada pelo testador sob a forma de fundação, ou seja, são aquelas organizações que nascem do patrimônio que advém da própria herança. Uma problemática se forma quando o testador deixa seus bens para entes inanimados, como o caso de Padre Cícero Romão, que deixou terras em Juazeiro do Norte/PE para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Miguel de Juazeiro. O feito do Padre derivou uma disputa judicial para saber a quem caberia a propriedade das terras, pois outro Padre, Monsenhor Francisco Murilo, se entendendo como legítimo representante dos Santos por ser vigário da Paróquia de Juazeiro do Norte/PE, resolveu outorgar uma procuração para Francisco Pereira da Silva, empresário do ramo da construção civil, que reivindica a propriedade das terras. No outro polo da disputa figura a Igreja, que alega ser a legítima representante dos Santos e ter sua propriedade usurpada. Para finalizar a composição da lide, a área foi invadida em 23 de maio de 2016 por pessoas que alegam serem as devidas beneficiárias das terras, pois Padre Cícero deixara as terras para os pobres. O processo tramita em fase recursal no Superior Tribunal de Justiça e aguarda julgamento. O objetivo do trabalho é analisar o caso concreto e solucioná-lo a luz da jurisprudência e da doutrina dominante.

(Metodologia) O método de procedimento utilizado para a elaboração da pesquisa foi o estruturalista, partindo do estudo abstrato da capacidade sucessória, na sucessão testamentária, para a análise do caso concreto da disputa sobre a herança de Padre Cícero Romão. O método de abordagem dedutivo possibilitou o aprofundamento do abstrato para o concreto, ou seja, da análise abstrata para a situação-problema específica. Como técnica para o desenvolvimento da pesquisa se utilizou o estudo bibliográfico sobre o tema e análise jurisprudencial, além de consulta eletrônica ao processo judicial do caso analisado e a reportagem jornalística.

(Resultados) A partir da observação das decisões jurisprudenciais e da doutrina dominante em nosso ordenamento jurídico, se constatou que a solução para o problema específico que gira em torno da legitimidade para receber a herança seria da Igreja Católica. Porém como as paróquias e dioceses não tem personalidade jurídica própria, tendo essa apenas a arquidiocese, seria legitimado para receber a herança o Padre responsável pelas paróquias e dioceses, pois esse teria capacidade jurídica e seria representante da Igreja.

(Conclusão) Dessa forma, seguindo nessa linha de raciocínio, a procuração outorgada por Monsenhor Francisco Murilo em caráter irrevogável a Francisco Pereira da Silva seria válida, e esse por fim seria o legítimo proprietário das terras deixadas por Padre Cícero Romão

Palavras-Chave: Capacidade Sucessória. Herança Testamentária. Capacidade Sucessória de Entes Inanimados.

CARGA TRIBUTÁRIA DO BRASIL E SUA APLICAÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: UM ESTUDO DO ÍNDICE DE RETORNO AO BEM ESTAR SOCIAL

Autor(es):

Clarissa Pereira Matias da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O presente artigo de cunho acadêmico possui o intuito de analisar a tributação no Brasil contrapondo os objetivos da dignidade da pessoa humana, mínimo existencial e função social do tributo, a qual é uma materialização dos direitos fundamentais, além de verificar a aplicabilidade do pagamento destes recursos. Considerando a existência da perspectiva universal de que o instrumento garantidor do desenvolvimento humano é a relação mútua entre Estado e indivíduo, atribuímos a eles a responsabilidade de promoção da dignidade humana, assim como do bem estar social. Desse modo, temos que a obtenção de recursos é o instrumento garantidor do mínimo existencial, pois quando o contribuinte cumpre o seu dever pecuniário perante o Estado, este terá de aplicar tais recursos em políticas públicas e desenvolvimento social.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, baseada no método científico-dedutivo, tendo em vista que parte-se da compreensão de regras gerais, analisando para tanto o Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano e Carga Tributária atual do Brasil, em contrapartida com a finalidade do bem estar social. Também foi utilizado o método dialógico, o qual propicia uma análise interdisciplinar do presente tema, além disso, o método de procedimento auxiliar é o estatístico, uma vez que faz-se necessário analisar estatisticamente as diversas experiências da tributação brasileira.

(Resultados) Considerando a parêmia secular: *Ubis societates, ibi jus, ibi societates* (Onde está a sociedade, está o direito; onde está o direito está à sociedade), infere-se a necessidade das normais estatais organizadoras, capazes de garantir o cumprimento do mínimo existencial, como o acesso livre a saúde, educação, moradia, transporte, entre outros direitos fundamentais previamente estabelecidos pela Constituição da República. Mas, para que o Estado cumpra com o seu dever efetivamente, faz-se necessário à aplicação de diversas fontes, entre elas, por exemplo, a imposição de multas para aqueles que deixarem de cumprir com sua obrigação, ou até mesmo evitar a possível sonegação dos recursos, como também doações ou venda de bens e serviços. Sendo, portanto a contribuição pecuniária eficaz para resguardar a dignidade das pessoas.

(Conclusão) O pagamento dos tributos está intrinsecamente relacionada a garantia dos direitos fundamentais, isentando a responsabilidade apenas estatal, pois além de ser um direito é sobretudo um dever do cidadão e principalmente do Estado em revertê-lo para sociedade, recebendo a aplicabilidade destes recursos com a realização de políticas públicas e benefícios sociais que respeitem o princípio da dignidade humana, como assim destaca Salete de Oliveira Domingos, na obra *A função social do tributo sob o enfoque do princípio da dignidade humana*: "Partiremos do pressuposto que a função social do tributo decorre de uma obrigação constitucional do Estado, que só justifica sua existência mediante a aplicação planejada e racional dos recursos arrecadados visto que se trata de uma ferramenta cujo objetivo é alcançar a dignidade humana embasada na teoria fraterna adotada pela Carta Maior".

Palavras-Chave: Função Social dos Tributos. Bem estar social. Princípio da dignidade humana. Carga Tributária. Direitos fundamentais. Tributação no Brasil.

CASO RAMÓN SAMPEDRO E AS DIFERENTES VISÕES ACERCA DA EUTANÁSIA: UMA ANÁLISE DA MORTE DIGNA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO EM COMPARAÇÃO COM OS SISTEMAS INTERNACIONAIS.

Autor(es):

Maria Emília Orrico Pinheiro Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Beatriz Torquato Rego: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A eutanásia é um tema bastante polêmico e que fomenta discussão nos diversos ordenamentos jurídicos. O debate da questão não se restringe exclusivamente a esfera do direito, engloba também a religião, a mídia e até mesmo a ética médica. Na presente pesquisa o foco é a relação entre o emblemático caso de Ramón Sampedro, o direito à morte digna e o posicionamento dos sistemas jurídicos internacionais acerca dessa temática. O espanhol Ramón Sampedro é uma marco na luta pela legalização da eutanásia, visto que assim como o Brasil, a Espanha tipifica essa prática como um ato criminoso. Em contrapartida, o Uruguai, assim como outros ordenamentos, é favorável à temática.

(Metodologia) A pesquisa usa o método de abordagem dialético, consistente na análise da realidade usando da própria realidade como argumento, devido ao conflito de ideias e conceitos, com o intuito de se obter uma conclusão. Esse método é amparado pelos métodos auxiliares comparativo e pelo estudo de caso, o primeiro na comparação da visão da eutanásia nos diferentes ordenamentos e o segundo na investigação do caso de Sampedro. Na realização deste trabalho foram utilizados vários recursos metodológicos, ressaltando pesquisas bibliográficas livros jurídicos específicos, artigos e o material disponível acerca da vida de Ramón, com destaque pro seu livro e pro filme de Amenábar.

(Resultados) A eutanásia ativa, realizada em Sampedro, teve que ser feita de maneira ilegal, em virtude da tipificação no código espanhol e da recusa da justiça espanhola ao pedido de Ramón. O código penal brasileiro, assim como o espanhol, tipifica esse procedimento nos art. 121 e 122, os quais caracterizam o ato como uma ação comissiva de matar um indivíduo, ou o ato de auxiliar um enfermo a encerrar sua vida, mesmo que essa seja sua vontade. A não legalização da eutanásia fez com que Ramón tivesse seu sofrimento prolongado e o sonho de sua morte digna resultou em uma prática criminosa. Faz-se mister salientar que dentro dessa temática há um conflito aparente entre o direito a vida e o direito a liberdade, direitos fundamentais, no qual o direito a vida prevalece, visto que o ordenamento proíbe o auxílio a um indivíduo enfermo que deseje por fim a sua vida, não havendo então, a liberdade de escolha. Além disso, pode ser considerada uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana. Diferentemente desses sistemas, o uruguaio inovou, sendo um dos primeiros ordenamentos do mundo a permitir essa prática. Entretanto, é necessário que ocorra uma análise da situação de três condições básicas, feitas por um juiz, sendo elas: o enfermo deve ter antecedentes honráveis, o ato deve ser realizado por motivo piedoso, e a vítima deve ter feito reiteradas súplicas.

(Conclusão) Após o estudo do caso Ramón Sampedro, observa-se que sua intensa e longa luta em favor da legalização da eutanásia, afim de garantir o direito individual a uma morte digna, não foi suficiente para mudar a visão jurídica espanhola acerca do tema. Essa visão negativa a respeito desse procedimento libertador prejudica a liberdade de milhares de pessoas que se encontram em situações semelhantes a de Ramón, ou em condições de saúdes piores, com grande sofrimento físico como acontece com pacientes em estado terminal, continuem a ter suas vontades desrespeitadas pelo Estado. Estado esse que subtrai do indivíduo sua autonomia, o reduzindo à condição de sujeito constrangido a um dever, esquecendo porém que viver não é uma obrigação.

Palavras-Chave: Ramón Sampedro. Eutanásia. Morte digna. Ordenamento jurídico. Sistemas internacionais.

COLABORAÇÃO PREMIADA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO INSTITUTO E SUA APLICABILIDADE E EFICÁCIA NO DIREITO BRASILEIRO.

Autor(es):

Sarah Marizete Sales Leite de Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Amanda Menezes Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ihago Rabih Simonetti Jameddine: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Renan Peterson da Costa Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Jacqueline Alves Cavalcanti de Arruda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A colaboração premiada é um instrumento de negociação do processo penal brasileiro, visando promover o avanço das investigações e dos inquéritos que estão estagnados. De caráter prático e facilitador vem sendo paulatinamente absorvido ao ordenamento jurídico, no entanto, sua aplicabilidade e eficácia levantam alguns questionamentos, gerando discussões éticas, normativas e se contrapondo até mesmo aos princípios constitucionais. Desse modo, o presente trabalho irá analisar, pesquisar, relacionar e comparar diferentes posicionamentos relativos a esse instrumento no combate ao crime organizado, visando esclarecer e proporcionar segurança em relação ao assunto em questão, no sentido de minimizar os conflitos doutrinários e jurisprudenciais existentes entre os magistrados e a sociedade. Tal proposta consiste em firmar um posicionamento favorável sobre a real utilidade da delação premiada sobre o prisma do direito penal e processual penal, com amparo necessário à luz da Constituição Federal.

(Metodologia) Refere-se a uma pesquisa qualitativa exploratória do tema, com o objetivo de obter dados através das jurisprudências existentes com auxílio do método dialógico ou transdisciplinar, conferindo número suficiente de casos jurisprudenciais, analisando os efeitos do referido instituto estudado dentro dos processos jurídicos e no ordenamento de forma que se gere uma visão panorâmica do assunto, ao passo que, para isso, utiliza-se da gama de disciplinas que envolvem o mesmo. Assim, coexiste o uso de um método auxiliar de abordagem, o histórico e bibliográfico, pois se investiga a realidade pelo estudo da ação do instituto recíproca, da evolução do fenômeno e da mudança que ocorre no meio jurídico e na sociedade.

(Resultados) Previamente à elaboração da Lei 12.850/13, responsável, dentre outras coisas, por prover a definição de organização criminosa e regular o funcionamento da ferramenta denominada colaboração premiada, a aplicação desse instituto era muito tímida, apesar de ter previsão legal em algumas leis, por exemplo, os artigos 7º e 8º da Lei 8072/90, que regulamenta os crimes ditos hediondos. Contudo, com o advento da lei do crime organizado, a colaboração premiada passou a ganhar grande notoriedade, principalmente nas operações da Polícia Federal que buscavam desmanchar organizações criminosas bem estruturadas. Foi com a larga aplicação desse instituto processual que se evidenciaram os choques mais ou menos diretos com a Constituição Federal, principalmente no tocante a princípios como o da proporcionalidade, da presunção de inocência e da legalidade. Isso se deve ao fato de que é, logo, utilizada como forma de subtrair a pena e esquivar-se do sistema penitenciário falido que se constitui em nosso país.

(Conclusão) Evidencia-se, portanto, uma natureza estranha da ferramenta denominada colaboração premiada em relação à disciplina que a utiliza, tanto em caráter material, o Direito Penal, como em caráter formal, o Direito Processual Penal. Sua incompatibilidade advém de seu cerne eminentemente negocial, característica evidente do Direito Privado e não do Direito Público ao qual pertence. Em adição, esse instituto sugere uma contrariedade ao princípio constitucional da proporcionalidade, pois garante pena mais branda que a prevista em lei ou até mesmo ausência desta, enquanto os corréus, em face do mesmo delito, não possuem tal mérito, o que caracteriza uma proteção deficiente e, ao mesmo tempo, um abuso por parte do Estado.

Palavras-Chave: Colaboração Premiada. Princípios jurídicos. Eficácia.

COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA: O MARCO CIVIL DA INTERNET E SUA IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Autor(es):

Gabriel Ramalho Hoffmann: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Tatiana Vieira de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mateus Navarro Mesquita Carrilho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rodrigo Mendonça Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Maria Clara Fernandes Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante dos avanços tecnológicos decorrentes da globalização e da revolução da informação, atrelados ao advento da internet, a sociabilidade humana é exercida de uma maneira totalmente nova, nos moldes dos paradigmas do âmbito virtual. Assim, o espaço cibernético proporciona interações pessoais rápidas e fáceis ao passo em que os conflitos também passam a surgir com uma roupagem nunca antes imaginada, a qual o Direito precisa acompanhar enquanto mantenedor da ordem social. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar o Marco Civil da Internet brasileiro (Lei Nº 12.965/14), como um modelo de legislação a ser seguido internacionalmente – já que a conjuntura mundial carece de um entendimento unificado a respeito do tema – devido ao seu caráter de vanguarda em relação à regulamentação de práticas na web que visem a proteção de direitos fundamentais e de uma comunicação democrática, no tocante à proteção da liberdade de expressão e à privacidade.

(Metodologia) O trabalho se realizou a partir de uma pesquisa bibliográfica por meio do método dedutivo, a partir dos estudos e produções acadêmicas proporcionados pela X UniSim – Simulação Intermundi do UNI-RN, além de fontes complementares como artigos científicos e documentos jurídicos, principalmente a Constituição Federal e o próprio Marco Civil da Internet brasileiro.

(Resultados) Uma das coisas que faz o Marco Civil ser tão exemplar é o fato de que, antes de chegar ao Congresso Nacional, o corpo de tal legislação foi desenvolvido de maneira colaborativa na própria rede mundial de computadores, com intensa participação da sociedade civil. Isso representou um avanço significativo no que se refere ao acesso à informação – previsto no inciso XIV do art. 5º da nossa Carta Maior –, à democracia participativa na Rede e nas comunicações, pois, dessa maneira, o povo pôde exercer a cidadania nos meios digitais e atuar na defesa de seus direitos, como preceituam os artigos 4º, II e 2º, II da Lei Nº 12.965/14. Nessa perspectiva, no rol de direitos e garantias dos usuários, o art. 8º de tal legislação aduz que a junção da garantia do direito a privacidade e a liberdade de expressão nas comunicações – abordados, acima de tudo, como princípios no Marco Civil –, é indispensável para o pleno exercício do direito de acesso à internet. Dessa forma, nota-se uma adaptação dos conceitos de Estado Democrático de Direito e de Direitos Fundamentais aos novos paradigmas propostos pelo espaço virtual, com a criação de uma lei voltada ao Direito Digital, o qual é ainda pouco difundido apesar da era informática em que vivemos. Como consequência de seu caráter assecuratório acerca dos elementos essenciais à democracia dos meios de comunicação, o Marco ganhou reconhecimento pela comunidade global, tendo, inclusive, inspirado a Itália na elaboração do seu próprio documento sobre o uso da Rede – a Declaração dos Direitos da Internet.

(Conclusão) O impacto das tecnologias informáticas na sociedade mundial é evidente e inevitável e, embora não seja possível tratar tais questões sob as bases do ordenamento jurídico de um único país, a Lei Nº 12.965/14 certamente é de grande importância na contribuição de possíveis acordos internacionais sobre Direito de Internet. Corroborando com a perspectiva de influência do Marco Civil da Internet no Direito Internacional, tem-se a afirmação da ativista Nnenna Nwakanma, fundadora da organização Free Software and Open Source Foundation for Africa – Fundação Software Livre e Fontes Abertas para África (tradução nossa): “(...) Essa é a minha luta, por uma inclusão digital, sobretudo na África. E esse desenvolvimento da internet precisa vir com princípios, com respeito a valores democráticos, aos direitos humanos, de privacidade, da liberdade de expressão. E tudo isso está no Marco Civil”.

Palavras-Chave: Marco Civil da Internet; Internet; Comunicação; Democracia; Direitos fundamentais; Liberdade de expressão; Privacidade.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA E SEU IMPACTO NA SOCIEDADE

Autor(es):

Gabriela Gomes Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Após incontáveis debates no meio jurídico, a Lei Maria da Penha, Lei 11.340/06, foi criada para de certa forma tentar compensar, e equiparar a mulher na sociedade, tendo em vista todo o contexto histórico de exclusão do gênero feminino. Faz-se mister salientar que tal Lei partiu do caso concreto de Maria da Penha Fernandes, na qual protagonizou uma das situações de violência doméstica mais conhecidas no País. Ela, aos 38 anos de idade, ficou paraplégica após agressão física acometida pelo seu próprio marido. Nesse diapasão, fica claro, após inúmeras pesquisas, que a grande maioria dos casos de violência doméstica ocorre no seio familiar, ou seja, parte do marido contra a sua mulher. Destarte, o presente trabalho visa demonstrar em sentido amplo, que mesmo após dez anos da criação da Lei, casos como esse de Maria, ocorrem corriqueiramente e precisam ser sanados. Nesse sentido, a Lei 11.340/06, trata em seu Artigo 1º, justamente a razão de sua existência, na qual tem como objetivo principal inibir a prática da violência, no sentido de que também cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica-familiar contra a mulher.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa realizada a partir do método de abordagem dialético, tendo em vista que o tema é de grande relevância tanto no âmbito social, quanto no jurídico. Já os métodos de procedimento utilizados foram: o histórico, pois a presente pesquisa trata da evolução histórica da lei, ou seja, como e porque surgiu; o comparativo, no sentido de que busca fazer um paralelo entre a eficácia e ineficácia da lei no estado do Rio Grande do Norte e no Brasil; mais uma vez o comparativo, pois será feita a análise da aplicação da Lei Maria da Penha através de casos concretos; e por fim, o Estatístico, pois busca também mostrar a margem de dados estatísticos na incidência dos casos de violência doméstica-familiar.

(Resultados) Após exatos dez anos de criação da Lei Maria da Penha, é de suma importância ressaltar que atualmente, a norma é reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no que diz respeito ao embate à violência de gênero. Também é válido mencionar que após esses dez anos de vigência da Lei, outros tipos de violência foram observados e adicionados na norma. Entre os tipos de crimes mais atuais está a "revenge porn" ou vingança pornográfica, que trata exatamente da disseminação não consentida pela vítima de imagens íntimas na internet, esse tipo de crime, pode ocorrer tanto pelo homem quanto pela mulher. Com o incremento desses crimes à norma, fica claro que mesmo com a criação da Lei, ainda existe um alto índice de violência doméstica familiar. Dessa forma, o presente trabalho visa explicar através dos casos concretos observados no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizado em Parnamirim, justamente até que ponto a Lei tem sido eficaz ou não.

(Conclusão) Certo é que desde a publicação da Lei 11.340/06, muitos avanços foram alcançados, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas, pois mesmo com o amparo do diploma legal, ainda observa-se por parte da mulher um medo muito grande de denunciar o agressor. De grande importância foi a criação dos Juizados de Violência Doméstica, bem como a impossibilidade da suspensão condicional do processo nesse tipo de crime, bem como a proibição do cumprimento de penas alternativas e, também ainda existe a possibilidade da prisão preventiva ser decretada ao agressor caso gere algum risco de reincidência. O presente trabalho, mesmo ainda em andamento, busca justamente a pesquisa de casos de violência em um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Violência Doméstica-Familiar. Revenge Porn. Juizado de Violência Doméstica e Familiar.

CONTEXTO E PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DOS REFUGIADOS E OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA SUA APLICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Roberta Venâncio Sapucahy: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
André Guilherme Matos de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rodrigo Otávio da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Renato Breno de Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A temática dos refugiados vem ganhando relevo após as duas grandes guerras mundiais, que diante de inúmeros mortos, feridos e um imenso contingente populacional sem o mínimo de condições existenciais para viver dignamente, foi-se desenvolvendo um aparelhamento jurídico internacional para efetivar a proteção dos direitos humanos dos refugiados. A guerra não é o único motivo enseja os deslocamentos em massa. As perseguições religiosas e as catástrofes naturais também são fatores que levam a criação de instrumentos jurídicos internacionais para a proteção dos oprimidos.

(Metodologia) No que se refere a metodologia empregada, registra-se que, na fase de pesquisa e investigação sobre a temática ora apresentada, foi utilizado o método indutivo. Noutro giro, para se chegar aos resultados, foi empregada a base lógica indutiva, bem como vasta pesquisa bibliográfica.

(Resultados) Quanto aos direitos humanos no contexto internacional, é sabido que os tratados internacionais somente tem aplicabilidade aos Estados que os ratificam, havendo, por conseguinte, para estes as responsabilizações pela não proteção aos refugiados que se encontram em situação vulnerável. Consta mencionar, que o importante marco jurídico para o direito internacional dos refugiados ocorreu, de maneira formal, com a convenção de 1951, considerada um instrumento internacional de autoria da ONU e assinada por inúmeros países, levando a comunidade internacional a reconhecer sua obrigação de garantir segurança e apoio aos refugiados em situação de risco. Outro ponto importante versa sobre a diferença jurídica de asilo e refúgio, pois, enquanto aquele, compreende uma relação de ser humano perseguido e o Estado o acolhendo, o refúgio normalmente deriva de graves transformações na ordem pública de um país ou região, gerando, portanto, grande número de contingentes perseguidos, que têm seus direitos humanos ameaçados, sendo objeto de preocupação e proteção no âmbito internacional. Fazendo uma ligação do contexto no âmbito internacional ao plano nacional, para que haja a concessão do refúgio, a legislação brasileira, através da lei nº 9474/97, baseia-se nas disposições da Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, ocasião que permite a inclusão, de maneira expressamente inequívoca, de indivíduos com a qualidade de refugiado. Ademais, é importante registrar o avanço das bases legais de proteção nacional, seja com a Constituição Federal de 1988 e com a lei nº 9474/97.

(Conclusão) Diante de uma pesquisa, a priori, primária e investigativa, onde se observou os aspectos dos direitos humanos no contexto internacional, dos históricos e conceituação do refúgio, da proteção nacional aos refugiados, bem como dos motivos determinantes da concessão do direito ao refúgio na legislação brasileira, tem-se a sensação de que se pode ser ainda mais fortalecido uma cooperação internacional como forma de divisão de responsabilidades e realização de solidariedade entre os Estados soberanos para garantir uma proteção mínimo aos refugiados, em respeito ao primado supremo da dignidade da pessoa humana. Por outro lado, é importante salientar, que o problema de contingente de refugiados ainda existe, e poderá ser solucionado, desde que haja cooperação entre os países e que os interesse nacionais se curvem aos direitos humanos internacionais dos refugiados, como simbolismo da solidariedade entre os povos, a busca incessante pela paz e em atenção ao primado da dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: proteção internacional; direitos humanos; refugiados.

CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS: UMA ANÁLISE DE MÉRITO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS REFERENTES.

Autor(es):

Nalã Ewert Cabral de Paula Salustino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lília Lidiane dos Santos Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Gustavo Santiago Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Pedro Augusto Barreto Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Victor Veloso Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa visa discutir, fundamentalmente, a possibilidade de atuação do Poder Judiciário no âmbito dos atos administrativos discricionários, quanto à análise do mérito de tal ato. Não obstante a doutrina majoritária pontuar que não é possível o juiz adentrar no mérito, decidindo sobre os critérios de oportunidade e conveniência, este trabalho discorre sobre atuação Judiciária, conforme princípios constitucionais, parte da doutrina e jurisprudências recentes, mostrando ser possível o controle do mérito dos atos administrativos discricionários, pois quando o agente público não atua com fins ao interesse público, maquiando os critérios da oportunidade e conveniência, com uma atuação que acaba por ferir a razoabilidade e proporcionalidade, princípios arraigados na Constituição Federal, necessários à prática do ato administrativo, faz-se urgente à revisão de tal ato, o que pode ser feito pelo próprio Poder Público, mas quando este não o faz cabe ao Poder Judiciário fazê-lo em nome da coletividade. A atuação dos magistrados terá como base a teoria do desvio de poder, dos motivos determinantes e inafastabilidade do poder judiciário.

(Metodologia) O método escolhido para atender aos objetivos estabelecidos na pesquisa é o da abordagem dialética, outrossim, será utilizada a revisão bibliográfica para solucionar a problemática apontada, bem como, uma possível análise jurisprudencial de julgados que demonstrem a pertinência da proposição de pesquisa que conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos esposados no presente trabalho.

(Resultados) Tomando como base os princípios Constitucionais, a doutrina, jurisprudência e as teorias do desvio de poder e dos motivos determinantes é seguro afirmar que é possível a atuação dos juizes no mérito administrativo, sem que acabe por ferir a separação dos poderes, uma vez que diante dessa limitação destinada ao Judiciário brasileiro, o interesse público fica à espera que o próprio Poder Público reveja os seus atos, aguardando uma análise cuidadosa de sua atividade discricionária, realizando a releitura da oportunidade e conveniência utilizadas para se executar o ato administrativo. Contudo, nem sempre os administradores acreditam ser realmente necessária uma análise do que estes fizeram no âmbito discricionário. Por isso, a coletividade precisa acorrer para algo ou alguém que reveja se, realmente, a finalidade pública daquele ato discricionário, o motivo e objetos daquele, foram, de fato, atendidos. Dessa maneira, as teorias do desvio de poder e dos motivos determinantes se mostraram argumentos eficazes para viabilizar a atuação do juiz togado quando provocado, uma vez que quando a atuação administrativa atinge fim diverso do proposto, seja por má-fé ou não, e quando se motivam os atos discricionários, tornando-se vinculados, se aclara a necessidade de um posicionamento Judicial.

(Conclusão) Será de bom alvitre que a justiça interfira no mérito quando houver excesso diante do limite proposto a discricionariedade, porque é lá que o agente público se preocupa, diante da delegação concedida pela lei, a refletir qual será o melhor modo de se construir uma ponte, se o local atenta-se para o melhor o interesse público em construí-la, vez que nesse caso serão utilizadas a oportunidade e conveniência, partes da conjuntura do mérito. Assim, o presente trabalho consuma-se pelo entendimento de que é possível sim um controle dos magistrados frente à atividade discricionária dos agentes públicos quanto ao seu mérito, quando estes últimos não utilizarem os requisitos necessários fornecidos pela liberdade condicionada imposta pela própria letra da lei e ferirem o arcabouço dos princípios constitucionais arraigados.

Palavras-Chave: Ato Administrativo. Poder Judiciário. Mérito do Ato. Princípios Constitucionais.

CONVENÇÃO Nº 169 DA OIT E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A QUESTÃO INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Allyne Dayse Macedo de Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Clarissa Machado Pais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mayara Machado Bezerra de Souza Pais: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Por muito tempo acreditou-se não existir mais índios no estado do Rio Grande do Norte. Esses grupos, cujas identidades foram suprimidas, recentemente tem se reorganizado em busca de sua história e memória, reivindicando com legitimidade uma das identidades possíveis. Atualmente sete comunidades constroem o movimento indígena no estado e recebem assistência da FUNAI, sendo elas: Sagi-Trabanda, Mendonças do Amarelão, Caboclos de Assu, Serrote de São Bento, Santa Terezinha, Lagoa do Tapará e Lagoa do Apodi. Na presente pesquisa buscamos analisar os impactos da ratificação da Convenção nº 160 da OIT pelo Brasil, que versa sobre o direito dos povos e comunidades tribais, na autodeterminação dos povos indígenas no nordeste do Brasil e, em especial, no Rio Grande do Norte.

(Metodologia) O presente trabalho é resultante da experiência das autoras, integrantes do Núcleo de Atuação em Comunidades Indígenas – doravante chamado Motyrum Indígena, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O trabalho metodológico da pesquisa se desenvolve pela análise de textos bibliográficos de síntese teórica, em especial: Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais nordeste do Brasil (OLIVEIRA, 1998) Etnicidade encoberta: “índios” e “negros” no Rio Grande do Norte (CAVIGNACA, 2013); Identidade Indígena no Rio Grande do Norte (GUERRA, 2010); Direito e povos indígenas (VILLARES, 2009); bem como através da análise do CENSO brasileiro e da pesquisa de campo, com ênfase na comunidade Lagoa do Tapará, utilizando-se do método etnográfico, para sistematizar o processo de emergência indígena no estado do Rio Grande do Norte.

(Resultados) Ao analisar os censos brasileiros percebe-se um aumento do número de comunidades e populações se autodeclarando indígenas pós Constituição de 1988. Na oralidade da comunidade de Tapará, os nativos relatam que escondiam suas origens por medo, vergonha ou porque o termo "Tapuia" era utilizado com conotação negativa pelos brancos para designar pessoas "feias", "brutas", "selvagens", etc. Relatam ainda que através do contato com outras comunidades e da participação do movimento indígena passaram a se reconhecer e a valorizar seus elementos culturais. Entretanto, mesmo com a atual gama de produções acadêmicas, a questão indígena no Rio Grande do Norte ainda é alvo de preconceitos e estereótipos por parcela da população que não compreende esta realidade e até mesmo da própria mídia local, que por vezes publica matérias deslegitimando a identidade dos povos indígenas locais, ignorando as legislações e reforçado o estereótipo do indígena. Diante dessas questões, as populações indígenas do estado vêm se organizando junto ao movimento indígena nacional, reivindicando políticas que garantam o seu reconhecimento étnico e a efetivação de seus direitos, e utilizam a convenção nº 169 da OIT como base jurídica para suas reivindicações.

(Conclusão) Concluímos que o discurso que permeia o senso comum sobre o “ser índio” - a tipificação museológica da identidade indígena, o índio quinhentista ou seiscentista pensado “autêntico” - associado à compreensão da cultura como estática, parada no tempo, nega o indígena no presente, em contradição com a dinamicidade da cultura e com a identidade construída nas relações de alteridade, fazendo com que as comunidades indígenas precisem ainda hoje empenhar forças na reafirmação da identidade de seu povo e na busca por uma política de reconhecimento étnico para garantia de direitos. Nesse sentido a adoção da Convenção 169 da OIT pelo Brasil é um avanço no campo dos direitos indígenas na autodeterminação dos povos, e contribui para a questão indígena no Rio Grande do Norte, vez que trata-se de pacto internacional de respeito a pluralidade étnica e coloca a autodeclaração como critério fundamental para o reconhecimento da identidade indígena por parte do Estado.

Palavras-Chave: Convenção nº 169 OIT; Questão Indígena; Identidade étnica.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL E ÉTICA AMBIENTAL

Autor(es):

Leonardo Mansur Pereira Janino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) É notório os avanços feitos pela humanidade em várias áreas, desde a antiguidade até os dias atuais. Medicina, agricultura, indústria e tecnologia nos mais variados campos são alguns exemplos que retratam o desenvolvimento humano ao longo do tempo. Entretanto, um fato que antes nunca veio a ser grande problema ao homem, agora se torna um desafio robusto para a geração presente e futura: a conservação ambiental, numa amplitude global, para uma boa qualidade de vida aos seres humanos e não humanos, de forma a buscar a adoção de medidas que tragam menos efeitos danosos ao mundo, enquanto permite sua recuperação por danos já causados. Ao imergirmos numa reflexão sobre as capacidades das mais variadas formas de vida existentes em nosso planeta, é fácil constatar que somos nós os detentores de maior poder sobre nosso meio. E como diz o ditado, “com grandes poderes, vem grandes responsabilidades”, sendo, nessa senda, nossa responsabilidade tomar as rédeas da situação ambiental global, cessando os danos que põem em cheque a continuação da vida. Para tanto, entra no presente trabalho o estudo sobre a temática do meio ambiente pela sociedade internacional, notadamente a Convenção de Aarhus, trazendo como pilares o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente.

(Metodologia) A pesquisa será feita debruçando-se sobre documentos que firmam as diretrizes defendidas no âmbito internacional, como os Relatórios Nacionais de Implementação da Convenção de Aarhus (Portugal), traçando um paralelo com a lei brasileira que versa sobre o mesmo tema. Engloba legislação e doutrina do Brasil e estrangeiro. Ainda, será realizado a relação destas com a Ética Ambiental, que inclui a ampliação do princípio da dignidade, estendendo-a a relação do homem com a natureza, assim como do homem com os animais.

(Resultados) O estudo confirma a importância da informação, acesso e participação do público no âmbito da resolução de conflitos ambientais, sendo possível traçar um paralelo sobre o defendido na Convenção com a lei nacional. No que tange os animais, se faz interessante também o devido acesso a informação sobre o tratamento recebido por eles em diferentes eventos sociais, possibilitando uma participação popular sobre as mesmas questões.

(Conclusão) Embora a Convenção de Aarhus não tenha sido ratificada por nosso país, funciona como modelo para nossa lei interna, o que resulta igualmente numa cooperação com a comunidade internacional para proteção do nosso globo.

Palavras-Chave: Direito, justiça intergeracional, princípios, direitos fundamentais biodifusos, Convenção de Aarhus, acesso à informação, Ética Ambiental, Cooperação Internacional Ambiental.

COTAS RACIAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

Autor(es):

Amanda Macedo Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Anna Leticia Araújo Colares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Karina Rodrigues de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho traduz uma reflexão sobre a constitucionalidade da Lei ordinária nº 12.990, de 9 de junho de 2014, na qual proporciona aos autodeclarados pretos ou pardos, a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais, sendo esta, medida de políticas públicas destinada a inclusão social dos afrodescendentes nos sistema da Administração Pública. Contudo, esta questão é de extrema pertinência política, social, moral, e, sobretudo, jurídica, haja vista que o meio seletivo em referência é considerado o mais eficaz para inserção do cidadão no serviço público, tendo como característica principal a estabilidade. Será discutido o procedimento de concomitância das vagas disputadas pelos afrodescendentes, os critérios pelos quais serão obedecidos de alternância e proporcionalidade em relação ao número de vagas, o órgão responsável pela supervisão da aplicação desta lei, e ainda, o período de sua vigência. Por fim, será demonstrado que não há compatibilidade entre o ato legislativo ou administrativo e o Texto Constitucional, verificando-se a violação do princípio fundamental da igualdade, constitucionalmente garantindo para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, julgados de casos, análise de princípios constitucionais, bem como por meio de outros aspectos, a fim de demonstrar a incompatibilidade entre o ato administrativo e o Texto Constitucional no que tange a disposição da Lei ordinária nº 12.990, de 9 de junho de 2014, através da utilização do método dedutivo da pesquisa.

(Resultados) Dentro das perspectivas analisadas adquire-se que o resultado está na análise minuciosa da Lei nº. 12.990/2014 conforme os princípios constitucionais da Administração Pública, como por exemplo, igualdade, impessoalidade, legalidade e outros. Assim como, o princípio basilar da meritocracia cujos concursos públicos são regidos, ou seja, o candidato é aprovado no certame pelo mérito, e não pela cor da pele ou qualquer outro motivo de discriminação. Dentre os resultados, observa-se que o art. 7º da Carta Magna proíbe o critério de admissão por motivo de cor. Portanto, resulta-se na inconstitucionalidade da Lei nº 12.990/2014 pela violação do princípio da igualdade, pois deixa de tratar igualmente os iguais, além de evitar a promoção dos preconizados objetivos constitucionais presentes no art. 3º da nossa Constituição Federal.

(Conclusão) Conclui-se que a Lei nº. 12.990/2014 visa a introdução dos negros (pretos e pardos) por meio de concursos públicos no exercício da Administração Pública. Desta forma, tem-se o sistema das cotas étnico-raciais com o objetivo de equiparar os interessados que concorrem a uma vaga para os cargos e funções públicas, superando as desigualdades raciais administrativas. Contudo, tal norma foi sendo desenvolvido ao longo dos anos, em que o afrodescendente em outros tempos não tinha a mesma liberdade da contemporaneidade, assim como a igualdade não se atrelava a determinados preceitos. A justiça deve basear-se na premissa de que todos os indivíduos são iguais perante a lei, sejam eles negros ou não, devendo ser tratados igualmente e com respeito, promovendo, conforme dispõe a Constituição Federal, uma sociedade igualitária, o bem-estar de todos e o desenvolvimento nacional. Em suma, ao tratar da inconstitucionalidade, ergue-se por violar um dos maiores princípios constitucionais, o da isonomia, ocorrendo disparidade da Lei Maior presente no ápice da pirâmide hierárquica de Kelsen e a norma infraconstitucional estudada estritamente. Por fim, nota-se que a justiça deve basear-se na premissa de que todos os indivíduos, sejam eles negros ou não, são iguais enquanto seres humanos, devendo ser tratados igualmente e com respeito.

Palavras-Chave: Cotas Raciais. Concursos Públicos. Igualdade. Inconstitucionalidade. Lei nº. 12.990/2014.

CRIME TRANSNACIONAL: TRAFICO DE PESSOAS E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Autor(es):

Layana Medeiros de Albuquerque Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Luíza Saraiva Simplicio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Thays Cesário de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Raissa da Costa Pacheco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O tráfico de pessoas permeia na sociedade há anos e hoje representa no mundo inteiro um dos mais graves problemas, uma vez que esse tipo de crime organizado transnacional está fortemente atrelado à exploração sexual, ao comércio de órgãos, à adoção ilegal, à pornografia infantil, às formas ilegais de imigração com vistas à exploração do trabalho em condições análogas à escravidão, ao contrabando de mercadorias, ao contrabando de armas e ao tráfico de drogas. A repressão policial e judicial não é bastante para dar conta do problema e de suas impressionantes dimensões. É preciso que vários órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e outros atores sociais se juntem para criar sistemas de observatórios e de denúncias dessas práticas, ainda fortemente arraigadas em nossas sociedades. Existem tratados internacionais para enfrentar esse crime, na medida em que, vários governos ratificaram o Protocolo das Nações Unidas de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo, que trouxe a definição da expressão “tráfico de pessoas”, além de ações sistematizadas para enfrentar o crime aqui tratado, no que concerne à prevenção, repressão e assistência às vítimas.

(Metodologia) A pesquisa foi bibliográfica e o assunto abordado de forma dedutiva, utilizando para seu desenvolvimento referências legislativas, doutrinas especializadas, periódicos e artigos.

(Resultados) O problema referente ao tráfico de pessoas passou a ser alvo de debates no cenário internacional a partir de discussões travadas no âmbito da ONU para a elaboração de um tratado internacional que dispusesse sobre formas de enfrentar o tráfico de seres humanos. Tais discussões culminaram na aprovação do Protocolo das Nações Unidas de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo, na cidade Palermo, Itália, em 2000, primeiro documento a trazer em seu texto a definição da expressão “tráfico de pessoas”. Resultando em uma Convenção para a proteção das vítimas de tráfico e exploração. A Convenção representa um passo importante na luta contra o crime organizado transnacional e significa o reconhecimento por parte dos Estados-Membros da gravidade do problema, bem como a necessidade de promover e de reforçar a estreita cooperação internacional a fim de enfrentar o crime organizado transnacional.

(Conclusão) O Protocolo do Tráfico é o primeiro instrumento global legalmente vinculativo sobre o tráfico há mais de meio século, e é o único com uma definição consensual sobre o tráfico de pessoas. Um dos seus objetivos é facilitar a cooperação internacional na investigação e repressão desse tipo de tráfico além de proteger e assistir às vítimas do tráfico humanos, com pleno respeito pelos seus direitos, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos. O que pode tornar, através de decretos e leis, mais segura a proteção dessas pessoas que são traficadas e exploradas.

Palavras-Chave: PALAVRAS CHAVES: Tráfico de Pessoas, Exploração Sexual, Direito Internacional, Direitos Humanos.

**CRIMES AMBIENTAIS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI Nº 9.605/98 E OS CASOS DE QUEIMA
INDISCRIMINADA DE LIXO E RESÍDUOS DOMÉSTICOS A CÉU ABERTO**

Autor(es):

Fernanda de Oliveira Justino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa se propõe a refletir sobre os crimes ambientais, quanto a seus efeitos e sanções, analisando a Lei de Crimes Ambientais e focando a temática mais especificamente nos casos de queima de resíduos e lixo domésticos. A Lei Nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais – vem regular minuciosamente as consequências jurídico-penais e administrativas, além de tipificar criminalmente as condutas lesivas à natureza ecológica, relacionadas à matéria objeto do Capítulo VI da Constituição Federal de 1988, que trata da proteção do meio ambiente, em seu art. 225, atribuindo status constitucional e especial salvaguarda a alguns elementos e reservas naturais do território nacional, tais como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, dando a estes espaços o título de patrimônio nacional, e, conseqüentemente, atribuindo-lhes uma tutela especial, inclusive quanto à exploração de seus recursos naturais; além disso, classifica como indisponíveis as terras devolutas que sejam necessárias à preservação ambiental.

(Metodologia) Ampara-se em uma abordagem majoritariamente descritiva em consonância com o método dedutivo. Para tanto, o trabalho tem fulcro em algumas doutrinas do Direito Ambiental e Constitucional, na legislação especial concernente ao tema, bem como no exame das disposições constitucionais que tratam sobre o meio ambiente.

(Resultados) Nesse contexto, A Lei de Crimes Ambientais tipifica como crime diversas condutas que vêm a agredir o equilíbrio ambiental, e, como objeto de análise, pode ser citado o art. 54 da lei in examine, que criminaliza a provocação de poluição de qualquer natureza em níveis que possam causar danos à saúde humana e elevar a poluição atmosférica – que se subsume ao caso concreto da queima de resíduos. Queimar lixo e resíduos domésticos de qualquer natureza, além de ser uma atitude deplorável, contribui bastante para o agravamento do aquecimento global, pois a queimada libera gases responsáveis pelo “efeito estufa” em nosso planeta. Não são apenas as grandes indústrias as responsáveis pela degradação de nosso meio ambiente: a negligência individual (e coletiva), enquanto cidadãos frente a situações aparentemente inofensivas como essa, também é tão carregada de culpa quanto a vileza dos grandes empresários ávidos por lucro. Por esse motivo, queimar lixo a céu aberto é crime, previsto na Lei n. 9.605/98, e que sanciona tal ato criminoso com penas de detenção, que vão de 1 (um) a 5 (cinco) anos mais multa, variável de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), com a abertura de procedimento criminal por atribuição da Polícia Civil.

(Conclusão) O mau hábito de queimar o lixo e os resíduos a céu aberto, permitido pela ignorância e falta de informação, corriqueiramente vislumbrado por diversas cidades país afora, comumente realizada nos lixões e aterros sanitários, ou mesmo por particulares, e que ocorre igualmente em vários municípios do interior dos estados, acarreta em si um problema de saúde pública, à medida que concorre para agravar doenças respiratórias, tais como a asma, bronquite e rinite; e, como se não bastasse, ainda pode desencadear câncer nas pessoas que são expostas à fumaça e à fuligem, que contém inúmeras substâncias cancerígenas liberadas pela combustão, principalmente, de plásticos e borrachas, que são carregados de toxinas nocivas à saúde humana.

Palavras-Chave: Crimes Ambientais; Queima de Resíduos; Meio Ambiente; Poluição; Proteção.

CRIMES CONTRA A FAUNA SILVESTRE NO MUNICÍPIO DE NATAL NO ANO DE 2015

Autor(es):

Fernanda Saldanha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayana Xavier de Couto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alexandre Wagner Bezerra Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio tem se configurado como extensão do direito a própria vida, quer sob o enfoque da existência física e saúde dos seres humanos, quer quanto ao aspecto da dignidade dessa existência. Tal direito é inviolável, seja em relação a vidas humanas, ou dos demais seres vivos. Até o início dos anos 90 não existia uma lei específica que fixasse pena para quem agredisse o meio ambiente. Com o advento da lei n° 9605/98, a situação começou a se reverter, pois se passa a ter uma lei que confere especificidade ao julgamento de delitos contra o meio ambiente. Trazer o foco da discussão para o estado do Rio Grande do Norte, e mais especificamente para a cidade do Natal, que representa grande parte da riqueza em espécies selvagens características do estado, possibilitou uma análise mais precisa dos dados, bem como um aprofundamento do estudo da situação desse município, que responde pela maioria das ocorrências registradas dos crimes ambientais, objeto do presente trabalho.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa que se baseia em diálogo com a literatura, análise documental, pesquisa em jornais escritos de grande circulação local, assim como dados e informações colhidos nos próprios órgãos responsáveis pela fiscalização dos delitos criminais no município. Como recorte para melhor desenvolvimento do trabalho, o ano de 2015 e o município de Natal foram escolhidos como amostra. No que se refere à coleta de dados, foi realizada a partir de consultas à imprensa escrita e pesquisa de campo nos órgãos ambientais responsáveis. A análise dos dados contemplou um olhar multifacetado por parte do autor, como forma de permitir o conhecimento dos principais crimes ambientais noticiados em 2015, em Natal. Buscou-se conhecer os crimes específicos contra a fauna silvestre, a atuação das autoridades e as penalidades aplicadas.

(Resultados) Após levantamento dos dados necessários e sua lapidação para que fossem obtidas informações com valor científico, se pôde constatar um significativo aumento do número de agressões a fauna silvestre em Natal, em comparação a anos anteriores. Esse aumento se mostrou diretamente ligado ao crescimento do número de denúncias, o que parece indicar o amadurecimento de parte da população quanto à necessidade de cuidar do meio ambiente. Tal constatação, no entanto, mostra evolução na abordagem do tema, mas não se mostra suficiente para resolver a falta de maior rigidez das penas, estrutura deficiente para atuação dos órgãos fiscalizadores e ausência de processo educativo continuado para a população.

(Conclusão) Com base na pesquisa realizada, os autores puderam demonstrar a real importância de discutir o tema e propor medidas mais eficazes para a preservação da rica fauna potiguar. Os esforços desenvolvidos pelos entes federal, estadual e municipal devem ser louvados, mas são ainda insuficientes para a preservação da fauna local, que de longa data, luta contra as agressões humanas representadas pela caça e o tráfico de animais. Foi possível concluir que ainda se tem muito a avançar. A necessidade de maior investimento na fiscalização, falta de educação para preservação e de celeridade na aplicação de penalidades tem se mostrado fatores que agravam a situação estudada. Espera-se que a ampliação de pesquisas sobre o tema venha a contribuir para mudar o triste quadro que ainda se apresenta como realidade.

Palavras-Chave: Meio ambiente, Fauna silvestre, Natal, Delitos

CRISE HUMANITÁRIA NA EUROPA

Autor(es):

Luiz Marinho Simas Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Priscila Costa de Almeida Rodrigues : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Klesia Barbalho Cavalcante de Brito : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Fernanda Moura Bandeira Antas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em diversos locais do mundo, sobretudo em países da Ásia e da África, a vida de um grande número de pessoas se encontra ameaçada devido à falta de elementos básicos para sua sobrevivência, como alimentação, moradia, saúde, segurança, etc., provocados principalmente pela existência de conflitos internos, normalmente em regimes pouco democráticos. Essa situação tem acarretado a fuga em massa de civis para diversas partes do mundo, em busca de condições dignas de sobrevivência. Nos últimos anos, milhares de refugiados, principalmente advindos da região do Oriente Médio e da África, chegaram às fronteiras da Europa fugindo da pobreza, de guerras, da violência e falta de perspectivas que assolam sua terra natal. O presente estudo visa reportar a situação que se encontram tais pessoas e a atual postura dos países diante da crise humanitária atual, em especial as nações mais desenvolvidas.

(Metodologia) A partir da análise de material bibliográfico disponível e reportagens atuais acerca do assunto, alcançar-se-ão os resultados e conclusões a por meio da aplicação do método dedutivo.

(Resultados) As migrações não constituem um fenômeno recente, tendo em vista que, desde os primórdios da história da humanidade, os seres humanos deslocam-se, por vontade própria ou involuntariamente. A partir de meados do século XX, diversos Estados participantes do sistema internacional passaram a reconhecer a fuga por medo de perseguição em função de raça, religião, nacionalidade, convicções políticas ou filiação social, como um direito do indivíduo, protegido por uma legislação internacional. A partir de 2011, diversos conflitos internos, sobretudo nos países do Mediterrâneo, culminaram em manifestações e protestos antigovernamentais e à queda de alguns regimes, tais como Egito e Tunísia. As crises geradas pela instabilidade política nesses países levaram a formação de imigrantes ilegais rumo à Europa em busca de segurança. Considerada uma das maiores crises humanitárias do século XXI, a guerra civil na Síria define-se desde 2011 no trágico dia-a-dia de uma comunidade sem resposta às suas necessidades básicas elementares. O conflito da Síria gerou 4,8 milhões de refugiados nos países vizinhos, centenas de milhares na Europa e 6,6 milhões de pessoas deslocadas dentro da Síria – a população antes da guerra era de mais de 20 milhões segundo dados da ONU. Só no primeiro quadrimestre de 2015, o número de pedidos de asilo já ultrapassava 184 mil (Eurostat, bureau estatístico da União Europeia). É importante destacar que o Direito Internacional dos Refugiados determina que as fronteiras devem estar abertas para recebê-los e a sua devolução é inaceitável sob qualquer hipótese, em atenção ao Princípio do Non Refoulement. Entretanto, o que se vê em alguns países integrantes da União Europeia é uma conduta distinta. Autoridades europeias foram indiciadas por protelarem a implementação de soluções eficazes para a questão, como a aceleração do processo de concessão de asilos. Além disso, para evitar a chegada de mais refugiados, optou-se por combater as gangues de coitotes que fazem o transporte dos refugiados via marítima ou terrestre. O que se vê é um enrijecimento no controle de suas fronteiras, contribuindo ainda mais com a clandestinidade dos refugiados.

(Conclusão) Diante do exposto, é possível constatar que a solução para o problema é complexa, uma vez que envolve interesses distintos, pois de um lado existe a necessidade de ajuda humanitária para preservação da dignidade da pessoa humana aos indivíduos que se encontram em situação de risco e de outro não se pode desprezar a necessidade de garantir a segurança interna dos países receptores, tendo em vista que ao permitir que imigrantes adentrem livremente em seus territórios, tal situação possa fragilizar a segurança interna dessas nações.

Palavras-Chave: Crise Humanitária; União Europeia; Refugiados; Asilo.

DA IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE COM APOSENTADORIA APÓS INTRODUÇÃO DA LEI 9.528/1997 RECONHECIDA PELA SÚMULA 507 DO STJ.

Autor(es):

Layana Medeiros de Albuquerque Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Luíza Saraiva Simplicio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Tassius Marcius Tsangaropulos Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Thays Cesário de Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Raissa da Costa Pacheco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A partir de 11/11/1997 passou a ser proibida a acumulação de auxílio-acidente e proventos de aposentadoria de qualquer natureza, face às alterações promovidas ao art. 86, §2º e 3º da Lei 8.213/91, através da Medida Provisória 1.596-14/1997, posteriormente convertida na Lei 9.528/1997. Tal mudança legislativa ocasionou uma série de controvérsias pertinentes à sua aplicação nos Tribunais do país e no próprio Supremo Tribunal de Justiça (STJ), tendo sido cancelado pela súmula 507 do STJ o entendimento de que a possibilidade de acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria requer a conditio sine qua non de que a lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria sejam anteriores às alterações promovidas pela Lei n. 9.528/97.

(Metodologia) A pesquisa foi bibliográfica e o assunto abordado de forma dedutiva, utilizando para seu desenvolvimento referências legislativas, doutrinas especializadas, periódicos e artigos.

(Resultados) A ausência de regra de transição gerou alguns precedentes contraditórios nas Cortes do país após as modificações introduzidas pela lei, causando controvérsias acerca da aplicação da norma proibitiva, de um lado aplicando-se aqueles que já possuíam o auxílio-acidente anteriormente a edição da lei, e, assim, poderiam cumular com a aposentadoria mesmo que requerida após a vigência das novas regras, ou, em sentido diverso, se seria aplicável a vigência da lei do momento do ato. Assentou-se o entendimento de que deve ser respeitada a lei do momento do requerimento da aposentadoria, segundo os preceitos do supedâneo “tempus regit actum” que norteia o Direito Previdenciário, inferindo, pois, que não há direito adquirido ao segurado que já recebia o auxílio-acidente a mantê-lo com a concessão de aposentadoria após a modificação legal.

(Conclusão) Derradeiramente, sobressai-se que o entendimento legitimado pela súmula proferida pelo Superior Tribunal de Justiça mostra-se atinente ao consagrado princípio do “tempus regit actum”. Quanto ao momento de referência para a concessão de benefícios nas relações previdenciárias e a violação ao preceituado no art. 86 e incisos da Lei 8.213/91, merece ser reconhecida a impossibilidade de cumulação de benefício de auxílio-doença e aposentadoria requeridos posteriormente a criação da norma proibitiva, a Lei nº 9.528/97, que passou a vedar tal acumulação. Por consequência, deve se reconhecer, que não se sustenta a acumulação dos benefícios ante a incompatibilidade de atividade e inatividade simultaneamente para fins previdenciários, uma vez que é pressuposto para a concessão de auxílio-doença a redução da capacidade laborativa do indivíduo, o que implica ser o segurado ativo, enquanto que a aposentadoria requer que o segurado esteja inativo.

Palavras-Chave: Súmula 507 STJ. Auxílio-Acidente. Aposentadoria. Cumulação de benefícios. Direito Previdenciário.

DA TRANSCRIÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO

Autor(es):

Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Karoliny Vidal Rocha : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Guilherme Tavares Cortês: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aline de Oliveira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ana Paula de Sales Ferreira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nos termos da Constituição Federal de 1988, os filhos de brasileiros nascidos no exterior são brasileiros natos, desde que registrados em Repartição Consular Brasileira. Entretanto, a EC 3/94 mudou art.12, inciso I da CF/88, determinou que filhos nascidos no exterior de pais ou mães brasileiros que não estavam a serviço do país não eram considerados brasileiros natos, para tanto, precisavam residir no Brasil e, optar pela nacionalidade brasileira no prazo de 4 anos, gerando uma situação embaraçosa. Contudo, objetivando restabelecer direitos e assegurar a nacionalidade brasileira foi promulgada a EC 54/2007, criando critérios protetivos aos brasileiros que nasceram no estrangeiro.

(Metodologia) O método utilizado foi hipotético-dedutivo, por meio da pesquisa bibliográfica mediante análise de Leis e Artigos Jurídicos, abordando a efetivação da Averbação e Transcrição do Registro Civil de Brasileiros Nascidos no Estrangeiro assegurando o status de brasileiro nato aos nascidos no exterior.

(Resultados) A Nacionalidade é entendida como um vínculo sócio-jurídico que um indivíduo possui com um Estado, e consequentemente ser sujeito de direitos e obrigações. Para aferir a nacionalidade o Brasil adotou o critério jus soli, bastando o nascimento no território brasileiro para a criança se torne brasileiro nato. Assim, para dirimir problemas relacionados à nacionalidade e territorialidade a CF/88 prever algumas diretrizes. Dentre elas, a implantação da EC 3/94 que suprimiu a hipótese levantada na primeira parte do § 2º do art. 32 da Lei 6.015/1973, a qual considerava brasileiro nato o filho de brasileiro nascido no estrangeiro e registrado em repartição consular competente, com a necessidade de residir no Brasil antes de atingida a maioridade, devendo o mesmo exercer a opção dentro do prazo de 4 anos, caso não a faça no prazo, o registro será cancelado de ofício. Doutra bordo, com advento da EC 54/2007, o Estado brasileiro voltou a considerar como brasileiro nato os filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro cujos pais não estavam a serviço do país, que venham a residir no Brasil, optando pela nacionalidade brasileira antes de atingida a maioridade e tenham sido registrados em repartição brasileira competente, conforme dispõe inicialmente o art.12, I, c, para isso, basta a Certidão do Ofício de Registro Civil para fazer o traslado do registro lavrado em repartição consular ou diplomática brasileira. Neste interim, a parte final desta alínea, reporta-se a nacionalidade potestativa, na qual a condição de brasileiro nato é prerrogativa que pode ser exercida pelo optante, a qualquer tempo, após atingida a maioridade, uma vez que nessa hipótese o Brasil considera o critério do jus sanguíneos. Enquanto, não exercer a opção, o indivíduo continua a deter a nacionalidade potestativa, indicando a pendência. À medida que, esta se realiza o indivíduo passa a ter a condição de brasileiro nato

(Conclusão) . Diante do avançado processo de globalização é corrente a permuta de cidadãos entre países, seja por motivo de trabalho, estudo ou casamento, e nestes casos como fica a nacionalidade do filho de brasileiro ou brasileira nascido no estrangeiro? Assegura-se a faculdade da transcrição do registro de nascimento conforme dispõe o art. 12, I, c da CF/188 sobre a nacionalidade potestativa, podendo o interessado a qualquer tempo depois de atingida a maioridade optar e torna-se brasileiro nato. Diante disso, o objetivo do art.32 da LRP, EC3/97 e EC54/07 é uniformizar as normas e procedimentos para transcrições no Brasil de registros de nascimento, casamento e óbito lavrados no estrangeiro, tanto na autoridade consular brasileira, quanto na autoridade estrangeira competente.

Palavras-Chave: Averbação, Registro, Brasileiro nato

DEMOCRACIA DELIBERATIVA A LUZ DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS: UMA CRÍTICA AO DÉFICIT QUALITATIVO E QUANTITATIVO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Autor(es):

Thatiany Nicole Moises dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Camila de Oliveira Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Barbara Nicole Lopes de Medeiros : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A pesquisa apresentada trata de uma análise crítica sobre a democracia deliberativa, pautada na teoria habermasiana do Agir Comunicativo. Pretende-se mostrar a relação da democracia deliberativa no atual cenário brasileiro e o porquê da sua não efetividade, elencando os principais problemas que motivam a não participação popular no desenvolvimento do Estado e a não aplicação de normas constitucionais. Assim, expomos como o modo de vida interfere na construção do pensamento social-participativo e crítico do cidadão e mostramos a inefetividade do voto em um polo específico, analisando a cidade de Natal. Escolhemos a referida teoria porque detectamos o descaso tanto por parte do governo quanto da população, analisando, principalmente, os quadros precários da educação e da participação popular na construção estatal.

(Metodologia) A pesquisa apresentada foi de cunho explicativo, tendo em vista que analisamos e interpretamos o fenômeno da participação democrática. Ademais, aplicou-se o método de abordagem dialógico, já que partimos de um ponto específico, analisando a cidade de Natal, mas que pode ampliar-se a todo o território nacional, além do diálogo que houve entre disciplinas diferentes, abordando Direito Constitucional, Ciência Política e Sociologia para uma melhor discussão sobre o tema. No que tange o método de procedimento, utilizamos o estudo de caso, avaliando casos concretos, o histórico, estudando a inefetividade da aplicação constitucional, e o estatístico, apresentando dados estatísticos para defender o nosso posicionamento.

(Resultados) Constatamos que a democracia deliberativa é ineficaz no Brasil por apresentar deficiências nos diferentes âmbitos de formação e integração popular. No que concerne a construção de uma vida digna, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal mostra a precariedade na qualidade de vida nas cidades analisadas, estando Natal na 320ª colocação, desrespeitando direitos e garantias que foram assegurados aos brasileiros na Carta Magna. Tratando-se de educação, e restringindo a análise à cidade de Natal, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica constatou que apenas nos anos de 2007 e 2009 atingiu-se a meta estabelecida para a 8ª série do ensino fundamental, tendo os anos posteriores ficado aquém do esperado, demonstrando uma maior fragilidade para construção crítica e política do cidadão, interferindo significativamente na participação eleitoral. É possível comprovar o desinteresse da população na efetivação democrática observando os índices de abstenção e de votos nulos e brancos nas eleições municipais de 2016, analisando a cidade natalense, fazendo um comparativo com as eleições de Natal em 2012. Houve um aumento tanto no não comparecimento (de 18,32% para 19,60%) quanto dos votos nulos e brancos (de 11,7% para 17,18%). Tais resultados deixam clara a importância da teoria habermasiana, já que esta mostra a necessidade de haver diálogo entre população e governo para a superação dos problemas sociais, da mesma forma que observamos tal necessidade na realidade.

(Conclusão) Observa-se que a concretude da democracia deliberativa, sob a luz da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas, embora seja fundamental à formação de um Estado igualitário, não é o que ocorre na prática. Mesmo tendo uma Constituição de alto viés social democrático, os problemas elencados, como a inefetividade do voto nas eleições, a falta de vontade populacional na construção estatal e a deficiência no desenvolvimento crítico-social demonstram que a democracia deliberativa fica apenas no plano abstrato, criando seres ignorantes alheios ao mundo fática, passíveis apenas de reprodução de um discurso alienado e massificado pelos detentores de poder. A democracia perde sua essência, já que boa parte dos brasileiros ignora a participação ativa na formulação e manutenção do Estado Democrático de Direito.

Palavras-Chave: Democracia deliberativa. Estado social. Eleições.

DESAFIOS SOCIOCONSTITUCIONAIS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Autor(es):

Luana Amorim Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tem como objetivo demonstrar os posicionamentos divergentes entre doutrinadores e juristas sobre a análise constitucional da redução da imputabilidade penal, que no Brasil é a partir de 18 anos. Para alguns autores, a redução é perfeitamente possível em razão do artigo 228, da CF não se encontra no rol das cláusulas pétreas (artigo 60, I a IV, da CF), já para outros ela é inconstitucional dizendo ser um direito individual fundamental. O posicionamento adotado vem com a questão do sistema biopsicológico como critério de aferição da imputabilidade e a possibilidade de redução para 16 anos, apesar de acreditar que seja inconstitucional. E tudo deve ser analisado no contexto de uma violência crescente. Nesse contexto, é importante a discussão proposta, visto envolver questões sociais, culturais, psicológicas, políticas e talvez até econômicas, com o intuito de mostrar todos os posicionamentos sobre o assunto e fazer com que as pessoas também tomem partido dessa situação para tentar melhorar a vida em sociedade como um todo.

(Metodologia) A pesquisa será feita partindo do método dedutivo sempre buscando investigar o benefício que a sociedade terá ou não com redução da idade de punibilidade penal. Realiza pesquisa sobre educação de base, posicionamento do ministro da educação sobre o tema, informações sobre a situação precária de uma boa parte da população, resultados de pesquisas, posicionamento do STF, pesquisas relacionadas ao tema sobre outros países onde a maioridade penal é menor do que no nosso país, posicionamento favorável e contrário a redução da maioridade penal através não só de pesquisas mas fazendo entrevistas com jurista, psicólogo e um profissional formado em direito sobre o tema e no final o posicionamento da autora sobre o tema, mostrando a constitucionalidade dessa flexibilização e o motivo de ter escolhido ele.

(Resultados) A linha de raciocínio usada é traçada pela realidade em que o povo brasileiro se encontra. Uma realidade visível em todas as cidades, estampada em todos os jornais, visada pelo poder judiciário e legislativo quase todos os dias. A redução da maioridade penal está diretamente ligada a tudo isso que foi dito, pois não adianta haver uma redução se a sociedade continua com o mesmo pensamento de antes, com os mesmos problemas.

(Conclusão) A redução da maioridade têm que ocorrer em conjunto com as melhorias na estrutura da sociedade e uma mudança de valores, que com o tempo muitas pessoas perderam seus valores mais preciosos, pois sabe-se que os jovens da atualidade não tem a mesma mentalidade, o mesmo comportamento dos de antigamente quando a legislação foi criada. Noutras palavras, o jovem está mais maduro, o que autoriza socialmente a redução pretendida. Do ponto de vista constitucional, por sua vez, inexistente comando constitucional que inviabilize a redução, ou a responsabilização de um adolescente, desde que se compreenda que ele tem maturidade para responder pelo crime, isto é não está ainda em processo de desenvolvimento mental básico.

Palavras-Chave: Direito Constitucional; redução da maioridade penal; flexibilização; constitucionalidade; sistema biopsicológico;

DESBUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Rodrigo Morquecho de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Artur Lobo Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema tributário brasileiro é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965. Essa relação jurídica é polarizada, obrigatoriamente no polo ativo da relação, o chamado “credor”; será de competência da União, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal a capacidade de regular e cobrar tributos, através de impostos, taxas e contribuições para os contribuintes “pessoas físicas e jurídicas”, o polo passivo da relação, baseado na renda, patrimônio, circulação ou comercialização de mercadorias no Brasil ou Exterior. O sistema tributário nacional é considerado por muitos especialistas um sistema burocrático e injusto; sua burocracia é alvo de críticas principalmente dos setores produtivos da sociedade, em razão de afirmar que devido à variação de legislações municipais e estaduais e também em virtude de sua complexidade, eles acabam cometendo a não quitação correta de suas obrigações fiscais, cometendo assim o crime de sonegação.

(Metodologia) A pesquisa que ora se desenvolve baseia-se no método exploratório, que busca informações sobre um tema específico, objetivando compreender o sistema e explicar suas causas, buscando mecanismos solucionadores da problemática. Ao analisar o tema em tela, expõe-se a síntese do assunto a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental da legislação especializada e manuais de procedimentos.

(Resultados) Revestida de normas, regras e guias, a burocracia do sistema tributário brasileiro exaure seus agentes, principalmente, gestores, contadores do recolhimento e controle fiscal, na hora do pagamento do tributo, por desconhecimento da lei ou dificuldade na aplicação e pagamento do imposto ao FISCO. Nesse escopo, se faz necessária a reforma do sistema tributário brasileiro, baseado em estudos capazes de transformar a estrutura tributária, minimizando a exigência excessiva de deveres instrumentais, que configuram-se como violação da ordem econômica e de princípios constitucionais tributários, além de onerar de forma expressiva a atividade dos contribuintes.

(Conclusão) A principal luta pela desburocratização é a simplificação tributária unificando os impostos, tornando-o “imposto único”, visando ter um sistema mais previsível, criando um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, para que empresas nacionais e internacionais possam ter uma melhor relação com a receita federal.

Palavras-Chave: Sistema tributário brasileiro; Desburocratização tributária; Direito Tributário

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO DEPENDENTE QUÍMICO QUE VIVE A MARGEM DA SOCIEDADE

Autor(es):

Camyla Tuanne Xavier Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução) O princípio da dignidade da pessoa humana é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, e tal constitui o princípio máximo do estado democrático de direito. Está elencado no rol de direitos fundamentais da Constituição. Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. A intenção é tratar da dignidade do dependente químico que se encontra marginalizado, pois não tem autonomia sobre sua vida, visto que tem a dependência química, e não é, ou nunca foi introduzido na sociedade, vivendo a margem e alheio a construção social. A necessidade é tratar dos que precisam ser ressocializados, resgatados pelo Estado, e dos que precisam ser socializados, visto que, já nasceram à margem da sociedade. A problemática consiste em analisar qual o papel do estado diante dessa realidade, partindo da ideia de que existe um papel estatal, e como objetivo deve ser analisado a eficácia do papel do Estado, não apenas existirem medidas de resgate, mas, medidas eficazes de resgate, e tratar a base social, com finalidade de romper o caminho que leva o homem a degradação.

(Metodologia) (Metodologia) O presente trabalho teve por método de abordagem o hipotético - dedutivo, partindo da ideia de que existe algo a ser feito pelo estado, e se faz necessário saber qual esse papel. Como método de pesquisa se utilizou do método explorativo, comparativo e como técnicas de pesquisa temos artigos, livro, dissertações, para se buscar uma melhor compreensão dos fatos.

(Resultados) (Resultados) Tentar fazer com que se possa gerar a percepção de que dependentes químicos marginalizados geram impactos sociais, e devido a isso o problema é de todos, existe um papel social além de estatal.

(Conclusão) (Conclusão) Quais as medidas que são eficazes ao resgate da vida dos que se encontram marginalizados. É tentar se fazer perceber até que ponto o estado pode intervir na liberdade pessoal, analisando a medida de internação compulsória, se seria por um bem maior, ou se fere a liberdade. Cuidar da base, com finalidade de educar hoje, para não punir amanhã.

Palavras-Chave: Palavras chaves: Dependentes químicos marginalizados, Dignidade da pessoa humana, Eficácia, Ressocialização.

DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DIGITAL: O DIREITO À PRIVACIDADE COMO PARADGIMA NA ERA DIGITAL

Autor(es):

Raphaela Dantas Amancio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thayanna Pita Pedrosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Natalie Diekmann: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

DÃjlia Margarida Da NÃbrega Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Clarisse Fonseca dos Santos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sistema social que a sociedade moderna se insere é visível o quanto a internet está presente na maioria das relações pessoais, comerciais e trabalhistas provocando mudanças na realidade social. A globalização, a velocidade da transmissão de dados e da comunicação em geral tem tornado mais difícil ainda a tarefa de acompanhar, de tutelar as atividades humanas que hodiernamente tomaram proporções gigantescas sendo uma complexidade que obstrui uma regulamentação eficiente. Judicialmente a internet é considerada como um meio pelo qual se realizam relações jurídicas e através desta são analisada quais as normas cabíveis ao caso concreto levando à apreciação do Poder Judiciário. Sob o prisma do direito fundamental especificando ao princípio do direito à privacidade observa-se problemas relacionados ao respeito dos direitos fundamentais como a divulgação ou comercialização de dados pessoais que ferem à intimidade da vida privada, honra e imagem de uma pessoa. Pretendemos abordar algumas questões supramencionadas com intuito de expor a forma pela qual são tratados os fatos jurídicos no Brasil ocorridos na internet no tocante ao direito à privacidade e suas possíveis limitações.

(Metodologia) A pesquisa realiza-se através do método dedutivo, que parte da compreensão da regra geral para então compreender os casos específicos, explicando com a metodologia em que já têm pressupostos que existam verdades gerais já afirmadas e que servem de base para se chegar, através dela, a conhecimentos novos, permitindo através de breve exposição bibliográfica explicando a temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica, observando o preconceito abarcado pela lei do objeto da presente pesquisa, analisando então a situação do direito à privacidade através de premissas.

(Resultados) Com o avanço da era digital, a internet está presente na maioria das relações pessoais e jurídicas, o que tem provocado uma grande mudança na realidade social. Isso faz com que se torne ainda mais difícil acompanhar e tutelar as atividades humanas, pois ocorre uma grande divulgação e comercialização de dados pessoais, sendo eles, muitas vezes, relacionados ao não respeito dos direitos fundamentais como: a intimidade, vida privada, honra e imagem de uma pessoa. Dentre os problemas que encontramos, podemos citar o assédio digital, o uso de imagens e as fraudes eletrônicas, que resultam em diversas demandas judiciais e ainda, casos envolvendo a divulgação do conteúdo particular, como conversas e fotos íntimas, o roubo de dados sigilosos, calúnias e difamações. Com essas demandas judiciais, ocorre em alguns casos, a colisão entre direitos, principalmente em face do direito à privacidade enquanto delimitador do direito à liberdade de expressão. Portanto, diante de todo o exposto, notamos que existe um déficit quando se trata de uma regulamentação que possa conter os danos posteriores que essa realidade poderia causar.

(Conclusão) Analisando a realidade em que ocorre o aumento do uso dos meios tecnológicos, nota-se que a maioria da sociedade encontra no ambiente digital uma forma rápida de compartilhar informações. Contudo, apesar da facilidade encontrada, os meios digitais oferecem uma liberdade excessiva e muitas vezes sem regulamentação, criando assim um ambiente propício à violação da privacidade individual ou coletiva. Por isso, uma vez que a internet se tornou parte da rotina de todos os brasileiros, é de total importância a existência de uma regulamentação eficiente para proteger o direito de cada usuário, bem como medidas e sanções aplicadas às suas possíveis violações.

Palavras-Chave: Direito à privacidade; Liberdade de Expressão e Era Digital.

DIREITO AO ESQUECIMENTO X LIBERDADE DE EXPRESSÃO: A MÍDIA COMO UM FATOR DETERMINANTE NA VIOLAÇÃO AO DIREITO AO ESQUECIMENTO

Autor(es):

Ana Carolina Soares Lucena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A liberdade de expressão está expressa no art. 5º, IX, da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Isto indica que todos são livres para expressarem suas atividades intelectuais, artísticas, científicas e comunicativas. O Direito ao Esquecimento, por outro lado, dá a possibilidade de que todos os fatos outrora atrelados aos cidadãos comuns sejam desvinculados à estes. O presente projeto visa analisar o conflito entre os direitos supracitados, diante da existência do direito à personalidade, em detrimento da atuação da mídia nos casos públicos. Abordará a forma com que a mídia interfere no Direito ao Esquecimento, ao passo de que a mesma clama pelo Direito de Expressão.

(Metodologia) Trata-se de uma análise do limite da atuação da imprensa no Estado Moderno em contraste ao Direito ao Esquecimento do cidadão comum. Para tal, será apoiado pela pesquisa bibliográfica nas áreas do Direito Constitucional e Direito Civil. Utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, cuja base hipotética está baseada no limite da atuação da mídia como fator determinante na violação do Direito ao Esquecimento. Para a estruturação do projeto, tem-se a concretização de questionários e coleta de dados, bem como a análise de casos concretos. Com isso, o projeto constará com a utilização dos métodos de procedimento descritivo, comparativo e estatístico.

(Resultados) Constata-se que o conflito existente entre a liberdade de expressão e o direito ao esquecimento é ainda um campo pouco explorado no Estado Moderno. Entretanto, vê-se que já existem casos concretos no ordenamento jurídico brasileiro que visam limitar a atuação da mídia na forma com que aborda e narra os fatos relacionados a um determinado acontecimento que traz fortes impactos a um cidadão. Com isto, a pesquisa mostrou que a mídia possui forte papel nestes impactos e, com isso, é um fator determinante na violação ao Direito ao Esquecimento.

(Conclusão) Conclui-se que a mídia tem forte influência na violação do Direito ao Esquecimento, mas também deve-se salientar que a sociedade atual brasileira ainda não tem consciência dessa esfera jurídica. Ou seja, poucos sabem que nem tudo aquilo que é vinculado nas mídias podem ser tratadas de modo a formar juízo de valor, tal como é observado nas mídias. Diante disto, a pesquisa para o projeto nos induz a concluir que além da atuação da mídia, há a consistência de pré-conceitos por parte da sociedade que tem dificuldade em desatrelar as informações aos indivíduos. Trata-se então, de uma culminação de fatores, onde a mídia atuará como fator determinante juntamente com a consciência social.

Palavras-Chave: Direito ao Esquecimento; Liberdade de Expressão; Mídia; Atuação da Imprensa.

DIREITO AO ESQUECIMENTO: A TUTELA DE UM DIREITO CONSTITUCIONAL DA PERSONALIDADE EM FACE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.

Autor(es):

Maria Carolina Gomes Germano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito ao Esquecimento tem a finalidade de impedir a divulgação de informações, que apesar de serem verdadeiras, venham a prejudicar determinada pessoa, ferindo alguns dos direitos fundamentais, como o Direito à Honra, à Privacidade e à Intimidade. No caso, é o direito que uma pessoa possui de não permitir que um fato, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público em geral, causando-lhe sofrimento ou transtornos. Vale ressaltar, que a criação desse tema não é recente, afinal, na Alemanha e nos Estados Unidos já era um tema bastante discutido. Ele ganhou muita notoriedade no julgamento, pelo Tribunal Constitucional Alemão, do “caso Lebach”. Todavia, no Brasil, é um tema muito recente, que possui assento constitucional e legal, considerando que é uma consequência do direito à vida privada (privacidade), intimidade e honra, assegurados pela CF/88 (art. 5º, X) e pelo CC/02 (art. 21). Alguns autores também afirmam que o direito ao esquecimento é uma decorrência da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF/88). Porém não há uma norma reguladora, sendo assim, tem que ser decidido de acordo à vontade do juiz, ou seja, se ele julgar que naquele caso valeria a pena ser aplicado esse direito. Dessa forma, não há um limite fixo entre Direito ao esquecimento e Direito à Imprensa, gerando um conflito entre eles, sendo assim, tendo que ser analisado o caso concreto. Vale ressaltar, que em Março de 2013, na VI Jornada de Direito Civil do CJF/STJ, foi aprovado um enunciado defendendo a existência do direito ao esquecimento como uma expressão da dignidade da pessoa humana. Apesar de tais enunciados não terem força cogente, trata-se de uma importante fonte de pesquisa e argumentação utilizada pelos profissionais do Direito.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho documental e exploratório. Considerando o objetivo da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de situações concretas de decisões tomadas pelos próprios juízes em relação aos casos de direito ao esquecimento. Por fim, fez-se uso do método auxiliar comparado, uma vez que foram realizadas análises da colisão que há entre Direitos Fundamentais, como Direito a personalidade, à honra, à imagem, à privacidade, em contrapartida com Direito à informação, à imprensa e liberdade de expressão.

(Resultados) Diante do exposto, verifica-se a relevância do Direito ao esquecimento na vida de pessoas que passaram por situações de grande sofrimento e/ou repercussão, tendo isso exposto à longo prazo e querendo que seja esquecido para não viver marcado por aquele fato, sem interferir no direito à imprensa e à liberdade de expressão. Além disso, não interferindo na história do país.

(Conclusão) Diante das considerações apresentadas e tendo como ponto de partida, evitar a colisão entre os direitos fundamentais expostos, a conclusão que se obtém é que deve-se analisar se existe um interesse público atual na divulgação daquela informação. Se ainda persistir, não há que se falar em direito ao esquecimento, sendo lícita a publicidade daquela notícia. Por outro lado, se não houver interesse público atual, a pessoa poderá exercer seu direito ao esquecimento, devendo ser impedidas notícias sobre o fato que já ficou no passado, assim, evitando que aquele acontecimento ou fato seja lembrado para o resto de sua vida. Vale ressaltar que a defesa do direito ao esquecimento não implica na possibilidade de se alterar fatos que verdadeiramente ocorreram. Tampouco mudar ou reescrever a história dos sujeitos neles envolvidos. O propósito a que se aspira é a possibilidade de não serem trazidos a público novamente caso estejam fora do contexto original ou não tenham por finalidade algo que justifique sua rememoração.

Palavras-Chave: Direito ao Esquecimento. Direito à Imprensa. Liberdade de Expressão. Direitos Fundamentais.

DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: EFEITOS ADVERSOS DO USO DE AGROTÓXICOS EM POTENCIAL E A SAÚDE HUMANA NO BRASIL.

Autor(es):

Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por objetivo a investigação sobre a viabilização de alimentos contaminados e indevidos para a saúde humana, indo contra os Direitos Sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, ou seja, examinando se esses alimentos introduzidos e disponibilizados ao consumidor atendem os padrões de segurança alimentar indispensáveis à satisfação das necessidades básicas de um organismo saudável, bem como as garantias constitucionais que asseguram os brasileiros o direito fundamental à alimentação, à sadia qualidade de vida e à incolumidade da saúde humana

(Metodologia) Com isso, para discorrer sobre a problemática e compara-la as normas constitucionais, garantias e, em especial, O Direito Social da Alimentação Adequada como, também, O Direito à Saúde, o método para abordagem do procedimento será de cunho investigativo, ou seja, o método indutivo, como o principal, visando responder a investigação feita em relação ao uso de pesticidas, com alto potencial para desenvolver doenças crônicas na população brasileira. Além disso, para acrescentar a pesquisa, serão adicionados dados técnicos sobre o tema a cerca dos agrotóxicos presentes nos alimentos que são disponibilizados aos brasileiros, junto a isso a legislação a respeito dos Direitos Sociais, a fim de averiguar uma análise dos instrumentos que o ordenamento jurídico possui para que se efetive o Direito Fundamental a Alimentação Adequada e o Direito a Saúde.

(Resultados) Como direito social, o direito à saúde é assegurado pela Constituição de 1988, dependendo, para sua efetivação, de prestações positivas do Estado. A alimentação, um dos fatores determinantes da saúde e indispensável à manutenção da vida, é condição de realização de todos os outros direitos, sendo, por isso, um direito fundamental da pessoa humana. Frente às evidências de que o consumo regular de alimentos que tiveram o uso dos agrotóxicos, entre eles, os principais, Fosmete, Triclorfom, Carbofurano, Parationa Metilica, Abamectina, Cihexatina, Fosmete Acefato, estando associado de modo direto aos casos de aparecimento de doenças como Câncer, má formação fetal, problemas pulmonares e distúrbios hormonais, além disso, o risco não é apenas para os consumidores, os trabalhadores, como no caso de Açú, no Rio Grande do Norte, em contato direto com o uso dos pesticidas desenvolveram impotência, depressão e suicídio como consequência do manuseio desses produtos, fora os tumores. O presente tema irá contemplar a ação contraditória do Estado, ou seja, aquele que deveria cumprir sua responsabilidade em fiscalizar métodos sem risco para o manuseio e alimentação adequada à saúde humana está permitindo o uso de componentes químicos pesados e que desenvolvem doenças crônicas, deixando a maior parte da população contaminada por fruto das suas ações negativas e não efetivação do texto que traz nossa Carta Maior.

(Conclusão) Desta feita, baseado no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, do direito fundamental à alimentação, do direito à sadia qualidade de vida, à saúde e ao direito de informação foi apresentada sugestão para o Estado fornecer reeducação multimídia para toda a população brasileira e incentivo a horta orgânica residencial, além disso, fazer uso de advertência nas embalagens dos produtos que contém agrotóxico, não mais de forma breve, mas explicando os efeitos e a quantidade na qual foi usada para sua produção e os impactos ambientais, ainda não se omitir dos dados que outrora foram feitos e divulgados e questionados.

Palavras-Chave: Alimentação Adequada. Direito Fundamental. Uso de Agrotóxicos. Saúde

DIREITO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Autor(es):

Cassio Fernandes Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Direito Internacional do Meio Ambiente é o conjunto de regras e princípios que regulam a proteção da natureza na esfera internacional. Não apenas cuida dos temas que atingem vários Estados simultaneamente, tais como a poluição ou as mudanças climáticas, mas também tem como objeto certos elementos de proteção da natureza no âmbito interno dos Estados. Ele se constrói, em diversos temas, no contexto da preocupação global com a proteção da natureza, independente do território onde se encontre. Direito Internacional Econômico tem sofrido uma forte expansão a partir dos anos 90, de forma a alterar significativamente os traços do Direito Internacional tendo em vista que esse ramo tem seguido uma lógica própria. Assim também uma das principais metas do direito internacional do Meio Ambiente é a harmonização do crescimento econômico do país com o desenvolvimento sustentável, aplicando políticas públicas que sejam benéficas a suas populações.

(Metodologia) O método aqui empregado foi o de pesquisa quantitativa, a fim de possibilitar para fins acadêmicos a compreensão do que de fato o direito internacional tem atuado em contribuição ao ecossistema global, fazendo com que seus tratados, acordos e demais convergem a um benefício maior a população não só daqueles países que a compõe, mas as demais tendo em vista que o ecossistema é um só para todos os estados do mundo.

(Resultados) O resultado de uma política ativa do direito internacional ambiental é uma melhor qualidade de vida para aqueles fazem parte dos acordos, assim como uma política de incentivo econômico, tendo em vista que o principal agente de coibição deste ramo do direito é o equilíbrio que favoreça o desenvolvimento sustentável em todo o planeta. Outra finalidade prevista no trabalho é a conscientização dos interessados de modo que se obtenha o conhecimento que fontes de energias então ficando cada vez mais escarças e que o principal tema debatido entre os Países nas convenções feitas realizadas pelos órgãos internacionais e organizações, é o modo de obtenção de energias limpas que não agridam o meio ambiente, energias baratas que sejam viáveis a todos aqueles das demais classes sócias e que sejam renováveis tendo ligação com a escarceis de recursos, como por exemplo a própria água.

(Conclusão) O direito internacional ambiental é um ramo do direito que tem como principal viés buscar através de acordos entre estados e organizações a melhor maneira de desenvolvimento econômico e equilibrar com um desenvolvimento sustentável, para que através deles se busque o meio ambiente saudável para as suas populações, evitando tanto a proliferação de doença como a melhoria da saúde interna do país que aderir as imposições de determinado tratado cumprindo assim a sua função de beneficia o seus integrantes.

Palavras-Chave: Direito internacional, Meio ambiente, Ecossistema, desenvolvimento sustentável, fontes de energia, comunidade internacional.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Autor(es):

Cassio Fernandes Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Direito Internacional Público é um ramo do Direito destinado a construir uma fonte de normatização jurídica de orientação a todas as nações e organizações no âmbito internacional que integrem um órgão ou organização, procurando estabelecer uma ordem e uma lei compartilhada, em que deveram, devido a sua vinculação, seguir aquele determinado acordo, legislando de forma interna de acordo com a ideia pactuada ou pelo menos, caso não seja legislado, não fazer leis que poderão ir de encontro ao acordo internacional. Assim através das reuniões utilizam princípios universais e normas e costumes comuns para que se estabeleça um sensu comum entre todos, em que isso será sobreposto a sua soberania fazendo assim que seja ou não incorporado. Além do mais o direito internacional detêm diversas fontes em que serão impostas aos países ou órgãos a quem se submetem.

(Metodologia) O método aqui utilizado foi o método de pesquisa acadêmica, em que este método busca por resultados que possam ser quantificados, pelo meio da coleta de dados sem instrumentos formais e estruturados de uma maneira mais organizada e intuitiva. Visando assim o conhecimento do direito internacional e quais são as suas fontes de criação Onde através de aulas e pesquisas em livros e bancos de dados digitais, se tem a melhor concentração de dados afim de mostra ao público que irá presidir o trabalho uma compreensão das fontes de onde emanam o direito internacional.

(Resultados) Os resultados previstos nesta pesquisa são de um maior aprofundamento do conhecimento das fontes, Por parte dos interessados, de onde se tiram as normas elaboradas pelas nações que se unem para que se tenha uma melhor harmonização das ideias de normas e costumes entre eles, fazendo assim que se esclareça duvidas pertinentes ao tema, a fim de que se possa saber o que o direito internacional faz e qual a sua influência sobre o nosso ordenamento jurídico, e quais os modos que o nosso país pode incorporar as normas trazidas pela comunidade internacional a qual pertence. Fazendo que se tenha o conhecimento adequado sobre o assunto em questão.

(Conclusão) O direito internacional é um ramo do direito diversificado tendo em vista que sua forma de elaboração de normas é diversificada dos demais ramos do direito, tendo em vista que para sua criação é preciso pelo menos dois estados soberanos que cheguem com um assunto e entrem em um sensu comum sobre determinado assunto, fazendo com que surja uma lei entre eles, submetendo se a sua soberania a outrem

Palavras-Chave: Direito internacional, Fontes, Direito, Costumes, Tratados, Acordos, Princípios internacionais.

DIREITO SUCESSÓRIO SOBRE O TRONO REAL NA INGLATERRA DO SÉCULO XVII E ALGUMAS IMPLICAÇÕES

Autor(es):

Carlos Henrique Medeiros Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O século XVII na Inglaterra foi efervescente. Na esfera política dois partidos, os tories em favor da monarquia absoluta e os liberais republicanos whigs, se confrontavam acadêmica e sangrentamente em uma guerra civil infinda que levou à execução do rei Carlos I. Este período gerou intensos debates sobre a fundamentação jurídica do governo que o rei possuiria, dentre esses, o seu direito sob o trono e a sucessão deste. Muitos foram os que versaram sobre tal tema mas há uma clara linha de influência dentro dos partidos, de Salmacius para Sir Robert Filmer dentre os tories, e de John Milton para John Locke dentre os whigs. Esses pensadores mostram a progressão dentre seus respectivos partidos. Ao culminar em Locke, a discussão perde fôlego pois acontecem em curto intervalo as Revoluções Liberais, a saber a Gloriosa e a Francesa. Estabelecer em quais pontos e como as reflexões sobre a sucessão real nesse período impactaram o direito sucessório em seu tempo e no contemporâneo é o que objetiva-se para este trabalho. Pretende-se também elevar a posição dos estudos historiográficos dos institutos jurídicos para seu melhor fundamento, entendimento e aplicação.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Para tal empreendimento será necessário analisar a bibliografia dos autores apontados para traçar quais suas perspectivas sobre a sucessão, feito isso, será necessário analisar a doutrina brasileira atual para comparar e constatar se há de fato alguma pertinência, validade e aplicação desses antigos mestres no direito nacional, assim tomando finalmente uma posição firme sobre o tema.

(Resultados) (RESULTADOS) Após computar os dados obtidos foi possível observar que a corrente whig foi importantíssimas para as futuras revoluções do seu tempo, quando trata-se da contemporaneidade, Locke em especial permanece bastante atual em alguns pontos, tanto quanto em sua argumentação para chegar a tais lugares. Flertando até com concepções de direito de família que autores contemporâneos - como Maria Berenice Dias - tratam, entre as quais, a noção da natureza do poder dos pais sobre os filhos.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Finalmente é possível concluir que na Inglaterra do século XVII foram traçadas bases de grande importância para o direito sucessório real e de maneira colateral atingindo o direito de família. John Milton entre os analisados, foi proeminente com uma vasta obra sobre o tema da sucessão real de onde Locke retirou grande parte das suas premissas que se encontram no seu Primeiro Tratado sobre o Governo Civil, no entanto, quando trata-se de permanecer atual, Locke é ilustre nesta categoria. Isso mostra a pertinência de tratar de temas historiográficos, temas estes que evitam a construção de uma ciência jurídica unicamente técnica.

Palavras-Chave: Locke, Sucessão, Trono, Absolutismo, John Milton.

DIREITO SUCESSÓRIO: DA RESTRIÇÃO DO DIREITO DE SUCESSÃO FRENTE AO DIREITO DE HABITAÇÃO DO CÔNJUGE

Autor(es):

Raffaella Gadelha Patrício de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Emília da Silva Couto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Yasmin Lis de Lira Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil o CC/2002 regulamenta o Direito Real de Habitação e o Direito de Sucessões, ambos já presentes no CC/1916, mas que sofreram algumas alterações com a promulgação do novo diploma. O Direito Real de Habitação trata do direito do cônjuge sobrevivente a permanecer no imóvel, que habitava em conjunto com o falecido após a sua morte como preconiza o art. 1.414 do CC/2002. Já o Direito de Sucessões dispõe sobre a transferência do patrimônio do falecido (Autor da Herança) aos sucessores, fixados pela lei ou testamento segundo o art. 1.784 do CC/2002. A aplicação desses dois institutos não é pacífica, vislumbrando-se o conflito entre o direito de herança, direito à moradia e etc. Pois o que se apresenta em muitas situações em que é garantido ao cônjuge supérstite a sua permanência no imóvel é o total desbaratamento dos direitos dos sucessores legítimos e testamentários, como em casos em que o cônjuge possui filhos de casamento anterior e contrai novo casamento com parceiro(a) mais novo que os seus filhos, uma vez que o direito de habitação é vitalício, permitindo que o cônjuge possa permanecer no imóvel até a sua morte, implicando na inviabilidade da efetivação do direito de herança em virtude dos filhos do de cujus por não poderem dispor do bem enquanto persistir o direito de habitação. A situação torna-se mais agravante quando o cônjuge sobrevivente contrai novo casamento e vindo a falecer, o novo cônjuge passa a ter o direito de habitação, mitigando o direito dos sucessores. Destarte, diante de tal panorama, aprofundar-se-á a referida temática, realizando diversas reflexões a respeito do entrave entre o direito real de habitação e o direito sucessório de herdeiros remanescentes.

(Metodologia) Com o intento de atingir a finalidade proposta por esta pesquisa, adotou-se o método hipotético-dedutivo e indutivo como formas de abordagem, e como método de procedimento, o histórico e o de estudo do caso. Além disso, utilizou-se levantamentos qualitativos, permitindo-se realizar análises múltiplas através de artigos científicos sobre o tema em foco, como também fazendo-se uso da própria Constituição Federal e do CC/2002.

(Resultados) Diante do atual panorama acerca do direito real de habitação e o direito sucessório a doutrina e a jurisprudência vem formando correntes com o intuito de solucionar os casos em que haja um abuso de direito do direito de habitação. A corrente que o grupo se filia preconiza que não há abuso no direito real de habitação de forma que tal instituto teria fim com o término da viuvez, seguindo a diretriz trazida pelo artigo 1.611, § 2 do CC/16. Assim, prevalecerá o direito sucessório dos demais herdeiros, quando o instituto do direito real de habitação estiver eivado de desvirtuamento. O Direito de habitação é vitalício e permanecerá enquanto não for constituído um novo matrimônio

(Conclusão) Com o presente trabalho visa compreender o direito de habitação frente à sucessão hereditária, como também objetiva tratar a problemática revelada no abuso do direito em virtude do cônjuge contrapondo-se aos direitos dos herdeiros. Dessa forma, entende-se que o direito de habitação não deve ser deturpado com o fito de legitimar situações injustas e contrárias aos ditames jurídicos estabelecidos pelo ordenamento vigente, sob pena de ocasionar colisões antinômicas entre os direitos assegurados aos sucessores legítimos e testamentários e os direitos assegurados ao cônjuge.

Palavras-Chave: Direito de habitação. Sucessões. Abuso do Direito. Herança. Partilha.

DIREITOS E GARANTIAS NOS PRESÍDIOS FEMININOS DO BRASIL: O PARALELO ENTRE A PREVISÃO LEGAL E A REALIDADE

Autor(es):

Luisa Vanessa de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Adlaise Basilio de Oliveira Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcelle Vanessa Mauricio de Queiroz Angelo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Andrei Machado de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A realidade carcerária brasileira vem passando por uma situação caótica que já se mantém há muitos anos, principalmente quando se refere aos presídios femininos. O conhecimento de penitenciárias lotadas de detentas, onde o mínimo necessário à manutenção da vida é relativizado, não é desconhecido ao homem médio. Princípios de suma importância, que além de estarem presentes no ordenamento brasileiro também são abordados em tratados internacionais do qual o Brasil é signatário, como a dignidade da pessoa humana, mínimo existencial ou até mesmo o princípio da responsabilidade pessoal, são ignorados pelo sistema penitenciário brasileiro. Foi objetivado nesta pesquisa compreender o problema abordado, analisando os conflitos existentes entre os fatores sociais em confronto com as normas Constitucionais e normas elencadas na Lei de Execução Penal, que garantem às mulheres brasileiras inúmeros direitos fundamentais que são desrespeitados nos presídios do Brasil.

(Metodologia) Para se alcançar os objetivos desta pesquisa de cunho exploratório, foi necessário utilizar-se do método de procedimento comparativo, sendo também empregado o estudo de caso, além da análise estatística. Optou-se pelo método de abordagem dialético, tendo em vista que a partir da análise, visita e entrevistas às presidiárias das penitenciárias do Rio Grande do Norte, traçou-se um comparativo com as demais penitenciárias espalhadas pelo solo nacional, através de relatórios sobre estas. Para o êxito da pesquisa foram adotadas como técnicas de pesquisa as entrevistas coletadas no presídio feminino “Complexo Penal João Chaves” em Natal, assim como uma pesquisa de campo feita em mesmo local e ainda estudos de estatísticas e casos que versam sobre o tema.

(Resultados) Constata-se que embora o artigo 5º, inciso XLVIII da Constituição Federal, traga o seguinte texto “A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”, esteja demonstrando explícita preocupação com a divisão dos apenados nos presídios de acordo com, entre outras condições, o gênero, esta importante divisão não vem sendo cumprida efetivamente. Com base nos dados estudados, observou-se que de um número de 508 presídios, apenas 58 destes são de destinação exclusiva para o gênero feminino. Não é diferente a situação de divergência entre a realidade e o aludido no inciso XLIX, do mesmo artigo, que assegura aos presos a integridade física e moral. Um relatório publicado pela “Tribuna do Norte” trouxe a realidade com a qual as presidiárias devem conviver rotineiramente. Os absurdos concernentes ao desrespeito a princípios basilares como a dignidade humana e o mínimo existencial são relativizados em situações esdruxulas como fornecimento de alimentações com validade vencida e superlotação das celas. A falta de estrutura nos presídios que dê suporte à gestantes ou com filhos recém nascidos também demonstram desrespeito ao aludido no inciso L, ainda do mesmo artigo.

(Conclusão) Em decorrência dos dados obtidos e elencados na presente pesquisa, pôde-se averiguar a situação carcerária que os presídios femininos vem sendo submetidos. Procedeu-se que não apenas o aspecto estrutural carece de maiores cuidados por parte dos órgãos estatais responsáveis pela manutenção destas instituições, mas também o tratamento dado as presas vem constantemente ferindo os princípios indispensáveis contidos não somente na Lei de Execuções Penais, mas também na Constituição, texto maior do ordenamento brasileiro que busca corresponder, sobre tudo, aos ensejos sociais da sociedade mutagênica a qual pertence. Sendo assim, tais atrocidades não desrespeitam apenas aquilo que é contido nas codificações, mas, sobretudo ao senso de justiça e moral dos representantes legítimos da Constituição, o povo.

Palavras-Chave: Presídios femininos. Princípio da dignidade humana. Mínimo existencial.

DIRETO DE HABITAÇÃO: UMA NOVA PERSPECTIVA A PARTIR DA TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO

Autor(es):

Fernanda Cristina de Albuquerque Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Rodrigo Greiner Calazans: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Danilo Gurgel Dávila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Augusto César Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mateus Terra de Paiva Palhano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O referido trabalho tem por fito analisar o instituto do Direito de Habitação previsto no art. 1.831 do Código Civil de 2002, a partir do viés constitucional. Nessa perspectiva, tal direito busca assegurar ao cônjuge ou companheiro sobrevivente o direito real de uso do imóvel sob a condição de que seja o único imóvel do inventário. Ademais, a interpretação majoritária do artigo acontece em sua forma literal, como ensina Nelson Rosenvald (p. 269, 2015). Outrossim, tal literalidade não prevê eventuais imbróglios causados entre a condição econômica do cônjuge sobrevivente e o valor de mercado do imóvel, causando inviabilidade do exercício do direito de habitação. De outro lado, partindo da análise da Tese do Patrimônio Mínimo, para Luiz Edson Fachin, haveria a possibilidade de afastar a interpretação restritiva do artigo 1.831, abrangendo a possibilidade de utilização do imóvel no intuito de subsistência do cônjuge ou companheiro superveniente.

(Metodologia) Para solucionar a pesquisa jurídica utilizou-se o método hipotético-dedutivo, porque se enquadra numa categoria onde o autor busca através desse sistema um resultado com ênfase em respostas objetivas e convincentes; suficiente para excluir dúvidas inerentes à pesquisa científica. Estratégia que será seguida a partir da análise bibliográfica e jurisprudencial.

(Resultados) O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 define a moradia como um direito social que, portanto, deve ser assegurada a toda população. Com base nisso, Luiz Edson Fachin criou a teoria jurídica do patrimônio mínimo, partindo do pressuposto de que não se pode admitir pessoa humana sem patrimônio, ou seja, deve o indivíduo ter o mínimo existencial como forma de garantir-lhe a sua dignidade. Desse modo, se o cônjuge sobrevivente loca o imóvel por questão de necessidade mínima, utilizando o rendimento desses aluguéis para a locação de outro imóvel destinado para a sua moradia, deve-se aplicar a regra da ponderação em favor da manutenção do direito de moradia do cônjuge. Seguindo esse entendimento, decidiu o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no Agravo 70027892637 pela possibilidade de, estando o imóvel locado, e sendo o valor dos aluguéis utilizados na subsistência do cônjuge, o valor deve ser auferido integralmente pelo cônjuge.

(Conclusão) A importância deste tema refere-se ao quesito de garantir o Direito Constitucional referente à moradia, inerente ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, qual seja o de garantir uma vida digna ao cônjuge ou companheiro sobrevivente, garantindo sua habitação em casos mais pontuais não previstos no art. 1.831 do Código Civil de 2002. Ademais se verifica que a tese do patrimônio mínimo é uma medida louvável para sobrepor a interpretação literal do referido artigo, assegurando a moradia ao cônjuge supérstite. Por fim, a pesquisa ressalta ainda que tal discussão ainda carece de maiores respaldos doutrinários e jurisprudenciais, demonstrando a necessidade de maior discussão no direito pátrio acerca de tais casos.

Palavras-Chave: Habitação; Teoria do patrimônio mínimo; Direitos e garantias fundamentais

DISCRIMINAÇÃO RACIAL: UMA CAUSA À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Fernanda Pinheiro Vilella: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Carolina Camilo Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Clara Dias Régo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem por objetivo tratar acerca da proteção internacional contra a discriminação racial, enfatizando sua conotação que transcende o âmbito nacional e, analisando convenções e tratados a respeito do racismo, da xenofobia, ou de qualquer forma de intolerância preconceituosa, no âmbito da proteção dos direitos humanos.

(Metodologia) O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

(Resultados) Tendo em vista que a discriminação racial é um tema de extrema relevância no meio social de âmbito internacional, sendo uma preocupante realidade em pleno século XXI, observa-se que mesmo diante de um respaldo constitucional (Art. 1º, III da CF, Art. 3º, I e IV da CF) e legal (Lei nº 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial), reforçando o propósito de combate à discriminação racial, o mundo não vem seguindo os diplomas legais e o preconceito permanece desenfreado em nossa sociedade, seja de forma explícita ou obscura. Enquanto a cor, a raça, a etnia ou a condição social forem mais importantes do que a igualdade entre os povos, as pessoas continuarão sentindo-se superiores umas às outras, deixando a margem um assunto que versa sobre um bem maior: a inclusão dos povos e a evolução social ante a globalização de um mundo pautado na busca pela igualdade.

(Conclusão) Partindo do pressuposto supramencionado, quanto a discriminação entre os povos, mister ressaltar que diversas Convenções, tais como, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1965); a Declaração de Durban e Programa de Ação (2001); a declaração da ONU definindo 2011 como o ano internacional dos Afrodescendentes (2010), representam o ponto de partida para o desenvolvimento de um tema que historicamente está enraizado em todas as culturas e que atormentam até hoje. Embora a ONU seja um instrumento essencial de eficácia na mudança no cenário mundial, é perceptível a necessidade de se desenvolver um sistema mais específico de direitos humanos, de forma a acolher as pessoas de maior vulnerabilidade de maneira diferenciada. Ante o exposto, mesmo diante da constante luta contra a discriminação, ainda há um longo caminho a ser percorrido, fazendo-se necessária a educação e a sensibilização pública como instrumentos essenciais no combate as diversas formas de manifestação dessa discriminação, além da união de dispositivos legais que viabilizem a eficácia da transformação social neste cenário.

Palavras-Chave: Preconceito - Discriminação - Direito Internacional - Transformação social - Igualdade

DO DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA NO ORDENAMENTO JURÍDICO E NA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA: UM ESTUDO EM HOMENAGEM A OTTO GUERRA

Autor(es):

Silverio Alves da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como escopo a elaboração de um estudo em homenagem ao pensamento de Otto Guerra, o que se dará por meio da investigação da viabilidade da defesa do direito fundamental à água com base no Direito e na Doutrina Social da Igreja Católica, duas searas de saber dominadas pelo citado pensador. Buscou-se, por meio deste estudo interdisciplinar, além da valorização do pensamento de um autor potiguar, a demonstração de que o diálogo entre o direito e a doutrina social da Igreja é profícuo no sentido de assegurar direitos fundamentais específicos, como o direito de acesso à água.

(Metodologia) Para atingir o objetivo ora proposto, utilizou-se de revisão bibliográfica interdisciplinar, de natureza aplicada, tendo como objetos o Direito e a Doutrina Social Católica, ambientes intelectuais que Otto Guerra dominava. Com a mesma finalidade, lançou-se mão, outrossim, do método de análise dedutivo e de uma investigação qualitativa destas áreas, a fim de se encontrar a fundamentação necessária à defesa do direito de acesso à água como direito humano fundamental.

(Resultados) Ao investigar a tutela dada pelo ordenamento jurídico brasileiro à água, percebe-se a inexistência de previsão expressa de um direito fundamental ao acesso do líquido. Apesar disto, a doutrina aduz que o acesso à água é um direito fundamental, com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), pois inseparável da proteção à vida (MACHADO, 2014) e à saúde (art. 6º, CF). Por sua vez, para a doutrina social católica, o direito à água de qualidade é um direito humano no seu sentido mais estrito, uma vez que a sua ausência impossibilita o exercício de outros direitos humanos (FRANCISCO, 2015). Diante desta essencialidade à vida do homem, a Igreja aduz a necessidade de sua proteção por parte dos Estados, de modo que seu exercício não fique à mercê de interesses meramente econômicos. Tal proteção deveria levar em conta, ainda, um parâmetro de uso racional e solidário, priorizando-se as populações que deste acesso são mais carentes.

(Conclusão) Tanto o ordenamento jurídico brasileiro quanto a doutrina social da Igreja Católica confluem no sentido de compreender o acesso à água enquanto direito fundamental. Para o direito pátrio, tal normatização se dá de modo implícito, com base na dignidade da pessoa humana. Já a Igreja, por meio de seu Compêndio de Doutrina Social, declara expressamente este caráter fundamental do direito à água de qualidade, porquanto essencial a uma vida digna (Nº485). Nesta perspectiva, a partir da análise do ordenamento jurídico brasileiro e da doutrina social católica, conclui-se pela extrema necessidade de que o Estado reconheça expressamente referido direito e crie elementos que possibilitem a sua proteção e concretização, de modo que este não compreenda apenas o simples acesso, mas a obtenção de água suficientemente limpa e em quantidade que possibilite a satisfação das necessidades humanas.

Palavras-Chave: Doutrina Social – Otto Guerra – Direito Fundamental - Água.

EFEITOS E DEVERES DA UNIÃO ESTÁVEL À LUZ DAS MUDANÇAS SOCIAIS

Autor(es):

Rayanne Antunes Maia Neves da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Carmem Lúcia Souza de Moura Marques: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Augusta Lambert da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objeto de estudo o instituto da união estável, com enfoque na equiparação legislativa ao casamento. Objetiva estabelecer suas distinções e igualdades perante os direitos e deveres estabelecidos pelos institutos do casamento e da união estável para os partícipes das relações. Para tanto, traça um relato histórico evolutivo, com a finalidade de mostrar como partimos de uma sociedade onde o casamento era tido como a única forma de se constituir a família, para uma legislação atual com formas diversificadas de definição para o instituto, sendo uma delas a união estável que é garantida e protegida pelo Estado desde a Constituição Federal de 1988. Dentre as diferenças existentes entre os dois institutos, focamos na possibilidade que a união estável proporciona aos partícipes de promoverem uniões paralelas, bem como, de em um mesmo relacionamento haver mais de dois indivíduos. Ou seja, a união estável, ao contrário do casamento, não aduz a obrigatoriedade da monogamia.

(Metodologia) Para obter os resultados esperados na pesquisa, pretende-se utilizar o método dedutivo, como método científico; o método histórico, quando traçarmos a evolução histórica do surgimento da união estável como instituto familiar e o método comparativo, na equiparação com casamento, nos métodos de procedimento; e, como método de pesquisa, utilizaremos a bibliográfica, uma vez que faremos pesquisas em doutrinas, jurisprudências, e na própria Legislação antiga e vigente.

(Resultados) O presente trabalho demonstra que nem sempre a união estável foi reconhecida e protegida pelo Estado, fomentando a importância do reconhecimento da mesma para a proteção por parte do Estado para a entidade familiar como um todo, bem como, demonstra os direitos e deveres adquiridos com a formação da união estável, que em vários aspectos é igualado ao casamento, e em outros é diferente.

(Conclusão) Traçamos no trabalho toda a evolução da união estável no decorrer do tempo, demonstrando como o casamento foi influenciador, bem como, de que modo este instituto alcançou as mudanças sociais, e como elas acarretaram na quebra do conceito de família limitada apenas ao matrimônio. Podemos analisar sob o prisma de como tais mudanças sociais foram influentes na nossa legislação, e como esta acompanhou esse desenvolvimento, vindo a incluir a união estável na própria Constituição Federal. Quando equiparado ao casamento, verifica-se todos os efeitos que recaíram sob a relação da união estável, observando efeitos e deveres igualados. A exemplo temos a possibilidade do uso do sobrenome, o direito a alimentos e no que tange à sucessão haverá direito aos bens onerosamente adquiridos na constância da união, e por fim, os efeitos patrimoniais, que, via de regra, permanecem os mesmos regimes. Ademais, igualmente como ocorre no casamento civil, a legislação impõe regras, que são conhecidas como impedimentos, como a restrição da união estável entre os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil, entre outros. Assim sendo, constatamos que para contrair todos esses efeitos é necessário que a união estável tenha convivência pública, contínua e duradoura, bem como o intuito na constância de uma família. Por todo o exposto, não há que se negar sobre a evolução dessa relação familiar, podendo-se concluir que tal relação é reconhecida e possui direitos intrínsecos, ainda que tenha diversos aspectos a serem mudados.

Palavras-Chave: Família. União estável. Equiparação. Casamento.

ESCOLAS DO CRIME: UMA ANÁLISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.

Autor(es):

Gustavo Santana de Souza e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
EloÁze Silva de Assis: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vitória Rízia Dias de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução): Diante de vários problemas que o nosso sistema penitenciário passa, atualmente, podemos destacar a superlotação, a precariedade e a insalubridade das celas. Verificando tais questões, juntamente com a falta da aplicação correta do Código Penal e da Lei de Execução Penal, decidimos fazer uma análise desse conjunto de fatores negativos do sistema penitenciário brasileiro em relação ao apenado e seus reflexos na sociedade. A constatação desses problemas parecem ter influência na vida do cotidiano social dos encarcerados ao entrarem no sistema penitenciário, há que se perguntar principalmente, se quando saem das prisões e voltam para a sociedade, se estarão mais ressocializados ou mais perigosos.

(Metodologia) (Metodologia): A partir de estudo reflexivo sobre o tema realizou-se pesquisa bibliográfica, acompanhada de análise documental da legislação e documentos oficiais de órgãos governamentais e outros disponíveis nas fontes de pesquisa.

(Resultados) (Resultados): Constam nos dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) que no ano de 2014, a população carcerária do Brasil era de 607.731 para 376.669 vagas disponíveis, ou seja, um déficit de 231.062 de vagas, para um país colocado como 4ª maior população carcerária do mundo. Este déficit de vagas mostra claramente uma superlotação, que elenca muitos outros problemas, como a proliferação de doenças, destacando-se entre as mais comuns a tuberculose e a pneumonia, a falta da alimentação adequada e principalmente a higiene fragilizada (fator principal para a proliferação das epidemias). Verificamos também uma enorme falta do cumprimento da legislação em relação ao sistema prisional, por exemplo uma falta de estrutura principalmente voltada para os condenados no regime semiaberto, que deveriam estar em colônias agrícolas ou industriais, mas muitas vezes ficam nos presídios por falta de estrutura adequada. Até aqueles que estão em regime aberto, que deveriam estar em casas de albergado são postos em liberdade com o uso de tornozeleira eletrônica. Pesquisas apontam em estudos pontuais, que aproximadamente 1.306 processos de detentos que foram presos mais de uma vez, por crimes de sequestro, tráfico e assassinato, reincidiram em porcentagem muito maior depois que passaram pela prisão, tornando-se pessoas especializadas no mundo da contravenção, chegando mesmo a se tornarem membros de facções criminosas que dominam presídios das várias cidades brasileiras.

(Conclusão) (Conclusão): Podemos concluir que o sistema penitenciário brasileiro passa por um caos enorme, necessitando de várias mudanças em sua operacionalização. Desde sua superlotação, passando por todos os problemas relacionados à sua infraestrutura, manutenção, falta de uma melhor reestruturação da regulação dos agentes penitenciários, passando da sua remuneração até as condições de trabalho (pois a corrupção ainda é latente nesta área), que são seriamente comprometidas, além de aplicação mais incidente e adequada do Código Penal e da Lei de Execução Penal. Uma das principais funções da pena não é cumprida, a ressocialização, ao contrário os criminosos passam pelo sistema e saem mais "profissionais" nos seus atos delinquentes, causando não só um mal para eles que perdem esse caráter da ressocialização, mas também a sociedade que fica cada vez mais vulnerável e refém dos criminosos.

Palavras-Chave: Ressocialização, escolas do crime, sistema penitenciário brasileiro, presídios no Brasil.

EUTANÁSIA: DIREITO A MORTE DIGNA

Autor(es):

Marcos Cunha Lima Rosado Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Muito é discutido hoje sobre a dignidade humana, as condições para se ter uma vida digna, mas diante uma vida digna, em qual ponto entraria a morte digna? Nesse sentido, vem a tona a eutanásia, palavra de origem grega com a possível tradução para “uma boa morte”. Até então essa prática é proibida no Brasil, diferente de outros países como Holanda, Bélgica e Luxemburgo. A eutanásia é um método ativo para eliminar a vida de um ser humano. Dessa forma, qual é o limite para o médico ou familiares decidirem sobre o fim da vida de um paciente em uma doença terminal? Ou melhor, até que ponto o paciente de uma doença terminal pode decidir sobre a sua vida?

(Metodologia) (METODOLOGIA) Para se elaborar a pesquisa partiu-se do método lógico-dedutivo e foi realizada uma pesquisa bibliográfica e exploratória do referencial teórico.

(Resultados) (RESULTADOS) A eutanásia não é uma prática dos tempos modernos, sua origem é anterior ao que imaginamos. Ela é observada desde as tribos nômades, que sacrificavam os mais idosos, com dificuldade de locomoções ou os deficientes, visto que atrasavam a locomoção do grupo e eram mais vulneráveis em casos de ataques. Os espartanos tinham o mesmo hábito, quando nasciam crianças disformes, como também, Platão - em A República – se refere aos adultos com graves enfermidades que deveriam ser eliminados com a colaboração de médicos. O paciente em estágio terminal com mais alguns dias de vida passando por bastante sofrimento pode, legalmente, optar pelo não tratamento que venha a prolongar um pouco mais essa vida sofrida. Porém esse fato se restringe a equipe médica parar o procedimento de tratamento. Caso a eutanásia fosse permitida, o paciente poderia optar em encerrar a sua vida e evitar sofrer mais esses dias.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Confirma-se que a eutanásia é proibida no Brasil, entretanto há casos em que o paciente tem o direito de escolher como prosseguir o seu tratamento, após o médico explanar todas as vias possíveis para a solução. Porém algumas vezes essa decisão não é possível, devido à legislação impeditiva, entretanto, assim como o ser humano tem a autonomia de escolher como viver, ele deveria ter autonomia de escolher como morrer, de forma a existir parâmetros rigorosos para a permissão da eutanásia, como: ser permitida após consentimento do paciente, após ser elucidada todas as formas de tratamentos ainda possíveis, situação de enfermidade terminal, caso de grande sofrimento, e o parecer de pelo menos dois outros médicos da situação, bem como o uso do livre arbítrio de parar o tratamento e passar o resto da vida no local do seu interesse, ou de continuar um tratamento, mesmo que doloroso, mas que prolongue sua vida ao máximo.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Eutanásia. Direito a morte digna. Direito à decisão de viver ou morrer.

EXAGEROS NO ATIVISMO JUDICIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA EM SEGUNDO GRAU À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Autor(es):

Maria Luiza Seixas Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nalã Ewert Cabral de Paula Salustino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lília Lidiane dos Santos Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Gustavo Santiago Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Victor Veloso Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como fito discutir, fundamentalmente, a prática o ativismo judicial traçando um paralelo com a execução provisória de sentença penal condenatória confirmada pelo juízo de segundo grau, apontando para um possível excesso no uso do instituto pelas cortes brasileiras, pois é notória a interferência do Poder Judiciário na esfera de competência dos poderes legislativo e executivo. O tema é de importância vital para a manutenção do Estado Democrático de Direito e da harmonia entre os poderes estatais instituídos, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal tem sido a instituição com maior protagonismo no país, por isso, tem tomando decisões e aplicado medidas que exorbitam, muitas vezes, sua função constitucional, desvirtuando sua função típica de julgador. Portanto, como problemática de pesquisa estabelece-se o seguinte questionamento: Quando o Supremo Tribunal Federal decide pela execução provisória da sentença ainda no segundo grau de instância estaria sendo substituída a vontade do legislador?

(Metodologia) O método escolhido para atender os objetivos estabelecidos na pesquisa é o de abordagem dialética, não obstante, com mesmo intuito, também será utilizado à pesquisa exploratória e a revisão bibliográfica para solucionar a problemática apontada, assim como uma análise jurisprudencial de julgados que demonstre a pertinência da proposição de pesquisa e conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos, esposados no presente trabalho científico.

(Resultados) Tomando como base a análise doutrinária e jurisprudencial, especialmente em face do Supremo Tribunal Federal, no que tange a posição intempestiva do Judiciário, constata-se que o mesmo tem tomado medidas ativistas excessivas, já que no julgamento da medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, a suprema corte, embora não declare o artigo 283 do Código de Processo Penal inconstitucional, defende que não viola o princípio constitucional da presunção de inocência a execução penal condenatória confirmada em juízo de segundo grau, mesmo que o processo não tenha transitado em julgado. Além disso, vale ressaltar que a Constituição Federal dispõe de forma expressa em seu art. 5º, inciso LVII, que ninguém será considerado culpado senão após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Na visão do jurista Lênio Streck, o ativismo judicial tornou o judiciário protagonista dos debates sociais, no entanto, não o legitima a subverter a Constituição Federal de 1988, do qual é guardião.

(Conclusão) Nesse contexto, constata-se que o Ativismo Judicial, na análise do tema em comento, é negativo e substitui a vontade do legislador, isto é, quando o Supremo Tribunal Federal admite que alguém tenha sua pena executada ainda em segundo grau, ele demonstra que está acima da constituição e não respeita as disposições expressas constantes na carta magna e nem no Código de Processo Penal, mesmo sem nenhum tipo de reforma em seu texto. Portanto, a execução provisória de sentença em segundo grau fere as disposições constitucionais e legais, além de violar o princípio constitucional da presunção de inocência, princípio motriz do nosso devido processo legal.

Palavras-Chave: Ativismo Judicial; Supremo Tribunal Federal; Princípio da Presunção de Inocência; Execução Provisória; Constituição Federal.

FAMÍLIA: UMA ANÁLISE A RESPEITO DO NOVO CONCEITO PAUTADO PELO AFETO E PELA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Autor(es):

Aísa Ribeiro Harrisson Vieira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Sabrina Karenine de Souza Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Augusta Lambert da Costa: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O conceito de família no Código Civil de 1916, marcado por uma visão discriminatória, se limitava e tinha como base o casamento entre homem e mulher, que gerava presunção de paternidade do marido e distinguia os filhos de acordo com a origem da filiação. Com o advento da Constituição Federal de 1988, esse conceito veio sendo atualizado, já que o direito precisa acompanhar as modificações sociais, para que tenha eficácia. Essa evolução no direito, proporcionou uma isonomia jurídica entre os filhos, justificada pela valorização do princípio da igualdade, afetividade e dignidade da pessoa humana. Ou seja, O Código Civil passou a ser interpretado à luz dos princípios constitucionais, que foram reiterados pelo atual Código Civil de 2002.

(Metodologia) A presente pesquisa é humana ou social, tendo em vista que é acadêmica, referente ao curso de direito, com levantamento bibliográfico. É explicativa, tendo em vista que analisa e interpreta o fenômeno estudado. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, devido a partir de um fenômeno geral, que pode ser utilizado nos diversos casos concretos. Portanto, parte do macro para o micro, ou seja, do geral para o particular. Foram utilizados o método de procedimento histórico, comparativo e descritivo, já que se tem um levantamento das atualizações no direito de acordo com o passar dos anos, uma comparação de como as coisas eram e como estão, e tem como alvo observar, registrar, analisar e correlacionar fenômenos e fatos.

(Resultados) “Na idéia de família, o que mais importa – a cada um de seus membros e a todos, a um só tempo – é exatamente pertencer ao seu âmago, é estar naquele idealizado lugar onde é possível integrar seus sentimentos, esperanças e valores, permitindo que cada um se sinta a caminho da realização de seu projeto pessoal de felicidade. Isso, com toda a certeza, não se funda em lei, vínculo sanguíneo ou sexo.” (NICOLAU, 2016). É notório, um grande avanço no sentido de conquistas de direitos para as diversas formas de família, e se chega cada vez mais próximo ao tão almejado “todos são iguais perante a lei”. O direito não deve ser estático, imutável, porque a sociedade se modifica constantemente, o que muda as relações sociais e os conflitos, portanto, deve ser interpretado à luz de uma época atual, de acordo com as suas necessidades. Caso contrário, sem o mínimo de eficácia social, o ordenamento jurídico não passaria de mera construção teórica, devido a não produzir os efeitos esperados.

(Conclusão) Atualmente a família brasileira não possui padrões pré-determinados pelo ordenamento jurídico, a relação socioafetiva e a multiparentalidade vem sendo cada vez mais valorizadas. O direito deve se adequar as necessidades sociais, portanto, trata-se de uma evolução para o direito brasileiro. O ser humano não deve ser um instrumento utilizado pelo legislador para cumprimento da lei, ela não deve ser aplicada friamente. Não existe um molde para resolução de conflitos, pois o afeto, o amor, os sentimentos, variam de pessoa para pessoa e devem ser respeitados, por isso, o vínculo sanguíneo não deve ser considerado critério decisivo para definir a família. O afeto sim, é fator determinante das relações interpessoais. Muitas vezes se tem mais afeto e consideração por uma pessoa que não tem relação sanguínea, isso porque o sentimento é uma construção gradativa que se fortalece ao decorrer da vida. Igualar o vínculo sanguíneo com o afetivo é garantir princípios constitucionais.

Palavras-Chave: Família brasileira. Relação socioafetiva. Multiparentalidade. Princípios constitucionais. Evolução.

FEMINICÍDIO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÁCIA DA LEI 13.104/2015

Autor(es):

Thayse Kallyne Da Silva Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alexia Mafra Guedes da Silva e Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil ocorreu um crescimento vertiginoso do índice de violência contra mulher, surgindo uma preocupação com o exacerbado número de mulheres assassinadas por conta do gênero. Diante disso criou-se então a Lei nº 13.104/15 que alterou o artigo 121 do código penal, incluindo mais uma modalidade de homicídio qualificado: O Femicídio. No ano de 2016, especificamente no Estado do Rio Grande do Norte, mesmo com a nova Lei, houve um crescimento de casos nessa região. Se é certo que a Lei do Femicídio surgiu com o intuito de proteger as mulheres e diminuir o índice de casos de mulheres assassinadas, é necessário que haja uma preocupação quanto a sua eficácia social, fazendo com que a sociedade possa compreender a gravidade da situação não vindo a cometer tal crime e buscar a neutralização e reprovação daquele que cometer tal conduta tipificada

(Metodologia) Realizou-se uma pesquisa qualitativa com dados quantitativos, de caráter bibliográfico. Concernente aos objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético - dedutivo, iniciando-se a investigação com referências em hipóteses sobre a eficácia da Lei do Femicídio, com o intuito de fomentar o diálogo e realizar uma análise crítica sobre a Lei. Por conseguinte, também foi utilizado o método auxiliar comparado, ao passo em que foi feita a análise da violência no âmbito nacional e a violência no Estado do Rio Grande do Norte, explicitando as determinações mais gerais que regem este fenômeno.

(Resultados) Constata-se que no Brasil houve um crescimento do homicídio de mulheres e particularmente no estado do Rio Grande Do Norte as estatísticas aumentaram drasticamente. Diante disso é de grande relevância para a sociedade cuidar da proteção das mulheres, não com o objetivo de sobrepor a mulher em relação ao homem, mas por entender que a igualdade não é apenas tratar todos os seres humanos iguais, mas considerar suas limitações e variantes para conseguir que haja uma real igualdade na sociedade. Em face disso tem-se que não é possível adquirir um bom êxito apenas criando uma lei e utilizando-a para fins de reprovação. É preciso que sejam promovidos debates para que se possa compreender as deficiências, que impedem que a lei obtenha maior eficácia social, fazendo parte dos deveres do Estado fornecer medidas de prevenção, bem como implementar medidas educativas à população quanto a tal questão, visando expandir políticas de segurança pública em defesa das mulheres .

(Conclusão) Diante da pesquisa realizada, é possível observar que a criação da Lei do Femicídio está diretamente relacionada com a tentativa de alcançar o Princípio Constitucional da Isonomia e o da Dignidade da Pessoa Humana, visto que não é possível atualmente afirmar que as mulheres estão no mesmo patamar que os homens, já que o direito a uma vida digna está profundamente enleado a um ambiente psicologicamente equilibrado com condições de ter sua liberdade respeitada, e não ceifada como ocorre diariamente através da violência. Porém, não é razoável considerar que a mera criação da Lei 13.104/2015 irá proporcionar este ambiente almejado, pois a Lei por si só não é capaz de acarrear atuação alguma, ficando a cargo do Estado a busca incessante por métodos capazes de garantir a eficácia da norma estabelecida, fazendo uso inicialmente da sanção para induzir a comportamentos capazes de reduzir os índices de violência, porém não se valendo apenas dela para tal objetivo. O Estado, como garantidor do cumprimento das leis, pode ele se valer também de métodos educacionais, principalmente nos primórdios da formação acadêmica, onde o indivíduo ainda está em desenvolvimento e é possível orientá-lo para um comportamento diferente do que está sendo observado nos dias que correm.

Palavras-Chave: Lei do Femicídio. Violência Contra a Mulher.

FILHOS DA LUA: DA ESTIGMATIZAÇÃO SOCIAL À INCLUSÃO JURÍDICA DO TRABALHADOR ALBINO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Autor(es):

Laiana Heulália de Souza Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lindaray Pereira de Lima Aguiar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Anna Beatriz Gadelha Gondim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Aspásia Maria Dantas da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Portador de uma condição genética rara, os albinos possuem nas suas características físicas (pele extremamente sensível ao sol e calor, visão subnormal e aparência incomum) fatores capazes de dificultar o acesso e a manutenção do emprego em condições de segurança e equidade. Por tais características, fatores como assédio moral, exposição a agentes de risco, episódios de preconceito e até mesmo exclusão do mercado de trabalho são relatos constantes na vida do portador de albinismo. O estigma em torno das pessoas albinas aparece nas mais variadas expressões de acordo com a cultura de cada lugar. O caso mais extremo conhecido na atualidade é o da população albina residente no continente Africano. Lá se acredita que os albinos sejam seres “mágicos” e as partes do seu corpo, comumente usadas em rituais, são alvos de traficantes que caçam, matam e/ou vendem braços, pernas e até cabeça por preços exorbitantes. Em outros lugares recebem também o nome de “filhos da lua”. Observe que se naturalmente a sociedade já classifica e seleciona as pessoas conforme esse conjunto de características definidas pela maioria como aceitável e/ou normal, imagine, então, ao se deparar com uma seleção para um posto de trabalho onde a discricionariedade da escolha se torna mais forte e evidente. Salvo os casos defendidos por lei é imaginável que nelas também sejam aplicados os mesmos critérios e, conseqüentemente, excluídos boa parte dos considerados “diferentes”, independente de suas qualificações. A CF/88 apresenta em seu art. 1º como fundamentos do Estado Brasileiro o valor social do trabalho e a dignidade humana. Por sua vez, Convenção nº 111 da OIT trata da discriminação em matéria de emprego tendo como origem os ideais apresentados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cuida-se nela, de promover a igualdade de oportunidades a fim de garantir a todos o acesso a um posto de trabalho e a igualdade de tratamento para que, diante da oportunidade gerada, não haja diferenciação ou preferências baseados em critérios alheios a capacidade laboral do indivíduo tais como a cor da sua pele, a crença que professa, o gênero, etc. Assim, o presente estudo busca conhecer o atual estado de proteção e inclusão do portador de albinismo no nosso ordenamento jurídico trabalhista, propondo ao final, práticas empresariais a serem adotadas para a efetivação desta inclusão.

(Metodologia) Utiliza-se, para tanto, uma pesquisa qualitativa pela análise da legislação pertinente, da jurisprudência e da doutrina, bem como dos aspectos sociológicos que tocam o tema da discriminação, associada ao método dedutivo de estudo.

(Resultados) É resultado da pesquisa, a título de inclusão, a proposição de medidas como a realocação do empregado albino em atividade diversa da que o expõe ao sol ou calor, a utilização pela empresa de softwares que permitam a ampliação dos seus caracteres a fim de facilitar o seu trabalho, ou mesmo a promoção de cursos que visem evitar acidentes quando a atividade envolva a utilização de materiais tóxicos ou cortantes, bem como a divulgação entre toda a equipe dos vários tipos de deficiências a fim de conscientizá-los que a inclusão depende de todos.

(Conclusão) A presente pesquisa mostrou que, com o advento da Lei nº 13.146/15, em decisão que corrobora perfeitamente com as diretrizes nacionais e internacionais que punem pela garantia dos direitos fundamentais a todos, dentre eles, o acesso igualitário, indiscriminado e inclusivo ao trabalho, ampliou-se a concepção de pessoa com deficiência, um ganho significativo para aqueles que precisam de maior visibilidade legal. Contudo, mais importante que apenas considerar legalmente o portador do albinismo como uma pessoa portadora de deficiência é compreendê-lo em suas necessidades, garantindo a ele oportunidades de trabalho em condições de igualdade de tratamento e de segurança.

Palavras-Chave: Proteção ao trabalhador. Albinismo. Não-discriminação. Equidade.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS: PROIBIÇÃO DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHAS E SEUS EFEITOS SOCIAIS

Autor(es):

Larah Gomes Silva Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No cerne do financiamento de campanhas eleitorais nos deparamos com várias problemáticas das quais são deveras graves e afetam diretamente a nossa sociedade. Durante o projeto de pesquisa pudemos avaliar e analisar estas questões das quais deflagramos o grande mal da sociedade: a corrupção. Observando-se o atual cenário da política brasileira, constata-se a presença de um histórico de escândalos políticos dos quais se dão início ainda em suas campanhas eleitorais. Ocorre que tais financiamentos (em sua maioria) provem de empresas privadas que têm interesses particulares em se vincularem a certos candidatos visando benefício próprio como “futuras trocas de favores”.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa investigativa, na qual se aplica o método de abordagem dialético. Nesse contexto, analisa-se alguns casos concretos da realidade política brasileira, levando em conta a bibliografia do direito eleitoral, a jurisprudência em relação ao tema, as novas regras do financiamento de campanhas, e os efeitos nocivos deste financiamento. Portanto, tendo em vista de tais objetivos específicos, podemos dizer que na presente pesquisa, foi aplicado o método auxiliar referente ao estudo de caso, bem como o método histórico.

(Resultados) Consta-se como resultado da pesquisa os efeitos nocivos presentes nos financiamentos. Observa-se que a corrupção sistêmica se mostra presente em todo o histórico político brasileiro; e que apesar das novas regras de financiamento, ainda existem mudanças a serem feitas para que a corrupção seja efetivamente combatida no processo eleitoral. A arrecadação de recursos para a campanha eleitoral tem como finalidade financiar estratégias de divulgação e debate dos projetos de governo e de atuação política dos candidatos, visando proporcionar aos cidadãos a análise das propostas e o conhecimento dos candidatos. No entanto, na prática, tais recursos são utilizados de forma desvirtuada, como por exemplo a compra de votos, beneficiando uma pequena parcela da população. Em teoria, o dinheiro proveniente das campanhas deveria ser aplicado em virtude dos investidores acreditando no potencial do político visando o bem comum, mas na realidade, a maioria apenas investe esperando se beneficiar futuramente com licitações e aberturas em negociações Estatais.

(Conclusão) Diante de tais fatores, observamos que se torna imperativa a proibição do financiamento privado de campanhas políticas; pois o que deveria ser apenas um incentivo tornou-se um meio “mais fácil” de se eleger, tendo em vista que além de possuírem maiores recursos para se mostrarem presentes na mídia, com a presença de capital de giro, torna-se mais fácil a consolidação de alianças políticas, assim como também já fora citado a compra de votos (que é um ato ilegal mas mesmo assim ainda muito recorrente). Por isso, mesmo que os candidatos eleitos inicialmente possuam vontade política de realizar bons projetos em benefício da sociedade durante o seu mandato, os mesmos se tornem “reféns” dos financiadores da campanha, o que impede de realizarem seus trabalhos em prol do bem comum e de toda a sociedade, para estar beneficiando os supostos doadores, dos quais estão a espera do retorno de seu “investimento”.

Palavras-Chave: Financiamento privado de campanhas. Corrupção. Direito Eleitoral.

FUNDAMENTAÇÃO DOS ARGUMENTOS: TEORIA DE TOULMIN APLICADA AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Autor(es):

Arthur Ferreira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Diego Ranier dos Santos Silva Macêdo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com esse trabalho pretendemos explorar, no campo da argumentação jurídica, o que é “enfrentar um argumento” tendo como base o novo código de processo civil. O que o código quer dizer com “enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo”? Como se aplica a teoria argumentativa ao código? Essa são as principais perguntas que tentamos responder. Além disso, vale ressaltar a importância de se ter uma leitura clara e consciente dos argumentos, visto que, como diz Manuel Atienza, “Ninguém duvida que a prática do direito consista, fundamentalmente, em argumentar”, em outras palavras, enfrentar e fundamentar os argumentos logicamente é uma tarefa de extrema importância para o operador do direito, e, como no afirmado acima, esse trabalho busca fazer uma leitura lógica e consciente dos argumentos em contraponto à leitura puramente retórica. Vale salientar que nosso objetivo é abordar o tema, não sob a perspectiva jurídica, mas sim lógica.

(Metodologia) Para a composição desse trabalho partimos da lógica para alcançar uma leitura clara da argumentação e a definição do que é “enfrentar os argumentos”. Para isso, utilizamos como exemplo o novo código de processo civil, mais especificamente o seu artigo 489 que trata do enfrentamento e fundamentação dos argumentos. Assim, acreditamos que a teoria que melhor explica o fenômeno da argumentação para aquilo que viemos tratar é a de Toulmin, sintetizada pelo livro “As Razões do Direito”. Analisamos, portanto, o novo código de processo civil sob a perspectiva de um manual de argumentação e não como uma simples norma da forma como comumente é analisada.

(Resultados) Com essa pesquisa obtivemos uma definição sobre o enfrentamento de argumentos que supera a pura retórica comumente utilizada na área jurídica. Percebe-se, com isso, que argumentar não consiste apenas no jogo retórico da manipulação dos fatos, mas sim em enfrentar logicamente os argumentos sempre os fundamentando, seja para sua confirmação ou refutação. Dessa forma, podemos analisar o argumento destacando seus principais pontos e elementos descritos por Toulmin, de forma a identificar suas fragilidades, a fim de enfrentá-los logicamente, isto é, refuta-los apontado seus defeitos dentre seus elementos ou confirma-lo concordando com eles. Em outras palavras, obtivemos uma leitura racional da argumentação através da lógica.

(Conclusão) Baseado em nosso objetivo inicial, aplicar a teoria de Toulmin ao código de processo civil, chegamos ao resultado esperado, isto é, a superação da retórica no enfrentamento dos argumentos pela sua leitura lógica. Ou seja, existe outro caminho para a argumentação jurídica que não seja a análise puramente retórica, o caminho da lógica que fundamenta suas pretensões baseadas em fatos, garantias e outros elementos que permitem o fortalecimento do argumento. A argumentação jurídica é, ou pelo menos deveria ser, mais profunda que a maneira como é tratada atualmente. Refutar ou confirmar um argumento não é um exercício simples, e para ser bem executado deve-se ter, antes de tudo e como no afirmado anteriormente, uma leitura consciente dos argumentos, o que não acontece no mundo jurídico.

Palavras-Chave: Toulmin; Enfrentar os argumentos; Lógica; Código de processo civil.

GLOBALIZAÇÃO PERVERSA: ROUPAS PARA UNS, ESCRAVIDÃO PARA OUTROS

Autor(es):

Marina Fernandes da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Joana Paula Lopes Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nathália Fernandes Coelho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rebeca Alves Ferreira da Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Danilo Marques de Queiroz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) A estrutura mercadológica do capitalismo contemporâneo é pautada frente às expressões marcantes desse sistema, com ênfase no fenômeno laboral moderno análogo à escravidão, ocasionada pelo modelo de produção “fast fashion” - no sentido literal da palavra significa moda rápida. Tal modelo aprisiona os operários, que são forçados a produzir peças de roupas por salários e condições trabalhistas ínfimas, como também aliena os consumidores, que são seduzidos a consumir e descartar peças de vestuários periodicamente, pois o mercado dita a sua obsolescência em curtos espaços temporais. Nesse sentido, é crucial enfatizar a lógica do modelo de produção capitalista delineado por uma classe detentora do poder econômico, ao passo que os trabalhadores servem a essa classe como mão de obra, sofrendo estes, duras retaliações, riscos à vida, à saúde, à dignidade, além de serem manipulados pelos acumuladores do capital, que mascaram os horrores desse sistema econômico. Assim, esse resumo visa traçar reflexões quanto às problemáticas relativas a esse sistemático anacronismo presente nas estruturas do mundo globalizado, responsáveis pela acentuação das desigualdades sociais e econômicas no âmbito do fast fashion.

(Metodologia) Para esse resumo, foram usadas como fontes o documentário “The True Cost”, as teorias sociológicas de coisificação e fetichismo de Karl Marx, matérias jornalísticas de jornais reconhecidos como Repórter Brasil e BBC, além de um artigo da revista Galileu. Outra base de pesquisa foi a Constituição Federal, em seus artigos 6º, 7º e 170, que visam garantir os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais. Ademais, foi utilizado o conceito de globalização do geógrafo Milton Santos. A pesquisa foi qualitativa baseada na dogmática jurídica.

(Resultados) A escravidão moderna desencadeada pelas nuances da “moda rápida” tem trazido resultados. Um fato que ilustra isso ocorreu em 2013, na periferia de Bangladesh, onde um edifício que alojava centenas de trabalhadores desabou em virtude da sua falta de estrutura para comportar a atividade. Esse acontecimento também chamou atenção para os baixos salários do operariado bem como alertou sobre as abusivas jornadas de trabalho de dez horas diárias, por seis dias semanais. Esse panorama, notavelmente, mostra a submissão dos habitantes de países periféricos às grandes corporações, pois esses países possuem um capital desvalorizado, legislação rútil e mão de obra maciça e barata. Por causa disso, as empresas (como Zara e H&M) visando a arrecadação de lucros com gastos mínimos, contratam essas pessoas e reduzem sua autonomia, uma vez que são obrigados a trabalhar incessantemente em condições desumanas e, em casos de trabalhadores estrangeiros, ficam sob constante ameaça de extradição caso não cumpram o que lhes é imposto.

(Conclusão) Diante das abordagens tecidas, é notável que, sob a ótica do capitalismo, alcançar níveis máximos de lucratividade parece mais razoável do que garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores, os verdadeiros protagonistas desse modelo econômico. Nesse enfoque, revela-se uma globalização perversa, tendo em vista que seu alcance é deveras seletivo, e promove o inverso da homogeneização proposta em princípio por essa vertente, acentuando na verdade, desigualdades, bem como o afastamento das classes sociais, duramente espoliadas pela lógica produtiva das grandes corporações têxteis, e conseqüentemente vítimas dos entraves promovidos pelo “fast fashion”. Portanto, é justo e ético sinalizar as barreiras presentes na sociedade do consumo, em que o brilho das vitrines ofusca e aliena o olhar dos consumidores, haja vista que estes não conhecem o processo que os produtos adquiridos são submetidos. Nesse sentido, há uma cortina que esconde os horrores por trás dos trajes provenientes da cadeia produtiva do “fast fashion”, responsável por “coisificar” os indivíduos, silenciando as dores e sofrimentos desses trabalhadores precarizados. Cabe ao direito atuar contra tais mazelas sociais tanto no âmbito constitucional quanto no âmbito internacional.

Palavras-Chave: capitalismo, fast fashion, escravidão, exploração, consumo, globalização, desigualdades, trabalho, corporações.

HEGEMONIA CULTURAL E A RESSOCIALIZAÇÃO

Autor(es):

Francimarcia Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Sylvia Carolina Varella Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Patrícia Teixeira de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Fernanda Rodrigues Pessoa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) A cultura hegemônica consiste no fato de um grupo social pequeno e elitizado suprimir as necessidades e visibilidade da grande massa populacional em benefício próprio. Nesse sentido, a hegemonia configure-se como obstáculo à ressocialização, de modo que a sociedade junto ao Estado se omitem em relação aos apenados e a sua efetiva reinserção no convívio social, tendo em vista que rotulam os reeducandos e propagam uma imagem depreciativa do apenado, neutralizando suas necessidades e sua dignidade. É importante ressaltar que a estrutura do sistema penitenciário, influenciado pelas consequências da hegemonia cultural, encontra-se em situação extremamente degradante de modo que impossibilita a reabilitação e reinclusão do preso na vida social. O cumprimento de pena dentro dos atuais presídios, mediante todo o descaso das autoridades e da sociedade no que diz respeito à infra-estrutura e a atenção quanto aos cuidados básicos indispensáveis e inerentes à condição de ser humano, torna o indivíduo ainda mais debilitado e com maiores chances de reincidir.

(Metodologia) O presente projeto visa, por meio de uma pesquisa explicativa, justificar a dificuldade da ressocialização no Brasil. Assim, é evidente três métodos de pesquisa diferentes, o método dialético, proposto por Hegel; O método transdisciplinar, este possui grande espaço no projeto tendo em vista que se aborda o problema a partir do Direito Penal, da Sociologia e do Direito Constitucional. Além disso, utilizou-se material bibliográfico, variado entre livros, artigos e pesquisas decorrentes da Internet, além de posicionamentos dos tribunais superiores e pessoas que conhecem e contribuem com a problemática. Houve ainda o levantamento estatístico de dados importantes para a veracidade do teor do projeto de pesquisa.

(Resultados) Portanto, é essencial que o Estado invista em formas de cumprimento de pena alternativa como, por exemplo, a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), um projeto de ressocialização eficaz, menos dispendioso para o Estado, se comparado ao custo médio de um apenado no sistema prisional comum, além de possuir grande índice de aprovação entre os condenados, que preferem cumprir a pena na APAC, de modo que não ficam ociosos e em contrapartida, são estimulados a adquirirem a auto-disciplina e o senso de compromisso com a realização do trabalho ao qual foi destinado de modo confiável e responsável.

(Conclusão) Observa-se que a omissão estatal e a discriminação social imputa ao condenado uma pena a qual ultrapassa os anos determinados na sentença penal condenatória, configurando-se como uma condenação extra àquele que adentra ao falido sistema prisional brasileiro. Nesta senda, é importante ressaltar a parcela de responsabilidade do Estado bem como da sociedade na recuperação do reeducando, interação que pode acontecer mediante convênios estatais com empresas de direito privado para que ofereçam vínculo empregatício aos ex-apenados em troca de incentivos fiscais; por meio da reconstrução das prisões com o efetivo repasse financeiro e ainda, com a mudança de proposta de pena, para que seja cumprida com ênfase no trabalho e no tratamento de eventuais vícios em entorpecentes, a fim de proteger dois dos mais importantes bens jurídicos: a dignidade e a vida.

Palavras-Chave: Cultura hegemônica. Ressocialização. Dignidade.

HERANÇA DIGITAL: DIREITO SUCESSÓRIO DE BENS DIGITAIS

Autor(es):

Esther Saturnino de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Augusta Lambert da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Vivenciando a Era da Informação, bem como a Revolução Tecnológica, a sociedade vem disponibilizando grande parte do seu tempo realizando atividades no âmbito digital como compras, pagamentos, downloads e acesso a redes sociais, ou seja, atividades de cunho econômico e afetivo. Esta mudança de hábitos vem alterando o modo em que os indivíduos interagem entre si de uma forma tão célere que as normas jurídicas não puderam acompanhar, sendo gritante a necessidade de adequação e atualização do ordenamento jurídico vigente quando à herança digital, nos eventuais litígios concernente a este tema. Considerando ainda que não é hábito da cultura brasileira a elaboração de testamento, concomitante com ausência de legislação específica sobre o tema, indubitavelmente, inúmeros são os problemas acerca dessa questão. A tecnologia trouxe novos comportamentos e condutas que precisão de orientação legislativa, para garantir assim a uniformização do tratamento e a segurança jurídica das relações. Ao passo que o presente estudo tem por objetivo analisar a viabilização de regulamentação acerca dos bens digitais, descrevendo o que sejam estes bens, aprofundando-se no direito sucessório, para abordar sua concepção histórica, e ainda comparar a legislação brasileira com a de outros países sobre o tema abordado.

(Metodologia) As técnicas de pesquisa utilizadas para a elaboração do estudo serão predominantemente doutrinária, utilizando-se ainda de artigos, monografias e legislação. Quanto ao método de abordagem, será utilizado o método dedutivo, pois parte de uma premissa maior para uma menor (do macro para o micro). Sobre os métodos de procedimento, serão estes, método descritivo, no qual será descrito o que sejam os bens digitais; método histórico, pois traz uma abordagem histórica do direito sucessório e sua evolução e o método comparativo, ao pôr em contraste a legislação brasileira com a de outros países..

(Resultados) Os resultados esperados com este estudo serão reconhecer a herança digital e regulamentar a sucessão dos bens digitais, ou seja, a regulamentação e reconhecimento por parte do ordenamento jurídico brasileiro de uma herança imaterial.

(Conclusão) Poderemos concluir, que ante a ausência de regulamentação específica e atual sobre a sucessão de bens digitais, bem como na ausência de testamento, externando a última vontade do de cujus, deverá ser aplicado à herança digital principalmente as exposições constantes no Código Civil (2002), pois, a ausência de legislação, não significa ausência de direito. O Direito Civil precisa ajustar-se às novas realidades geradas pela tecnologia digital, que agora já é presente na grande parte dos lares. Tal decisão se faz necessária para que o poder judiciário não incorra em injustiças ou erros, com decisões díspares e muitas vezes injustas em demandas assemelhadas.

Palavras-Chave: Sucessão. Herança Digital. Testamento e sua ausência.

IMIGRAÇÃO ILEGAL: À PORTA DA EUROPA

Autor(es):

Maryland Dantas Bezerra Galvão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vanessa Salustino Galvão Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Glauciene Espínola de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Juliana Mota de Lucena Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Vivenciamos um período no qual as fronteiras nacionais se encontram cada vez mais diluídas, a imigração tanto legal quanto ilegal se transformou em uma das características que definem as sociedades e questões públicas internacionais do mundo contemporâneo. Com base nessa relevância social, o objetivo do trabalho é aprofundar os conhecimentos no cenário da imigração ilegal na Europa. Levando em consideração que pouco tem sido feito em defesa dos imigrantes pela União Europeia, e de como é possível redistribuí-los e empregá-los.

(Metodologia) Para a abordagem proposta, a presente pesquisa teve como fonte de informação a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, tendo em vista a tentativa de identificar uma análise breve sobre o processo dos fluxos migratórios, que se intensificaram cada vez mais, bem como as suas causas, características e consequências que mudaram com o decorrer do tempo. Com isso, utilizamos estudos já realizados sobre o tema para a fundamentação teórica da pesquisa. A busca de informação deu-se de maneira sistemática e racional, e foi desenvolvida com base em material publicado em reportagens atuais, revistas e artigos.

(Resultados) Apesar das altas taxas de desemprego, defender direitos dos imigrantes está cada vez mais difícil em um ambiente econômico instável. Há na Europa disponibilidade em funções, que os próprios cidadãos da União Europeia, ainda que tenham a concorrência com os imigrantes, se recusam a exercer, são os chamados 'DDD jobs' (empregos sujos, perigosos ou pesados, tradução de dirty, dangerous and demanding jobs), e os imigrantes poderiam perfeitamente preencher essas vagas. A imigração ilegal é um problema real e os Estados precisam colaborar, unir esforços para tentar resolvê-la, principalmente no combate aos contrabandistas e traficantes, cujos objetivos exploram os vulneráveis e subvertem o primado do direito. No entanto, o combate à imigração ilegal deveria fazer parte de uma estratégia mais ampla. Os países deveriam proporcionar mecanismos reais para a imigração legal e tentar aproveitar os benefícios que ela traz, protegendo, do mesmo modo, os direitos humanos dos migrantes.

(Conclusão) No que tange a situação da Europa, defender os direitos dos imigrantes pobres se encontra difícil em um ambiente econômico desfavorável, muitos europeus estão desempregados e temem a concorrência com os trabalhadores estrangeiros, sendo assim, os países da União Europeia não conseguem entrar em um entendimento sobre como dividir o problema dos refugiados. Se tornando a maior onda migratória e consequente crise humanitária enfrentada pela Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Concluimos deste modo, que no combate à imigração ilegal, os países deveriam proporcionar mecanismos reais para a imigração legal e tentar aproveitar os benefícios que ela traz, protegendo os direitos humanos dos imigrantes.

Palavras-Chave: Imigração Ilegal. Preocupação Política. União Europeia.

IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA ADOÇÃO DIRIGIDA E SEUS EFEITOS

Autor(es):

Brenda Rodrigues Feijó Quintela: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A adoção dirigida ocorre basicamente quando os genitores, por não terem condições, sejam elas financeiras ou até mesmo emocionais, desejam entregar seu filho à adoção. Entretanto, preferem fazê-lo não por meio do Cadastro de adotantes, previsto no artigo 50 do ECA, mas sim entregá-lo a pessoa de sua confiança e conhecimento, na esperança de que seu filho terá melhores condições de se desenvolver socialmente, como ser humano e até mesmo profissionalmente. Por tratar-se de vínculo de filiação, é necessário que se tenha um olhar mais voltado à realidade e as pequenas nuances que permeiam tal tema. A decisão de entregar um filho à adoção é também uma decisão que envolve a esperança de que tal criança, por não possuir condições favoráveis ao seu crescimento e desenvolvimento em sua família biológica, deve ser entregue a uma família que possa efetivamente assegurar tais aspectos. Trata-se de um ato de amor. Além disso, deve-se levar em conta de que esse é um aspecto que trata da vida de um indivíduo, que constrói vínculos afetivos e cria suas relações sociais. Na adoção Dirigida a mãe, ao tomar a difícil decisão de que não possui condições de criar seu filho de maneira apropriada, decide entregá-lo não a uma família que não conhece, mas sim a pais que ela confia e sabe que tem condições adequadas para criação do mesmo. A criança, então, cria vínculos cada vez mais fortes com seus novos pais, que cuidam e dão amor, e que além de tudo são conhecidos da mãe, evitando assim alguns conflitos que poderiam eventualmente surgir. A Adoção Dirigida, que constitui-se como prática observada na realidade social foi deixada de lado com o advento da Nova Lei de Adoção (nº 12.010/2009), sendo permitida em apenas três casos específicos, fazendo assim com que o afeto, com toda a sua importância para o Direito de Família e na própria vida das pessoas envolvidas, fosse também deixado de lado. O presente trabalho irá analisar quais os efeitos da impossibilidade jurídica da Adoção Dirigida no Brasil.

(Metodologia) O método de abordagem utilizado será o Dialético, o método de procedimento será o histórico, comparativo e estruturalista, e as técnicas de pesquisa serão a legislação, posicionamento de órgãos jurídicos, preceitos legais e institutos do Direito de Família.

(Resultados) Os resultados, pelo fato de que a pesquisa ainda não foi concluída, são apenas previsíveis.

(Conclusão) O trabalho não foi concluído, pois trata-se de tema de TCC a ser aprofundado.

Palavras-Chave: Adoção Dirigida, Afeto, Adoção.

IMPUNIDADE NAS MÍDIAS SOCIAIS: UM ESTUDO SOBRE VILIPÊNDIO A CADÁVER, A LUZ DA LEGISLAÇÃO PENAL EM VIGOR E DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA

Autor(es):

Maria Lopes Ricardo Simões: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

(Introdução) No dia 24 de junho de 2015, um acidente de trânsito no estado de Goiás levou a óbito o cantor Cristiano Araújo e sua namorada, Allana Moraes. Imagens do artista falecido foram gravadas e reproduzidas em veículos da internet, como redes sociais, blogs de notícias e afins. A grande repercussão das imagens produzidas do cadáver de Cristiano Araújo causou constrangimento aos familiares e amigos do cantor, pois, mesmo a Polícia Civil indiciando três pessoas pelo crime referente ao artigo 212 do Código Penal, os demais responsáveis pela propagação em meio eletrônico continuaram impunes. Com isso, percebeu-se a indispensabilidade de uma alteração no artigo penal alusivo ao desrespeito aos mortos. Assim, a presente pesquisa pretende fazer um estudo acerca dos Projetos de Lei apresentados por parlamentares da Câmara dos Deputados e Senado Federal, propostos após o famoso caso, pertinentes as modificações do artigo 212 que contempla o crime de vilipêndio a cadáver.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho explicativo. Levando em consideração os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, a partir da análise de repercussão do caso do cantor goiano Cristiano Araújo. Quanto à natureza, trata-se de um método aplicado, tendo em vista que é direcionado à resolução de um problema específico, o vilipêndio a cadáver e sua propagação na internet. Também foi empregado o método dialógico de abordagem, já que a fundamentação da necessidade de alteração da lei vigente se explica por questões transdisciplinares, que envolvem direito penal e constitucional

(Resultados) A partir da averiguação do artigo 5º, inciso X da Constituição Federal que regulamenta o princípio da dignidade da pessoa humana e torna inviolável a intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, buscou-se analisar o Projeto de Lei 2237/ 2015. O referido projeto propõe a alteração do artigo 212 do Código Penal para tornar punível quem reproduz intencionalmente, em qualquer meio de comunicação, fotos, vídeos ou materiais semelhantes, os quais contém cenas ou imagens aviltantes de cadáver ou parte dele. Também assegurando esse princípio, o Projeto de Lei 436 / 2015 prevê o acréscimo de um a dois terços na pena se o agente for reincidente, divulgar ou expor em meio virtual, imagens ou vídeos de cadáver.

(Conclusão) Os dois Projetos de Lei, embora semelhantes, abordam de maneira distinta a problemática a que se propõem resolver. A proposta submetida ao Senado possui um caráter mais objetivo, colocando de forma clara punições a mais tipos de crime de vilipêndio, as quais possuem um grau de severidade mais acentuado quando comparadas ao texto original do artigo em alteração. O texto enviado para votação na Câmara dos Deputados, por sua vez, se apresenta de um modo mais subjetivo, isto é, não delimita ou propõe mudanças exatas de punição, o que torna possível a definição das sanções cabíveis por parte dos magistrados e seu julgamento caso a caso. Há, também, apenas a inserção de uma nova categoria de crime, a divulgação. Tendo isto em vista, pode-se concluir que o Projeto de Lei 436/2015 atende de forma mais apropriada, a questão a qual se propõe solucionar. Isto se deve ao fato de, ao considerar a propagação dos registros dos indivíduos expostos um crime de maior gravidade que a própria geração, o Projeto estabelece esse ato como um delito por si só, com sua própria penalidade. Ele também adota o mesmo tratamento para casos reincidentes, algo que o outro projeto não contempla. Logo, para fins de preencher as lacunas deixadas pela lei corrente, o projeto no Senado Federal é o mais adequado.

Palavras-Chave: Projeto de Lei; vilipêndio a cadáver; Cristiano Araújo; redes sociais; divulgação.

INCOMPATIBILIDADE DA REVISTA VEXATÓRIA COM A ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE FRENTE A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA

Autor(es):

Raellyn Ritter Vilela: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para se analisar a compatibilidade da revista vexatória com a ordem jurídica brasileira é fundamental ter como pressuposto seu caráter de prática institucionalizada e constante que corrói a dignidade de cerca de meio milhão de mulheres, homens e crianças pela simples ligação de parentesco ou de afetividade com uma pessoa presa. Com isso, viola-se o princípio da pessoalidade na aplicação da pena, ou intranscendência, com respaldo no artigo 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, o qual pressupõe que a sanção, em matéria penal, não deve ultrapassar a pessoa do delinquente. Considerando que esta consiste em uma intervenção ressocializadora sobre o apenado, resta evidente seu caráter estritamente pessoal. Em decorrência do elencado, a Carta Magna veda qualquer consequência da pena que atinja terceiros entretanto, é notória a discrepância entre o texto e a realidade fática no sistema carcerário brasileiro, tendo em vista que são inúmeros os efeitos de transcendência da pena, a exemplo da revista vexatória realizada, principalmente, em membros da família do apenado que acabam - muitas vezes - abrindo mão do direito à visita, fato este que denuncia a gravidade da problemática em comento.

(Metodologia) O presente trabalho possui como objetivo explicar como a revista vexatória representa – frente a ordem jurídica nacional – uma violação ao princípio da intranscendência. Assim, consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem direta. Não obstante, quanto à metodologia o trabalho em mãos faz a opção pelo método dedutivo. Esta opção se justifica porque o método escolhido permite partir da análise de um princípio geral do direito penal para um caso específico do cotidiano desta área, qual seja a revista vexatória..

(Resultados) Visando corroborar com o posicionamento aqui adotado, cumpre ressaltar que em São Paulo, segundo dados de 2012 fornecidos pela Secretaria de Administração Penitenciária à Defensoria Pública, aproximadamente 3,5 milhões de revistas vexatórias foram realizadas, mas em apenas 0,02% dos casos se apreendeu drogas ou celulares com visitantes. Assim, é inquestionável a desproporcionalidade e a inadequação do método utilizado para impedir o contato dos apenados com os objetos mencionados evidenciando ainda mais, a falaciosa fundamentação para a justificação desta prática institucionalizada.

(Conclusão) Pelo exposto, mister frisar que mesmo inspecionando de modo vexatório e rígido a genitália, as roupas e os pertences dos visitantes, armas, drogas e celulares são frequentemente encontradas nas unidades prisionais o que demonstra a ineficácia do meio utilizado, supostamente, para impedir a entrada destes objetos em âmbito prisional e evidencia a ausência de fundamentação para a manutenção de tal feito, senão pelo mero prazer em constanger uma massa que não deveria ser penalizada pelos delitos cometidos por outrem - conforme assegurado na Constituição Federal de 1988. Destarte, a incompatibilidade com o ordenamento jurídico é facilmente vislumbrada, na medida em que se detecta não só a violação ao princípio da intranscendência, mas ao direito de não ser submetido a tratamentos degradantes ou desumanos, o direito à intimidade e, principalmente, o direito à visita.

Palavras-Chave: Revista vexatória. Violação. Princípio da intranscendência.

INSCRIÇÃO POST MORTEM E A PENSÃO POR MORTE

Autor(es):

Joas Lima Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Daniela Pacheco Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
João Emmanuel Lima de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente artigo tem por objetivo tratar acerca da regularização das contribuições do contribuinte individual post mortem, para fins de recebimento pelos dependentes do segurado da pensão por morte, para tanto, o segurado precisa ter realizado atividade remunerada para que seja caracterizada sua filiação ao Regime Geral de Previdência Social.

(Metodologia) O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites, livros de doutrina e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

(Resultados) O benefício de pensão por morte é devido aos dependentes, visando à subsistência da família em caso de óbito do responsável pelo sustento. A concessão do benefício depende da ocorrência do evento morte, da condição de dependente de quem objetiva a pensão e da demonstração da qualidade de segurado do de cujus. A qualidade de segurado é comprovada através das contribuições feitas ao INSS, tendo-se em conta a necessidade de o segurado instituidor ter vertido pelo menos 12 contribuições mensais à Previdência, exceto para acidente de trabalho. Assim, no caso em que o de cujus exerceu atividade remunerada, porém não verteu as contribuições necessárias para manter a qualidade de segurado, poderia haver o recolhimento post mortem pelos dependentes, objetivando a concessão da pensão por morte. No entanto, por meio da IN 45/2010, o INSS estabelece regras de inscrição post mortem apenas para o segurado especial, no entanto, segundo João Batista Lazzari essa restrição é ilegal, pois a Lei n. 8.213/91 não contém tal vedação. Pelo contrário, a Lei de Benefícios considerada segurado obrigatório todo trabalhador aquele que exerce atividade remunerada, principalmente para aqueles que exerce atividade em caráter informal. Provada a qualidade material do efetivo exercício da atividade laboral, não há óbice ao pagamento em atraso das contribuições após a morte, tratando-se de mera regularização dos valores devidos. (TRF da 4ª Região, Quinta Turma, Apelação Cível nº 5034044-74.2011.404.7000, Relator: Rogério Favreto, D.E. 18.03.2013)

(Conclusão) Por decorrência lógica no ordenamento jurídico interno todo empregado é segurado obrigatório do Regime Geral Previdência Social, respeitando assim sua devida inscrição previdenciária, para que assim os seus dependentes façam jus ao benefício de pensão por morte, mesmo que tal regularização – ou seja, os recolhimentos das contribuições atrasadas – seja feita após a morte do trabalhador pelos seus dependentes.

Palavras-Chave: INSCRIÇÃO POST MORTEM E A PENSÃO POR MORTE

INSTITUIÇÃO DE RPPS MUNICIPAL: REPERCUSSÕES PARA O SERVIDOR PÚBLICO

Autor(es):

Maryland Dantas Bezerra Galvão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Vanessa Salustino Galvão Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Glauciene Espínola de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Juliana Mota de Lucena Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Cada ente federativo tem competência para, mediante lei específica, criar seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, com o fim de atender exclusivamente seus servidores efetivos, substituindo o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Com isso, o objetivo do estudo é destacar as preocupações dos servidores frente a iminente mudança, uma vez que sai do regime administrado por autarquia federal, o INSS, para adentrar em regime a ser administrado por Unidade Gestora, que é a forma pela qual será administrado o regime próprio.

(Metodologia) A pesquisa teve como fonte de informação a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, tendo em vista a tentativa de identificar os valores positivos e negativos implícitos por ocasião da instituição de novo regime de previdência. Para tanto, utilizamos estudos realizados sobre o tema para a fundamentação da pesquisa. Ademais, a busca de informação deu-se de maneira sistemática e racional, e foi desenvolvida com base em publicações de livros, revistas e artigos.

(Resultados) A Constituição Federal (art. 40, caput) dispõe que os regimes próprios sejam estruturados sob o critério do equilíbrio financeiro (receitas pagam despesas em determinado exercício) e atuarial (cálculos para previsão futura). Nesse contexto, constata-se que a manutenção do regime depende da responsabilidade gerencial a ser assumida pelo município como forma de garantir bons resultados, tendo em vista que a instituição do regime pode trazer inúmeros benefícios para o ente federado como: maior economia em razão da redução de alíquota no RPPS, existência de plano de custeio para corresponder ao disposto constitucional, entre outros benefícios; como para o servidor público efetivo em razão da ausência de teto e de carência, inexistência de fator previdenciário e abono de permanência. Em que pese tais considerações, a pesquisa demonstrou quem sempre o ente federado consegue cumprir com sua obrigação, gerando insegurança jurídica.

(Conclusão) À vista do exposto conclui-se que o fator determinante para o sucesso do RPPS é a “gestão”, tendo em vista que no RGPS a única preocupação do gestor é promover a arrecadação das contribuições. Já no regime próprio essa responsabilidade é ampliada e deve ser pautada de forma criteriosa, responsável e em obediência às normas do nosso ordenamento jurídico. Inobstante existirem realidades financeiras e atuariais distintas em cada RPPS, é salutar a preocupação dos servidores efetivos municipais pois é sabido que muitos municípios brasileiros apresentam situações e condutas pouco recomendáveis na gestão do RPPS, trazendo, com isso, inúmeros prejuízos àqueles que almejam contar com o benefício, diante do não adimplemento das prestações no futuro.

Palavras-Chave: RGPS. RPPS. Mudança de regime. Responsabilidade. Segurança jurídica.

INSTITUTOS APLICÁVEIS AO TRÁFICO DE PESSOAS E A MÃO DE OBRA ESCRAVA NA CADEIA PRODUTIVA TÊXTIL

Autor(es):

Danusa Alvarenga Medeiros Amorim Santos Porciúncula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bárbara Porpino Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Beatriz de Araújo Victor: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo deste trabalho é explorar as situações sobre tráfico de pessoas e mão de obra escrava no universo da indústria têxtil e compreender se é possível aplicar institutos como a Teoria da Cegueira Deliberada para configuração da terceirização ilícita através da imputação objetiva, e como o Princípio do Non-Refoulement de cunho humanitário que visa regularizar a situação dos migrantes submetidos à condições laborais degradantes e desumanas desvinculando a ordem econômica da valorização do trabalho, hipótese da prática de dumping social, nestes casos. Assim, irá abordar um assunto de relevância mundial, atual, que é o tráfico de pessoas para o trabalho em condições análogas à de escravo na indústria têxtil, que se traduz nos desdobramentos da globalização para a sonegação de direitos em favor da lucratividade e crescimento econômico em demasia tendo como consequência a patente violação aos direitos humanos destacando-se o direito à liberdade como fundamento para manutenção da dignidade social.

(Metodologia) Neste trabalho utilizar-se-á o método lógico-dedutivo através de análise bibliográfica, documental e jurisprudencial, de modo a explorar todo o vasto conteúdo escrito sobre a temática, trazendo diversas opiniões e acontecimentos, como também abordará o posicionamento de alguns tribunais e juristas sobre este tema tão debatido nas searas judiciais trabalhistas.

(Resultados) O principal resultado deste trabalho foi compreender que de fato é possível aplicar diferentes teorias e institutos para se explicar grande parte do que envolve as situações de tráfico e exploração da mão de obra escrava, pois ao compreender que apesar da profusão de normas acerca do tráfico de pessoas e o trabalho escravo, ainda se constata significativamente a execução de tais atos, buscando-se, assim, o apoio no direito civil com fulcro na Responsabilização Objetiva dos detentores de poder, no caso as empresas renomadas que empregam mão de obra deplorável para baratear e acelerar a produção obtendo lucros exorbitantes. Ainda, é possível a aplicação de teorias como a Teoria do Non-Refoulement e a da Cegueira Deliberada para explicar maneiras de se combater e compreender o comportamento do que envolve estas situações.

(Conclusão) Diante disto, após fazer uma análise sobre os objetivos deste trabalho e os resultados por este apresentados, conclui-se que as teorias explanadas visam contribuir como embasamento teórico para fundamentar e atribuir a responsabilidade objetiva dos mais favorecidos e grandes detentores do poder que são os beneficiários finais, assim não há que se medir esforços para concretizar a dignidade humana através do maior instrumento que se pode dispor para tanto: o direito do trabalho. Além disso, conclui-se ainda que a responsabilização deve acontecer no âmbito administrativo, civil, penal e trabalhista seja por meio de sanções, medidas de combate, apoio às vítimas, obstar a reincidência, obrigações de fazer, não fazer, indenizações, entre outros meios.

Palavras-Chave: trabalho em condições análogas à de escravo; tráfico de pessoas; setor têxtil.

INTERVENÇÃO DA OTAN NA LÍBIA: RESPONSABILIDADE DE PROTEGER X DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

João Pedro de Macêdo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Luiza de Lima Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mariana Socoloski Fernandes de Jesus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Adna Dâmaris Fonseca da Fé: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Entre 2010 e 2011, período histórico conhecido como Primavera Árabe, eclodiram mobilizações populares em países do oriente médio que estavam submetidos a regimes ditatoriais e a abusos de poder. Desta feita, os ditadores responderam a estas mobilizações através da repressão e violência, acirrando ainda mais o clima de revolução. Na Líbia, o ditador Muammar Kadafi aperfeiçou seus métodos violentos de repressão, instaurando no país uma guerra civil, de rebeldes contra governo. Havia notícias de duras violações contra os direitos humanos perpetrados por desmandos de Kadafi, de forma que a comunidade internacional se mobilizou visando solucionar esta crise humanitária. Neste sentido, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) expediu duas resoluções de números 1970 e 1973, invocando a responsabilidade de proteger como motivo plausível para permitir uma intervenção militar a ser promovida pela Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN). É neste contexto que o presente trabalho pretende analisar se o princípio da responsabilidade de proteger foi devidamente utilizado para justificar tal investida ou se houve gratuita violação ao princípio da soberania na Líbia.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa qualitativa, para tanto, esse estudo se fundamenta em pesquisas exploratórias e de levantamento de informações por meio de fontes documentais, sítios eletrônicos e legislações internacionais, amparado por uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito internacional, direitos humanos e relações internacionais, alcançando os resultados do trabalho através do método lógico-dedutivo.

(Resultados) De acordo com a Carta das Nações Unidas, a não intervenção é tratada como princípio basilar deste sistema, enquanto o uso da força somente é permitido em casos excepcionais como, por exemplo, de legítima defesa ou ameaça à paz e segurança internacionais. Assim surge uma tentativa de relativização desses princípios, de modo que a intervenção estrangeira nos territórios seja legítima. Diante de casos de emergência humanitária, surge uma necessidade de conciliação entre os institutos da soberania e proteção dos indivíduos presentes em um território. Sendo assim, a Organização das Nações Unidas passa a ter legitimidade, por meio de seu CSNU, de autorizar ações militares se for verificado as hipóteses acima descritas. Neste sentido, estabeleceu-se seis critérios importantes a serem preenchidos para que seja legítima a intervenção, quais sejam: dano irreparável sério, ou ameaça à integridade de seres humanos, autorização por parte da autoridade legítima, que este seja o último recurso para solução do conflito, assim como força-tarefa proporcional, e uma perspectiva razoável, uma vez que as consequências das ações não devem causar um dano pior do que em caso de inação.

(Conclusão) O caso da Líbia e da Operação Unified Protector teve como base o instituto da responsabilidade de proteger, o qual não só deu legitimidade ao CSNU para autorizar a intervenção, como também conferiu ao órgão a responsabilidade de pesar os meios a serem usados para que tal intervenção ocorra. A implementação das resoluções 1970 e 1973 do Conselho de Segurança, constituíram-se como fundamento jurídico para que a OTAN utilizasse de "todos os meios necessários", coadunando com uma situação de excesso dos poderes a ela concedidos, transcendendo a questão central de proteção internacional e imparcial, permitindo uma atuação invasiva da OTAN, restando duramente criticada pela comunidade internacional. Assim, resta claro que diante da violência na Líbia durante a Primavera Árabe, em 2011, surgiu a necessidade da intervenção da OTAN, para garantir e evitar que mais direitos humanos acabassem sendo violados. No entanto, a OTAN excedeu seus poderes, contribuindo para mais violações.

Palavras-Chave: Intervenção. Responsabilidade de Proteger. Direitos Humanos.

INTERVENÇÃO PARA FINS HUMANITÁRIOS: UMA NECESSIDADE OU UMA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA?

Autor(es):

Marcus Winicius de Lima Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Emanuele de Sales Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
AMANDA RAISSA CAMARA DA COSTA JOTA: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Tiago Tadeu Santos de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Elizabeth da Silva Barros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) No presente trabalho, objetivamos analisar as intervenções de cunho humanitário que visam resguardar os chamados direitos humanos, pois, estes possuem, na atualidade, um papel central enquanto vias de acesso ao próprio sistema jurídico, adquirindo no âmbito internacional uma posição de destaque. Ocorre que, devemos atentar para princípios importantíssimos para o bom funcionamento do Estado, como por exemplo o da soberania. A questão que se pretende levantar não é simplesmente a legitimidade para a flexibilização da soberania, mas, também, os motivos diretos e indiretos que levam à intervenção. Explanaremos sobre a diversidade cultural, de modo a esclarecer o porquê de uma nação ter que se submeter à determinadas normas de abrangência mundial.

(Metodologia) A pesquisa é composta por três etapas. Inicialmente efetuamos o levantamento do referencial teórico-normativo existente sobre a temática. Após, dissertaremos sobre direitos humanos, trazendo seu conceito e outros aspectos técnicos, destacaremos como ocorre uma intervenção humanitária, buscando demonstrar as características, trazendo um caso prático para melhor compreensão. Por fim, analisamos a necessidade e relevância das intervenções, com um olhar crítico, falamos sobre a problemática do que seria dignidade humana, do que, de fato, seria razoável para admissão do procedimento de intervenção, a fim de garantir a segurança jurídica mundial.

(Resultados) Há de se destacar que, a intervenção humanitária tem uma finalidade muito específica e arraigada da mais louvável intenção. Com o transcorrer da história da humanidade, restou evidente que esse tipo de procedimento se tornou necessário, pois, mesmo com a diversidade cultural, com sistemas jurídicos totalmente distintos entre as nações ou até mesmo por questões ideológicas, a intervenção se mostra como um instrumento hábil a resguardar os ditos direitos humanos. Contudo, devemos dizer que para a ocorrência, deve-se observar minuciosamente os critérios estabelecidos, de modo que, a não observância deslegitima totalmente o ato.

(Conclusão) Direitos humanos será sempre um assunto sério, que causará controvérsias no seio da sociedade. Contudo, nós, profissionais do direito, devemos nos desvincular do senso comum que assola a maior parte dos discursos sobre o tema e enxergar com os olhos do ordenamento jurídico, buscando sempre a melhor aplicação das leis e normas em geral. Neste trabalho, temos a oportunidade de nos afastar do “lugar comum” e buscar discutir não só sobre a ciência jurídica, mas temos a oportunidade de estudar o que traz sustentação a tudo, que é a ciência humana.

Palavras-Chave: Intervenção Humanitária, Direitos Humanos, Soberania.

LABELLING APPROACH: ATÉ QUE PONTO O PRECONCEITO FORMADO POR UMA SOCIEDADE INTERFERE NA VIDA DO INDIVÍDUO DESVIANTE?

Autor(es):

Gustavo André Fernandes Silveira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Kahena Campos de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Labelling Approach ou teoria do etiquetamento está caracterizada como a rotulação desviante da criminalidade, não sendo uma entidade ontológica pré-constituída à reação social e penal, mas sim uma etiqueta atribuída a determinados indivíduos por meio de processos de interação social, ou seja, processos formais e informais de definição e seleção, logo, o comportamento desviante é o rotulado como tal. Neste sentido, compreendendo que a reação social e o aparato estatal como rotuladores das condutas desviantes, buscamos discutir a profundidade desse processo no agravamento da ineficácia do ativismo penal. Este artigo analisará tais comportamentos da sociedade e dos indivíduos, bem como suas influências reflexas na vida dos sujeitos desviantes, observando as determinantes necessárias.

(Metodologia) Através do método dedutivo, baseado nos princípios penais conhecidos, pretendemos analisar os problemas gerados pela teoria do etiquetamento e suas resoluções através das políticas públicas.

(Resultados) Como já foi mencionado anteriormente, o Labelling Approach refere-se ao etiquetamento do indivíduo por meio de suas ações, classe social em que se encontra, lugar onde reside, cor da pele, dentre outras determinantes. E tratando-se de indivíduos desviantes, precisamos compreender que estes são etiquetados por fugir ao padrão da sociedade e fazer algo que é recriminado. Assim, todo indivíduo que tiver um antecedente criminal, por exemplo, será rotulado como desviante e desde então passará a ser julgado pela sociedade e pelo meio em que vive. Mas como a teoria do etiquetamento reflete na vida destes indivíduos desviantes? E qual o papel exercido pela sociedade? A título de exemplificação, temos um indivíduo com antecedente criminal (todo e qualquer envolvimento com o Poder Judiciário na esfera penal), que mora em uma favela, é de classe social baixa e está desempregado. No consensualismo social, o indivíduo em questão estaria à margem do grupo social caracterizado normal, resultado este alimentado pela ideia do etiquetamento. Neste imaginário, ainda podemos inferir, que tal indivíduo terá extrema dificuldades em encontrar um emprego, pois seu antecedente criminal lhe condena para futuros atos, não merece confiança e não importa por qual motivo. A sociedade irá julgar, interferir e apontará o dedo sempre que puder, jamais levará em consideração alguma suposta mudança deste indivíduo. Quem em sua consciência daria alguma oportunidade ou confiança a ele? Fica o questionamento.

(Conclusão) Data vênia resta claro que a principal falha encontrada neste sistema, identifica-se pela sociedade em que vivemos, juntamente com nosso ativismo penal que insiste em punir. Montesquieu já afirmava que toda pena que não advier de absoluta necessidade é tirânica e a sociedade em seu julgamento no caso dos indivíduos desviantes também será. Por conseguinte, a funcionalidade do nosso sistema penal vê-se corrompido, tendo em vista que não reprime, não hostiliza e tampouco elimina as supostas condutas desviantes, servindo apenas para ampliação das desigualdades sociais, baseando-se na criação do conceito de criminalidade por meio de processos formais e informais de definição, os quais jamais observariam as peculiaridades de cada indivíduo, mas sim as circunstâncias em que se inserem. Ainda sem mencionar as faltas de oportunidades existentes para estes indivíduos desviantes que a sociedade faz questão de limitar ou cessar. Portanto, as soluções para os diferentes problemas encontrados não está na promoção de um ativismo penal, mas sim na melhoria e expansão das políticas públicas diversas e nos projetos de reintegração social voltadas aos direitos e garantias.

Palavras-Chave: Sociedade, preconceito, rótulo, humanidade e cidadania.

LEI 11.340/06 - LEI MARIA DA PENHA: A IMPORTÂNCIA DA SENSIBILIZAÇÃO DO OPERADOR DO DIREITO

Autor(es):

Pablo Ramon da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem por objetivo suscitar reflexões acerca da importância da sensibilização do operador do direito que atuam nos casos enquadrados pela Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Tema que merece destaque, visto que trata de uma lei inovadora, que recentemente completou 10 anos de existência e trouxe importantes resultados para a sociedade, em especial ao público feminino, constrói-se o seguinte questionamento: até que ponto a desumanização do tratamento aplicado pelo profissional do direito à vítima pode contribuir para a desistência da denúncia? Não se quer nesta pesquisa expor de maneira definitiva e fechada, as razões dessa desumanização, na verdade, o que se anseia é o inverso. Busca-se traçar um estudo reflexivo-crítico sobre o tema, ao mesmo tempo que objetiva tornar o Direito um ramo mais flexível, contribuindo para que ele possa interagir com os demais setores da sociedade, e que por consequência, faça com que a lei em estudo seja mais efetiva, excluindo as lacunas existentes e amenizando o trauma causado pelo atentado contra a integridade física da mulher.

(Metodologia) O trabalho foi concebido segundo o método de abordagem dialético, partindo do estudo de casos concretos em busca de avaliar uma realidade social, levando-se em consideração o contexto social, histórico e educacional. Importante destacar que o estudo baseara-se na doutrina, registrando o entendimento dos principais estudiosos da área, em conjunto com as leis, que já se encontram efetivadas no cenário legislativo, ou que ainda estejam em processo para efetivação, e a entrevista, sendo ponto forte do estudo, extraindo-se a realidade diretamente da vítima, catalogando, através do método de procedimento estatístico, os pontos que se assemelham em cada caso, o que pode-se entender como um padrão de resposta, e por isso, um padrão de resultados, e de mesmo modo, catalogar os pontos divergentes de cada caso, através do método de procedimento do estudo de cada caso.

(Resultados) Espera-se com o estudo conseguir identificar a importância que o operador do direito exerce, com seu trato humanizado, sobre a persecução penal nos casos enquadrados na Lei Maria da Penha. Além disso, procura-se conhecer as causas que levam a “robotização” do profissional do direito durante sua formação acadêmica. Em complemento, busca-se traçar meios para que o ramo do direito possa dialogar com outras matérias da sociedade, tornando um ramo menos impositivo e aberto a troca de experiências. Além disso, espera-se produzir rico estudo sobre a lei Maria da penha, relatando seus benefícios a sociedade, sua atual situação, história e comparando-a com outros ordenamentos, identificar setores que possam ser importados para o Direito brasileiro a fim de tornar uma lei produtiva e eliminar as lacunas existentes.

(Conclusão) Em síntese, espera-se concluir a grande importância que o trato mais humanizado as vítimas de violência, em especial do sexo feminino, contribui significativamente para efetividade na aplicação da Lei Maria da Penha. Ademais, deseja-se evidenciar que o atual direito é um ramo ainda fechado ao relacionamento com outras matérias da sociedade, em vista disso, acaba por impedir sua flexibilização, impossibilitando a troca de experiência e surgimento de novas formas de operar em sociedade. Aspira-se concluir ainda que a lei maria da penha necessita de maior discussão, permitindo o debate para que as lacunas existentes (a exemplo da possibilidade de a vítima desistir da denúncia) possam ser aniquiladas.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Relação Humana. Humanização. Mulher.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Autor(es):

Thybério Luís de Queiróz Santiago: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O benefício de prestação continuada é uma política pública derivada da assistência social, uma espécie da seguridade social, compreendida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social. Para tanto, é destinado às pessoas portadoras de necessidades especiais e a idosos, que devido as condições especiais, não podem suprir o seu próprio desenvolvimento, ou o desenvolvimento de sua família, à fim de garantir a promoção dos direitos sociais, inserindo estas pessoas na sociedade a modo que possa desenvolver-se. A concessão do benefício está diretamente ligada ao princípio da dignidade da pessoa humana, inserido na Constituição Federal.

(Metodologia) Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que a concessão do benefício de prestação continuada está sendo limitada ao ponto de não alcançar o seu objetivo, contrariando o princípio da dignidade da pessoa humana e as políticas públicas derivadas da Constituição Federal. Por conseguinte, utilizou-se o método histórico, descritivo e comparativo, de modo a que iremos analisar o verdadeiro objetivo da concessão do benefício partindo de uma análise histórica, associando o seu contexto social com a atual sociedade, à fim de abranger um número maior de pessoas destinadas a receber o benefício.

(Resultados) No Brasil, encontramos reiteradas vezes situações em que a Administração Pública, valendo-se dos critérios objetivos fixados na lei orgânica de assistência social e em detrimento do restante do ordenamento jurídico, acaba por negar o benefício àquelas pessoas que se encontram diante da necessidade de prover os seus direitos sociais limitados por uma condição especial. Observa-se que mesmo diante de jurisprudências contrárias a essa lei orgânica, a Administração Pública se vale desta lei para, em massa, negar esse benefício, de modo a ferir a Constituição e contrariar seu superior hierárquico, restringindo a promoção dos direitos sociais destas pessoas e agravando, em diversos casos, o estado físico e mental.

(Conclusão) Valendo-se do princípio da Legalidade, a Administração Pública fere a Constituição ao negar-se a cumprir sua decisão e suas políticas públicas, que caracterizam a Assistência Social. Para tanto, é necessário reformular a lei orgânica de assistência social a modo que supra a verdadeira necessidade dessas pessoas portadoras de necessidades especiais, acompanhando a evolução da sociedade, promovendo os seus direitos e contribuindo para sua inserção e desenvolvimento. É necessário eximir-se da ideia de caridade e enxergar a verdadeira realidade social e as políticas públicas destinados a ela.

Palavras-Chave: Seguridade social, assistência social, Constituição Federal, lei orgânica de assistência social.

LIMITES CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE IMPRENSA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO

Autor(es):

Luana Maria Figueiredo de Lima Caldas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maíra Nardy Moura Fé: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mariana de Medeiros PÃ©res: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Frente aos limites constitucionais da liberdade de imprensa e do acesso à informação é imprescindível analisar como funciona a dinâmica midiática, já que esta desempenha função incontestável, influenciando a sociedade, por meio da difusão informacional que a mesma promove. A presente pesquisa busca portanto, constatar o pressuposto ético que engloba tal meio comunicativo, bem como expor o alcance dado pela Constituição brasileira, tutelando as liberdades de comunicação no geral, com base no percurso histórico-evolutivo evidenciado no arcabouço social. Neste contexto, averiguou-se o adultério promovido pela mídia, atingindo a coletividade, corroborado principalmente pela ambição lucrativa que transforma a notícia em mera mercadoria, além da alienação causada pela forçosa imposição ideológica repercutida na vida do indivíduo.

(Metodologia) Consiste em uma pesquisa qualitativa, de vertente exploratória. Em consonância com o exposto, utilizou-se o método de abordagem dialógico, contendo correlação transdisciplinar entre Direito Constitucional e Ciências Sociais, certificada a correspondência diante das informações assimiladas pela sociedade e a abrangência constitucional imposta a este meio de comunicação. Quanto ao método de procedimento foi utilizado o histórico, objetivado pelo progresso conquistado no Brasil ao terem asseguradas certas liberdades anteriormente não previstas na Constituição. Assim, comprova-se que as técnicas presentes derivaram do supracitado, isto é, legislativa e histórica.

(Resultados) A Escola de Frankfurt trouxe uma nova percepção que apontou a Indústria Cultural como sistema político e econômico, visando reverter bens de cultura em mercadorias e estratégias de controle social, convertendo o objetivo de transmitir conhecimentos pela então pretensão de obter opções rentáveis. Partindo desta lógica, pode-se perpetrar um paralelo entre a organização da imprensa com o clássico de Platão, "Alegoria da Caverna", em que o "mundo" vivido por determinados indivíduos, os limita a crer exclusivamente na percepção simbólica visualizada por eles. A proximidade da relação metafórica se dá pelo fato de que as informações repassadas perpassam por um teor estabelecido como "verdade absoluta", igualmente ao ambiente vivenciado pelos prisioneiros, não confrontando o que lhes é imposto, provocado pela ausência de um juízo de valor próprio. Trazendo esta perspectiva para a história brasileira, cabe referência à Ditadura Militar, conhecida por ser um período radicalista em que a mídia era veiculada como mecanismo de manipulação da massa. Os principais expoentes para a nascente limitação aos meios de comunicação foram: Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e o Ato Institucional nº5, expressando autoritarismo ímpar do ponto de vista jurídico, que ocasionou significativa pressão com o escopo de efetivar o policiamento voltado aos interesses do poder regente. Tal panorama contribuiu para dar origem à Constituição Federal de 1988 passando esta a assegurar direitos referentes à comunicação social, que versa sobre livre arbítrio, liberdade de imprensa e censura.

(Conclusão) Constata-se assim, mediante toda a desenvoltura relatada, a presunção do dever de imparcialidade atrelada à imprensa, a fim de proporcionar uma produção normativa que visa proteger o previsto no ordenamento jurídico brasileiro, preconizando afastar qualquer intervenção que venha a ferir a veracidade dos dados proferidos. Deste modo, é premente e necessário extinguir privilégios públicos e/ou privados, impulsionar a democracia, pluralizando a informação frente aos seus meios de difusão e possibilitar repartir igualmente o conhecimento informacional; permitindo, inclusive, a integração popular no que tange o desencadear das notícias que despertam interesse geral, devendo partir da consciência de cada indivíduo, aguçado pelo senso crítico, filtrando os informes receptados. Por conseguinte, a função social da mídia se evidencia a partir do compromisso e responsabilidade que os seus profissionais adotam perante a sociedade. Busca-se combater as artimanhas que mascaram a realidade, desarticulando a estrutura do processo comunicativo, já que essas noções, ao invés de adquirirem caráter informacional, se tornariam banais instrumentos de cunho manipulativo.

Palavras-Chave: Liberdade de Imprensa. Acesso a Informação. Constituição Federal. Imprensa.

MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO - PL Nº5.807, DE 2013: UMA ANÁLISE SOBRE UM POSSÍVEL EXCESSO DE INTERVENCIONISMO POR PARTE DO ESTADO E AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA APROVAÇÃO

Autor(es):

Arthur Leandro Pipolo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Germano Praciano de Sousa Junior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A partir da análise da atividade mineradora no Brasil e do PL Nº5.807, de 2013 (Novo Marco Regulatório da Mineração), é importante ressaltar que “a mineração é uma indústria, por tanto ela depende de tecnologia, de talentos técnicos/profissionais, de intenso capital de risco, e é uma atividade de longa duração, exigindo atributos especiais nas legislações que a orientam”. O referido projeto de lei tem como principais características: A regulação, ou seja, tem o intuito de trazer uma nova legislação mineral; A segunda característica é administrativa/institucional, visa a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPMM); E a terceira tem o caráter de tributação e taxação, estando relacionado com o aumento da CFEM (compensação financeira pela exploração de recursos minerais). Porém, a forma que esse projeto foi construído levanta um sério questionamento; Não há exagero ou excesso de intervencionismo por parte do Estado brasileiro? Será que o novo marco regulatório possui o respaldo formal (respaldo da lei) e observam os princípios da administração pública? Foi observado que existe uma grande contradição entre o que o governo pretende ou projeta com a implantação dessas novas regulações e a realidade ou consequências que a implantação das mesmas gerará na mineração. Nesse contexto será problematizado se há abuso do poder estatal, quais são os seus limites e quais as consequências de uma possível aprovação deste projeto de lei.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram utilizadas: Pesquisas bibliográficas, de caráter exploratório, mediante análise de artigos em jornais, palestras, projeto de lei, Constituição Federal e discussões com geólogos, empresários e profissionais da área jurídica como também da área de geologia e mineração com a finalidade de ter uma melhor compreensão dos limites estatais, mas também das consequências positivas e negativas da implantação do PL Nº 5.807, de 2013 para o Brasil.

(Resultados) Ao confrontar a pretensão e argumentos do Estado mediante a implantação do PL Nº 5.807, de 2013 com as pretensões e argumentos da classe mineradora e de relevante interesse social, foi observado uma grande contradição. O governo diz que quer modernizar a lei, quer atrair investimentos, quer usar racionalmente os recursos minerais e tem o interesse de beneficiar a sociedade com tais alterações no marco regulatório. Porém, a “sociedade” (em especial a classe empresarial e trabalhadora) afirma que esta medida resultará em um exagerado intervencionismo, ou seja, o PL concentrará o poder nas mãos do governo federal e ainda mais, afirmam que o novo marco regulatório não tem nada de moderno, pois é uma cópia do modelo que regula as atividades do petróleo e gás natural. Aprová-lo nas condições mencionadas, seria o mesmo que optar pelo retrocesso do setor mineral.

(Conclusão) É notória a necessidade de que o Estado tire proveito da atividade mineradora (tributos, controle, fiscalização...), isso é indiscutível. Porém, o atual marco regulatório é avaliado como um bom código, pois reflete uma estabilidade política, econômica e legal no setor. Como todo e qualquer ordenamento deve acompanhar e se adequar a evolução social, como também a própria atividade, ou seja, sugerimos que a medida mais prudente nesse determinado momento seja a de manter o atual código, seguindo com as discussões cabíveis entre os poderes e a sociedade (sem pressa), de forma democrática, visando o melhor para o país, mas não impedindo a sua modernização, melhoramento, aperfeiçoamento através dos mecanismos legais, que possam fazer as mudanças necessárias.

Palavras-Chave: Mineração; Marco regulatório; Consequências; Intervencionismo Estatal.

MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS: ANÁLISE DO AVANÇO LEGISLATIVO BRASILEIRO E O PROJETO DE LEI 2.833/2011

Autor(es):

Chellida Uiara Paulino da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho irá discutir os direitos dos animais, voltado principalmente para a defesa dos animais domésticos, e com foco no Projeto de Lei nº 2.833/2011. Ao longo deste trabalho busca-se demonstrar a evolução da relação intimista entre o ser humano e os animais, ou seja, o surgimento da domesticação desses, além da evolução legislativa a nível mundial de proteção aos animais. No entanto, a evolução brasileira estará mais evidenciada, tendo em vista a necessidade de discutir a eficácia da legislação vigente. Além da evolução histórica legislativa, demonstrará uma análise da Lei nº 9.605/98 sobre Crimes Ambientais, a qual permitiu a criminalização dos maus tratos contra animais domésticos. Além de apresentar a problemática dos maus tratos no Rio Grande do Norte, evidenciando a atuação do Ministério Público Estadual no combate a essas práticas. O principal objetivo é indicar a necessidade de inovação legislativa no âmbito dos direitos dos animais, principalmente quanto aos domésticos, tendo em vista a disparidade das penas relacionadas a outros crimes de certa forma semelhantes.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi o método hipotético dedutivo, utilizando documentações diretas e indiretas, a legislação vigente e os Projetos de Lei que buscam defender os direitos dos animais, com ênfase no Projeto nº 2.833/2011, o qual versa sobre a criminalização de condutas contra cães e gatos, além da previsão de penas mais gravosas para as condutas já previstas na Lei 9.605/98, buscando expor as dificuldades de aprovação do referido projeto, bem como demonstrar a sua importância para a diminuição dos maus tratos. Além disso, me dirigi ao Ministério Público Estadual, mais precisamente à 28ª Promotoria de Justiça, responsável pela fauna dentro as Promotorias do Meio Ambiente.

(Resultados) No Rio Grande do Norte, em consulta aos dados da Promotoria do Meio Ambiente não foi possível quantificar o número de denúncias sobre maus tratos contra animais domésticos, no entanto, foi estimado que 90% dos casos relacionados à fauna versam sobre esse tema. Atualmente existem avanços nessa conquista, inclusive fora do Brasil, contribuindo para a construção de um entendimento mundial acerca da proteção animal e da necessidade de reconhecimento dos seus direitos. No Brasil, várias ferramentas estão sendo desenvolvidas ou, já foram desenvolvidas recentemente buscando efetivar esses direitos.

(Conclusão) Apesar de vulneráveis, os animais estão protegidos constitucionalmente e, cabe ao Estado efetivar esta proteção. A forma mais efetiva de garantir os direitos dos animais é através dos Projetos de Lei que visam expandir os direitos hoje existentes, pois ainda são insuficientes para garantir o bem estar dos animais, principalmente domésticos. Por estarem em segundo plano no texto constitucional, esses animais são desprivilegiados pela legislação vigente, já que a Lei 9.605/98 prevê um único artigo para a proteção aos animais domésticos, deixando de lado várias condutas ofensivas e, criminalizando apenas os maus tratos, com pena máxima de um ano de detenção. Apesar das falhas atuais, o poder legislativo vem desenvolvendo diversos projetos de lei, na busca de efetivar mais direitos aos animais, criminalizando condutas hoje banalizadas. O aumento das penas e o reconhecimento de outras condutas como crime já são um grande avanço para satisfazer a sociedade quanto a proteção à fauna em geral. Porém, são muitas as dificuldades para efetivação dos projetos em trâmite atualmente. A proteção animal deve ser priorizada frente a tantas dificuldades, cabendo ao Estado viabilizar uma forma eficaz de efetivação das possíveis leis provenientes dos projetos em curso, especialmente do PL 2.833/2011, pois, em geral, é o projeto mais abrangente para a preservação do bem estar animal.

Palavras-Chave: Maus tratos. Animais Domésticos. Legislação. Projetos de Lei.

MERCOSUL: O DILEMA DA LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES IMIGRANTES

Autor(es):

Adna Dâmaris Fonseca da Fé: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL é uma organização internacional que foi criada a partir do Tratado de Assunção em 1991. Desde a sua criação, o MERCOSUL busca alternativas que visam a melhor forma de incentivo para os seus membros, de modo que fomentem seu desenvolvimento através dos processos de integração, e assim, da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Seguindo essa lógica, a livre circulação de trabalhadores se faz essencial, uma vez que ela agrega os valores dispostos nos objetivos do MERCOSUL, que em seu contexto almeja, de forma geral, abranger o âmbito econômico e também social, dentro da proposta de inserção laboral e das garantias sociais buscadas pelo bloco. A livre circulação de trabalhadores é um ponto importante, fundamental para a consolidação de um bloco econômico, uma vez que além de envolver o lado econômico, também engloba a questão social, essencial para o desenvolvimento de uma nação, bem como para um bloco econômico.

(Metodologia) Partindo do pressuposto que só existe pesquisa quando as ideias são apoiadas por procedimentos metodológicos, esta pesquisa tem caráter descritivo (possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência), bem como caráter documental-descritivo, e reflete acerca da livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL, expondo os principais problemas encontrados na atualidade, no que diz respeito às leis trabalhistas e disparidades entre os países-membros.

(Resultados) A dificuldade em uniformizar as legislações trabalhistas ainda tem sido uma barreira para a livre circulação de mãos-de-obra, e conseqüentemente para o avanço do processo de integração. O fluxo de migração por trabalho nos últimos anos dentro do bloco tem crescido consideravelmente, mas não suficientemente. No entanto, as ampliações de disposições previstas no Tratado de Assunção quanto às garantias dos trabalhadores estrangeiros ainda sofrem revisão. Essa questão abrange a busca por qualificação dos Estados Membros que desejam se integrar, mas buscam regulamentação para que não haja evasão de mão de obra qualificada nem perda dos postos de trabalhos locais por estrangeiros que cobriam menores salários. Como explica Sanches (2010), a questão apresenta grande complexidade, pois além de abranger a livre mobilidade de trabalhadores e a supressão de obstáculos oriundos de sua nacionalidade, compreende também a criação de mecanismos que garantam a igualdade de direitos e condições de trabalho aos nacionais de cada Estado-membro no país onde exerçam suas atividades, sujeitando-os tão somente às regras oponíveis aos cidadãos locais, sendo reconhecidos.

(Conclusão) Por se tratar de uma questão com grande complexidade, as disposições do tratado, mostram a complexidade do fluxo de pessoas onde também, o âmbito jurídico deverá dispor o alinhamento com as garantias dos direitos do cidadão quanto à proteção dos trabalhadores. Ademais, vale ressaltar um ponto importante referente à livre circulação de mão de obra dentro do MERCOSUL está disposto no XIV Artigo, que estabelece a promoção do crescimento econômico como uma forma de ampliar os mercados regionais e internos, fomentar a criação de empregos para aumentar o nível de qualidade de vida, e dessa forma balancear as disparidades sociais regionalmente. Devido às diferenças entre os objetivos políticos dos países membros, inúmeras questões relacionadas ao dilema da livre circulação de trabalhadores continuarão sem uma solução definitiva, entretanto, a institucionalização dos direitos trabalhistas fará com que o MERCOSUL alcance um patamar mais elevado, gerando assim o desenvolvimento social e econômico regional.

Palavras-Chave: MERCOSUL; Integração; Imigração; Livre circulação de trabalhadores

MÍNIMO EXISTENCIAL COMO LIMITE À APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL NO ÂMBITO DO DIREITO À SAÚDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) No primeiro semestre do ano é elaborada a Lei Orçamentária do Rio Grande do Norte, a qual elenca a distribuição de recursos para os mais diversos setores, sendo destacado neste trabalho o setor da saúde. Porém, mesmo com essa distribuição, existe uma precariedade no sistema, o Rio Grande do Norte alega não possuir recursos orçamentários suficientes para o desenvolvimento da saúde, o que ocasiona um déficit e consolida uma afronta à existência humana digna, uma vez que dificulta o acesso da população à esse Direito tão importante na nossa sociedade. É dentro deste contexto que o Estado argumenta à luz do princípio da Reserva do Possível, mecanismo pelo qual o Estado busca se afastar da responsabilidade de assegurar os Direitos Fundamentais aos indivíduos, não possuir recursos financeiros para investir nos mais diversos setores da sociedade. No entanto, este princípio é utilizado de forma desenfreada, o que desencadeia uma ameaça ao Mínimo Existencial, cujo principal objetivo é garantir os direitos indispensáveis à existência humana digna - buscando sempre garantir as melhorias necessárias para que os Direitos Fundamentais como a saúde sejam devidamente oferecidos e à Dignidade da Pessoa Humana respeitada, pois exige que o Estado ofereça condições para que haja eficácia plena na aplicabilidade do direito à Saúde.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental de cunho exploratório. Considerando o objeto de pesquisa, utilizou-se o método hipotético-indutivo, partindo da formulação de uma hipótese que será verificada e analisada ao longo do trabalho, de que existem situações concretas de violação aos Direitos Fundamentais, buscando uma solução que englobe tributação, justiça social e direitos humanos. Por fim, fizemos o uso do método comparativo, uma vez que foram realizadas análises da aplicação da Lei Orçamentária Anual do Rio Grande do Norte e da Reserva do possível sob a ótica da Dignidade da Pessoa Humana, e do método descritivo, ao buscar conceituar os dois instrumentos aqui debatidos, Reserva do Possível e Mínimo Existencial, buscando uma delimitação de seu campo de atuação para que se tenha o garantimento do Direito à Saúde e o respeito à Dignidade da Pessoa Humana.

(Resultados) Observa-se que a Reserva do Possível entra em choque com o Mínimo Existencial, pois ao mesmo tempo em que reconhece a limitação do Estado em garantir os Direitos Fundamentais, determina que o mesmo tem a obrigação de oferecer tais direitos para a sociedade, uma vez que são assegurados pela Constituição Federal.

(Conclusão) Diante das considerações apresentadas e tendo como ponto de partida o princípio da dignidade da pessoa humana, a conclusão que se obtém é a de que é dever do Estado do Rio Grande do Norte garantir as condições mínimas para que o indivíduo tenha acesso à saúde de forma digna.

Palavras-Chave: Reserva do Possível. Mínimo Existencial. Direitos Fundamentais. Lei Orçamentária do Rio Grande do Norte.

MOVIMENTO MIGRATÓRIO: VANTAGENS E DESAFIOS PARA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Autor(es):

Lorena de Araújo Queiroga e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Paulo Márcio Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Wendell Henrique Silva Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho pretende trazer à comunidade jurídica e a toda a sociedade uma reflexão favorável e menos apegada ao senso comum sobre o movimento migratório dos povos que não é um fenômeno exclusivamente do nosso século. O mundo globalizado requer um regramento migratório mais ameno, mas para isso, é necessário repensar valores econômicos, sociais, políticos, culturais cujos fundamentos encontram respaldo não só no Direito Internacional, mas também nos Direitos Humanos. Este estudo também tem como escopo desmistificar argumentos que chancelam as justificativas que defendem o não desenvolvimento dos movimentos migratórios, tais como: imigrantes que roubam empregos locais; argumentos de que as populações locais não precisam de "pessoas de fora"; imigrantes não são empreendedores, eles fazem os índices de pobreza se elevarem; entre outros pensamentos infundamentados e até preconceituosos. Nesse contexto, pretendemos com este estudo desnudar as consequências negativas da imigração, chamando atenção para os aspectos positivos (que não são mínimos como muitos pensam) trazidos pelos imigrantes.

(Metodologia) Este trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória-explicativa a qual se dará através de levantamento bibliográfico que não pretende esgotar o tema em questão, pelo contrário, pretende apresentar a sociedade um novo prisma sobre a questão dos movimentos migratórios que são, há um bom tempo, capazes de trazer influências positivas as mais diversas populações locais.

(Resultados) A pesquisa mostra que os argumentos favoráveis aos movimentos migratórios não ferem a soberania dos Estados. Ademais, a pesquisa ressalta a importância dos imigrantes para o avanço e desenvolvimento dos diversos grupos locais. Segundo o relatório de desenvolvimento Humano (2009) da Organização das Nações Unidas, os imigrantes aumentam a produtividade econômica dos países que os recebem com custo irrelevante ou inexistente para os cidadãos nativos. Além disso, é sabido que os imigrantes são uma forte e impactante influência para o desenvolvimento humano dos países de origem.

(Conclusão) A presente pesquisa busca reconhecer uma realidade no mundo contemporâneo; que em todos os países existem imigrantes e que estes não são os responsáveis pelas crises econômicas ou políticas enfrentadas pelas populações locais. Pelo contrário, os imigrantes em um país acabam por trazer à tona a expectativa de que a presença deles poderá trazer vários benefícios econômicos, a saber: capacidade de incentivar as economias locais com seus espíritos empreendedores, além de poderem ser a resposta mais rápida contra o problema do envelhecimento da população produtiva de um Estado.

Palavras-Chave: Movimento migratório; Aspectos favoráveis a imigração; Imigração; Direito Internacional; Sociedades Internacionais.

MULHERES TRANS E TRAVESTIS SOB A LUZ DO BINARISMO SEXUAL: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES NO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL EM FACE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Fernanda Mayra Santos de Vasconcelos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Alyssa Gabriela Borja Sena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Julia Fernandes Moraes Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ilana Lucas Diogo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Beatriz de Sousa Simonetti Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN

(Introdução) É de conhecimento geral os problemas que assolam o sistema prisional e infringem diretamente a dignidade da pessoa humana dos apenados, sendo ainda mais avassalador ao se tratar dos LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Começando por não haver especificidade nos pavilhões e alas que separem as pessoas que necessitam de uma atenção singular dos demais. Devido essa carência de alas específicas, os travestis e as mulheres trans ao serem detidos são levados às penitenciárias masculinas e lá são diariamente violentadas, humilhadas e torturadas, não tendo seus direitos assegurados e sequer proteção mínima. Assim, a presente pesquisa propõe elucidar os conceitos de identidade de gênero e binarismo sexual e analisar a existência e eficácia de políticas públicas que visam preservar a dignidade de pessoas LGBT's dentro do sistema carcerário brasileiro.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho social. Considerando os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método transdisciplinar, visto que a problemática possui repercussões em diversas áreas. Tem como método de abordagem o dialético. E se fez uso do método auxiliar comparativo e estatístico, devido o confronto entre realidades, análises de dados e experiências. Além de entrevistas com transexuais e travestis de Natal/RN.

(Resultados) O Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis. Apenas entre 2008 e 2014 foram 604 mortes. Por isso é notório a necessidade de uma mudança em relação ao binarismo sexual no ambiente carcerário, visto que a grande rejeição de transexuais e travestis no mercado de trabalho resulta na marginalização desses indivíduos. No Diário Oficial da União existe uma resolução conjunta do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e da Política Criminal e Penitenciária em que está previsto que gays e travestis tenham espaços de vivência específicos em penitenciárias, já transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para prisões femininas. Como se trata de uma resolução consultiva, os estados não são obrigados a segui-las, porém, os seis estados que acataram a criação de uma ala LGBT vêm obtendo êxito.

(Conclusão) Observa-se que o binarismo sexual está diretamente relacionado com a violência e a situação de invisibilidade que as mulheres transexuais e travestis enfrentam. Fazem-se necessárias políticas públicas que visem educar a população brasileira no que concerne ao respeito e a tolerância à pessoas LGBT's, que visem abrir espaço no mercado de trabalho para que essas pessoas não se sintam compelidas a envergiarem para caminhos como a prostituição ou o crime. O total desrespeito a dignidade da pessoa humana e ao tratado dos direitos humanos é escancarado ao submeter essas apenadas a tratamentos completamente degradantes, indo totalmente de encontro à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos. Podemos concluir que a criação de alas para pessoas LGBT's, como as existentes em alguns estados, gera apenas benefícios, pois, além de prevenir a violência contra essa parte da população carcerária, elas também servem como espaço de inclusão e respeito, fazendo com que essas cidadãs se sintam enxergadas e contempladas pela justiça e pela sociedade.

Palavras-Chave: Binarismo sexual. Transexuais. Travestis. Sistema carcerário. Dignidade da pessoa humana.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

Autor(es):

João Victor de Sousa Cardoso Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a evolução histórica da sociedade, as pessoas passaram, cada vez mais, a se relacionarem umas com as outras, gerando relações interpessoais mais complexas, que por sua vez ocasionaram o surgimento de conflitos de interesses, sendo a jurisdição estatal, por meio do processo civil, uma forma de dirimir esses conflitos. Por causa disso, o processo civil precisa adaptar-se ao compasso social, a fim de atender melhor as expectativas da sociedade. Nessa perspectiva de adaptação, Lei nº 13.105/15 (que institui o novo Código de Processo Civil) permite a celebração de negócios jurídicos processuais entre as partes, e também com o juiz. Isso resulta que o juiz deixa de ser a única pessoa com poder na relação processual, levando em consideração a opinião e a vontade das partes. Estas ideias, amplamente defendidas na Lei nº 13.105/15, acompanham as modificações sociais do nosso tempo, além de permitir às partes acordarem o que entendem ser o melhor para resolver as suas divergências, permitindo, assim, uma maior efetividade processual. Entretanto é importante ter-se ideia do que são os negócios jurídicos, quais são os direitos que podem ser negociados e em que momento essa negociação pode ocorrer, para que seja possível precisar se essa nova forma de conduzir o processo civil realmente é eficaz para o momento e os anseios sociais.

(Metodologia) Esta pesquisa é qualitativa, todavia, não se despreza totalmente um viés quantitativo desta. A partir disso, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo para o desenvolvimento da pesquisa, pois tem-se como ponto de partida a hipótese de que os negócios jurídicos processuais podem alcançar um processo com a realidade formal modelada realidade fática. Além disso, através do método de procedimento comparativo-histórico e do descritivo buscou-se comparar e descrever como os negócios jurídicos processuais eram tratados na legislação revogada e atual, além de descrever o que são e como são tratados tais negócios. A partir disso, foi feito uso da técnica de pesquisa bibliográfica, pois foram realizadas pesquisas na doutrina, legislação e jurisprudência para entender e analisar melhor o tema.

(Resultados) O relatório Justiça em Números 2015, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revelou que o Brasil fechou o ano de 2014 com quase vinte e nove milhões de novas demandas iniciadas, contando – à época – com cerca de dezessete mil magistrados para julgar todos estes processos. Dados como estes mostram uma realidade no processo brasileiro que não condiz com o anseio social, visto que, a sociedade busca um processo ágil e que garanta de maneira efetiva uma solução para os problemas apresentados ao judiciário. Para tanto, os negócios jurídicos processuais surgem com a ideia de garantir mais efetividade ao processo civil.

(Conclusão) Observa-se que os negócios jurídicos processuais têm a dura missão de aproximar partes que litigam em um processo. Partes, estas, que até então encaravam um processo civil como um local para brigar/guerrear com todas as forças e armas, para provar a sua inocência e a culpa do outro. Todavia, esse novo modelo processual traz a ideia de que as partes devem se ajudar e ajudar ao juiz, para que garantam uma melhor maneira de modelar o processo as suas reais vontades. Além disso, os negócios jurídicos processuais, lastreados no novo CPC permitem que as partes pensem o processo junto com o juiz, buscando um ponto em comum para todos, de maneira que o processo seja célere e efetivo para todos, ainda que para isso seja necessário tirar o juiz da posição de única pessoa capaz de determinar quais passos devem ser seguidos.

Palavras-Chave: Novo Código de Processo Civil; Negócios Jurídicos Processuais; Autonomia das partes; Processo Civil

NOVO COLONIALISMO NA ÁFRICA: EUROPEUS, AMERICANOS E CHINESES SE APODERAM DAS RIQUEZAS AFRICANAS

Autor(es):

Daniel Augusto da Nóbrega Chaffin: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Francisco Ricardo Peixoto Fagundes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luana Amorim Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mayara Santos da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Felipe Rocha de Azevedo Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Infelizmente, a era da colonização na África não acabou no século XX como muitos pensavam. Alguns países estão entrando para supostamente ajudar na situação crítica que os africanos se encontram, porém, por exemplo, trocam a assistência ao desenvolvimento pela exploração dos recursos naturais que se encontram na terra, trocam e alimentam suas indústrias e população com utilização de mercadorias baratas. As tentativas de colonização de alguns países sobre alguns países africanos é visível, um exemplo, são os interesses franceses na República Centro-Africana. Hoje eles controlam a economia do país e de tudo o que se passa nele. Outro exemplo, é a dos Chineses sobre Angola, que assumiram o papel de potência imperial para ajudar na reconstrução de tudo aquilo destruído nas guerras do século XX, viram um continente em meio ao caos e viram uma oportunidade de alimentar suas indústrias e população.

(Metodologia) A principal metodologia de pesquisa a ser seguida neste trabalho científico é a bibliográfica, a partir de materiais publicados em livros, revistas, artigos, jornais, como também, a pesquisa documental, em que se pretende comparar a evolução do ingresso dos países que usurpam a posse de terras africanas com objetivos alheios aos pretendidos, de forma a engodar a mídia internacional e a população local.

(Resultados) Os europeus, americanos e chineses estão lentamente se apossando de terras africanas com o objetivo de apropriar de suas riquezas e matérias-primas encrustadas no subsolo dos países africanos. Ocorre que, esta aproximação está dissimulada pela proposição dos apoderadores em garantir ajuda humanitária para essas pessoas necessitadas. Dessa forma, a mídia internacional, presente no local, se distrai com tais proposições, ou pelo menos disfarça que se distrai, para que nem a população e nem a sociedade mundial entenda a real intenção desses países desenvolvidos.

(Conclusão) Em síntese, a população africana está sob o domínio desses países desenvolvidos, pois de um lado é nítida a intensão de socorrer grupos massacrados em um conflito religioso entre muçumanos e cristãos, que atingem milhares de pessoas inocentes, além dos guerrilheiros, e por outro viés, estes países desenvolvidos estão se instalando nessas terras para extrair recursos minerais, como ocorre, por exemplo, na República Centro-Africana, onde tem uma vasta área florestal, e transborda petróleo, diamantes e outros recursos naturais. De certo modo, o que especialistas em assuntos africanos e estudiosos internacionais discutem, em torno dessa dissimulação migratória, é se o povo africano obtém vantagem dessa relação de “protocooperação interespecífica”.

Palavras-Chave: Palavras-chaves: Nova colonização. Europeus, americanos e chineses. Exploração. Dissimulação. Mídia internacional.

O ACESSO AO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DIGITAL EM FACE DOS DIREITOS AUTORAIS

Autor(es):

Maria Luiza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O desenvolvimento das tecnologias, no século XX, foi progressivamente reduzindo a distância entre o homem, a obra cultural e a propriedade intelectual e o ápice foi o surgimento da internet, em meados dos anos 90. O acesso a obras do mundo foi favorecido pelas possibilidades de disseminação de conhecimento, propulsora da construção de uma comunidade global. No entanto, os titulares de bens intelectuais direitos autorais, marcas, patentes não podem utilizá-los indiscriminadamente. Desse modo, em linhas gerais, o que se pretende analisar no presente trabalho é o sério risco que a efetivação do direito humano do acesso ao conhecimento corre com a presente estrutura de direitos autorais e com o uso inadequado da tecnologia.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Na presente pesquisa será aplicado o método de abordagem hipotético-dedutivo, uma vez que se traz como hipótese que partindo de como os direitos autorais estão positivados, ele são elementos de restrição ao acesso ao conhecimento no âmbito digital. Em relação, aos métodos de procedimento primeiramente iremos utilizar o descritivo para conceituar os direitos autorais a partir do contexto da sociedade globalizada. Desta forma, para responder a questão investigativa também será feita uma análise comparativa da legislação referente aos direitos autorais, através do método de procedimento comparativo. Como técnicas pesquisa será analisado pesquisa bibliográfica, análise de doutrina e pesquisas acadêmicas e análise de Legislação referentes ao tema.

(Resultados) (RESULTADOS) Em princípio, podemos afirmar que os direitos autorais têm a nobre função de remunerar os autores pela sua produção intelectual. Todavia, particularmente por serem geridos em um monopólio de intermediários que não os autores, não podem ser impeditivos ao desenvolvimento cultural e social. Conciliar os dois aspectos, numa economia capitalista, globalizada, bem como, digital, é função árdua que, ao mesmo passo, é essencial. De maneira alguma, os direitos autorais devem existir apenas para beneficiar as estruturas da indústria do entretenimento. Não é para beneficiar um grupo seletivo que se pode dirimir o desenvolvimento e o acesso à cultura. Portanto, nos dias de hoje, é possível afirmar que os direitos autorais servem para preservar os interesses de um número restrito de pessoas, interesses estes puramente econômicos. Logo, os direitos autorais, nos moldes atuais, são inadequados para assegurar sua finalidade originária – proteção ao autor e incentivo à criatividade, à inovação e ao desenvolvimento humano – assim como são inadequados para atender às necessidades da sociedade, que precisa ter maior liberdade para tratar das obras protegidas.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Nesse contexto, após todo o exposto, conclui-se que os direitos autorais, na disseminação de seu conceito e uso, precisam ser atualizados para a nova realidade social resultante do surgimento da internet. Para suprir essa necessidade, algumas alternativas, como as obras colaborativas, estão surgindo, sendo a proposta de acesso ao conhecimento a que, ao menos em nossa opinião, parece ser mais adequada, visto que ela não se restringe a lidar com determinados assuntos, possuindo natureza ampla e diversa, sendo capaz de dar proteção às várias necessidades da sociedade. Assim, é salutar explorar e difundir os tipos de licenças de direitos autorais de acordo com os parâmetros da sociedade que vivemos e com as facilidades da tecnologia digital.

Palavras-Chave: Acesso ao Conhecimento; Direitos Autorais; Web; Âmbito Digital; Direitos Fundamentais.

O ANALFABETISMO COMO CONDIÇÃO DE INELEGIBILIDADE: DO COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE E TESTE DE ALFABETIZAÇÃO À DECISÃO JUDICIAL DO CASO TIRIRICA.

Autor(es):

Ana Beatriz Araújo de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Joycelany Borges Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Vitor Emanuel Teixeira de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Figueira Lopes: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho abordará o analfabetismo como condição de inelegibilidade, desde o comprovante de escolaridade que deveria ser acostado ao requerimento de registro de candidatura e seus limites de aceitabilidade até o requerimento e a realização do teste de alfabetização como prova a ser produzida em favor ou não do pretense candidato. Neste sentido, visa analisar a dificuldade na pacificação de um entendimento sobre o que podemos considerar para enquadrar o pretense candidato como sendo analfabeto ou não, restando notório à necessidade da adoção de critérios hábeis a nos fazer compreender o seu real significado. Tendo por objetivo ainda, traçar uma análise sobre o entendimento dos Tribunais Eleitorais em sua capacidade interpretativa ao que se está sendo considerado como analfabetismo para fins de deferimento ou não da candidatura dos que a requerem. Para tanto, o trabalho tende a demonstrar o posicionamento jurisprudencial tendo em vista a omissão legal para compreender quais seriam os elementos cruciais para se auferir o conceito de alfabetizado para fins de elegibilidade, realizando ainda, uma análise do emblemático caso do humorista Francisco Everardo Oliveira Silva (TIRIRICA) candidato a deputado federal, que teve sua candidatura impugnada pela parquet e posterior deferimento de seu registro.

(Metodologia) Para alcançar o objetivo deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e eletrônica, mediante os artigos de revistas jurídicas especializadas e livros de Direito Eleitoral, bem como a análise jurisprudencial para obter os mais recentes parâmetros de identificação da referida causa de inelegibilidade. A fim de explorar posicionamentos divergentes quanto ao real enquadramento da condição de analfabeto adotada pelos magistrados com embasamentos teóricos que geram reflexão, faz-se uso da oposição de ideias e métodos interpretativos, pois a própria Constituição ou as normas infraconstitucionais não imprimem ao analfabetismo contornos precisos, limitando a elenca-lo como condição limitadora do ius honorum, deixando ao aplicador do direito extrair o que melhor deveria representar a inscrição da tal causa de inelegibilidade pelo constituinte. Para alcançar tais objetivos, foi utilizado o método dialético como método auxiliar à pesquisa.

(Resultados) O trabalho torna perceptível que a Justiça Eleitoral não encontra decisão uníssona sobre o grau de alfabetização exigido ao pretense candidato na análise do pedido de registro de candidatura. Neste contexto, as decisões sobre o referido assunto acabam por representar posicionamentos individualizados, a depender do entendimento e grau de interpretação restritiva a que juízo eleitoral se permite ao caso.

(Conclusão) Após as diversas análises frente aos dados encontrados, concluiu-se que embora seja notório o empenho dos magistrados na resolução dos casos concretos, sequer a doutrina e a jurisprudência pátria tem um conceito estabelecido de analfabetismo para fins de inelegibilidade, tão pouco a Constituição e a legislação complementar especificam critérios objetivos entabulando os requisitos mínimos que devem ser auferidos. Neste sentido, cumpre ao Poder Legislativo editar norma complementar, de modo a estabelecer requisitos e especificar se a inelegibilidade diz respeito apenas ao analfabetismo em sentido estrito (não saber ler e escrever) ou se também abrange os analfabetos funcionais, com intuito de permitir a Justiça Eleitoral uma melhor aplicação da norma Constitucional e da finalidade almejada com a instituição do analfabetismo como condição de inelegibilidade, em uma interpretação teleológica, prospectiva e sistemática.

Palavras-Chave: Analfabetismo. Inelegibilidade. Interpretação.

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA COMO UM INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Autor(es):

José Maria da Luz Rebouças Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Edney Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Luiz Felipe Teixeira Maia de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Daniel Augusto Lopes Paixão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Pretende apresentar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como um instituto de grande importância na realização de justiça social. Neste sentido, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), se mostra como um instrumento que tem dentre seus objetivos, combater à pobreza. Nesta seara, vale trazer à tona a discussão sobre o BPC, como um instituto da Assistência Social, cujo objetivo maior é fazer justiça social. Assim, importa destacar que o benefício de prestação continuada consiste no repasse de um salário mínimo mensal aos idosos (a partir de 65 anos) e às pessoas portadoras de deficiência que não tenham condições de prover o seu próprio sustento ou de tê-lo provido por sua família. Sua previsão legal encontra-se no artigo 203, inciso V da Constituição Federal, e através de norma infraconstitucional na Lei nº 8.742/93 que regulamentou a concessão do benefício. Condicionando e tendo estipulado os seguintes requisitos para a sua obtenção: pessoa portadora de deficiência, incapacitada para o trabalho e para a vida independente ou idoso com 65 anos que não tenham condições de prover a sua manutenção ou de tê-la provida por sua família, cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente no país. O benefício de prestação continuada foi criado com o intuito de beneficiar os miseráveis, buscando conceder-lhes um mínimo de dignidade humana.

(Metodologia) Os caminhos metodológicos desenvolvidos nessa pesquisa foram norteados através da realização de uma pesquisa de caráter bibliográfica, via método dedutivo; revisão de literatura - artigos científicos e pesquisas exploratórias acerca do tema e sua possibilidade prática, é que foi plausível fornecer o devido embasamento para o desenvolvimento do presente trabalho, apropriando-se de nomes reconhecidos e atuantes na temática, perpassando desde doutrinadores jurídicos, e pela Constituição Federal/1988, a fim de tornar claro e abrangente o respectivo estudo.

(Resultados) O presente estudo serviu para fomentar e ampliar os debates acerca do tema, no sentido de apresentar dentro do ordenamento jurídico brasileiro, em específico sob a ótica da Constituição e dos preceitos e princípios da Seguridade Social. Importante destacar, que é possível concluir que o Benefício de Prestação Continuada, encontra-se em total consonância com preceitos constitucionais, como o expresso no artigo 1º, inciso III - Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, bem como, conclui-se que o seu emprego e idealização teve como sem dúvidas como fundamento a concepção de justiça social, de diminuir os impactos da miserabilidade humana, bem como diminuindo a desigualdade social, naquilo que é possível a um salário mínimo propiciar na manutenção de um indivíduo.

(Conclusão) O presente estudo serviu para fomentar e ampliar os debates acerca do tema, no sentido de apresentar dentro da Seguridade Social, em específico dentro da Assistência Social, o instituto do Benefício de Prestação Continuada, como um instrumento de inclusão e justiça social.

Palavras-Chave: Assistência Social. Direitos sociais. Inclusão social.

O BPC E O PERIGO DA RELATIVIZAÇÃO DA PROVA DE MISERABILIDADE

Autor(es):

Wellington Henrique de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Esdrália Oliveira Saraiva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Carvalho Silva Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

José Figueiredo de Lima Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo mostrar como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que está previsto no inciso V do art. 203 da Constituição Federal e é destinada a pessoas portadoras de deficiência e ao idoso que comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida pela família, é um importante instrumento para combater as desigualdades e injustiças, porém, a concessão indiscriminada desse amparo, compromete a sobrevivência e higidez de todo sistema previdenciário. Alguns magistrados ampliam indevidamente a concessão do amparo, apelidado de "LOAS", não se atendo rigorosamente aos requisitos legais de regência. Para fazer jus ao benefício deverão ser comprovadas pelo interessado, para a concessão de tal benefício assistencial, as seguintes condições (art. 6º do Decreto nº 1.744, de 08.12.95): ser portador de deficiência física ou mental que a incapacite para a vida independente e para o trabalho, OU idade avançada; a renda familiar mensal per capita inferior a ¼ do salário mínimo

(Metodologia) Para realização deste trabalho, foi utilizado do método hipotético-dedutivo e de pesquisas bibliográficas e documentais, com análise, sobretudo, de autores e notícias veiculadas pela mídia especializada em Direito Previdenciário

(Resultados) Percebe-se que apesar da existência de critério legal, da assistência àqueles que superem o critério de 1/4 de salário mínimo por membro do grupo, muitas vezes se levantam quanto à possibilidade de se comprovar a miserabilidade por outros meios, em razão de o texto constitucional afirmar que "A assistência social será prestada a quem dela necessitar". Não haveria, dessa maneira, a priori, limitação de renda naquele dispositivo matriz. A Jurisprudência vinha se inclinando para entender que o parâmetro legal de ¼ do salário mínimo de renda per capita não constitui o único critério para aferição da condição de miserabilidade, devendo-se levar em conta a situação concreta de cada caso.

(Conclusão) Conclui-se que apesar de se observar que a Jurisprudência estar se inclinando para entender que o parâmetro legal de ¼ do salário mínimo de renda per capita não constitui o único critério para aferição da condição de miserabilidade, devendo-se levar em conta a situação concreta de cada caso. Recentemente, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993) que prevê como critério para a concessão de benefício a idosos ou deficientes a renda familiar mensal per capita inferior a um quarto do salário mínimo, por considerar que esse critério está defasado para caracterizar a situação de miserabilidade. Foi declarada também a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 34 da Lei 10.471/2003 (Estatuto do Idoso).

Palavras-Chave: BCP, IDOSO, PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, BENEFÍCIO

**O DESCASO COM A REINserÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS NA SOCIEDADE ATUAL COM FULCRO NA LEI
11.343/06**

Autor(es):

Josivania Pereira de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo visa demonstrar como ainda em uma sociedade tão avançada observa-se descaso na reinserção de dependentes químicos. A dependência química é assim chamada, pois, abarca todos os tipos de substâncias que alterem o comportamento e que de algum modo causem dependência como: maconha, bebidas, alucinógenos e tantas outras. O consumo de drogas tem se tornado um desafio cada vez maior para famílias e órgãos públicos, sendo que essas acabam destruindo lares e desequilibrando os índices da saúde pública já que pode-se referir a saúde do dependente, uma vez que esta fica comprometida por causa do uso descontrolado de tais tóxicos. Pode-se explicar que o número de usuários só cresce, e é preciso existir uma maior preocupação em se tratando de tal assunto, já que pode-se criar medidas protetivas e eficazes para a redução desses índices.

(Metodologia) Método de abordagem: Dialético, devido a não existir cenário jurídico de forma isolada, e sim associado a novos conhecimentos. Métodos de procedimento: Método histórico Método descritivo

(Resultados) Ante todo o estudo despendido, pode-se inferir que é de suma importância demonstrar como a inclusão social pode tornar os cidadãos que estão inseridos nesse meio diferentes, tendo em vista que os mesmos são excluídos por grande parte da população por estarem em condições mais desfavoráveis por causa do vício. A ajuda da sociedade em geral criando atividades geradoras de inclusão para com essas pessoas, campanhas de prevenção e conscientização sobre drogas e tóxicos nas áreas mais vulneráveis a esse mal, ajuda do Estado diretamente com verbas incentivadoras para a recuperação desses dependentes.

(Conclusão) Tendo em vista a Lei 11.343/06, é possível analisar algumas soluções para o caso e dar maior atenção para este, uma vez que a Lei visa juntamente com o SISNAD (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas) prescrever medidas para prevenção do uso indevido e reinserção de usuários e dependentes de drogas. A lei objetiva prevenir, reprimir, definir crimes e criar o próprio SISNAD que foi supracitado. Por fim, ressocializar o dependente químico significa reintegrá-lo a sociedade, para que este se sinta útil, acolhido e produtivo em seu desempenho de cidadão, podendo ser atrelado a isso, a ajuda por parte de todos os que compõem a sociedade em geral os integrando em atividades, entendendo que estes seres sentem-se excluídos do meio por causa de seu passado. Ademais, a contribuição familiar para esse reingresso é de suma importância, visto que, são eles quem convivem e amparam os mesmos diante de suas insegurança, os tornando firmes emocionalmente para um melhor desempenho com todos e com a esperança de reconstruir seu espaço no âmbito social que tanto almejam.

Palavras-Chave: Dependente químico. Drogas. Ressocialização. Sociedade. Lei.

O DIREITO A MORTE DIGNA

Autor(es):

*Gabriela Vasconcelos de Oliveira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
MÃjrcio Figueiredo de FranÃ§a Filho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) Eutanásia consiste na conduta de abreviar a vida de um paciente em estado terminal ou que esteja sujeito a dores e intoleráveis sofrimentos físicos ou psíquicos. A ideia base da prática da eutanásia é que todo o indivíduo tem o direito a pôr fim à sua vida, caso esteja enfrentando alguma das situações descritas anteriormente. Etimologicamente, este termo se originou a partir do grego eu + thanatos, que pode ser traduzido como “boa morte” ou “morte sem dor”. De modo geral, a eutanásia implica numa morte suave e indolor, evitando o prolongamento do sofrimento do paciente. Mas, por outro lado, a eutanásia também pode ser interpretada como o ato de matar uma pessoa ou ajuda-la a cometer o seu suicídio. A eutanásia pode ocorrer por vários motivos: vontade do doente; porque os doentes representam uma ameaça para a sociedade; ou porque o tratamento da doença implica numa grande despesa financeira para a família, que por sua vez não tem condições de arca-la.

(Metodologia) Existem duas formas de prática da eutanásia: ativa e passiva. A eutanásia ativa acontece quando se apela a recursos que podem findar com a vida do doente. Na eutanásia passiva, a morte do doente ocorre por falta de recursos necessários para manutenção das suas funções vitais. Ortotanásia consiste no ato de parar com atividades ou tratamentos que prolongam a vida de forma artificial. Isto acontece em casos que uma pessoa se encontra em coma ou estado vegetativo, não havendo tendência para que recupere. A ortotanásia é contemplada por muitos como uma morte que ocorre de forma mais natural. Por outro lado, Distanásia é vista como o contrário da eutanásia, e remete para o ato de prolongar ao máximo a vida de uma pessoa que tem uma doença incurável. Frequentemente a distanásia implica numa morte lenta e sofrida.

(Resultados) A eutanásia é um direito legalmente previsto em alguns países como a Holanda e a Bélgica, nos casos para pacientes terminais ou portadores de doenças incuráveis que acarretem sofrimento físico e emocional para o paciente e seus familiares. Em outros países, no entanto, é possível que o paciente faça o requerimento legal de não haver tentativa de ressuscitação no caso de parada crítica de órgãos. É importante destacar que a eutanásia é um ato de vontade própria e individual do enfermo, quando em estado de plena consciência, que garante a esse a escolha entre cessar seu sofrimento em vida ou continuar lutando. Este é o principal ponto da discussão sobre o direito de escolha individual à vida: a liberdade do sujeito que sofre em determinar se sua vivência é justificada seja pelas suas crenças, vontade individual, ou por simples compaixão por aqueles que seriam atingidos pela sua morte.

(Conclusão) Atualmente, no código penal brasileiro, a prática da eutanásia não é estipulada. Assim sendo, o médico que termina a vida de um paciente por compaixão comete o chamado “homicídio simples”, indicado no artigo 121, e está sujeito a pena de 6 a 20 anos de reclusão. Isto porque o direito à vida é considerado inviolável de acordo com a Constituição Federal. Apesar disso, este é um tema bastante complexo, e tem sido abordado pela comissão de juristas que trabalha em um novo Código Penal. Mesmo sendo proibida no Brasil, existem algumas situações em que resquícios dessa prática são aplicados. Por exemplo, no estado de São Paulo, a lei 10.241 de 1999, confere o direito ao usuário de um serviço de saúde de rejeitar um tratamento que seja considerado doloroso e que sirva unicamente para o prolongamento da vida do paciente terminal.

Palavras-Chave: Eutanásia; O direito á morte digna; Ortotanásia; Distanásia.

O DIREITO À NACIONALIDADE E O CONFLITO DOS POVOS NÃO REPRESENTADOS

Autor(es):

Leonardo Medeiros Bigois Gadelha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo discutir, através de breve análise, uma problemática ocorrente em diversas regiões do planeta, abrangendo o sentimento, cultura, vida social e econômica de 200 milhões de pessoas, aproximadamente. Os povos não representados, assim denominados, têm como seus integrantes as minorias, os territórios não reconhecidos ou ocupados e os povos indígenas. Essas populações possuem aspirações diferentes, mas estão unidas num objetivo comum, que é serem representadas de maneira adequada, pois sem isso, acabam excluídas dos grandes fóruns de discussões e, assim, não possuem condições para requererem, protestarem ou indagarem sobre as situações de seus povos e regiões. A principal questão a ser tratada neste projeto de pesquisa é o fato dessa parcela da população estar solicitando direitos básicos, subsistentes a pessoa humana, ou seja, que já deveriam possuir, mas não lhes foi dado. Chegando a tal ponto que houve a necessidade de criar um organismo internacional exclusivo, não governamental e sem vínculo com a ONU, de caráter puramente sugestivo, para que de alguma forma fossem vistos pelo restante do mundo: o UNPO. Organização dos Povos e Nações Não Representados.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa teórica e documental, na qual foi utilizado o método de abordagem dedutivo, partindo-se das teorias e leis consideradas gerais e universais para buscar explicar a ocorrência de fenômenos particulares. Como método de procedimento, foi utilizado o método histórico para melhor fundamentar o referencial teórico da pesquisa.

(Resultados) Mediante a pesquisa, constata-se que, desde o fim da guerra fria os povos não representados começaram a se unir para buscar uma forma de adquirirem visibilidade e terem seus direitos reconhecidos. Direitos estes dispostos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, como os artigos: 15º, §1 "Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade", §2 "Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade"; 21º através de seus parágrafos: §1 "Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos" e o §3 "A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto"; 22º "Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país". Ademais, em face da aplicação do Princípio de Autodeterminação dos povos, todo o povo tem o direito de se autogovernar, tomar suas escolhas sem intervenção externa, ou seja, o direito à soberania. Em outras palavras, o referido princípio do direito internacional estabelece que todo povo tem direito de escolher como será legitimado o direito interno sem influência de qualquer outro país.

(Conclusão) Conclui-se com essa pesquisa que os povos não representados necessitam com urgência ter seus direitos humanos fundamentais reconhecidos e respeitados, de acordo com o sistema internacional de reconhecimento de direitos dos povos e de todos os seres dotados de dignidade, pois não é cabível que outras nações os impeçam a tal reconhecimento em virtude da defesa de seus próprios interesses.

Palavras-Chave: Direito Internacional; UNPO; Povos e Nações Não Representados; Problemática; ONU; Declaração Universal dos Direitos Humanos

O DIREITO À SUCESSÃO DOS EMBRIÕES FECUNDADOS APÓS A MORTE DO AUTOR DA HERANÇA

Autor(es):

Marlon Dályson Francelino de Arruda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lídia Soares de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Gabriella Amanda de Moraes Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Manoela Beatriz Souza da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A questão dos embriões congelados trata-se, antes de tudo, de um tema polêmico, que enquadrado na seara de sucessões, alia-se, obrigatoriamente, aos fundamentos da reprodução humana, levando-se em consideração o avanço da medicina e a evolução da sociedade. Por isso, faz-se necessário entender o tratamento dado pela medicina e pelo direito ao assunto. Além disso, ressalta-se a importância de observarmos o entendimento da jurisprudência brasileira, como também da doutrina. E, por fim, esclarecermos como ocorre a transmissão da herança, nesses casos em que os embriões são fecundados após a morte do de cujus. Dessa maneira, será possível entender todo o procedimento referente ao tema.

(Metodologia) Para atingir os objetivos propostos da presente pesquisa, utilizamos os métodos de abordagem dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético, tomando como ponto de partida as teorias e as leis que algumas vezes não condizem com o que está sendo realizado na prática. Tudo isso, envolvendo o comportamento adotado pela sociedade brasileira, bem como a medicina, mediante tal problemática. Além desses, como métodos de procedimentos, utilizamos o histórico no qual verificamos a origem do fenômeno, bem como, o comparativo e o estudo de caso com o intuito de serem analisadas situações reais que facilitem a compreensão do tema proposto. Sendo, portanto, uma pesquisa de cunho teórico.

(Resultados) De acordo com as pesquisas feitas e estudos realizados, observamos que a tendência que vem se consolidando na doutrina é a de afastar o vínculo sucessório quando a implantação ocorre após a abertura da sucessão, sob o argumento de que, pelo princípio de saisine é indispensável a existência de herdeiro, ao menos concebido, para que ocorra a transferência da herança. Em sentido contrário, a jurisprudência trouxe a ADI nº 3.510, a qual afirmou que o embrião concebido post mortem, está apto aos seus direitos sucessórios, logo destacando a necessidade de nascer com vida para a total garantia, não ferindo a Teoria Natalista, assegurada pelo Código Civil

(Conclusão) Conclui-se, portanto, que apesar da existência de divergências doutrinárias e jurisprudenciais, e de conflitos entre a medicina e o direito, não se pode negar a vedação do reconhecimento e direito sucessório a quem foi concebido mediante fecundação artificial depois da morte. Isso pune, em última análise, o afeto, a intenção de ter um filho com quem se dividiu a vida. Além de que, visando o tratamento isonômico dos filhos, concluímos que deve ser reconhecido o direito de sucessão, porém não deve ser uma norma positivada, tendo em vista, a necessidade de analisar cada caso, cada qual com suas peculiaridades.

Palavras-Chave: Embriões. Sucessão. Direito.

O DIREITO AO ESQUECIMENTO E SEUS ANTAGONISMOS ANALISADOS EM FACE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Autor(es):

Ingrid Dias da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Luiza Maia Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso X, declara serem invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. De outro lado, também assegura como direitos fundamentais o acesso à informação, a liberdade de expressão e a livre manifestação do pensamento, vedando apenas o anonimato. A coexistência no ordenamento jurídico dessas liberdades com os direitos anteriormente citados causa, por vezes, conflitos que serão conduzidos pela via judicial. Assim, tem-se como objeto de análise o instituto do direito ao esquecimento, visto como uma forma de proteção dos direitos da personalidade por dar ao indivíduo a faculdade de impedir que erros e dores do passado sejam constantemente lembrados. Como um novo direito da personalidade e recebendo por parte da doutrina o apontamento de pertencer à quarta dimensão dos direitos fundamentais, versando pois sobre a necessidade de proteção da essência do ser humano em face dos avanços na área da informática (espaços virtuais, internet, etc.), constata-se a relevância de se analisar a importância da tutela do direito ao esquecimento em uma era marcada pelo superinformacionismo, na qual parece não mais haver separação entre a esfera pública e privada, leia-se íntima, do indivíduo.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo, uma vez que procura identificar as causas do fenômeno, aprofundando o conhecimento na realidade em que ele acontece. Portanto, utilizou-se na pesquisa uma abordagem qualitativa, através do método indutivo, ao analisar-se decisões jurisprudenciais para se chegar a um entendimento sobre as condições concretas de aplicabilidade equânime do instituto em questão. Ademais, empregou-se uma dialética entre normas que constituem a essência do direito ao esquecimento e normas que fundamentam possível resistência à aplicação do instituto.

(Resultados) Dessa forma, diante da nova realidade social de avanços no campo das tecnologias da informação e da constante discussão em torno dos limites dos direitos fundamentais da liberdade de expressão, manifestação de pensamento e acesso à informação quando sopesadas frente aos direitos de personalidade, constatou-se a imprescindibilidade de emprego da técnica de ponderação. Por consequente, o aplicador do direito vale-se da análise de três aspectos no caso concreto quando se discute a tutela do direito ao esquecimento, quais sejam: a adequação do mesmo, que se verifica ao constatar que o instituto é apto a promover o fim que está visando aquele que o busca; a necessidade dele, ou seja, que não exista outro meio menos danoso para a promoção do mesmo fim; e a proporcionalidade em sentido estrito, que deve ponderar se no caso concreto justifica-se a intensidade da restrição do direito contraposto. Isso ocorre diante da igualdade de grandeza que possuem os direitos envolvidos, que são direitos fundamentais. Assim, o juiz identifica as normas em colisão, examina as circunstâncias do caso concreto e as normas aplicáveis ao fato, apura e distribui pesos e por fim escolhe qual direito deve preponderar.

(Conclusão) No Direito moderno, as normas constitucionais seguem uma lógica multidirecional em que o intérprete lida com grupos normativos dialeticamente conflitantes. Nesse contexto, depreende-se que, devido não haver hierarquia entre as normas constitucionais e ser o sistema jurídico um todo harmônico, admite-se que o conflito entre direitos fundamentais é apenas aparente. Isto posto, a colisão acontece no plano fático, quando o exercício de um direito fundamental por parte do seu titular colide com o exercício do direito fundamental por parte de outro indivíduo, não havendo portanto, antinomia, ou seja, incompatibilidade, entre as normas em confronto. Dessa forma, utilizando a técnica de ponderação o magistrado segue a máxima observância ao respeito da dignidade da pessoa humana, visando sempre restringir o mínimo possível um direito em relação a outro.

Palavras-Chave: Direitos da Personalidade. Direito ao Esquecimento. Liberdade de Expressão. Acesso à informação. Técnica de Ponderação.

O DIREITO DAS CONCUBINAS

Autor(es):

Larissa Nobre de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Embora a fidelidade e casamento sejam consagrados como um valor juridicamente tutelado, não é um padrão absoluto e inalterável pela vontade das partes pois desde os primórdios que há o adultério. O Estado, à luz do princípio da intervenção mínima no Direito de Família, não pode impor coercitivamente a fidelidade aos casais mas precisa exercer tutela jurídica sobre os diversos assuntos objeto de litígio. Embora a doutrina e os tribunais já venha tentando enfrentar a matéria, ainda é motivo de divergência e omissão em relação ao homem que tem duas famílias e cria sólidas raízes de convivência, de modo que desconhecê-lo é negar a própria realidade. Ausência de compromisso legal de Direitos e deveres traz prejuízos para uma das partes deixando o outro lado totalmente impune. Essas relações paralelas tornam tão profundo o seu vínculo, tão linear é a sua constância, que a amante (ou o amante, frise-se) passa, inequivocamente, a colaborar, direta ou indiretamente, na formação do patrimônio do seu parceiro casado, ao longo dos anos de união. Seria justo negar-se à amante o direito de ser indenizada ou, se for o caso, de haver para si parcela do patrimônio que, comprovadamente, ajudou a construir? Até lá, é papel de todos os cultores do Direito Civil enfrentar o tema de forma madura, sensata, não-discriminatória, e, acima de tudo, em harmonia com o princípio matricial da dignidade humana aplicado nas relações de afeto. como proporcionar a aplicabilidade da tutela jurídica sob a luz do Direito de família nas relações paralelas de afeto entre pessoas casadas? Precisa se entender, nos dias de hoje, como está a visão do nosso ordenamento jurídico, bem como os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais para enfrentar a matéria de cunho patrimonial entre pessoa casada e a (o) sua (seu) amante

(Metodologia) Métodos de abordagem: O método utilizado para este fim será o dedutivo, pois se o casamento é um tema geral e validado pelo Direito Civil, o concubinato é o seu substrato particular, que será analisado no caso concreto. Métodos de procedimento Os métodos utilizados para este fim serão: Histórico: se analisará o concubinato desde os primórdios. Comparativo: será comparado com os avanços do Direito atual. Técnicas de pesquisa: Bibliográfica - Leis, jurisprudência, doutrina, súmulas.

(Resultados) Não há. Está em andamento.

(Conclusão) Espera se que esse tema saia de uma vez por todas da obscuridade e seja tratado como uma realidade e tutelado pelo nosso ordenamento jurídico afim de proteger Direitos e promover deveres para as partes afetadas.

Palavras-Chave: Tutela, concubinato, matrimônio, tutela.

O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO: A OMISSÃO LEGISLATIVA QUANTO A NECESSIDADE DA PROPRIEDADE PARA O EXERCÍCIO DESSE DIREITO.

Autor(es):

Carmen Lorena Pereira Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ive Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Luana Cristina Silva da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A legislação brasileira garante dois direitos que, a depender da situação, tornam-se colidentes, são eles: o direito de propriedade sobre fração de imóvel e o direito real de habitação. Assim, se por um lado o primeiro garante ao proprietário o poder de usar, gozar e dispor da coisa; o direito real de habitação, instituto de direito sucessório, garante ao cônjuge sobrevivente, independente do regime de bens, a permanência no imóvel de residência do casal de forma vitalícia, após o falecimento do parceiro. Nesse sentido, o exercício desse direito limita o direito de propriedade dos herdeiros quanto ao poder de usar, gozar e dispor da coisa, principalmente em situações nas quais o cônjuge sobrevivente não detém a propriedade do bem, causando distorções que em muito prejudicam o exercício do direito de propriedade face estar presente vitaliciedade no direito de habitação. Diante do exposto, torna-se mister discutir a problemática ora destacada de até que ponto o direito de habitação ora positivado prejudica o exercício do direito de propriedade dos herdeiros face a ausência de regulamentação legislativa quanto a necessidade ou não de haver a propriedade do cônjuge sobrevivente. Dessa forma, partindo do pressuposto que a função primordial do Direito é a pacificação das relações sociais, tem-se como objetivo geral, trazer para o campo jurídico a necessidade de regulamentação legislativa no que diz respeito à inserção do requisito propriedade em relação ao cônjuge sobrevivente.

(Metodologia) Para alcançar as metas propostas, pretende-se utilizar como método de abordagem dedutivo, iniciando da análise das teorias e das posições doutrinárias que versem sobre o tema e partindo para a análise de casos concretos corroborando para o entendimento da pesquisa. Constatando-se a ocorrência dos casos concretos no Brasil assim como os posicionamentos jurisprudências e doutrinários. Utilizaremos dessa forma, como método de procedimento o estudo de casos a partir da análise dos julgados dos Tribunais Superiores de 2012 a 2016.

(Resultados) Evidencia-se no ordenamento jurídico brasileiro a presença de artigos que compõe o Código Civil que regulamentam o instituto jurídico do direito real de habitação, é o caso do art. 1.831, bem como a regulamentação do direito de propriedade estabelecido no art. 1.228. No que se refere ao entendimento jurisprudencial do STJ incorre na defesa do direito de habitação desconsiderando a necessidade do requisito propriedade em relação ao cônjuge sobrevivente. Paralelamente, observa-se que os julgados têm direcionado o entendimento de que a privacidade dos indivíduos deva ser resguardada em primeiro plano em contraste a qualquer forma de liberdade alegada. De maneira contraposta e utilizando-se do princípio da solidariedade familiar, o doutrinador Flávio Tartuce entende que os interesses familiares se sobrepõem aos de direito real de propriedade, causando assim certa celeuma a ser discutida nesta área do direito.

(Conclusão) Notadamente, diante da lacuna legislativa, primordial uma maior delimitação do legislador restringir o direito de habitação apenas em relação a quem tiver também direito de meação ou herança, pois só assim os demais herdeiros da propriedade afetada pelo direito de habitação não sairiam tão prejudicados da relação jurídica ora em tela. Nessa senda, torna-se necessária uma maior especificação por parte do legislador quanto à fruição desse direito real, pois só assim um direito não irá prevalecer sobre outro acarretando para o proprietário um grande prejuízo.

Palavras-Chave: Direito de propriedade. Direito de habitação. Regulamentação legislativa.

O DIREITO SUCESSÓRIO DA AMANTE PUTATIVA

Autor(es):

Ana Paula de Oliveira Penha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rebecca Laíse Pimentel da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aline Amaral da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alana Letícia Rolim Antunes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alane Lopes Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN
Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Código Civil brasileiro em seu art. 1829 prevê a ordem para suceder de forma legítima à herança deixada pelo “de cujos”. Neste, estão inclusos consecutivamente, os descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente ressaltando as hipóteses previstas na lei, os ascendentes também em concorrência, o próprio cônjuge se as possibilidades anteriores não existirem, e em quarto caso os colaterais. No entanto, apesar de ser esta a ordem natural dos acontecimentos, os operadores do direito viram a necessidade de proteger outro interessado, diante dos acontecimentos que ocorriam de forma corriqueira e que não estão previstos no código. Passaram a perceber que alguns cônjuges ao longo da vida, mantinham em segredo outra família e que esta era deixada desamparada com o falecimento do seu companheiro/a. Por essa razão surgiu o termo amante putativa/o, que foi designado então para aquelas pessoas que viviam em união estável com o seu parceiro/a, mas que não tinham conhecimento do relacionamento havido fora daquela união em que viviam. O nosso objetivo é efetivação dos direitos deste concubinato de boa fé para que a mesma seja amparada após o companheiro falecer e ser descoberta que este mantia relação com outra família.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos sugeridos, realizamos uma pesquisa com teor bibliográfico com um foco na análise da realidade brasileira sobre o direito sucessório do concubinato de boa fé e na asseguarção dos seus direitos, sob a luz da Constituição Federal de 88 e das jurisprudências. Com o método qualitativo uma vez que não se trata da utilização de cálculos e gráficos. Considerando as observações feitas sobre a amante putativa, utilizamos como métodos de abordagem o hipotético-dedutivo.

(Resultados) O presente trabalho resulta numa pluralidade de entendimentos jurisprudenciais os quais divergem entre si. De acordo com o entendimento majoritário, no entanto, a concubina que, de boa-fé mantinha um casamento putativo com um homem já casado possui direito à herança, desde que, estes tenham mantido uma relação com ânimo de constituir uma família. Os tribunais vêm reconhecendo essas uniões como estáveis, pois, já que, a concubina estava de boa-fé no “casamento”, esta não merece o descaso da justiça.

(Conclusão) Destarte às informações pesquisadas e expostas, conclui-se que, apesar de o Código Civil evidenciar que, em regra só se admite o reconhecimento da união estável quando os cônjuges já não estiverem mais vivendo juntos, ou ainda, quando separados de fato, é evidente, no entanto, a flexibilidade do direito frente às mudanças da sociedade, visto que a/o amante putativa/o tem o relacionamento de boa-fé, desconhecendo a realidade fora daquela união em que estabelecia. Restando assim estabelecer a luz das novas estruturas da sociedade direitos e deveres aqueles que estabelece relações de boa-fé.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Concubina. União Estável. Jurisprudência

O ENGAJAMENTO DA PENA DE MORTE NO BRASIL E OS SEUS EFEITOS BENÉFICOS.

Autor(es):

Bolívar Alvarenga de Medeiros Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) A violência em nosso país é crescente e medidas devem ser tomadas para reverter a situação, é do conhecimento de todos que sempre foi essa realidade da nossa nação. A legalização da pena de morte é um dispositivo que deve mudar esse conceito. O fato é que a pena de morte seria um grande benefício, afinal sabemos que um dos grandes problemas do Brasil é a impunidade. Muitos afirmam que a função do cárcere é readaptar uma pessoa ao convívio em sociedade, mas será que essa readaptação é possível em todos os casos? O objetivo desse trabalho é mostrar a eficácia da pena de morte em benefício da sociedade, abordando como e em quais situações seriam cabíveis essa penalidade máxima, mostrará o que ela transformaria no quadro social, ainda esclarecer de que forma é feita a execução de morte, exemplificar com os países que adotaram tal pena e os seus resultados obtidos, e finalmente mostrar o modo que essa prática vai nos ajudar a fazer do nosso país um lugar mais seguro, é o compromisso desse artigo.

(Metodologia) Será apresentado um embasamento aprofundado, exposto com fatos, comparações e pensamentos como o de Valter Kuchenbecker, "diante o medo da punição com morte, haveria diminuição da violência e criminalidade", "os Estados não teriam tantos gastos com manutenção de presídios (que para ele são verdadeiras universidades do crime)". Esse projeto terá como também base de pesquisas indiretas em sites da internet, artigos, livros e enciclopédias. Serão feitas seleções a respeito do tema com o intuito de levar informações necessárias para que o leitor possa compreender de fato a idéia crítica transmitida. Obras como, *Life in Prison* de Stanley Willians, *O homem e o sagrado: a religiosidade através dos tempos* de Valter Kuchenbecker e a constituição federal norte americana estão associados ao artigo. Tendo em vista que se trata de um assunto envolvendo as leis e a constituição federal, será imprescritível o uso da pesquisa documental, onde trará redações do código penal e da carta magna junto com a hermenêutica.

(Resultados) Pesquisas feitas pelo Ibope entre os dias 28 e 31 de julho de 2011, revelam que 46% da população do Brasil é a favor da adoção da pena de morte. Em relação à pena de prisão perpétua, o índice de brasileiros que defendem sua legalização é de 69%. A maior parte dos entrevistados acreditam que a atual criminalidade e violência é decorrente da impunidade, que devem ser combatidos com penas mais severas. Como exemplo o Japão, país conhecido pela cidadania e educação, lá existe pena de morte apoiado por 80% da população, assim como nos EUA, onde seu povo respeita as leis assim como a pena de morte.

(Conclusão) O motivo pelo qual a taxa de criminalidade irá baixar é o medo, pois em todos os passos de uma vida criminosa o indivíduo dará conta que a sua vida está em jogo. Desta forma, é imprescritível a lei seguir a risca condenando a morte daqueles que praticaram o homicídio qualificado, dizimar a falta de punibilidade que é a idéia que paira sobre a sociedade, e assim assombrar aqueles que almejam entrar nessa vida.

Palavras-Chave: Pena de morte. Violência. Criminalidade. Direito penal. Redução.

O ESCOPO DAS SIMULAÇÕES DE ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E O AUMENTO GRADATIVO NO NÚMERO DE PARTICIPANTES

Autor(es):

Ana Luiza Maia Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Morgana Araújo Cadó: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) No contexto histórico do pós II Guerra Mundial, seguido da criação da Organização das Nações Unidas (ONU) surgiram as MUNs – do inglês Model United Nations (em tradução livre: Modelo de Organização das Nações Unidas) as quais tinham o desígnio de possibilitar os estudantes de ensino médio e universitários a treinar oratória, desenvolver argumentação, estimular o raciocínio, bem como, avultar habilidades intelectuais. Nessa estrutura, as MUNs visam simular comitês da ONU onde os estudantes são convidados a representar delegados, chefes de estado, diplomatas, presidentes e representantes políticos de diversos países do mundo onde abordarão temáticas atuais e futuras pautadas na importância do diálogo e cooperação internacional para atender compromissos que venham a ser firmados entre estas figuras políticas. Nesse viés, inúmeras universidades organizam entre seus discentes, sob coordenação de docentes, simulações nesses moldes, assim, a UniSim – Simulação Intermundi do UNI-RN, em sua 10ª edição proporcionou debates frutíferos a um público de mais de 200 pessoas.

(Metodologia) Pesquisa bibliográfica por meio do método dedutivo, proporcionado através do projeto de extensão e pesquisa UniSim – Simulação Intermundi do UNI-RN, bem como, também, por meio do método empírico e caso concreto.

(Resultados) Com base no registro de edições anteriores do projeto de extensão e pesquisa UniSim é notória a importância da prática de projetos nesta vertente uma vez que consoante ao artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Congruente a isso, as MUNs tem o escopo de qualificar os jovens para o mundo trabalhista, tal como, permitir a estes a vivência com situações semelhantes a realidade, assim, esses atrativos proporcionaram ao projeto UniSim um alcance maior a cada edição, onde tem-se que no ano de 2015 foram simulados cinco comitês, com 140 inscritos e 40 docentes responsáveis pela organização; já no ano de 2016, o projeto contou com sete comitês, quase 180 inscritos e 60 docentes incumbidos da sistematização do evento; e para 2017 a expectativa é de que o número de participantes seja superior a 10ª edição.

(Conclusão) Do exposto e sob o viés das simulações, conclui-se que a demanda de discentes interessados em participar de eventos deste porte tem crescido a cada ano. Assim, agrega-se a esse aumento fatores como: uma melhor gestão e organização do projeto, com os quais é possível simular um maior número de comitês; soma-se a isso temáticas inovadoras, à exemplo, do comitê do Fórum Executivo dos Governadores Brasileiros – comitê simulado pela primeira vez em território brasileiro na UniSim. Vale ressaltar também que o incentivo do corpo docente, de coordenadores e reitores é significativo para motivar o interesse dos universitários em projetos dessa vertente.

Palavras-Chave: Educação; Simulação; UniSim; Direito Constitucional; Direito Internacional.

O ESSENCIAL PARA COMPREENDER FRIDA KAHLO: AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Autor(es):

Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN

(Introdução) Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón, ou Frida Kahlo, como ficou conhecida. De personalidade forte, latino-americana, mulher, mestiça, patriota assumida, bissexual, apaixonada por Diego Rivera, relacionamento fora do padrão, pintora, revolucionária. Sua individualidade é voltada para as suas vestes. Ela inovou a cultura mexicana com a criação dos seus trajes ultra-coloridos, com recortes, franjas, sempre trazendo modelos que deixam acesa a cultura dos Astecas, a mulher nativa e usando da sua mestiçagem para protagonizar a Revolução Mexicana, além disso, possuía um estilo de vida extremamente singular e desobedecendo a todos os padrões impostos no período.

(Metodologia) Com isso, analisando o comportamento da pintora, seus quadros e, principalmente, sua história de vida dentro das relações de gênero e como ela lutou é assemelhado ao método hipotético-dedutivo, o qual buscará evidências, ou seja, será analisada a trajetória de Frida Kahlo e como ela se insere no contexto das relações de gênero e tentando derrubar os modelos padrões do que seria comportamento tido como normal e o motivo do por que ele deveria ser seguido. Assim, com essas tentativas, serão desmitificadas regras as quais são atreladas a figura do homem ou mulher durante anos e focando como ela conseguiu conviver em um período muito mais retrogrado e obteve destaque.

(Resultados) Nascida em 1907, mas reafirmava ser em 1910 por motivos especiais, ou seja, esse foi o ano da eclosão da Revolução Mexicana. Como ativista e apaixonada pelo México, as tradições nativas do território, além de ser anti-imperialismo e comunista, reforçava a ideia de que teria vindo para fazer a diferença, uma das poucas mulheres que estava à frente de toda a reivindicação naquele período. Junto a toda essa quebra de paradigma, Frida tinha um comportamento peculiar, um fato que chama a atenção é ela não se depilar, o qual era muito temido na época, mas não passava de uma expressão de libertação, ou seja, sua forma autônoma de encarar os modelos sociais e de se introduzir de maneira oposta como forma de se impor, foi uma das primeiras formas de protesto contra a desigualdade entre os gêneros homem e mulher. O Muralismo, movimento artístico vigente na época, pintava nas paredes das ruas da Cidade do México a trajetória da vida dos Europeus e como eles defasaram a cultura, impondo a todos o conhecimento para lutar por seus direitos e não aceitarem o estrangeirismo moldando sua vivência, um grande pintor desse momento foi Diego Riviera, parceiro amoroso de Kahlo, que também tinha obras brilhantes para serem expostas nesse contexto, mas todos acreditavam que ela era a “sombra” do seu amado e pouco deram importância. Hoje ela é muito mais reverenciada do que ele, o motivo é claro, sua autêntica forma de vida e seu talento superaram as desigualdades de gênero.

(Conclusão) Desta feita, apesar de sofrer com um relacionamento abusivo e com traições da parte do amor da sua vida Diego Riviera e por acharem que ela, na figura de mulher, mesmo pintando exemplarmente e superando-o era inferior a ele, conferindo-lhe destaque apenas ao final da sua vida, ela conseguiu atingir um patamar impensável por algumas mulheres naquela época, não só em relação à pintura, mas ao estilo de vida. Além disso, da forma como ela inovou em todos os setores. Sendo assim, o essencial para compreender a trajetória tão ilustre e admirável de uma mulher que virou história e hoje é símbolo da força feminina é analisando as relações de gênero do seu contexto.

Palavras-Chave: Compreender. Frida Kahlo. Relações de Gênero.

O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)

Autor(es):

Monalisa Lima Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Novo Código de Processo Civil (NCPC) traz uma série de mudanças que buscam conferir uma maior dinâmica ao processo, adaptando-se à realidade social atual, numa perspectiva principiológico-constitucional. Dentre essas mudanças, foi criado o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), que tem por finalidade solucionar, já no segundo grau de jurisdição, a multiplicidade de demandas repetitivas, que representem risco à segurança jurídica e à isonomia. A grande quantidade de demandas que envolve direitos individuais homogêneos sobrecarrega o Judiciário, possibilita julgamento desiguais para casos idênticos, ferindo, com isso, a mencionada segurança jurídica. Nessa perspectiva, o NCPC dá tratamento jurídico ao microsistema de demandas repetitivas, com a criação do IRDR, com a convicção de contribuir para solucionar os processos em massa que tenham em seu conteúdo as mesmas questões unicamente de direito.

(Metodologia) O desenvolvimento desta pesquisa é baseado no NCPC, onde se trouxe novas perspectivas e adaptações ao cenário atual processual brasileiro. De forma que se analisarão especificamente dos art. 976 ao art. 987, que compreendem de que maneira se pode aplicar o incidente de resolução de demandas repetitivas e os principais requisitos. Adotou-se como método de abordagem o dedutivo, partindo-se da análise da legislação para uma matéria de ordem mais específica. Os métodos de procedimento para tal serão o histórico, o descritivo, o comparativo e o estatístico. A pesquisa ainda se baseará na a legislação, nas pesquisas bibliográficas, nos casos concretos e ainda nas entrevistas.

(Resultados) O Conselho Nacional de Justiça afirmou, recentemente, que 70 milhões de processos estão acumulados nos tribunais brasileiros ainda sem solução. Partindo dessa e das demais análises anteriores, verificou-se a necessidade de ferramentas que possibilitem uma celeridade processual para se por fim às litigâncias que tenham uma maior facilidade de resolução, como também as que tenham relação com as demais demandas. O que se almeja obter como resultado dessa pesquisa são o funcionamento e a avaliação do incidente, os seus benefícios e prejuízos trazidos ao judiciário e à sociedade, como também dados estatísticos que sinalizem a efetivação dessa inovação. Simultaneamente constatar quais as mudanças advindas com NCPC.

(Conclusão) É necessário acelerar os processos e obviamente melhorar o sistema processual brasileiro. Há um desafio grande, no sentido da utilização mais racional de todo o sistema. O novo código de processo civil veio para revolucionar o cenário do judiciário brasileiro, embora as coisas aconteçam paulatinamente, já que tudo ainda é considerado novo, mas as expectativas são as melhores. Uma grande mudança é o tratamento jurídico das demandas repetitivas que abarrotam o Judiciário, que se demonstra incapaz de solução isonômica, justa e num tempo razoável. O IRDR é considerado um grande avanço para o processo judicial brasileiro.

Palavras-Chave: Novo Código de Processo Civil; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Judiciário Brasileiro; Litigância.

O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) E SUA RELAÇÃO COM O DINAMISMO BUSCADO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.

Autor(es):

Renan de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Como nos é sabido, tornou-se vigente recentemente o Novo Código de Processo Civil, através da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, trazendo inúmeras alterações e também novidades se comparado com o Código de Processos Civil antigo, de 1973. Como uma das novidades, criou-se o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, disciplinada nos artigos 976 a 987 do Novo CPC, que objetiva uma resolução mais rápida de processos semelhantes, através de entendimento firmado após análise de processo modelo. Destarte, a presente pesquisa dedica-se à tentativa de investigar como esse novo instituto trazido pelo Novo Código de Processo Civil se comunica com o dinamismo buscado nesta nova fase do processo civil, que está intimamente relacionada aos princípios que norteiam o Direito Processual Civil, como a Isonomia, a Segurança Jurídica e a Celeridade processual. Além disso esta pesquisa objetiva mostrar mecanismos semelhantes existentes em outros países e também destacar quais foram as alterações sociais que levaram a busca pela criação desse mecanismo do Novo Código de Processo Civil.

(Metodologia) A pesquisa realiza-se através do método hipotético-dedutivo, que é aquele no qual inicia-se com a descoberta de um problema e sua criação clara e precisa, além de buscar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos relevantes ao problema, que auxiliam o pesquisador em seu trabalho, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica e uma análise histórica a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos princípios norteadores do Direito Processual Civil e pela legislação atinente ao instituto analisado, objeto da presente pesquisa.

(Resultados) Como resultado, observa-se que, a criação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas pela Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, beneficia o Direito Processual Civil, se comunicando de forma positiva com os princípios e garantias que norteiam o direito processual brasileiro, respeitando a Isonomia, trazendo a celeridade processual e garantindo a segurança jurídica. É tida como uma solução, haja vista a alta demanda de processos presentes no judiciário, buscando através deste método o julgamento de vários processos com demandas semelhantes de acordo com o que a lei preza, através de entendimento firmado após análise de processo modelo pelo tribunal superior competente, objetivando reduzir o volume de processos no judiciário sem causar algum prejuízo as partes envolvidas nos processos com demandas repetitivas.

(Conclusão) Portanto, conclui-se que o Direito Processual Civil acertou na criação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, visto que era uma necessidade iminente que tinha o processo civil brasileiro, pois com os avanços da sociedade, trouxe como consequência à alta demanda de processos presentes no judiciário, sendo buscada de forma incessante soluções para a redução desse contingente processual, devendo ser criadas sem ferir os princípios e garantias norteadoras do Processo Civil em nosso país, o que é respeitado pelo IRDR, que soluciona os vários processos através de um entendimento uniforme, firmado após análise do Tribunal Superior competente.

Palavras-Chave: IRDR; Lei ° 13.105/2015; Direito Processual Civil;

O INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO

Autor(es):

Luiz Marinho Simas Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Fernanda Moura Bandeira Antas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) As mudanças no cenário previdenciário já são evidentes, seus contribuintes buscam cada vez mais o que pode trazer melhores resultados a posteriori, tendo em vista o direito adquirido a partir da contribuição para com o sistema. Neste diapasão surge o instituto da “desaposentação”, cujo significado se torna mais abrangente na medida em que a legislação brasileira vai se adequando as necessidades da população, entretanto não há qualquer decisão, ou previsão legal expressa, a este respeito. Este tema refere-se à possibilidade de o segurado, já aposentado, continuar as suas atividades laborativas enquanto buscam majorar sua aposentadoria, mediante o cômputo das contribuições obrigatoriamente vertidas ao Sistema Previdenciário em virtude da atividade laboral exercida posteriormente à concessão do benefício.

(Metodologia) A partir da análise de material bibliográfico disponível e reportagens atuais acerca do assunto, alcançar-se-ão os resultados e conclusões a por meio da aplicação do método dedutivo.

(Resultados) O tema é alvo de discussão no STF desde 2003, a sua legalidade, ou não, tem sido fortemente debatida nos tribunais brasileiros, desde então busca-se uma decisão uníssona para o tema. São várias vertentes que devem ser envidadas para haver uma posição coerente. Por isso é importante refletir sobre a legalidade desse instituto previdenciário, até por que não há previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro atual. Mesmo que não haja previsão legal para este instituto, é possível verificar que ela tem sido possibilitada judicialmente, por meio de decisões nos diferentes graus de jurisdição. Martins defende que se a Constituição não veda a desaposentação, nem as Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91, que dispõem sobre a organização da Seguridade Social e sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, a desaposentação é permitida. Nesse sentido, Pereira dispõe que na Magna Carta, o instituto da desaposentação não é vedado. Na lei da Previdência Social também não existe um dispositivo legal que obste a renúncia dos direitos previdenciários. Existe somente um decreto regulamentador, de constitucionalidade duvidosa. Um decreto, sendo norma subsidiária, não possui competência para restringir um direito do aposentado, prejudicando-o. (PEREIRA, 2013). Dessa forma, não tendo esse instituto previsão legal ainda, podemos afirmar que a desaposentação é um instituto essencialmente construído pela doutrina e pela jurisprudência, com vistas à obtenção de uma melhor aposentadoria para o segurado que tenha continuado a exercer alguma atividade laborativa durante o período de gozo do benefício concedido inicialmente. Se não há na legislação previdenciária brasileira normas proibitivas quanto à desaposentação e ao novo cômputo referente ao espaço temporal que é usado na aposentadoria renunciada (PEREIRA, 2013), então, por não existir proibição legal, entende-se que ela é permitida, já que o artigo 5º, inciso II, da Constituição da República dispõe que ao indivíduo é permitido o exercício de qualquer conduta não proibida em lei.

(Conclusão) Diante do exposto, o instituto da desaposentação e suas implicações são temas complexos e atuais, que possuem entendimentos e concepções divergentes. Porém, hoje, no Brasil, a posição majoritária dos doutrinadores e dos magistrados é o entendimento da validade da desaposentação e da sua possibilidade legal, na medida em que ela é uma forma de garantir que um aposentado possa receber um benefício mais vantajoso quando ele ainda possui capacidade laborativa. A desaposentação não fere qualquer preceito constitucional. A falta de previsão legal para esse instituto não deve ser embasada para prejudicar o indivíduo, portanto a falta de previsão de lei abre a possibilidade do sujeito renunciar sua aposentadoria com o fim de aposentar-se futuramente com uma aposentadoria mais vantajosa, já que esse ato não traz prejuízo atuarial ou financeiro para o sistema previdenciário vigente, além de atender aos interesses dos segurados.

Palavras-Chave: Desaposentação; Legalidade; Divergência; Vantagem.

O NOVO CONCEITO DE DEFICIENTE ESTABELECIDO PELA LEI 13.146/2015

Autor(es):

Maria das Graças da Costa Ferreira Neri: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua o deficiente como sendo “toda pessoa que possui uma perda ou anomalia de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.” Esse mesmo conceito foi usado no Brasil de 1999, com o Decreto 3.298 até 2009, quando a Convenção de Nova York foi inserida em nosso ordenamento jurídico com o status de Emenda Constitucional, por ser tratado internacional de direitos humanos, trazendo o novo conceito: “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Esse conceito é o mesmo da lei 13.146/15. Nos últimos vinte anos houve uma crescente produção de normas jurídicas e programas, voltados para estabelecer e defender os direitos dos deficientes. Criou-se até um novo termo “Ações Afirmativas”, que são ações voltadas para a diminuição das desigualdades sociais, referentes à raça, sexo, idade, opção sexual e pessoas com deficiência, que ocorrem no mundo e também no Brasil. As pessoas com deficiência precisam ter seus direitos respeitados para que elas possam viver em melhor condição de igualdade possível, como acessibilidade nas calçadas, com rampas, os motoristas de ônibus respeitando as paradas, e os motoristas às vagas nos supermercados e bancos. Com o novo conceito, porém alguns estabelecimentos não estão priorizando as limitações dos deficientes, pois a interpretação está sendo feita de maneira restritiva e confusa sem considerar as limitações pessoa com deficiência. A sociedade precisa ser conscientizada de que há um conceito de deficiente e que esse deve ser aplicado para cada caso de maneira singular. O objetivo desse trabalho é comparar os dois conceitos do Decreto 3.298/99 e o da Lei 13.146/15, buscando demonstrar os pontos positivos e negativos.

(Metodologia) O método de abordagem será o dedutivo, o método de procedimento o comparativo e as técnicas de pesquisa: aplicadas para esse trabalho serão estudo da jurisprudência, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

(Resultados) Nesse trabalho, não há resultado, pois ainda está em andamento.

(Conclusão) Assim, esse novo conceito que é bastante abrangente e está em adaptação, vem conduzindo o descumprimento ao princípio da isonomia, na adequação a cada caso concreto. Além disso, interpretação equivocada dessa nova definição de “deficiente” pode produzir efeito contrário à proteção almejada. Dessa forma, é importante identificar quem são as pessoas com deficiência a serem protegidas pelo Estado, sendo relevante o debate sobre o novo conceito para que fique bem claro, o objetivo da mudança do conceito, que é determinar quem tem direito aos benefícios sociais e que as limitações de cada deficiente sejam respeitadas para que assim, haja o cumprimento dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Deficientes, direito, conceito e conscientização.

O PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

José Maria da Luz Rebouças Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Edney Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Luiz Felipe Teixeira Maia de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Daniel Augusto Lopes Paixão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante de um ordenamento jurídico visto essencialmente como um sistema normativo aberto de regras e princípios fundamentais, torna-se recorrente a discussão no tocante aos pactos internacionais que ora são ratificados em nosso ordenamento. Nesse sentido, O pacto de São José da Costa Rica estabelece de início, em seu preâmbulo, uma proteção aos direitos humanos fundamentais. Explicita que os direitos essenciais da pessoa humana devem ser observados unicamente com fundamento na própria atribuição de ser humano. Repudia qualquer discriminação em que pese a nacionalidade da pessoa, para que se confirmem os direitos essenciais a ela inerentes. Sob essa égide, o pacto se insere em nosso ordenamento jurídico, no sentido de fortalecer a concepção de direitos. Nesse sentido a discussão acerca do tema é no sentido de ampliar o horizonte quanto aos efeitos e conseqüentemente sob quais circunstâncias o Pacto é introduzido em nosso Ordenamento Jurídico.

(Metodologia) Os caminhos metodológicos desenvolvido nessa pesquisa foram norteados através da realização de uma pesquisa de caráter bibliográfica; revisão de literatura - artigos científicos e pesquisas exploratórias acerca do tema e sua possibilidade prática, é que foi plausível fornecer o devido embasamento para o desenvolvimento do presente trabalho, apropriando-se de nomes reconhecidos e atuantes na temática, perpassando desde doutrinadores jurídicos, e pela Constituição Federal/1988, a fim de tornar claro e abrangente a perspectiva.

(Resultados) A Convenção Americana de Direitos Humanos tratado, também chamado de Pacto de São José da Costa Rica, foi assinado em 22 de novembro de 1969, na cidade de San José, na Costa Rica, e ratificado pelo Brasil em setembro de 1992. A convenção internacional procura consolidar entre os países americanos um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito aos direitos humanos essenciais, independentemente do país onde a pessoa resida ou tenha nascido. O Pacto baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que compreende o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria e sob condições que lhe permitam gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e político.

(Conclusão) O presente estudo serviu para fomentar e ampliar os debates acerca do tema, no sentido de apresentar dentro do ordenamento jurídico brasileiro, sob que circunstâncias os tratados internacionais são absorvidos, trabalhando de forma mais específica com o Pacto de São José da Costa Rica. Importante destacar, que o mesmo foi incorporado em nosso ordenamento sob status de norma supralegal, entendimento esse defendido pela corte suprema deste país (Brasil).

Palavras-Chave: Tratados Internacionais. Ordenamento Jurídico. Norma supralegal.

O PAPEL DA DISCUSSÃO NA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Autor(es):

Glaydson Mauro Nascimento Pelaes Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A polarização de pensamentos e ideias sobre uma questão controversa pode ser benéfica para ambos os lados, no entanto, para haver esse benefício, há de se entender sobre o que se fala, a fim de não cometer-se equívocos. A polarização vista sobre a redução da maioridade penal, caminha para o equívoco na medida em que não há um debate entre ideias construídas sob bases consistentes e científicas, mas sim um debate entre emoções e pensamentos de senso comum por parte de defensores e opositores de tal medida. A fim de uma melhor compreensão de tal questão, há de se recorrer à ferramentas que possibilitem um entendimento mais apurado dessa questão tão complexa, neste caso, as áreas utilizadas serão a neurociência e a psicologia comportamental, que por definição buscam entender o ser humano tanto em seu aspecto biológico, quanto em seu aspecto psicológico-comportamental. Nessas respectivas áreas, analisar-se-ão estudos conduzidos por cientistas a fim de entender o comportamento e o desenvolvimento cerebral humano, como objetivo de compreender a complexidade que somos, seja em aspectos biológicos, seja em aspectos psicológicos.

(Metodologia) MÉTODO DE ABORDAGEM: INDUTIVO - Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. 1. COMPARATIVO (entrevistas e argumentos favoráveis e desfavoráveis à redução da maioridade penal); 2. HISTÓRICO (evolução histórica, acontecimentos passados e influência no estado atual); 3. DESCRITIVO (análise da realidade e seus desdobramentos no contexto atual). TÉCNICAS DE PESQUISA: 1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA; 2. ENTREVISTAS; 3. VISITAS À ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

(Resultados) Espera-se ao fim desta pesquisa, um maior entendimento de questões como comportamento em grupo, desenvolvimento cerebral, controle de impulsividade, etc. proporcionando um ensejo maior à discussões mais produtivas, embasadas por conhecimento advindo de fontes científicas e consistentes, a fim de evitar equívocos nessa questão de grande relevância e importância, uma vez que trata-se da vida de adolescentes, atualmente tratada em grande parte, com ideias baseadas em senso comum e emoção, levando inexoravelmente à equívocos.

(Conclusão) A fim de um maior aproveitamento para ambos os lados de uma discussão, tal troca de ideias deve ser embasada em fontes confiáveis, uma vez que a discussão em questão envolve a vida de adolescentes, para tanto, faz-se necessário uma pesquisa aprofundada em áreas que têm a possibilidade de fornecer maior entendimento da questão, neste caso, estas áreas serão a Neurociência e a Psicologia comportamental.

Palavras-Chave: Discussão; Polarização; Ideias; Dilema; Redução da maioridade penal; Neurociência; Psicologia comportamental; Debate; Emoção; Senso comum; Defensores; Opositores;

O POLICIAL E O DIREITO A PROTEÇÃO.

Autor(es):

Bolívar Alvarenga de Medeiros Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marco Aurélio de Medeiros Jordão: Docente do UNI-RN

(Introdução) Levando em consideração o país muitas vezes violento que é o Brasil, um dia de trabalho do policial pode ser extremamente arriscado e insalubre, o Estado por sua vez deve proteger tais servidores da forma que lhe for possível, a sociedade lhes devem justo respeito e ética, assim como a justiça o bom senso hermenêutico. Portando, o presente artigo explicitará a importância do policial perante a nossa nação, com críticas e apontamentos em relação as deficiências existentes no Brasil com o intuito de trazer soluções cabíveis em pro desta classe.

(Metodologia) Esse projeto terá como base a perspectiva de autores como Caio Tácito e Maciel Morais, e ainda pesquisas indiretas em sites da internet, artigos, livros e enciclopédias. Serão feitas seleções a respeito do tema com o intuito de levar informações necessárias para que o leitor possa compreender de fato a idéia crítica transmitida, depoimentos de agentes da polícia assim como militares da polícia militar, pesquisas de estáticas relacionadas e aprofundadas junto ao tema, e por fim, porém não menos importante, a análise de fatos e notícias decorrentes da ausência a proteção ao policial.

(Resultados) Em média são mortos 500 policias por ano, comparado aos EUA onde morrem média de 70 por ano, considerando que lá a população é superior a 300 milhões de habitantes contra 200 milhões do Brasil, não resta dúvida que tal índice é alarmante, afinal 500 servidores públicos de uma única classe morrem todo ano. Infelizmente esse profissional não leva apenas consigo a vulnerabilidade da violência, muitas vezes os seus familiares também são atacáveis, os criminosos cujos são parte de seu trabalho, são covardes e não tem escrúpulos para usar da maldade para atingir o policial. Como já dito, os homicídios acontecem na sua maioria quando o agente não está em serviço, assim as pessoas próximas a ele ficam sujeitas a atentados da mesma forma que o próprios. Somando, existe uma grande parcela da população que não enxerga o drama vivido e não contribuí em ajudar, pelo contrário, extraem todo lado negativo da polícia e põe a tona em jornais, rádios e principalmente redes sociais onde não existem escrúpulos para a informação.

(Conclusão) Dura realidade da sociedade e a existência pertinente da violência, de fato ela sempre existiu e não deverá deixar de existir assim como a polícia. Uma pessoa que alcança o direito e obrigação de vestir uma farda, se armar e ser treinada para combater, certamente parece um tanto quanto invulnerável, porém ela ainda é uma pessoa, ainda chora, sangra e morre. A polícia protege o cidadão, e quem protege a polícia? Portanto, esse artigo mostra os desprovidos sobre a aplicabilidade do crime hediondo sobre o policial, a superficialidade tendenciosa da mídia, o direito de usar a força e intimidação, a inversão de valores e os direitos humanos. Desta forma passará ao leitor a "carência" de proteção existente na instituição policial e a possibilidade de reverter esse fato.

Palavras-Chave: Direito a proteção. Violência contra o policial. Importância da polícia.

O PREÂMBULO CONSTITUCIONAL: APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL E O ALCANCE NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Autor(es):

João Victor Filgueira Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

(Introdução) O preâmbulo constitucional é um elemento conector da Constituição com a sociedade e seu texto pode trazer divergências quanto a sua aplicação e interpretação que precisam ser solucionadas. Nesse sentido, surge a necessidade de saber qual função que esse documento presente na constituição possui dentro do contexto sócio-político do Estado Brasileiro. Desta forma a presente pesquisa visa compreender o preâmbulo desde o seu período de formação até os dias atuais, passando pelas discussões mais frequentes que esse tema gera, a exemplo da sua função normativa e a forma com que ele pode atingir as relações jurídicas.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico e descritivo. Considerando os objetivos propostos na pesquisa utilizou-se do método dialético para o alcance dos resultados pretendidos, uma vez que, trata-se de uma questão teórico-conceitual a qual comporta divergências e debates jurídico-doutrinários, procurando entender como o preâmbulo é aplicado diante de aspectos sociais, jurídicos, políticos e culturais. No tocante ao procedimento, utilizou-se do método auxiliar histórico, já que se visou traçar um debate entre a sua formação e atualmente. Também se utilizou o método auxiliar comparativo, já que se confrontou o Preâmbulo da Constituição Federal com o preâmbulo da Constituição do Estado do Acre e experiências Internacionais. Ademais sobre as técnicas de pesquisa, a construção do estudo se deu a partir da doutrina especializada do direito constitucional, pesquisa de produções literárias e a produção jurisprudencial no âmbito do STF.

(Resultados) Constatou-se com o desenvolvimento da pesquisa uma ruptura de pensamento com relação ao preâmbulo desde quando ele foi criado em 1988 e atualmente. Essas constatações são provadas a princípio pela grande discussão jurisprudencial que se gerou, a exemplo da ADI 2076, que o PSL do Acre moveu contra a assembleia do Estado sob não se ter a necessidade do fragmento “sob a proteção de Deus” na Constituição Estadual, tendo o STF se posicionado a favor do partido, pois para o Ministro Relator Carlos Velloso o texto do preâmbulo possui força política e não normativa, sendo assim, não é obrigatório a sua reprodução integral. Outra discussão muito presente foi a da normatividade do preâmbulo, sendo discutidas três teses: Irrelevância Jurídica, Eficácia Imediata e Relevância Indireta. Mas o STF se posicionou sobre essa discussão e o entendimento se filia com a Tese da Irrelevância Jurídica, em virtude, do preâmbulo possuir força política e não jurídica, sendo útil apenas como princípio interpretativo.

(Conclusão) Constata-se que o preâmbulo constitucional da Constituição Brasileira de 1988 possui uma relevância para o campo da interpretação, uma vez que ele não possui força normativa a luz do Ordenamento Brasileiro, mas sim, força política, ou seja, não atua na jurisdição como fonte justificadora, mas serve como um norte para se ter um entendimento de como se baseou a formulação de todo o ordenamento, destacando-se os principais princípios e garantias presentes na Carta Magna brasileira e que devem ser respeitadas e conservadas, não podendo nenhuma decisão ou lei interferir. Com o objetivo central de se entender melhor o preâmbulo, a pesquisa levou a perceber que o preâmbulo se comporta como um guia político de como o legislador teve se portar no período de formação da constituição para consagrar e guardar o que se é de mais importante para o individuo e sociedade. Atualmente, mesmo com todas as problemáticas que a ele se relacionam, principalmente, em virtude das mudanças socioculturais, não se faz necessário desconsidera-lo, uma vez que o preambulo funciona como pilar ético, jurídico e político da interpretação constitucional.

Palavras-Chave: preâmbulo; constituição; problemáticas; jurisprudência; ADI; STF

O PRINCÍPIO DA UNIDADE FAMILIAR DOS REFUGIADOS NO DIREITO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRO

Autor(es):

Manuella Fonseca dos Santos Byone: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Rayanne Barbosa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Samantha Rique Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lara Fernandes de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Roberto Pinto de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante da problemática surgida com o aumento de refugiados que tentavam escapar das atrocidades cometidas pelo seu respectivo país de origem, e sua conseqüente retirada da sua unidade familiar, primamos pelo esclarecimento a respeito do direitos dos refugiados na seara do Direito das Famílias brasileiro, o qual por ser um dos mais evoluídos a nível mundial, defende a tese que a unidade familiar deve ser mantida para que um ser humano possa se desenvolver da melhor maneira possível, e também mantenha seus vínculos afetivos e sanguíneos que tiveram início nos primórdios da sua respectiva vida. Além disso, ressalva-se que o direito e seus respectivos ramos não são estáticos, ou seja, com a finalidade de melhor atender as necessidades sociais, é imprescindível que as normas sejam adequadas e/ou adaptadas às mudanças sociais.

(Metodologia) No trabalho de pesquisa em questão utilizaremos o método dedutivo, partindo de doutrinas e leis que se complementam, com a finalidade de averiguar o fenômeno histórico-evolutivo sobre a preservação da unidade familiar dos refugiados. No que tange ao método de procedimento, será empregado o estudo de casos e cumulativamente o método documental buscando jurisprudências dos nossos tribunais. Além disso, a análise terá como bases referenciais pragmáticos, quais seja a resolução do CONARE número 4; Ata Final da Conferência da Convenção de 1951; Estatuto dos Refugiados e a Constituição Federal de 1988, em função do qual será estabelecida uma relação mais adequada com a evolução social, e, conseqüentemente, com a realidade atual.

(Resultados) A partir de um embasamento teórico fundamentado pela Constituição Federal de 1988, a resolução do CONARE nº4; a Ata Final da Conferência da Convenção de 1951; Estatuto dos Refugiados, observa-se que a unidade familiar dos refugiados deve ser mantida, assim como resguardados seus respectivos direitos, primando sempre pelo bem estar dos membros dos núcleos familiares dos refugiados, respeitando, inclusive os vários tipos de família presentes no Direito brasileiro.

(Conclusão) Em respeito aos Princípios referentes ao Direito de Família, principalmente o da dignidade da pessoa humana; da liberdade; da igualdade e respeito e da unidade familiar, é importante salientar que a resolução do CONARE nº4; a Ata Final da Conferência da Convenção de 1951 e o Estatuto dos Refugiados foram aprovados com o objetivo de alcançar as mudanças sociais e, conseqüentemente, diminuir os relatos dos refugiados e manter a unidade familiar de cada um deles. Dessa forma, é imprescindível salientar que a sociedade atual almeja que seja respeitada a felicidade da família, deixando de lado o individualismo e pensando em prol da unidade familiar.

Palavras-Chave: família, unidade familiar, refugiados, princípios.

O PROJETO DE LEI 4330/04 E A BANALIZAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO EM ATIVIDADES FIM NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS BRASILEIRAS

Autor(es):

Marcela Galvão de Lima Martins Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

(Introdução) A terceirização proporciona incansáveis entraves no mundo jurídico. É muito comum no Brasil, empresas delegarem a uma terceira suas atividades periféricas, buscando aperfeiçoamento de suas atividades fim e a redução de custos com mão de obra e encargos trabalhistas. Atualmente, entretanto, inexistente regulamentação específica para tratar da atividade terceirizada brasileira, sendo, na prática, seus limites traçados pela Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Diante disso, foi apresentado para votação, o Projeto de Lei 4330/04, pelo Deputado Sandro Mabel, destinando-se a normatizar a relação triangular existente entre a empresa intermediadora, seus empregados e a empresa tomadora. Dentre os tópicos polêmicos do projeto, se encontra o que versa sobre o contrato de prestação de serviço abranger o desenvolvimento de todo e qualquer tipo de serviço, incluindo a atividade meio e atividade fim da contratante, sem que haja, contudo, formação de vínculo com a tomadora de serviços. Dessa forma, o presente trabalho visa analisar a possibilidade de uma provável trivialização da medida flexibilizadora terceirização, em qualquer tipo de serviço, inclusive nas atividades fim, o que poderá fomentar a precarização das relações trabalhistas no cenário brasileiro.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa desenvolvida através do método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo-se de hipótese formulada, chegando a dedução da solução do problema. Concernente ao método de procedimento, serão utilizados o histórico, para tratar da evolução histórica da terceirização; o descritivo, expondo o processo de regulamentação da terceirização no legislativo brasileiro e o comparativo, referindo-se ao estudo do direito comparado, defrontando a terceirização brasileira das ocorridas em outros países. Finalmente quanto as técnicas de pesquisa, serão aplicados artigos, teses, doutrina, dando ênfase na análise de súmula e projeto de lei.

(Resultados) O artigo 4º, § 2º do Projeto de Lei 4330/04, permite a prática da terceirização, até então limitada às denominadas atividades meios – secundárias -, se estendesse às atividades fim – aquelas afetas ao objeto da tomadora. Nessa perspectiva, a empresa poderá produzir bens e serviços sem qualquer empregado formal e direto, atuando exclusivamente com mão de obra externa, emanado de instituições especializadas em prestar serviços inerentes para cada etapa da cadeia produtiva. A aprovação do Projeto é defendida pelos empresários sob argumentação de propiciar ao país crescimento econômico, com investimentos internos e externos, segurança para as empresas de diversos setores, maior competitividade e geração de mais postos de trabalho, com profissionais de alta especialização. Ao final, o produto ou serviço seria adquirido pelo consumidor com um menor custo e melhor qualidade. No entanto, a permissão indiscriminada da terceirização, defendida no Projeto, em todas as atividades da empresa tomadora, poderá estimular a redução salarial e de benefícios, aumento de postos de trabalho precários com a consequente fragilização das garantias sociais, arduamente conquistadas, e o enfraquecimento do movimento sindical, com a quebra da solidificação dos postos de trabalho e a perda da força de negociação. Isso se dá, em virtude da contratação de empresas prestadoras de serviço traduzir custo inferior à de empregados submetidos às normas da Consolidação das Leis Trabalhistas e das demais obrigações previdenciárias decorrentes.

(Conclusão) Assim sendo, pode-se concluir, a partir dos estudos realizados, que as alegações feitas pelos empresários favoráveis à aprovação desse projeto não são razoáveis, posto que evidenciam a estratégia de diminuir os custos do trabalho com a consequente supressão das conquistas trabalhistas conseguidas, representando uma verdadeira desregulamentação, da qual o patrimônio jurídico dos trabalhadores seria excluído. Portanto, a pesquisa tem sua relevância pautada na constatação de que a incorporação do, no ordenamento jurídico brasileiro, não respeita os direitos sociais trabalhistas em questão, se tornando uma prática precarizadora das relações e fragmentadora da organização dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Atividades Fim. Precarização. Projeto de Lei 4330/04. Terceirização.

O PROJETO DE LEI Nº 4.330/2004 COMO MEDIDA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO TERCEIRIZADO NO BRASIL.

Autor(es):

Anna Luísa Ubarana Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A terceirização no Brasil teve encetamento com a chegada das multinacionais brasileiras, onde a ideia de muitos empresários era conseguir mão-de-obra com menores custos, sem se furtar às disposições tutelares da legislação trabalhista, a qual visa a proteger o empregado e empregador na relação dualista brasileira. É visto que desde antigamente existe uma grande receio com a elaboração de tal modelo que visasse transformar esse trabalho, dando autonomia as empresas para a concentração da especialização nas atividades principais do negócio, as chamadas atividades-fim, aumentando assim sua produção e eficiência mediante a especificidade do trabalho almejado; e transferir as atividades meio, que seriam as atividades que tinham relação indireta para a manutenção da empresa, como limpeza, segurança, etc. Destarte o contexto implantado, a legislação brasileira editou diversas leis que amparassem a condição do trabalhador que se submetia a tal conjuntura, quais sejam; Lei 6.019/64, Lei 7.102/83 e entre outras. Baseado em tais leis, o TST instituiu a súmula 331, que regulou o trabalho terceirizado no país, estabelecendo assim uma nova roupagem a tal prática. Porém, o que motiva esse trabalho vai mais além. Em 2004 foi criado um projeto de lei 4.330/2004, que trás consigo uma série de alterações que poderão destemperar as condições de trabalho terceirizado no nosso país. Propulsor de tais mudanças, o então projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril deste ano e seguirá em breve para o Senado Federal. Se efetivado de fato, o projeto que poderá se tornar Lei acarretará conseqüentemente em uma desconstrução do então solidificado direito, conquistado com tanta luta em nossa atual jurisprudência. Assim, surge a indagação que motiva o trabalho: A efetivação do projeto de lei 4.330/2004 irá precarizar os direitos fundamentais do trabalhador brasileiro? Provido desse pressuposto, o objetivo geral do trabalho será analisar os aspectos do projeto de lei 4330/2004, mostrando os efeitos negativos de sua aprovação para os trabalhadores brasileiros.

(Metodologia) O método de abordagem a ser utilizado no trabalho será o dialético, em que podemos visualizar o contexto em que ocorrerá tal precarização, dialogando assim com o contexto sociopolítico-econômico que vivemos. Já no tocante a métodos de procedimento, conta-se com o histórico, no que concerne a analisar a construção histórico-social da terceirização; o descritivo, onde será apresentado o instituto da terceirização na atualidade, e explanarei sobre a terceirização implantada pela PL 4.330/04 como matriz de lucro para grandes empresas; por fim o comparativo, averiguado o artigo 2, §2 do projeto de lei 4.330/2004 e a súmula 331 do TST criando assim um paradoxo entre ambos. Outrossim, as técnicas de pesquisa a serem utilizadas serão por meio da Doutrina, Jurisprudência, Projetos de Leis, Leis ordinárias.

(Resultados) Levando em conta que o trabalho encontra-se em desenvolvimento, não existem resultados a serem mostrados no momento. Porém, pretende-se desencapotar dentro do contexto de pesquisa adotado a comprovação da real precarização dos direitos fundamentais do trabalhador com a aprovação da PL 4.330/04 em nosso ordenamento jurídico. Percebe-se que ao analisar as minúcias da lei, a condição de emprego será altamente comprometidas com tais mudanças. Pretende-se também que fique comprovado que tal prática se liga diretamente a diminuição de custos dos funcionários e isso não irá abalar só a vida do trabalhador, mas da sociedade em todos os seus contextos, de forma maléfica para uns e muito benéfica para outros.

(Conclusão) Almeja-se que os objetivos traçados ao longo do desenvolvimento do trabalho sejam todos alcançados de forma eficaz, a ponto de convencer ao leitor de que nas peculiaridades atenuadas, a lei a ser aprovada irá de fato precarizar o sistema instaurado no Brasil

Palavras-Chave: TERCEIRIZAÇÃO, PROJETO DE LEI, PRECARIZAÇÃO, DIREITOS FUNDAMENTAIS

O RACISMO BRASILEIRO E O FENÓTIPO RACIAL DE UMA SOCIEDADE HIPÓCRITA, JACQUELINO BERNARDO DE OLIVEIRA,

Autor(es):

Jacqueline Bernardo de Oliveira: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Adriana Gomes Amorim: Docente do UNI-RN

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Por não apresentar um fenótipo racial descrito na autodeclaração os candidatos estão sendo eliminados de vários concursos públicos por não apresentarem as características adequadas declaradas pelos mesmos no ato das inscrições, Esse foi o entendimento do TRF da 4ª Região aos candidatos que alegaram as cotas raciais, mas, não possuíam as características descritas com as declarações coletadas pelos sistemas. Os Juízes de duas instâncias tomaram suas decisões baseadas num entendimento do STF que considerou a políticas de cotas públicas e deveriam ser avaliados quanto ao fenótipo racial.

(Metodologia) O presente trabalho teve como objetivo principal identificar conceitos para a identificação racial sendo realizada por meio da auto atribuição e/ou da heteroatribuição que pertença aos quesitos cor ou raça inerente subjetividade do próprio sujeito, seja do observador externo, para determinar o tipo puro (genótipo), ou o tipo aparente (fenótipo). Chegando-se a identidades raciais descritas pelo IBGE, considerando a mestiçagem do povo brasileiro, tanto o critério da ascendência (ou genótipo), quanto o critério da aparência simplesmente (ou fenótipo), possibilitaria a todo brasileiro, ou a uma grande maioria, ser beneficiário do sistema de cotas

(Resultados) As leis 10.639 e 11.645 tornam obrigatório o ensino da cultura, da história, do negro e dos povos indígenas na sociedade brasileira. É o que chamamos de educação multicultural. Com isso, o MP conseguiu investigar e identificar fraudes em concursos por candidatos que autodeclararam com o fenótipo racial divergente e as universidades abriram sindicâncias identificarem aos autores de fraudes nas universidades através de pesquisas de renda e históricos escolares que poderão comprovar as fraudes. De acordo com o sistema de cotas, 40% das vagas nas universidades são destinadas a cotistas destinando uma parcela reservada a negros e indígenas. No entanto, para obter o benefício, o candidato precisa comprovar ter completado os ensinos fundamental e médio em escolas públicas e ter baixa renda.

(Conclusão) – Portanto aqueles que optarem por concorrer pelo sistema de cotas raciais será analisado por uma comissão responsável por avaliar presencialmente os “aspectos fenotípicos do candidato”, ou seja, características aparentes como cor de pele e de cabelo. A criação de comissões responsáveis por avaliar a veracidade da autodeclaração no sistema de cotas, porém, não é inédita. Há procedimentos semelhantes de checagem em universidades e também na administração pública, os principais resultados encontrados foram as formações de comissões universitárias e em âmbito administrativos em setores públicos para identificar possíveis fraudes dos candidatos, eliminando esses fraudulentos e beneficiando os verdadeiros detentores do fenótipo racial descritos pelo sistema de cotas. Transformando assim uma política de igualdade racial em concursos públicos e ou administrativos. A lei 12.990 de 2014 reserva 20% das vagas oferecidas em concurso públicos federais para pretos e pardos. A legislação tem validade de 10 anos e busca reduzir a desigualdade racial nas seleções para a administração pública. Sendo assim, um garantidor normativo para coibir fraudes e garantir que aqueles que se autodeclarem com o fenótipo racial adequado requerido no ato da inscrição seja contemplados com as ações auto afirmativas.

Palavras-Chave: Racismo, cotas, autodeterminação, Fenótipo.

O RUÍDO E SEUS EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS E AMBIENTAIS

Autor(es):

Aline Rosado Targino da Nóbrega: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mellany Christini Feitosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Viviane Raquel Macedo de Gomes Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN
João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A aposentadoria especial é uma espécie de aposentadoria por tempo de contribuição aos trabalhadores que atuam expostos a agentes nocivos. O ruído, que será tema de pesquisa, é um tipo de agente nocivo que pode ensejar o direito a aposentadoria especial, a qual foi criada como uma forma de favorecer o trabalhador, por meio da regulamentação de seus dispositivos legais. É certo que, o legislador instituiu o direito a aposentadoria especial para resguardar a saúde do trabalhador, portanto as alterações nos níveis de ruído não podem prejudicá-lo. Além disso, a presente pesquisa visa analisar as mudanças oriundas do decorrer dos anos dos parâmetros dos níveis de ruído para concessão da aposentadoria especial, bem como, analisar os danos do ruído ambiental, sinônimo de poluição sonora, e seus inúmeros prejuízos à qualidade de vida dos indivíduos e do meio ambiente que estão habitualmente sob a nociva influência desta modalidade de poluição.

(Metodologia) Para atingir a proposta trabalhada, utilizou-se o método dedutivo para abordagem, além, da utilização de técnicas para coleta de dados e análise foi por meio da documentação indireta, pesquisa as obras doutrinárias, legislação pertinente, jurisprudência e consultas a internet sobre o tema abordado.

(Resultados) É uma garantia fundamental de todos os trabalhadores, um ambiente de trabalho seguro e saudável, assim como, nos casos daqueles que exercem atividades aos quais possuem perigos inerentes, devendo prevenir e/ou amenizar os efeitos nocivos dos agentes físicos, biológicos ou químicos, tal expressão encontra-se previsto no artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal. O ruído pode ocasionar diversos problemas de saúde, ademais, ao expor o trabalhador ao ruído além de ser um dano lesivo ao mesmo, produz poluição ao meio ambiente como um todo, tornando-se algo que cresce assustadoramente em todos os locais de trabalho. E, para a amenização, é indispensável o comprometimento entre os empregadores, empregados e o Poder Público, não devendo apenas focalizar com o trabalho e os avanços capitalistas, causadores dos males que ensejam danos gravíssimos a saúde do trabalhador. Sendo que, ao permanecer expostos a agentes nocivos, seja ele regido pelo Regime Geral de Previdência, seja pelo Regime Próprio de Previdência, acobertado pela súmula vinculante nº 33 que regulamentando o artigo 40, inciso III, da Constituição Federal, ambos terão direito ao benefício da previdência social à concessão de aposentadoria especial, obedecendo ao cumprimento da carência com previsão especial, que variará entre 15, 20 ou 25 anos.

(Conclusão) Dessa forma, será possível a concessão da aposentadoria especial, que prevêem o direito ao benefício para os segurados que tenham trabalhado expostos à algum tipo de agente nocivo à saúde de forma habitual e permanente. O agente físico ruído pode causar sérios danos à saúde do trabalhador como a perda auditiva, e ainda alterações físicas e psíquicas, independente do uso de equipamento de proteção individual. Diante desta afirmativa, o Supremo Tribunal Federal se manifestou no sentido de que apesar do EPI diminuir o nível de ruído ao que o trabalhador estar exposto, deixando-o dentro do patamar permitido, assim o benefício é devido, pois sabe-se a potência do som em tais ambientes causa danos ao organismo que vão muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas. Sendo assim, ao interpretar a lei previdenciária deve ser considerado os princípios constitucionais e a sua função social que busca a proteção da saúde e da integridade física do trabalhador. Além do que, deve-se reconhecer que a poluição sonora é um problema público, devendo ser colocado como uma prioridade nos deveres para com a sociedade, pois de nada adianta reconhecer o direito à qualidade de vida ambiental, sem que o município tenha e construa de modo eficaz uma política pública participativa.

Palavras-Chave: Aposentadoria Especial. Agente Nocivo Ruído. Proteção ao Trabalhador. Poluição Sonora.

O TRABALHO ESCRAVO NA AMÉRICA LATINA E O SEU PARALELO COM A IMIGRAÇÃO

Autor(es):

Guilherme Almeida Trigueiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Pedro Victor Medeiros de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Marcos Cunha Lima Rosado Batista: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Aryane de Araújo Calazans: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Muito embora a migração seja um direito, por reiteradas vezes, esta se justifica na busca por melhores condições de vida e trabalho. Valendo-se da natureza salarial e, portanto, de subsistência do trabalho, determinados agentes, eivados de torpeza, aproveitam-se da necessidade e da miséria para levar seres humanos à condições análogas à escravidão, quando não escravizados de uma forma propriamente dita, promovendo práticas de trabalho degradantes e nocivas à saúde e ao bem-estar do trabalhador, além da violação constante de preceitos de Direitos Humanos e princípios do Direito do Trabalho. Sendo assim, o presente trabalho visa dar continuidade ao fomento à uma discussão acadêmica voltada ao Direito Internacional do Trabalho, sempre presente na agenda de debates da OIT.

(Metodologia) Para se alcançar os objetivos do trabalho, foi realizada a análise de artigos científicos, tratados internacionais e doutrina atinentes ao tema, baseando-se também na produção e experiência dos autores, oriundas de suas atividades enquanto diretores do Comitê da Organização Internacional do Trabalho, na 10ª edição da UniSim – Simulação Inter Mundi, projeto de pesquisa e extensão do UNI-RN, alcançando os resultados do trabalho através do método lógico-dedutivo.

(Resultados) Partindo da análise de todos os meios de pesquisas utilizados, bem como com o aprofundamento da temática durante os três dias de simulação, percebeu-se que o trabalho escravo no século XXI, correlacionando com a imigração, é mais comum do que se imagina. Não necessariamente, o trabalho estritamente escravo, mas o trabalho análogo a escravidão, aqueles em que os trabalhadores são excluídos de todo e qualquer direito trabalhista, além de não possuírem escolha e perspectivas de vida. Apesar de toda essa prática estar veementemente proibida nos tratados internacionais, assim como, nas legislações de vários países ao redor do mundo, não vem sendo cumprida. Desta forma, percebe-se que há uma discordância prática teórica acerca do tema. A Convenção nº 29, trata sobre o trabalho forçado e obrigatório, já a Convenção nº 105, ambas da OIT, explana sobre a abolição do trabalho forçado. Em razão da expressa importância de ambas as convenções, a Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998, declarou tais convenções fundamentais dentro da Organização Internacional do Trabalho. Essas duas convenções são apenas exemplos das diversas tentativas, frustradas, de tentar abolir a escravidão moderna, principalmente, a oriunda da imigração.

(Conclusão) Dos resultados apresentados, se extrai que em todo o mundo os imigrantes em situação irregular são, muitas vezes, submetidos a situações que violam seus direitos humanos, bem como os direitos mínimos trabalhistas, assegurados internacionalmente. Neste espectro, é necessário um acordo entre as nações para a busca por trabalho e por melhores condições de vida, no afã de contribuir para diminuir as desigualdades sociais e extinguir as situações laborais de vulnerabilidade, das quais os trabalhadores tanto experimentam, sobretudo quando se trata de trabalho relacionado à migração, até porque, conforme fora exposto, há uma discordância entre a teoria e a prática do tema. Portanto, observa-se que as barreiras à migração só contribuem para um ambiente estrangeiro hostil e degradante, levando à condições de trabalho escravo ou análogo à escravidão, cabendo à comunidade internacional agir no afã de normatizar a recepção dos estrangeiros ilegais que buscam uma maneira de sobreviver, sob pena de afronta à dignidade da pessoa humana e ao princípio da hospitalidade.

Palavras-Chave: Trabalho Escravo; Imigração; América Latina; OIT; Direito Internacional do Trabalho.

O TRABALHO INFANTIL À LUZ DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS INTERNACIONAIS

Autor(es):

Inácio Augusto Teixeira Maia de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Karolina de Sena Patricio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Este estudo visa investigar a atuação da OIT, da ONU e dos Estados Membros, componentes da Sociedade Internacional, na proteção ao trabalho infantil, infeliz realidade ainda existe nos tempos de hoje. Pretende-se discutir se, de fato, os princípios trabalhistas internacionais vêm sendo não só observados, mas cumpridos em relação aos menores, uma vez que é dever de cada Estado, bem como da ONU e da OIT a fiscalização dessa aberração, de modo a aboli-la do mundo, protegendo as crianças e adolescentes da exploração física e psicológica, privando-os dos seus direitos. Isso porque, hoje, apesar de ser veementemente proibido o trabalho infantil, ainda se tem notícias de sua prática, e em grande escala, em diversos países, inclusive no Brasil. Assim, é preciso levar em consideração as normas internacionais e internas de cada Estado que visam assegurar as crianças e adolescentes do trabalho em condições insalubres e desumanas.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Este trabalho apresenta – para o cumprimento dos objetivos da pesquisa – os métodos de abordagem dialético, dedutivo e bibliográfico, assim como a análise de leis e tratados internacionais relativos ao direitos humanos e do trabalho infantil. Visa-se, portanto, a efetivação da proteção da criança e do adolescente contra o trabalho infantil.

(Resultados) (RESULTADO) Da análise das leis, convenções e tratados internacionais, constatamos que existe uma lacuna enorme entre a proibição do trabalho infantil e a sua efetivação por parte dos Estados, OIT e ONU, sendo necessária a atuação mais direta, de boa-fé, e incisiva na segurança dos menores, visando a eliminação do trabalho infantil em todos os Estados do Globo.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Dessa forma, constatamos que o trabalho infantil, embora proibido internacionalmente, ainda se faz presente na realidade mundial em diversas países, principalmente naqueles em desenvolvimento, como o Brasil, apresentando situações precárias e desumanas em que crianças e adolescentes são inseridas sem qualquer poder de escolha ou ter quem os proteja, entregues a uma vida desumana e sem respeito aos princípios, leis, tratados ou convenções internacionais de proteção aos menores contra o trabalho infantil. Isso fica bem claro em nosso trabalho a partir da análise da legislação vigente acerca do tema, e dos dados acerca dos índices de trabalho infantil no mundo. Ou seja, no caso a ser explanado pelo nosso projeto, podemos notar que os Estados, a OIT e ONU não têm efetivamente cumprido seus papéis de eliminação do trabalho infantil no mundo e conseqüente proteção dos direitos da criança e do adolescente.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: trabalho infantil, princípios, sociedade internacional, exploração.

O TRATAMENTO DIFERENCIADO DA SUCESSÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO

Autor(es):

Rafael Gouveia Costa dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Beatriz Câmara Luz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Helena Alcântara Teixeira de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maria Eduarda Monte Nunes Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Juan Carlos Gentili: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Embora seja um tema cada vez mais atual, desde os primórdios das civilizações antigas o Direito Sucessório é tema de estudos e debates por estar inerente a vida humana, visto que o corpo se vai com a morte, mas as obrigações, contratos, bens e outras ramificações do direito civil permanecem em terra com os interessados que aqui ficaram. Assim, entende o ordenamento jurídico pátrio que os descendentes, ascendentes e cônjuges são os herdeiros principais do de cujus, uma vez que a existência dos parentes mais próximos excluem aqueles que tem grau mais remoto. Entretanto, de acordo com a legislação brasileira, ainda ocorre tratamento diferenciado entre os companheiros e os cônjuges, apesar do princípio da isonomia e da equiparação entre o casamento e a união estável. O presente trabalho visa, dessa forma, esclarecer todos os requisitos, pressupostos, regras e situações que versem sobre a diferença de tratamento entre o cônjuge e o companheiro, com o objetivo principal de entender a legislação que trata sobre o assunto e as jurisprudências que servem de base para o tema, tendo em vista ser uma afronta a diversos princípios constitucionais e infraconstitucionais essa divergência de tratamento.

(Metodologia) Pretendeu-se realizar uma pesquisa com embasamento jurídico e caráter teórico e qualitativo, para atingir o objetivo final do projeto. Foi feita a análise da sistemática de casos concretos sobre a matéria e a reflexão sobre os últimos julgamentos em Tribunais superiores de justiça, sempre em busca de se obter os mais novos entendimentos que versem sobre a tese estudada e que estejam em vigência no ordenamento jurídico brasileiro. Considerou-se, principalmente, a necessidade de se respeitar hermeneuticamente a legislação pátria, os entendimentos doutrinários e jurisprudências, a Constituição da República Federativa do Brasil, o Código Civil e o Código de Processo Civil, em todas as situações que tratem sobre a matéria, uma vez que ela esta codificada, mas de forma bastante antiquada para os tempos modernos.

(Resultados) Diante da análise dos procedimentos, obteve-se como resultado principal a forma inadequada e antiquada que o Código Civil vigente no ordenamento jurídico pátrio trata a sucessão dos cônjuges de forma diferente da dos companheiros. Com quase treze anos desde o início de sua vigência, fica claro que o código não acompanhou as mudanças na sociedade, e precisa urgentemente de reformas que possibilitem o adequado tratamento dos companheiros, uma vez que a união estável a muito tempo já esta equiparada ao casamento.

(Conclusão) Tendo em vista a matéria em comento, ficou de fácil percepção a necessidade de uma reforma do Código Civil de 2002, uma vez que o direito é uma área dinâmica que esta em constante mutação, e a codificação brasileira não acompanhou essas mudanças sociais. O princípio da isonomia não esta sendo respeitado, assim como a equiparação do casamento a união estável, tema já bastante discutido pelos construtores do direito brasileiro. Dito isto, conclui-se que o diferente tratamento entre os cônjuges e companheiros quebra diversos princípios constitucionais e infraconstitucionais de suma importância para o funcionamento justo e correto do direito.

Palavras-Chave: Direito Civil. Tratamento Diferenciado entre o Cônjuge e Companheiro. Requisitos do Direito Sucessório. Isonomia Constitucional.

O TRIBUNAL DE CONTAS E A BOA GOVERNANÇA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA MELHORIA DO CONTROLE FINANCEIRO EXTERNO NO BRASIL

Autor(es):

Laila Daniele Gomes de Araujo Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Beatriz de Lemos Romão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Renato Santos Veras Saldanha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Thaiana Carla Mesquita de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Mirley de Almeida Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O intuito desta pesquisa é analisar a necessidade de reformulação do controle financeiro externo no Brasil, tendo como principal pilar a importância do Tribunal de Contas para o desenvolvimento da boa governança. Isso decorre de uma nova necessidade da atualidade, uma vez que o país enfrenta uma forte crise econômica e financeira, evidenciando deficiências no funcionamento de algumas estruturas estatais, inclusive nos órgãos que têm como missão a supervisão e controle financeiro orçamentário. Isto é, as Cortes de Contas. Nesse sentido, busca-se discutir a boa governança financeira pública e demonstrar a necessidade de adequação da atividade do Tribunal de Contas à atualidade, de modo a superar a antiga visão burocrática e contabilística de finanças públicas, para assumir o papel de um verdadeiro Tribunal da boa governança. Dessa forma, a referida transformação revela-se como elemento essencial para melhoria do controle financeiro externo no Brasil.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida tendo por base, primeiramente, Manuais de Direito Administrativo, constitucional, e filosofia jurídica, bem como revistas jurídicas, artigos científicos publicados. Utilizou-se, também, jurisprudências proferidas pelo Tribunal de Contas da União, leis presentes no ordenamento jurídico e entendimentos doutrinários. A análise do presente estudo foi feita por meio de uma visão dialética do assunto, a partir de um artigo de atualização.

(Resultados) Com a pesquisa, pôde-se constatar que alguns Tribunais de Contas, sobretudo, o da União, já estão trabalhando na promoção da boa governança. Nesse sentido, essa promoção está sendo desenvolvida por meio de auditorias de fiscalização em órgãos públicos, da promoção de palestras, da ampliação da avaliação da governança em conjunto com a Tecnologia da Informação, bem como no fornecimento de cartilhas e revistas nas redes sociais contendo os principais passos a serem percorridos para atingir uma boa governança. Verifica-se, ainda, que essa mudança, com práticas de ações não só punitivas, mas como também pedagógicas, possibilitou um alcance de bons resultados por parte de todos os órgãos públicos envolvidos, com impactos positivos no aprimoramento da gestão pública em todas as esferas de governo.

(Conclusão) Conclui-se que as reformulações pretendidas, se alcançadas, poderão aprimorar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade. Observa-se, outrossim, a necessidade dos Tribunais de Contas assumirem institucionalmente esse papel voltado à implementação de boas condutas dirigidas à melhoria da gestão pública.

Palavras-Chave: Controle Financeiro Externo. Atualidade.Reformulação. Atuação.Tribunal de Contas. Boa Governança.Melhoria. Gestão Pública. Recursos Públicos.

O TRIBUNAL MILITAR INTERNACIONAL DE NUREMBERG: UMA ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Autor(es):

João Luiz Macedo da Silva Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Flora Viana da Câmara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Samuel Bezerra Filgueira Rodrigues de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) Neste ano de 2016, o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg foi tema de discussão dentro da UNISIM (projeto de Simulação Inter-Mundi do UNI-RN), trabalhado e estudado ao longo do ano por seus diretores por entender-se sua importância e contribuição para o Direito em esfera mundial. A presente pesquisa tem como objetivo explanar a importância desse tribunal para o âmbito do direito internacional, bem como as críticas realizadas em torno desse, por se tratar de um tribunal ad hoc que está relacionado com o rompimento de direitos fundamentais.

(Metodologia) A pesquisa traz consigo um método de abordagem histórico, visto que envolve a análise e o estudo de acontecimentos passados, aliado ao método dedutivo, fazendo uso da observação dos fatos, chegando ao resultado através da razão e a lógica. O método de procedimento utilizado é o comparativo, pois realizamos comparações entre fatos ocorridos durante a época dos julgamentos do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg e suas influências em períodos posteriores.

(Resultados) Os tribunais de exceção (ad hoc) foram criados após a Segunda Guerra Mundial com o intuito de julgar causas penais de interesse internacional. As problematizações existentes acerca dos tribunais ad hoc estão relacionados à perda de direitos fundamentais e garantias processuais. A atual Constituição Federal brasileira deixa claro em seu artigo 5º, no inciso XXXVII, “que não haverá juiz ou tribunal de exceção”. Porém, apesar dos princípios contrariados pelo Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, o valor deste tornou-se imensurável para o cenário mundial visto que foi responsável não só pelo julgamento dos líderes nazistas, mas também por exercer diversas influências no âmbito do direito internacional e na positivação dos direitos humanos. Os julgamentos ocorridos no tribunal criaram um precedente importantíssimo para a humanidade, pois através dele tornou-se possível processar e punir crimes que são considerados intoleráveis pela comunidade internacional como a prática de limpeza étnica, guerras de agressão e os crimes cruéis.

(Conclusão) O Tribunal Militar Internacional de Nuremberg contrariou diversos princípios processuais, indo também de encontro com garantias constitucionais, por se tratar de um tribunal de exceção e por ter sido constituído por juizes britânicos, franceses, soviéticos e estadunidenses (sendo todos dos países Aliados, vencedores da guerra). Entretanto, os julgamentos ocorridos em Nuremberg tiveram incontáveis contribuições para a humanidade, já que pôs fim a um sistema jurídico internacional em que a guerra era uma alternativa aceitável e deu origem a um novo sistema com novos conceitos estabelecidos, como o genocídio e crimes contra a humanidade. O Tribunal Militar Internacional de Nuremberg teve como sua principal contribuição para a humanidade a sua influência para a positivação dos direitos humanos e a criação de normas internacionais.

Palavras-Chave: Tribunal Militar Internacional de Nuremberg, direitos fundamentais, garantias constitucionais, contribuições para a humanidade, tribunal ad hoc.

O USO DA FORÇA E A RESPONSABILIDADE DE PROTEÇÃO (PROTEÇÃO AOS CIVIS)

Autor(es):

Madson Alberto Viana Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: Não é de hoje que o uso da força e a responsabilidade da proteção, vem sendo tema de grandes debates, no que tange o Direito Internacional. Sabe-se que Estados têm a responsabilidade de proteger suas populações contra crimes como genocídios e de limpeza étnica, e a comunidade internacional tem o dever de apoiá-los no cumprimento dessa obrigação. E consolida-se o entendimento da comunidade internacional sobre a inadequação do uso da força em nome da promoção dos direitos humanos.

(Metodologia) METODOLOGIA: O escopo desse trabalho é tentar mostrar que a responsabilidade de proteger foi criada pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS), em 2001, e corroborado em documentos das Nações Unidas, inclusive a Resolução 1/60 da Assembleia Geral (documento final da reunião de cúpula de chefes de Estado e governo de setembro de 2005). Segundo esse conceito, os Estados têm a responsabilidade de proteger suas populações contra crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e limpeza étnica. A comunidade internacional tem o dever de auxiliar os Estados a cumprirem essa obrigação. Caso o Estado não esteja em condições ou disposto a proteger as suas populações, a comunidade internacional deve agir em conformidade com os termos da Carta das Nações Unidas, inclusive por intermédio do Conselho de Segurança.

(Resultados) RESULTADOS: A formação e a consolidação de estrutura internacional de promoção e proteção dos direitos humanos servirão para garantir que os princípios basilares do direito internacional, como respeito à soberania, não-intervenção nos assuntos internos dos Estados e proibição do uso da força nas relações internacionais, estejam em consonância com a defesa dos direitos humanos. Junto ao desenvolvimento do direito internacional, a comunidade de Estados tem, crescentemente, atribuído maior valor ao tema, algo que deverá ensejar atuação mais incisiva da comunidade internacional nessa área.

(Conclusão) CONCLUSÃO: Conclui-se ao término desse trabalho os Estados têm a responsabilidade de proteger suas populações, e a comunidade internacional tem o dever de apoiá-los no cumprimento dessa obrigação. E consolida-se o entendimento da comunidade internacional sobre a inadequação do uso da força em nome da promoção dos direitos humanos, logo, necessário se faz, dar tamanha importância ao tema em questão, uma vez que, não é de hoje que o Direito Internacional abarca questões corriqueiras do nosso dia a dia, vale ressaltar.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Uso, Força, Responsabilidade, Proteção, Estados, Direito Internacional, Direitos Humanos,

O USO DAS REDES SOCIAIS, O CASO DE FABIANE MARIA E UMA COMPROVAÇÃO: A INTERNET MATA.

Autor(es):

Camilla Carvalho Leite : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Hoje, é indubitável que o uso das redes sociais possui bastante força e mostra-se cada vez mais, um importante recurso tecnológico de introdução a um novo modelo de intervenção social, gerando um profundo significado quanto ao exercício da cidadania e da busca de direitos. Por outro lado, em virtude de toda essa forma de mobilização, cabe uma reflexão acerca da análise das redes sociais intrinsecamente relacionadas com a propagação de violência e intolerância diante da realidade factual, em que a maioria dos indivíduos sequer conhece a causa que estão julgando. A título de exemplificação, denota-se o caso de Fabiane Maria, vítima de um linchamento que aconteceu no bairro do Guarujá, em São Paulo, após uma difamação nas redes sociais que a transformou em uma seqüestradora de crianças para sacrifício em rituais de "magia negra". Os linchadores, cerca de cem pessoas, que não se esforçaram pra filtrar sequer as informações compartilhadas, reuniram-se para fazer justiça com as próprias mãos e, com um julgamento imediato dos boatos, não hesitaram em atacar a vítima, causando-lhe a morte. Dessa forma, faz mister salientar que o caso do Guarujá é um dos inúmeros que retratam a forma como a internet potencializa a disseminação de falsas informações, bem como difunde a vontade de justiça nos indivíduos, trazendo à tona a vingança privada e gerando fatalidades como o caso supramencionado.

(Metodologia) A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como indutiva, em razão de que segue um raciocínio ou argumento de casos particulares para depois concluir uma verdade generalizada. Além disso, quanto ao procedimento, classificam-se no método tipológico e funcionalista, utilizando os fenômenos sociais complexos, averiguando o estilo de vida de uma sociedade.

(Resultados) Resultados: Os resultados almejados na presente pesquisa ainda serão alcançados.

(Conclusão) Assim sendo, as redes sociais tornou-se um ambiente ideal onde os gostos, pretensões e interesses comuns simbolizam uma nova sociabilidade nas relações humanas, trazendo um grande volume de informações compartilhadas e, muitas vezes, julgadas de maneira imediata, sem filtro algum, acabando por diminuir o senso crítico de alguns indivíduos e tendo como efeito, fatos como o caso de Fabiane Maria. Em que numa conjuntura em que a ausência de precisão das notícias publicadas nas redes sociais chega a uma consequência tão extrema, torna-se necessário analisar sobre a qualidade dessa informação e, da mesma forma, sobre o papel dos indivíduos nas sequelas causadas. Desse modo, quanto mais rápido e interativo o processo de difusão de informações, maior a viabilidade de uma "comoção" coletiva, não havendo separação entre real e virtual, entre verdadeiro ou falso, entre fato e versão.

Palavras-Chave: Redes sociais, Fabiane Maria, o caso do Guarujá, linchamento, julgamento das redes sociais.

O USO DAS REDES SOCIAIS, O CASO DE FABIANE MARIA E UMA COMPROVAÇÃO: A INTERNET MATA.

Autor(es):

Camilla Carvalho Leite : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

(Introdução) Hoje, é indubitável que o uso das redes sociais possui bastante força e mostra-se cada vez mais, um importante recurso tecnológico de introdução a um novo modelo de intervenção social, gerando um profundo significado quanto ao exercício da cidadania e da busca de direitos. Por outro lado, em virtude de toda essa forma de mobilização, cabe uma reflexão acerca da análise das redes sociais intrinsecamente relacionadas com a propagação de violência e intolerância diante da realidade factual, em que a maioria dos indivíduos sequer conhece a causa que estão julgando. A título de exemplificação, denota-se o caso de Fabiane Maria, vítima de um linchamento que acontecera no bairro do Guarujá, em São Paulo, após uma difamação nas redes sociais que a transformou em uma sequestradora de crianças para sacrifício em rituais de “magia negra”. Os linchadores, cerca de cem pessoas, que não se esforçaram pra filtrar sequer as informações compartilhadas, reuniram-se para fazer justiça com as próprias mãos e, com um julgamento imediato dos boatos, não hesitaram em atacar a vítima, causando-lhe a morte. Dessa forma, faz mister salientar que o caso do Guarujá é um dos inúmeros que retratam a forma como a internet potencializa a disseminação de falsas informações, bem como difunde a vontade de justiça nos indivíduos, trazendo à tona a vingança privada e gerando fatalidades como o caso supramencionado.

(Metodologia) A pesquisa a ser realizada neste trabalho pode ser classificada como indutiva, em razão de que segue um raciocínio ou argumento de casos particulares para depois concluir uma verdade generalizada. Além disso, quanto ao procedimento, classificam-se no método tipológico e funcionalista, utilizando os fenômenos sociais complexos, averiguando o estilo de vida de uma sociedade.

(Resultados) Os resultados almejados na presente pesquisa ainda serão alcançados.

(Conclusão) Assim sendo, as redes sociais tornaram-se um ambiente ideal onde os gostos, pretensões e interesses comuns simbolizam uma nova sociabilidade nas relações humanas, trazendo um grande volume de informações compartilhadas e, muitas vezes, julgadas de maneira imediata, sem filtro algum, acabando por diminuir o senso crítico de alguns indivíduos e tendo como efeito, fatos como o caso de Fabiane Maria. Em que numa conjuntura em que a ausência de precisão das notícias publicadas nas redes sociais chega a uma consequência tão extrema, torna-se necessário analisar sobre a qualidade dessa informação e, da mesma forma, sobre o papel dos indivíduos nas sequelas causadas. Desse modo, quanto mais rápido e interativo o processo de difusão de informações, maior a viabilidade de uma “comoção” coletiva, não havendo separação entre real e virtual, entre verdadeiro ou falso, entre fato e versão.

Palavras-Chave: Redes sociais, Fabiane Maria, o caso do Guarujá, linchamento, julgamento das redes sociais.

O “DIREITO ADQUIRIDO” DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS AO REGIME PREVIDENCIÁRIO ANTERIOR APÓS A PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 12.618/2012: O CASO DA POSSE EM OUTRO CARGO PÚBLICO INACUMULÁVEL.

Autor(es):

Kelly Lopes de Almeida Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Paulo Márcio Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Williana Cristina da Silva Nicácio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Gabriela Achley Dantas de Macedo Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO): A Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012 instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União. Ocorre que todos os servidores que ingressaram no serviço público federal antes da efetiva implantação do sistema de previdência complementar, puderam optar pelo novo regime, ou permanecer no sistema até então vigente. No entanto, a legislação não é clara quanto ao direito do servidor não optante, no caso de posse em outro cargo público inacumulável, após a entrada em vigor da referida lei, permanecer no mesmo regime previdenciário de quando do seu ingresso no serviço público, nessa esteira, o presente trabalho objetiva analisar essa questão sob a ótica do “direito adquirido” no Direito Previdenciário.

(Metodologia) (METODOLOGIA): Trata-se de uma pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico e análise jurisprudencial, em que não se pretendeu esgotar o tema, mas apresentar em linhas gerais através de uma visão atual e crítica os principais aspectos do problema em questão conforme disposto na literatura e jurisprudência correlata.

(Resultados) (RESULTADOS): A pesquisa evidenciou que o tratamento do problema em questão ainda não é pacífico na doutrina e jurisprudência, até mesmo considerando que a temática é recente e o tratamento do “direito adquirido” no Direito Previdenciário é bem mais restritivo, somente abarcando aqueles que cumprem todos os requisitos estabelecidos na legislação vigente. Em âmbito administrativo o entendimento atual é que os servidores que assumirem outro cargo público inacumulável devem ingressar no novo regime não mantendo o vínculo com o regime anterior, no Poder Executivo Federal um exemplo dessa posição se depreende na análise da Orientação Normativa nº 2/2015 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Entretanto, já há decisões judiciais garantindo que alguns servidores permaneçam no regime previdenciário anterior, no caso de o cargo também ser da esfera federal, pois não teria havido descontinuidade do vínculo. Posição interessante defendida por parte da doutrina é a que propõe tratamento analógico ao que a Lei nº 12.618 prevê, pois, um servidor optante pela previdência complementar terá direito a se manter nesse regime em caso de posse em outro cargo público havendo compensação entre as entidades administradoras, por essa ótica seria possível que o não optante também pudesse manter o seu antigo regime previdenciário.

(Conclusão) (CONCLUSÃO): Em vistas dos fatos apresentados observa-se que a omissão legislativa ao regular a referida temática abriu espaço para discussões e defesas de posicionamentos conflitantes na análise de casos concretos, o que pode gerar quebra de isonomia, pois servidores na mesma situação podem ter tratamentos distintos considerando a lacuna normativa. É imprescindível que o assunto seja pacificado preferencialmente regulamentado, para dar mais segurança jurídica aos servidores, podendo inclusive, impactar na decisão desses indivíduos de assumirem ou não outro cargo público.

Palavras-Chave: Servidores, Previdência Complementar, Direito Adquirido

OCUPAÇÕES DESORDENADAS: O DIREITO À MORADIA E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Autor(es):

Igor Isan dos Anjos Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem a intenção de discutir as ocupações desordenadas, relacionando o tema ao direito à moradia digna, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a responsabilidade civil do Estado. As ocupações desordenadas vão surgindo à medida que há o crescimento populacional das grandes metrópoles aliado a ausência de uma política habitacional eficaz e, a partir disto, ocasiona o uso e ocupação do solo em áreas naturalmente de riscos à habitação humana. Desse modo, ao ocupar áreas que deveriam estar protegidas acaba gerando uma situação preocupante para a vida destas pessoas, pois os ocupantes ficam sujeitos a inundações, soterramentos e diversos tipos de perigos e desastres naturais. A razão de produzir esta pesquisa dar-se pelo aumento no crescimento populacional e suas perspectivas para as próximas décadas, observado em relatório da ONU divulgado no ano de 2015. Ademais, por influência midiática, tendo em vista que é comum observar diversas formas de desastres naturais através de meios de comunicação e, em sua maioria, consequentes de ocupações desordenadas. Além disso, cumpre observar a repercussão jurídica que o tema gera quanto aos projetos, parlamentares e ONGs que visam discutir a legislação e melhorias tanto para a vida dos ocupantes quanto para a preservação do meio ambiente. Desse modo, ao discutir sobre ocupações desordenadas e suas responsabilidades estamos também tratando de direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, isto é, o direito à moradia digna, buscando uma melhor qualidade de vida e o desenvolvimento social. Porém, em contrapartida existe o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e as Leis de Crimes Ambientais, pois à medida que as ocupações desordenadas começam a existir, inúmeros casos de crimes ambientais também acabam surgindo e, também, favorecem a ocorrência de desastres naturais. Então, surge a problemática: Até que ponto o Estado pode ser responsabilizado diante do conflito entre o direito à moradia e as leis ambientais? Portanto, o trabalho tem como objetivo geral analisar até que ponto o Estado pode ser responsabilizado diante desse conflito, pois percebe-se aqui um choque entre dois direitos fundamentais: O direito à moradia digna e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

(Metodologia) O Método de abordagem a ser utilizado será o dialético, pois tenho as ocupações desordenadas sustentadas pelo direito à moradia como tese inicial, e em contrapartida temos as leis de crimes ambientais funcionando como antítese. A partir daí, terei que chegar numa síntese, ou seja, uma nova compreensão voltada pra realidade acerca do tema em questão. Assim, como a pesquisa não se restringe apenas ao âmbito jurídico, para chegar à resposta da problemática com base na dialética, eu não posso deixar de refletir acerca da realidade, ou seja, a sociedade, contexto político etc., pois tudo se desenvolve pela oposição dos contrários. Quanto aos métodos de procedimento terei o histórico, pois farei uma pesquisa sobre a origem e transformação do tema em um problema urbano contemporâneo, e também o comparativo, pois além do conflito entre dois direitos fundamentais irei discutir a legislação atual comparando à sua aplicabilidade.

(Resultados) Até então não há como apontar resultados, em razão da pesquisa ainda permanecer em fase de desenvolvimento. Porém, a partir da metodologia aplicada espera-se que seja possível verificar, satisfatoriamente, até que ponto o Estado pode ser responsabilizado diante do conflito entre os dois direitos fundamentais em debate.

(Conclusão) Pretende-se que os resultados a serem alcançados sejam satisfatórios para tornar possível o desenvolvimento de uma análise conclusiva e a partir daí poder atingir o objetivo principal, proporcionando a solução do problema de maneira eficiente.

Palavras-Chave: OCUPAÇÕES; MORADIA; AMBIENTE; CONFLITO; ESTADO;

OS DIREITOS DE TRANSEXUAIS FRENTE AO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Matheus Damasceno Madruga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Convive-se em uma época a qual o sistema carcerário brasileiro está sucateado e superlotado. E assim, fazendo com que as pessoas que estão dentro dos presídios vivam em situações extremamente precárias. E dentro desses presídios, encontra-se um grupo específico o qual será estudado, os transexuais. Que muitas vezes vão estar presos em alas ou celas que não condizem com sua identidade de gênero. Será estudado então, os direitos desses transexuais frente ao sistema carcerário brasileiro, que, atualmente, é composto de um binarismo sexual, isto é, feito para homens ou mulheres. Será visto como e onde deveremos encaixar esse grupo específico dentro do sistema carcerário. Tendo como problemática, como os direitos de transexuais estão sendo feridos frente ao binarismo sexual do sistema carcerário brasileiro?

(Metodologia) Trata-se de um estudo apoiado por uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito penal, direitos humanos e direito constitucional. Utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, visto que estará partindo de uma hipótese para desenvolver a problemática. Trará o método de procedimento tipológico, por mostrar uma forma ideal do modelo e comparar ao existente hoje no Brasil, e o comparativo, visto que irá ser feito comparações com outros modelos e legislações. Nas técnicas de abordagem, além da bibliográfica, será utilizado da coleta de dados e análise de dados.

(Resultados) Consta-se que, com a atual situação do sistema carcerário brasileiro, princípios como o da dignidade da pessoa humana são feridos. E se tratando do grupo que será estudado, os transexuais, a falta de uma ala ou cela específica trazem, até certo momento, um constrangimento e abusos sofridos, principalmente quando já estão em processo de mudanças corporal mas ainda não realizaram a cirurgia de mudança de sexo. De acordo com o último levantamento de informações carcerárias (INFOPEN), apenas 6% dos presídios têm uma ala ou cela específica para esse grupo, devendo então, nos outros presídios, conviver com pessoas de mesmo sexo, entretanto, com a identidade de gênero oposta. Deve-se entender que a identidade de gênero dessas pessoas é diferente, ele não se identifica com o sexo o qual nasceu. Sexo é algo físico, biológico, enquanto a identidade de gênero é uma construção social, é como a pessoa vai se enxergar perante a sociedade. Além da dignidade da pessoa humana, fere a constituição no artigo 3º, inciso IV o qual diz sobre promover o bem de todos e no artigo 5º que vai tratar sobre todos serem iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Entretanto, por não terem uma lei específica que protejam esse grupo, eles acabam sendo tratados como diferentes, e por sofrerem abusos e constrangimentos, eles não estarão tendo seus bens promovidos pelo Estado. Em âmbito internacional, tem-se os princípios de Yogyakarta, que irão tratar sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Em seu princípio 9, vai versar sobre o direito a tratamento humano durante a detenção. Entretanto, no Brasil, esses princípios estão como norma infraconstitucional e supralegal.

(Conclusão) Conclui-se que, com uma ausência de previsão legal objetiva, estará permitindo o ferimento da dignidade da pessoa humana dos transexuais, bem como outros princípios constitucionais. Desta forma, deveremos observar que deveria haver um modelo ideal e uma previsão legal para este grupo, o qual é respeitado a identidade de gênero dos transexuais e assim, ao encarcera-las, promover uma dignidade à pessoa humana, além de estar sendo promovido o bem de todos e fazendo com que todos sejam iguais perante a lei, a partir do tratamento humanizado trazido aos presídios em relação as novas sexualidades o qual o transexual está inserido.

Palavras-Chave: Transexual; Sistema Carcerário Brasileiro; Identidade de gênero;

OS INSTRUMENTOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Juliana Arantes Del Duqui Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente, a sociedade vive em um mundo globalizado, onde a interdependência econômica entre os diversos Estados é inegável. E neste contexto, surgem as Empresas Transnacionais que atuam além e através das fronteiras estatais, ou seja, estas são um fenômeno mundializado. No entanto, sabe-se que suas atividades/ processo produção podem exercer impactos negativos sob os trabalhadores, as comunidades e o meio ambiente. Por isso, faz-se necessário analisar os instrumentos jurídico-internacionais de responsabilização das Empresas Transnacionais e conceituar estes entes dentro contexto histórico da globalização. Diante do exposto, será imprescindível o estudo das políticas de responsabilização empresarial criados pela ONU e outros organismos internacionais, a fim de verificar a evolução de tais iniciativas no contexto internacional. E por fim, com intuito demonstrar a relevância desta temática no plano real e a aplicabilidade destes mecanismos, iremos fazer um estudo comparativo de casos concretos.

(Metodologia) Na presente pesquisa será aplicado o método de abordagem hipotético-dedutivo, uma vez que se traz como hipótese que tais instrumentos que pretendem criar um parâmetro global de responsabilização de empresas não têm uma real aplicabilidade no plano concreto. Em relação, aos métodos de procedimento primeiramente iremos utilizar o descritivo para assim apresentar de maneira mais clara o conceito de empresa transnacional. No entanto, para cumprirmos este primeiro objetivo específico faz-se necessário acompanhar a evolução do objeto pesquisado pela história moderna, através do método histórico. Desta forma, para responder a questão investigativa também será feita uma análise comparativa dos mecanismos de responsabilização de Empresas Transnacionais no âmbito internacional, através do método de procedimento comparativo. E por fim, utilizaremos esse mesmo método para verificar aplicação destes instrumentos do direito internacional no caso concreto. Como técnicas pesquisa serão analisados tratados, convenções, acordos, assim como relatórios referentes a temática investigada, e também irá ser feita uma pesquisa bibliográfica.

(Resultados) Como resultados parciais da pesquisa, fruto de leituras bibliográficas iniciais consegue-se constatar a ausência de um sistema global efetivo de regulamentação das Empresas Transnacionais. Uma vez que apesar de existirem normas e princípios internacionais estes não são obrigatórios, mas sim de cumprimento voluntário. Ou seja, tem pouco poder coercitivo. E parece-nos que não foram fornecidos mecanismos eficientes e consistentes para fiscalização, controle e punição destes entes. Por isso, diz-se que a regulamentação da atuação das transnacionais se dá por mecanismos de soft law.

(Conclusão) Sendo assim, é perceptível a falta de um instrumento internacional abrangente, específico e sólido. Soma-se a esses aspectos, o fato do vasto poder econômico e político gerarem um afinamento entre governo e empresa, propiciando a utilização de diversas formas de lobby, ou seja, também é visível a ausência de vontade política. Logo, o processo de regulamentação internacional de responsabilização empresarial precisa vir acompanhado de um fortalecimento das instituições internacionais e nacionais. Porém, vale mencionar que a Resolução nº 26/9 do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2014) apresenta uma tentativa de mudança. Visto que institui um grupo de trabalho para elaborar um tratado legalmente vinculante para regular, no âmbito da Lei Internacional de Direitos Humanos, a atuação das corporações transnacionais.

Palavras-Chave: Direito Internacional, Empresas Transnacionais, Globalização, Mecanismos de Proteção, Responsabilização Internacional.

OS INSTRUMENTOS DE TUTELA JURÍDICA PARA O AUTISTA NO BRASIL

Autor(es):

Ana Luíza Cavalcanti Bastos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O autismo foi recentemente incluído no rol de síndromes mediante a lei 12.764/12, desse modo, os portadores do espectro foram abarcados pelo Estatuto da Pessoa com Deficiente, assim, suas garantias foram alargadas nas mais diversas esferas. Entretanto, o debate acerca dos direitos para este grupo é pretérito a tal concretização, uma vez organismos internacionais nessa última década promoveram diversas convenções afim de debater a promoção de medidas protecionistas. O Brasil possui diversos mecanismos para promoção dos direitos do autistas, porém, há uma extrema discrepância entre o formalismo legislativo e a sua efetivação. Mister salientar que os familiares com portadores vivem uma realidade de desconhecimento das garantias, assim, faz-se necessário o estudo dos aparatos jurídicos existentes para o autista, permitindo o seu reconhecimento e a proteção da vida digna na sociedade. Além disso, pretende-se conceituar quem são os portadores do espectro, bem como a característica da síndrome, afim de personificar aqueles que podem pleitear os benefícios. Ademais, a pesquisa busca comparar as leis antes e depois do ECA apontando suas inovações com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por fim, pretende-se verificar a interferência da síndrome na inclusão social, afinal com um vasto campo jurídico busca-se observar como a sociedade interfere na efetivação desses mecanismos.

(Metodologia) A presente pesquisa utiliza o método de abordagem hipotético-dedutivo, pois parte da hipótese de que há uma dificuldade no plano concreto em efetivar os direitos sociais para os autistas no Brasil. Além disso, como métodos de procedimentos afim de auxiliar os objetivos específicos utiliza-se o descritivo, uma vez que visa caracterizar o Autista afim de reconhecer aqueles que podem pleitear as garantias. Ademais, afim de auxiliar o estudo da evolução legislativa elencou-se o método de procedimento histórico para analisar as documentações. Por fim, utiliza-se o método de comparação afim de apontar semelhanças e diferenças entre o ECA e o recente Estatuto do Deficiente. Afim de enriquecer a pesquisa, adotou-se como técnica de pesquisa a bibliográfica.

(Resultados) Os resultados parciais, a partir da leitura bibliográfica inicial constatou que o Brasil possui um rico aparatos jurídicos, destacando o Estatuto do Deficiente (L.13.455/15), esta promove diversas diretrizes nos ramos da educação inclusiva, mudanças no ramo do direito previdenciário, além da isenção impostos para pessoas com deficiência. Tudo isso é a satisfação do Princípio da Igualdade consagrado pela Carta Mãe, visando a inclusão do autista, uma vez que a dificuldade de convivência e comunicação social é característica ínfima do transtorno. Entretanto, faz-se necessário uma maior atuação da gestão de políticas públicas afim de publicizar para as famílias com portadores de TEA de suas garantias, além de garantir a aplicação das medidas inclusivas do Estatuto. Ademais, é de suma importância a criação de medidas para conscientizar a população acerca do Transtorno afim de coibir a discriminação dos indivíduos no seio social.

(Conclusão) O Brasil possui diversos mecanismos no quesito direitos sociais para os autistas. O Estatuto do Deficiente é um grande avanço acerca da promoção da sua dignidade, uma vez que atualizou garantias como a educação inclusiva, direito ao tratamento multidisciplinar, além do direito à aposentadoria. Entretanto, é necessário uma efetiva gestão por parte do poder público para aplicar o que lei propõe, principalmente no que tange aos subsídios para a saúde e educação, uma vez que tratamento multidisciplinar para o autista é um encargo alto para as famílias, comprometendo a qualidade de vida destas. Assim, para a concretização de suas garantias é preciso vontade de fazer diferente, afinal, a diferença é o elemento primordial de coesão social.

Palavras-Chave: Autismo; Direitos Sociais; Inclusão; Aparatos Jurídicos; Estatuto do Deficiente; Dignidade da Pessoa Humana;

OS REFLEXOS ADMINISTRATIVOS DAS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E DOS CONTRATOS PÚBLICOS SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do quadro preocupante da educação pública potiguar, se constata a necessidade de se investigar o grau de relação da gestão recursos e contratos públicos destinados à rede de ensino do Rio Grande do Norte nos últimos dez anos com a qualidade da educação que é ofertada pelo governo do Estado. Sendo assim, busca-se compreender os motivos administrativos e jurídicos que levaram o ensino básico público potiguar a ser considerado como um dos piores do país, de acordo com os três últimos resultados do IDEB (2011,2013 e 2015).

(Metodologia) O presente trabalho tem como objetivo estudar os planejamentos orçamentários voltados à educação pública básica desenvolvidos pelos gestores estaduais durante os anos de 2006 a 2016 com o intuito de apurar se houve cumprimento do artigo 212 da CF, o cumprimento formal dos contratos públicos firmados e o reflexo administrativo na qualidade do ensino ofertado. Por isso, a pesquisa é qualitativa com abordagem dedutiva quanto aos dados colhidos, com estudo de alguns casos concretos-improbidade administrativa- para aprofundamento do problema estudado, sendo mister analisar a LOA referente ao período supracitado.

(Resultados) Constatou-se, portanto, que o executivo estadual cumpriu com a vinculação constitucional prevista no artigo 212 ao longo destes últimos dez anos, pelo menos no que tange o orçamento; todavia, apesar de ter disponibilidade do recurso, conforme se constata a partir da mencionada análise, a conjuntura pedagógica do ensino público estudado padece de alguns elementos necessários para o pleno desenvolvimento: é contraditório o dado referente ao RN possuir o décimo primeiro maior investimento por aluno do Brasil e apresentar péssimos resultados no IDEB. Para o caso concreto, percebe-se o referido quadro com a ocorrência de alguns casos de improbidade administrativa em face de dispensa de licitação para realização de alguns serviços e tentativa de modificação ilegal do orçamento para cumprir o estipulado na CF.

(Conclusão) É necessário, portanto, a maximização dos recursos para que o Estado do Rio Grande do Norte não alegue reserva do possível, apesar de publicamente divulgar seu orçamento com respeito à legislação orçamentária. Isso por que a realidade da educação potiguar é preocupante, levando em consideração os casos de precariedade constatados neste trabalho científico, os quais só reforçam a necessidade de políticas públicas adequadas para o setor da educação pública, apesar da contradição existente no tocante ao cumprimento do art. 212 da CF por parte do Estado e a inexistência do investimento desse recurso na realidade dos alunos. Por fim, é mister destacar o grande papel que vem sendo desempenhado pelo Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado no tocante a fiscalização e debate em conjunto com a comunidade acerca da problemática ora estudada.

Palavras-Chave: Educação. Direitos Sociais. Administração Pública.

OS REFLEXOS DE MARIANA(MG) SOBRE O BRASIL NA COP21: UMA ANÁLISE DA AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO QUANTO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO AMBIENTAL.

Autor(es):

Ana Beatriz Araújo de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Joycelany Borges Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Vitor Emanuel Teixeira de França: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN
Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) Três semanas antes da vigésima primeira Conferência do Clima da Paris, a COP21 – uma reunião da ONU para tratar de questões ambientais internacionais como redução de gases poluentes e efeito estufa -, ocorreu uma das maiores catástrofes ambientais do Brasil, conhecido como “Desastre de Mariana”. Em entrevista, a presidente hoje afastada, Dilma Rousseff, discordou do quão esse evento, somado a mais outros (como o aumento do desmatamento da Floresta Amazônica), afetariam a imagem do Brasil e a credibilidade das propostas e metas apresentadas audaciosas que o país trouxe. Soma-se a isso o fato de que pouco menos de 10% das multas aplicadas pelo IBAMA, por exemplo, às empresas que causam danos ao meio ambiente no Brasil são pagas, fazendo com que o Governo arque sozinho com todos os prejuízos. Nesse sentido, é válido analisar de forma crítica a ausência de legislação específica obrigando, ou ao menos recomendando, a contratação de seguros ambientais a fim de que fosse transferido do Governo para a real causadora do problema, que no caso em análise é a Mineradora Samarco, para que arque com o peso financeiro da recuperação de um desastre natural de tamanha magnitude.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, reportagens jornalísticas, entrevistas durante a COP21 com a presidente hoje afastada, Dilma Rousseff, além de documentários em plataformas de interação virtual, a fim de analisar o cenário que o Desastre de Mariana provocou e acentuou diante do evento ambiental de grande prestígio que foi a COP21 através de embasamentos teóricos que gerem reflexão, por meio da contraposição de ideias, tornando-a assim, uma pesquisa acadêmica que utiliza a análise quantitativa de dados como método auxiliar a fim de gerar uma reflexão sobre o tema.

(Resultados) O presente trabalho demonstra a perceptível ausência da obrigatoriedade da contratação de seguros por parte dessas empresas quanto a empreendimentos ambientais. A própria lei 12.334/2010 – que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de rejeitos, como são as da Samarco, e Cria o Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens não dispõe de forma expressa e clara a necessidade de contratação de seguros. Ficou demonstrado durante o trabalho que a própria ONU, organizadora da COP21, criticou a demora de três semanas para a divulgação de informações sobre os riscos gerados pelos bilhões de litros de lama vazados no Rio Doce, bem como a necessidade urgente de medidas mais enérgicas e fortes para serem tomadas pelo governo brasileiro em casos como esse.

(Conclusão) O reconhecimento da intersecção entre seguro e desastre ambientais é uma realidade ascendente em âmbito global, mas pouco debatida e não abarcada pela legislação sobre a proteção e defesa civil no Brasil. Assim, este estudo mostrou-se ser de extrema importância para a análise da necessidade de se contratar seguros ambientais não só para a compensação das vítimas de um desastre, mas também na redução de riscos atrelados a essa espécie de evento, como foi o de Mariana, à fauna e flora, de modo a permitir a efetivação do art. 225 da Constituição Federal. A final de contas, se as perdas decorrentes de catástrofes naturais não possuem seguro ou as coberturas são insuficientes, os governos têm de agir como seguradoras de último recurso e quando nenhum prêmio é pago, o custo é em última instância suportado pelo contribuinte.

Palavras-Chave: Desastre de Mariana. Seguro ambiental. ONU. COP21.

OS TRATADOS INTERNACIONAIS PÚBLICOS E O PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Autor(es):

Ana Luíza Queiroz Gonzaga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabele Freire de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Landim Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução: A formação de um tratado internacional se inicia nas fases de negociação, conclusão e assinatura da convenção, conjunto de atos atribuídos à competência do Poder Executivo. A internalização efetiva do Tratado no ordenamento jurídico pátrio, passa pela análise e a aprovação pelo Poder Legislativo, que após aceitação deve ser encaminhado ao Executivo, para ser ratificado e finalmente publicado. A partir dessa compreensão, objetivamos com este estudo, compreender o processo de internacionalização dos Tratados Internacionais Públicos no ordenamento jurídico brasileiro, observando aquele que em o Brasil é signatário e de que são poucos destes internalizados no ordenamento jurídico pátrio tendo em vista a complexidade deste processo.

(Metodologia) Metodologia: Para compreensão do processo, realizou-se um estudo de caráter bibliográfico acerca do tema, observando o processo de internalização desses Tratados e sua influência no ordenamento jurídico brasileiro.

(Resultados) Resultados: Destacamos que os tratados internacionais são hoje fonte de direitos. Fontes fundamentais do direito internacional. No Brasil, os Tratados Internacionais para serem internalizados, passam pelo processo de aprovação do Poder Legislativo, em cumprimento ao artigo 84, inciso VIII da Constituição Federal de 1988, que define ser prerrogativa do Presidente da República a competência para celebrar Tratados, Convenções e Atos internacionais, e do Congresso Nacional aprovar, reprovar e internalizar no ordenamento jurídico brasileiro. Esse processo observa se os Tratados acarretam encargos ou compromissos mais gravosos ao patrimônio nacional. Observamos, ainda, que em alguns tratados são mais simples e outros mais complexos, levando-se em conta as cláusulas pétreas. a exemplo da complexidade do processo de internalização dos tratados, temos o Pacto de San José da Costa Rica que causou uma total reviravolta do entendimento jurídico, que no Brasil previa a prisão para o depositário infiel, levando essa discussão a mais alta instância, sendo o STF, após longa deliberação, se constatou que o pacto por ser benéfico ao homem deveria ser aceito em particular incluso esse artigo sobre o depositário.

(Conclusão) Conclusão: Concluímos que os tratados possuem vários pontos tanto positivos quanto negativos a serem observados pelos estados signatários. No caso do Brasil, o ordenamento jurídico, por ser uma constituição rígida, destacam alguns doutrinadores que o ordenamento com regras, por causas da cláusulas pétreas, o processo de interiorização de um tratado tendenciosamente pende a uma complexidade. Fato é que alguns tratados passam por vários após sua assinatura para serem internalizados, confirmando que a internalização dos Tratados Internacionais no ordenamento jurídico brasileiro é demorado e complexo, a exemplo disso, temos o Pacto de San José da Costa Rica, que foi internalizado após quinze anos de sua assinatura. Em contrapartida, observamos quando se refere aos tratados internacionais de direitos humanos este processo torna-se mais celebre, tendo em vista a importância e por abranger o teor maior de direitos.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Tratados Internacionais; Influência; importância; direito, ordenamento, brasileiro.

PARAÍSO PERDIDO: CONFLUÊNCIA DE POESIA E FILOSOFIA POLÍTICA EM JOHN MILTON

Autor(es):

Carlos Henrique Medeiros Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Paraíso Perdido publicado em 1667 é um clássico universal da literatura - leitura obrigatória na graduação em inglês e evidentemente nos países que possuem essa língua como nativa -, no entanto o seu grande mérito, muitas vezes, é visto apenas como literário quando o seu autor, John Milton, era em seu tempo um influente escritor político e importante figura pública na conturbada Inglaterra do século XVII (que contou com figuras como Francis Bacon, Shakespeare, Newton e John Locke), logo é imaginável que haja reflexos de sua filosofia política na sua poesia e dramaturgia. Ao repensar a posição da obra literária em questão objetiva-se poder ver com mais clareza o farol que Milton tenha sido para importantes personalidades tais quais John Locke e William Blake, tanto para revoluções como a Gloriosa e a Francesa, assim como para o movimento romântico. Todos estes, momentos de grande reviravolta jurídica e política. É importante também ressaltar que ao tratar de uma obra literária, abra-se uma perspectiva muito pouco trabalhada dentro da área jurídica que é o aprofundamento em obras exógenas ao direito estrito positivo, objetiva-se com isso a divulgação e reconhecimento deste método que enriquece profundamente a ciência jurídica.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Para tal empreendimento é necessária uma análise da bibliografia política de Milton, traçando suas noções e conceitos fundamentais para que mais tarde sejam vistos diante de Paraíso Perdido e constatados ou não suas ocorrências. Oportuna também se faz uma vista da biografia do próprio autor, pois como articulista político poderá existir com maior probabilidade eventos de sua vida transpostos em sua obra principalmente artística. Feito isso, é possível traçar o panorama em que Paraíso Perdido está e se isto corrobora com a tese de sua influência não abarcar apenas no campo literário mas também no político jurídico.

(Resultados) (RESULTADOS) Feito o procedimento metodológico descrito acima, foi possível constatar que em Paraíso Perdido há recorrentemente elementos da filosofia política de John Milton, não só descritivamente em situações que apresentam-se na obra, mas inclusive conceitualmente assim como eventos que assemelham-se aos que ocorreram em sua própria vida.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Fica então claro que Paraíso Perdido não trata-se apenas de uma obra de méritos literários, mas também de uma obra fundamental de filosofia política visto que nela Milton consegue condensar seu pensamento filosófico assim como os acontecimentos que reviraram a Inglaterra durante todo o século. Isto mostra também que a literatura stricto sensu pode e deve ser utilizadas pelos cientistas da área jurídica, haja em diversos casos a comprovada relação entre arte, filosofia - como fundamento e proposta de conhecimento - com o direito. Não à toa sua obra é um cânone que passou em diversos séculos influenciando de um jovem Locke e um inconformado Voltaire, até um místico William Blake quem o dedicou uma obra inteira: Milton - A Poem in Two Books. Este cânone até hoje soa.

Palavras-Chave: John Milton, Paraíso Perdido, Filosofia política.

PARAÍÇOS FISCAIS E O DIREITO INTERNACIONAL

Autor(es):

Jéssica Caroline Alexandre Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Samuel Holanda Coutinho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Luiz Alex Sandro da Silva Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Maria Mércia da Silva Cruz Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Paraísos Fiscais e Centros Financeiros Offshore (OFC) têm sido vistos como territórios que facilitam a evasão e a elisão fiscal de receitas tributárias que deveriam ter sido pagas ao país de residência por parte de um grupo de contribuintes, na maior parte composto por pessoas jurídicas conhecidas como empresas offshore. Por exemplo, estima-se que impostos não pagos fiquem entre 40 a 70 bilhões de dólares por ano somente nos EUA. O Panama Papers expôs uma rede de transações financeiras suspeitas, envolvendo não apenas importantes grupos econômicos com também celebridades internacionais, homens de negócios e políticos mundialmente conhecidos. Os dados revelados têm levantado questionamentos sobre o segredo e anonimato da titularidade de contas bancárias e suas movimentações, além da existência da vinculação entre tais operações e tipos penais, como corrupção e lavagem de dinheiro. A clássica ideia de que os Estados soberanos não estão sujeitos às ordens de outrem e que não podem ser limitado por nenhum outro poder, predominando o dever de não-intervenção entre os Estados, já não mais encontra guarida no conceito mais recente de Direito Internacional. Diante do novo cenário multilateral e globalizado, caracterizado por uma enorme quantidade de atores (ONGs, Estados, Organismos Internacionais) vigora o entendimento de que o direito local deve ceder espaço ao Direito Comunitário. Não cabe invocar o princípio da soberania nacional como pretexto para o abrigo de capitais originados de acordos, cartéis, dumping, manipulações contábeis, fraude, corrupção e enriquecimento ilícito.

(Metodologia) A partir da análise de material bibliográfico disponível sobre o assunto, tanto em títulos bibliográficos específicos, quanto através de pesquisa em artigos, desenvolver uma linha de pensamento de forma clara e objetiva acerca do tema proposto.

(Resultados) Um país soberano, admitido na ordem jurídica internacional, dispõe de liberdade para gerir seu ordenamento jurídico interno, constituindo seus sistemas tributários a fim de exigir tributos e criar a carga tributária que entenda adequada. Vale salientar que Paraíso Fiscal, na acepção do termo, não significa e não remete à prática criminosa, necessariamente. Porém, há uma indústria financeira mundial composta tanto por empresas offshore quanto por empresas onshore que permitem aos cidadãos residentes e grandes corporações de fazerem uso de pessoas jurídicas (e.g. fundações, shell companies) como uma forma de esconder riqueza e escapar do Fisco. Logo, transações financeiras e operações internacionais não podem se travestir numa forma de burlar a lei, albergando práticas ilícitas e gerando externalidades negativas, tais como: corrupção, cultura de evasão fiscal, desigualdade social e prejuízo ao Erário de diversos Estados. Esses paraísos fiscais se localizam em todos os continentes; concentrando-se a maioria na Europa e Caribe. A Comunidade Internacional através dos Estados e Organismos Internacionais têm buscado combater a elisão e evasão fiscal através dos instrumentos normativos. Na ONU não existem tratados ou convenções que tratem especificamente do assunto, apenas recomendações abordando temas gerais. Na União Européia, destacam-se diretivas e convenções, como o MAATM (Covention on Mutual Administrative Assistance in Tax Matters) e BEPS (Base Erosion and Profit Shifting Project). Em 2010, os EUA aprovaram a lei FATCA (Foreign Account Tax Compliance). E o Brasil criou diversas leis e instrumentos normativos dispondo sobre a matéria, tais como: Leis 9.430/96, 10.451/02, 11.727/08 e IN RFB 1.037/10.

(Conclusão) Tendo em vista os fatos apresentados, presencia-se que a conduta dos Paraísos Fiscais, e seu cenário tolerante à tributação, deve ser controlada, em busca de combater resultados prejudiciais ao plano internacional. Apesar dos esforços recentemente feitos, faz-se necessário maior combate e fiscalização a este fenômeno nos chamados Estados soberanos, haja vista os danos financeiros gerados na economia interna e global.

Palavras-Chave: Paraísos Fiscais; Estados Soberanos; Tributação.

PERCEPÇÃO DO HOMEM-BOMBA NO ÂMBITO INTERNACIONAL, SOB A ÓTICA DO FILME “PARADISE NOW” DE HANY ABU-ASSAD.

Autor(es):

Marjorie Lopes Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mauricéia Cabral Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luanny Almeida Galvão de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Andressa Alves de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho aborda a realidade do homem-bomba, sob a ótica do filme do diretor Israelense Hany Abu-Assad, em um contexto de terrorismo religioso. O cineasta aborda de forma imparcial o conflito político-religioso entre a Palestina e Israel, dentro do contexto do Direito Internacional. É necessária uma análise crítica do reconhecimento dos Direitos Humanos destes povos, os quais detêm a mesma origem étnica, sendo a obra cinematográfica importante elemento a desmistificar a cultura árabe de homens suicidas como se tem no âmbito internacional, para assim compreender a origem dos conflitos, e não apenas orientar-se sob a exposição midiática. Será discutida neste artigo a ausência de reconhecimento dos Direitos Humanos, assim como a realidade do homem-bomba, o qual é utilizado como mártir.

(Metodologia) Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, reportagens jornalísticas e o filme “Paradise Now”, a fim de analisar as percepções do homem-bomba no Oriente e Ocidente e sua relação com a importância dos Direitos Humanos na esfera do Direito Internacional através de embasamentos teóricos que gerem reflexão, por meio da contraposição de ideias, tornando assim, o método dialético o aplicado no presente trabalho científico.

(Resultados) O presente trabalho demonstra a perceptível ausência de Direitos dos povos árabes em relação ao panorama mundial, e como este tema se faz necessário na agenda de discussões dos órgãos competentes, tomando-se como base a negativa de direitos humanos às pessoas intituladas de “homens-bomba”. Fica demonstrada durante o trabalho a necessidade de reconhecimento dos Direitos Humanos destes povos, independente da localização geográfica que se encontrem, para que assim, possam ter assegurado o princípio da dignidade da pessoa humana, buscando efetivar, dessa forma os direitos e garantias fundamentais, que para muitos ainda não saíram do plano abstrato.

(Conclusão) O estudo mostrou-se ser de extrema importância para a análise dos diferentes pontos de vista que o Oriente e Ocidente têm quanto à realidade dos homens-bombas. Nesse contexto, o mártire representa para os palestinos o único meio de salvação e resistência contra a ocupação de Israel, libertando seu povo e recebendo a recompensa divina, qual seja, chegar ao paraíso. Por fim, evidencia-se a relevância do reconhecimento dos Direitos Humanos como forma de combate às atrocidades cometidas por ambos os povos nos conflitos do Oriente Médio.

Palavras-Chave: Terrorismo. Homem-bomba. Direitos Humanos. Internacional.

PERDA DO DIREITO DE HERANÇA: MODALIDADES E ANÁLISE DE CASO CONCRETO

Autor(es):

Fernanda Saldanha de Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Dayana Xavier de Couto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Daianny Fidelis Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Alexandre Wagner Bezerra Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho científico visa estudar as causas de exclusão por indignidade, partindo-se da análise da sucessão legítima para chegar, finalmente, às causas de exclusão por indignidade, que se diferenciam da exclusão realizada por meio da deserdação. A escolha do tema se deve, primeiramente, ao fato de que a exclusão por indignidade é um assunto que está sendo muito discutido na mídia, principalmente em função de Suzane Von Richthofen, ré confessa na morte dos pais. Para a realização da pesquisa foi tomado por base a rica doutrina do direito civil, no qual, esse tema foi amplamente debatido por inúmeros autores renomados, não deixando de citar a própria base legal, contida na constituição federal de 1988 e no código civil de 2002. Também iremos buscar um aparato na jurisprudência vigente para analisar o caso concreto que será estudado no presente trabalho.

(Metodologia) O método utilizado foi o dedutivo, visto que se parte do geral para o particular, qual seja do Código Civil para as causas de exclusão. Também foi utilizado o método qualitativo, pois visa o aprofundamento do tema pelo estudo da doutrina, tão como uma análise mas restrita de estudo de caso concreto. As fontes utilizadas foram a jurisprudência e a pesquisa bibliográfica. Este tema foi selecionado por ser um assunto que está em discussão na mídia, tendo por base o caso da ré confessa Suzane Richthofen, que planejou a morte dos pais.

(Resultados) Tendo por base os eixos enfocados durante a pesquisa foi possível constatar, de forma mais aprofundada, que a legislação em vigência é suficientemente consistente para tratar a demanda, objeto do presente trabalho, que são as causas da deserdação. Foram buscadas fontes na doutrina, com base em renomados autores sobre a matéria do direito civil. Da mesma forma, na jurisprudência, tendo se feito uso dos canais midiáticos que se utilizam do seu amplo alcance para fornecer informações sobre determinados crimes bárbaros. O caso de Suzane Richthofen, por ser emblemático quanto ao tema, constituiu objeto direcionador das etapas desenvolvidas no presente trabalho e serviu de norteador para constatar a aplicabilidade da legislação, e serviu também para levantar uma problemática em relação ao tema, pois a condenação gerou apenas efeitos penais, cabendo à exclusão sucessória apenas na esfera civil, indo contra o princípio da celeridade processual, questionando assim, se a própria sentença penal deveria gerar efeitos automáticos em virtude de tal princípio.

(Conclusão) Como foi analisado no decorrer da pesquisa, tanto a indignidade como a deserdação tem o mesmo objetivo, qual seja a punição de quem ofendeu o de cujus. Destaque-se, que, embora sejam similares em alguns pontos, são institutos bem distintos em seus princípios. Como vimos, a indignidade funda-se com exclusividade nos casos expressos no Código Civil. A deserdação, por sua vez, repousa na própria vontade do autor da sucessão, que demonstra ao ingrato, em seu ato de última vontade, seu desejo de que, fundado em motivo legal, não é ele merecedor de tal benefício.

Palavras-Chave: Deserdação, Código Civil, Jurisprudência, Condenação.

**PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS POR MEIO DE SIMULAÇÕES DE MODELOS INTERNACIONAIS: UNISIM -
SIMULAÇÃO INTERMUNDI**

Autor(es):

Mariana Carvalho Sampaio de Freitas Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Luiza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Leticia Maria Barbosa Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Os modelos das Organizações das Nações Unidas (ou MUNs, da expressão em inglês Model United Nations) surgiram nos Estados Unidos e na Europa no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, seguidos da criação da própria ONU. O objetivo era levar o conhecimento aos jovens estudantes do funcionamento da então nascente organização, contribuindo não apenas para a propagação dos ideais defendidos pelas Nações Unidas mas, também, para uma maior aproximação entre os povos, uma vez que a experiência de simular leva ao delegado o conhecimento das diversidades culturais dos mais diferentes países do mundo. Nos MUNs, os estudantes são convidados a representarem delegações específicas em determinadas organizações internacionais, buscando discutir e encontrar soluções para os problemas do mundo, nas mais diversas áreas. Ao longo dos anos, ainda que a expressão MUNs tenha se firmado, as simulações extrapolaram os comitês do sistema ONU e passaram a incluir quaisquer organizações que possam promover debates multilaterais frutíferos, tais como parlamentos, gabinetes governamentais, cortes jurídicas, encontros diplomáticos históricos, dentre outros. Fundada em 2006, a UniSim – Simulação InterMundi do UNI-RN, como projeto de extensão e pesquisa, tem por escopo, há 10 anos, promover essa experiência para os discentes universitários e de ensino médio.

(Metodologia) (METODOLOGIA) A pesquisa se baseia em uma vasta pesquisa de campo, devido à participação dos membros na X UniSim-RN, enquanto organizadores, e no contato com todos os participantes do projeto, percebendo todos os resultados oriundos desta MUN. compreendendo, assim, o alcance da contribuição para o desenvolvimento acadêmico dos discentes participantes, valendo-se de uma pesquisa de cunho empírico, onde se aplica o método hipotético-dedutivo de abordagem.

(Resultados) (RESULTADOS) Diante da conjuntura da legislação brasileira, do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, com o intuito de vivenciar de forma fidedigna o ambiente dos organismos nacionais e internacionais, a UniSim-RN – Simulação InterMundi do UNI RN propicia aos discentes de diversas áreas da graduação uma oportunidade de exercer a representação política e diplomática. Levando em consideração que as atividades do agente diplomático se referem a atuação em diversas situações em nome da sua delegação, o participante desse projeto tem o foco no estudo das relações internacionais como ferramenta para as possíveis negociações realizadas durante os dias de evento. Com isso, o universo da política internacional é posto em prática para que, diante dos choques de interesses e divergências socioeconômicas entre as delegações, os envolvidos no contexto discutido possam chegar a um comum acordo através de documentos de resolução para a solução da problemática debatida. Tal esfera de trabalho promovida pela UniSim-RN representa fortemente o significado de aliança entre o ensino, extensão e pesquisa universitária, tendo em vista o aparato didático e científico que é oferecido ao discente. Neste espectro, seu objetivo é a promoção da reflexão crítica acerca dos conflitos e situações problemas presentes nos demais espaços geográficos da comunidade nacional e internacional.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conscientes do potencial da experiência na UniSim-RN de fomentar um conhecimento amplo e singular, por meio de sua transdisciplinariedade, além de provocar reflexões críticas pautadas nos mais diversos assuntos da conjuntura internacional, é perceptível a indispensabilidade da ampliação do alcance dessas discussões fomentadas pela simulação, que acabam sendo causas da inserção da juventude em problemáticas sociais que, tradicionalmente, lhe são distanciados, expondo assim, a função social do projeto em relação não só à conjuntura acadêmica dentro da própria UNI RN, ao passo que também abre espaço para que seus participantes galguem maiores passos em vários aspectos da sua vida, devido à magnitude dos debates e os reflexos levados para o exterior da simulação, repercutindo em diversos setores da sociedade.

Palavras-Chave: Simulação, UniSim-RN; MUNs; Direitos Humanos; Projeto de Extensão e Pesquisa

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA : UMA ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ERA DIGITAL

Autor(es):

Amanda Santiago Capistrano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Hendy Ariadne de Magalhães Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Barbara Wanderley de Santana: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A pornografia de vingança é um termo que consiste na exposição de fotos ou vídeos íntimos postados nas redes sociais ou em sites sem consentimento ou autorização da vítima. Por conseguinte, ao circularem, inevitavelmente colocam a pessoa escolhida a sentir-se em situação vergonhosa e constrangedora diante da sociedade, com o único intuito de promover de forma maliciosa a vingança, despertada muitas vezes por não aceitar o término do relacionamento ou como forma de chantagear a vítima, dentre outros motivos. Essa exposição íntima viola os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito a intimidade, da vida privada, direito à imagem e além disso a difamação, essa forma de vingança está tomando uma proporção maior, visto que tal ato tem-se multiplicado em todo o mundo. Deste modo, a presente pesquisa propõe o estudo de casos de pornografia de vingança para sabermos como a sociedade vê e quais são as consequências geradas na vida da vítima. Para tanto, faz-se necessário também observar que essa prática corriqueira é isenta de penas, ou seja, abordaremos a necessidade do “revenge porn” tornar-se crime.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Trata-se do método de abordagem hipotético dedutivo, tendo em vista que após a investigação, visamos construir uma solução para o caso, que seria a necessidade de criminalizar a pornografia de vingança. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, será utilizado o estudo de caso, visando proporcionar maior popularização com o problema, analisando exemplos que estimulem a compreensão e discursos de vítimas que já sofreram com a pornografia de vingança para maior entendimento das consequências.

(Resultados) (RESULTADOS) A divulgação pode ser feita por hackers, mas é mais comum ser feita por ex-namorados que querem se vingar da vítima ou que não aceitam o fim do relacionamento e chantageia as vítimas para continuarem em um relacionamento com eles, relacionamento esse, que pode ser classificado como abusivo. Além de terem seus direitos fundamentais violados, as vítimas sofrem inúmeros danos, como o dano psicológico, a perda de oportunidades de emprego devido fotos íntimas expostas nas redes sociais, por exemplo, a vítima, muitas vezes, é dita como a culpada de tudo, com o argumento de que se deixou alguém ter acesso as fotos, deveria saber das consequências. A pornografia de vingança não está inclusa no código penal e nem em leis de cunho criminal. Ela é classificada como crimes de calúnia e difamação, cuja pena, muito dificilmente, será em regime fechado, ou seja, o autor do crime sai ileso, por enquanto que a vítima tem sua vida, muitas vezes estragada devido à tamanha exposição

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Pode-se perceber, que ainda não há ferramentas eficazes que realmente ajudem a vítima a se livrar desse passado ou a justiça de punir as pessoas que cometem esse ato, que infelizmente ainda não é crime no Brasil. Com isso, surge a necessidade de criminalizar a pornografia de vingança, pois apesar de legislação existente que se encaixa nesse tema, muitas vezes o indivíduo sai impune

Palavras-Chave: Pornografia. Vingança. Exposição. Direitos Fundamentais

POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DO MÉTODO APAC COMO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO PARA MENORES INFRATORES

Autor(es):

Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Maíra Nardy Moura Fé: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Rayssa Luana de Lima Monte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Amanda Eliene Carvalho Paraguai de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A APAC, Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, é um modelo de cumprimento de pena que visa primordialmente a recuperação do condenado adulto através de medidas de humanização e valorização da dignidade da pessoa humana, a partir da garantia de direitos fundamentais tutelados na Constituição Federal e em consonância com a Lei de Execuções Penais. Tendo como premissa as funções de educar e punir, o modelo se transformou numa proposta de sucesso na recuperação do transgressor, divergindo do atual sistema carcerário brasileiro, que segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (2014), recupera 30% de seus detentos, enquanto que o índice de recuperação dos apenados nas APAC's é de 92%. Na mesma vertente, o sistema socioeducativo, previsto no artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se destina à regeneração de menores infratores, mediante internação, encontra-se em igual quadro de precariedade estrutural, que inclui desde superlotação à casos de violência, em completo desacordo com o ECA. E é em razão da ineficácia do sistema carcerário e do socioeducativo brasileiros, que não têm cumprido com o objetivo de reduzir a criminalidade e promover a ressocialização, que o presente trabalho busca analisar a possibilidade de aplicação do método apaqueano em substituição ao atual modelo de internação de jovens em conflito com a lei.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, onde se buscou analisar e caracterizar o sistema de recuperação do menor em conflito com a lei, em relação às práticas, objetivos e eficácia, utilizando-se o método de procedimento literário, acerca da matéria, a fim de sondar aspectos concernentes a adolescência e ao ato infracional. Por fim, os resultados obtidos foram analisados de modo indutivo, valendo-se do método APAC como modelo referencial a ser implantado e seguido, em comparação ao atual sistema socioeducativo.

(Resultados) Consoante a psicologia juvenil, a adolescência compreende uma fase do desenvolvimento humano de transformações físicas e psicológicas, que irão repercutir no modo como o indivíduo percebe a si e o meio no qual está inserido. Os comportamentos e características decorrentes dessa fase são resultados da construção sociocultural que decorre da interação do indivíduo com as instituições sociais, acabando por moldar o amadurecimento do sujeito para a entrada na vida adulta. Paralelo a isso, a APAC tem por finalidade reabilitar o recuperando para o convívio social, buscando descobrir suas competências e habilidades a serem desenvolvidas e de que forma podem ser produtivos para a sociedade, após o cumprimento da pena. Para isso, é realizada a preservação dos vínculos familiares, religiosos e sociais, junto às medidas de educação e punição, que propiciarão a ressocialização dos adolescentes, sejam eles homens ou mulheres.

(Conclusão) Dado o exposto e tendo em vista as especificidades da construção da identidade do recuperando adolescente, o modelo APAC se mostra possível de ser implantado, em substituição ao atual modelo socioeducativo, bem como uma alternativa eficiente para romper com o ciclo de reincidência, marginalização e violência que o atual sistema de internação atribui ao adolescente, buscando apontar um novo método a ser seguido, que respeite e cumpra com as disposições constitucionais e de proteção ao menor, contidas no ECA. Por conseguinte, ao aplicar princípios de humanização, tendo por lema "todo homem é maior que seu erro", inspirando ideologicamente a recuperação do condenado, dando assistência social, psicológica, médica, odontológica, educacional e ao promover a participação da família no processo de recuperação do menor, conforme o art. 227 da CF, que o modelo apaqueano evidencia a insuficiência dos atuais modelos empregados, seja no sistema carcerário, seja no socioeducativo, nos quais a punição é uma medida imediatista, que despreza a realidade sociohistórica do indivíduo inserido em contexto de criminalidade e violência.

Palavras-Chave: APAC. Sistema socioeducativo. Adolescente. ECA.

PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA ATUAL E BREVE ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA E SEU PANORAMA DE FUTURO NA CONTEMPORANEIDADE

Autor(es):

Augusto César Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Conforme disposto na Constituição Federal de 1988, a previdência obteve nivelamento de direito fundamental, e a sua legislação demanda atualização regular. Este trabalho tem por finalidade analisar os mecanismos estruturantes para a proteção do direito humano à segurança social, especialmente no que tange à análise acerca de diferentes modelos de segurança social presentes na contemporaneidade, sem abandonar certos aspectos históricos e evolutivos desses sistemas. Assim, a presente discussão torna-se relevante ao passo que abordar a temática da segurança social resulta no fortalecimento do discurso inclusivo e visa assegurar um patamar mínimo de direitos fundamentais a todos os indivíduos. Diante circunstâncias apresentadas, e dos dados acima relacionados, falar sobre esferas de proteção social e aspectos que visem modelar os sistemas de segurança social ampliam o rol de direitos humanos fundamentais e alargam a discussão sobre dignidade humana.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, onde aplica-se o método hipotético dedutivo de abordagem. Dessa forma, a fonte de pesquisa fundamenta-se em documentos junto a diversos websites oficiais, como também múltiplos estudos sobre a previdência social, através de análises conceituais, críticas e comparativas de alguns dos diferentes modelos de seguridade social.

(Resultados) O arquétipo de seguridade proposto pela Constituição de 1988 busca gerar mecanismos mais solidários e redistributivos, conduzido com base nos princípios da justiça social, e afirma que o recente padrão constitucional da política social denota-se através do reconhecimento dos direitos sociais, entre a afirmação do dever do Estado e a subordinação das práticas privadas à regulação em função da relevância pública, visão de uma gestão dinâmica governo/sociedade, sob um ajuste organizacional descentralizado. Assim, podemos afirmar que o princípio da universalidade, assim como evidenciado no texto constitucional, ainda necessita de numerosas condicionalidades e da convergência dos atores políticos e sociais.

(Conclusão) A importância deste tema refere-se ao preceito de traçar alguns apontamentos e mecanismos que se fazem necessários e pertinentes para o início do debate acerca da Previdência Social. Dessa forma, concebe-se que a insuficiência de legitimidade do Poder Legislativo na formação de legislações satisfatórias ou até mesmo a atualização daquela já existente, acaba por superlotar o Judiciário, não resolvendo o problema a nível macro. Outro grande problema diagnosticado diz respeito a questão da sustentabilidade do sistema no futuro, sendo então urgente e necessário o debate entre os atores sociais. Conclui-se assim, que diante das problemáticas evidenciadas as alterações são indispensáveis, ocasionando à sociedade uma modificação significativa em sua estrutura, nas mais diversas formas (sejam elas familiares, mercado de trabalho, expectativa de vida da população e no nível de desenvolvimento humano), para que assim, tenhamos um sistema previdenciário valoroso.

Palavras-Chave: Previdência social; Direitos fundamentais sociais; Reforma previdenciária.

PRIMAZIA DO PRINCÍPIO DA AUTOCOMPOSIÇÃO: ACORDOS NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.

Autor(es):

Jessica Dos Santos da Silva : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
SÂntique Ramalho Seabra de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Renata Fernandes de Asevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo deste estudo é dispor sobre a problemática que se estabeleceu após a vigência do Novo Código de Processo Civil, a dificuldade nos acordos em decorrência da primazia do Princípio da Autocomposição. Visto que a nossa sociedade não foi devidamente preparada para se “autocompor”, isso se dá por falta do diálogo entre as partes. Trataremos de uma das mais relevantes modificações que o Novo Código trouxe: A primazia da desburocratização das etapas processuais iniciais, a antecipação das audiências que agora trazem o nome de audiências de conciliação ou mediação, para que as partes facilmente cheguem a uma resolução do mérito, através do Princípio Constitucional da Vontade das Partes.

(Metodologia) A abordagem metodológica desta pesquisa pode ser considerada como exploratória, partindo do pressuposto do princípio constitucional da vontade das partes, utilizando o método lógico-dedutivo e ao mesmo tempo trazendo o histórico como fonte para o descobrimento de caminhos que possam ser seguidos a partir da pesquisa voltada para a disciplina de Processo Civil. Por ser um tema novo, ainda não é perceptível a formação de debates bibliográficos, somente há como realizar uma análise legislativa, com a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002 e um direito comparado entre os Códigos de Processo Civil de 1973 e o atual de 2015. Entretanto, para se chegar a uma conclusão sobre a problemática disposta neste resumo, serão utilizadas não somente legislações, mas precedentes históricos e sociológicos.

(Resultados) Como previsto no art. 334 do Novo Código de Processo Civil, as audiências de conciliação ou mediação deverão ser realizadas preliminarmente, diferentes do antigo Código que em seu art. 331 traz a audiência preliminar, ocorrendo somente após a contestação. A mudança no processo trouxe relevância ao princípio da vontade das partes, sendo este o que respalda o diálogo que deve ser estabelecido entre os litigantes no momento da audiência, sendo esta de conciliação ou mediação. Os resultados obtidos na pesquisa foram preocupantes para o desenvolvimento da aplicação desta nova forma processual, pois a disseminação da ideia do instituto da transação na sociedade ainda é pouco aceita, enfrentando assim, dificuldades para a aceitação da renúncia de parte do direito de um para outrem, em nome da resolução do conflito e da cooperação processual. O que está intrínseco nesta problemática é a falta de diálogo entre os indivíduos na sociedade, é perceptível que a qualquer problema por menor que seja a sociedade sempre recorrerá ao judiciário. Para que se possa ter um resultado diferente e maior aceitação com sucesso nos acordos das audiências, acreditamos que se faz necessário um investimento de reeducação em longo prazo no que concerne ao conceito de justiça, as funções do Poder Judiciário e aos próprios direitos dispostos no ordenamento jurídico brasileiro.

(Conclusão) De acordo com os aspectos delineados é imprescindível que todos se conscientizem de que o processo só poderá avançar se a nossa sociedade mudar a forma de pensamento para demandar ações não somente cíveis, mas em todos os ramos do Direito. “Onde há sociedade, há Direito” então que possamos conciliar estes, trazendo a eficácia dos princípios da boa-fé e da celeridade processual. Se o Direito promove a autonomia da vontade, que a autocomposição possa dar-se-á de maneira consciente e satisfatória para ambas as partes, fazendo valer o direito de cada indivíduo como partícipe do processo no todo.

Palavras-Chave: Autocomposição, transação, sociedade, acordos.

REFÊNS DO LAR: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Matheus de Souza Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Bruna Beatriz Felipe da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luciano Cláudio Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Lei nº 11.340 de 2006, denominada Lei Maria da Penha, trouxe perspectivas jurídicas para defesa da integridade física, psicológica, moral, patrimonial e sexual da mulher vítima de agressão doméstica e familiar, criando mecanismos para coibir tal violência nos termos da Constituição Federal do Brasil, a qual provém de resquícios históricos, os quais submetem à mulher a ideia de submissão total ao homem como forma de colocá-la em posição hierárquica inferior, consequência de uma concepção patriarcalista que fere a dignidade da pessoa humana. Pretende-se nessa pesquisa, comparar o aumento ou diminuição dos casos de violência doméstica no estado do Rio Grande do Norte, mais precisamente na região metropolitana da Capital.

(Metodologia) Realizou-se levantamento estatístico das ocorrências de violência doméstica atendidas pelos órgãos de segurança pública, ou seja, Polícias Militar e Civil, no ano de 2015 até o 1º semestre de 2016, considerando-se os dias da semana e horários em que mais ocorrem os atos de violência, sendo identificadas as localidades dentro da região metropolitana de Natal, as quais apresentam o maior número de atendimento a essas ocorrências de violência.

(Resultados) Os dados analisados com relação às ocorrências atendidas durante o primeiro semestre de 2015, apresentam um total de 1116 ocorrências em Natal para uma população de 869.954 habitantes, 288 em Parnamirim (pop. de 242.384), 133 em São Gonçalo do Amarante (pop. de 98.260), 95 em Macaíba (pop. de 78.021), 74 em São José de Mipibu (pop. de 43.191), 51 em Extremoz (pop. de 27.525), 39 em Nísia Floresta (pop. de 26.606), 22 em Monte Alegre (pop. de 22.155) e 12 em Vera Cruz (pop. de 12.016), tendo o domingo como o dia da semana no qual há maior número de ocorrências, apresentando no período 444, seguido do sábado com 350, a segunda-feira com 249, a sexta-feira com 248, a quinta-feira com 227, a terça-feira com 222 e a quarta-feira com 203. Verifica-se, além disso, ainda de acordo com a pesquisa realizada, que o horário de pico das ocorrências se dá entre as 20h00min e 23h00min e, que no total o número de ocorrências no período chega a 1880 pessoas atendidas. Levando-se em consideração os dados no mesmo período do ano de 2016, verificou-se a diminuição do número de ocorrências atendidas, ficando em 1778 pessoas, sendo Natal, o município que apresentou o maior número com 1048 atendimentos, tendo uma população de 877.662 habitantes, seguida por Parnamirim com 255 (pop. de 248.623), São Gonçalo do Amarante com 111 (pop. de 99.724), Ceará-mirim com 86 (pop. de 73.370), Macaíba com 83 (pop. de 79.211), Extremoz com 71 (pop. de 27.933), São José de Mipibu com 55 (pop. de 43.598), Nísia Floresta com 33 (pop. de 26.994), Monte Alegre com 17 (pop. de 22.311) e Vera Cruz com 13 (pop. de 12.196), ainda com relação aos dias da semana, o domingo permanece como o que apresenta o maior número de ocorrências, com 393, seguido do sábado com 332, segunda-feira com 231, sexta-feira com 227, quarta e quinta-feira com 203 e terça-feira com 189, permanecendo o horário compreendido entre as 20h00min e 23h00min, o de maior frequência de ocorrências.

(Conclusão) Constata-se que, diante dos dados analisados, houve diminuição no número geral de ocorrências se comparado o 1º semestre de 2015 com o de 2016, contudo tal número continua elevado, porém é possível a verificação de variação nos números de ocorrências, apresentados por cada município da região metropolitana de Natal. Tal diminuição reflete a importância da Lei Maria da Penha, sobretudo com uma de suas importantes contribuições, ou seja, as medidas protetivas de urgência, fazendo-se ainda necessária a conscientização de que todos são iguais em direitos, conforme expressa o princípio constitucional da igualdade.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha – Violência doméstica e familiar – Dignidade Humana - Ocorrências - Igualdade

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Autor(es):

Madson Alberto Viana Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Inácio Augusto Teixeira Maia de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Karolina de Sena Patricio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Este estudo visa investigar as perspectivas das mudanças nas regras da concessão de aposentadoria, que estão em vias de ser apresentadas pelo Governo Federal ainda neste ano. As principais alterações previstas pela Reforma Previdenciária são a fixação de idade mínima de 65 anos para a concessão dos benefícios por tempo de serviço, aumento do tempo mínimo de contribuição para 40 anos para ambos os sexos, enrijecimento das regras relativas à pensão por morte, indistinção entre homens e mulheres na esfera previdenciária, dentre outras. As referidas propostas devem provavelmente atingir todos os trabalhadores que ainda não se aposentaram, com exceção daqueles que já atingiram os requisitos mínimos para se aposentar, mas que ainda continuam exercendo atividade remuneratória. Certamente haverá regras de transição, que isentarão parcialmente das novas regras os trabalhadores que entraram na Previdência há mais tempo. As propostas devem ser encaminhadas ao Congresso Nacional e, provavelmente, serão aprovadas com as devidas observações ou alterações.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Este trabalho apresenta – para o cumprimento dos objetivos da pesquisa – o método de abordagem dedutivo, via revisão bibliográfica, partindo-se do estudo da história da Previdência Social no Brasil e seu desenvolvimento, assim como a análise de dispositivos legais pertinentes ao tema em apreço para melhor desenvolvê-lo.

(Resultados) (RESULTADO) Com esteio na análise das leis, artigos e obras literárias, constata-se que significativas mudanças ocorrerão após a implementação das propostas de mudanças nas regras referentes, inclusive no sentido de unificar os regimes previdenciários, advindo um regime único com regras mais rigorosas sobretudo para as aposentações, o que inclui aumento da idade de aposentadoria, tudo puxado pela crise de custeio da previdência social. Por essa proposta, somente não serão atingidos os segurados que já tenham implementado os requisitos para o benefício antes da novel lei, por gozarem de direito adquirido.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Conclui-se que a proposta de reforme da Previdência apresentada pelo Governo Federal é realista e plausível, visando a recuperação financeira da Previdência Social, baseando-se no fato de que, da década de 1930 para os dias atuais a expectativa de vida do brasileiro quase duplicou. Dessa forma, a aposentadoria que objetivava assegurar financeiramente cinco ou dez anos os segurados, que correspondiam a uma minoria da população, passou a ter que prover um número muito superior de trabalhadores que atingem os requisitos para se aposentar, mas ainda vivem por mais 20, 30, ou 40 anos, sobrecarregando de forma demasiada o sistema da Previdência, daí a necessidade da reforma.

Palavras-Chave: Reforma, Previdência Social, aposentadoria, rigidez, alterações.

REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA POST MORTEM - SUPRIMENTO DA AUTORIZAÇÃO POR QUALQUER MEIO DE PROVA

Autor(es):

Luiza Maria Lopes de Sousa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mozângela Míria de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mayra do Nascimento Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Diego Alessandro da Silva Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Milena Maria Queiroz de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como escopo, propor uma nova interpretação ao alcance do Art. 1597 do Código Civil, com fundamento na mudança substancial sofrida pelo direito brasileiro, a partir da Constituição de 1988 na matéria de relações familiares, como também marcada pelos avanços biotecnológicos a cada dia mais evidenciados na sociedade contemporânea, que fazem emergir novas problemáticas, antes impensáveis para o direito.

(Metodologia) Para compreender a dimensão que a avaliação da questão requer, foi feita uma análise documental, em que analisou-se a legislação e jurisprudência.

(Resultados) O art. 42, caput, do ECA estabelece que “podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil”. O art. 42, § 6º “A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença”. Na primeira hipótese há previsão legal que haja uma mãe ou pai solteiro para uma criança. No segundo caso, tendo apenas um dos adotantes como sua família. Então, pode-se vislumbrar a possibilidade de se ter uma fecundação homóloga post mortem como uma entidade familiar fruto do planejamento responsável de um casal que teve o marido falecido sem deixar a expressa autorização para tanto desde que comprovada inequivocamente sua intenção. A CF/88, estabelece em seu art. 226, § 4º que “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, ou seja, o argumento de que a criança não estará em um ambiente familiar está vencido. Ainda a CF/88, § 7º afirma que “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal”. O fato do Estado impedir um projeto familiar responsável através de um dos métodos de reprodução assistida post mortem enseja em ato inconstitucional. O art. 1597, III, estabelece a presunção de paternidade por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido. O art. 5, da lei 9263/96 estabelece que é dever do Estado promover condições e recurso informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício do planejamento familiar. RES. CFM nº 1.358/1992, Seção V, item 3, no momento da criopreservação, os cônjuges ou companheiros devem expressar sua vontade, por escrito, quanto ao destino que será dado aos pré-embriões crio preservados, em caso de divórcio, doenças graves ou de falecimento de um deles ou de ambos, e quando desejam doá-los. Enunciado n. 106 da I Jornada de Direito Civil - art. 1597, inciso III: estabelece a obrigatoriedade de autorização expressa para fecundação artificial homóloga post mortem. Defende-se nesse trabalho a possibilidade de comprovação da vontade de haver o filho como reconhecidamente seu, ao marido falecido por qualquer meio de prova que possa a esposa comprovar que se tratava de vontade mútua do casal, e que o filho fosse gerado e assim, reconhecida a paternidade mesmo em falecendo o marido, baseado no julgado da 13ª vara cível de Curitiba, Paraná, no pedido de tutela antecipada 27.862/10, em que o juiz concedeu a liminar garantindo o direito de realizar a reprodução assistida post mortem mesmo não tendo o falecido marido deixado autorização expressa.

(Conclusão) Observa-se, então, necessária a autorização como medida protetiva. No entanto, inexistindo essa autorização expressa, seria impossível atender aos casos em que houve um real planejamento familiar dos pais. Logo, é fundamental a possibilidade da aceitação de outros meios de provas inequívocas para configurar a autorização, além da autorização escrita.

Palavras-Chave: Família, Autorização, Fecundação Homóloga, Post Mortem

RESPONSABILIDADE CIVIL E O ABANDONO AFETIVO INVERSO DE IDOSOS.

Autor(es):

Raphaela Magalhães da Silva Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os direitos dos idosos tem previsão legal na Constituição Federal como forma de garantir a proteção ao princípio da dignidade humana e o da solidariedade. Segundo dados do IBGE até 2060 o Brasil terá cerca de 58 milhões de idosos representando 11% da população com mais de 60 anos de idade, por consequência disso, a sociedade passou a se preocupar com essa faixa-etária, surgindo à necessidade da criação do Estatuto do Idoso, Lei n° 10.741 de 1° de outubro de 2003 que entrou em vigor em 1° de janeiro de 2004, servindo de suporte jurídico para a proteção dos direitos dos idosos. O abandono afetivo de idosos pelos filhos é uma realidade alarmante no Brasil, pois são violados o direito à convivência familiar e ao afeto, causando implicações na saúde física e psíquica do idoso. Segundo o artigo 3° do Estatuto do Idoso, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Dessa forma, o tema central da presente pesquisa, é responsabilidade civil e o abandono afetivo inverso de idosos, tendo como problemática a possibilidade de condenar no âmbito civil filhos que abandonam afetivamente seus genitores idosos. Objetivo geral é identificar os pressupostos de responsabilização civil por abandono afetivo inverso.

(Metodologia) O presente trabalho teve por metodologia um estudo dedutivo com uma breve apreciação do ordenamento jurídico, utiliza-se como métodos de procedimento o comparativo, histórico e o descritivo. A técnica de pesquisa consiste na análise da jurisprudência, legislação, doutrina e pesquisa bibliográfica.

(Resultados) Ao analisar o ordenamento jurídico observa-se que o princípio da afetividade não possui previsão legal na Constituição Federal, embora fundamenta-se no Direito da Família moderno, no qual o afeto é basilar na concepção da família. Desse modo a afetividade e a solidariedade são indispensáveis para proteção à dignidade humana, princípio central do ordenamento jurídico pós-positivista.

(Conclusão) Os filhos que não cumprem com a obrigação de cuidar e abandonam afetivamente seus pais idosos, devem ser responsabilizados civilmente ensejando em indenização por danos morais, a fim de, reparar o dano causado. A previsão legal do dever de cuidado imaterial dos filhos em relação aos pais idosos, sob pena de condenação civil, seria um avanço na garantia da dignidade humana.

Palavras-Chave: Responsabilidade civil, idosos, abandono afetivo.

RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR DANOS CAUSADOS POR OBJETOS ESPACIAIS.

Autor(es):

Virna Costa Barreto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo se dedicará a analisar se o fato de o Direito Internacional Espacial não regulamentar de forma específica a responsabilização internacional dos Estados por danos ambientais causados por “objetos espaciais” lançados por estes, implicará na não responsabilização do Estado que vier a causar danos ao ambiente terrestre. Observa-se que o problema do lixo espacial tem torna-se cada vez mais atual, haja vista que o número de objetos deixados no espaço cresce exponencialmente, o que implica em grandes problemas tanto para objetos em órbita quanto numa possível reentrada desses objetos na atmosfera terrestre. Diante disso, verifica-se no Direito Espacial a regulamentação por meio da Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais, estabelecendo, dentre outras obrigações, que: o termo “dano” significa perda de vida, ferimentos pessoais ou outro prejuízo à saúde; danos e perdas de propriedade do Estado ou de pessoas físicas ou jurídicas etc. Ocorre que, de acordo com a análise do doutrinador José Monserrat Filho, esta convenção engloba um número limitado de danos, não incluindo danos ao meio ambiente. O que se mostra um grande problema de lacunas do direito, pois levando em consideração que alguns desses “objetos espaciais” portam substâncias tóxicas, e mesmo que não atinja pessoas ao retornar ao nosso planeta, podem causar graves problemas ao nosso meio ambiente. Concernente a isso, a possibilidade de não responsabilização de Estados que ocasionarem desastres ambientais acarretaria em desrespeito ao direito ao meio ambiente e dessa forma a um Direito Fundamental da Pessoa Humana.

(Metodologia) A metodologia que será utilizada quanto ao método de abordagem, para dessa forma alcançar o objetivo geral, será o método dialético, pois analisarei a realidade a partir de contradições, contrapondo o elemento conflitante que é a “não regulamentação específica dos danos ambientais causados por objetos espaciais” em detrimento da “possibilidade de não responsabilização de um Estado diante de danos ao meio ambiente causados por seus objetos espaciais.” Para atingir meus objetivos específicos, utilizarei dos métodos de procedimento, inicialmente do método histórico-comparativo, para analisar os avanços históricos das atividades humanas no espaço em relação ao aprimoramento do Direito Espacial, compreendendo a história enquanto instrumento de análise comparativa, entre os avanços técnico-científicos e os avanços do Direito Espacial. Enquanto que na análise dos limites de abrangência dos danos regulamentados pela Convenção Sobre Responsabilização Internacional por Danos causados por objetos espaciais com o objetivo de descrever quais os tipos de danos versados na referente convenção, utilizarei o método estruturalista, pois partirei de um fenômeno concreto, abstraindo a ideia contida nele, para dessa forma retornar ao concreto, com a realidade estruturada. Empregarei o método funcionalista para verificar a possibilidade de supressão de lacunas normativas por meio de integração analógica do sistema de responsabilidade internacional dos Estados por danos ambientais à responsabilidade internacional dos Estados por danos causados por objetos lançados ao espaço. Nesse caso partindo da ideia de que o ordenamento jurídico internacional é uma estrutura harmônica, devemos interpretar as normas dos vários ramos desse direito como sendo relacionadas entre si. As técnicas de pesquisas serão doutrinárias e a legislação.

(Resultados) Apesar de o trabalho esta em fase incipiente, o resultado esperado é que, diante de um caso concreto poderíamos utilizar de normas jurídicas do Direito Internacional Ambiental como forma de colmatar a lacuna existe no Direito Espacial quanto à responsabilização internacional do Estado por danos ambientais causados por objetos espaciais.

(Conclusão) O resultado esperado indica que o Estado responsável pelo objeto que causou danos ao meio ambiente deverá ser responsabilizado, mesmo que por integração analógica de outro compêndio normativo.

Palavras-Chave: Direito Internacional Espacial; Direito Internacional Ambiental; Responsabilização Internacional.

RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NO MERCADO DE TRABALHO: PORQUE SOBRAM VAGAS PARA PRESOS E EX-DETENTOS NO MERCADO DE TRABALHO?

Autor(es):

Isabella Cavalcanti Coutinho da Silveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria de Nazaré Filgueira Passos : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse Trabalho de Pesquisa argumenta acerca da dificuldade que penados e apenados encontram para arranjar emprego no mercado de trabalho. O preconceito, a falta de qualificação e a falta de estrutura dos tribunais são os principais motivos para ex-detentos não conseguirem vagas em empresas, instituições e órgãos públicos. É retratada a importância da ressocialização na vida dessas pessoas e como a sociedade pode se beneficiar com esse processo. Além disso, na Constituição Federal, em seu artigo 5º, traz um extenso rol de direitos e garantias fundamentais, sendo inseridas também diversas garantias para a pessoa presa. Esse estudo científico é consideravelmente relevante tendo em vista que a admissão em um emprego é uma etapa muito importante para o processo ressocializador, mesmo que o problema ainda não tenha sido muito bem explorado.

(Metodologia) O trabalho de pesquisa se encontra no âmbito do Direito Constitucional, Penal, Trabalhista e da sociologia e filosofia jurídica. O projeto de pesquisa explora o problema, registra, analisa e interpreta os fenômenos estudados, procurando identificar os seus fatores determinantes. Essa pesquisa viabiliza o avanço da ciência, pois explica a razão e as perspectivas dos fenômenos.

(Resultados) No país desde 2009 existem exatamente 2.848 vagas para presos e apenados, mas apenas 445 foram aproveitadas, em torno de 15%. Então procuramos entender o porquê de sobrar tanta vaga no mercado de trabalho se a reinserção desse apenado na sociedade é uma etapa muito importante no processo de ressocialização. Mesmo a Constituição Federal garantindo o direito ao trabalho, o respeito à integridade física e moral, o estado não tem total estrutura para encaminhar essas pessoas a instituições empregadoras. A falta de qualificação para a ocupação dos empregos oferecidos e o preconceito da sociedade com pessoas que tenham a certidão negativa de antecedentes criminais também são perniciosos, atrapalhando o processo de ressocialização. Por isso, Michael Foucault acha que no âmbito social de hoje a ressocialização é algo impossível. Ademais, o projeto de ressocialização só dará certo com os investimentos do Governo na educação, melhorias com o sistema carcerário, a aceitação da sociedade e a reestruturação do judiciário para melhor distribuição desses trabalhadores nas vagas oferecidas.

(Conclusão) A ressocialização do preso deveria ser de interesse da sociedade, pois o condenado retornará após o cumprimento da sua pena. No entanto, oferecer trabalho ao preso não é colocá-lo para fazer serviços que ninguém queira executar, ou colocá-lo para executar serviços semi-escravos. Pois segundo o artigo 5º da Constituição Federal "III - ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Esse não pode ser o sentido do trabalho no processo ressocializador e de resgate da dignidade. A habilitação para o trabalho se fortalece a partir das ações de formação e capacitação profissional, privilegiando as habilidades, capacidades individuais e as necessidades do mercado. A responsabilidade pela ressocialização do indivíduo deve ser compartilhada por toda a Sociedade: o Estado, as empresas e a sociedade civil.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Presos. Apenados. Ressocialização. Estado. Sociedade. Constituição Federal.

RESSURGE A SEPARAÇÃO JUDICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: AVANÇO OU RETROCESSO?

Autor(es):

Manuella Fonseca dos Santos Byone: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Rayanne Barbosa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Samantha Rique Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lara Fernandes de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Roberto Pinto de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Henrique Batista de Araujo Neto: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o advento do Novo Código de Processo Civil de 2016 surgiram várias problemáticas, dentre elas, temos o retorno da separação judicial, acarretando uma retomada ao passado demasiadamente discutido e uma digressão nesse aspecto, tendo em vista o rompimento com a continuidade dos avanços sociais. Precipualemente após a Emenda Constitucional 66/2010, a qual trouxe mais celeridade ao divórcio, tendo como único requisito a vontade das partes para requererem o divórcio, a separação judicial caiu por terra, sendo cada vez menos utilizada para rompimento de sociedade conjugal. A teoria do eudemonismo, que garante a felicidade da família tornou-se base para diversas fontes do Direito. Esta emenda apesar de divergir ao que está imposto no Código Civil e Código de Processo Civil vigente, deverá ser aplicada ao invés das legislações mencionadas.

(Metodologia) No trabalho de pesquisa em questão utilizaremos o método dedutivo, partindo de doutrinas e leis que se complementam, com a finalidade de averiguar o fenômeno histórico-evolutivo sobre a separação judicial e a emenda do novo divórcio. No que tange ao método de procedimento, será empregado o estudo de casos e cumulativamente o método documental buscando jurisprudências dos nossos tribunais. Além disso, a análise terá como base referenciais pragmáticos, quais sejam, a Emenda Constitucional 66/2010 e o Novo Código de Processo Civil, em função do qual será estabelecida uma relação mais adequada com a evolução social, e, conseqüentemente, com a realidade atual.

(Resultados) A partir de um embasamento teórico fundamentado pela Emenda 66/2010 conjuntamente com a teoria do eudemonismo ; o Novo Código de Processo Civil e o Código Civil, é inaceitável que um Código tão atual ainda tenha raízes conservadoras e não queira admitir a dinamicidade do Direito. Tantas batalhas foram travadas entre os conservadores e os modernos até que ocorresse a aprovação da Emenda do "novo" divórcio e, conseqüentemente ,o respeito à liberdade de escolha de indivíduo, é inadmissível que uma lei específica seja tão retrógrada no âmbito da separação judicial, uma lei morta. Se há a possibilidade da pessoa se divorciar, rompendo tanto o vínculo matrimonial como a sociedade conjugal e ainda podendo preservar a felicidade familiar, porque alguém escolheria apenas ter uma ruptura da sociedade conjugal, sem ter a faculdade de constituir nova família feliz com um novo casamento?

(Conclusão) Em respeito aos Princípios referentes ao Direito das Famílias, principalmente o da dignidade da pessoa humana; da liberdade e o da igualdade e respeito, é importante salientar que o Novo Código de Processo Civil trouxe um retrocesso aos tempos passados, de certa forma "represtando" uma lei morta que apenas está presente na legislação cível, estando em desuso na sociedade, e, por isso, apesar do Código supracitado ser uma lei específica e mais atual que a Emenda 66/2010, uma norma hierarquicamente inferior à Constituição Federal e suas respectivas Emendas não pode ser divergente da mola mestra, pois está no topo da pirâmide normativa de Kelsen.

Palavras-Chave: Novo Código de Processo Civil, Emenda Constitucional, separação, divórcio, eudemonismo.

ROMPIMENTO DO TESTAMENTO APLICADO AO CASO DO PADRE ROLDÃO

Autor(es):

Bárbara Rayssa Oliveira da Fonseca: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ilana Raquel Rabelo de Medeiros Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem como objetivo, abordar um caso concreto sob a ótica do Código Civil Brasileiro a aplicabilidade do Direito Sucessório, quanto ao instituto do Rompimento do Testamento. O fato que irá ser apresentado trata-se de um caso verídico que se passou na cidade de Patos de Minas-MG no ano de 2010 onde um padre cujo nome é Roldão Gonçalves Rodrigues faleceu e deixou um testamento particular e um patrimônio milionário. A presente pesquisa apontará algumas possibilidades de partilha da herança baseada no testamento particular deixado pelo falecido padre Roldão e apresentaremos o surgimento de um herdeiro legítimo, suposto filho do padre, que irá participar da partilha da herança, mudando totalmente o curso natural do testamento particular deixado pelo falecido padre. A presente pesquisa apontará algumas possibilidades de partilha da herança baseada no testamento particular deixado pelo falecido padre Roldão e apresentaremos o surgimento de um herdeiro legítimo, suposto filho do padre, que irá participar da partilha da herança, mudando totalmente o curso natural do testamento particular deixado pelo falecido padre. Abordaremos esse tema por se tratar de um assunto que teve grande repercussão na mídia nacional e por se tratar de uma disciplina acadêmica de extrema importância para o direito sucessório.

(Metodologia) A metodologia utilizada neste trabalho é o procedimento qualitativo que consiste no estudo de um caso concreto de direito sucessório onde foram observadas diversas possibilidades de partilha da herança e levaremos em consideração o instituto do rompimento do testamento como forma de solucionar o problema apresentado. As fontes de base da presente pesquisa foram às notícias emitidas em jornais a respeito do caso, a própria lei do código civil e a doutrina ministrada em sala de aula.

(Resultados) O presente trabalho aplicará a hipótese prevista no artigo 1.793 do Código Civil de 2002 que aduz o seguinte: “Sobrevindo descendente sucessível ao testador, que não o tinha ou não o conhecia quando testou, rompe-se o testamento em todas as suas disposições, se esse descendente sobreviver ao testador”. Abordando o rompimento do testamento como forma de solucionar o caso exposto.

(Conclusão) Conclui-se, pois, que a finalidade do presente trabalho é promover de forma clara e objetiva a aplicação do rompimento do testamento ao caso concreto. Foi apresentada sucintamente a história do padre Roldão Gonçalves Rodrigues, da cidade de Patos de Minas-MG, que faleceu no ano de 2010 e deixou uma herança milionária em testamento particular para uma sobrinha. Os colaterais do padre Roldão entraram em posse da herança e posteriormente descobriu-se a existência de um herdeiro legítimo, até então desconhecido, que fez com que surgisse a discussão sobre o rompimento da testamento.

Palavras-Chave: Herança. Rompimento de testamento particular. Caso Padre Roldão. Partilha de herança. Herdeiro desconhecido. Direito sucessório.

SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE NATAL-RN: ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS

Autor(es):

Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), saneamento básico é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social, sendo, portanto uma garantia tutelada no direito brasileiro e legitimada pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Entende-se que o saneamento básico é um direito fundamental não só do indivíduo tal qual da coletividade, pois além de ser um dever essencial do Estado em garantir este serviço público, o saneamento ainda atua entre a garantia do mínimo existencial, implícito na constituição federal brasileira de 1988. Entretanto, com base na realidade de alguns municípios brasileiros, somos levados a questionar o porquê que o saneamento básico mesmo sendo um direito fundamental ainda não é efetivo na vida da maioria dos brasileiros, considerando que a supressão desse direito pode ser apresentada como reflexo das atuais desigualdades sociais, econômicas e ambientais. Desta feita, o presente trabalho tem como um dos principais objetivos reconhecer o saneamento básico como direito fundamental, interpretando-o à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, a fim de realizar uma análise crítica do serviço público de saneamento básico em Natal-RN.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de abordagem dialética, onde se busca através da confrontação de normas jurídicas ao panorama atual refletir criticamente a atual situação do Município de Natal/RN, a fim de entender como ocorre a mitigação do direito ao saneamento básico. Por esta razão utilizara-se o método de procedimento comparativo e descritivo, já que a presente pesquisa se vale do reconhecimento dessa garantia como direito fundamental, além da aplicação do método tipológico e estatístico, uma vez que à análise dos dados estatísticos será interpretado à luz do tipo ideal previsto nos institutos jurídicos vigentes. Por fim, busca-se o desenvolvimento da pesquisa utilizando como técnica, a análise documental de diplomas jurídicos, a interpretação de dados estatísticos e bibliografia exaustiva do tema.

(Resultados) A pesquisa está em andamento, por isso não é possível à descrição de resultados finais satisfatórios, entretanto, da análise das pesquisas preliminares, verifica-se que apesar da garantia do mínimo existencial representar um patamar mínimo para a dignidade humana, nota-se que a cidade de Natal/RN ainda está muito longe da plena efetivação do direito fundamental ao saneamento básico.

(Conclusão) Dado o exposto, espera-se com o presente trabalho estimular não só os natalenses, mas os indivíduos de modo geral, a tomar conhecimento da dura realidade da efetivação de seus direitos fundamentais a fim de que possam reivindicar soluções práticas em face do Estado, afinal o saneamento é antes de tudo, um direito humano. Sendo assim, é de extrema importância discutir tal tema dentro de uma seara jurídica a fim de elucidar como a ciência do direito pode influenciar diretamente na construção de uma sociedade justa e sustentável, onde os direitos fundamentais são efetivos conforme garante a Constituição da República Federativa Brasileira.

Palavras-Chave: Saneamento Básico. Direitos Fundamentais. Sustentabilidade Social

SERVIDÃO ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DE PARÂMETROS PARA JUSTA INSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM PRINCÍPIOS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS, RESPEITANDO-SE OS LIMITES ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE PRIVADO.

Autor(es):

Marco Aurélio Pedrosa Maniçoba Júnior : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por objetivo o desenvolvimento de uma análise acerca do procedimento de instituição da Servidão Administrativa pelo Estado (por meio da Administração direta ou mesmo por Agências Reguladoras), bem como dos parâmetros para o estabelecimento de indenização ao particular de cujo a propriedade foi gravada com ônus, à luz dos princípios da função social, da supremacia do interesse público e do direito à propriedade privada, com a finalidade de que se garanta o devido respeito à Magna Carta, não se reprima direitos fundamentais que são a base de nosso ordenamento jurídico e se verifique os limites existentes para preservação do equilíbrio entre o interesse público e o interesse privado, de modo que ambos possam prosperar conjuntamente.

(Metodologia) Com o propósito de se alcançar os objetivos desta pesquisa, utilizou-se como método de abordagem o hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que a Servidão Administrativa pode estar sendo utilizada de maneira não condizente com direitos e princípios fundamentais, sem a presença de parâmetros sólidos para seu estabelecimento e aplicação, gerando desarmonia entre o interesse público e o interesse privado. Como métodos de procedimento, valeu-se do histórico, descritivo e comparativo, no que concerne a análise histórica desenvolvida acerca da intervenção do Estado na propriedade privada, tornando possível alcançar um conceito da Servidão Administrativa e indicar as formas viáveis de se manter em equilíbrio o interesse público de expandir o serviço público e o interesse privado, no que concerne à preservação da propriedade privada como direito fundamental e propulsor de desenvolvimento econômico. Por fim e não menos importante, utilizou-se como técnica de pesquisa a documental, recorrendo a livros, legislações e artigos científicos para o desenvolvimento da presente pesquisa.

(Resultados) Com base nos estudos desenvolvidos, foi possível verificar que a propriedade privada, além de ser um direito fundamental estipulado em nossa Constituição Federal, é algo inerente à própria natureza do ser humano e condição de sua existência. Entretanto, apesar de ser extremamente relevante ao Estado Democrático e ao próprio Direito, a propriedade privada, por vezes, sofre restrições para que se atenda ao interesse da coletividade. Isso se dá quando o Estado precisa usufruir de propriedade alheia imóvel para que se possa garantir a execução de obras e serviços de interesse público coletivo. Ocorre que, para preservar a harmonia entre o público e o privado de modo que ambos não sejam prejudicados, o legislador estabeleceu a obrigatoriedade de prévia e justa indenização àqueles que tiverem sua propriedade gravada com a instituição de Servidão Administrativa. Seguindo os mandamentos do nosso ordenamento jurídico à risca, afasta-se qualquer impedimento aos avanços da sociedade e assegura-se a prosperidade e crescimento econômico do particular.

(Conclusão) Devido ao seu caráter regulador, o Estado intervém nas relações da sociedade com o objetivo garantir o equilíbrio e proporcionar uma prestação de serviço eficiente, que satisfaça os anseios sociais. Esse Estado regulador, entretanto, necessita intervir de forma legítima, observando os dizeres constitucionais e ponderando os princípios da supremacia do interesse público e da função social para que se preserve a eficácia do direito à propriedade privada quando esta sofrer restrições. Conclui-se, portanto, que se o Estado atuar de maneira legítima, será possível não apenas garantir a eficiência da Administração Pública e expansão de serviços públicos, mas também auxiliar o particular a alcançar os seus interesses pessoais sem sujeitar-se a possíveis prejuízos em prol do interesse coletivo.

Palavras-Chave: Servidão Administrativa, princípios e direitos constitucionais.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E TRIBUTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE O "ESVERDEAMENTO" DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) A necessidade de mudar o nosso estilo de vida devido a latente degradação ambiental é iminente no cenário global. Em face disso, as sociedades civilizadas necessitam consolidar o Estado Socioambiental de Direito, isto é, um Estado que além de garantir os direitos de liberdade e os direitos sociais, também garanta direitos relativos à coletividade, de modo a concretizar a dimensão ecológica da dignidade humana. Nessa perspectiva, objetiva-se, na presente pesquisa, provocar uma reflexão a respeito da utilização da tributação como instrumento para efetivar políticas ambientais, de modo a propor o "esverdeamento" do sistema tributário brasileiro, como alternativa de unir as políticas fiscais ao desenvolvimento de uma economia sustentável. Logo, a utilização do tributo para garantir efetividade às políticas ambientais faz com que tenhamos a necessidade de promover uma Reforma Fiscal verde no Brasil.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, uma vez que visamos responder questões relativas a diversas áreas do conhecimento, notadamente Direito Constitucional, Direito Tributário, Direito Ambiental e Direito Econômico. No tocante ao método de procedimento ou auxiliar, utilizamos o histórico e o estatístico, pois, para responder a questão investigativa, utilizou-se a análise histórica a respeito da construção do Estado de Direito, evoluindo para uma perspectiva socioambiental de Direito. Nessa linha de raciocínio, a pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva, porque possui como objetivo principal elucidar questões referentes a problemas ainda não explorados pertinentes à aplicação da tributação ambiental. Por fim, foi utilizada como técnica de pesquisa a análise da produção científica e legislativa, com o intuito de esclarecer as ferramentas que o ordenamento jurídico fornece para a efetivação da tributação ambiental.

(Resultados) Constata-se a existência de um crescente interesse pela introdução da variável ambiental no Sistema Tributário Brasileiro, uma vez que a tributação ambiental encontra fundamento e legitimidade nos dispositivos constitucionais brasileiros. O artigo 225 da Constituição Brasileira de 1988 estabelece de forma expressa o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo. Assim, podemos constatar a existência de iniciativas legislativas importantes com o intuito de evoluirmos na área ambiental como: a PEC nº31-A/ 2007, no qual pretende-se reformar o Sistema Tributário Brasileiro e introduzir questões de caráter tributário/ambiental como por exemplo, permitir a cobrança diferenciada de alíquotas do IPVA, levando em consideração o impacto ambiental causado pelo veículo. Ainda, a PEC nº353/2009, no qual se tem o objetivo de que a carga tributária seja ponderada de acordo com os impactos ambientais, positivos ou negativos, gerado por determinada empresa. Portanto, podemos perceber o início de uma modificação de pensamento sobre a necessidade de uma Reforma Fiscal Verde no Brasil.

(Conclusão) Sabemos da necessidade de proteger nosso patrimônio ambiental, tanto por ele ser considerado algo necessário para a vida humana, como por constituir-se um direito fundamental. Dessa forma, o Estado, detentor da capacidade de tributar, mostra-se como o principal responsável em intervir na relação ambiental, através da implementação de tributos. Entretanto, é preciso elucidar possíveis dúvidas acerca das especificidades existentes, relativas à área de atuação e de conhecimento, para que possamos ter uma maior compreensão e competência nas decisões. Nessa perspectiva, constata-se que as normas de tributação ambiental ao serem criadas devem dialogar efetivamente com a sociedade com o intuito de promover uma maior educação político/ ambiental. Assim, faz-se necessário a realização de mudanças constitucionais que assegurem a utilização da tributação como instrumento de política estatal, voltado para proteção ambiental, visando a realização de uma efetiva Reforma Fiscal Verde no Brasil.

Palavras-Chave: Tributação Ambiental. Reforma Fiscal Verde. Estado Socioambiental.

TESTAMENTO VITAL, POSSÍVEL OU NÃO? UMA ANÁLISE DA RESOLUÇÃO 1.995/2012 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Autor(es):

Beatriz Araújo Nunes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Leonardo Oliveira Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Joanelma Isana Moreira do Nascimento Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Jarlanny da Silva Campos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Tâmara Andrade de Sá Dias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) Para fins do direito sucessório, o testamento pode ser considerado um ato praticado por alguém em vida com o objetivo de disposição do seu patrimônio, de acordo com a legislação vigente, produzindo efeitos após a sua morte. Neste ínterim, pode-se dizer que existem três espécies de testamento o público, cerrado, e o particular. No entanto, em 2012 o Conselho Federal de Medicina, publicou a resolução n. 1995, no qual dispõem sobre o testamento vital. Assim, em razão da omissão legislativa, sobre o tema, o Conselho optou por orientar os médicos sobre o procedimento adotado nas situações em que os pacientes estiverem impossibilitados de manifestarem a sua vontade, sobre se querem ou não receber determinado tratamento de saúde, Ainda, há uma divergência jurídica, uma vez que não se trata de disposição de última vontade, já que pode ou não ocorrer o evento morte.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Com o intuito de alcançar os objetivos propostos, buscará se fazer uma pesquisa teórica, trazendo opiniões de especialistas e doutrinadores da temática. Através do método dedutivo, fez-se uma análise de casos práticos. Por fim, fez-se a utilização do método dialético de abordagem que promoverá uma adequada discussão teórica acerca do tema.

(Resultados) (RESULTADOS) As diretivas antecipadas de vontade, o testamento vital, conforme dispõe a resolução n. 1995/2012 permitem que as famílias e os médicos conduzam a situação e que tomem decisões acerca de tratamento médico a que será submetido, respeitando a própria vontade do paciente, quando estiverem impossibilitado de expressarem. Corroborando com esse entendimento, o Enunciado 528 da V Jornada de direito civil, estabelece: "Arts. 1.729, § único, e 1.857: É válida a declaração de vontade expressa em documento autêntico, também chamado "testamento vital", em que a pessoa estabelece disposições sobre o tipo de tratamento de saúde, ou não tratamento, que deseja no caso de se encontrar sem condições de manifestar a sua vontade". Entretanto, não há uma regulamentação sobre a forma de fazer esse testamento, apenas "o médico registrará, no prontuário, as diretivas antecipadas de vontade". Nota-se que o Conselho Federal de Medicina preocupou-se em disciplinar a conduta médica, deixando claro que a vontade do paciente deve prevalecer, sobre outros desejos, inclusive o dos familiares. E apesar da resolução ditar sobre esse tema, não obriga que o médico siga a vontade do paciente, mas sim que registrará a sua vontade. Devido a essas divergências, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública Nº 1039-86.2013.4.01.3500, em face do Conselho Federal de Medicina, por considerar o texto da resolução inconstitucional, vez que estaria extrapolando a sua competência para legislar, afastando a família da decisão sobre o paciente e a forma de registrar a essa vontade. Essa ação foi considerada improcedente, uma vez que, segundo o entendimento do Juiz que a julgou, a resolução trata apenas de uma relação ético-disciplinar entre o Conselho de medicina e os médicos, não criando o condão de estabelecer obrigações ou direitos.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Diante dessas problemáticas, pode-se afirmar que o testamento vital é um grande avanço para a sociedade brasileira, que corrobora com princípios constitucionais, tais como o da dignidade da pessoa humana, o da autonomia da vontade, desse modo, perfaz-se o ideal de que esses documento elaborado pelo Conselho de Medicina foi de grande importância para que a sociedade brasileira reflita sobre essa temática e que o legislador possa, com o objetivo de sanar todas as divergências, elaborar uma lei específica sobre esse tema.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Testamento vital. Resolução 1.995/2012 do CFM. Constitucionalidade.

TORTURA NAS CORPORações POLICIAIS BRASILEIRAS.

Autor(es):

Higor dos Santos Jales: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem por objetivo o desenvolvimento de uma análise histórica acerca da tortura, conceituando em que se constitui tal prática, o seu desenvolvimento na sociedade e sua utilização como meio de confissão, principalmente, nas corporações policiais brasileiras, no âmbito das delegacias, bem como em abordagens e interrogatórios policiais. Visando ao final definir quais são as ferramentas jurídicas usuais para a punição da tortura praticada por policiais e descobrir os reais motivos que ainda sustentam esta prática antiga e repudiada pela sociedade.

(Metodologia) Como finalidade de se alcançar os objetivos e propósitos desta pesquisa, utilizou-se como método de abordagem o hipotético-dedutivo, partindo da hipótese de que, mesmo com todas as vedações legais e constitucionais ainda hoje existem relatos da utilização de métodos de tortura por parte de policiais no Brasil e que grande parte das práticas de tortura ficam impunes. Como métodos de procedimento, optei no presente trabalho pelo método histórico, descritivo e comparativo, de modo que, a partir da análise histórica da prática da tortura, se tornasse possível estabelecer um conceito mais restrito do que realmente vem a ser tortura, e com base neste conceito comparar como a prática ocorreu em diversas civilizações e se as práticas mais remotas ocorriam com a mesma finalidade que se tem hoje, levando em conta a concepção da sociedade acerca do tema. Por fim, porém com a mesma importância, utilizou-se das técnicas de pesquisa, a pesquisa bibliográfica, recorrendo a livros para compreender melhor o tema, a pesquisa eletrônica, a partir de noticiários e entrevistas, e, enfim, a pesquisa documental.

(Resultados) Ao final da pesquisa foi constatado que consiste em tortura provocar dor ou intenso sofrimento com a finalidade de obter confissão ou punir por atos criminosos praticados, a ideia da tortura é bastante antiga, pois se tem notícia que os gregos já utilizavam esta como meio de instrução criminal, no Brasil desde o período colonial que se tem documentada o cometimento de tortura, principalmente contra os negros que vinham ser escravizados, porém o período de maior expressividade da prática da tortura foi durante o regime militar, onde a partir de diversos atos institucionais a tortura se tornou uma política de Estado. Com o fim do regime militar e conseqüentemente a promulgação da Constituição Federal em 1988 a tortura ficou expressamente proibida no território brasileiro, quando, em seu artigo 5º, inciso III, a constituição trouxe a garantia de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. A tipificação penal só veio a ocorrer no ano de 1997, prevendo, inclusive, uma causa de aumento de 1/3 quando o crime for praticado por funcionário público. Porém todos estes dispositivos não foram capazes de exterminar a prática incorporada por muitos policiais, pois, atualmente ainda se tem a triste marca de 6 pessoas torturadas todos os dias no Brasil e a maioria dos relatos ocorrem em áreas de periferia.

(Conclusão) A utilização da tortura ainda está em vigor no país, principalmente em áreas de periferia, onde as vítimas são pessoas com pouca condição financeira, que dificilmente vão procurar as corregedorias de polícias temendo represálias por parte dos policiais que, implicitamente, apoiados pelo Estado praticam estes atos muitas vezes com pessoas inocentes só por serem parentes de suspeitos com a finalidade de dizer onde o suspeito está escondido ou, simplesmente, punir por não encontrar o suspeito, vivemos uma realidade alarmante pois um dos princípios básicos da polícia, que é justamente proteger a população, está sendo esquecido em face do ato de punir, quando esta punição deveria ser aplicada pelo poder judiciário.

Palavras-Chave: Tortura; Constituição Federal; Análise Histórica; Regime Militar; Polícia; Interrogatório.

TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO NO ÂMBITO RURAL: A BARBÁRIE QUE PERDURA POR SÉCULOS.

Autor(es):

Elizabete Mendonça de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Emylly Gabrielly Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Paulo Henrique Lima e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Karla Vanessa do Nascimento Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na ótica do Direito do Trabalho, o trabalhador é detentor de Direitos básicos, como receber um salário digno, devendo ainda ter a sua integridade física e moral asseguradas pelo empregador, não obstante, assegura ainda a Constituição Federal o princípio da dignidade da pessoa humana, o qual, ao submeter alguém à condição análoga de escravo, está pondo um fim em tudo que foi conquistado em prol do operário. Tendo em vista que a palavra escravo nos remete a pensar em algo antigo, todavia, no Brasil, só foi reconhecido à existência de trabalhadores em condições análogas à de escravos em 1995, recentemente, foi percebido tais condições no Rio Grande do Norte.

(Metodologia) O presente trabalho teve por método de abordagem o dialético, utiliza-se do método de procedimento histórico, com uma breve análise no decorrer do tempo da evolução do trabalho análogo ao de escravo. A técnica de pesquisa qualitativa consiste em sites na internet, bem como artigos, dissertações, teses, livros, estudo de caso e análise da legislação trabalhista sobre tal assunto, buscando chegar a melhor compreensão do fenômeno do trabalho análogo ao de escravo no campo.

(Resultados) As condições a que os trabalhadores são acometidos, são ainda de uma perversidade sem limites, como trabalhadores comendo no chão, bebendo água sem tratamento adequado, dormindo ao relento e sem equipamentos de proteção individual, citando um caso, observou-se o trabalho degradante no Vale do Assu, no Rio Grande do Norte, onde a empresa Del Monte Fresh Produce, na qual os trabalhadores eram submetidos a jornadas de trabalho extenuantes, com mais de 15 horas diárias de serviço, carregando pesados cachos de bananas, sem os devidos equipamentos de proteção ao trabalhador, ademais, trabalhavam com o uso de agrotóxicos. Um acontecimento ganha destaque, em um veículo inspecionado, o assento do motorista era uma cadeira plástica doméstica, perdurando tal situação, em 2010 já existia, e na inspeção de 2012 foi constatado que persiste. A empresa foi condenada a título de dano moral no valor de 1.000.000,00 Reais, como uma condenação pedagógica, o que se vê é que se mostra insignificante para tamanha empresa. Tendo isso, percebe-se que no acórdão, fez-se uso constante da CLT e normas regulamentadoras, bem como da Constituição Federal. Poderia ainda, o MPT, ter feito uso das convenções da OIT, em destaque a convenção 29, bem como da convenção 105. Caberia ainda, ter feito uso dos Direitos Humanos, tendo em vista que está previsto no artigo 23, que toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias.

(Conclusão) Com as fontes pesquisadas e conhecimentos adquiridos, conclui-se que alguns seguimentos da sociedade que tem sua produção/lucros movidos pela utilização do trabalho forçado/degradante, a pobreza daqueles que são explorados seria o precursor, tendo em vista que, se o trabalhador, sem nenhuma base econômica, de educação, de estímulo à procura de emprego e a profissionalização, ao se ter a mínima oferta de emprego, aceitam, e para as empresas, seriam como seres destituídos de direitos fundamentais, uma solução que poderia fazer com que essa situação tivesse um início de apaziguamento seria que, ao ser encontrados trabalhadores análogos a escravos em suas propriedades, a sentença além de obrigar ao pagamento de multa, condenasse a manter instituições de reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho e na sociedade, evitando assim que os mesmo retornassem às condições encontradas. Outra medida que seria eficaz, seria a aprovação da PEC 57-A/99 que prevê a expropriação de terras e as destina a reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário detentor de mão de obra análoga a de escravo em sua propriedade.

Palavras-Chave: Lucros, exploração, descumprimento, indenização.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO RIO GRANDE DO NORTE: A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Autor(es):

Sâmia Valessa dos Anjos Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O trabalho escravo contemporâneo é um tema que gera repercussão tanto na esfera social, quanto na jurídica, visto que não é um problema que abrange tão somente aos indivíduos que convivem nesse contexto, envolve a sociedade como um todo, atrelando a esta, a falha em estabelecer igualdade entre os que a compõem, independentemente de raça, religião, classe social, econômica, etc. Dessa maneira, essa prática se apresenta como uma espécie de coisificação do indivíduo, ou seja, retrata o trabalhador como mera propriedade de seu empregador, sem qualquer respeito à dignidade da pessoa humana, bem como aos direitos e garantias fundamentais e trabalhistas que estão presentes no texto da Constituição Federal Brasileira de 1988. A partir disso, a Cartilha do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho apresenta que “podemos definir trabalho em condições análogas à de escravo como o exercício do trabalho humano em que há restrição, em qualquer forma, à liberdade do trabalhador, e/ou quando não são respeitados os direitos mínimos para o resguardo da dignidade do trabalhador”. De modo geral, alguns acreditam que a escravidão tenha sido abolida no Brasil com o advento da Lei Áurea há mais de um século atrás. Entretanto, estes não sabem que ela perdura em nossa sociedade até os tempos atuais e das mais diversificadas formas. O Rio Grande do Norte, não divergente dos demais estados brasileiros, faz parte desse cenário onde existe o exercício ilícito e abusivo do trabalho escravo ou práticas análogas a este. Assim sendo, surge a problemática de até que ponto os métodos de combate do trabalho escravo, utilizados pelo Ministério Público do Trabalho do RN, são eficazes? Partindo desse pressuposto, o objetivo principal desse trabalho é analisar a eficácia da atuação do Ministério Público do Trabalho do RN quanto aos métodos de combate do trabalho escravo no Rio Grande do Norte.

(Metodologia) O método de abordagem que melhor se ajusta é o Dialético, pois a questão do trabalho escravo envolve diversos fatores, que não só jurídicos, e dessa forma, é necessário que haja uma observação no que se refere ao atual cenário social, político e econômico. Com relação aos métodos de procedimento, tem-se o Histórico, visto que se pretende apresentar a evolução do trabalho escravo, ou análogo a este, no Brasil após a Lei Áurea, bem como o Comparativo, já que se almeja identificar os instrumentos de investigação e erradicação utilizados pelos órgãos nacionais e internacionais de combate; e além disso, verificar quais as ações mais recentes de investigação do trabalho escravo desenvolvidas pelo Ministério Público do Trabalho do RN. Ademais, como técnicas de pesquisa a serem empregadas, pode-se elencar o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica, a doutrina e a jurisprudência.

(Resultados) Visto que o estudo permanece em fase de desenvolvimento, não há como precisar os resultados reais da pesquisa. Todavia, o que se espera é que a partir da metodologia utilizada, seja possível verificar, de forma satisfatória, a eficácia das ações de combate ao trabalho escravo contemporâneo desempenhadas pelo MPT/RN.

(Conclusão) Em suma, pretende-se que os resultados a serem alcançados sejam suficientes para que se possa desenvolver uma análise conclusiva e, com isso, atingir o objetivo principal, pois este é um tema que necessita ser debatido de forma frequente para que o diagnóstico seja facilmente percebido e este problema venha a ser resolvido de forma eficiente, possibilitando assim o resgate de vários trabalhadores que ainda permanecem sendo vítimas dessa realidade degradante.

Palavras-Chave: Trabalho escravo contemporâneo. Atuação. Métodos de Combate.

TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE AS VIOLAÇÕES À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E AOS DIREITOS HUMANOS NAS UNIDADES PRISIONAIS.

Autor(es):

Beatriz da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

Ana Maria da Silva Souza: Docente do UNI-RN

(Introdução) O cenário normativo Heterossexual, assim como o binarismo sexual é resultado de uma imposição histórica colonizante, sexista e patriarcalista que se alastra por séculos. E que atualmente, ainda apresenta mecanismos sociais que fortalecem e afirma isso, como por exemplo: o sistema prisional. Sabendo que esse sistema é renomado pelo binarismo sexual, logo ele é preparado apenas para homens e mulheres. Visto isso, torna-se evidente que as Transexuais e Travestis são tratadas como indivíduos anormais, por se divergirem do padrão tradicional e correto que é imposto à sociedade. E isso resulta a exclusão que leva tais grupos a um processo de invisibilidade e marginalização perante a sociedade. Por fim, tal trabalho visa apresentar uma visão crítica da situação das Travestis e Transexuais, abordando também a população LGBT, no sistema carcerário, chamando a atenção para a questão da identidade de gênero e comprovando como o modelo atual restringe os direitos fundamentais.

(Metodologia) A pesquisa conduzida, quanto aos fins, classifica-se como qualitativa, de cunho exploratório. No tocante ao meio, foi utilizado o método bibliográfico-documental, a fim de coletar evidências que suportaram e fundamentaram os objetivos propostos. As fontes pesquisadas foram artigos científicos, dissertações e teses, disponíveis em base de dados on line. Como estratégia de busca foi estabelecido um marco temporal de 03(três) anos e utilizados os descritores: sistema penitenciário, travestis, transexuais, identidade de gênero.

(Resultados) Analisando o que se foi pesquisado pode-se afirmar que o sistema prisional reproduz e aplica aos indivíduos em cárcere o mesmo sistema heteronormativo e o binarista sexual da sociedade, e a partir disso torna-se obvio que o tratamento penal as Travestis e Transexuais é um desafio para o processo jurídico, pois esses indivíduos fogem da normalidade imposta pelo cenário social, e isso faz com que eles não sejam recepcionados pelo ordenamento jurídico. Essa realidade tornam essas pessoas vítimas, pois a elas lhe são negadas a identidade de gênero e suas formas de autodeterminação, o que originam um processo desumano. Inserção em alas masculinas, corte de cabelos e interrupção das medicações hormonais significam frequentes violações dos direitos dessas presas. Com isso, nota-se que a dignidade humana, a individualização da pena e o princípio da humanidade são afastados para legitimar tais violências.

(Conclusão) A universalidade é a característica fundamental dos direitos humanos, abarcando todo o indivíduo sem qualquer restrição. Mas quando deparamos com pessoas que estão fora dos padrões impostos pela a sociedade, como no caso das Travestis e Transexuais, ficou evidenciado que existem limitações desses direitos. A questão de gênero dentro do sistema penitenciário ainda passa por uma questão social bastante ampla, complexa e desumana. A estrutura prisional se limita a representar e reproduzir aquela mesma realidade que ocorre no exterior das grades. Por isso ainda é bastante difícil dar resoluções para o assunto, visto que as concepções sobre esse assunto ainda são poucos conhecidas pela sociedade. Indo contra essa realidade alguns estado brasileiro, como a Paraíba, começaram a adotar políticas que garantam o processo de identidade de gênero desses indivíduos, porém tais políticas ainda são ineficazes por causa do enraizamento da heteronormatividade. Visto isso, torna-se necessário a elaboração de metas, que serão obrigatórias para todos os estabelecimentos prisionais, que garantam os direitos das Transexuais e Travestis.

Palavras-Chave: Identidade de Gênero. Direitos Humanos. Sistema Penitenciário.

TRANSFORMAÇÃO AUTOMÁTICA DE AUXÍLIO DOENÇA PARA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, MITO OU VERDADE?

Autor(es):

Manuella Fonseca dos Santos Byone: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Rayanne Barbosa de Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Samantha Rique Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Lara Fernandes de Queiroz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Roberto Pinto de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante da problemática surgida com a falta de informação ou a má informação do senso comum a respeito da transformação automática do auxílio doença em aposentadoria por invalidez, visa esclarecer acerca do direito previdenciário e suas respectivas regras a respeito dos benefícios, trazendo à tona as diferenças semelhanças entre os institutos previdenciários, auxílio doença e aposentadoria por invalidez, dúvida que atinge a maior parte da população brasileira de forma tão corriqueira atualmente, acarretando inclusive equívocos por parte dos segurados.

(Metodologia) No trabalho de pesquisa em questão utilizou-se do método dedutivo, partindo de análises doutrinárias e de leis, as quais se complementam, com a finalidade de averiguar o fenômeno sobre o aspecto da previdência, tendo como destaque os institutos de auxílio doença e aposentadoria por invalidez. No que tange ao método de procedimento, será empregado o estudo de precedentes e cumulativamente o método documental, analisando decisões dos nossos tribunais que se enquadrem no tema abordado, qual seja, aposentadoria por invalidez e auxílio doença. Além disso, a análise terá como bases referenciais pragmáticos, quais sejam a Lei 8.213/1991, e o Decreto 3.048/1999.

(Resultados) A partir de um embasamento teórico fundamentado principalmente pela Lei 8.213/1991, e pelo Decreto 3.048/1999, observa-se que não há a transformação automática do auxílio doença para a aposentadoria por invalidez, tendo em vista as peculiaridades, requisitos cumulativos presentes em cada instituto. O que confunde é quando a incapacidade ao invés de temporária torna-se permanente e sua consequência é o requerimento da aposentadoria por invalidez, depois de uma análise por peritos a serviço da previdência social. Nessas hipóteses – e somente nelas – o auxílio doença será cessado para, em seu lugar, passar a ser pago a aposentadoria por invalidez.

(Conclusão) Tendo como base o respeito aos princípios do Direito Previdenciário, é importante salientar que a Lei 8.213/1991 e o Decreto 3.048/1999 foram aprovados com o objetivo de alcançar as mudanças sociais, além de demonstrar a dinamicidade do Direito, e, conseqüentemente, garantir aos segurados maior segurança e efetividade dos seus direitos oriundos da previdência, buscando a respectiva previsão legal e maiores esclarecimentos acerca deles. Assim sendo, destaca-se que em não há a transformação automática do auxílio doença para a aposentadoria por invalidez, entretanto, no que tange às incapacidades permanentes, a aposentadoria por invalidez é um dos benefícios concedidos aos segurados, o que muitas vezes ocorre, sem solução de continuidade, após o recebimento de auxílio-doença.

Palavras-Chave: direito previdenciário, segurados, aposentadoria por invalidez, auxílio doença, princípios, benefícios, institutos.

TRATADO INTERNACIONAL DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Autor(es):

Maria Eliane Saldanha Arrais: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Pablo Alex Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Moema Geani Pereira de Paula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Abdenago Dias Matias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A doutrina jurídica atual utiliza-se comumente de uma figura bem didática para exemplificar a hierarquia do conjunto normativo pátrio, qual seja, a pirâmide de Kelsen. Nela, a Constituição Federal de 1988 representa o vértice, seguidas das normas supra e infra legais, até chegar na base da pirâmide. Entretanto, uma particularidade bastante peculiar surgiu a partir da criação do Decreto Nº 6.949/09. É que, com ele, não mais apenas a atual Constituição Federal arvora-se como única norma soberana, mas há, concomitantemente, o referido decreto. Dada sua relevância social, e necessária, e a despeito da incomum equivalência ontológica entre os termos Constituição e decreto, haja vista, normalmente, serem colocados em patamares antagônicos quanto à hierarquia, em tese, são complementares. Este trabalho tem o fito de explorar, dentro de suas limitações, exatamente a efetividade dessa normatização dos direitos dos deficientes físicos ao status de constitucional. Se a elevação à direito fundamental dos direitos dos deficientes tem surtido efeito no dia a dia dessas pessoas.

(Metodologia) O procedimento para a consecução dos objetivos desse trabalho foi pautado em pesquisas bibliográficas e documentais, aliado às observações e anotações extraídas das aulas em classe, na matéria de Direito Internacional Público, na graduação do curso de Direito

(Resultados) Da pesquisa extrai-se saldo positivo no que concerne aos resultados alcançados ao longo da última década em relação às políticas públicas direcionadas aos portadores de deficiência física. Não se trata apenas de constatação empírica. Os dados bibliográficos analisados dão conta de haver significativo avanço em investimentos por parte do poder público, os quais, interferiram significativamente nos resultados no que se refere à qualidade de vida dos deficientes. Um parâmetro que se tem utilizado para aferir esse progresso são os resultados obtidos pela delegação brasileira nas últimas olimpíadas. Exemplificativamente, nas paraolimpíadas de 1996 o Brasil amargava a posição 37º no ranking. Já nas Paraolimpíadas de 2002, três anos após a promulgação do decreto que incorporou à Constituição Federal a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Brasil salta para a 7ª posição. Um ano após à Emenda Constitucional, foi criado pelo governo federal o Bolsa-atleta, considerado o maior programa de incentivo direito a atletas no mundo. Essa medida colaborou para o Brasil melhorar seu desempenho no esporte, criando sensíveis resultados nas paraolimpíadas.

(Conclusão) Por tudo exposto, conclui-se, conforme inferido no presente estudo, que a constitucionalização, por meio do tratado internacional, dos direitos das pessoas com deficiência física, serviu de mola propulsora para o avanço significativo na qualidade de vida e efetividade de direitos dos deficientes. Uma norma elevada a nível constitucional, além de ser fruto de um processo proativo de conquista social, o qual se alcança através da cobrança e inconformismo da sociedade, igualmente impele e faz as autoridades competentes executarem no plano da realidade o que já está garantido por lei, que, nesse caso, pela própria Constituição Federal. Uma norma alçada à nível constitucional tem mais condições de provocar mudanças mais rápidas e concretas.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Tratado internacional. Pessoa com deficiência. Constituição Federal

TRATADO INTERNACIONAL ENTRE O BRASIL E A SANTA SÉ: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE PERANTE O ESTADO LAICO

Autor(es):

Bruno Rafael Silva Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Estado Brasileiro mantém e adere diversos acordos e pactos internacionais, dentre os quais está o tratado com a Santa Sé Apostólica, que é o órgão oficial de representação do Romano Pontífice – chefe da Igreja Católica – e dos demais Organismos da Cidade-Estado do Vaticano. Considerando que a Santa Sé e o Cristianismo Católico possuem um vínculo indissolúvel e ainda que o Brasil, por sua vez, é um Estado Laico, a presente pesquisa buscou compreender em que medida é legalmente possível, no ordenamento jurídico brasileiro, haver identificação e acordos entre eles. O intento deste estudo foi a análise de como o acordo, firmado em 2009, pôde ser desenvolvido e posto em prática sem ferir o princípio constitucional da laicidade do Estado e da liberdade de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa documental, que reúne o parecer de juristas doutrinadores, da própria Constituição brasileira, dos partícipes das negociações e da doutrina católica acerca do referido acordo, da liberdade religiosa e dos efeitos práticos desencadeados no ordenamento jurídico brasileiro. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se também o método histórico para analisar as raízes cristãs-católicas na formulação da sociedade ocidental e, ainda mais, no que diz respeito ao próprio Brasil e à relevante contribuição da Fé Católica para a edificação deste país, que outrora fora denominado Terra de Santa Cruz.

(Resultados) No que diz respeito à constitucionalidade, o diplomata Luiz Felipe de Seixas Corrêa, ex-embaixador do Brasil junto à Santa Sé, explicitou que o então presidente Lula incumbiu o ministério das relações exteriores de coordenar um grupo interministerial encarregado de examinar a proposta e realizar as negociações cabíveis, dentre eles o Gabinete Civil da Presidência e dos Ministérios da Justiça, da Educação, Fazenda, Cultura, Cidades, Trabalho e Emprego, Previdência Social, Saúde e Defesa, ou seja, um grupo bastante amplo e representativo e ainda ressaltou a necessidade de que fossem estritamente observados os limites previstos na constituição. Também o Ministro Gilmar Mendes, em seu parecer sobre Estado Laico, ressalta: “O Estado brasileiro não é confessional, mas tampouco é ateu, como se deduz do preâmbulo da Constituição, que invoca a proteção de Deus.”. O próprio documento do tratado, em seus artigos, momento algum se refere ao exercício da religião de maneira impositiva, apenas regula um Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil.

(Conclusão) Observando-se o empenho do Estado Brasileiro em conservar a liberdade de crença para os católicos e garantir, ao mesmo tempo, sua plena laicidade; as condições em que se desenvolveu a relação diplomática entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, que possuem supremacia e autonomia para celebrarem acordos; a presença populacional majoritariamente católica; a contribuição histórica e social da Igreja Católica para a edificação deste país e os abundantes elementos constitutivos da cultura brasileira que derivam de práticas Católicas, torna-se notório e seguro que tal relacionamento internacional – mesmo nas letras do documento formulado – não ferem, de maneira alguma, os princípios presentes na Constituição, posto que não exclui ou diminui a garantia dos que praticam outras crenças e nem vincula indivíduos à profissão da Fé Católica, mantendo intacta a liberdade da população.

Palavras-Chave: TRATADO INTERNACIONAL. ESTADO LAICO. CONSTITUCIONALIDADE. SANTA SÉ. BRASIL.

TRIBUNAL DE NUREMBERG: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Autor(es):

Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Ana Beatriz de Queiroz Leite: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Tribunal Internacional Militar de Nuremberg, surgido para julgar especificamente os crimes cometidos pelos nazistas depois da Segunda Guerra, colocou o princípio da dignidade da pessoa humana como valor fundamental que está acima de qualquer norma positivada. É através desse estudo que se pode alcançar a razão desse princípio irradiar seus efeitos por todo o sistema jurídico. Assim, a escolha do tema se baseia na necessidade de entender o Direito através de uma perspectiva histórica ao invés de considerarmos ele isoladamente. Dessa forma, a presente pesquisa visa analisar os impactos do Tribunal de Nuremberg para os direitos fundamentais, prioritariamente no contexto brasileiro, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo baseada em fato passado (ex-post facto). Para abordar o tema, foi utilizado o método dialógico, visto a necessidade de se tratar o tema de forma transdisciplinar, englobando áreas do conhecimento como História, Direito Constitucional e Direito Internacional. Considerando os objetivos da pesquisa, os métodos de procedimentos utilizados foram o histórico e o comparativo, dada o caráter pretérito e a historicidade tanto do Tribunal quanto dos direitos fundamentais. Onde foram analisados o Estatuto do Tribunal, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema.

(Resultados) A Constituição brasileira de 1988 preocupou-se em proteger e tornar possível a concretização dos direitos fundamentais, dando maior prestígio ao princípio da dignidade humana. Nessa perspectiva, as análises normativas e jurisprudenciais mostraram-se de suma importância, já que tornam possível a constatação da influência do período pós-positivista em que o Tribunal estava inserido. Alguns exemplos disso são os artigos 1º, III, que coloca esse princípio como fundamento da República; 3º, III e IV; 5º, III, XLIX, XLVII; 6º; o princípio hermenêutico do mínimo existencial; decisões do STF à exemplo do ARE 639.337 AgR (impossibilidade da reserva do possível atingir o mínimo existencial) e o RE 477.554 AgR (reconhecimento das uniões homoafetivas como entidade familiar).

(Conclusão) O Tribunal de Nuremberg trouxe para o centro da discussão diversos valores que têm força até hoje. Foi ele quem despertou as preocupações do movimento pós-positivista, que, a fim de reaproximar o Direito da Ética, deu caráter normativo aos princípios, fazendo surgir a necessidade de todo o sistema estar de acordo com eles. Dessa forma, as Constituições, ganham maior força normativa, pois passam a ocupar o ápice da hierarquia jurídica. O conteúdo da norma passa a deter maior significado, já que além do seu critério formal de produção, também é preciso que seu conteúdo esteja de acordo com o espírito do ordenamento. Esse, por sua vez, traça como uma das diretrizes principais a preservação da dignidade da pessoa humana para o maior número possível de pessoas de forma igualitária, em consonância com os demais valores e princípios constitucionais e os diversos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.

Palavras-Chave: Tribunal de Nuremberg. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Segunda Guerra Mundial. Pós-Positivismo. STF.

TRIBUNAL DO JÚRI: ATUAÇÃO TEATRALIZADA

Autor(es):

Pedro Henrique Oliveira da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O júri é o tribunal em que cidadãos, leigos, previamente alistados, decidem em sua consciência e sob juramento. Julgando a culpabilidade dos acusados, acerca de crimes dolosos contra a vida. O conselho de sentença, ou jurados, é composto por um conjunto de cidadãos médios, escolhidos por sorteio, que servem como juízes de fato no julgamento do crime. É o conselho de sentença o responsável por decidir se o réu é culpado ou não. Os jurados estão comprometidos, através de um juramento, a julgar o réu de acordo com as provas ali apresentadas. O Tribunal do Júri está disciplinado no art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal, sendo direito e garantia individual. Vale ressaltar o princípio da “soberania dos veredictos”, que diz que a decisão, em regra, é insuscetível de modificação pelos tribunais, principalmente se garante a liberdade do réu. Deste modo, se levarmos em conta que esse princípio transforma a decisão em irrecorrível, salvo as exceções legais, é muito arriscado convencer o Conselho de Sentença através de uma atuação teatral, visto que isso vai fazer com que a sentença obtida nessa seção do júri, não será embasada nas provas ali apresentadas, e sim na emoção que a atuação fez o júri sentir, ou seja, haverá uma precarização da justiça. É a partir dessa hipótese que esse trabalho se desenvolve, pois a partir do momento em que o conselho de sentença não decide pelas provas e sim pela emoção, uma pessoa inocente pode estar sendo condenada, assim como um criminoso pode estar sendo solto. Deste modo, é de extrema importância descobrirmos se há ou não essa precarização da justiça, para que esse problema seja solucionado, e a justiça seja feita. Objetivo: Gerais: Investigar a precarização dos julgamentos nas seções do Tribunal do Júri. Específicos: -Conceituar o que seria atuação teatralizada, tanto do advogado, quanto do promotor; -Analisar as técnicas de argumentação dos advogados e dos promotores. -Relacionar as atuações teatralizadas com as decisões do conselho de sentença.

(Metodologia) Método de Abordagem: Hipotético-dedutivo: A partir de hipóteses formuladas, deduz-se a solução do problema. Método de Procedimento: Comparativo: Estudo das semelhanças e diferenças Método de Pesquisa: Qualitativo Técnicas de Pesquisa: Pesquisa Experimental: Neste tipo de pesquisa o investigador analisa o problema, constrói suas hipóteses e trabalha manipulando os possíveis fatores, as variáveis, que se referem ao fenômeno observado. Pesquisa Exploratória: Objetivo fundamental é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer.

(Resultados) Trabalho em andamento, resultados a serem alcançados.

(Conclusão) Trabalho em andamento, conclusão a ser alcançada.

Palavras-Chave: tribunal do júri; atuação; júri;

**TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS COMO MEIO PARA
CONCRETIZAÇÃO DO ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO - RELATÓRIO FINAL PIBIC 2015-2016**

Autor(es):

Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No projeto de pesquisa aprovado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), propomos analisar de que forma a intervenção estatal na economia, por meio da atividade tributária com intuito extrafiscal, pode proporcionar um ambiente ecologicamente equilibrado, conforme preceituado pela Constituição Federal, delineado através dos objetivos específicos seguintes: Analisar a evolução do Estado Liberal ao Estado Social de Direito, demonstrando como se deu a construção histórica do Estado Socioambiental de Direito; Relacionar os fenômenos da tributação ambiental indutora, e da extrafiscalidade, e aferir a constitucionalidade de seu uso para a proteção ambiental. Para tanto faremos uma incursão sobre os modos de intervenção estatal no contexto do direito econômico na CF/88, bem como abordaremos a proteção constitucional do meio ambiente; Pesquisar e analisar estatisticamente e doutrinariamente as diversas experiências da tributação ambiental nos estados da federação, as possibilidades jurídicas, as espécies de tributo mais utilizadas com tal propósito, a constitucionalidade de tais medidas, competências, etc.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, na qual aplicamos o método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista que a problemática investigativa visa responder uma questão teórico-conceitual com repercussões sobre diversas áreas de conhecimento, notadamente Ciência Política, Teoria do Estado, Direito Constitucional, Direito Tributário e Direito Econômico. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, utilizamos o histórico e estatístico, na medida em que, para respondermos a questão investigativa abordaremos a historicidade da construção do Estado de Direito, enquanto categoria político-jurídica, desde as suas feições liberais, passando pelo Estado Social de Direito e evoluindo para uma perspectiva sócioambiental de Direito. Classificamos a pesquisa como exploratória, tendo em vista que visa constituir novos parâmetros de pensamento para problemas ainda não bem explorados, a saber: a tributação ambiental. No que tange ao método auxiliar estatístico, consideramos útil a sua utilização na medida em que nos propomos a analisar estatisticamente as diversas experiências de tributação ambiental nos estados da federação brasileira, com ênfase no Estado do Rio Grande do Norte.

(Resultados) A pesquisa resultou na apresentação de 03 trabalhos acadêmicos no XV Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, realizado em Natal, estado Rio Grande do Norte, sendo dois na modalidade comunicação livre e um na forma de pôster, cujos resumos estão expostos no relatório final. Pôster: A Tributação como Instrumento de Proteção Ambiental; Comunicação Livre: Uma Crítica ao Princípio do Poluidor Pagador como fundamento da Tributação Ambiental; Comunicação Livre: O Estado Socioambiental de Direito Como Pressuposto Lógico da Tributação Ambiental; Publicação de Artigo Científico na Revista de Estudos Jurídicos e Sociais - Rejus (Revista Eletrônica ISSN 2447-0236, P. 73-81); Extrafiscalidade Ambiental e Mínimo Existencial: Uma Análise das Normas Tributárias Indutoras como Meio para a Concretização do Estado Socioambiental de Direito.

(Conclusão) A investigação na utilização das normas tributárias indutoras, no seu aspecto extrafiscal, como instrumento de concretização do Estado Socioambiental de Direito, se constitui no modelo estatal que reflete a evolução do Estado Democrático Brasileiro, no sentido de integrar a proteção jurídica dos direitos humanos à tutela ambiental. Tal proposição visa contribuir para o estabelecimento do "mínimo existencial ambiental" no Brasil como também no cenário internacional, conforme a evolução das últimas décadas. Assim, efetivar a proteção da dignidade humana em sua dimensão ecológica e utilizar a implantação de normas tributárias indutoras pode ser um forte instrumento capaz de conduzir indivíduos e empresas a determinados comportamentos, que resultam na proteção efetiva do meio ambiente. A pesquisa PIBIC pode auferir uma projeção dos instrumentos tributários de cunho extrafiscal aliado ao desenvolvimento sustentável como perspectiva político econômico de tributação ambiental.

Palavras-Chave: Tributação Ambiental. Estado Socioambiental. Extrafiscalidade

TRIBUTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO NO BRASIL

Autor(es):

Phelipi Alexsander Fernandes Lopes Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Letícia Maria Barbosa Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tributo é a prestação pecuniária paga pelas pessoas físicas e jurídicas ao Estado em virtude de cobranças geradas pela administração pública. Esses tributos são recolhidos com o intuito de gerar verba para atender as necessidades financeiras e sociais da população. Quando o Estado fica responsável por arrecadar tributos, também assume a responsabilidade de investi-los em retorno à sociedade, em forma de segurança, saúde, educação, dentre outros, que são direitos fundamentais sociais assegurados no Art. 6º da CF/88. Assim, a presente pesquisa visa expor a ineficácia da relação direta dos tributos recolhidos e o retorno sobre os mesmos para a sociedade em suas esferas municipal, estadual e federal. Afim de propor uma solução eficaz para esta problemática que implica na violação direta de direitos garantidos na Constituição Federal à todos os cidadãos.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método dialético, confrontando realidades e teorias para se obter uma conclusão acerca da má aplicação dos tributos recolhidos no Brasil. Por conseguinte, também foi utilizado o método transdisciplinar dialógico, pois a presente pesquisa religa saberes do Direito Tributário e do Direito Constitucional para chegar a uma conclusão. Por fim, utilizou-se dos métodos auxiliares estatístico e comparativo, na mediada que se faz o uso de gráficos, dados numéricos e comparação de dados.

(Resultados) Considera-se que o Estado Social de Direito visa concretizar, prioritariamente, direitos sociais utilizando-se da aplicação correta dos recursos públicos destinados à manutenção da sociedade. Entretanto, observa-se que o Poder público brasileiro não têm aplicado corretamente esses recursos. De acordo com pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, comprovou-se que o brasileiro paga elevados tributos, os quais não têm retornado adequadamente em benefício da sociedade. Entre 30 países, com as maiores cargas tributárias, o Brasil é o que proporciona pior retorno à população pelos tributos arrecadados, ficando pelo 5º ano consecutivo em 30º lugar. Dados coletados pelo Fórum Econômico Mundial mostram a má qualidade da educação no Brasil ao preparar seu povo para criar valor econômico, em um ranking de 130 países, ficou em 83º. De acordo com o Conselho Federal de Medicina, aplicações em saúde por parte da esfera pública caíram 0,93% entre 2013 e 2014, 3 bilhões a menos que no ano anterior, implicando redução nas despesas da "função saúde". Igualmente, a Bloomberg publicou um estudo que mediu a eficiência da saúde em 48 países, relacionando a esperança de vida ao nascer e o gasto com saúde. O Brasil ocupou o último lugar, explicitando que o problema é que apesar de o Brasil ter gastos elevados em saúde per capita e em proporção com o PIB, este resultado não leva à maior esperança de vida ao nascer, provando que o país gasta muito, mas obtém pouco resultado.

(Conclusão) Observa-se com os dados coletados e com os estudos bibliográficos realizados, que a relação entre tributação e aplicação dos recursos arrecadados em benefício da sociedade revela graves distorções e desvios no que tange ao retorno social, não garantindo educação, segurança, dentre outros direitos fundamentais sociais, de qualidade. Utilizando-se das palavras da especialista em Administração Tributária, Maria Lucia Fattorelli Carneiro, "um sistema tributário desejável é aquele que desempenha quatro funções básicas: o financiamento das atividades estatais, a redistribuição justa de renda, a equalização das desigualdades regionais e a justa repartição das receitas entre os entes federados". Ou seja, a má aplicação desses tributos arrecadados implica em um sistema tributário inadequado. Portanto, constata-se uma flagrante má gestão dos recursos arrecadados, resultando em inefetividade dos direitos fundamentais sociais, ferindo os direitos assegurados no artigo 3º e 6º da Constituição Federal.

Palavras-Chave: Tributação; Direitos Humanos; Função Social.

UMA ANÁLISE ACERCA DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Autor(es):

Kerolayne da Silva Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raiula Mendonça de Sena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Cândida Letícia Paixão Bezerril: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Kátia Simone Fraifer Palhano dos Anjos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) Apesar de a cooperação jurídica internacional não ser uma criação jurídica proveniente da entrada em vigor da lei nº 13.105, o Novo Código de Processo Civil – NCPC – uma vez que a sua utilização se dá baseada em Tratados, Convenções, Resoluções e Regimentos Internos e até mesmo em costumes – o legislador, ao dispor sobre ela nos artigos 26 ao 41 do NCPC, teve o intuito de aperfeiçoar os mecanismos da tutela da cooperação internacional de modo que a sua utilização se dê de forma mais efetiva possível, garantindo o acesso à justiça aos estrangeiros e estabelecendo diálogo político-jurídico por meio da reciprocidade entre os países (cooperante e cooperado), de modo a respeitar a soberania de cada um, mas também que não se permita a impunidade dos delitos. De mais a mais, restará demonstrado que essa cooperação não é apenas uma cooperação judicial ou jurisdicional, ela é bem mais ampla, ela é toda forma de colaboração entre Estados internacionais para a consecução de um objetivo comum com reflexos jurídicos, ou seja, é o intercâmbio entre países para buscar o cumprimento de medidas jurídicas, seja processuais (solicitadas pelo Poder Judiciário) ou não processuais (solicitadas por autoridades administrativas).

(Metodologia) Visando alcançar os resultados pretendidos na pesquisa foram feitas consultas eminentemente bibliográficas, portanto, tomando-se como suporte teórico doutrina, artigos científicos e análise da legislação pertinente ao tema.

(Resultados) É possível identificar que a tentativa do legislador foi a de parametrizar, ou melhor dizendo, operacionalizar a cooperação jurídica internacional uma vez que as matérias pertinentes a ela podem ser diversas, tais como matéria de cunho cível, penal etc, e, já que ela vinha sendo utilizada há tempos, mas baseadas em convenções, tratados, resoluções etc. Além disso, a cooperação jurídica prevista no NCPC pauta-se na colaboração entre Estados internacionais para a consecução de um objetivo comum com reflexos jurídicos visando buscar o cumprimento de medidas jurídicas, seja processuais (solicitadas pelo Poder Judiciário) ou não processuais (solicitadas por autoridades administrativas). Para tanto, para o alcance dessa identificação, passou-se pelo estudo da classificação da cooperação jurídica, quais sejam, ativa ou passiva, direta ou indireta, jurídica ou jurisdicional e, no caso da indireta e da jurisdicional, os órgãos jurisdicionais competentes para atendê-las.

(Conclusão) Conclui-se que a intenção do legislador foi a de operacionalizar os mecanismos da cooperação jurídica internacional, ou seja, como se dará essa cooperação entre os Estados internacionais. Evidentemente, sem deixar de observar os tratados que o Brasil faça parte, conforme se extrai este entendimento da leitura do artigo 26 do NCPC, ou seja, as regras macros dessa cooperação se darão por meio de tratados, mas a operacionalização do instituto no ordenamento interno se dará conforme as regras previstas no NCPC, sejam elas de quaisquer natureza, penal, civil etc.

Palavras-Chave: Cooperação jurídica. Direito internacional. Novo Código de Processo Civil.

UMA ANÁLISE DO PAN-PRINCIPIOLOGISMO A PARTIR DA ADI 2.240 –BA

Autor(es):

Chellida Uiara Paulino da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
William Emile Germain: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
João Henrique Tavares Lopes Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Antônio Auto Damas Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Raquel Rocha Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo de nossa pesquisa foi analisar o suposto conflito existente entre as normas e princípios nas decisões tomadas e fundamentados pelo STF e que tem como objeto de nossa pesquisa o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Partido dos Trabalhadores em detrimento da Lei Estadual baiana 7.619/2000, que criou o município de Luís Eduardo Magalhães tendo em vista o desmembramento do município de Barreiras. Nota-se a relevância do objeto da pesquisa concomitante com a problemática daí surgida, pois se questiona o poder da Suprema Corte em que prepondera as fundamentações de suas decisões para decidir o caso concreto baseado no Pan principiologismo e a não existência da ofensa ao parágrafo 4º do artigo 18 da CF ou ao princípio federativo, entendendo que a existência é válida do município e que deveria ser reconhecida.

(Metodologia) A metodologia usada em nosso trabalho foi a revisão bibliográfica de obras de diversos autores constitucionalistas como também o texto da nossa Magna Carta e somados a estes, o conteúdo da ADI 2.240-BA.

(Resultados) Os resultados encontrados na nossa pesquisa foram de que STF, para fundamentar sua decisão, utilizou-se de princípios, alegava-se, ofensa ao artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição Federal, porquanto o referido ente fora criado em ano de eleições municipais, sem que existisse a lei complementar federal prevista no texto constitucional, a qual compete definir o período em que os municípios poderiam ser instituídos. Sustentou-se, ainda, que o preceito da Constituição baiana que atribuíra à lei complementar estadual os requisitos para a criação de municípios teria sido revogado com o advento da Emenda Constitucional 15/96 e que a lei impugnada viola o regime democrático, uma vez que a consulta prévia constitucionalmente exigida, por meio de plebiscito, não fora realizada com a totalidade da população envolvida no processo de emancipação, tendo apenas determinado distrito se manifestado.

(Conclusão) Conclui-se que embora a excepcionalidade do caso, apesar da clara e frontal a violação do novo município em detrimento do citado dispositivo constitucional, foi julgado improcedente o pedido, e que o município fora efetivamente criado a partir de uma decisão política, assumindo existência de fato como ente federativo dotado de autonomia há mais de seis anos e que esta realidade não poderia ser ignorada, logo afirmou-se que esse ente assumira existência e, desta, resultaram efeitos jurídicos, ressaltando-se, ainda, que a situação existente no momento da criação do citado município era anormal, haja vista a não edição de lei complementar dentro de prazo razoável. Ponderando aparente conflito de inconstitucionalidades, quais sejam ofensas ao parágrafo 4º do artigo 18 da CF ou ao princípio federativo, entendeu que a existência válida do município deveria ser reconhecida, para que afastar a ofensa à federação. Nesse sentido, considerou os princípios da segurança jurídica e da continuidade do Estado. O STF ao final do julgamento da ADI 2.240-BA, à unanimidade, julgou procedente a ação direta, e, por maioria, ao não pronunciar a nulidade do ato impugnado, manteve sua vigência pelo prazo de 24 meses até que o legislador estadual estabeleça novo regramento e no aparente conflito de inconstitucionalidades impor-se-ia o reconhecimento da existência válida do Município, a fim de que se afaste a agressão à federação. Percebe-se notoriamente que a decisão emanada pelo STF baseou-se no pan principiologismo tendo como princípio norteadores o princípio da segurança jurídica bem com o princípio da continuidade do Estado.

Palavras-Chave: pan-principiologismo; ação direta de inconstitucionalidade; supremo tribunal federal; jurisdição constitucional

UMA ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA FACE AO CRESCIMENTO DO DIREITO PENAL SIMBÓLICO

Autor(es):

Rafael Lisbôa Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Como todos os ramos jurídicos, o Direito Penal possui seus próprios princípios. O princípio da intervenção mínima, de extrema importância, disciplina que o Direito Penal deve ser utilizado apenas em casos em que todos os outros ramos do Direito foram esgotados e não conseguiram alcançar a solução do conflito, pelo fato de ser o ramo do direito mais gravoso, visto que pode restringir a liberdade do indivíduo. Em outras palavras, o Direito Penal só poderia ser utilizado em casos de extrema necessidade. Entretanto, é fato notório que a sociedade brasileira passa por um conturbado contexto marcado pela insegurança pública, momento em que a mídia noticia a todo instante assaltos, roubos, homicídios, latrocínios, estupros, entre outros crimes. Em resposta a essa violência, em vez de serem combatidas às causas do cometimento de crimes, os legisladores optam por criar leis penais que punam mais severamente algumas condutas reprováveis, gerando uma falsa sensação de segurança por parte da população. O Direito Penal simbólico consiste, portanto, justamente nessa inflação legislativa ineficaz que busca apaziguar os conflitos sociais.

(Metodologia) A presente pesquisa possui cunho exploratório, de caráter qualitativo. O método de abordagem que será utilizado é o hipotético-dedutivo, visto que parte da hipótese do trabalho atesta que há uma estreita relação entre o princípio da intervenção mínima e o direito penal simbólico. Esse método aduz também que a investigação científica busca construir uma resposta para o problema. Os métodos de procedimento serão os histórico e comparativo, enquanto as técnicas de pesquisa basearão em leis, artigos científicos e doutrina. Essa metodologia será usada para discutir as razões pelas quais nota-se um crescimento de leis penais simbólicas, analisando a eficácia dessas normas incriminadoras na sociedade e perceber a consequente mitigação do princípio da intervenção mínima do Direito Penal.

(Resultados) Os resultados da presente pesquisa ainda serão alcançados.

(Conclusão) Diante dos aspectos observados, faz-se possível denotar uma estreita relação entre o crescimento do Direito Penal no sentido de mitigar a aplicação do princípio da intervenção mínima. O simbolismo exacerbado de tipos penais acarreta em uma proteção de bens jurídicos considerados irrelevantes, fazendo com que o Direito Penal, que deveria ser utilizado minimamente e em casos de extrema necessidade, seja visado em primeira razão pelos legisladores, políticos e cidadãos. Em outras palavras, nota-se um expansionismo do Direito Penal para que este seja o regulador de todo e qualquer litígio, sendo visado não só como um meio de prevenção e punição de condutas típicas, mas também de educação social.

Palavras-Chave: Direito Penal simbólico; princípio; intervenção mínima; insegurança; leis.

VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA MULHER NO CÁRCERE: AS MÚLTIPLAS PUNIÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

Autor(es):

Louhanie de Araújo Souza Lopes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho se propõe, principalmente, a analisar a problemática do aprisionamento feminino e como a pena restritiva de liberdade pode acarretar múltiplas punições à mulher. Realizar-se-á a tentativa de investigar quais as punições advindas do fato de inserir a mulher em um sistema carcerário planejado inicialmente para o sexo masculino e apenas improvisado para receber as mulheres. No Brasil, foi somente em 1940 que foram construídos os primeiros estabelecimentos prisionais destinados às mulheres. Esses estabelecimentos foram sendo criados diante de um "improviso emergencial" e eram em sua maioria inapropriados e precários. À época da construção dos primeiros estabelecimentos prisionais femininos, as mulheres presas formavam 1% da população carcerária total. Hoje, em pleno século XXI, elas representam 6,4% da população total. Mesmo com o notável crescimento da população carcerária feminina e previsão Constitucional, bem como no Código Penal e na Lei de Execução Penal, de necessidade de estabelecimentos próprios e adequados para as mulheres, são a elas destinados estabelecimentos precários, inadequados e mistos, em sua maioria, onde ocupam sala ou ala específica em estabelecimento anteriormente masculino. Não são também observadas as disposições legais que determinam a existência de berçários e a exclusividade de agentes penitenciários do sexo feminino. Diante desse cenário, faz-se necessário analisar a aplicabilidade e eficácia das leis destinadas às mulheres encarceradas e como, ao não observar as especificidades femininas, além de restringir o direito de ir e vir através da pena restritiva de liberdade, pode acarretar múltiplas e severas punições.

(Metodologia) Quanto à metodologia utilizada neste estudo, no que concerne ao método de abordagem, será utilizado o método dialético ao refletir sobre a realidade e apontar como ela está em contradição com a legislação vigente, levando em consideração os aspectos sociais, políticos e econômicos. Com o intuito de alcançar o objetivo geral é preciso traçar objetivos específicos e definir os métodos de procedimentos que serão utilizados. Através do método histórico serão investigados acontecimentos, processos e instituições concernentes à história dos presídios femininos e utilizando o método comparativo, comparar as formações anteriores que são precursoras do que há na atualidade. Por sua vez, o método funcionalista será utilizado para identificar quais os direitos previstos para a mulher em situação de custódia do Estado, sendo a este destinada uma função específica na sociedade e o seu mau funcionamento pode acarretar múltiplas punições à mulher. Outrossim, serão utilizadas para alcançar as finalidades da pesquisa a Doutrina, Legislação e pesquisas estatísticas.

(Resultados) Como resultados parciais da pesquisa, pode-se relatar que a mulher encontra-se em situação de invisibilidade dentro do sistema carcerário. Percebe-se que o déficit existente não está relacionado exclusivamente à quantidade de estabelecimentos prisionais destinados às mulheres, existe também uma grande deficiência em relação à qualidade desses estabelecimentos, que não obedecem à legislação vigente.

(Conclusão) Os resultados parciais indicam a necessidade de rever a aplicação da legislação vigente levando em conta as peculiaridades da mulher. Ademais, ao final da pesquisa, busca-se entender como a não observação dessas peculiaridades torna a pena restritiva de liberdade em múltiplas punições à mulher encarcerada.

Palavras-Chave: Sistema carcerário feminino. Presídios femininos. Múltiplas punições.

ZIKA: UM VÍRUS SEM FRONTEIRAS

Autor(es):

Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN

(Introdução) A circulação mundial de pessoas e mercadorias gera riscos à saúde pública, em virtude da propagação internacional da doença, sendo necessário, para tanto, os esforços oriundos da cooperação internacional. Diante da epidemia viral do zika observada hodiernamente, objetiva-se demonstrar o caráter transnacional deste problema que é de responsabilidade de toda a comunidade internacional, posto que o vírus não fica restrito às fronteiras de um único Estado. A relevância do tema é extraída do direito fundamental à vida, abrangendo, portanto, um cenário muito mais complexo na seara do Direito Internacional dos Direitos Humanos, ao passo que põe em risco a saúde mundial, face aos efeitos secundários da doença, onde se destaca as complicações neurológicas relatadas nos enfermos.

(Metodologia) Para se alcançar os objetivos do trabalho, foi realizada a análise de artigos científicos, reportagens e doutrina atinente aos Direitos Humanos e Internacional, com destaque às obras do Professor Valério Mazzuoli, utilizando-se ainda da aplicação analógica dos princípios de Direito Internacional do Meio Ambiente, desenvolvendo a pesquisa por meio do método lógico-dedutivo.

(Resultados) A OMS, enquanto sujeito de Direito Internacional, tem como escopo que todos os povos possam gozar do máximo grau de saúde possível, definindo esta como estado de completo bem-estar físico, mental e social dos indivíduos. Neste desiderato, atendo-se ao âmbito social da saúde, se faz necessário valer-se, analogicamente, de preceitos de Direito Internacional do Meio Ambiente para que seja possível demonstrar toda a problemática em torno do zika, visto que ambos não estão sujeitos aos limites fronteiriços estatais, configurando-se a epidemia, portanto, como uma crise sanitária internacional. Ora, considerando que tutelar o meio ambiente em decorrência do direito à sadia qualidade de vida é uma das vertentes dos Direitos Humanos, resta patente o dever dos Estados em cooperar internacionalmente, e em conjunto, conforme prevê a Carta da ONU, no afã de sanar, ou ao menos controlar a epidemia, posto que se trata de uma doença de caráter social, pois é oriunda de uma cultura eivada de pobreza, discriminação e desigualdade social, onde não há o acesso à educação e a um meio ambiente equilibrado, propiciando meios para a reprodução do mosquito vetor. Logo, o desrespeito à obrigação (erga omnes) de cooperar com outros Estados em um contexto de crise sanitária, quedando-se inerte, evidencia a negligência estatal, a qual merece ser entendida como ato atentatório aos Direitos Humanos, ensejando a responsabilidade civil internacional do Estado, pois banaliza a preservação dos valores fundamentais da comunidade internacional. Devem ser tomadas medidas voltadas à educação e ao desenvolvimento científico, em caráter emergencial, como a Missão das Nações Unidas para Ação de Urgência contra o Ebola (MINAUCE). A gravidade dos riscos pode ser vista quando há o enquadramento do Brasil no EPSII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, além da propagação do vírus para 61 países, até março de 2016.

(Conclusão) A partir dos resultados esposados, resta nítida a transnormatividade no Direito Internacional quando se tratando do vírus zika, sendo necessária a cooperação internacional para que seja possível assegurar, dentro das possibilidades, a garantia dos Direitos Humanos apresentados, bem como a redução dos casos, impedindo o seu desenvolvimento numa escala global. Dos resultados se observa que o vírus é fruto de condições de subdesenvolvimento, onde não há um meio ambiente equilibrado, sendo, portanto, uma crise sanitária de caráter eminentemente social. No contexto de comunidade internacional, é necessário que sejam adotadas novas providências adaptadas a problemas antigos, sob pena de ameaça à paz e à segurança mundial.

Palavras-Chave: Zika; Crise Sanitária; Cooperação Internacional; Saúde; Direitos Humanos.

“AMAR É FACULDADE, CUIDAR É DEVER” DA RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO INVERSO

Autor(es):

Synthia Lopes de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Adriana Augusta Lambert da Costa: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem por objetivo uma análise acerca do abandono afetivo dos idosos. Tema bastante polêmico e um tanto inovador, assunto que sem dúvida merece atenção especial no âmbito jurídico, uma vez que tem sido esta a única solução para resolver os conflitos familiares frente a regularização do abandono afetivo inverso. Sendo foco desta pesquisa, a relação dos filhos que abandonam os pais idosos, uma vez que a Carta Magna em seu artigo 229 determina que “Os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. A partir deste imperativo legal, surge o questionamento que se faz aqui, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, quais as possibilidades de responsabilização em razão de danos morais para quem comete o abandono afetivo inverso? Visto que, muito se fala em abandono afetivo dos pais em relação aos filhos menores, mas se cabe dano moral por abandono afetivo aos pais que abandonaram os filhos, a mesma punição deve também ser imposta aos filhos que abandonam seus pais na velhice, carência ou enfermidade, sendo essa a hipótese da presente pesquisa.

(Metodologia) O trabalho foi concebido segundo o método de abordagem hipotético dedutivo, partindo da hipótese que muito se fala em dano moral por abandono dos pais em relação aos filhos menores. A mesma punição deve também ser imposta aos filhos que abandonam seus pais na velhice, carência ou enfermidade. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, é possível a condenação dos filhos em razão de danos morais decorrentes do abandono afetivo inverso, sob a óptica de investigação científica do projeto do Senado, nº700/2007 junto a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/1990) a fim de considerar que a falta do dever de cuidar, servirá como premissa de base para indenização relativa ao abandono afetivo inverso. Ante posto, utilizando especialmente a técnica da pesquisa bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial, bem como, a fim de atender soluções da questão investigativa, também será feita uma análise comparativa dos mecanismos de responsabilização de abandono afetivo em relação aos filhos menores amparado pelo âmbito civil, através do método de procedimento comparativo, bem como o método descritivo analisando a realidade. E por fim, utilizar esse mesmo método junto ao método histórico dentro do contexto social a fim de verificar a aplicação destes instrumentos da responsabilidade civil no caso concreto.

(Resultados) Com resultados parciais da pesquisa, fruto de leituras bibliográficas iniciais, consegue-se constatar a ausência de legislação específica e conseqüentemente falta de um sistema efetivo de regulamentação da responsabilidade civil frente ao abandono afetivo inverso. Uma vez que apesar de existirem normas e princípios fundamentais que ensejam a indenização, não há como tarifar afeto, ou melhor, a falta dele, todavia há possibilidade de quantificar a obrigação de reparação aos responsáveis como punição e quem sabe, amenizar a situação de descaso.

(Conclusão) Em suma, além da ausência de um instrumento eficaz abrangente, específico e sólido na regulamentação de tal matéria, também pode-se observar a falta de empenho na criação de obrigações reparatórias previstas no âmbito do direito civil. Logo, o processo de regulamentação dessa natureza precisa vir acompanhado de um fortalecimento de legislações especiais, tais como o Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente, tanto quanto projetos de leis. Uma vez que sendo indiscutível o amparo e proteção, no que tange a lacuna jurídica no ordenamento, flexibilizaria a necessidade da lei precisar intervir para solucionar conflitos existentes.

Palavras-Chave: Abandono Afetivo. Idoso. Reparação. Responsabilização.

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

CSET4 - ENGENHARIA CIVIL

UTILIZAÇÃO DE ENSAIOS NÃO DESTRUTIVOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Concreto armado no Brasil surgiu no século XX sendo o método construtivo mais utilizado nas edificações atualmente, no entanto existe inúmeras edificações recentes e antigas com patologias que afetam o dia a dia do proprietário, causadas por erros cometidos nas etapas de construção da obra ou devido à falta de manutenção na edificação. Em virtude disso, para evitar transtornos para o construtor e para o proprietário, este artigo tem como objetivo apresentar a descrição das metodologias executivas dos ensaios não- destrutivos existentes atualmente e os resultados obtidos nos ensaios realizados in-loco em estruturas de concreto armado do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Estes ensaios servem para identificar as causas das patologias existentes e direcionar os serviços de recuperação estrutural a serem executados, contribuindo assim tanto para evitar danos nas estruturas como para identificar problemas ainda no estágio inicial da construção gerando um custo inferior aos serviços de recuperação estrutural a serem realizados, sem causar danos (destruição) aos materiais analisados, fato este importantíssimo principalmente nos elementos estruturais (pilares, vigas e lajes).

(Metodologia) Os ensaios contemplados neste artigo são: PH do concreto, presença de cloretos, presença de carbonatação, compacidade do concreto, resistência à compressão através de esclerômetro e identificação do módulo de elasticidade do concreto.

(Resultados) O ensaio de carbonatação é um ensaio simples sendo um bom indicador de corrosão, tendo um custo acessível, variando seu resultado de acordo com a qualidade do concreto e a exposição a umidade. O indicador utilizado para o experimento é a fenolftaleína que é aplicada no concreto. O PH é a medida de acidez ou alcalinidade de uma solução. É utilizado para medir a concentração de ion hidrogênio existente na solução. O PH é dividido em 3 etapas, ácido, neutro e alcalino. O Cimento tem o PH alto, então é uma substância alcalina e essa alcalinidade impede a corrosão do material metálico. Com o passar dos anos, essa alcalinidade diminui, pois, o concreto absorve gás carbônico da atmosfera com isso a armação de ferro fica propícia a corrosão. O Concreto inicialmente preparado deve ter um PH acima de 12. O ensaio de presença de Cloreto é um ensaio parecido com o ensaio de carbonatação, simples e prático de fazer. O indicador utilizado para o experimento foi o nitrato de prata – que foi despejado no corpo de prova. A esclerometria submete a superfície do concreto a vários impactos de forma padronizada, medindo-se o valor do índice esclerométrico (I.E). O esclerômetro é um equipamento fácil de operar e acessível, com relação aos dados coletados possuindo grande eficiência e rapidez. Quase não há danos na superfície, sendo os mesmos praticamente nulos. O método é bom para avaliação da uniformidade do concreto, monitoramento do desenvolvimento da resistência ao longo do tempo e também para estimar a resistência do concreto. Devendo-se sempre relacionar os resultados obtidos com o esclerometro com os obtidos na prensa hidráulica, por causa dos vários fatores que influenciam o ensaio de esclerometria..

(Conclusão) Ao final do artigo será apresentado um manual descritivo com a descrição de cada ensaio não-destrutivo com sua norma específica, com o objetivo de disseminação da execução destes ensaios pela comunidade da construção civil visando a melhoria do estado de nossas estruturas de concreto armado e pretendido, bem como a diminuição das patologias em nossas edificações e da ocorrência de colapsos estruturais.

Palavras-Chave: Ensaios Não Destrutivos. Concreto. patologias.

AGUAS CINZAS

Autor(es):

Alan de Lacerda Tavares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Apresentar e alertar publico para tratamento e reutilização das Águas Cinzas, nas descargas sanitárias, lavagem de carros, jardins.

(Proposta do roteiro) Parte 01 - Situação atual da água no mundo Estima-se que um bilhão de pessoas carecem de acesso a um abastecimento de água suficiente para suprir dia dia. Até 2030, o planeta enfrentará um déficit de água de 40%, a menos que seja melhorada dramaticamente a gestão desse recurso precioso. Parte 2 -Tratamento de água Toda água encanada – seja da cozinha, da lavanderia ou do banheiro – que usamos em casa vai geralmente para o mesmo lugar. A separação poderia gerar economia e benefícios para o meio ambiente. Parte 3 - Exibição de sistema simples para tratamento de aguas cinzas. Video Modelo simples de reuso de águas cinzas (1” Parte 4” Uma Ótima Oportunidade de Negócio Existe Demanda disposta a pagar para economizar e contribuir por uma causa nobre. Reuso de água de chuveiro, lavatório, tanques, lavadores de roupas. Em alguns casos se obtem: Economia de até 60% de sua fatura mensal de água. Qualidade da água certificada. Equipamento eco-sustentável.

(Efeitos esperados) Conscientizar e despertar empreendedores para investimento no tratamento e reutilização de aguas cinzas em empresas.

ANALISE DE APLICAÇÃO DO TIJOLO ECOLÓGICO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Thalles Amaury Ramalho Pessoa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Daniel Torres da Silva Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Elton Cortês Rocha Siqueira Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido ao uso descontrolado dos recursos naturais finitos, estudiosos a cada dia procuram novos materiais e técnicas construtivas que diminuam os impactos ambientais, buscando amenizar os problemas causados pela extração desenfreada de matéria prima e emissão de gases poluentes na produção de determinados materiais de construção. Diante desse cenário, o tijolo de solo-cimento ganhou uma grande participação no mercado, principalmente pelo seu método de fabricação ecologicamente correto. Sistemas de construção de solo-cimento podem minimizar danos ambientais, baratear a fabricação e dar mais agilidade às obras. A técnica é o resultado da mistura homogênea de solo, cimento e água em proporções previamente determinadas, depois compactadas na forma de tijolos, blocos ou paredes monolíticas. Desde que bem executado, o componente apresenta boa durabilidade e resistência à compressão (FIQUEROLA, 2004). A construção com o uso do solo-cimento pode reduzir os danos causados pelo meio ambiente, diminuir o custo da fabricação e aumentar a rapidez na construção da obra. Diante destes fatores, o tijolo de solo-cimento ganhou grande espaço no mercado, por causa do seu método de fabricação ecologicamente correto.

(Metodologia) A partir da percepção que a fabricação o tijolo cerâmico convencional é realizado através da queima que é um método tradicional que agride o meio ambiente, foram realizados estudos para viabilizar uma alternativa ecológica para a substituição do tijolo convencional, tendo em vista que, o impacto que a fabricação de tal produto é altamente prejudicial para o meio ambiente.

(Resultados) Esta pesquisa visa apresentar de forma simples o processo de fabricação de tijolo de solo-cimento, também conhecido como tijolo ecológico ou modular, e a importância da inicialização do estudo desses materiais para o uso na construção civil, demonstrando através de estudos que a utilização de tal material é viável e bastante significativo quanto ao impacto ao meio ambiente, demonstrando a partir destes, as vantagens da utilização de tal material ecológico para a implantação na construção civil.

(Conclusão) Através deste estudo, obtêm-se uma visão mais ampla para o desenvolvimento de uma perspectiva de mundo correto a partir da construção civil, e um aperfeiçoamento das habilidades e conhecimentos na área da construção civil ecológica, que propõe qualidades e vantagens que muitas vezes são iguais ou superiores aos que podemos encontrar em tijolos cerâmicos convencionais que por sua vez são negligenciadas pela sociedade devido à falta de incentivo das construtoras na hora de oferecer e implantar em suas construções.

Palavras-Chave: Tijolo. Solo Cimento. Ecológico

ANÁLISE DE IMPERMEABILIZANTES VISANDO O AUMENTO DA DURABILIDADE DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO E PROTENDIDO

Autor(es):

Letícia Gomes Bezerra de Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Leandro Ferreira Nobre de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concreto é um dos materiais mais utilizados na construção civil, porém existem ambientes extremamente agressivos que podem danificá-lo, por meio da infiltração da água, penetração de cloretos e do gás carbônico, desprotegendo as armaduras, de modo a expor a fenômenos químicos como a corrosão diminuindo a vida útil das estruturas de concreto armado e protendido. Neste contexto, a pesquisa trata da aplicação de impermeabilizantes nas estruturas de concreto que tem por objetivo diminuir e retardar a iniciação do processo corrosivo aumentando a proteção das armaduras de aço. O metal de que são feitas as armaduras sofre o processo químico da corrosão de maneira espontânea, de modo que para utilizarmos como armadura, precisa aplicar-lhe um certa quantidade de energia, reduzindo a sua energia livre de GIBBS, desse modo o concreto possui a funcionalidade de uma barreira físico-química protetora contra aos agentes externos, por apresentar um ph alcalino (por volta de 12, 5).

(Metodologia) Há diferentes métodos de proteção anti-corrosiva como a proteção catódica, galvanização, pinturas epoxi, aditivos inibidores de corrosão, pinturas de zinco e pinturas de poliuretano e alcatrão de hulha. Um dos fatores agressivos é a umidade excessiva, devido a ação dos seu íons hidrogênio que diminuem o ph do concreto. Nas análises laboratoriais realizadas foram executados nos corpos de prova de concreto ensaios de absorção de água com vários impermeabilizantes(acrílicos,cimentícios,silicones e cristalizantes), sendo comparados seus resultados de absorção com os resultados das absorções iniciais dos cps sem proteção impermeabilizantes. A metodologia consistiu da pesagem dos cps secos e saturados após 48 hs conforme a norma vigente.

(Resultados) Após serem verificadas as absorções dos cps com os impermeabilizantes, foram observadas reduções significativas nas absorções correspondentes a cada tipo de pintura impermeável comparada com os cps sem proteção impermeabilizante chegando na análise realizada ao melhor produto de impermeabilização para proteger estruturas de concreto. Em seguida pretende-se aplicar o melhor impermeabilizante, resultado da pesquisa, na pratica como em vigas e pilares, para a concretização do que foi estudado em analise laboratorial

(Conclusão) Frente a estes resultados, é imprescindível relatar a significativa diminuição da penetração da umidade, reduzindo a interferência do íons no concreto, gás carbônico e água , o que prolonga a durabilidade das estruturas,das armaduras, evitando patologias e a necessidade de serviços de recuperação e reforço estrutural, além da possibilidade da ocorrência de colapsos estruturais.

Palavras-Chave: concreto, durabilidade, ambiente agressivo

ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL ENERGÉTICO DO BIODIESEL EM NATAL

Autor(es):

Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A demanda de energia na Terra vem crescendo de forma acelerada, em função do aumento da população mundial e do consumo per capita, em especial dos países em desenvolvimento como o Brasil. As fontes de energia disponíveis hoje, em sua maioria tem sido limitada por disputas comerciais, além disso os combustíveis fósseis são responsáveis pela emissão de gases que intensificam o efeito estufa. A gravidade desse fato poderia ser atenuada através do aproveitamento indireto da energia solar para obter combustíveis derivados de vegetais, que podem ser plantados e cultivados praticamente pelo mundo inteiro, de forma renovável e não poluidora como é o caso do biodiesel. Visto que o petróleo não é renovável e polui muito o meio ambiente e suas principais fontes situa-se em zonas de conflito, o que gera tensões políticas e econômicas, bem como ocasiona muitas alterações em seus preços, torna-se cada vez maior a necessidade da busca fontes alternativas de combustíveis como o biodiesel. Ele é uma alternativa técnica e economicamente viável para a substituição gradativa dos combustíveis de origem fóssil, cuja utilização caminha para a exaustão, por força seja das crescentes dificuldades de exploração, seja dos graves problemas ambientais que provocam.

(Metodologia) Biodiesel refere-se ao combustível formado por ésteres de ácidos graxos, ésteres alquila (metila, etila ou propila) de ácidos carboxílicos de cadeia longa. É um combustível renovável e biodegradável, obtido comumente a partir da reação química de lipídios, óleos ou gorduras, de origem animal ou vegetal, com um álcool na presença de um catalisador (reação conhecida como transesterificação). O biodiesel é feito para ser usado em motores diesel padrão e, portanto, distinto dos óleos vegetais e resíduos usado para motores a combustível diesel convertidos e substitui total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores ciclo diesel de caminhões, tratores, camionetes, automóveis, etc., ou estacionários (geradores de eletricidade, calor, etc). Pode ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções. O biodiesel pode ser usado sozinho ou misturado com o petrodiesel (combustível diesel derivado de petróleo).

(Resultados) As principais matérias-primas para a produção do biodiesel são: a soja, o girassol, o dendê, a canola, a mamona, o pinhão-manso, as algas e as palmas. No processo de produção, o biodiesel pode ser obtido por diferentes processos tais como o craqueamento e a transesterificação. Esta última é mais utilizada, e seus reagente podem ser óleos vegetais, gorduras animais ou residuais com álcool.

(Conclusão) Esta pesquisa tem como objetivo avaliar o potencial de cada biodiesel com foco no biodiesel produzido a partir de algas. Neste trabalho mostraremos o estado da arte da energia do biodiesel, ou seja, a descrição do sistema mostrando o histórico do biodiesel, seu potencial energético e os seus diferentes tipos.

Palavras-Chave: biodiesel; energia; sustentabilidade

COMO A ALTURA AFETA O EQUILÍBRIO DE ESTRUTURAS

Autor(es):

Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Mateus Felipe Saraiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Thalles Amaury Ramalho Pessoa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Nosso principal objetivo é mostrar o que é o momento fletor e qual o seu efeito sobre as estruturas, de forma que seja compreendido que quanto maior a altura da edificação maior o seu efeito produzido sobre as mesmas. Desta maneira, a edificação se torna mais instável podendo até chegar a colapsar. Um dos fatores que podem sanar esse problema estrutural seria a utilização de contraventos.

(Proposta do roteiro) Mostramos como reduzir os danos proporcionados pelo momento fletor atuante nas edificações, devido à força do vento ou forças externas causadas pelo homem, como por exemplo seu próprio peso na edificação, impactos externos e etc. Utilizamos uma simulação de uma edificação com até três pavimentos com a mola estrutural.

(Efeitos esperados) Esperamos que as pessoas tenham o entendimento de que é necessário pensar que qualquer modificação, externa ou interna, na estrutura pode alterar totalmente o equilíbrio estático que ela possui, aspiramos também mostrar a importância dos contraventos nas edificações.

CONCRETO LEVE

Autor(es):

Maria dos Milagres Samyla Julião Beserra: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Pedro Henrique Medeiros de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
João Victor Araujo Campos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) O concreto é uma rocha artificial formada por uma mistura de agregados graúdos, miúdo e material ligante, podendo ter ainda aditivos químicos e minerais. É considerado o segundo material mais utilizado no mundo e até hoje a melhor solução na execução de obras civis. A versatilidade do concreto na fabricação de diferentes estruturas exige que o mesmo apresente características distintas e específicas, determinadas de acordo com o uso em questão. As propriedades mecânicas do concreto são influenciadas diretamente pela sua composição, tornando assim imprescindível análises e estudos no uso de diferentes materiais, em sua composição, para que se possa alcançar características desejáveis. Uma desvantagem relevante no concreto convencional é seu peso próprio muito elevado, que pode acarretar algumas vezes consequências negativas para a estrutura da obra e para o orçamento final da construção, uma vez onde seria possível, ou preferível, o uso de estruturas menos pesadas. Uma das inovações nesse campo é o uso de agregados leves na composição dos concretos para uso estrutural e de vedação. Segundo a NBR NM-35:1995 - Agregados leves para concreto estrutural - é considerado concreto leve todo concreto que possuir massa específica aparente entre 1680 Kg/m³ à 1840 Kg/m³ e resistência a compressão superior a 17 MPa aos 28 dias. Argila expandida é um dos agregados mais utilizados na confecção do concreto leve estrutural, pois possui massa específica baixa, diminuindo assim o peso total do material. Além do concreto leve estrutural, o concreto leve com EPS (poliestireno expandido) é uma outra opção no mercado da construção civil, podendo ser usado na vedação, regularização de pisos, área de lazer e outros.

(Metodologia) O desenvolvimento deste trabalho foi elaborado com base em pesquisas bibliográficas relacionadas com o tema em questão. Foram realizadas análises e comparações em estudos a cerca da composição, características mecânicas, modo de preparo, utilização, propriedades, normas técnicas e valores entre concretos convencionais e leves.

(Resultados) O concreto convencional possui massa específica de aproximadamente 2400 Kg/m³, já o concreto leve de aproximadamente 1800 Kg/m³, sendo assim, a troca do agregado convencional pela argila expandida reduz cerca de 25% na densidade final do concreto. Essa redução no peso gera economias em outras áreas da obra, como por exemplo na fundação, gerando valores até 30% mais baixos. O concreto com EPS possui além da baixa massa específica (variando entre 700 Kg/m³ a 1600 Kg/m³), baixa condutividade térmica, não retém umidade, grande resistência ao fogo e por último uma propriedade relevante quando usado na vedação, que é a alta capacidade de isolamento térmico e acústico. Em relação à resistência à compressão, a massa específica do agregado influi diretamente na massa específica do concreto, e essa propriedade é diretamente proporcional a resistência a compressão, quanto menor a massa específica, menor sua resistência. Logo, o concreto leve possuirá resistência menor que o convencional, não tornando-o inferior, pois a determinação do uso dependerá das possíveis solicitações.

(Conclusão) Na análise dos dados obtidos, foi percebido que o uso de concretos leves de função estrutural e de vedação é vantajoso em situações onde a redução do peso da estrutura é um fator importante e considerável para o desenvolvimento total do projeto. Entretanto, estudos que englobem a viabilidade do custo, aquisição de agregados finos e a produção final do concreto devem ser elaborados, possibilitando assim um melhor custo benefício para a construção.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Agregado. Concreto. Resistência.

CONCRETO PERMEÁVEL

Autor(es):

Karen Beatriz Mendonça Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Durante muito tempo, várias cidades de todo o mundo tem tido um grande problema de alagamento por consequência da chuva. Pela grande quantidade de água que o solo recebe, percebemos que as vias de transição de veículos tem alagamentos por não ter uma boa drenagem. O ano de 2013 ficou marcado pelas grandes enchentes que aconteceram no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em Natal mais de 50 pontos da cidade são alagados todos os anos em todas as zonas, Norte, Sul, Leste e Oeste, esses pontos alagados variam de ruas, avenidas até mesmo a BR 101 que corta toda Natal e todo o Brasil. No dia 2 de Julho de 2013 Natal teve uma das piores enchentes em mais de 10 anos, pois a chuva causou mais de 100 pontos alagados nela. Além de alagar as vias de transito, as águas também entram nas casas destruindo eletrodomésticos e móveis por todas as casas. Outros cantos também sofreram com os alagamentos como por exemplo em 2010 só no Paquistão quase 2 mil pessoas morreram pelas enchentes e China mais de 3 mil mortes. Depois de pesquisas, foi encontrado uma forma de diminuir uma grande porcentagem dos alagamentos com o concreto permeável. Esse concreto irá permitir que a água da chuva não se acumule na superfície, e fará com que a água penetre com facilidade o solo e a água terá um destino certo.

(Metodologia) Uma revisão bibliográfica sobre o estado da arte do concreto permeável foi feita no Brasil e no exterior, sendo capaz de analisar suas propriedades. Além disso, um breve estudo sobre sua viabilidade e impacto ambiental na nossa região também foi feita.

(Resultados) O concreto permeável tem como característica peças de concreto poroso intertravadas, feitas para permitir que o concreto absorva a água com facilidade. Esse concreto permeável é feito com um material granular que de acordo com o espaço que tem entre esses grãos é o que vai permitir a passagem da água, geralmente é de 15 a 25% de espaço, possibilitando 100% da passagem da água que cair sobre o concreto. Já o concreto convencional tem um espaçamento muito pequeno do material granular o que faz dificultar a passagem de água por ele. Além de diminuir os problemas de alagamentos, o concreto permeável também ajuda financeiramente pois contribui com a diminuição das dimensões do sistema de drenagem das cidades. O concreto também tem como vantagem de servir como filtro de metais pesados para o lençol freático.

(Conclusão) Após várias observações foi visto que o problema dos alagamentos pode ser resolvido com o concreto permeável vendo os impactos ambientais que todo o mundo tem todos os anos por causa das chuvas podemos perceber que o concreto permeável será um grande avanço, pois além de ajudar a não alagar as vias podemos perceber que tem uma boa resistência dando uma durabilidade ao concreto e não precisando de manutenção em pouco tempo. O número de inundações em várias cidades irá diminuir bastante, pois os resultados obtidos da pesquisa mostra que grande parte da água que ele irá receber, penetrará imediatamente no solo. Vendo o custo que foi feito nesse ensaio podemos analisar que vale a pena ter o concreto permeável, pois não é de grande custo sendo um ponto positivo vendo que poderá diminuir o número de enchentes.

Palavras-Chave: Concreto, permeabilidade, resistência, enchentes.

CONTROLE TECNOLÓGICO E FENÔMENOS DE CORROSÃO NO AÇO

Autor(es):

Alessandro Fernandes Batista: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Informar sobre a importância do controle tecnológico do concreto, explicando alguns tipos de controles, como: slump teste, corpo de prova, dosagem do concreto ideal, mistura do concreto, transporte do concreto, lançamento do concreto na forma, adensamento e a cura. Esses testes são importantes para evitar a corrosão na armadura de aço, diminuindo assim as chances de colapso da estrutura. Abrir os olhos dos futuros engenheiros sobre os problemas que podem vir a ter caso não utilizem o concreto correto para o tipo de trabalho a ser executado.

(Proposta do roteiro) Imagens e filmagem feitas numa obra embargada, localizada na via costeira de Natal. Onde existe alto índice de maresia e conseqüentemente corrosão na estrutura. Controle Tecnológico do Concreto Processo de Corrosão do Aço

(Efeitos esperados) Informar o público sobre a importância do controle tecnológico do concreto usado nas obras, e como se dá o processo de corrosão no aço utilizado na engenharia civil.

CORREÇÃO ESTRUTURAL DE TRELIÇAS DE MADEIRA COM DEFLEXÃO: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Anne Carolinne Cavalcanti Pereira Pinto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Eudes Francescoli de Oliveira Barbalho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Mariana Bezerra Josino: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Daniel Torres da Silva Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Átrio Central do UNI-RN percebe-se que existem quatro estruturas que escoram a carga do telhado em um grande vão, essas estruturas são chamadas de treliças, ou popularmente de tesoura. Elas podem sofrer deflexão por diversos motivos, por exemplo quando a carga a qual estão submetidas é maior do que o previsto no projeto inicial. Sabendo disso, com o intuito de não deixar que os transeuntes corram riscos, viu-se a necessidade de fazer um novo projeto objetivando a correção dessas patologias presentes nas treliças, para que, com isso, se evite maiores problemas no futuro tendo como possíveis correções: o reforço estrutural e um novo dimensionamento para as tesouras com o uso das mesmas peças de madeira. O que se evidencia no estudo sobre estruturas compostas por treliças de madeira, é que cada vez mais torna-se comum as flechas, que nada mais é que uma deformação na barra da treliça, também chamada de banzo ou corda inferior, conhecida como deflexão. Esses problemas, no geral, se dão devido ao mau dimensionamento, bem como a falta de manutenção e ao próprio material. Neste caso o material em questão é a madeira; nesse tipo de material existe a disponibilidade e as direções das fibras e a espécie do vegetal, ambas precisarão ser analisadas, antes do projeto, para que o desempenho seja melhorado.

(Metodologia) Foram realizadas medições das estruturas estudadas, para uma maior precisão dos cálculos. Estudos teóricos-analíticos utilizando os métodos de análises de treliças também foram feitos, assim como uma simulação numérica utilizando o software Ftool. A carga estimada foi de 34 KN nas treliças que tinham comprimento de 11 metros. Finalmente, um pequeno modelo foi construído para simular a estrutura.

(Resultados) Percebeu-se que as fibras estão na horizontal e recebem a carga comprimindo superiormente e flexionando no inferior, o que faz a peça fletir, pois atuando ortogonalmente ao sentido das fibras, a madeira terá a resistência diminuída. Visivelmente identificadas, as patologias encontradas no Átrio Central do UNI-RN são comumente apontadas como falhas no dimensionamento ou como perigosas, pelas flechas existentes nas quatro estruturas treliçadas no espaço. Feitas com matéria vegetal, percebe-se que a madeira ainda possui usabilidade e que não houve problemas com relação à manutenção, não contendo a olho nu falhas na composição, oxidação ou proliferação de fungos e insetos. Apesar disso, os problemas são reais e dão a possibilidade de maior fadiga e até mesmo colapso futuramente.

(Conclusão) Com este estudo obteve-se soluções para os problemas encontrados no Átrio. É perceptível que o problema da treliça, no caso a flecha, se deu devido ao mau dimensionamento das forças, fazendo com que a madeira ceda por não suportar as cargas, e isso atua de maneira cumulativa. Então a solução viável encontrada foi realizar um reforço de madeira adicionando montantes ligando o banzo inferior ao banzo superior, fazendo assim com que haja tração; e implantar na parte lateral das peças as chapas de aço duplicando assim a sua resistência. Por fim, realizar ocasionalmente manutenção com verniz para aumentar a durabilidade da madeira, sendo desta forma, de grande importância para que garanta uma boa trafegabilidade e segurança aos estudantes, funcionários e visitantes.

Palavras-Chave: Treliça. Estrutura. Patologia. Correção. Deflexão.

CORROSÃO EM ESTRUTURAS

Autor(es):

Adriano JosÃ© Lopes Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Temos como objetivo mostrar o quanto deve ser levado a sério a corrosão, problema recorrente em qualquer estrutura.

(Proposta do roteiro) “Corrosão” é um termo químico bastante empregado no cotidiano para se referir ao processo de destruição total, parcial, superficial ou estrutural de determinado material causado pela ação do meio. Geralmente, quando se fala nesse assunto a primeira coisa que vem à nossa mente é a corrosão de metais, principalmente a do ferro, gerando a ferrugem. No entanto, outros materiais podem sofrer corrosão, tais como os polímeros e as estruturas feitas de concreto armado. Realmente, a corrosão está muito presente em nossa sociedade e representa grandes perdas econômicas, pois todo tipo de corrosão está relacionada à diminuição do tempo de vida de um material. Existem três formas do meio agir sobre o material, degradando-o; por isso, a corrosão é classificada em: eletroquímica, química e eletrolítica

(Efeitos esperados) Queremos que a preocupação com a corrosão seja algo fiscalizado e levado a sério, já que provoca a diminuição da resistência de alvenarias estruturais, ocasionando colapsos em estruturas.

CORROSÃO- MÉTODOS DE PREVENÇÃO

Autor(es):

Natália VerAssimo de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Erick Lopes Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Suzane Barela Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Luiz Vidal VerAssimo de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Taisa Maria Pimentel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) O objetivo deste vídeo é apresentar ao público discente da instituição UNI-RN os principais métodos de prevenção à corrosão, enfatizando os métodos de maior aplicabilidade na construção civil na cidade de Natal e enfatizando os custos benefícios das principais técnicas de prevenção à corrosão.

(Proposta do roteiro) O vídeo será caracterizado inicialmente por uma apresentação escrita e também oral a cerca das características de cada um dos métodos, tendo como foco a estrutura química de cada um deles. Posteriormente, será mostrada sua aplicabilidade na cidade de natal, a partir de uma entrevista com o professor, coordenador e engenheiro Fábio Sérgio da Costa Pereira.

(Efeitos esperados) O efeito esperado é esclarecer a cerca do métodos e necessidade de prevenção à corrosão e informar ao público sobre as características dos principais tipos de corrosão que ocorrem em nosso município para que eles entendam melhor quimicamente como funciona a prevenção da corrosão em nossa cidade.

CORROSÕES: CAUSAS E PREVENÇÕES

Autor(es):

Rodolfo Tanaka Lucena de Freitas Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Matheus de Souza Martins: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Edson Augusto Lopes Teixeira : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Alef Guedes dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Com o intuito de uma breve explanação acerca de corrosão, o vídeo foi feito de forma simples e didática para uma fácil compreensão. Passando por uma leve introdução sobre corrosão, alguns de seus tipos e como ela pode agir dentro da construção civil.

(Proposta do roteiro) A corrosão está em quase todo material e agindo de várias maneiras, algumas vezes mais agressivas e outra nem tanto. Dessa forma é notório que é algo extremamente presente no cotidiano. Diversos problemas são provenientes dessa ação corrosiva, e com o decorrer do tempo foi-se encontrando técnicas cada vez mais eficazes e adequadas para a especificidade delas.

(Efeitos esperados) Quando se trata da construção civil, diferentes ensaios e métodos são utilizados para a proteção de peças e estruturas. Uma das maiores preocupações é com as peças de aço utilizadas nas estruturas de concreto, esse tema abordado diretamente no vídeo. Entretanto, várias outras formas de corrosão estão a todo o momento trabalhando nos materiais e elementos utilizados em todo tipo de construção.

ECOTINTA DA TERRA

Autor(es):

Rodolfo Tanaka Lucena de Freitas Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Arthur Alves Mendonça: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Matheus Souza do Amaral: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Elton Cortês Rocha Siqueira Filho: Docente do UNI-RN

(Objetivos ou ideia central) Introduzir o tema da sustentabilidade e responsabilidade social no meio acadêmico demonstrando a produção artesanal de uma tinta sustentável à base de terra livre de substâncias provenientes do petróleo, que atacam a camada de ozônio, com baixo custo de fabricação reutilizando os resíduos do laboratório de mecânica dos solos do UNI-RN. Com isso se espera a conscientização da sociedade para que haja uma diminuição com produtos alternativos e que agridam menos o meio ambiente.

(Proposta do roteiro) Apresentar o produto, mostrando uma forma alternativa de se produzir uma tinta ecológica e com um processo construtivo muito simples, permitindo ser assimilado por mão de obra não qualificada e apresentar sua aplicação.

(Efeitos esperados) Evidenciar na forma de um passo a passo a produção domiciliar de uma tinta, reforçando o seu caráter sustentável e técnico de produção. Espera-se também uma curiosidade maior sobre o assunto da sustentabilidade, tão falado, porém pouco conhecido no nosso dia a dia.

ENGENHARIA E O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

Autor(es):

Maria do Socorro Gomes Fernandes Neta: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Suzane Barela Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Letícia Gomes Bezerra de Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Petruca Duarte da Silva Meireles: Docente do UNI-RN

Petruca Duarte da Silva Meireles: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sociedade em que hoje vivemos passa por profundas transformações sociais, econômicas e culturais. Olhando à nossa volta, é fácil perceber uma dependência cada vez maior da sociedade moderna em relação ao desenvolvimento tecnológico. Muito do que as evoluções da ciência e da tecnologia têm proporcionado nos facilita a vida, economiza tempo, protege nossa saúde, enfim, nos transporta de uma natureza, "natural" para uma "natureza artificial", controlada. Isso em grande parte, é decorrência da evolução da engenharia. A engenharia é capaz de transformar os crescentes conhecimentos científicos e tecnológicos em produtos e processos inovadores, úteis para a sociedade. O presente trabalho tem como objetivo pontuar as contribuições da engenharia para o desenvolvimento tecnológico e a maneira como a mesma permanece criando novas tecnologias a cada dia, de modo a facilitar processos, aumentar produções e resolver problemas.

(Metodologia) Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas pesquisas na internet e bibliográficas, com informações relevantes para a compreensão sobre o tema em questão, situando o leitor através da abordagem da função do engenheiro no processo de desenvolvimento e inovações tecnológicas.

(Resultados) As contribuições da engenharia para o desenvolvimento tecnológico podem ser comprovadas através do desenvolvimento de construções sustentáveis, de estruturas com aproveitamento da energia solar, formas mais práticas e inteligentes de coleta de lixo, criação de métodos para aumentar a estabilidade de estruturas de madeira, projetos autossustentáveis, isolamento ecológico, vidro inteligente, telhados verdes, inovações nas estruturas de concreto armado, concreto protendido, concreto têxtil, concreto PVC, painéis sanduiche, sistema construtivo de alvenaria moldada, nanotecnologia na construção civil, recuperação da água de condensação de ar condicionado, energia eólica, edificações em steel frame, tijolo antiterremoto, ecocimento, contrapiso autonivelante, sistemas desenvolvimento de novos matérias, dentre outras. No desenvolvimento de novos materiais pode-se citar a argamassa polimérica que permite o assentamento de tijolos ou blocos sem o uso da tradicional dupla cimento e areia. O material, de consistência pastosa, já vem pronto para o uso e não é preciso nem mesmo adicionar água. O produto não é inflamável e terá o mesmo rendimento se tiver sendo utilizado em pequena quantidade.

(Conclusão) Desse modo, a engenharia possui e ainda possui seu pilar fixo na evolução tecnológica e na inovação, por ser a peça chave na aplicação da ciência e na resolução de problemas práticos, criando novas tecnologias para buscar melhores recursos para a sociedade. A sociedade moderna, na busca de seu desenvolvimento tecnológico, depende, em grande parte, de ações de profissionais da engenharia. Portanto, é preciso estar sempre buscando conhecimentos para conseguir alcançar cada vez mais patamares maiores e melhores.

Palavras-Chave: Ciência. Tecnologia. Desenvolvimento tecnológico. Engenharia. Inovação.

HISTÓRIA DA ENGENHARIA CIVIL.

Autor(es):

Natália VerAssimo de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Luiz Vidal VerAssimo de Oliveira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Taisa Maria Pimentel: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Petrucia Duarte da Silva Meireles: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A engenharia é uma ciência bastante abrangente que engloba uma série de ramos mais especializados, cada qual com uma ênfase mais específica em determinados campos de aplicação e em determinados tipos de tecnologias. A engenharia civil é de grande importância para a história do homem. Desde que o ser humano deixou de ser nômade e necessitou de abrigo, a construção civil atingiu uma proporção de utilização e desenvolvimento extraordinário. Até hoje, séculos depois da primeira obra, a evolução e imprescindibilidade da engenharia no contexto social é incontestável. Desta maneira, a partir da conspícua relevância do conhecimento acerca da implantação e progresso da engenharia civil na humanidade, o presente trabalho tem como objetivo explicar sobre a história desta engenharia.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Para o desenvolvimento deste estudo foram realizadas pesquisas na internet e bibliográficas, com informações relevantes para a compreensão sobre o tema em questão, situando o leitor através da abordagem da história da engenharia civil.

(Resultados) (RESULTADOS) Antes de se alcançar o desenvolvimento que existe hoje, foi preciso que a engenharia civil percorresse um longo trajeto de seis mil anos desde que o homem deixou as cavernas e começou a pensar numa moradia mais segura e confortável. Várias obras mantêm-se como um testemunho do engenho e habilidade dos antigos engenheiros militares e civis. Dentre elas pode-se citar: o Farol de Alexandria, as Pirâmides do Egito, os Jardins Suspensos da Babilônia, a Acrópole de Atenas, o Partenon, os antigos aquedutos romanos, o Coliseu de Roma, as cidades e pirâmides dos antigos Maias, Incas e Astecas, a Grande Muralha da China entre muitas outras obras. Muitos povos da antiguidade contribuíram para melhorar as técnicas de construção. Os gregos, por exemplo, utilizaram proporções matemáticas na criação de seus templos e iniciaram o uso das colunas de sustentação. Os romanos aprimoraram o uso das colunas e popularizaram o uso do concreto. Os babilônios introduziram o uso de arcos e terraços elevados. Estas e outras sociedades antigas colaboraram gradativamente nos avanços da construção, e seus conhecimentos ainda trazem reflexos importantes atualmente. Ao longo dos anos ocorreram grandes avanços tecnológicos no ramo da engenharia civil. Um grande exemplo desse avanço é o Burj Khalifa. Arranha-céu localizado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, sendo a maior estrutura e, conseqüentemente, o maior arranha-céu já construído pelo ser humano, com 828 metros de altura e 163 andares.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) A engenharia civil possui uma ligação direta com a história evolutiva da humanidade. Sua importância é tão grande que se torna praticamente impossível pensar no mundo sem a sua presença.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: História. Desenvolvimento. Engenharia. Engenharia Civil.

**INFLUÊNCIA DOS ARRANJOS ATÔMICOS CÚBICOS NAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DOS MATERIAIS
CRISTALINOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL.**

Autor(es):

Joice de Sousa Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Mariana Cabral da Costa Amaral: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Beatriz Melo Galvão: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
André Artur Rocha de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Grande parte dos materiais utilizados na construção civil são formados por sólidos cristalinos. Esses sólidos ou estruturas cristalinas são compostas por subdivisões ou pequenos agrupamentos repetitivos, esse agrupamentos são chamados de células unitárias e são compostos por átomos. Uma célula unitária representa uma determinada organização da estrutura cristalina presente no material podendo ser articulada como Célula Cúbica Simples (CS), Célula Cúbica de Face Centrada (CFC) e Célula Cúbica de Corpo Centrado (CCC). As células CS são caracterizadas por serem muito instáveis, apresentam apenas átomos localizados em seus oito vértices, dessa maneira é difícil encontrar materiais aplicados na construção civil com essa característica. Porém o semi-metal polônio (Po), elemento radioativo com tempo de vida curto, é um exemplo desse tipo de estrutura, e seu estudo se prende apenas para fazer comparativos com as demais. Muitos metais apresentam sua estrutura cristalina CFC, alguns dos metais mais comuns que estão contidos nesse grupo são: cobre, alumínio, prata e ouro. Outra estrutura cristalina comum em metais é a CCC. O cromo e o ferro são exemplos de materiais que apresentam essa estrutura. Assim, a unidade estrutural básica ou o bloco construtivo da estrutura cristalina é definida em virtude da sua geometria e da disposição dos átomos em seu interior. Seu estudo é fundamental na pesquisa e construção de novos itens e transformações das propriedades de materiais já existentes. Este trabalho tem como objetivo de instruir e levar até o maior número de pessoas informações sobre as pequenas unidades básicas formadoras dos materiais utilizados na construção civil.

(Metodologia) A pesquisa a ser realizada neste trabalho foi dividida em duas etapas principais: A primeira consiste em realizar a montagem de três modelos de células cúbicas (CS, CFC e CCC). Já a segunda etapa está centrada em fazer a pesquisa bibliográfica para comparar as diferenças entre suas propriedades.

(Resultados) Foi observado que os materiais que apresentam estruturas CCC tendem a serem mais dúcteis, resistem mais a deformações, são mais tenazes e resistem mais a impactos, mas, são menos resistentes a tensões comparado com os materiais que apresentam estruturas CFC, sendo eles mais resistentes a tensões mas menos dúcteis e menos tenazes. Como as células do tipo CFC são mais compactas que as células do tipo CCC (conseguimos observar isso nos modelos construídos em 3D) a dificuldade de movimentação dos átomos é maior, e esse fator tem grande influência na diferença de suas propriedades, pois é a partir da facilidade da movimentação do átomo na célula que sabemos as propriedades mecânicas dos materiais.

(Conclusão) Através desse trabalho percebemos que cada arranjo estrutural de seus átomos, influencia diretamente as propriedades do material. Com isso, diferentes materiais possuem diferentes aplicações na construção civil. O ferro (CCC), é utilizado para a produção de aço, liga metálica para a produção de vergalhões que vão compor as armações das estruturas de pontes, montagem de esquadrias metálicas, para montagem de grades, grelhas metálicas, montantes metálicos para fechamentos de prédios, aplicados em estruturas metálicas para sustentação de coberturas além de tantas outras aplicações. O alumínio (CFC), tem se tornando bastante usado por apresentar leveza, flexibilidade, resistência, durabilidade e beleza. Ele é bastante empregado em janelas, portas, box, acessórios para banheiro, revestimento, dutos de ar condicionado, painéis solares. O cobre (CFC), é um material resistente e versátil. Ele traz grande relação de custo benefício pois, além de garantir resistência mecânica à corrosão, também é um material que apresenta grande eficiência energética. É utilizado em tubulações, energia solar e indústrias automobilísticas. Além disso, o trabalho foi muito importante para observamos que, com as estruturas tridimensionais montadas, conseguimos obter uma melhor visualização das células.

Palavras-Chave: Célula Unitária, Propriedades, Estrutura Cristalina

INFLUÊNCIA DOS DIFERENTES TIPOS DE EQUILÍBRIO EM ESTRUTURAS.

Autor(es):

Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Lucas Mateus Felipe Saraiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Thalles Amaury Ramalho Pessoa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) Segundo a ONU estima-se que até os anos de 2050 a população mundial ficará em torno de 9,2 bilhões de pessoas. A partir de 2008, pela primeira vez na história, a população urbana do mundo ultrapassou a rural. Vivemos os primeiros anos da Era da Cidade. Nas próximas décadas, as cidades do hemisfério Sul, por exemplo, devem absorver cerca de 95% do aumento populacional do planeta. Para acomodar esse excesso populacional nos grandes centros urbanos é necessário um melhor aproveitamento dos espaços físicos, especialmente como a construção de edifícios cada vez mais altos. Avanços da tecnologia e dos métodos construtivos tem acompanhado toda a história humana para este fim, um exemplo impressionante desta evolução são as pirâmides do Egito que chegam a mais de 200 m de altura. Em contrapartida temos atualmente o Burj Khalifa, o maior arranha-céu do mundo, em Dubai com aproximadamente 830 m de altura. Porém, construir prédios mais altos não é tão simples como fazer um prédio com uma base enorme, do tamanho de um bairro, e simplesmente subir verticalmente, desta forma zonas internas muito afastadas das janelas são geradas o que ocasiona um grande desconforto nas pessoas que circulam no prédio, deixando o edifício inabitável. Além disso, existem diversos outros desafios, tais quais a ação dos ventos que, ao contrário de edificações baixas onde os carregamentos verticais são predominantes, em edifícios mais altos os esses carregamentos horizontais possuem grande importância, devido a oscilações oriundas de desprendimento de vórtices, e acaba sendo uma das principais solicitações em edificações destas dimensões. Este trabalho aborda uma análise estrutural de como o aumento da altura de uma estrutura causa um aumento da sua instabilidade, explica a influência do deslocamento vertical do centro de gravidade da estrutura assim como o trabalho realizado por esse deslocamento, bem como diversas soluções para estes desafios.

(Metodologia) Uma modelagem analítica-teórica utilizando o princípio do trabalho virtual foi feita, como também uma abordagem numérica usando simulação nos softwares Ftool e VGplan. Além disso, aplicamos os resultados analisados em modelos práticos reais, como a torre de jenga e modelos construídos com o kit mola estrutural.

(Resultados) Através dos ensaios feitos, e das fórmulas numéricas percebemos que a medida que o índice de esbeltez dos pilares aumenta o momento fletor da estrutura aumenta de forma considerável devido às ações de forças externas, como por exemplo a ação do vento. Notamos também que a geometria da material influencia de forma direta no momento de inércia, pois, a medida que sua secção transversal diminui a sua capacidade de rotação diminui devido ao rebaixamento do centro de gravidade. Como já era esperado os modelos físicos e analíticos obtiveram convergência de resultados pois através dos programas notamos que a diferença de densidade dos materiais influencia no rebaixamento do centro de gravidade se as estruturas mais densas como o concreto estrutural for aplicada em baixo e estrutura mais leves como aço for aplicado acima da estrutura.

(Conclusão) De acordo com os experimentos feitos, chegamos à conclusão que o aumento da altura de uma estrutura é o fator que mais influencia seu aumento de instabilidade. Para minimizar os efeitos da ação do vento e do momento fletor seria necessário uma melhoria aerodinâmica, suavizando os cantos da estrutura, reduzir a largura do pico da edificação com relação a base, a reorientação da construção com relação a direção predominante dos ventos e usar a heterogeneidade dos materiais deixando os mais densos na base e os mais leves no topo.

Palavras-Chave: Momento Fletor. Equilíbrio. Estrutura.

INOVAÇÕES CONSTRUTIVAS: UM ESTUDO DE VIABILIDADE DO STEEL FRAME NA CIDADE DE NATAL/RN

Autor(es):

Joice de Sousa Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Eudes Francescoli de Oliveira Barbalho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Sistema de Estrutura de Aço Leve ou do inglês Light Steel Frame (LSF), é uma técnica construtiva que visa minimizar fortemente a quantidade de água gasta na construção, por ser uma construção seca, além de ser igualmente qualitativa em relação a construção convencional, a alvenaria. Este sistema construtivo avança em diversos países e tem se mostrado como uma das melhores alternativas para a construção civil da atualidade por se alinhar às necessidades deste século: prazos curtos, eficiência produtiva, redução de impacto ambiental, mão de obra qualificada e economia. O Steel Frame começa a ter espaço no mercado brasileiro através de líderes no mercado exterior que estão apostando no crescimento do LSF no país. Na cidade de Natal, a qual foi utilizada como recorte territorial para esta pesquisa, percebe-se a utilização desta técnica ainda em pequena escala, ou seja, verificou-se a sua utilização apenas em partes de uma residência ou de um edifício, dificilmente uma unidade completa, em sua maioria são apenas reformas.

(Metodologia) As informações contidas neste artigo foram embasadas através de revistas e artigos científicos sobre o tema. Além da pesquisa bibliográfica foram realizadas visitas em empresas e construtoras que utilizam o LSF. Nessas visitas foram realizadas entrevistas para saber como se encontra a demanda deste material no mercado construtivo natalense, assim como, procurar edificações executadas exclusivamente com o Steel Frame, de forma a analisar in loco as técnicas utilizadas e compará-las com as construções convencionais desde a fase de projeto até a fase da execução. Com a demonstração dessas construções com o Steel Frame pode-se ver as etapas da obra, as diferenças e similaridades com a alvenaria e os materiais utilizados, assim como a quantidade de água e o tempo de execução. Será feita a comparação e a abrangência que pode ser tomada, caso haja vantagens sobre o método convencional de construção.

(Resultados) O que se procura com isso é parametrizar as duas técnicas mostrando que o LSF é de fato vantajoso, quando une o custo-benefício ao tempo de execução e mão-de-obra barateada de uma obra, como uma residência, e compara o custo com uma obra de alvenaria. O que se pode ver é que ao se comparar esses elementos: custo-benefício, custo total, tempo de execução, mão-de-obra barateada, qualidade e resistência como um todo, o Steel Frame tem vantagens sobre a alvenaria convencional ao ponto que a cultura não deixa que novas técnicas entrem no mercado, fazendo com que passe despercebido tais vantagens, o que impossibilita o uso em grande escala.

(Conclusão) Foi percebido nas visitas as obras em execução e as empresas usuárias, que a utilização dessa técnica ainda é pouco explorado em Natal, provavelmente, devido à resistência cultural e ao lento processo de aceitação de uma nova técnica construtiva. Isso por que a mesma abrange também a adesão de mão de obra especializada, além do mercado de materiais de construção específicos ainda ser pequeno. No entanto, segundo as pesquisas realizadas com as construtoras e as pesquisas bibliográficas, o Steel Frame pode propiciar uma estrutura de cobertura até dez vezes mais leve do que a alvenaria convencional. Resultado de uma montagem mais prática e rápida que representa economia de material e mão de obra, uma maior agilidade na manutenção e prevenção de patologias.

Palavras-Chave: Steel Frame. Custo-benefício. Custo total. Tempo de execução.

MATERIAIS CRISTALINOS COM CÉLULAS HEXAGONAIS COMPACTAS: CARACTERÍSTICAS E PROPRIEDADES

Autor(es):

Rodrigo Teixeira Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Kleyton de Oliveira Lima : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Mateus Isaias Dantas de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Alisson Joab Pinheiro Arraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A fim de oferecer uma maior facilidade, no que se diz respeito a visualização de uma Célula Hexagonal compacta, que por sua complexidade em apresentá-la em uma projeção 2D, alunos possuem uma grande dificuldade em gerar e imaginar sua estrutura. Em cima dessa problemática foi elaborado um projeto que tem por finalidade construir uma maquete de como são organizadas as células cúbicas da estrutura cristalina hexagonal compacta e apresentar suas aplicações quanto suas propriedades mecânicas. A maioria da conformação HC é encontrada nos metais como Cádmio, Magnésio, Titânio, Zinco que são matérias que possuem memória de forma, e podem recuperar sua forma original quando expostos a uma fonte de calor, isso lhe dá a capacidade de moldagem, mas mantendo uma boa resistência, tornando-se uma propriedade de grande importância para engenharia civil.

(Metodologia) As ferramentas e os procedimentos metodológicos adotados para esse estudo serão a confecção de modelos três modelos em 3D que a represente de diferentes formas e o uso da pesquisa à literatura existentes mostrando que a sua configuração e organização dá ao material propriedades diferentes de outras células. Os modelos da células apresentados: as posições atômicas, arranjo atômico e átomos dentro da célula unitárias, serão confeccionada a partir de bolas de isopor, que representaram as células, palitos de churrasco, que fará a representação das ligações, tinta e nylon.

(Resultados) A estrutura da célula Hexagonal Compacta possui o maior fator de empacotamento que é de 0,74, ou seja, 74% da célula e ocupada o maior percentual dentre as outras como a cúbica simples que só possui 52%. Isso traz ao material uma boa resistência mecânica, alta resistência a fadiga e a corrosão. Em sua estrutura possuem há três e seis sistemas de escorregamento, que são os planos basais e o central, por possuírem planos de alta densidade atômica, atua nos metais de forma que os tornam materiais normalmente frágeis. O HC Pode ser observada no berílio, berquélío, lítio, magnésio, cádmio, cobalto, mas é no titânio que pode ser aplicado na otimização de atividades mecânicas, em aplicações específicas como a de implantes, por ter uma alta biocompatibilidade, o implante simula o comportamento elástico do tecido ósseo.

(Conclusão) A construção e a visualização dos modelos em forma macro e representada em diferentes perspectivas trazem uma melhor compreensão da estrutura cristalina. Podendo assim antecipar o seu comportamento e organização sob diferentes temperatura em diferentes tipos de materiais metálicos e de forma significativa contribui nos estudos da engenharia civil, pois sabendo se suas propriedades são adequadas para o seu propósito, como uma estrutura que seja feita para receber e resistir a impactos, suas propriedades são ideais para tal finalidade.

Palavras-Chave: Hexagonal compacta. Engenharia. Materiais. Modelos.

PATOLOGIA EM REVESTIMENTO ARGAMASSADO EM NATAL

Autor(es):

Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O revestimento de argamassa de fachada é majoritariamente usado nos edifícios residenciais de Natal; assim, sua importância é caracterizada tanto pelo uso intenso, quanto por desempenhar importantes funções estéticas e de proteção do edifício, além de representar importante parcela do custo direto de construção e de manutenção das fachadas. As patologias associadas a ela são certamente um dos problemas que os construtores mais temem. Principalmente quando, no caso do revestimento cerâmico, põe em risco a vida de pessoas. Ultimamente a ocorrência de descolamentos de placas cerâmicas em nossa região tornou-se alvo de preocupações e discussões entre os engenheiros.

(Metodologia) O uso impróprio dos materiais, aliado à uma execução mal feita, e a falta de manutenção, tem criado despesas extras aos condomínios de edifícios “jovens” com menos de cinco anos de idade têm que possuir recursos financeiros em reparações que poderiam inteiramente ser evitadas, especialmente nas fachadas dos edifícios, a Tecnologia de Sistemas de Revestimentos promove uma contribuição para se atingir desempenho e durabilidade, uma vez que os métodos tradicionais de execução têm resultado em tantos desgastes, custos e problemas judiciais entre construtores e consumidores

(Resultados) A recuperação das fachadas e a reforma de prédios e edifícios estão, cada vez mais, em evidência no mercado imobiliário, devido principalmente aos erros executivos cometidos nas construções e a falta de manutenção preventiva. Ao se realizar uma boa restauração de fachada, os revestimentos em cerâmica chegam a valorizar o imóvel em mais ou menos 40%, além da durabilidade que pode chegar a 30 anos em média, dependendo da manutenção periódica a ser realizada. Os principais problemas existentes na execução de pisos cerâmicos são causados pela deficiência de mão-de-obra, aplicação incorreta de materiais e falta de fiscalização dos serviços de assentamento dos pisos cerâmicos.

(Conclusão) Este artigo tem como objetivo avaliar as principais argamassas industriais oferecidas pelo mercado do Rio Grande do Norte medindo e comparando a resistência de aderência da placa cerâmica ao substrato da argamassa ACI, ACII, ACIII e ACIII-E com 12 corpos de prova com o auxílio do pull-off , medir o índice de absorção das argamassas de rejunte tipo I e tipo II, analisar o desempenho a umidade de impermeabilizantes de marcas diferente , e verificar se todos estão de acordo com a norma brasileira. Na segunda fase desse artigo com parceria de uma dessas empresas de argamassa industrial pretendemos reformular a argamassa para melhorar sua trabalhabilidade, rendimento e aderência nas amostras que não passaram nos testes.

Palavras-Chave: patologia, edifício, argamassa

POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DE CONCRETOS E ARGAMASSAS COM ADIÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, FÁBRICAS E DE POÇOS DE PETRÓLEO

Autor(es):

Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A construção civil que, anualmente, consome cerca de 210 milhões de toneladas de agregados (areia e brita) e até 75% do total de recursos naturais utilizados pelo homem (incluindo agregados, água, metais, combustíveis, fósseis, etc.). A reutilização e/ou reciclagem tem sido o melhor método encontrado para a diminuição da exploração dos recursos naturais ainda existentes, como também a minimização do volume gigantesco de resíduos provenientes da construção civil, destinados indignamente na maioria dos casos, acarretando também em impactos ao meio ambiente e a sociedade. O resíduo torna-se o grande vilão da sociedade. E como combatê-lo ou eliminá-lo? Existe essa possibilidade? Sempre existirá o consumo, logo, eliminá-lo é impossível, já para combatê-lo, existe solução que é sua reutilização.

(Metodologia) O grande consumo de matéria-prima na construção civil acarreta no grande volume de rejeitos, estima-se que 61% do lixo produzido numa cidade, são provenientes dela, ou seja, aproximadamente 90 milhões de toneladas por ano. Entretanto, é o setor que detém a maior possibilidade de inserir seus rejeitos nele próprio. Em 1996 foi iniciada em Belo Horizonte/MG, a reciclagem dos resíduos de construção, que em onze anos transformou aproximadamente um milhão de toneladas em agregado para diversos fins, desde blocos até base para pavimentação, gerando uma economia de dez milhões de reais no período. Atualmente o estado conta com três usinas de reciclagem. No município de Ribeirão Preto/SP, a realidade é bem parecida, os resíduos de construção são usinados e encaminhados para a produção de objetos de concreto, que posteriormente serão utilizados em obras da própria cidade. A estimativa de lucratividade anual chega a um milhão e quatrocentos mil reais.

(Resultados) É notório, que a reutilização e/ou reciclagem dos resíduos da construção civil, é sem dúvidas uma nova área de industrialização rentável, com um enorme mercado por vários anos e não menos importante, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

(Conclusão) A pesquisa tem por objetivo apresentar o estado da arte atual da área de resíduos com suas possíveis aplicações na construção civil, e realizar pesquisas laboratoriais para produção de concretos e argamassas com o respaldo de ensaios de absorção de água, resistência à compressão e de tensão de aderência realizados no laboratório de materiais de construção do UNI-RN com diversos resíduos da construção civil, de fábricas e de poços de petróleo como: o resíduo de poço de petróleo (não tratado) e (tratado), areia reciclada, brita reciclada, escória de cobre, dentre outros, substituindo nos concretos e argamassas a areia fina no preparo do reboco, a areia média no preparo do emboço, a areia grossa na produção do concreto, a brita 19 mm na produção do concreto e a areia fina na produção de argamassa industrializada. No término da pesquisa serão apresentados as aplicações aprovadas e as não aprovadas para cada caso citado, com seus respectivos resultados com aprovação ou não pelas normas vigentes de concreto e argamassa, sendo um roteiro para a comunidade da construção civil do Rio Grande do Norte realizar a aplicação de produtos com custo inferior e com resultados iguais ou superiores das matérias primas tradicionais gerando um grande benefício ao meio ambiente pela ocorrência da diminuição do consumo das matérias primas tradicionais.

Palavras-Chave: Construção Civil, Resíduos, Reuso.

PRODUÇÃO DE TINTA ECOLÓGICA E DE BAIXO CUSTO À BASE DE SOLOS: PROJETO ECOTINTAS DATERRA

Autor(es):

Rodolfo Tanaka Lucena de Freitas Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Arthur Alves Mendonça: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Matheus Souza do Amaral: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Elton Cortês Rocha Siqueira Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Visando o tema da sustentabilidade presente cada vez mais no dia a dia da construção civil, procurou-se reproduzir e testar uma tinta sustentável à base de terra, aqui chamada de ECOTINTAS DATERRA, com baixo custo de fabricação reutilizando os resíduos do laboratório de mecânica dos solos do UNI-RN. A ideia resgata e aprimora o uso tradicional de terra para a produção de tintas onde serão utilizadas nas residências com diversas aplicações na engenharia civil e arquitetura, além de permitir a reutilização de resíduos gerados dentro do laboratório.

(Metodologia) As tintas DATERRA são preparadas artesanalmente usando a terra como pigmento, cola branca pura (PVA), para fixação e ligante, além de água. As tintas DATERRA são livres de Compostos Orgânicos Voláteis (COV'S), substâncias poluidoras provenientes do petróleo que atacam a camada de ozônio, além de não conterem pigmentos como chumbo (Pb) e mercúrio (Hg), metais pesados que dão tonalidades às tintas convencionais e que causam doenças graves na população (Freitas, 2006). Outra vantagem é que não possuem plastificante, por consequência não cria película, permitindo a troca gasosa do substrato com o meio, além de ser inodora e atóxica.

(Resultados) Reproduzindo a dosagem proposta por Carvalho et al (2007) e fazendo uso de resíduos sólidos provenientes dos ensaios no Laboratório de Mecânica dos Solos do UNI-RN, utilizou-se 4 materiais que foram passados nas peneiras de mesh 20 (850 µm) e na de mesh 50 (300 µm) com isso foram produzidos 8 traços de tintas ecológicas, o que permitiu obter tonalidade distintas deste material, aplicados em diferentes substratos para fins de verificação de uso, custos e durabilidade. Para fins desta pesquisa utilizou-se amostras reduzidas, com isso a proporção trabalhada foi de 100g de terra, 100ml de água e 50ml de cola.

(Conclusão) Esta pesquisa faz uma breve introdução ao tema e reforça o caráter sustentável e técnico de sua produção, apresentando uma forma alternativa de se produzir uma tinta ecológica e com um processo produtivo muito simples, permitindo ser assimilado por mão de obra não qualificada. Conclui-se que as tintas produzidas com terra podem ser aplicadas em áreas internas ou externas, sobre bases de cimento, cal, concreto, madeira, entre outras superfícies. No entanto, em paredes que receberam pintura com tinta esmalte, a óleo e tinta acrílica, não devem ser aplicadas diretamente, pois não há boa aderência entre as camadas, para possibilitar esta aplicação, estes substratos devem ser lixados, removendo a camada de pintura anterior. A tinta se comportou bem ao ser aplicada no substrato apenas com uma demão, sendo opcional a segunda demão para melhor acabamento. No tocante de custos, a tinta DATERRA apresenta um custo inferior se comparada a tinta tradicional de PVA látex, além de não agredir o meio ambiente, que é a sua principal vantagem.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, resíduo, reutilização, revestimento.

SANEAMENTO ECO-EFICIENTE EM COMUNIDADES RURAIS DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Lucas Mateus Felipe Saraiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN
Antonio Carlos Matos de Oliveira: Docente do UNI-RN
Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Saneamento básico é um conjunto de atividades relacionadas como: o abastecimento de água potável, a coleta e tratamento de esgoto, o manejo de águas pluviais, coleta de lixo e práticas de higiene. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a agricultura familiar reúne 14 milhões de pessoas, mais de 60% do total de agricultores, e detém 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil. É comum nessas comunidades o uso de fossas rudimentares (fossa "negra", poço, buraco, entre outras.), que contaminam os lençóis freáticos e, obviamente os poços de água. Desta forma, há grandes possibilidades de propagação de doenças veiculadas pela urina, fezes e água. Essas doenças também são conhecidas de feco-orais, como diarreia, hepatite, cólera, salmonelose, amebíase entre outras que são doenças graves e até mesmo fatais. Tendo o conhecimento desses fatos, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e destacar uma alternativa para o produtor rural e/ou moradores de cidades pequenas onde não há ou há pouco saneamento, uma forma de substituir a um custo barato para as pessoas, o esgoto a céu aberto e as fossas sépticas e utilizar o efluente como adubo orgânico, reduzindo os gastos com adubação química, assim, melhorando o saneamento e desenvolvendo a agricultura orgânica.

(Metodologia) A metodologia utilizada foi buscar na literatura textos científicos na área de saneamento e tratamento de efluentes em propriedades rurais. Aliando este conhecimento teórico a prática, foi construído um biodigestor em pequena escala para representação prática e visualização do processo de decomposição anaeróbica da matéria orgânica digerível por bactérias que a transforma em biogás e efluente estabilizado e sem odores. O biodigestor é composto por 3 caixas de fibra de vidro, interligadas por tubulação de PVC, conectados diretamente com o vaso sanitário (pois a água do banheiro e da pia não tem potencial patogênico e sabão ou detergente tem propriedades antibióticas que impossibilita o processo de biodigestão). Para que o processo todo ocorra é necessária a aplicação de 5 kg de esterco bovino fresco diluídos, em 5 L de água e sua reposição é realizada a cada 30 dias. Após os primeiros 30 dias o efluente do 3º tanque já pode ser utilizado para fins agrícolas.

(Resultados) Após a passagem no 3º tanque pode-se constatar que, além de livre de germes patogênicos fecais, esse produto é um autêntico adubo orgânico. Conforme os dados da EMBRAPA, após a digestão anaeróbica no interior do biodigestor, o material se transforma em biofertilizante, que apresenta alta qualidade para uso agrícola, com teores médios de 1,5 a 2,0% de nitrogênio; 1,0 a 1,5% de fósforo e 0,5 a 1,0% de potássio. É um adubo orgânico, livre de agentes causadores de doenças e pragas às plantas e colabora de forma excelente na recomposição do teor de húmus do solo, funcionando como melhorador de suas propriedades químicas, físicas e biológicas, que importante papel na sua estruturação e fixação de nitrogênio atmosférico.

(Conclusão) Portanto, além do benefício de evitar o lançamento de esgoto a céu aberto, pode-se, também, evitar proliferação das doenças. É importante destacar que, a fossa biodigestora devido ao seu baixo custo de confecção, permitir uma melhor eficiência, uma vez que na biodigestão dos excrementos humanos, bem como a eliminação de agentes patogênicos, faz desse modelo de fossa séptica mais indicada para substituir a tradicional "fossa negra", normalmente utilizada na área rural, e que é a principal responsável pela contaminação das águas subterrâneas, que abastecem os poços. Quanto a reutilização do efluente, o mesmo mostrou-se ser uma fonte de macro e micronutrientes para as plantas, além de matéria orgânica para o solo.

Palavras-Chave: Saneamento rural. Sustentabilidade. Biodigestor

TEOREMAS DE TRABALHO E ENERGIA APLICADOS À MECÂNICA ESTRUTURAL

Autor(es):

Oswaldo Vieira Luceno Júnior: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Natália Aragão Tavares: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Tomás Barros Vasconcelos: Docente do UNI-RN

(Introdução) A mecânica estrutural em função de diversos parâmetros é de fundamental importância na engenharia civil, tendo em vista que ela abrange-se em empregar técnicas numérico-matemática com o intuito de alcançar a integridade estrutural. Atrelado à mecânica, os Teoremas de Trabalho e Energia são referenciados no que diz respeito ao estudo de deslocamentos, além de ser artifício para solucionar estruturas estaticamente indeterminadas. O uso desses Teoremas é respaldado pelo conceito da Energia de deformação e auxiliado pelo Princípio da Superposição dos Efeitos. Aplicando este princípio é possível encontrar os deslocamentos resultantes e as reações hiperestáticas. O estudo e aplicação desses métodos são de grande notoriedade, pois são aplicáveis a todas as estruturas linearmente elásticas e a partir dele se consegue prever os deslocamentos que irão acontecer nas estruturas podendo dimensioná-las de acordo com os esforços atuantes. Objetiva-se conhecer cada Teorema de Trabalho e Energia através de um embasamento teórico associado ao modelo matemático e verificar qual o mais efetivo relacionando os diferentes esforços solicitantes.

(Metodologia) Esta pesquisa foi desenvolvida tendo como respaldo consulta bibliográfica em livros, trabalhos e artigos. Na intenção de comparar os métodos em situações pré-estabelecidas, foram feitas simulações de sistemas estruturais baseados no acervo de conhecimentos adquiridos após o mesmo tornar-se suficiente para avaliar os resultados obtidos, que em coaduno aos sistemas práticos serão agregados no artigo que dará seguimento a pesquisa. Para tanto, serão utilizados dados obtidos a partir de uma aplicação dos esforços em dois sistemas, uma viga Euler – Bernoulli e uma viga mono engastada com um apoio de 1º gênero, realizando uma analogia entre o Teorema de Clapeyron, Teoremas Recíprocos e Teorema do Trabalho Mínimo, e um software que se destina ao ensino do comportamento estrutural.

(Resultados) De acordo com a análise dos métodos aplicados nas situações já mencionadas, notamos que os resultados das deformações obtidas através do Teorema de Clapeyron serviram de alicerce para que Maxwell e Betti baseassem seus estudos no que compõe o teorema da reciprocidade. Porém o teorema de Maxwell se mostrou mais eficaz por ter análise mais generalizada. O Teorema do Trabalho Mínimo foi formulado para calcular deformação a partir de uma única carga e seus resultados se aproximam no estudo relacionando o software Ftool para uma viga mono engastada hiperestática, os dados coletados se mostraram afins, sendo o esperado ao início da pesquisa.

(Conclusão) A engenharia de estruturas caminha cada vez mais, para obtenção de padrões racionais alinhados aos conceitos de determinação, mas, ainda são necessários muitos estudos a serem feitos a cerca da concepção estrutural. A importância técnica acadêmica deste artigo foi de demonstrar o comparativo entre o software (Ftool) e os Teoremas de Trabalho e Energia, esta analogia se mostrou satisfatória, pois, os teoremas apresentarão resultados muito próximos de deslocamento relacionados ao software. Além de solucionar o sistema hiperestático. Por conseguinte, notou-se que é trivial limitar os deslocamentos de uma estrutura já que pode haver desconforto visual ou até perda de estabilidade do sistema estrutural.

Palavras-Chave: Mecânica estrutural; Teoremas de Trabalho e Energia; Análise deslocamentos; Princípio da Superposição dos Efeitos.

USO DO BAMBU COMO ALTERNATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DO AÇO PARA CASAS POPULARES

Autor(es):

Eudes Francescoli de Oliveira Barbalho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Antonio Carlos Matos de Oliveira: Docente do UNI-RN

Elton Cortês Rocha Siqueira Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O uso do bambu na construção civil não surgiu com a "onda da sustentabilidade". Em países asiáticos e americanos, como China, Equador e Colômbia, a técnica já é bem desenvolvida e utilizada até para pontes e edifícios de pequeno porte. Mas no Brasil para ser viável em larga escala, é necessário primeiro difundir a cultura e tirar esse preconceito com que os brasileiros tratam a planta, e depois criar um material didático para difundir as técnicas de utilização e treinar a mão-de-obra". Dentro desse contexto a elaboração desse projeto visa implementar projetos de estruturas de casas populares com estrutura de bambu, substituindo o aço, material no qual é de difícil acesso, custo alto e na maioria das vezes não é reciclado, virando apenas entulho.

(Metodologia) Busca-se a implantação de projetos barateados com o material alternativo, o bambu. Este material passando por um tratamento específico sobre a forma natural do vegetal, ele consegue se igualar em resistência qualitativa ao aço, que é um material industrializado e que ainda tem pouca reciclagem. Portanto o objetivo central é dar acessibilidade a famílias carentes que necessitem do uso de estruturas de aço, mas que possam substituir pelo aço, e o secundário, mas não menos importante é o comprometimento com a sustentabilidade ecológica, já que o bambu é natural em todas as etapas. Serão realizados estudos a respeito da resistência do bambu, ensaios laboratoriais de resistência, estudos bibliográficos sobre a fibra e as direções da fibra, e como ela pode ser melhor aproveitada para a melhora do seu uso. Estudos programáticos em complemento do projeto de extensão Vila Ecológica, a respeito das colunas, vigas, treliças, entre outros complementos, bem como estudos analíticos do quanto os elementos suportam, da mesma forma que serão analisados casos já existentes na cidade de Natal/RN ou em outro lugar via pesquisas de casos já estudados ou simplesmente publicados. Por conseguinte, a elaboração fará parte essencialmente deste projeto ao passo em que as construções forem sendo executadas na casa de bambu, será estudado a forma pela qual os bambus estão sendo usados e aproveitados de maneira simples e eficiente.

(Resultados) A princípio o material estará disponível para aluno e professores no campus do UNI-RN no bambuzal, na vila ecológica, podendo ser utilizado em aulas expositivas ou mesmo como estudo complementar para os alunos. Já os ensaios técnicos criados, também estarão disponíveis na internet e auxiliarão na compreensão dos diversos conceitos teóricos sobre as lajes, os pilares e vigas. Sendo que a internet atinge o público em geral, o material disponível poderá ser consultado por alunos e interessados, não somente pertencendo ao centro universitário, mas também a qualquer outra instituição, pois esse trabalho será divulgado no meio público. Pode-se esperar que outras instituições invistam nessa tecnologia, existindo uma possível interação entre os projetos didáticos de diversas instituições. Não obstante, brevemente maiores resultados a respeito das resistências e comparações com o aço serão expostos.

(Conclusão) Finalmente o projeto proposto visa amparar famílias carentes com possíveis estruturas armadas a partir do bambu. De acordo com a metodologia proposta, espera-se permitir e aumentar a compreensão do comportamento das estruturas, através do estímulo gerado pelo recurso natural.

Palavras-Chave: Bambu. Casas carentes. Resistência. Aço. Comparação.

VIABILIDADE DO BAMBU NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Autor(es):

Vitor Iann Moreira Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
David Vasconcellos Simonetti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
Arthur Alves Mendonça: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN
André Medeiros Guedes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN

Orientador(es):

Antonio Carlos Matos de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Atualmente a construção civil é uma das áreas que mais tem se inovado com relação à sustentabilidade, utilizando materiais renováveis e buscando soluções para substituição de outros materiais por outros mais eficientes, menos agressivos ao meio ambiente e de fabricação com menos impactos ao meio ambiente, esse tema se tornou indispensável quando se trata de construção civil, dessa maneira foi desenvolvido esse estudo para a utilização da madeira do bambu em substituição às alvenarias tradicionais, incluindo a madeira de lei, como uma maneira alternativa que visa reduzir os resíduos que são normalmente depositados no meio ambiente e reduzindo os custos das construções residenciais de pequeno e médio porte.

(Metodologia) Foram estudadas as utilizações do bambu e seus tipos de tratamento para conseguir atingir as suas melhores propriedades, buscando aumentar seu número de utilidades. Um dos métodos de tratamento do bambu consiste na utilização de maçarico por exemplo, o objetivo desse tratamento é retirar sua seiva e a umidade que nele consiste, assim evitando ataques de pragas e insetos, aumentando sua vida útil. A vila sustentável do UNI-RN será um protótipo acerca da utilização do bambu em construções, este, será dividido em seis etapas distintas: Fundações, Estrutura, Painéis, Instalações, piso e Cobertura. Sua localização será ao lado do Projeto de Compostagem com o objetivo de criar um Polo de Ações de alternativas para a sustentabilidade ambiental. Foram analisados os tipos de bambu com o qual averiguamos a existência de diversas espécies com diferentes características e propriedades, a classificação do bambu onde foi visto qual dos tipos estudados tem as características ideais para determinadas aplicações, foram realizados testes de compressão no laboratório de resistência dos materiais do UNI-RN, com a finalidade de se obter dados sobre as propriedades dos bambus que foram estudados, estes dados foram comparados aos dados de testes de resistência mecânica (tração, flexão e compressão) da Unesp Campus de Bauru.

(Resultados) Para complementar o trabalho foi usado a pesquisa feita pela Unesp Campus de Bauru. O intuito desse estudo realizado é testar suas resistências mecânicas. Com esse resultado comprova sua resistência e dessa forma mostrando suas características promissoras na construção substituindo a alvenaria, incluindo a madeira e aço de maneira mais direta aprova seu uso em elementos como paredes, fundações, pilares estruturais, e dentre outros usos em substituição de materiais que agredem o meio ambiente. De acordo com Jansen (2000), "suas propriedades estruturais, tomadas pelas relações resistência/massa específica e rigidez/massa específica superam as das madeiras e do concreto, podendo ser comparadas ao do aço". E foi analisado também que a energia usada para a produção desse material é muitas vezes menor do que a usada na produção de outros materiais com propriedades parecidas, como o aço, desta maneira, reduzindo custos.

(Conclusão) Esta pesquisa faz uma breve introdução ao tema e reforça o caráter sustentável e técnico de sua produção, apresentando uma forma de utilização do bambu em substituição às alvenarias comumente utilizadas na construção civil, foi estudado que o bambu tem capacidade de surpreender o mundo por conta da sua usabilidade, sustentabilidade e facilidade em se criar essa planta, sem dúvida estará cada vez mais presente no futuro como um material com uma grande quantidade de aplicações. Esta pesquisa ajudará a difundir as características e possíveis utilizações do bambu para as pessoas.

Palavras-Chave: Sustentabilidade, Substituição, Utilização, Aplicação

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

CSET5 - INFORMÁTICA

ANÁLISE DE DADOS GEOGRÁFICOS UTILIZANDO SOFTWARE DE BI QLIK VIEW

Autor(es):

Raniere de Melo Viana: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN

(Introdução) A grande maioria das empresas utiliza rotineiramente, planilhas de Excel em suas atividades. Essas planilhas, são usadas em simples demonstrativos de cálculos ou até como o principal sistema de dados dessas empresas. O principal objetivo deste trabalho é demonstrar que é possível utilizar uma ferramenta de “BI” em qualquer empresa com pouco ou nenhum conhecimento técnico em tecnologia da informação para demonstrar de forma amigável e dinâmica, os dados dessas planilhas. A Ferramenta QlikView foi usada em sala de aula no curso de Tópicos Especiais em Bancos de Dados e devido aos manuais disponíveis, os resultados práticos foram observados em pouco tempo. Apesar de ser um software proprietário, a empresa disponibiliza uma versão gratuita para um único usuário isolado em uma máquina, porém com todo o potencial aberto para uso. A ideia inicial era usar o Pentaho, por ser um software de código aberto e de livre distribuição, porém a alta complexidade de implantação do ambiente de trabalho inicial inviabilizou a ferramenta. Seria necessário um profissional especialista para instalação e configuração do ambiente, além de uma possível manutenção.

(Metodologia) Através de uma pesquisa bibliográfica e com os manuais disponíveis do QlikView. Os manuais foram pouco utilizados em sala de aula, esse material permite análises mais detalhadas nos dados propostos. Será possível explorar o potencial do software apresentando dashboards mais ricos. Serão usadas como massa de dados as tabelas disponíveis no site do IBGE, elas estão na forma de relatórios estáticos e serão convertidos para bancos de dados relacionais e apresentadas em dashboards. Uma vez absorvidos pelo QlikView esses bancos de dados relacionais são interpretados automaticamente pelo software sem a necessidade de criar cubos OLAP. O Analista preocupa-se apenas com a apresentação desses dados.

(Resultados) A ferramenta se mostrou de fácil adaptação e o seu aprendizado muito rápido. Os resultados práticos foram observados quase que imediatamente. Após a importação dos dados pelo QlikView, qualquer ferramenta do software já apresenta uma melhor forma de visualizar aqueles dados que, anteriormente, se encontravam em relatórios estáticos e passíveis de interpretação.

(Conclusão) Comparada com outros softwares de Business Intelligence, o QlikView se mostrou extremamente usual e eficiente. Apesar de ser um software proprietário, sua versão de distribuição gratuita abre uma gama de possibilidades em análises de inteligência Empresarial. Qualquer empresa pode usar o QlikView e obter resultados visíveis em pouco tempo. Mesmo usuários iniciantes, aliados ao enorme acervo de manuais existentes, terão grande facilidade no uso do QlikView.

Palavras-Chave: Business Intelligence, QlikView, Análise de dados, Dashboards, Planilhas de Cálculo.

APLICAÇÃO DA ITIL NO SETOR DE TI DA BASE AÉREA DE NATAL – COM FOCO NA QUALIDADE DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS

Autor(es):

Flávio Soares de Sousa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN

(Introdução) Várias metodologias, experiências, manuais foram feitos para gerenciamento de empresas em busca da melhor visão de gestão. O mais usado e consagrado framework para o gerenciamento de serviço de TI é a biblioteca das melhores práticas ITIL. Doutores, especialistas e consultores realizaram, com base em experiências e casos de sucesso, a partir de pesquisas para desenvolver o framework. Com foco nos clientes e na qualidade dos serviços criou-se um manual de melhores práticas para a gestão de serviços. Por existir vários problemas na qualidade do serviço prestado aos setores da unidade por falta de material, equipamentos e ferramentas para a realização dos serviços; por falta de quantidade de técnicos e qualificação dos mesmos; por falta de um gestor na área de TI; e etc. Tudo isso me deu subsídio para a utilização do ITIL na TI da Base, em busca das melhores práticas e serviços de qualidade. E por causa desses motivos é que foi feita esta pesquisa para mostrar os problemas existentes e suas possíveis soluções utilizando o framework. Para dá não apenas para o usuário final um serviço de qualidade, mas uma qualidade aos prestadores de serviços de TI da Base. Com estes benefícios de boas práticas teremos o aumento da eficiência e eficácia que trarão melhoria para a organização.

(Metodologia) A pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, bem como uma pesquisa de caso, por ter sido feita baseada nos problemas encontrados no dia a dia ao longo de 4 anos no setor de TI da Base. Todas as informações obtidas foram adquiridas por pesquisas na internet sobre o framework ITIL. E na Intraer da Aeronáutica sobre os documentos que regem as normas da TI. Com a análise feita, escolheu-se por uma abordagem qualitativa, onde foi obtido informações e opiniões dos técnicos e gestores, e a minha própria convivência no local sobre o setor de TI, que hoje se divide em quatro setores: Hardware – prestando serviço de manutenção em desktop's e notebook's e instalação de software; Servidores – presta serviço na instalação e gerenciamento dos servidores; Redes – trabalha com a parte de rede estruturada; e o Help desk – dá suporte aos usuários, e instalação e atualização de software's.

(Resultados) Um dos grandes fatores de problema no atendimento é o tempo que leva para se entregar o serviço. Na seção de hardware as máquinas(host) tem um prazo de atendimento que são 72h, mas chega a passar duas semana na oficina para ser entregue ao usuário. Isto por falta de pessoas para dá conta do serviço. O help desk também é outro setor que sofre por falta de pessoas e de um quadro de horário para ter sempre pessoas para atender o usuário. O setor de servidores trabalha com equipamentos velhos e tem grandes problemas com armazenamento de dados, por falta de volume.

(Conclusão) A pesquisa ainda não foi concluída. Ela está em andamento. Com o framework ITIL sendo implantado como boas práticas teremos com certeza bons resultados. Até agora houve a admissão de um militar aposentado, que foi contratado, para assumir a posição de coordenador da TI. Onde o mesmo tem conhecimento em TI e tem graduação na área, dando assim um apoio melhor para a qualidade do serviço. Admissão essa que foi fruto da explanação em reunião para aumentar o efetivo para dá qualidade no serviço. E com esse pequeno passo dado vejo que vale apenas se aprofundar mais na pesquisa para ter subsídio argumentativo para se conquistar o que se precisa para obter uma seção com boas práticas no serviço de TI na Base Aérea de Natal.

Palavras-Chave: ITIL, Tecnologia da Informação, Serviços de TI.

APLICAÇÃO DE MICROSERVIÇOS COM DOCKER CONTAINERS.

Autor(es):

José Diego Marques Ramos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Mauricio Pereira Martins: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Rodrigo Emerenciano de Oliveira: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Wilson Vieira Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o advento da internet, inúmeros sistemas computacionais voltaram-se para o ambiente web 2.0, o que modificou por completo a percepção do usuário, possibilitando uma maior interação, em diversos idiomas. Atualmente temos disponíveis em nos domínios on-line em sua maioria, aplicações com arquiteturas monolíticas, que tem como vantagem o seu grande desempenho, pois todas as funcionalidades do sistema estão acopladas nele, em contrapartida oferece grande desvantagem que se caracteriza no momento em que é encontrado erros ou falhas que podem ocorrer no seu funcionamento e ocasionar em uma parada completa da aplicação, deixando o serviço indisponível por tempo indeterminado.

(Metodologia) A pesquisa caracteriza-se como exploratória, visto que por meio da identificação e conhecimento do problema, é verificado que tecnologias já existentes podem auxiliar na melhoria, e ganho de benefícios, oferecendo condições para ser trabalhado com seus recursos de forma conjunta, e proporcionar novas soluções para aplicações e serviços de forma eficiente no mercado.

(Resultados) De acordo com a análise realizada de diversos casos, apresenta-se uma certa carência de serviços que concedem funcionalidades de infraestrutura e desenvolvimento, a nível de escalabilidade, e disponibilidade, dessa forma foi realizada a escolha do uso de microsserviços, aplicando-se de forma a dividir a arquitetura em serviços menores, a fim de diminuir possíveis erros em setores do sistema, citado como por exemplo o caso da loja virtual da Casa do Código, onde ocorre a separação do sistema de emissão de notas fiscais, controle de logística, promoções, liberação de e-books, painel do autor, painel do cliente, e toda a comunicação entre esses sistemas menores é feito por meio do uso do protocolo HTTP com retorno em JSON, uma estrutura de dados em javascript, bem leve, e de fácil entendimento. Aliado a arquitetura de microsserviços, selecionamos a tecnologia do Docker, para a implantação no setor de infraestrutura da aplicação ou serviço, de forma a ofertar a opção de criação de containers com todas as dependências do software e controle de versionamento, alcançando a portabilidade em diversas plataformas. A escalabilidade horizontal é realizada por intermédio do docker-compose associado a técnica de clustering do docker-swarm, permitindo o processamento distribuído dos containers pertencentes ao mesmo pool.

(Conclusão) De acordo com os casos de uso observados durante a pesquisa, foi observado que em comparação com a arquitetura de sistemas monolítica em produção, o uso de microsserviços com docker containers, se destaca de forma a favorecer ganhos de desempenho, performance, e segurança a possíveis sistemas web, que venham a ser implantados no mercado.

Palavras-Chave: Microsserviços, Paravirtualização, Spring Framework, REST.

APLICATIVO DE SERVIÇOS MOBILE

Autor(es):

Felipe Araújo de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Rayson Vinicius da Silva Coelho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Maíra de Farias Barros Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo desse trabalho é mostrar a tecnologia como aliada no dia a dia, visando a ascensão do uso de aplicativos em dispositivos móveis. Dessa forma, buscando aproximação entre o prestador de serviço e o cliente. O sistema em estudo visa permitir o cliente solicitar serviços à profissionais capacitados, mediante categoria da solicitação, garantindo uma ferramenta com interação direta sem necessidade de um mediador.

(Metodologia) A metodologia adotada para a elaboração desta pesquisa foi embasado em um levantamento bibliográfico a respeito de serviços, em artigos publicados, revistas científicas e sites especializados em tecnologia.

(Resultados) Segundo Cirilo (2007), a computação móvel consiste em sistemas computacionais distribuídos em diferentes dispositivos que se comunicam entre si por meio de uma rede de comunicação sem fio, o que permite a mobilidade desses aparelhos. O usuário, então, é capaz de utilizar os serviços que um computador oferece independente de sua localização física. A utilização da telefonia celular digital, juntamente com a difusão da conectividade sem fio, coloca a disposição uma ferramenta que possibilita ao solicitante de um serviço enviar sua localização atual, através do sensor GPS (Global Positions System), para automatizar o processo de deslocamento do prestador ao solicitante. Atualmente vários aplicativos já contam com este mecanismo e é um dos seus recursos principais, pois evita que o usuário tenha que ligar para um tipo de central. Sendo assim o serviço é solicitado diretamente para o prestador do serviço. Os mais difundidos atualmente são 99 Taxis, Easy Taxi, Uber entre outros. "A junção de um setor que tem uma demanda muito forte, um hábito de consumo e de frequência de consumo muito grande no Brasil, com uma pré-disposição cultural muito favorável a abraçar o mundo digital, faz com que isso seja um fenômeno de alto potencial de crescimento", afirma Serrentino.

(Conclusão) De acordo com os aspectos observados, foi visto a oportunidade do desenvolvimento de um aplicativo mobile. Esse contará com dois ambientes: um para o usuário (requisitante), que deverá se cadastrar com seus dados pessoais, incluindo número telefônico válido, tendo disponível vários serviços onde poderá selecionar conforme sua necessidade, solicitando um profissional qualificado para resolver o seu problema; e outro para o Prestador de Serviço (executante), no qual contará com um ambiente onde poderá gerenciar as solicitações baseadas em sua categoria, atribuindo-lhe uma solicitação. O sistema ainda contará com informações de localização do usuário, coletadas através de uma API (Application Programming Interface) que utiliza o recurso do sensor do GPS (Global Positions System) para otimizar o deslocamento até o local do requisitante. Este será disponibilizado a nível local, dentro do Rio Grande Norte com expectativas de expansão mediante aderência.

Palavras-Chave: Aplicativo, Mobile, Solicitação, Serviço, GPS

ARQUITETURA SOA E MICROSERVICES

Autor(es):

Jose Donizette Domingues: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Uma arquitetura bem definida é aquela que consegue identificar e descrever a melhor composição lógica e orquestração de componentes cabíveis à solução do problema. A arquitetura de softwares orientada a serviços (SOA), apresenta todos os componentes utilizados, denominados serviços, como forma de encapsular um determinado processo de negócios ou alguma funcionalidade reutilizável. Serviços envolvendo SOA habitualmente possuem definidas API's e são partes de um sistema distribuído no qual utiliza-se desses fatores para tirar vantagens em relação a alta portabilidade, aproveitando-se da natureza de plataformas independentes. A abordagem denominada microservice, faz um mapeamento excelente da forma que utilizamos softwares atualmente. Os dias em que aplicações isoladas dominavam workflows estão no passado. De maneira oposta, APIs transitórias vem provendo um incalculável fluxo de dados para seus usuários através de dispositivos mobiles, tablets, laptops, dispositivos como relógios e tênis, automóveis, entre outros hardwares interativos. Postagens em Blog, reviews, e até mesmo tweets podem alterar drasticamente o forma de requisições para uma organização; mas os usuário sempre esperam respostas rápidas e confiáveis. O desenvolvimento com Microservices permite a aplicação ser distribuída globalmente com uma baixa latência com capacidade de até mesmo executar diversas versões do mesmo serviço ao mesmo tempo. E, uma vez que os serviços são organizados pelas regras de negócio, e não restritos pela estrutura de código, ou linguagem, as tecnologia e as interfaces do futuro tornam-se uma muito menos assustadoras.

(Metodologia) A pesquisa é classificada como descritiva. A coleta de dados, foi realizada através de pesquisas de serviços oferecidos nas maiores redes de supermercados do país. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, SEBRAE CANVAS que é estruturado em uma tela com nomes em blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

(Resultados) Casos de sucesso, como a NETFLIX, confirmam a viabilidade de migração de uma aplicação monolítica para microservices. Alta disponibilidade, baixa latência e escalabilidade são algumas das vantagens citadas pelos principais autores da área que puderam ser observadas na pesquisa. Também foi indicado que a decomposição de uma aplicação em 'pedaços' menores leva a uma maior liberdade de escolha da tecnologia mais adequada para cada serviço.

(Conclusão) Devido a crescente necessidade de respostas rápidas e confiáveis, em um cenário altamente mutável em curtos períodos, bem como a capacidade de escalabilidade, alta disponibilidade e independência da localização dos componentes, microservices se tornam uma boa escolha de para o desenvolvimento de aplicações. A possibilidade de dividir um projeto em vários componentes, que são executados em seus próprios ambientes, permite separação de responsabilidades, sendo, o processo de integração de novos colaboradores para o desenvolvimento, algo simples, por permitir a livre escolha entre diferentes linguagens e tecnologias. Proporcionando a prevenção de que uma pequena parte do sistema venha a comprometer, todo o funcionamento de uma solução.

Palavras-Chave: Arquitetura, software, microservices, SOA.

BANCO DE DADOS NOSQL E SUA RELAÇÃO COM BIGDATA

Autor(es):

Emmanuel Ricardo Calixto: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Vivemos na era em que se gera um volume gigantesco de informações em todo o mundo. Isso se deve aos muitos dispositivos que possuem a capacidade de conectar-se à Internet e gerar dados. Um dos mais populares é o smartphone, que, no Brasil, representa o meio mais comum de acesso à Internet. Além dos smartphones, as redes sociais também contribuem para a geração de conteúdo, seja por meio de fotos, posts, comentários, áudios, etc. Outro forte gerador de dados são os diversos tipos sensores que transmitem informação de um determinado ambiente para a Internet, fazendo parte de uma área chamada de Internet das coisas – IOT. Sendo assim é possível perceber a grande geração na quantidade e, principalmente, variedade dos dados que são gerados. A análise desses dados, que funcionam como uma espécie de termômetro social ou econômico, poderá trazer para as empresas uma vantagem competitiva ou um melhor posicionamento no mercado. Nesse cenário, relativamente novo e formado em grande parte por dados não estruturados, os bancos de dados NoSQL apresentam um desempenho superior aos bancos de dados relacionais na manipulação de grandes massas de dados. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o conceito de NoSQL e falar sobre dois dos principais bancos desse gênero, MongoDB e CouchDB. Além disso, será apresentado como esses bancos de dados estão inseridos no contexto de Big Data.

(Metodologia) Levando em conta o aspecto metodológico, quanto à natureza, foi feita uma pesquisa básica, com objetivo exploratório e utilizando a abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, foi feita uma pesquisa bibliográfica. Além disso, foi utilizada uma ferramenta de teste de estresse, chamada Jmeter, para observar o desempenho do MongoDB e CouchDB, frente à uma grande quantidade de requisições.

(Resultados) A pesquisa me permitiu analisar, e assim perceber que o Big Data envolve um grande volume de dados (nem sempre estruturados) e que os bancos de dados NoSQL, diferentemente dos bancos de dados relacionais, possuem um bom desempenho para esse tipo de realidade. O estudo me permitiu um maior aprofundamento sobre o Big Data, NoSQL e sobre os dois tipos de bancos de dados orientados a documento que foram estudados: o MongoDB e o CouchDB.

(Conclusão) Através da pesquisa será possível apresentar o futuro promissor para utilização da tecnologia de banco não relaciona. É apresentado que a adoção por grandes companhias, como Facebook e Google, comprova o amadurecimento e a robustez da tecnologia no tratamento de gigantescas quantidades de dados. Além disso, através dos estudos, é possível notar a grande tendência de que em um futuro breve tenhamos mais dispositivos conectados e enviando informações do que pessoas. E em tal proporção, ocorrerá o crescimento da adoção dos bancos não relacionais.

Palavras-Chave: Big data NoSQL Volume Variedade

COMPRAEASY : UMA MODELAGEM DE NEGÓCIO NO SEGMENTO DE E-COMMERCE

Autor(es):

Jose Donizette Domingues: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Felipe de Araújo Lima de Souza Soares: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Ihago Pietro da Silva Alves: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN
Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O medo do consumidor brasileiro de adquirir produtos pela internet já não é mais um fator de preocupação para as empresas que investem no mercado. A intenção, agora, é dar um passo adiante, onde o consumidor realiza suas compras através de aplicativos mobile. O cenário de compras realizadas via aplicativos vem adentrando o mercado brasileiro com muita velocidade. Atualmente, empresas estão oferecendo descontos e vantagens exclusivas para os clientes que optam por esse meio de compra, de maneira que ao realizar o download do aplicativo, o vínculo entre o consumidor e a empresa se estreitam. O mercado de e-commerce para supermercados é um dos mais deficientes no Brasil, abrindo assim espaço para uma solução de compra online. O CompraEasy, surge como um modelo de negócio que atende as necessidades de pessoas que buscam a comodidade de poderem realizar suas compras pelo celular/internet, seja por falta de tempo, dificuldade de locomoção, ou indisponibilidade no horário convencional de funcionamento da maioria das redes de supermercados, característica que figura entre tantas outras que afastam os consumidores do método de compras tradicional. O CompraEasy apresenta ainda o diferencial da aplicação do modelo drive thru, de maneira que o cliente primeiro realiza sua compra online e depois realiza a coleta do seu pedido, previamente agendado. Este modelo de compras não é aplicado no mercado nacional.

(Metodologia) A pesquisa é classificada como descritiva. A coleta de dados foi realizada através de pesquisas de serviços oferecidos nas maiores redes de supermercados do país. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso da ferramenta de modelagem de negócio, SEBRAE CANVAS, que é estruturado em uma tela com blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

(Resultados) A carência do mercado atual em soluções de compras online para supermercados é evidente. O resultado da pesquisa demonstrou que o modelo e-commerce em supermercados no Brasil é mínimo e que o mercado não oferece sistemas de compras online com coleta agendada para um sistema drive thru. Redes de supermercados fora do país possuem projetos ainda não implantados para sistemas similares.

(Conclusão) Levando em consideração a presente necessidade de um sistema que abrange as áreas inexploradas no mercado brasileiro o projeto do CompraEasy se apresenta viável como uma oportunidade de negócio em um mercado que demanda inovação. O avanço tecnológico e o cenário dos supermercados, nacional e regional, que se encontram em ascensão, proporcionam um momento ideal para o modelo de negócio apresentado pelo CompraEasy.

Palavras-Chave: Supermercados, e-commerce, drive thru.

COMPRAS FARMA: MODELAGEM DE NEGÓCIO PARA INTERMEDIAR NEGOCIAÇÃO ENTRE DROGARIAS E DISTRIBUIDORAS

Autor(es):

Jefferson Gomes da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Isaac Abraão Ricardo dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Inácio Araújo de Medeiros: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do cenário de instabilidade política e econômica que o país se encontra, muitos clientes têm optado por produtos substitutos de boa qualidade, que atendam às suas necessidades, com preços mais acessíveis. Por outro lado, no intuito de se manterem competitivos, os varejistas reduzem suas margens de lucro abaixo da esperada, na expectativa de manter os clientes atuais e de prospectar outros. Em muitos casos, não é o suficiente, quando se leva em conta o poder de negociação dos grandes varejistas comparado aos pequenos empreendedores, o que no ramo de drogarias, setor foco do negócio, não poderia ser diferente. A modelagem é sobre um sistema que intermedia as negociações entre drogarias e distribuidoras e tem como objetivo explicar de forma direta e simples o funcionamento do negócio, desde o pedido de compra até o recebimento dos vencimentos provenientes da atividade desempenhada.

(Metodologia) A pesquisa realizada é classificada como descritiva, exploratória e de campo, sendo feita analisando o processo de compras de medicamentos em uma rede de drogarias que atua nas cidades de Natal e Parnamirim. Como instrumento de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa de mercado utilizando-se a observação participante por parte da equipe que atua no segmento de drogarias. Para realização da modelagem dos dados obtidos com a pesquisa, foi usado uma ferramenta de modelagem de negócios, o Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2011), modelo este composto por nove blocos que permitem traçar planos de ação de acordo com a realidade do negócio, quais sejam: segmento de cliente, proposta de valor, canais, relacionamento com clientes, fonte de receitas, recursos principais, atividades chave, parceiros chave e estrutura de custos.

(Resultados) Os dados demonstraram que o mercado farmacêutico necessita de soluções que dêem um melhor suporte aos pequenos empreendedores. Quando comparados aos grandes varejistas, estas pequenas empresas revelam fragilidade perante a concorrência, necessitando de alternativas para redução dos custos na aquisição de medicamentos, ajudando-os a aumentar a rentabilidade do empreendimento. Os pequenos distribuidores também sofrem com isso, pois os grandes atacadistas do setor possuem um melhor poder de negociação em virtude do volume vendido. Neste contexto o Compras Farma consegue atender às necessidades tanto dos atacadistas quanto dos varejistas parceiros. Devido ao sistema não possuir muitas funcionalidades, tem um grau de implementação relativamente simples se comparado a outros sistemas utilizados no segmento farmacêutico, por possuírem muitas regras de negócio, tornando o desenvolvimento mais complexo.

(Conclusão) Diante da pesquisa realizada e dos dados obtidos com a finalização da modelagem, conclui-se que o projeto se trata de um negócio promissor, dando a possibilidade concreta de expansão a médio prazo e com baixo investimento. É uma ferramenta que agrega valor a todos os envolvidos no processo.

Palavras-Chave: Negociação, Canvas, B2B

CONSTRUÇÃO DE DATA WAREHOUSE E USO DO PENTAHO SCHEMA WORKBENCH COMO FERRAMENTA OLAP

Autor(es):

Isaac Abraão Ricardo dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com o aumento da competitividade de mercado nos últimos anos, os representantes do nível estratégico das corporações necessitam de informações mais aprofundadas dos diversos setores da empresa, com a finalidade de auxiliar na tomada de decisão e traçar um planejamento que venha fazer com que a empresa atinja seus objetivos e/ou supere-os. Para que estas informações sejam adquiridas de uma forma mais rápida, faz-se necessário o uso de ferramentas computacionais que facilitem a análise de negócio. Inseridos nesse contexto estão o data warehouse e OLAP, tecnologias utilizadas para desenvolvimento deste trabalho. Neste contexto, este trabalho consiste em mostrar, de forma simples, um passo a passo de como utilizar a ferramenta Pentaho para realizar uma análise de negócio, utilizando-se de OLAP, a partir das informações extraídas de um banco de dados de uma rede de drogarias, com suas unidades localizadas por regiões diferentes da grande Natal.

(Metodologia) O desenvolvimento do projeto tem como objetivo demonstrar a criação de um data warehouse e implementação do OLAP sobre este repositório de dados através de uma pesquisa aplicada exploratória. Iniciou-se o estudo com uma rápida pesquisa sobre os conceitos utilizados para a realização das atividades relacionadas e, em seguida, definiu-se o departamento o qual teriam suas informações coletadas de uma base OLTP utilizada pelo sistema de automação de uma rede de drogarias juntamente com a diretoria da empresa. As informações extraídas são concernentes às vendas da empresa através do uso do Pentaho Data Integration e armazenadas em um repositório relacional, usando o MySQL como SGBD. Em seguida, foi utilizado o Pentaho Schema Workbench para a modelagem dos cubos.

(Resultados) O trabalho realizado trás como benefícios para a empresa a identificação e minimização de riscos através da análise de fatos, visualização de tendências de mercado através da análise de vendas de produtos por lojas, estas localizadas em diferentes regiões, diminuição de custos no que diz respeito aos estoques como consequência de uma melhor manutenção do mesmo e identificação do perfil da equipe de vendas através da análise de produtos vendidos.

(Conclusão) A realização deste trabalho ajudou a fixar conceitos vistos no decorrer do curso e a entender um pouco mais sobre a importância do uso de ferramentas computacionais no processo de tomada de decisão de uma corporação, tendo em vista os resultados obtidos. A análise dos dados fazendo-se o uso de uma ferramenta OLAP traz informações valiosas sobre a empresa cessionária da base de dados, trazendo-lhe vários benefícios.

Palavras-Chave: Data warehouse. OLAP. Pentaho

EASYSCHOOL – MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE APLICATIVOS PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Autor(es):

Emmanuel Ricardo Calixto: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
João José Alves Neto: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN

(Introdução) Funcionando como principal meio de acesso à Internet no Brasil, o smartphone está presente na vida de muitos brasileiros. De acordo com uma matéria do Estadão, existe uma expectativa do número de smartphones atingir 236 milhões de unidades até 2018. Com tantos dispositivos por aí, surge a necessidade natural de aplicativos que facilitem a vida dos usuários desses smartphones. Uma área que pode se beneficiar das facilidades dos aplicativos é a área de educação. Segundo dados do IBGE existem no Brasil aproximadamente 38 mil escolas particulares e 155 mil públicas. Grande parte dessas escolas possuem algum tipo de problema para comunicar-se com os pais dos alunos, pois, ainda utilizam a custosa agenda de papel. Este trabalho tem o objetivo de apresentar uma solução de B2B para instituições de ensino, que usa o smartphone como plataforma. Trata-se do aplicativo EASYSCHOOL, uma solução que substitui a agenda de papel e traz muito mais agilidade e economia no processo de comunicação entre pais e escola.

(Metodologia) Quanto à natureza, foi feita uma pesquisa aplicada, com objetivo exploratório, com uso de abordagem qualitativa para análise dos resultados coletados por meio de uma pesquisa de campo. Utilizou-se a ferramenta de BMC (Business Model Canvas) do Osterwalder (2011), estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio que são: Seguidores de mercado, proposta de valor, relação com o cliente, canais, parceiros chave, atividades chave, recursos chave, fontes de renda e estrutura de custos. Posteriormente foi operacionalizada através do aplicativo SEBRAE CANVAS (<https://www.sebraecanvas.com>).

(Resultados) A pesquisa permitiu conhecer com mais detalhes esse mercado de aplicativos escolares e ver que, nessa área, ainda existem diversos pontos não atendidos ou atendidos com pouca qualidade. Outro ponto importante foi o conhecimento adquirido em diversas tecnologias usadas na construção do aplicativo EASYSCHOOL, permitindo uma ampliação do conhecimento profissional. A implantação do sistema em uma determinada escola gerou uma grande agilização no preenchimento da rotina diária se comparado ao uso de agendas de papel. Outro ponto observado foi a significativa redução nos custos de impressão dessa escola bem como a facilidade de se enviar comunicados ou notícias. Em uma determinada empresa que usa o aplicativo EASYSCHOOL há aproximadamente um ano, percebe-se, em um universo de 800 alunos cadastrados, uma taxa de reclamações por problemas técnicos de menos de 2% do número de alunos.

(Conclusão) Através da pesquisa será possível apresentar o futuro promissor para os aplicativos escolares. Além disso, através dos estudos, é possível notar a grande tendência de que em um futuro breve existam mais smartphones conectados e enviando informações do que pessoas. Isso mostra uma perspectiva de crescimento desse mercado já que, com mais smartphones, haverá maior demanda por aplicativos.

Palavras-Chave: Aplicativo Smartphone escolas

GOVERNANÇA EM TI: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONTABILIDADE

Autor(es):

Inácio Araújo de Medeiros: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na atualidade o uso de sistemas da informação atinge todos os níveis organizacionais das empresas, cada vez mais estamos dependentes do uso de sistemas para a realização das tarefas, seja para realizar cálculos complexos, manusear grandes quantidades de dados ou até mesmo automatizar tarefas repetitivas. A tecnologia da informação (TI) tornou-se uma ferramenta importante e essencial para que as empresas continuem competitivas no mercado de trabalho, gerando um aumento nos investimentos em TI, com isso as empresas não esperam do setor de TI apenas o desenvolvimento e/ou manutenção de sistemas e manutenção da estrutura física, também esperam a aplicação adequada dos recursos, flexibilidade e adaptações rápidas às mudanças do mercado globalizado, entre outros fatores. Com as mudanças constantes e novas exigências do mercado, surgimento de novas tecnologias e sistemas, aumentou a complexidade no gerenciamento da TI, surgiu então o conceito de Governança em TI que atua na criação de controles e definição de processos, visando manter o alinhamento entre a TI e o negócio da empresa da forma mais transparente possível perante os stakeholders da mesma.

(Metodologia) A pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, também sendo feito um estudo de caso em uma empresa do ramo de contabilidade do estado do rio grande do norte. As informações utilizadas foram recolhidas a partir de sites e consulta a livros da área, também foi consultada a documentação disponível na intranet da empresa e dos manuais/procedimentos presentes no servidor de arquivos da mesma. Como o material coletado não fala sobre todos os processos existentes na empresa também será aplicado um questionário com os integrantes do setor de TI e com a diretora responsável.

(Resultados) Ao final da coleta de dados e análise dos mesmos espera-se obter o nível de maturidade atual de todos os processos da Governança de TI. Serão identificados os processos que precisam aumentar o nível de maturidade para alcançar o desejado, identificando as ações necessárias. Ao final será gerado um documento com as ações necessárias para alcançar os níveis desejados e as ações que impliquem em investimentos por parte da empresa deverão ser incluídas no Diretor de Tecnologia da Informação(PDTI) da mesma.

(Conclusão) Com a análise dos dados coletados espera-se encontrar processos mal formulados ou não medidos e definir estratégias para medição e otimização dos mesmos melhorando o gerenciamento de TI na empresa e alinhando ainda mais os objetivos do TI com o posicionamento estratégico da empresa. Também teremos o Plano Diretor de Tecnologia da Informação(PDTI) que deverá contemplar as necessidades que deverão ser supridas para atingir os níveis de maturidade desejados.

Palavras-Chave: Governança, Tecnologia da Informação, COBIT

HARDWARE VOLTADO A JOGOS

Autor(es):

Alexandro Marcos Nasario do Nascimento: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Jessuir Cleydson Fernandes Bertoldo : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN
Maira de Farias Barros Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) O que há anos era visto somente como mero passatempo, diversão ou até mesmo falta do que fazer (embora realmente seja isso, em alguns - ou maioria - dos casos), hoje é uma indústria que movimenta bilhões de dólares por ano, sendo, inclusive, maior que a indústria de filmes, podendo ser considerada a maior indústria de entretenimento do mundo, movimentando cerca de US\$100 bilhões por ano, sendo cerca de US\$2,63 bilhões só no Brasil. Algo com tais proporções não pode, de forma alguma, ser definido somente como “passatempo”.

(Metodologia) Tendo como base matérias, artigos e reportagens observados pelo grupo para realização deste trabalho, podemos dizer que a indústria de games em geral passa por rápidos e constantes avanços, quer sejam games para computador (PC), consoles (Playstation, Xbox etc.) ou dispositivos móveis, como celulares e tablets. Por causa desse avanço, jogos demandam cada vez mais dos componentes de hardware. Hoje em dia, jogos rodam em Full HD (1920 x 1080) e 60 FPS (frames per second – que se trata da taxa de quadros por segundo na tela; quanto mais, melhor, e, conseqüentemente, mais poder de processamento é exigido) e a indústria já se prepara para dar um salto para o chamado Ultra HD ou, como é mais conhecido, 4K, que tem a incrível resolução de 3840 x 2160.

(Resultados) Mas, como podemos imaginar, nem sempre os jogos tiveram resoluções tão altas. Isso se dá, principalmente, pela incapacidade das empresas que desenvolvem hardware em evoluir tão rápido como as empresas que desenvolvem os softwares (jogos). Com isso, o que se tem de melhor hoje em dia, mal consegue rodar jogos em 4K, sendo necessário, no mínimo, duas ou mais das melhores placas de vídeo da atualidade para rodar jogos em 4K a 60 FPS; onde o esperado seria 120 FPS, ao menos nos computadores (os consoles enfrentam mais dificuldades quanto a resoluções, pois têm hardware que não costuma sofrer grandes alterações durante a geração).

(Conclusão) Com isso, podemos concluir que a indústria quer alcançar o 4K, afinal, isso significa mais qualidade em seus jogos, mas tem alguns “problemas” em seu caminho. Tendo isso em mente, neste trabalho destacamos os principais pontos da indústria de hardware, suas dificuldades e avanços, dando uma rápida olhada para os progressos conquistados até aqui, passando pelo setor de jogos mobile, mas focando em comparações entre os hardwares atuais e o futuro dessa importante parte da indústria de jogos e informática em geral.

Palavras-Chave: Indústria, Avanços, Jogos, Hardware, Full HD, FPS, 4K, Resolução, Dificuldades, Incapacidade, Problemas

JOGOS COMO FERRAMENTA DE AUXÍLIO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE ENGENHARIA DE SOFTWARE

Autor(es):

Ihago Pietro da Silva Alves: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Maíra de Farias Barros Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Engenharia de Software é a área de conhecimento da informática relacionada aos aspectos de produção de software, desde os estágios iniciais de especificação do sistema até sua manutenção. Devido a maioria de suas atividades estarem voltadas para a parte burocrática do processo de desenvolvimento de software e com o advento das metodologias ágeis de desenvolvimento, os alunos estão perdendo o interesse nessa disciplina, dificultando, assim, seu aprendizado. Diante dessa situação, os jogos aparecem como alternativa para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem nos mais diversos níveis de ensino, desde o fundamental até o superior. Tomando como base a definição de Ludwig Wittgenstein – possivelmente, o primeiro estudioso a estabelecer uma definição de jogo de maneira científica – que atribui jogo como uma atividade lúdica com normas livremente estabelecidas pelos participantes, alguns jogos foram criados a partir dos conceitos e/ou normas da disciplina para auxiliar no ensino e incentivar os alunos. Sendo assim, esse trabalho tem o objetivo de realizar uma pesquisa bibliográfica acerca dos jogos que auxiliam o aprendizado da Engenharia de Software.

(Metodologia) Para essa pesquisa, foram feitas buscas no Google a fim de encontrar trabalhos acadêmicos que apresentem jogos como ferramenta auxiliar no ensino da Engenharia de Software. Após a análise dos resultados retornados pela pesquisa, foram escolhidos para análise, 2 (dois) jogos digitais voltados para a aprendizagem do gerenciamento de projetos, são eles: o SE-RPG e o SCRUMMING.

(Resultados) Segundo Wangenheim, Savi et al (2009), o SE-RPG é um jogo baseado em papéis (RPG – Role-Playing Game). Através da simulação do ambiente de uma empresa fictícia de desenvolvimento de software, o jogo procura ensinar ao jogador alguns conceitos de Gerenciamento de Projetos de Software, sendo considerado, após a avaliação, um jogo desafiador e motivador. O SCRUMMING, por sua vez, é um jogo educacional destinada a apoiar o ensino do SCRUM, que é uma metodologia ágil de desenvolvimento de software centrado em torno de uma série de sprints (períodos determinados de tempo quando um incremento de sistema é desenvolvido). A análise desses jogos, pode-se chegar aos seguintes resultados: ambas tiveram como objetivo tornar mais atraente o ensino do gerenciamento de projetos; a SE-RPG demonstrou de forma lúdica o ambiente de uma empresa, através de técnicas que utilizam a mecânica de jogos em tarefas com o objetivo de incentivar as pessoas a desempenharem tarefas do processo, tais como: envolvimento dos usuários na elicitação de requisitos, introdução de mudanças, estímulo à inovação, prazos ou aprendizagem.

(Conclusão) Levando-se em consideração algumas dificuldades para aprendizagem do jogo em si, pode-se considerar que a utilização de jogos é uma forma bastante interativa e funcional de estimular o aluno, o colaborador, ou qualquer outro usuário a aprender e a executar suas tarefas com mais facilidade, permitindo, dessa forma, que se tenha um resultado final satisfatório.

Palavras-Chave: Jogos, aprendizagem, engenharia de software.

MAPEAMENTO DE MOVIMENTOS COM KINECT

Autor(es):

Edmar Diogenes de Oliveira Paes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Kinect é uma ferramenta que utiliza um sensor de movimentos desenvolvido pela Microsoft. Este aparelho permite que os jogadores possam ter uma experiência de jogabilidade diferente da tradicional, devido ao fato de dispensar o uso de controles ou joysticks para jogar. Sendo seu uso uma facilidade importante para mapear os movimentos e convertendo-os em dados que são utilizados pelo computador para realizar ações. Essa forma de processamento já vem sendo bastante utilizado em jogos alguns dos mais conhecidos já utilizam essa forma de interação com o kinect da Microsoft, PrimeSense, Nintendo wii e Playstation Move. É uma forma de interface totalmente inovadora que capta movimentos do usuário, criando assim, flexibilidade, naturalidade e fácil aprendizado, sendo uma possibilidade de interação com softwares e jogos apenas com linguagem natural do corpo.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica, onde foi buscado estudos em materiais publicados na internet, monografias, teses e artigos científicos. A pesquisa também é exploratória e explicativa, para abordar o tema buscou-se explorar o assunto através da forma como o mapeamento de movimentos é feita via a ferramenta do kinect, explicando o seu uso.

(Resultados) Durante o estudo observou-se que o Kinect é uma interface de captura de movimento criada a partir de um projeto da Microsoft, chamado "Projeto Natal", lançado em Junho de 2009. Em 2012, saiu a versão SDK do kinect para desenvolvimento, o que possibilitou que outras pessoas além da própria empresa pudessem utilizar a ferramenta. O Kinect captura a imagem do ambiente da sua frente, ou seja, reconhece a profundidade medindo a altura e largura, fazendo o mapeamento do corpo humano, gerando um modelo em 3D. O software interno, conhecido NITE, faz com que o kinect tenha um reconhecimento do esqueleto do corpo humano, além do reconhecimento facial e reconhecimento de comandos de voz. Para desenvolver aplicações para o kinect, necessita-se modelar em 3D os objetos, para isso usa-se a ferramenta Unity 3D, uma das mais indicadas. A Unity é um software similar de Blender, ambos são ferramentas de modelagem 3D que serão usados para fazer interface gráfica. O Zigfu é um SDK usado para a ligação entre o Unity e o kinect, ele interage com o sistema NITE, fazendo com que os aplicativos possam usar as funcionalidades de movimento do Kinect. Assim é a forma básica com que o kinect reconhece os movimentos e usa em aplicações.

(Conclusão) A pesquisa realizada resultou no estudo da arquitetura e das principais características do Kinect, além de como se realiza o processo de produção de aplicações para tal dispositivo. Essa pesquisa também demonstrou que o mapeamento e a captura de movimentos feitos pelo Kinect pode ampliar as formas de como essa ferramenta pode ser utilizada com outras tecnologias como a realidade aumentada, por exemplo, em que o Kinect pode ser utilizado para capturar a movimentação da pessoa e reproduzir no modelo 3D na realidade aumentada. O uso dessa ferramenta é amplo, ela apenas depende da forma em que o desenvolvedor irá utilizá-la.

Palavras-Chave: kinect, mapeamento, unity

MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE APLICATIVO PARA INSTITUIÇÃO GOVERNAMENTAL: ECO.GOV – ECONOMICAMENTE ECOLÓGICO.

Autor(es):

Flávio Soares de Sousa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Alexandre Magno Azevedo de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Kleyton Peres Batista : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN
Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O inchaço populacional observado nas grandes capitais brasileiras tem sido acompanhado pelo grande número de veículos automotores em longos engarrafamentos e invariavelmente em danosa emissão de gases poluentes. Por outro lado percebe-se uma iminente mudança nos hábitos de vida das pessoas que têm procurado na atividade física uma maneira de saúde e bem estar. Deste modo, o ECO.GOV se apresenta como uma solução economicamente viável para o problema descrito. A utilização desse APP tem o objetivo de reduzir a poluição dos carros e engarrafamentos nos horários de pico. Dando qualidade de vida para a população e benefícios econômicos para o governo. Com esse aplicativo o governo incentiva a população a deixar seu carro ou moto em casa e os troquem por bicicletas ao se deslocarem para seus trabalhos em horário de pico. A pesquisa tem a pretensão de mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual o modelo de negócio escolhido e como funciona uma empresa de aplicativos e propõe: Um aplicativo que constará o controle de Km rodados por GPS, onde será cadastrada a informação em banco de dados da instituição que fará o acerto do desconto. Como por exemplo de imposto o IPVA. Tem como foco dá qualidade vida à população e redução de custos no orçamento doméstico, e para o governo redução de custos e ganho com publicidade.

(Metodologia) O projeto classifica-se como exploratório e descritivo, bem como uma pesquisa de campo, por ter sido feita baseada em um projeto de lei que foi aprovado na cidade de São Paulo, conforme notícia postada no site de notícias "G1" publicado no dia 26/08/2016 (<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/projeto-de-lei-que-remunera-ciclistas-e-aprovado-na-camara-de-sp.html>). E que o mesmo informa que não se sabe ainda como será feito o controle do programa e a fiscalização. Todas as informações obtidas foram adquiridas por pesquisas na internet sobre notícias divulgadas sobre o assunto. Com a análise feita, escolheu-se por uma abordagem qualitativa, onde modelando o negócio foi utilizado uma ferramenta Business Model Canvas (BMC) visualizado através do aplicativo do SEBRAE Canvas.

(Resultados) O ramo de aplicativos voltados para um relacionamento entre governo e população, tem como objetivo incentivar as pessoas a colaborarem com o meio ambiente e sua própria saúde. As vantagens são no meio ambiente com a diminuição de poluição, doenças respiratórias e outras. Pessoas praticando atividades físicas evitando o sedentarismo e doenças derivadas dessa forma de viver; Dedução dos impostos veiculares cobrado; Economia no orçamento mensal com combustível e prováveis manutenções do veículo automotivo. Tudo isso trará ao governo uma boa visão da cidade incentivando o turismo e o desejo de morar em uma cidade saudável com menos gastos com hospitais e logísticas; Menos congestionamento, com vias mais livres por causa da diminuição dos automóveis em circulação nos horários de pico; Trazendo vantagens para o governo, evitando o deslocamento de guardas de trânsito para os locais de engarrafamento e acidentes, trará menos gastos públicos com ambulâncias e Hospitais públicos; Surgimento de outras modalidades de empreendedorismo como lojas para ciclistas, alimentações saudáveis e suplementos; e o poder de compra dos usuários do aplicativo. Onde o ciclo de vida econômico agradece.

(Conclusão) Com o único objetivo de obter uma forma organizacional de relacionamento com a população para que aja uma contribuição eficaz para existir um mundo mais saudável e com uma atividade econômica com menos gastos com atividades ou serviços prestados pelo governo que não serão utilizados por causa do novo estilo de vida da população que utiliza o aplicativo. Devendo ser tomada uma decisão pelo estado controlador, e só por este, na implantação do projeto.

Palavras-Chave: Economicamente ecológico, Governo, Aplicativo.

MODELO CANVAS - MODELAGEM DE UM APLICATIVO PARA TRILHAS

Autor(es):

Daniel Martins dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Edmar Diogenes de Oliveira Paes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN
Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) A demanda do mercado do Turismo é determinada pelo preço do serviço pela quantidade e perfil dos consumidores. De acordo com as pesquisas realizadas sobre as tendências globais do turismo pela Organização Mundial do Turismo, as alternativas para o crescimento são diversas, mas um de seus destaques está na intensificação do uso do smartphone para planejar uma viagem. Eles buscam novas experiências, como conhecer a rotina local, saborear pratos e bebidas típicas, dentre outras. A diferenciação nos produtos e o marketing tem a capacidade de influenciar na hora da decisão. Com a desvalorização do real, os brasileiros procuram viajar pelo próprio país gastando menos, buscando justamente algo novo. Mesmo as praias sendo o principal foco dos turistas, a procura por trilhas tem aumentado e, para suprir a necessidade desse novo, a empresa InovApp apresenta um aplicativo que trará inovações com a inclusão das tecnologias: realidade aumentada e gamificação. Específico para grupos de trilhas e ciclistas, o aplicativo permitir a comunicação instantânea e compartilhamento de fotos e áudios acompanhando o antes, durante e depois, além de novas experiências e oportunidades, que proporcionam diversão e aprendizado.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como bibliográfica e exploratória e descritiva, sendo um estudo realizado pela internet, artigos científicos e revistas especializadas, com enfoque nas inovações tecnológicas. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, e Quadro de Modelo de Negócios do Sebrae Canvas (www.sebraecanvas.com), o qual é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

(Resultados) Muitos empreendedores do setor de turismo ainda não atentaram para a importância de estar na palma das mãos dos consumidores através dispositivos. Existem aplicativos para cada etapa da viagem, desde a proposta de valor do TurRN se dá pela facilidade de compartilhamento de informações em um único lugar, com atividade e comodidade, comunicação direta, rápida e eficaz, oferecendo aos turistas que procuram novidades, passeios interativos, aventuras com gamificação e realidade aumentada. Focado nas empresas que oferecem passeios turísticos em trilhas, grupos de pessoas que gostam de compartilhar suas opiniões e fotos e preferem um ambiente específico. Os canais de apresentação e vendas do produto serão através de redes sociais e download do aplicativo. A tarefa executa o modo a satisfazer os requisitos da Plataforma, Resolução de Problemas, Redes e Aplicativo. Os recursos a serem utilizados serão: humano (vendedor, base de usuários), intelectuais (programadores, designers) e físicos (host). Para se obter resultados é preciso formar parcerias que serão com agências de viagens e, fornecedores de serviços diversos. As principais fontes de renda se dará através de publicidade dos serviços extras (Ex. Anúncios) e a aquisição do aplicativo incluída no pacote. A estrutura de custo será com funcionários, marketing e infraestrutura de tecnologia.

(Conclusão) Com a competitividade do mercado atual de turismo, as empresas buscam melhorar seus serviços com inovações. O uso de smartphones em viagens se tornou indispensável, o TurRN surge com a intenção de facilitar a comunicação e a interação do usuário com a empresa e com outros usuários, o aplicativo ainda oferece o incentivo aos turistas e aos próprios moradores, a visitar e conhecer o que há de extraordinário e incrível no nosso estado. De modo geral o produto foi elaborado não apenas para ser mais um no mercado e sim um meio mais interativo e participativo de acolher e fazer com que o turista sinta-se parte do passeio e da cidade.

Palavras-Chave: turismo, aplicativo, inovação

O IMPACTO DA REALIDADE AUMENTADA SOBRE A PUBLICIDADE

Autor(es):

Rafael Oliveira Pierre: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) Ao contrário da realidade virtual em que, simplificada, o usuário é transportado para o ambiente virtual, a realidade aumentada transporta objetos virtuais para o ambiente real utilizando de aparatos tecnológicos como auxílio. Em 1960 Ivan Sutherland construiu o conceito de Realidade Aumentada a partir de duas contribuições, a primeira foi um artigo que procura a evolução da realidade aumentada e seus impactos no mundo real. A segunda contribuição realizada por ele foi um capacete de visão ótica direta rastreado para visualização de objetos 3D no ambiente real. O primeiro projeto prático com realidade aumentada foi realizado pela Força Aérea Americana, esse projeto utilizou de um capacete de visão ótica direta em que mistura elementos virtuais com o ambiente no qual o usuário está inserido, fornecendo uma prática mais real para ele. A realidade aumentada é uma tecnologia já antiga em conceito e nova em uma prática útil, sendo utilizada em conjunto com diversas áreas. Uma das mais promissoras para o uso da mesma é o entretenimento e a publicidade. O trabalho propõe uma pesquisa de como a realidade aumentada influencia no marketing de algumas marcas específicas, procurando explorar os lados positivos e negativos da sua utilização.

(Metodologia) As metodologias utilizadas no trabalho foram do tipo de pesquisa bibliográfica, exploratória, explicativa. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de informações obtidas em livros, revistas e alguns sites de relevância, buscando explorar os dados qualitativamente sobre os impactos da realidade aumentada na publicidade e analisar a relevância desses dados coletados.

(Resultados) A comunicação sempre foi utilizada dentro da publicidade como uma ferramenta de engajamento social entre o produto que deseja-se vender e seus clientes. Com o avanço tecnológico desenfreado a partir do século XX na área de comunicação, esse mercado tornou-se muito mais amplo e cheio de alternativas para conquistar os consumidores ou clientes. A realidade aumentada (RA) encaixa-se em uma dessas alternativas, podendo ser aplicado ao setor de vendas como uma forma de demonstrar em tempo real um determinado produto e como o cliente poderia se satisfazer com ele. Além do setor de vendas, a RA mostra-se interessante como ferramenta dentro do setor de estratégia de marketing, pois traz para o consumidor uma interação com a proposta da campanha. Algumas empresas de grande porte utilizam ou já utilizaram em campanhas de marketing a realidade aumentada (Axe, Stella Artois, Air Walkers, etc.) trazendo resultados positivos sobre essas campanhas, provando que a interação trazida pela RA entre produto e consumidor como algo positivo para ambos os lados.

(Conclusão) Por ser uma tecnologia recente, não existe uma grande quantidade de casos em que a realidade aumentada foi utilizada efetivamente, mas provou-se inovadora e com um certo grau de relevância, principalmente como ferramenta de marketing e vendas.

Palavras-Chave: Realidade Aumentada; Publicidade

PRIVACIDADE NA INTERNET UTILIZANDO O TAILS

Autor(es):

Alexandre Magno Azevedo de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Internet vem sendo cada vez mais utilizada para trocas de dados sensíveis entre usuários e principalmente entre sistemas autônomos de segurança. Nessas circunstâncias, a troca segura de dados na Internet vem se tornando uma das demandas mais importantes dos sistemas de informação. Porém, os incidentes de segurança ainda são crescentes devido a falta de sensibilização com relação ao uso correto dos sistemas seguros e da falta de conhecimento sobre segurança da informação dos desenvolvedores e administradores de redes na Internet.

(Metodologia) O método utilizado para a elaboração do trabalho de conclusão de curso foi uma pesquisa qualitativa e um estudo de caso sobre a privacidade na internet utilizando o sistema operacional TAILS. Quanto à abordagem e natureza das variáveis é qualitativa. Pois, a pesquisa qualitativa observa o fato no meio natural, por isso é também denominada pesquisa “naturalística” (ANDRÉ, 1995, p.17). Logo, haverá um levantamento dos sistemas operacionais mais importantes e será discutida a utilização do TAILS como alternativa segura para utilização de sistemas na Internet. Quanto às estratégias, essa pesquisa trata-se de um estudo de caso, pois, segundo Yin (2001, p.32) é um método que consiste em um tipo de pesquisa empírica, cujo objetivo é investigar um fenômeno contemporâneo em meio ao contexto de vida real. Isso porque, segundo o mesmo autor, os componentes importantes de um projeto de pesquisa voltados a um estudo de caso consiste em definir as principais questões envolvidas, a elaboração da estrutura para coleta de dados, a definição da unidade em análise ou ambiente que será estudado, preparação das atividades a serem realizadas, e análise dos dados com a conclusão. Durante o desenvolvimento, será usado um notebook com HD 500 GB, memória RAM 4 GB e sistema operacional Windows 8.1 pro de 64 bits para a instalação do TAILS 2.6 Linux versão Debian de 32 bits com HD 8 GB, memória RAM 4 GB em uma máquina virtual utilizando o VirtualBox 5.0.14, no qual irei utilizar as principais ferramentas de anonimato do TAILS.

(Resultados) Na utilização do sistema operacional Tails é constatado que a segurança dos dados é de extrema importância, pois o mesmo utiliza o Tor para navegação na internet e ele faz um redirecionamento de qual servidor está o computador que usa o mesmo e também é usado a memória RAM (memória volátil) como disco de armazenamento.

(Conclusão) Por fim conclui que o Tails é um sistema operacional voltado para a segurança e privacidade da informação.

Palavras-Chave: Privacidade na internet, Sistema Operacional Tails

PROPOSTA DE APLICABILIDADE DE CONSULTA ONLINE DE MODELOS GEORREFERENCIADOS DE CONFIGURAÇÃO ESPACIAL URBANA

Autor(es):

Maurício Pereira Martins: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) O objetivo desta pesquisa é elaborar uma proposta de aplicabilidade de consulta e visualização online de modelos georreferenciados de análise de configuração espacial urbana. A própria estrutura espacial da cidade pode ser melhor explorada como fator de decisão acerca do posicionamento ou planejamento de atividades humanas no espaço, como o estabelecimento de um ponto comercial, estudos sobre valor do solo urbano, intervenções em espaços de encontro de pessoas como praças e vias públicas, dentre outras que envolvam a relação entre movimento de pessoas e a organização do espaço. A inclusão de um substrato de informação acerca da configuração do espaço que possa se relacionar com outras camadas de dados de interesse do usuário é a inovação da proposta de software aqui estudada. Para isso é necessário que o desenvolvimento do software leve em consideração a manipulação e armazenamento de dados georreferenciados, as possibilidades de tratamento, organização e disponibilização dos dados para consulta e visualização em face aos canais de acesso do usuário e recursos computacionais, e especificidades na representação do movimento sob a forma de eixos no espaço e sua relação com parâmetros de análise de configuração do espaço previamente tabulados.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa aplicada à área de Sistemas de Informação que explora a manipulação, consulta, visualização, armazenamento e modelagem espacial de dados e informações georreferenciadas na esfera de ação da arquitetura modelo-visão-controlador (MVC). O referencial acerca dos Sistemas de Informações Geoespaciais (SIG ou GIS) foi primeiramente guiado pela Open Source Geospatial Foundation, que disponibiliza informações sobre congressos, periódicos, tutoriais e comunidades de desenvolvedores. O conceito de configuração espacial é proveniente de literatura acerca da Teoria da Sintaxe do Espaço, na qual o espaço é socialmente constituído e existe uma lógica social na organização das barreiras e permeabilidades que constituem o espaço. O parâmetro "eixos de movimento" é representável por retas cujas com relações entre si mensuráveis, aqui previamente calculados com auxílio do software DepthmapX e seu plugin para QGIS, o Space Syntax Toolkit. No Produto Mínimo Viável (MVP) considerado, o usuário consulta eixos ou segmentos auxiliado por um menu de critérios como medidas de acessibilidade, favorecimento de fluxo de passantes, proporção de eixos ou segmentos por faixa de valor medido e raios de abrangência.

(Resultados) Os dados sobre configuração espacial são oriundos de tabelas de eixos ou segmentos identificados, que possuem objetos correspondentes, tipo "linha", georreferenciados. Três caminhos de desenvolvimento: atributos de consulta em campo são acrescentados em banco de dados objeto-relacional georreferenciado como o PostgreSQL estendido com PostGIS; ou atribuir dinamicamente objetos na execução, persistindo dados em GeoJSON; ou ambos. Openstreetmaps e Google-Maps pode ser mapas de fundo habilitados pelo OpenLayers, ou com foco em interatividade "mobile-friendly" através da biblioteca Leaflet, ambas em JavaScript. Alternativamente, o sistema pode ser desenvolvido com GeoNode, uma aplicação baseada em web para desenvolvimento de (GIS) e implantação de infraestruturas de dados espaciais (SDI), em Django com cliente Twitter Bootstrap e jQuery. Parte da consulta pode ser convertida para tabelas ou notações XML populares como KML (Google Earth/Maps) ou GPX (dispositivos GPS).

(Conclusão) Conclui-se que as bibliotecas, plataformas de desenvolvimento, infraestrutura de dados, notação e persistência de dados comumente utilizados em sistemas de informação geoespacial permitem a inclusão do modelo baseado em sintaxe do espaço em aplicação GIS online, usando como estratégia a manipulação de dados objeto-relacional em conjunto com visualização dinâmica (JavaScript) e gerenciamento de dados e informação de mapa de fundo e camadas de fontes externas de modo distribuído.

Palavras-Chave: Sistema de Informações Geoespaciais/Geográficas (SIG/GIS), Sintaxe do Espaço, Desenvolvimento web/mobile.

SISTEMA DOCKERWEB: FACILITANDO O USO DE CONTAINERS.

Autor(es):

Rodrigo Emerenciano de Oliveira: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em um contexto atualmente estabelecido de conscientização de responsabilidade social com o meio ambiente, e o impacto que a Tecnologia pode proporcionar através da fabricação de Hardware, com matéria-prima altamente prejudicial a natureza, surge medidas ecologicamente sustentáveis, a fim de diminuir tais acontecimentos. Normas essas que foram implantadas através da adoção da política de TI Verde. Uma busca constante de fornecer melhores ambientes organizacionais em consonância com melhores resultados financeiros e sociais. Diante do desafio apresentado a diversas empresas, é visto como dificuldade o grande número de aquisição de máquinas para fornecimento de variados serviços, e seu elevado custo com energia, além da preocupação com o seu crescimento de dados armazenados, disponibilidade e escalabilidade de sua infraestrutura de TI.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como bibliográfica, devido a ter sido realizada a construção de um embasamento teórico, através do apoio de artigos e trabalhos de conclusão de curso, voltados para a área de virtualização, paravirtualização e desenvolvimento de sistemas web, sendo esse o núcleo principal do trabalho, o que irá permitir o processo de desenvolvimento do software de forma clara e com maior domínio sobre as tecnologias empregadas.

(Resultados) A preocupação em buscar alternativas para conscientização de pessoas e organizações sobre a importância da responsabilidade social e sustentabilidade global, em um futuro de nossa sociedade, faz nos depararmos com situações do cotidiano, em que podem ser revistas, afim de atingir benefícios ao meio ambiente. Dessa forma aplica-se na Tecnologia da Informação, mais especificamente em sua infraestrutura, a técnica de virtualização e paravirtualização como solução, com grandes impactos na redução de emissão de gases, e diminuição do consumo de energia e fabricação. O Docker é encontrado como alternativa para o fornecimento de sistemas e serviços, porém seu manuseio é realizado todo em linha de comando, o que demanda uma parcela de tempo considerável para quem o utiliza. Pensando na automatização de processos e aumento da produtividade, além de uma melhor visualização de containers, para o administrador de redes ou responsável técnico, foi desenvolvido um sistema, que apresenta maior praticidade e segurança, visto que até o momento não existe de forma livre um software que gerencie containers remotamente, com o uso de microsserviços, e totalmente pelo navegador. Sendo assim o trabalho que antes o administrador teria de ter que acessar cada servidor, na busca de saber informações de quantos containers e quais serviços estão executando no momento, é eliminado e dado forma a um centralizador, que realiza o cadastro dos servidores pertencentes a rede da organização, exibindo informações importantes tais como: aplicação, portas em uso e volumes que o container faz uso. Com a proposta de simplificar o uso de docker containers, o software web em desenvolvimento tem sua proposta inicial, nas funcionalidades de inicialização, reinicialização, remoção, mudança de portas e busca direta ao repositório oficial de imagens do Docker.

(Conclusão) De acordo com a pesquisa, foi possível entender os principais desafios que estão sendo propostos as instituições de que é possível sim, em um formato constante realizar melhorias, adequando-se a necessidade atual de Empresas Verdes e seu desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Palavras-Chave: Virtualização, Paravirtualização, Framework Web, Microsserviços.

SMART CITIES: A EVOLUÇÃO DAS CIDADES DIGITAIS

Autor(es):

Kleyton Peres Batista : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) O que pensamos ao ouvir smart cities, as famosas cidades inteligentes? Este conceito está se tornando cada vez mais conhecido, e diversas cidades do mundo buscam cada vez mais implementar essas ideias. Não é recente mas um dos maiores problemas enfrentados pelos centros urbanos, é o aumento desenfreado da quantidade de massa populacional. Decorrente desse aumento, problemas ligados às áreas de saúde, segurança, tráfego, transporte, educação, consumo de água e energia elétrica, entre outros, estão cada vez mais difíceis de serem administrados. Com o auxílio das TIC's os gestores de cidades buscam criar um ambiente onde possam monitorar, controlar e tomar decisões utilizando parte, ou toda essa informação a fim de resolver problemas ligados ao aumento populacional. O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito sobre smart cities, qual o ponto chave para uma cidade se tornar uma, ampliar o conhecimento sobre a área.

(Metodologia) Para atender aos objetivos desse trabalho de pesquisa, foi realizado uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, fazendo uso de técnicas de estudo de caso de forma a permitir "uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real" (YIN, 2005, p. 32). Na pesquisa qualitativa a preocupação se dá para aspectos que não podem ser mensurados, isto é, para aspectos da realidade que não podem ser quantificados. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14). A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Essas pesquisas dividem-se em: levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

(Resultados) Algumas das cidades brasileiras já deram início em projetos visando melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, transformando assim o seu meio urbano em um ambiente mais sustentável e eficiente, utilizando as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação). O processo de adaptação e evolução pelas cidade brasileira ainda é lento, tendo em vista que o aumento populacional dos centros urbanos acontece de forma rápida, e os investimentos em infraestruturas são poucos. O crescimento desordenado das cidades fazem com que 5 áreas sejam as mais importantes para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos nela inseridos, Saúde, Educação, Segurança, Meio ambiente, Transporte e mobilidade urbana. Os investimentos em infraestrutura tecnológica são importantes no desenvolvimento de uma smart cities, pois dessa forma as cidades passam a ser plataformas tecnológicas melhorando o fornecimento de facilidades e recursos técnicos em todas as áreas, aumentando a qualidade de vida para os cidadãos e promovendo o desenvolvimento de forma mais rápida e eficiente.

(Conclusão) Com a rápida evolução tecnológicas, verificou-se que aplicando-se de maneira correta as tecnologias podem combater problemas sérios ligados às áreas de Saúde, Educação, Segurança, Meio ambiente, Transporte e mobilidade urbana. Podemos ver que as cidades estão começando a aderir ao conceito de "smart cities", com o objetivo de tornarem-se mais organizadas e sustentáveis, de forma que os cidadãos tenham uma melhor qualidade de vida. Também pode-se concluir que investimentos em infraestruturas e TIC's dão as cidades maior agilidade e eficiência na oferta de serviços aos cidadãos e potencializa a gestão das cidades. Esses investimentos podem ser a curto, médio e longo prazo, porém o mais importante é que sejam bem planejadas. Os investimentos de curto e médio prazo resultam em medidas paliativas, porém importantes para os cidadãos, e a longo prazo resultam as soluções eficazes e definitivas.

Palavras-Chave: Sistemas Embarcados. Ambiente Inteligente, Cidades Tecnológicas

TECNOLOGIA ADOTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE SURVEY

Autor(es):

Jefferson Gomes da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na atualidade tudo acontece de forma dinâmica que se observa um grande aumento na preocupação, por parte das empresas e/ou organizações, a respeito da qualidade dos serviços oferecidos. Nesse contexto nota-se a real necessidade de buscar formas de avaliar sobre a qualidade do serviço prestado, ou a qualidade de um produto ofertado. Para suprir tal necessidade dessa demanda gerada pelas organizações e empresas torna-se importante a existência de ferramentas fáceis e dinâmicas para a geração de questionários avaliativos. Partindo desse ponto de vista, surgiu o interesse de algumas organizações como a SurveyMonkey para trabalhar com a modelagem e criação de ferramentas utilizadas para esse fim.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido feita em duas ferramentas do ramo de interesse. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisas acerca de soluções de mercado para a elaboração de questionários dinâmicos como plataformas de pesquisa de mercado, mas focados nos objetivos de como desenvolver uma solução do gênero, além de pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre ferramentas que utilizam a metodologia survey como base para a modelagem da ferramenta de negócio.

(Resultados) Como resultado da pesquisa realizada, nota-se que as empresas existentes hoje têm soluções que viabilizam a geração de questionários baseados em metodologias survey. O Google Forms é uma ferramenta que pode ser utilizada para este fim, todavia ela detém de menos recursos em relação a ferramenta oferecida pela SurveyMonkey, na qual é possível inclusive gerar um App Mobile para responder os questionários avaliativos. Com tecnologias em nuvem para manter disponibilidade e gerar as informações com base nos dados coletados, ferramentas deste tipo tendem a não optar por um tipo de banco de dados relacional. Por elas terem um certo dinamismo em relação ao que vai ser avaliado, tanto na questão gerada quanto em sua resposta. Podem existir questões que tenham algum tipo de vínculo, fazendo com que seja mais trabalhoso adotar uma modelagem dos dados de forma relacional. Bancos como o MongoDB, os chamados não-relacionais, tornam-se uma opção interessante para solucionar o problema, por serem dinâmicos e não exigirem tantas regras, que no relacional são obrigatórias.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das simulações de cenários em cada ferramenta e da pesquisa de mercado, acerca da procura por ferramentas do gênero. Obteve-se que é um mercado até o momento pouco explorado, mas que tem grande potencial de crescimento. Um dos pontos mais difíceis é escolher qual tipo de tecnologia adotar para desenvolver a solução. Já que existem inúmeras tecnologias que podem ser adotadas para uso, tanto na modelagem da ferramenta como no seu desenvolvimento. Levando-se em conta também a importância de ter um ambiente propício para disponibilizar tanto os conteúdos e resultados obtidos, quanto à disponibilidade da aplicação cliente que é usada para alimentar as informações à base de dados. Como proposta futura tem-se o interesse em desenvolver uma solução simplificada e mobile para a realização de survey.

Palavras-Chave: SURVEY, NUVEM, QUESTIONÁRIO

UNICOMPLEMENTAR: MODELAGEM DE UM SISTEMA GESTOR DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Autor(es):

Daniel Oswaldo Souza de Oliveira: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Rafael Oliveira Pierre: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Victor Luiz Fernandes de Medeiros: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN

Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN

(Introdução) O UniComplementar é um sistema criado para o gerenciamento das atividades complementares curriculares de alunos de instituições de ensino superior que utilizam atividades complementares para a formação acadêmica, que não possuem softwares para o cadastro e acompanhamento destas atividades e que buscam aumentar a confiabilidade deste processo. O objetivo do projeto é a digitalização do processo de registro, avaliação das atividades complementares e acompanhamento facilitado para a instituição e para o aluno. A ideia é que os funcionários do atendimento das coordenações cadastrem o requerimento de integralização de atividade complementar dos alunos. Para esse cadastro, é necessário que se identifique o aluno requerente, digitalize o documento (diploma e/ou certificado) e informe a quantidade de horas e a categoria que se enquadra o documento em questão. Dessa forma, permita que os coordenadores dos cursos visualizem as solicitações, de sua responsabilidade, que estão pendentes e analisem-nas, dando seu parecer. Portanto, os coordenadores poderão visualizar e acompanhar a contabilização de horas em atividades complementares que o aluno possui e verificar a quantidade que falta para a total integralização. E ainda poderão criar categorias específicas em turmas de seu curso, para contar como horas complementares.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como descritiva exploratória bem como pesquisa de campo junto as instituições de ensino superior de Natal-RN. Como instrumento de coleta de dados, utilizaram-se entrevistas com os possíveis usuários do sistema (atendentes, coordenadores), sobre como funciona o atual processo de cadastramento de atividades complementares nas instituições, e assim, foi pensado uma maneira para digitalizar esse processo. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) visualizado através do aplicativo SEBRAE canvas, que é estruturado em uma tela com nove blocos descrevendo as principais áreas de um negócio que são descritas a seguir.

(Resultados) Como resultado das pesquisas, foram obtidos que os clientes são instituições de ensino superior que utilizam atividades complementares para formação acadêmica. A relação de cliente e empresa será através de atendimento por telefone, e-mails e reuniões presenciais. Os canais são os treinamentos aos usuários e instalação de software. A proposta do valor do software é a digitalização do processo de registro, avaliação e acompanhamento das atividades complementares, e as fontes de renda são as vendas do software, manutenção do sistema e os treinamentos adicionais. As atividades chaves são as manutenções, alterações no sistema, o treinamento. Já os recursos indispensáveis são os desenvolvedores, banco de dados, servidor e o processo de treinar os usuários. Tem como parceiros primordiais, empresas de hospedagem de servidor e as próprias instituições de ensino. Na estrutura de custos, foi visto a necessidade de um plano de telefone empresarial, desenvolvedores, computadores, gerente e vendedor.

(Conclusão) De acordo com todos os dados obtidos e levando em consideração que o mercado de bancos de atividades complementares de instituições de ensino superior necessitam de uma ferramenta que digitalize o processo de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades complementares, com os baixos custos para adquirir, realizar manutenções e treinamento de usuários, pode-se concluir que o UniComplementar é um modelo de negócio inovador viável que propõe resolver uma das principais problemáticas da vida acadêmica dos alunos e do gerenciamento pelas instituições.

Palavras-Chave: Canvas; Software; Atividades complementares.

UNICOMPLEMENTAR: SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Autor(es):

Victor Luiz Fernandes de Medeiros: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Maíra de Farias Barros Medeiros: Docente do UNI-RN

(Introdução) O UniComplementar é um sistema criado para o gerenciamento das atividades complementares curriculares dos alunos do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN. Seu objetivo é agilizar e aumentar a confiabilidade do processo de cadastramento e melhorar o acompanhamento das atividades complementares dos alunos desta instituição de ensino. A ideia é que os funcionários do atendimento das coordenações cadastrem o requerimento de integralização de atividade complementar dos alunos. Para esse cadastro, é necessário que se identifique o aluno requerente, digitalize o documento (diploma e/ou certificado) e informe a quantidade de horas e a categoria que se enquadra o documento em questão. Dessa forma, permitindo que os coordenadores dos cursos visualizem as solicitações, de sua responsabilidade, que estão pendentes e analisem-nas, dando seu parecer. Portanto, os coordenadores poderão visualizar e acompanhar a contabilização de horas em atividades complementares que o aluno possui e verificar a quantidade que falta para a total integralização. E ainda, poderão criar categorias específicas em turmas de seu curso, para contar como horas complementares.

(Metodologia) Foram realizadas entrevistas com os atendentes da central das coordenações de cursos para descobrir quais processos e/ou métodos eram seguidos para a realização da atividade de registro de atividades complementares na instituição. Além dessas entrevistas, foram realizadas reuniões com Bruno Matheus, responsável pelo setor de desenvolvimento de softwares do UNI-RN e orientador/colaborador do Núcleo de Desenvolvimento de Sistemas do UNI-RN, para esclarecimentos acerca dos padrões utilizados nos sistemas desenvolvidos na instituição. Adicionalmente, houveram conversas informais com coordenadores e alunos a fim de constatar a real importância da automatização desse gerenciamento.

(Resultados) A partir da análise das informações obtidas nas entrevistas com os atendentes da central, nas conversas com coordenadores e alunos, e nas orientações de Bruno Matheus, foi possível realizar as tarefas do processo da Engenharia de Requisitos, são elas: a elicitação, a descrição e a validação dos requisitos do sistema (requisitos funcionais, requisitos não funcionais e requisitos de domínio); a identificação dos usuários finais do sistema (administrador, coordenador e usuário padrão) e definições de suas atribuições; a modelagem dos diagramas de casos de uso e de classes, utilizados, principalmente, para facilitar o entendimento do sistema e para facilitar o início da codificação, respectivamente; por último, mas não menos importante, foi realizada a prototipação interativa do UniComplementar, isto é, foram criados os protótipos de tela do sistema que permitem a interação com o usuário.

(Conclusão) Portanto, de acordo com os dados obtidos e levando-se em consideração que o Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN ainda não possui um sistema semelhante a esse, o UniComplementar está sendo desenvolvido e será implantado na instituição pelo Núcleo de Desenvolvimento de Software do UNI-RN.

Palavras-Chave: Engenharia de Requisitos, Engenharia de Software, Prototipagem

USO DA REALIDADE AUMENTADA E GAMIFICAÇÃO NO RAMO DO TURISMO: FOCO EM TRILHAS

Autor(es):

Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN

(Introdução) A realidade aumentada é uma tecnologia que já vem sendo desenvolvida a mais de 20 anos. Ela consiste em integrar objetos virtuais por intermédio de equipamentos e seus sensores, como os celulares, webcams, óculos especiais e monitores em um ambiente real, permitindo assim que a interação do usuário com os elementos virtuais ocorra de maneira natural e intuitiva. A Gamificação é um meio de estabelecer jogos como diversão, tendo níveis e desafios, permitindo uma recompensa por cada ação realizada. A mídia no turismo tem grande importância, pois sua função é trabalhar o imaginário do público alvo para que ocorra a certas ações do turista/cliente. O estudo proposto segue em busca de unir as tecnologias em um aplicativo que traga diversão e aprendizado durante o percurso de trilhas, além de permitir uma comunicação direta e facilidade de adquirir as informações e conhecimento de forma rápida e prática.

(Metodologia) A metodologia realizada foi à de pesquisa bibliográfica, pesquisou-se materiais publicados como, livros, revistas, artigos científicos, jornais, monografias, teses, internet, com o objetivo de pesquisar sobre os temas e aprofundar o conhecimento para desenvolver uma aplicação. Também à pesquisa de campo exploratória com a finalidade de proporcionar mais informações sobre o assunto, procurando descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

(Resultados) O trabalho proposto apresenta um novo tipo de aplicativo, voltado para grupos de trilhas e ciclistas, diferenciando-se dos demais através do uso das tecnologias, Realidade Aumentada e da Gamificação, focando em oferecer aos participantes um conhecimento mais específico do ponto turístico visitado, como por exemplo sua cultura. Suas funcionalidades permitem que seja realizado um check-in nos pontos de encontros, mapas que irão contabilizar distâncias percorridas, possibilidade de compartilhar fotos, áudios e vídeos com os demais participantes do aplicativo, isso usando da Realidade Aumentada para o conhecimento dos lugares importantes e a Gamificação com jogos e desafios que acumularam pontos sendo revertidos em brindes ao final do roteiro.

(Conclusão) Com a competitividade do mercado atual de turismo, as empresas buscam melhorar seus serviços com inovações. O uso de smartphones em viagens se tornou indispensável, o aplicativo vem com a intenção de facilitar a comunicação e a interação do usuário com a empresa e com outros usuários. Trazendo também aos turistas e aos próprios moradores, a visitar e conhecer o que há de extraordinário e incrível no nosso estado. De modo geral o produto foi elaborado não apenas para ser mais um no mercado e sim um meio mais interativo e participativo. E para isso, baseado em estudos de caso e teorias, objetivou-se acolher e fazer com que o turista usuário sinta-se parte do passeio e da cidade.

Palavras-Chave: turismo, aplicativo, inovação

USO DO ERP NA ÁREA INDUSTRIA

Autor(es):

Daniel Martins dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a competitividade de mercado as empresas estão se adequando cada vez mais ao novos ambientes, com os avanços nas estruturas de negócio, novas técnicas são desenvolvidas todos os dia. Mesmo com tantas ferramentas disponíveis para a indústria, muitas delas ainda não tem como prioridade a implantação de um sistema voltado na melhoria dos processos, uma solução possível e implantação do ERP (Enterprise Resource Planning) é um sistema integrado de gestão empresarial que elimina os processos manuais e diminui o tempo de execução das tarefas. Padronizar os processos operacionais e melhora o fluxo da informação, aumentando a qualidade e a produção , reduzindo o tempo de resposta aos clientes integrada, funciona como um banco de dados com o objetivo de integrar todos os setores de uma empresa gerindo o fluxo durante todo o processo de desenvolvimento da atividade empresarial, possibilitando aos gestores acesso ágil, confiável e eficiente, fornecendo dados confiáveis para uma tomada de decisão.

(Metodologia) A pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica e explicativa, sendo por estudos realizados através da internet, artigos e revistas científicos, monografias, dentre outros. Uma pesquisa de campo foi realizada em uma determinada empresa para se obter a coleta de dados dos fluxos de produção e assim poder detectar as falhas e as possíveis soluções.

(Resultados) O objetivo a ser alcançado é de solucionar os problemas que ocorrem quando não há um sistema integrado para verificação de dados de uma indústria. Com o uso do ERP será feito a integração de vários setores, a gestão unificada onde os diferentes departamentos visualizam os resultados consolidados e individuais, facilitando ao gestor acompanhar o desempenho geral da empresa, como controle dos pedidos dos clientes, redução de custos, entre outros. Alguns módulos do ERP já está em uso na empresa, e o estudo do caso que está sendo realizado em modo geral, mas com o foco na produção. Mesmo com 50% da empresa informatizada, nota-se uma grande melhoria com os fluxos de dados e uma resistência por parte da empresa para a finalização dos módulos (ERP), já que o mesmo gera altos custos para adquiri-los. O trabalho está em fase de desenvolvimento onde não será possível finalizá-lo agora por se tratar de um sistema de complexidade onde pode levar vários anos para implantá-lo completamente. Então, toda a visão de negócio e o fluxo de produção está em análise, sendo possível documentar toda a parte escrita da pesquisa.

(Conclusão) Por constar que é um investimento a médio/longo prazo, Levando em consideração que o mercado é crescente e competitivo, o sistema de ERP é o mais indicado para quem quer se sobressair, mas sem dúvida o principal benefício da implantação é a redução de recursos humanos e materiais. O estudo em andamento pode promover a empresa uma grande viabilidade econômica, apesar de haver resistência por parte da empresa por ter custos altos para a implantação, o objetivo do trabalho é mostrar o grande potencial econômico que a ferramenta irá oferecer.

Palavras-Chave: ERP, empresa , vantagens

UTILIZANDO SPRING BOOT NO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES COM ARQUITETURA DE MICROSERVIÇOS

Autor(es):

José Diego Marques Ramos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido ao nível de complexidade para o desenvolvimento de aplicações ágeis e robustas para grandes corporações que necessitam de velocidade de entrega e alta escalabilidade, a arquitetura em microsserviços tem sido apontada como uma solução prática para o atendimento desta demanda, entretanto a sua adoção requer mudanças de cultura no processo de desenvolvimento de sistema e na forma de abordagem aos problemas apresentados quando comparada ao desenvolvimento de aplicações monolíticas. Ao utilizar o Spring Boot, um dos módulos integrantes do Spring Framework, obtemos celeridade na criação de projetos, desobrigando o desenvolvedor da tarefa de realizar as configurações do projeto e a definição de suas dependências, o Spring Boot assume esta tarefa partindo da premissa de convenção sobre configuração.

(Metodologia) O produto deste estudo é caracterizado como pesquisa bibliográfica devido a pesquisa em publicações para embasamento teórico dos resultados obtidos. Sendo consideradas como publicações elegíveis à fonte de pesquisa: Trabalhos de conclusão de curso, livros, artigos publicados em sites de ensino e periódicos relacionados à área de tecnologia da informação.

(Resultados) De acordo com os estudos realizados, ao utilizar a arquitetura de desenvolvimento de sistemas através microsserviços obtém-se um produto de software com baixo acoplamento, reutilizável, granularizado, facilmente testável e acessível através de API. Deve-se salientar, também, que cada serviço da aplicação é de tal forma independente que pode ser desenvolvido em ambiente e tecnologias específicos sem que a comunicação entres os serviços seja comprometida devido à padronização de mensagens de comunicação através de tecnologias como JSON. A adoção do Spring Boot para o desenvolvimento de aplicações em microsserviços favorece a criação de aplicações que utilizem o Spring Framework, não sendo necessário que o desenvolvedor consuma tempo configurando o projeto, afinal, o Spring Boot parte da premissa de convenção sobre configuração e, identificando as principais características do projeto, permite que foque apenas no desenvolvimento das aplicações em detrimento de configuração de ferramentas e frameworks. Entretanto esta abordagem reflete, também, em alguns pontos negativos. Sendo eles o aumento da complexidade de gerenciamento do ambiente de publicação, maior dificuldade na visualização do projeto como um todo e a mudança de cultura gerada pela transição de um modelo de desenvolvimento monolítico para o modelo baseado em microsserviços.

(Conclusão) Em congruência com os resultados obtidos, chega-se ao entendimento que a utilização de arquitetura em microsserviços em conjunto com o Spring Boot é uma abordagem altamente recomendável para o desenvolvimento de sistemas não triviais, ou seja, sistemas de médio ou grande porte que necessitam de alta disponibilidade, integração com outros sistemas, velocidade de escalonamento e agilidade de atualização sem gerar indisponibilidade em todos os serviços fornecidos.

Palavras-Chave: Microsserviços, Spring Framework, Spring Boot

VENDIRECT: MODELAGEM CANVAS DE SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL PARA EMPREENDEDORES DE VENDA DIRETA.

Autor(es):

Mauricio Pereira Martins: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Rodrigo Emerenciano de Oliveira: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Wilson Vieira Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Santos Arcanjo: Docente do UNI-RN
Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN
Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido ao crescimento do mercado de venda direta, nota-se a necessidade de sistematizar tal modelo de comércio. Diversas marcas adotaram este modelo, porém comumente as pessoas que comercializam tais produtos não realizam nenhum tipo de controle através de sistemas informatizados, com isso, correm o risco de esquecer algo no processo de venda, como por exemplo, a falta de cobrança de algum tipo de valor, a realização de um produto que ainda não está disponível. A proposta do sistema VENDIRECT, é desenvolver uma solução que facilite este tipo de comércio, realizando o armazenamento organizado de tais informações, o controle dos pedidos e permitir, caso possível, a integração com as principais marcas que permite tal modalidade de venda. Tendo como objetivo criar uma solução off-line, porém possível de sincronizar e que permita o uso de qualquer perfil de usuário.

(Metodologia) O método de modelagem do negócio é o CANVAS, (OSTERWALDER,2011), que também foi utilizado para avaliar requisitos de usuário e características demandadas para armazenamento, organização e visualização das informações gerenciadas pelo VENDIRECT. A pesquisa é de natureza qualitativa, aplicada à área de Sistemas de Informação, cujo método explora os principais softwares utilizados pelo comércio, simplificando os módulos a serem adotados no desenvolvimento de um aplicativo piloto, atendendo a um público específico que realiza venda direta.

(Resultados) Como resultado, o relacionamento entre os blocos da modelagem Canvas sugerem promissora viabilidade do negócio proposto, tendo em vista que o aplicativo VENDIRECT tem amplo mercado e que os custos iniciais são baixos para o seu desenvolvimento. Foi evidenciado que os meios para divulgação são amplos e sua proposta de valor é um bom atrativo para conquistar o cliente. Percebe-se que a parceria para divulgação é satisfatória, haja vista que conta com a propagação da ferramenta pelos próprios consultores que irão utilizar a ferramenta. Nota-se que durante o processo de desenvolvimento do software, foi possível constatar que perdas com o armazenamento das informações podem ser evitadas, bem como a prospecção de venda de novos produtos e serviços é facilitada, fazendo com que o usuário do sistema tenha um melhor controle de seus produtos e maior possibilidade de crescimento no ramo de venda direta.

(Conclusão) Tendo em vista os aspectos observados na modelagem CANVAS que apontam para um cenário favorável para o negócio proposto, conclui-se que o detalhamento do modelo de negócios já pode ser iniciado, incluindo outras técnicas de avaliação dos aspectos abordados em cada bloco do canvas.

Palavras-Chave: CANVAS, Desenvolvimento de Software, Venda Direta.

VENDIRECT: SOFTWARE DE AUTOMAÇÃO COMERCIAL PARA EMPREENDEDORES DE VENDA DIRETA

Autor(es):

Wilson Vieira Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido ao crescimento de venda direta, nota-se a necessidade de sistematizar tal modelo de comércio. Diversos fabricantes de bens de consumo adotaram este modelo, porém o controle realizado pelas pessoas que comercializam tais produtos do tipo de venda direta, não realizam nenhum tipo de controle através de sistemas informatizados e com isso correm o risco de esquecer algo no processo de venda, como por exemplo, a falta de cobrança de algum tipo de valor, a realização de um produto que ainda não está disponível e etc. A proposta do sistema VENDIRECT é desenvolver uma solução que facilite a venda direta, realizando a persistência de informações oriundas do processo de venda, como o controle dos pedidos e controle financeiro. É desejável que o sistema permita a integração a dinâmica de venda comumente utilizado pelos principais fornecedores de bens de consumo para venda direta. O VENDIRECT tem como principais recursos um ambiente off-line (contingenciamento) que pode ser atualizado assincronicamente de modo online, acompanhado de uma interface simples e uma usabilidade satisfatória, fazendo com que o usuário venha ter um melhor desempenho de vendas.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa. O método utilizado explora características de usabilidade, disponibilidade e persistência dos principais softwares utilizado pelo comércio, visando simplificar os módulos a serem adotados, com objetivo de atender o público específico que realiza venda direta. O software está sendo proposto com base em requisitos de usuários que necessitam deste tipo de software. O processo de desenvolvimento do software utiliza ferramentas de Desenvolvimento Ágil, a arquitetura do software é modelo-visualização-controle (MVC), o banco de dados é relacional SQL open source.

(Resultados) Como resultado da proposta de desenvolvimento do software, é perceptível que com o armazenamento organizado das informações podem ser evitadas perdas de dados e melhor controle financeiro. O modelo de organização facilita a prospecção de venda de novos produtos e serviços, incrementando as possibilidades de planejamento de vendas pelo usuário em relação ao controle de seus produtos, e ampliando as possibilidades de crescimento no ramo de Venda Direta. O Desenvolvimento Ágil permitiu uma modelagem rápida e eficaz do software, permitindo que o desenvolvedor se aprofundasse nas etapas mais complexas. A opção pelo contingenciamento (operação offline) se demonstrou viável quanto ao desenvolvimento.

(Conclusão) Como o desenvolvimento pôde ser agilizado, o próximo passo é disponibilizar o software para avaliação com grupos de usuários que possam oferecer feedback mais amplo para ajustes no produto, quanto a usabilidade, consistência e persistência de dados na operação offline, desempenho na atualização online.

Palavras-Chave: Venda Direta, Automação Comercial, Desenvolvimento Ágil

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "nome de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

CSET6 - SERVIÇO SOCIAL

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO NPJ DO UNI-RN

Autor(es):

Igor Victor Feliciano da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Debora Maria Oliveira da Silva: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN
Lindicéa de Araújo Gomes Azevedo: Docente do UNI-RN
Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Núcleo de Prática Jurídica Djalma Marinho - NPJ, foi fundado em 2 de Maio de 2002 e corresponde a uma atividade contínua do curso de Direito, na qual alunos a partir do 7º período iniciam estágio curricular obrigatório. Trata-se do desenvolvimento de uma disciplina (Prática Jurídica) com a realização de estágio supervisionado, onde o discente acumula experiência prático-profissional para ingressar no mercado de trabalho da área jurídica. A maioria dos serviços de assistência e orientação jurídicas tem entre seus objetivos o atendimento à população de baixo poder aquisitivo e exige comprovação de renda. Há uma triagem inicial que busca verificar as condições de renda do usuário com o objetivo de decidir inclui-lo ou não no atendimento. Provavelmente, devido à situação socioeconômica dos usuários que os serviços se propõem a atender, transparece nos discursos uma visão de sociedade na qual prevalecem questões relacionadas à desigualdade social. A inclusão do curso de serviço social no NPJ a partir de 2014 trouxe um novo olhar com um enfoque interdisciplinar dos atendimentos e não voltado, exclusivamente, à atividade advocatícia, já que cabe à essa área a triagem social.. A pesquisa teve como objetivos Identificar os atendimentos realizados pelo setor de triagens do Serviço Social do Núcleo de Prática Jurídica Djalma Marinho do UNIRN e conhecer as demandas que são apresentadas pelas pessoas que buscam o serviço da justiça gratuita, a partir dos bairros da Cidade do Natal.

(Metodologia) Trata-se de um estudo documental realizado no Núcleo de Prática Jurídica, através da análise dos formulários preenchidos na triagem social realizada durante o período de 01 de Março a 31 de Maio do corrente ano. Além disso, foram consultados os Relatórios trimestrais elaborados pela equipe de Serviço Social no qual constam o tipo de atendimento, a demanda apresentada pelo usuário e dados sócio-demográficos.

(Resultados) A análise dos dados mostrou que é grande a procura pelo atendimento gratuito do Núcleo. Os bairros que mais buscam os serviços do NPJ são Mãe Luiza com 36% dos atendimentos, Felipe Camarão com 8% e Guarapes com 6%, ou seja os bairros mais carentes da capital. Os demais bairros tem uma percentagem menos significativa no computo geral. No que se refere às Ações requeridas, as mais demandadas são pensões alimentícias com 36%, Divorcio Consensual com 10% e execução de alimentos com 8%. Os dados confirmam que essas pessoas que procuram o NPJ estão vulneráveis do ponto de vista sociopsicológico e vivenciam as expressões da questão social, através da separação de algumas famílias, a busca pela sobrevivência, por serviços de saúde e de educação, falta de recursos para alimentar e vestir os filhos. Muitas vezes os pais não querem pagar por alegar que é de responsabilidade exclusiva da mãe, após a separação, prover o sustento dos filhos. .

(Conclusão) O NPJ deve ter o foco, também, nos problemas sociais. A essência de um NPJ deve ser o compromisso com a defesa dos Direitos Fundamentais e Cidadania, no sentido de uma reformulação da organização social, proporcionando direitos aos que não têm direitos e preparando os alunos para o exercício profissional. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social é de fundamental importância nesse contexto.

Palavras-Chave: Núcleo de Prática Jurídica, Serviço Social, Demandas Sociais

A PERPETUAÇÃO DO MACHISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E SUA RELEVÂNCIA PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA

Autor(es):

Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo propõe analisar e discutir o machismo no âmbito acadêmico, fazer uma reflexão acerca da perpetuação do machismo na sociedade contemporânea o que se expressa na manutenção de relações violenta física e simbólica, apresenta-se também como problema complexo e enraizado na cultura da sociedade atual. Dessa forma despertasse para a necessidade do debate acerca dessa temática por se constituir em uma das expressões da questão social. Pode-se afirmar que em pleno século XXI ainda persistem valores machistas e ao longo da história e essa discussão necessita ser ampliada, pois representa uma das maiores batalhas na luta por igualdade social e de gênero.

(Metodologia) A realização desse trabalho ocorreu através de pesquisa bibliográfica, tendo como base a obra MULHERES: o gênero nos une, a classe nos divide de Cecília Toledo e análise de publicações de artigos correlacionados, bem como através de atividades desenvolvidas pelo curso de Serviço Social do Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN, nas quais foram desenvolvidas palestras, rodas de conversas, seminários dentre outras em sala de aula.

(Resultados) Espera-se com a proposta e temática da pesquisa, incentivar outros estudantes para o debate, também divulgar o assunto, tornando-o mais conhecido por estudantes e profissionais do serviço social, Percebe-se que em pleno que na contemporaneidade essa ainda é uma questão que necessita ser discutida nas diversas áreas, uma vez que foi possível identificar que a cultura machista ainda predomina na sociedade atual, reconhece-se a relevância de ampliar essa discussão no âmbito acadêmico para esclarecer quanto ao tema é essencial na construção de uma sociedade justa e igualitária, dessa forma poder contribuir com a luta por igualdade social de gênero na construção de um mundo melhor.

(Conclusão) Entende-se que o machismo está presente em todos os lugares e classes sociais, se manifesta de diversas maneiras na sociedade. Ao longo da história essa é uma discussão que precisa ser divulgada. Conclui-se com o trabalho que ao discutir o tema entre todas as áreas na academia, proporciona o entendimento e importância dessa questão, significa reconhecer que o assunto representa um problema complexo com relação direta às formas de organização e a história da sociedade, da estruturação familiar e divisão do trabalho, logo não pode ser encarado como uma questão individual, nem naturalizado, pois diz respeito a todas e todos que almejam justiça e igualdade.

Palavras-Chave: machismo, serviço social, sociedade contemporânea.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CIDADE DO NATAL: 2011-2015

Autor(es):

Igor Victor Feliciano da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Debora Maria Oliveira da Silva: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Nas últimas décadas a discussão sobre a violência contra a mulher tem ocupado um lugar de destaque na sociedade brasileira, seja pelo espaço que a Constituição Federal de 1988 trouxe, seja pelo papel que os movimentos sobre direitos humanos têm assumido. A violência contra a mulher, independente do país, vem sendo vista como um sério problema de Saúde Pública. Ainda que a violência contra a mulher ocorra em diversos contextos, é no ambiente doméstico que mais acontece e tem o parceiro íntimo como principal agressor. A violência pelo parceiro íntimo (VPI) é considerada como violência de gênero por estar inserida em relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Além de ser uma questão social, a violência torna-se problema de saúde pelo impacto que provoca na qualidade de vida individual e coletiva, pelas lesões físicas, psíquicas e morais que produz e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médico-hospitalares. A pesquisa tem como Conhecer os tipos de violência cometida pelos companheiros, contra as mulheres, registrada na DEAM Natal – RN no período de 2011 a 2015 e como específicos Identificar o perfil sócio demográfico das mulheres vítimas de violência doméstica e Relacionar esses agravos com a saúde dessas mulheres, com base na CID.

(Metodologia) Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem quantitativa, a ser realizada na DEAM/Natal-RN a partir dos Boletins de Ocorrência registrados no período de 01 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2015. As variáveis eleitas serão: idade, grau de escolaridade, estado civil, ocupação, renda familiar, procedência, local de ocorrência da violência, período do dia, tipo e número de agressões e se houve reincidências. A violência a ser compulsada será aquela perpetrada pelo companheiro, namorado, marido, noivo, numa relação de cunho afetivo. Os dados coletados serão tabulados, recebendo tratamento estatístico e apresentados sob a forma de gráficos e tabelas. A pesquisa reger-se-á pela Resolução 466/12. Os princípios da confidencialidade, sigilo e anonimato serão respeitados.

(Resultados) No momento a pesquisa se encontra na fase de Revisão da literatura, após a Aprovação pelo Comitê de Ética da UERN. Constata-se que a Lei Maria da Penha se constitui uma conquista histórica na afirmação dos direitos humanos das mulheres. Sua implementação, com a adoção de políticas públicas voltadas à prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher, em todas as suas manifestações. Surge como imperativo de justiça o respeito aos direitos das mulheres no sentido de coibir essa grave violação que lhes ameaça o futuro e rouba a vida, no Brasil. Para o enfrentamento da violência contra a mulher, essa Lei adota medidas integradas de prevenção, através de um conjunto articulado de ações em todos os entes da federação: União, Estados, Distrito Federal, Municípios, bem como dos órgãos não governamentais sob a visão da interdisciplinaridade integrando o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, com as áreas da segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

(Conclusão) A violência contra a mulher por parte do companheiro, independentemente da existência de um vínculo formal ou informal assume números significativos e configura-se como relevante problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Representa, assim, um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca em último caso a morte como realidade ou como possibilidade próxima. Em se tratando de violência doméstica e familiar contra a mulher, a escassez de informação da sociedade, ou o desconhecimento, poderão indubitavelmente comprometer a eficácia dessa lei, fruto de uma convenção internacional que procura tutelar direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, Agravos à saúde

ALCOOLISMO ENTRE MULHERES: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Autor(es):

Igor Victor Feliciano da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O álcool se constitui na principal substância de abuso experimentada, mundialmente, pela maioria das pessoas e em uso cotidiano, durante grande parte da vida, por uma porcentagem considerável de indivíduos, sendo um dos maiores problemas de saúde pública. Assim, dados de comparações entre taxas de consumo de álcool ao longo da vida, em diferentes grupos etários, sexo e regiões ou países, confirmam um aumento do seu consumo por parte das mulheres, de forma cada vez mais precoce. Os resultados encontrados na literatura sobre o tema mostram os malefícios do álcool no organismo feminino, sendo responsável, além de diversas doenças, por grande parte dos atos de violência e dos acidentes dos mais variados, desde trânsito até de trabalho. Apesar das suas consequências desastrosas, o ato de beber é considerado parte fundamental do convívio social, dificultando as campanhas de conscientização. A pesquisa teve como objetivos Identificar o uso problemático de bebidas alcoólicas por mulheres que frequentam cursos na área da saúde de uma Instituição de ensino superior de Natal, Rio Grande do Norte e conhecer a frequência do consumo de álcool pelas universitárias participantes da pesquisa.

(Metodologia) Trata-se de um estudo Transversal de abordagem quantitativa que está sendo realizado a partir da aplicação de um instrumento de coleta de dados - o AUDIT com 60 estudantes de uma IES particular da cidade do Natal. O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) atendendo à Resolução 466/12 do CNS e recebeu aprovação.

(Resultados) A coleta de dados foi concluída e no momento a pesquisa se encontra em fase de análise dos resultados. Foram aplicados 60 questionários após a assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) às alunas dos cursos de Serviço Social, Psicologia, Educação Física Bacharelado (turno noturno) e Licenciatura, do turno matutino, numa amostra de 15 participantes por curso. Os resultados, até ao momento mostram que 48% das entrevistadas bebem, pelo menos, uma a duas doses de bebidas alcoólicas por mês. Entre as entrevistadas, 16% referiram ter esquecido o que ocorreu na noite anterior ao consumo de bebidas alcoólicas e 25% sentiram-se culpadas por esse comportamento. Considerado como comportamento de risco para acidentes, 7% das entrevistadas afirmou ter sofrido algum tipo de acidente após a ingestão de bebidas alcoólicas e 8% afirmaram ter sido orientada para procurar profissionais da área da saúde a fim de tentar solucionar esse problema.

(Conclusão) Os estudos que evidenciam que as mulheres são mais vulneráveis aos malefícios causados pelo álcool, ainda são escassos. No entanto, esta é uma importante questão de saúde pública, pois além do uso de álcool entre as mulheres estar aumentando crescentemente este pode ter graves consequências à saúde e qualidade de vida, expondo-as a riscos evitáveis. Conclui-se pela relevância do tema em questão e a necessidade de realização de estudos voltados ao levantamento, à prevenção, ao tratamento e à redução dos danos no sentido de prevenir morbidades e comorbidades, para que haja uma redução nos índices de consumo de bebidas alcoólicas.

Palavras-Chave: Alcoolismo em mulheres, AUDIT, Problema de saúde pública

AUSÊNCIA ESCOLAR ENTRE OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE NATAL

Autor(es):

Luiza Donata Torres de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Thalita Rodrigues Dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Brasil, historicamente, vem sofrendo com a má distribuição de renda por ter um grande número de pessoas vivendo abaixo a linha da pobreza, apresentando altos índices de desemprego e analfabetismo. Em virtude destes agravantes, surge a necessidade de elaborar e implementar políticas sociais compensatórias a esses danos causados pelo capitalismo, que gera grande lacuna entre os detentores e não detentores de capital. O Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda do Governo Federal, se constitui como parte integrante desse rol de políticas sociais de caráter compensatório e de abrangência nacional, que possui entre suas condicionalidades a exigência mínima de 85% e 75% na frequência escolar de crianças e adolescentes, respectivamente, beneficiárias do Programa. O presente artigo, então, traz uma análise acerca da quantidade de crianças e adolescentes beneficiadas com o Programa, que se ausentaram da escola no ano de 2015, no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Com o objetivo de analisar quais as possíveis causas para a ausência dessas crianças e adolescentes na escola, diante de um determinado contexto social ao qual estão inseridos.

(Metodologia) As estratégias metodológicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica acerca da abrangência do Programa Bolsa Família em todo o País e acerca de suas condicionalidades e a pesquisa documental, valendo-se dos relatórios expedidos pelo Departamento de Condicionalidades para coleta e análise dos dados referentes à ausência escolar entre beneficiários do Programa no município de Natal.

(Resultados) Os resultados mostraram que há uma grande quantidade de beneficiários ausentes da escola, especialmente os beneficiários de 6 a 15 anos, inseridos na categoria do Benefício Familiar (BFA). Além disso, os resultados mostraram que são muitos os motivos que levam a essa ausência escolar, sendo desde a negligência dos pais ou responsáveis, até a desmotivação ou desinteresse dos estudantes, mas que há um índice alto nos motivos não informados pelos beneficiários ou pela família. Pode-se inferir que os motivos que levam a grande taxa de 9.525 crianças e adolescentes a abandonarem ou abdicarem da escola podem ser vários, desde a desmotivação para com os estudos ou por necessidades que não conseguiram ser analisadas a fundo. Além disso, foi possível observar que, dentre os motivos que apresentam descumprimento de condicionalidades estabelecidas, os meses de agosto e setembro de 2015 apontaram maior inadimplência.

(Conclusão) Dessa maneira, é possível concluir que os motivos da ausência escolar entre os beneficiários do PBF estão intimamente relacionados à desigualdade social e precisam ser investigados para que, assim, o Poder Público possa tomar as medidas necessárias para a permanência desses estudantes na escola. No que diz respeito às ausências apresentadas neste artigo, a falta de comprometimento dos alunos pode ser vista como reflexo, não somente de escolhas pessoais e de âmbito familiar, mas da estrutura e desigualdade social num País sempre mais globalizado. As relações sociais entre as classes surgem de forma contraditória, evidenciando sempre mais o capitalismo desenfreado, que, atrelado às desigualdades sociais, contribui para o aprofundamento da questão social e suas mais variadas expressões. Considerando os dados coletados aqui em Natal, os motivos de ausência escolar entre beneficiários do Programa foram diversos, seguindo desde "motivos não informados", negligência dos pais até desmotivação dos alunos. Seja por desentendimento familiar, pela falta de incentivo, dificuldade financeira, ou dificuldades de locomoção, gravidez precoce ou até mesmo por problemas de saúde. Dessa forma, é preciso pensar o trabalho de maneira contínua, visando a minimização da exclusão escolar e o aumento da participação comunitária no ambiente escolar. Promovendo a reflexão e a formação da consciência crítica acerca da importância da permanência de seus filhos na escola como formadora de cidadãos conscientes de seus direitos.

Palavras-Chave: Ausência escolar; Condicionalidades; Programa Bolsa Família.

DEMANDA DO SERVIÇO SOCIAL NA COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DO RIO GRANDE DO NORTE (CAERN).

Autor(es):

Maria Juscimary Silva dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Letice Epifanio Bezerra Neta: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Maria Lidiane Alves da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Janaína Martins da Silva Guimarães: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com a descrição de perfil contida no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da CAERN, cabe ao Assistente Social: Prestar serviços sociais, orientando indivíduos, famílias, comunidades e instituições, auxiliando-os na solução de problemas materiais, psíquicos e outros. Desenvolver e sugerir programas de amparo a empregados e familiares. Participar de programas de integração/ reintegração de colaboradores na comunidade social / empresarial. É notório o descompasso entre o exigido no plano de cargos da empresa, datado de 2007, e a perspectiva social crítica das 6 profissionais que atuam na CAERN, havendo, ainda, ênfase no sistema de “ajuda” e numa perspectiva psicologizante, identificadas nos trechos “(...) auxiliando-os na solução de problemas materiais, psíquicos e outros. ”, “(...) amparo a empregados e familiares”, “ajustamento familiar”.

(Metodologia) Para a pesquisa foram feitas entrevistas com usuários e assistentes sociais da referida organização.

(Resultados) Mesmo ainda não tendo sido atualizado o perfil profissional dos Assistentes Sociais na CAERN, podemos relacionar algumas das atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais que trabalham na Gerência de Desenvolvimento Humano: Orientação aos colaboradores e seus familiares viabilizando o acesso aos direitos sociais, através das políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a assistência social e etc.; Orientação sobre direitos previdenciários; Acompanhamento de colaboradores em auxílio doença ou auxílio doença acidentário pelo INSS; Intermediação entre INSS e CAERN nos processos de reabilitação/readaptação profissional de empregados em benefício que deverão voltar ao trabalho com restrições laborativas; Analisar, elaborar, coordenar e executar planos, programas, projetos e treinamentos para viabilizar direitos e promoção da qualidade de vida aos colaboradores da CAERN (Programa de Enfrentamento ao Álcool e Outras Drogas no Trabalho, Programa de Integração do Novo Colaborador da CAERN, Programa de Preparação para a Aposentadoria, Vem Viver - Programa de Qualidade de Vida da CAERN – Ginástica Laboral na Empresa, Programa de Alimentação Saudável, campanhas de saúde como o Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, campanha de doação de sangue e hemoderivados, caminhadas orientadas, Grupo de Apoio aos Dependentes de Álcool e Outras Drogas, etc.); Administração de alguns dos programas e benefícios sociais fornecidos aos colaboradores da CAERN previstos em Acordo Coletivo de Trabalho (Plano de Saúde, Seguro de Coletivo de Vida, Clínica especializada para atendimento de colaboradores e dependentes acometidos de transtorno mental grave); Elaborar laudos, pareceres e estudos sociais e realizar pesquisas; Visitas domiciliares e à postos de trabalho.

(Conclusão) A visita as atividades ao setor de Serviço Social da CAERN foram importantes para nos dar a compreensão da realidade e demandas institucionais. A partir desses elementos, foram suscitadas diversas necessidades a serem supridas gerando o dever de elaboração individual e coletiva de planos de trabalho à partir da realidade de cada unidade.

Palavras-Chave: Caern, Assistente Social, Colaboradores, Direitos.

**ENTRE AVANÇOS E DESAFIOS, A NECESSIDADE DE LUTAR E RESISTIR: A TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE GROSSOS (BOM JESUS-RN).**

Autor(es):

Yvina Shélida Cirino: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Débora Suellen Teixeira de Paiva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Izabel Eliza Bandeira Damascena: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Márcia Martins de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esse trabalho tem por objetivo apresentar a trajetória de lutas das comunidades remanescentes de quilombos, grupos marcados pela necessidade de lutar contra o racismo e desigualdade social. Na busca pela liberdade os quilombos representaram uma das formas de resistência e combate contra a opressão do regime dominante. Apresentar a trajetória de vida da comunidade quilombola de Grossos, localizada no município de Bom Jesus – RN, bem como mostrar avanços e desafios enfrentados pelos quilombolas são os principais objetivos dessa pesquisa. Com base em fundamentos teóricos, agregados as informações colhidas em conversas informais com moradores da Comunidade pesquisada, fica evidente que a história e o surgimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos apresentam as mesmas características de lutas por liberdade.

(Metodologia) A realização desse trabalho ocorreu através de pesquisa bibliográfica e análise de artigos publicados correlacionados ao tema. Foram também realizadas visitas de campo, nas quais foram, realizadas observações e conversas informais as quais tornaram-se fundamentais para essa construção desta pesquisa. Além da participação de atividades realizadas pelo curso de Serviço Social UNI-RN em comemoração ao dia da consciência negra.

(Resultados) Identificou-se a relevância do assunto e o quanto esse debate necessita ser ampliado no âmbito acadêmico, buscou-se nesse trabalho trazer um resgate histórico, em concordância com o referencial teórico foi possível relembrar a história do tráfico e comércio de pessoas trazidas para o Brasil como mercadorias, destacando-o como país que mais importou escravos e que mais retardou a abolição da escravidão, fatos reais que levaram a população negra a lutar veemente contra a opressão como estratégia para sobreviver. Após vários anos vivendo de maneira clandestina e isolados de outras comunidades os primeiros habitantes de Grossos deixaram suas marcas de homens e mulheres lutadores, hoje seus descendentes vivem na comunidade e buscam resgatar suas origens socioculturais.

(Conclusão) Conclui-se com o trabalho que a questão étnico-racial na atualidade pouco se alterou a pesar da sociedade contemporânea propagar um discurso de “democracia racial”. Essa é uma questão que ainda precisa ser discutida, após a Lei Imperial nº 3.353 que “aboliu” a escravidão no Brasil durante a metade do século XIX, grande parte da população ainda sofre por falta de igualdade, justiça social e racial no Brasil, em pleno século XXI o racismo está estampado em todas as regiões do país. Reconhece-se a importância de políticas afirmativas para a população que mora nas comunidades quilombolas, em consequência das inúmeras oportunidades negadas aos quanto a direitos constitucionais fundamentais.

Palavras-Chave: QUILOMBOLAS, COMUNIDADE, SERVIÇO SOCIAL

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NATAL- PERFIL DAS ESTUDANTES.

Autor(es):

Natália Lira da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) o surgimento da profissão de assistente social está interligada a imagem feminina. A profissão foi designada para mulheres católicas inicialmente, o perfil das mulheres seriam de boa índole, boa família, denominadas de “as damas de caridade da igreja católica”. Além das questões sociais e dos interesses da classe burguesa. Em Natal/RN foi observado naquela época a necessidade de trazer o serviço social para o estado, devido a problemas sociais trazidos pela seca de 1930 e 1942. Pela explosão da segunda guerra mundial em 1934 e invasão comunista que tomou a cidade naquela época. A criação da Escola de Serviço no Estado do Rio Grande do Norte, foi criada com o mesmo contexto histórico da profissão, pelo clero, pela burguesia e líderes católicos de Natal. No ano de 1944 foi criada a Escola de Serviço Social do estado norte-rio-grandense. A Foram disponibilizadas duas bolsas de estudos para duas alunas estudarem em São Paulo, onde fizeram o curso intenso, e o regular no Rio de Janeiro. No dia 02, de junho de 1945, surgiu em Natal/RN a Escola de Serviço Social, com iniciativa da Juventude Feminina Católica Brasileira (JFCB) e da Legião Brasileira de assistência (LBA). Com sua grade curricular igual à de São Paulo e Rio, que recebiam influências do Serviço Social das escolas Europeias. Inicialmente a escola era mantida como instituição privada, com a ajuda da LBA inicialmente, depois pela Igreja católica e com a colaboração de diversos convênios. Como instituição pública reconhecida pelo MEC, o processo foi similar a de todas as outras escolas do Brasil. As dificuldades eram grandes no início e a luta pela pelo reconhecimento do curso foi levada a um nível nacional de debates e discussões pelo reconhecimento da profissão como nível superior e da junção das escolas de serviço social a instituições federais do País.

(Metodologia) A metodologia utilizada foram pesquisa bibliográfica artigos científicos e pesquisa em sites da internet.

(Resultados) Os resultados obtidos foram à evolução da profissão no seu contexto histórico e metodológico. A profissão passou pro um processo reconceituação, tanto na sua forma de atuar, como âmbito acadêmico sua grade curricular passou a adotar uma linha de pensamento Marxista e social. O (a) Assistente Social começou atuar de forma mais interventiva na sociedade, deixando de lado o pensamento religioso voltado para caridade cristã.

(Conclusão) Conclui-se que além de inúmeros fatores sociais, outros aspectos contribuíram para a criação da Escola, não apenas em Natal. A escola trouxe uma nova perspectiva social para cidade e para sociedade, sendo marco na história do Estado e evolução para mulheres da cidade devido a grande oportunidade de estudar em curso de nível superior.

Palavras-Chave: Serviço Social; Escola de Serviço Social; Metodologia.

MULHERES NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE GERAÇÃO DE RENDA

Autor(es):

Larissa Mercia Feitosa de Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Marília Pereira Gomes Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Susana Lais Medeiros da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Marina Inaee da Cruz Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN

(Introdução) As relações de divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres se distribuem de formas desiguais em nossa sociedade, de modo a existir a carga histórica de submissão e invisibilidade feminina e o lado masculino patriarcal e mantedor do lar. Diante disso e com base em um artigo trabalhado em sala de aula percebemos a importância de pensar nessa perspectiva, quando se fala da inserção da mulher no mercado de trabalho e sua importância para geração de renda. A pobreza não é uma condição apenas das mulheres, porém é vivenciado de forma diferente entre os sexos devido ao contexto histórico que ambos estão inseridos. Ao longo da história percebe-se que o papel do homem e da mulher foram construídos gradativamente na sociedade e sempre estiveram ligados à dicotomia entre o público e o privado, associando a figura masculina a personificação da esfera pública e a feminina a esfera privada, impossibilitando muitas vezes, a mulher de sair daquele papel que lhe foi designado.

(Metodologia) A metodologia utilizada no presente trabalho foi à pesquisa bibliográfica que é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008), tomando como referencial o artigo, Geração de Renda: Enfoque nas Mulheres em situação de pobreza e Divisão Sexual do Trabalho, utilizado na disciplina de Questão Social e capitalismo, do curso de Serviço Social.

(Resultados) Verificamos a importância da efetivação de políticas sociais com enfoque na geração de renda, qualificando essas mulheres e possibilitando o protagonismo social. Segundo LEPORACE E FONTOURA 2004, as políticas para as mulheres foram contempladas no I e II plano nacional, colocando algumas diretrizes que deveriam caminhar no sentido de promover a independência econômica das mulheres. Alguns pontos que o atual Plano Nacional de Políticas para as Mulheres trouxe no qual sua efetivação gera resultados positivos na perspectiva de geração de renda dessas mulheres são: na mudança sobre a divisão sexual do trabalho, na ampliação dos equipamentos sociais, em particular aqueles que interferem no trabalho doméstico, como aqueles relacionados à educação das crianças; na redução das desigualdades na participação política local e regional; na redução da desigualdade através da ampliação do acesso aos serviços de todas as ordens (jurídicos, de saúde, educação, etc).

(Conclusão) Concluímos que mesmo com as implementações das políticas públicas de geração de renda para as mulheres pobres elas se mostram ainda precarizadas e ineficazes, pois essas mulheres quando são inseridas no mercado de trabalho ainda assumem funções consideradas de baixa renda e com baixo prestígio social, reproduzindo a estrutura da divisão sexual do trabalho. Ademais, a inclusão dessa mulher no mercado de trabalho, muitas vezes não possibilita que as mães, possam ter creches com tempo integral que deem um suporte, efetivando assim sua participação e permanência no mercado de trabalho, dando-as uma maior autonomia social.

Palavras-Chave: Divisão Sexual do Trabalho, Mulher, Geração de Renda.

O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA ANTIMANICOMIAL: TRANCAR NÃO É TRATAR!

Autor(es):

Iasmim Jamily Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Fabiana Lucia da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Luta Antimanicomial é um movimento social de usuários, familiares e trabalhadores de saúde mental, em defesa para que a atenção e cuidados dos sujeitos com sofrimento psíquico seja realizada em liberdade, a partir do convívio com a família, amigos e a sociedade, por meio de serviços públicos que garantam uma atenção humanizada e pautada nos direitos humanos. O Serviço Social ressalta sua luta contra os princípios opressores e violentos do modelo de saúde mental calcado na exclusão das pessoas com sofrimento mental, materializada através dos hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas e manicômios. O Movimento da Luta Antimanicomial deve nos lembrar que, como todo cidadão, as pessoas com sofrimento mental têm o direito fundamental à liberdade, o direito a viver em sociedade, além do direito a receber cuidado e tratamento sem que para isto tenham que abrir mão de seu lugar de cidadãos.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, feita a partir da busca em artigos publicados sobre a temática respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português, respeitando os últimos dez anos, 2006-2016, de qualquer área do conhecimento e que tenham relação com o tema. Foram excluídos os artigos em língua estrangeira, com período de publicação fora desse lapso temporal.

(Resultados) A partir da promulgação da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, o Brasil entrou para o grupo de países com uma legislação moderna e coerente com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde e seu Escritório Regional para as Américas, a OPAS. A Lei indica uma direção para a assistência psiquiátrica e estabelece uma gama de direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. O serviço social atua numa rede multiprofissional junto ao CAPS, assumindo um papel estratégico na organização da rede comunitária de cuidados, fazendo o direcionamento local das políticas e programas de Saúde Mental: desenvolvendo projetos terapêuticos e comunitários, dispensando medicamentos, encaminhando e acompanhando usuários que moram em residências terapêuticas, assessorando e sendo retaguarda para o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Equipes de Saúde da Família no cuidado domiciliar. Esses são os direcionamentos atuais da Política de Saúde Mental para os CAPS – Centros de Atenção Psicossocial.

(Conclusão) No processo de mudanças na vida das pessoas com sofrimento psíquico, faz-se necessária a presença de um profissional que atue na defesa de seus direitos, o serviço social brasileiro tem contribuído para pensar um trabalho multiprofissional. Nessa perspectiva, podemos citar três principais atividades atribuídas ao Assistente Social: Reinserção social da pessoa com transtorno mental, desestigmatização da doença mental perante a sociedade, realizando atividades educativas de esclarecimento sobre o assunto, e a desinstitucionalização dos internos, visando resgatar seus vínculos territoriais, sociais, familiares, evitando as internações e favorecendo o exercício da cidadania e da inclusão social dos usuários e de suas famílias.

Palavras-Chave: Luta antimanicomial, Direitos humanos, papel do assistente social.

**O PERFIL DOS USUÁRIOS DO PROJETO ESTIMULAÇÃO PRECOCE COM BEBÊS PORTADORES DE MICROCEFALIA -
PERFIL DAS MÃES**

Autor(es):

Jarlene Jaciara Cândido: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Debora Maria Oliveira da Silva: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN
Ana Beatriz de Lima Franca: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Natália Lira da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A microcefalia é uma doença que tem acometido inúmeros bebês recém-nascidos atualmente. As maiorias desses bebês são vítimas de uma doença nova no Brasil e no mundo, a microcefalia transmitida pelo zika vírus. O aumento dos casos da doença no Brasil trás a população uma nova preocupação, o combate ao vírus e a inclusão dessas crianças no convívio social. O Centro Universitário do Rio Grande do Norte localizado na Rua Prefeita Eliane Barros, 2000, Tirol/ Natal. Juntamente com as clínicas integradas da instituição lançam um projeto chamado: Estimulação precoce com os bebês portadores de Microcefalia. Entretanto, não apenas os bebês são vitimados pela doença, mas os pais, avós e principalmente as mães. Elas também são acometidas por esse novo caos social. Muitas são moradoras de periferias e localidades afastadas, mães de baixa renda muitas solteiras e muito jovens. É sabido que a doença não afeta apenas mulheres de baixa renda e que moram periferias. O vírus e a microcefalia pode acometer qualquer pessoa, mas infelizmente pessoas que vivem em comunidades carentes e zonas rurais são mais afetadas, devido à falta de informação, saneamento básico e coleta de lixo. Dentro dessa perspectiva, às alunas do curso de Serviço Social da instituição realizam uma pesquisa sobre o perfil dos (as) usuários ou responsáveis que participam do projeto, com foco nas mães. Buscamos entender como elas vivem, quais as dificuldades que elas possuem em conciliar sua vida pessoal, com os cuidados do bebê portador de microcefalia. Qual o apoio que elas recebem dos maridos, dos familiares e da sociedade. O objetivo da pesquisa inicialmente foi realizar um levantamento de dados quantitativos e qualitativos para conhecermos mais sobre as dificuldades que elas de tem de cuidar dos bebês portadores da doença. Os dados obtidos foram utilizados para observância e para e conhecermos mais sobre o dia a dia das mães, seu perfil, suas expectativas e carências sócias.

(Metodologia) Pesquisa de dados quantitativos e qualitativos, entrevista social com às mães e acompanhantes dos bebês.

(Resultados) Com o objetivo de coletarmos os dados dos acompanhantes das crianças, usamos. um questionário para entrevista com 10 acompanhantes, onde constatamos os seguintes dados: 06 residem em Natal e quatro no interior do estado; 06 moram de aluguel e três em casa própria e uma em casa cedida por familiares; Sobre o nível de escolaridade dos entrevistados foi constatado que: 04 cursaram o ensino fundamental 06 cursaram o ensino médio Nos dados abaixo, podemos observar o meio de transporte dos (as) acompanhantes: 02 vão de carro próprio 03 no carro da prefeitura 05 utilizam transporte coletivo • Foi constatado que dos 10 entrevistados (as) 08 são do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idade entre 17 e 34 anos. • Sobre o BPC (benefício de prestação continuada) Metade dos entrevistados recebem o benefício, a outra metade ainda está nos tramites e na busca para receber o benefício.

(Conclusão) Foi observado dentro da clinica um longo período de espera e ociosidade das mães dentro da clinica. Após análise, sugerimos às intervenções abaixo: Oferecer um lanche às mães, pois muitas residem em bairros distantes e localidades afastadas; Organizar palestras sobre saúde da mulher (entre outros temas), cursos e minicursos; Foi observada também uma necessidade de desabafo e atenção. Sugerimos então, acampamento psicológico em parceria com o curso de psicologia da instituição; Auxiliar os (as) entrevistados que ainda não possuem o BPC.

Palavras-Chave: Microcefalia; serviço social; perfil social.

O TRABALHO DA COORDENADORIA DA DEFESA DA MULHER E DAS MINORIAS (CODIMM) FRENTE ÀS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Autor(es):

Larissa Mercia Feitosa de Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Marília Pereira Gomes Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Susana Lais Medeiros da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Marina Inaee da Cruz Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN

(Introdução) Hoje, a cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência no Brasil, sete em cada dez mulheres já sofreram algum tipo de violência, e o estado do RN é o 7º que menos denuncia. Baseando-se nesses dados essa pesquisa teve como propósito conhecer o trabalho da CODIMM, frente às várias nuances das violências vivenciadas pelas mulheres e não só conhecer como também divulgar o trabalho feito pela instituição no nosso Estado. A CODIMM foi fundada em 11 de maio de 2004, sendo a pioneira em todo o Brasil, destacando-se na luta contra as várias formas de violências, como responsável pela coordenação e articulação, fiscalização dos serviços, programas e ações para as mulheres e minorias, tendo a responsabilidade também na elaboração de projetos e novos programas e serviços, no âmbito da Segurança Pública. Ela é vinculada e subordinada à Secretaria do Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Rio Grande do Norte (SESED).

(Metodologia) O presente trabalho traz como objetivo metodológico uma pesquisa de natureza exploratória em que se procura estabelecer uma maior familiaridade com o problema investigado (GIL, 2008), além disso, o procedimento técnico do estudo de campo proporcionou um aprofundamento da realidade específica através da entrevista à coordenadora da instituição a Sra. Erlândia Passos, bem como, a coleta de informações aos documentos institucionais.

(Resultados) Observamos que o trabalho da CODIMM é fundamental frente à luta contra a violência das mulheres e minorias. Tendo como parâmetro as ocorrências verificadas no ano 2015, que foram de 4.560 boletins de ocorrência efetivados. No ano vigente dos meses de janeiro a agosto já foram feitos 2.689, mais da metade do ano anterior, sem contar com os casos que não são denunciados pelas vítimas por vergonha ou medo. Ressaltamos que o trabalho vem sendo efetuado de maneira competente no qual tem possibilitado serviços como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher-DEAMs, SOS Mulher 0800-281-2336, Disque Defesa Homossexual (DDH) 0800-281-1314, Promotoria de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência – 3232-7244 e 3232-7245 os quais funcionam 24 horas por dia, 7 dias por semana. Cabe salientar que existem também programas educativos, como o projeto Lei Maria da Penha nas Escolas, e o Cinema Itinerante (em andamento).

(Conclusão) Conclui-se que como pioneira no Brasil a CODIMM, traz o grande compromisso de demonstrar que é importante e necessária, e que traz um impacto altamente positivo na população através de suas ações e serviços para com as mulheres e as minorias do Estado do Rio Grande do Norte. E apesar de todo trabalho desenvolvido pela instituição é fundamental que exista uma maior divulgação de programas e projetos desenvolvidos como os da coordenadoria e que tornam-se peça importantíssima para a diminuição dos casos registrados contra as mulheres e as minorias no RN.

Palavras-Chave: CODIMM, Mulheres e Minorias, Violência.

O TRABALHO DA DEFENSORIA PÚBLICA FRENTE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Autor(es):

Patrícia dos Santos Dias: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Thaís Anyele Andrade de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Márcia Martins de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Jaqueline Jokafia Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho propõe a divulgação de um dos mais importantes núcleos da Defensoria pública do Estado do Rio Grande do Norte especializado na promoção e na defesa dos direitos das mulheres. O Núcleo de Defesa da Mulher – NUDEM é composto por profissionais que trabalham em prol daqueles que não possuem condições de pagar um advogado em causas judiciais. A equipe comporta Psicóloga, Assistente Social, Defensor e uma Coordenadora, especializados no atendimento a violência doméstica/familiar. A violência significa utilizar a agressividade intencionalmente, ou seja, empregar a força física e intimidação moral para ameaçar ou cometer algum ato violento que pode acabar resultando em acidente, morte ou trauma psicológico. O atendimento na Defensoria é conduzido pela Lei Maria da Penha, de maneira humanizada. Sonegar o acesso à Justiça a essas mulheres em situação de vulnerabilidade é condená-las à morte ou ao eterno cativo de sofrimento dentro do amargo lar.

(Metodologia) A realização desse trabalho ocorreu a partir da visita em campo na Defensoria Pública, o instrumento utilizado foi a entrevista com a Assistente Social do NUDEM. Através dos relatos foi alcançado os objetivos propostos. Também foi feita a pesquisa bibliográfica, que teve como fonte o site do Governo Estadual.

(Resultados) O resultado alcançado com esta pesquisa foi a divulgação do trabalho realizado pelo NUDEM na Defensoria Pública, para fortalecer cada vez mais essa política de proteção à mulher, com intuito de despertar na sociedade a necessidade de buscar a efetivação de seus direitos. E dessa forma fazendo valer a Lei que garante o acesso a Justiça e em busca da redução do índice da violência contra a mulher, na luta pelo resgate e reabilitação da mesma após ver-se livre da violência.

(Conclusão) Através da nossa pesquisa foi possível constatar a forma como é realizado o atendimento na Defensoria Pública (NUDEM), as orientações que são realizadas na garantia dos direitos e proteção à mulher vítima de violência e seus dependentes e o acompanhamento psicológico feito em conjunto. Foi verificado também que muitas mulheres decidem abandonar o acompanhamento por diferentes motivos, dessa forma não sendo possível finalizar o atendimento de forma eficaz. Constatou-se também que o trabalho do NUDEM tem como principal objetivo informar e acolher as mulheres em situação de violência seja ela psicológica, física, moral, institucional, verbal, patrimonial ou sexual. Encaminhando-as para outros órgãos que são capacitados em sua defesa através de assistência jurídica, integral e gratuita as pessoas que não disponham de recursos. Tornando-as conscientes e protagonistas de suas vidas.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher, Defensoria Pública, Direitos e Proteção

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA INCLUSÃO ESCOLAR

Autor(es):

Edineide Avelino da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
lasmim Janyli Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Fabiana Lucia da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN

(Introdução) A proposta de construção de um sistema educacional inclusivo na realidade Brasileira encontra-se amparada legalmente e em princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade, equidade e diversidade. No entanto, muitas vezes, as práticas inclusivas se distanciam sobremaneira das proposições teóricas e legais. Nesse contexto fica evidente a insatisfação de todos os personagens envolvidos no processo, sejam os pais de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE), que aspiram por um atendimento especializado e individualizado para os seus filhos, sejam os gestores e professores, que se sentem despreparados e desamparados para atender essa demanda.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, quali-quantitativa e descritiva, feita a partir da busca em artigos publicados sobre a temática respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português, respeitando os últimos dez anos, 2006-2016, de qualquer área do conhecimento e que tenham relação com o tema. Foram excluídos os artigos em língua estrangeira, com período de publicação fora desse lapso temporal.

(Resultados) A proteção dos direitos relacionados as crianças e adolescentes conforme previstos no Estatuto da Pessoa com deficiência no artº 27 pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015)... Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. O profissional de serviço social tem, nesse contexto grandes possibilidades de atuação. O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, p.75).

(Conclusão) Com o aumento do número de alunos que possuem necessidades educativas especiais (NEE) o serviço social no Brasil tem contribuído para pensar um trabalho multidisciplinar e multiprofissional no sistema educacional. É importante destacar a atuação profissional na articulação entre família-sociedade-escola no sentido de promover, assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar ações que favoreçam alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Palavras-Chave: INCLUSÃO, EDUCAÇÃO, ESCOLA,

QUESTÃO DE GÊNERO E O SISTEMA PRISIONAL FEMININO BRASILEIRO

Autor(es):

Iasmim Jamily Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Fabiana Lucia da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Márcia Mikely dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN

(Introdução) Os graves problemas que caracterizam o sistema penitenciário brasileiro têm se intensificado, ao longo das últimas décadas, em função do crescimento nas taxas de encarceramento feminino, este sistema prisional ainda trás consigo traços marcante de uma sociedade patriarcal na qual o machismo prevalece esse que têm levado cada vez mais mulheres para prisões a maioria das mulheres atrás das grades foi condenada por crimes não violentos, como posse de drogas ou prostituição. Porém, aquelas que foram condenadas por ocorrências mais graves tiveram, em muitos dos casos, uma motivação passional ou de violência em seus crimes. A mulher enquanto cumpridora de pena privativa de liberdade no sistema carcerário, não perde suas especificidades em decorrência das diferenças de gênero. É importante ressaltar essa condição, pois, ainda que tenha cometido fato típico, antijurídico e culpável, indo a receber sanção penal, essa mulher é capaz da maternidade, entre tantas outras situações que são próprias da pessoa do sexo feminino. As apenadas precisam ter seus direitos assegurados, pois o ordenamento jurídico brasileiro garante que devem ser respeitados todos os direitos que não são atingidos pela privação da liberdade, resguardando, deste modo, a integridade física e moral dos condenados. De modo a assegurar esses direitos, a Lei de execução penal estabelece um rol de assistências que devem ser garantidas a essa população, a assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material. No entanto, apesar da garantia legal, as condições vividas pelas mulheres encarceradas no espaço da privação de liberdade, mostra de fato que é uma questão social que precisa urgentemente de um debate reflexivo, mostrando a sociedade, que é necessário buscarmos melhorias em todo o contexto, dá efetivação e condições dos serviços oferecidos a população carcerária feminina do nosso país.

(Metodologia) Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, realizada a partir de publicações que abordam a temática, respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português respeitando os últimos cinco anos 2011 -2016 no Brasil, devido a pouca visibilidade sobre o “encarceramento de mulheres”, que segue fora da “pauta” da mídia e dos três poderes

(Resultados) Constatamos através da pesquisa bibliográfica que o sistema prisional tem traços marcante de uma sociedade patriarcal onde o machismo prevalece. Os estudos a respeito das relações de gênero demonstram que o papel do homem e da mulher foram construído gradativamente na sociedade e sempre esteve ligado à dicotomia entre o público e o privado, em que o homem personifica a figura do público e a mulher a figura do privado. Segundo Simone de Beauvoir nós nascemos machos e fêmeas e nos tornamos homens e mulheres, através das escolhas promovidas dentro do conjunto da civilização.

(Conclusão) Dispomos de leis específicas para a resolução das questões prisionais do país, onde a Lei de Execução Penal (LEP) deixa claro que os condenados devem viver em condições dignas e que o ambiente prisional seja propício para uma convivência harmoniosa entre eles, o que verdadeiramente não acontece, portanto com base no arcabouço legal existente e diante das inegáveis violações de direitos pelos quais passam as mulheres que se encontram em situação de prisão, precisamos lutar para a conquista dos direitos dessas mulheres. Ao finalizarmos este trabalho percebemos que é de suma importância conhecer a realidade vivida por milhares de mulheres dentro das penitenciárias femininas e podemos elencar que o espaço institucional carece de melhorias, e fica notório que o Estado como provedor e garantidor cumpram os enunciados legais não permitindo que dentro de seus estabelecimentos penais femininos ocorra qualquer tipo de violência a mulher.

Palavras-Chave: Gênero, sistema prisional, mulheres

QUESTÃO SOCIAL: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Autor(es):

Edineide Avelino da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
lasmim Janyli Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Fabiana Lucia da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN
Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN

Orientador(es):

Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O crime de feminicídio íntimo está previsto na legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Também contamos com a lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 com mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, é importante que se abra o debate sobre esses casos para singularizá-los e fazer com que a sociedade pare de ver esse tipo de violência como algo corriqueiro, ou que não se diferencia de crimes comuns, não se trata de dar um tratamento diferenciado ou privilegiado às mulheres, mas sim oferecer uma assistência reforçada a um grupo da população cuja moral e integridade física encontram-se expostas a uma ameaça específica. Essa violência criada a partir da construção social acerca dos gêneros feminino e masculino ao longo de décadas impregnou em nossa sociedade vários tipos de violência contra a mulher como normal, mas está cultura arcaica e danosa, essa violência contra as mulheres ocorre predominantemente em espaços nos quais supostamente elas estariam mais seguras nas suas residências, devido aos altos índices de violência doméstica e assassinatos contra a mulher, hoje contamos com leis específicas para combater este tipo de crime, que ao longo de décadas ceifou a vida de várias mulheres ficando sua família desestruturada. Hoje sabemos da suma importância de enfrentar esse problema, pois temos que lutar juntos para vencermos essa luta, é notório que só leis não bastam para combater a violência contra mulheres. Para vencer a batalha, é necessária uma mudança de mentalidade no país, tanto dos homens, que ainda costumam se enxergar como dominadores, quanto na nossa, que ainda não conseguimos superar culturalmente a ideia de propriedade.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, feita a partir da busca em artigos publicados sobre a temática respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português, respeitando os últimos cinco anos, 2011-2016, tendo correlação com a temática. Foram excluídos os artigos em língua estrangeira, com período de publicação fora desse lapso temporal.

(Resultados) Constatamos através da referida pesquisa bibliográfica que o aumento da violência contra a mulher produz drásticas consequências, entre as quais se destacam a perda ou fragilização das relações familiares, vulnerabilizando esse gênero, torna-se urgente à proposição de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades de gênero.

(Conclusão) Empoderar a sociedade sobre a importância de combater a violência contra as mulheres, se faz necessário e urgente esse trabalho, tendo em vista o intuito de transformar a mentalidade que culturalmente sequer reconhecem essa questão, criada a partir da construção social acerca dos gêneros femininos e masculino, que ao longo de décadas impregnou em nossa sociedade vários tipos de violência contra a mulher como normal, atualmente contamos com leis específicas para combater o crime de violência contra a mulher que não é um fato novo pelo contrário é tão antigo quanto à humanidade. O que é novo e muito recente é preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. O intuito deste trabalho é contribuir significativamente com essa questão social, tendo em vista evitar que novos casos aconteçam e defendem a importância, de que tanto homens quanto mulheres assumam o compromisso de desconstruir o machismo em si e em seu cotidiano.

Palavras-Chave: violência, mulher, generos

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

CSET7 - ARQUITETURA E URBANISMO

A PERCEÇÃO DAS CORES NOS AMBIENTES

Autor(es):

Ana Beatriz Silva de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ana Cecília Carvalho de Azevedo Sodré: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN

(Introdução) De acordo com Lacy Louise, a cor tem o poder de mudar completamente a percepção das pessoas acerca de um local. É possível, ainda, que a cor cause no ser humano uma reação de afinidade ou não por ela. Sendo assim, pode-se afirmar que a cor tem papel de extrema importância para as construções arquitetônicas, pois caso seja usada fora do contexto proposto ela irá afetar na funcionalidade do espaço. Ou seja, ela pode afetar positiva ou negativamente a percepção de qualidade do ambiente construído.

(Metodologia) Este artigo busca descobrir como o uso da cor nos espaços construídos influencia na permanência e conforto do usuário no local. Para atingirmos os resultados pesquisamos e comparamos a ação das cores em duas redes de comida: Mc Donald's e Starbucks. Analisando a cadeia de restaurantes de fast food Mc Donald's, percebe-se que as duas cores utilizadas na empresa é o vermelho e o amarelo (AGENCIA SABRE, 2014). O vermelho é empregado em restaurantes para estimular o apetite e criar um senso de urgência. O amarelo é associado ao otimismo (AGENCIA SABRE, 2014). Quando observamos a cadeia de cafeterias da empresa Starbucks nota-se o verde como a cor principal da marca. O verde está associado à saúde, tranquilidade, relaxamento, harmonia e natureza (AGENCIA SABRE, 2014).

(Resultados) A corrente chinesa do Feng Shui diz que a cor vermelha não deve ser utilizada em ambientes que tenham como intuito a interação de pessoas, pois é uma cor que pode causar inquietação em lugares de maior permanência. Isso corrobora o fato do vermelho do Mc Donald's atuar para que o consumidor coma e saia do local rapidamente, atendendo, dessa maneira, o objetivo de ser um fast food. O amarelo, por outro lado, cria uma atmosfera positiva para o McDonalds, como pode ser visto pelo slogan "amo muito tudo isso". De acordo com um estudo feito em 2012 na Alemanha pelos cientistas da Universidade Ludwig-Maximilians, de Munique, o verde é capaz de estimular a criatividade. Ademais, sabe-se que essa cor pode trazer a sensação de relaxamento. Desse modo, o verde atende a proposta do Starbucks de atrair consumidores para a permanência no estabelecimento.

(Conclusão) Tendo em vista os aspectos observados, podemos afirmar que a combinação de cores das empresas analisadas tem forte influência sob a proposta a qual cada uma visa oferecer. Concluímos, então, que a cor é um forte mecanismo, que associado a forma e organização do espaço, podem validar a função da construção arquitetônica.

Palavras-Chave: Cor; Espaço; Arquitetônico; Rede de alimentação.

ANÁLISE PÓS-OCUPACIONAL DO PARQUE DA CIDADE

Autor(es):

Luiza Leite Fernandes Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Sarah Maria Torres de Medeiros: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN
Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN

(Introdução) Este trabalho apresenta a realização de uma Avaliação Pós-Ocupacional no Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, com a finalidade de identificar se este atende aos objetivos do projeto em preservar um dos principais aquíferos da cidade do Natal/RN, incentivar a educação ambiental e proporcionar um espaço de uso coletivo para atividades físicas de saúde e convívio dos cidadãos. Tendo em vista que o meio ambiente é agredido e contaminado pelo desenvolvimento e avanço imobiliário, o Parque surge como um local de preservação e conservação ambiental, sendo possível notar o respeito da comunidade do entorno, que mantém o limite da zona inalterado (Natal, 2014).

(Metodologia) Apesar desse avanço, há uma dificuldade de acesso dos cidadãos devido à extensão da Zona de Proteção Ambiental e à pequena oferta de transporte coletivo, restringindo seu público (As linhas que passam pelo parque são apenas 24 – Planalto/Ribeira, 33A – Planalto/Praia do Meio e 33B – Planalto/Lagoa Seca). A baixa quantidade de usuários, em consideração a capacidade de suporte, vem influenciar na percepção da importância da preservação ambiental, pois parte da população da cidade não possuem o sentimento de pertencimento e com isso não é gerado a consciência da necessidade de cuidado. Dessa forma, esse artigo se propõe a analisar a percepção do usuário quanto à importância do Parque para a cidade, levando em consideração os princípios ambientais e sociais de sua concepção.

(Resultados) Para isso, foram aplicados questionários aos frequentadores, com o intuito de aferir a qualidade do ambiente e sua forma de utilização. Foi realizado levantamento de dado a partir da biblioteca do local e aplicados oito questionários com os usuários do Parque. Com o resultado dos questionários, foi possível identificar que o foco da utilização do parque pelo usuário é a atividade de lazer e exercício, não aliando essas práticas a conservação, apesar dos projetos de educação ambiental oferecidos. O local torna-se convidativo ao público com a realização de eventos voltados a saúde e ao bem estar da população, havendo aulas diversificadas de dança, corridas e atividades funcionais gratuitas, além da constante procura das escolas para promover a conscientização por meio de aulas práticas no meio ambiente. Identificou-se também ser forte a demanda por um ambiente que proporcione segurança.

(Conclusão) Dessa maneira, compreende-se que as atividades desenvolvidas podem ser melhor divulgadas e os acessos ao parque facilitados, contudo, que atualmente já auxiliam na conservação da área e dos limites ambientais, mesmo sem um intensão ou percepção direta do usuário.

Palavras-Chave: Avaliação Pós-Ocupacional; Parque da Cidade; Conservação ambiental.

CONDIÇÕES HABITACIONAIS ÀS MARGENS DO RIO POTENGI.

Autor(es):

Lucas Santo Netto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Camila Furukava: Docente do UNI-RN

Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN

(Introdução) O estudo sobre as condições habitacionais às margens do Rio Potengi tem como objetivo analisar a qualidade de vida no local, bem como a estrutura das moradias e condições de higiene nas proximidades da Pedra do Rosário, localizado na Rua Ocidental de Baixo, bairro de Cidade Alta, na Zona Leste de Natal. Tal área onde se encontra a estátua da Nossa Senhora da Apresentação, possui grande importância cultural desde 1753 e acabou se tornando um ponto histórico da cidade do Natal, que por muito tempo era visitada por turistas e moradores para se apreciar o pôr do sol. Contudo, pela série de problemas urbanos que são enfrentados na localidade, principalmente a insegurança, esse local foi deixado cada vez mais de lado. Pelo potencial histórico da região, atualmente todo o bairro é considerado uma Zona Especial de Proteção Histórica –ZEPH, e o local em estudo como Área Especial de Interesse Social –AEIS, como informa Plano Diretor de Natal, 2007. O Bairro da Cidade Alta foi um dos primeiros da cidade, e sofreu por diversas modificações desde seu período colonial. Anna Gabriella de Souza Cordeiro (2012) mostra que inicialmente o bairro atendia a uma elite que migrou para o projeto Cidade Nova, atual Tirol e Petrópolis. Com a migração dessa população e sem que houvesse um cuidado do Poder Público em resolver problemas sociais e de infraestrutura, houve uma precarização desse espaço e futuramente a concentração de habitações informais.

(Metodologia) A análise dos pontos referentes ao tema em questão ocorreu por meio de visitas técnicas ao local, juntamente com aplicação de entrevistas a seis residentes da área com diferentes pontos a serem ressaltados sobre suas formas de moradia.

(Resultados) As moradias informais na Rua Ocidental de Baixo, não possuem saneamento ou qualquer forma para tratamento de esgoto, além da coleta de lixo não ser efetuada na rua, sendo assim necessário inicialmente pegar os lixos nas residências para em seguida serem destinados a um ponto em que a coleta é realmente realizada pela URBANA. Quando isso não ocorre os resíduos acabam sendo jogados no leito do rio e o poluindo, aumentando os riscos de saúde para a população que lá vive e contribuindo para a proliferação de doenças principalmente geradas pelo acúmulo de sujeiras nas margens do rio e proximidades. Esse grupo de moradores, que concentram renda de até três salários mínimos, encontra-se marginalizado no âmbito social e recebem baixos recursos públicos especialmente por se encontrar em área de risco, nas bordas de uma via ferroviária. Em contrapartida estão inseridos dentro de um contexto urbano de infraestrutura, rico em serviços de qualidade, como escolas, supermercados, igrejas, e hospitais, além de possuir fácil acesso a transporte público.

(Conclusão) Tendo como base nas entrevistas realizadas e observando o contexto em que as habitações estão inseridas, conclui-se que a insegurança no local é fortemente percebida, assim como a ausência de atividades e ações do poder público na área. Identificou-se também um conflito entre o direito à habitação e a faixa de domínio não edificante de ferrovia, a qual o grupo de moradores está inserido. Estar nessa faixa, torna a área de risco e direciona legalmente o Poder Público a relocação e não a consolidação da comunidade. Por outro lado, as pessoas que ali residem tem suas relações e apropriações históricas com espaço e sua relocação, pode fragilizar ainda mais a situação em que se encontram.

Palavras-Chave: Habitações, Planejamento, Rio Potengi.

DESENHO UNIVERSAL E ACESSIBILIDADE NO PARQUE DA CIDADE

Autor(es):

Ana Flávia dos Santos Lima Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Sofia Alves da Hora: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Giovani Hudson Silva Pacheco: Docente do UNI-RN
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) Um foco maior sobre a acessibilidade foi observado a partir da década de 1940, época na qual ocorreu a 2ª guerra mundial, resultando em muitos soldados mutilados. Esses soldados tiveram que reconfigurar todos os seus hábitos de forma a atender suas novas limitações. Desde então se faz necessário estudar métodos e soluções de inclusão nos projetos arquitetônicos e urbanísticos, de forma a moldar diferentes ambientes para atender as limitações dessas pessoas com amputações, e também de anões, idosos e de outros portadores de necessidades especiais temporária, como grávidas e obesos. Nesse sentido busca-se incorporar o desenho universal nos projetos, que tem como objetivo a concepção de objetos, equipamentos e estruturas para serem utilizados pela generalidade de pessoas, sem a necessidade de projetos adaptados ou especializados, permitindo a autonomia de todos independentemente da idade, estatura ou capacidade.

(Metodologia) Assim esse desenho está estruturado em sete princípios: (1) O equitativo; (2) o uso flexível; (3) o uso simples e intuitivo; (4) informação de fácil percepção; (5) tolerância ao erro; (6) o esforço físico mínimo; e, por último, tem-se (7) o dimensionamento de espaços. Com base nessas informações observou-se o contexto referente à acessibilidade na cidade do Natal e pode-se identificar que os espaços públicos não são organizados para pessoas com deficiência, como a falta de transportes públicos adequados, a falta de sinalização para deficientes visuais, a variação de alturas das calçadas, impossibilitando uma boa circulação. Com um olhar mais específico sobre Parque Dom Nivaldo Monte localizado na Rua Prefeito Omar O'grady-Pitimbú, identificou-se que esse espaço é amplo e pode ser adequado a receber todos os públicos.

(Resultados) Dessa maneira, esse artigo objetiva identificar a infraestrutura do Parque que possibilite proporcionar lazer de qualidade a pessoas portadoras de deficiências motoras, a luz dos princípios do desenho universal. Tendo em vista os aspectos citados a cima e com base na norma técnica NBR 9050:2004, (ABNT,2004) a qual estabelece critérios e parâmetros técnicos aplicáveis a projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Já o desenho universal segue uma vertente complementar pois compreende previamente as necessidades de todos os indivíduos e procura conceber habitações utilizadas por qualquer pessoa visando conforto, segurança e integração. Observamos a presença de alguns desses princípios, como as placas de sinalização para banheiros de acordo com gênero e de indicação de vagas para cadeirantes, idosos e gestantes (3) além de apresentar uso de identificação em libras (4), elevadores com sensor minimizando o risco de acidentes (5), utilização de torneiras com sensor e maçaneta do tipo alavanca que minimiza o esforço do usuário (6), banheiros adaptados possibilitando o uso de diferentes pessoas (7).

(Conclusão) Em virtude do que foi mencionado conclui-se que o parque é um lugar no qual segue os princípios universais possibilitando o uso comum de diferentes pessoas sem apresentar limitações na locomoção logo proporciona lazer aos seus usuários.

Palavras-Chave: Acessibilidade, Parque da Cidade, Desenho Universal

HORTA URBANA E O PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO

Autor(es):

Matheus Guedes de Farias: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Luiza Leite Fernandes Dantas: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ana Flávia dos Santos Lima Costa: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Lucas Santo Netto: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Sofia Alves da Hora: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto piloto de construção de hortas orgânicas em espaço reduzido foi uma iniciativa do professor Werner Farkatt, junto à disciplina de Tecnologia, Meio Ambiente e Fundamentos Sociais. O projeto foi proposto aos alunos do primeiro período do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), de maneira que os mesmos pudessem integrar os conceitos de sustentabilidade apresentados em sala de aula, conjuntamente, com o desenvolvimento de um projeto arquitetônico utilizando materiais recicláveis e de baixo custo, e que no final, deveriam gerar a produção de alimentos orgânicos. O projeto inicial de compostagem e horta orgânica do UNI-RN pode ser entendido como algo tradicional, desta forma, optou então por inovar produzindo um espaço de integração da natureza com o homem através de uma área de convivência, onde fosse possível realizar diversas atividades como estudo em grupo e contato social dos usuários. O espaço escolhido para instalação do projeto está localizado atrás do ateliê de artes, área esta pertencente ao Complexo Educacional Henrique Castriciano (HC) e Escola Doméstica de Natal (ED). Este espaço corresponde a uma das áreas mais sombreada e ventilada do Complexo.

(Metodologia) Mediante aos fatos apresentados, foi possível o desenvolvimento de um projeto de horta urbana em espaço reduzido adotando os conceitos básicos de sustentabilidade, neste caso, foi desenvolvida uma proposta utilizando um design diferenciado com uma representação abstrata no qual remete a horta ao formato de uma árvore. O material empregado consiste em canos PVC esgoto com 100 mm de diâmetro que foram cortados em diferentes comprimentos e unidos por conexões tipo "T", e que foram fixados na parede com o auxílio de parafuso, buchas e abraçadeiras nylon. Como as tubulações estão totalmente conectadas, as águas do sistema de irrigação passam continuamente por todos os tubos, distribuindo as águas de forma uniforme e mantendo a umidade para as raízes das plantas ao longe de toda a horta. Desta forma é possível fornecer as condições adequadas para o desenvolvimento e crescimento das mudas.

(Resultados) Pensando na humanização do espaço onde foi instalada a horta, foi proposto a criação de uma área de uso comum, que permitisse que a comunidade acadêmica passasse uma maior parte do seu tempo livre em contato com natureza e próximo à horta, e não apenas no período de colheita. Desta forma, foi criado um espaço de convivência que seria estruturado por pallets de madeira. Este também seria responsável por nivelar o terreno e garantir uma área de uso comum mais agradável e em harmonia com o ambiente externo. Para um maior conforto dos usuários foi proposto o uso de pneus sobrepostos envolvidos por corda de marinho compondo assim um assento, e o carretel de fio de energia serviria como mesa de apoio.

(Conclusão) Foi apresentado êxito na execução da horta vertical, porém não sendo concretizado o projeto da área de convivência por fugir da proposta inicial do professor. A partir do desenvolvimento do projeto, foi possível observar mais facilmente a importância do aproveitamento de materiais para fins ecológicos, principalmente aqueles que têm decomposição lenta. Conseguimos unir dois extremos que andam em conflito nos dias de hoje, já que o ser humano pensa muito mais em seu bem estar do que preservação do verde; fizemos com que houvesse uma relação positiva entre o homem e a natureza. Conseguimos promover isso em baixo custo, além de dar continuidade ao projeto de Compostagem e Horta Orgânica do UNI-RN.

Palavras-Chave: Horta vertical – compostagem orgânica- humanização- sustentabilidade

HORTA URBANA EM ESPAÇO REDUZIDO

Autor(es):

Marina Cabral da Costa Amaral : Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Dominnique Mafra de Souza Montenegro: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ana Beatriz Silva de Moraes: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Tuany de Oliveira Marques Tiburcio: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN
Ana Cecília Carvalho de Azevedo Sodré: Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo do UNI-RN

Orientador(es):

Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN
Camila Furukava: Docente do UNI-RN

(Introdução) O projeto de Horta Caseira Orgânica tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida da sociedade, sendo importante sob o ponto de vista nutricional, como forma de terapia ocupacional, na melhoria do hábito de consumo das pessoas, na economia das famílias e até na manutenção e/ou melhoria da saúde e prevenção de doenças. Além da produção de hortaliças, o projeto tem por objetivo contribuir para a integração dos processos de ensino-aprendizagem na ED, HC e na UNI-RN, incentivando alunos, professores e funcionários com relação à participação, à sustentabilidade e à mudança de seus hábitos alimentares. Ademais, uma vantagem do Projeto de Horta Caseira orgânica é a diminuição dos custos, obtendo uma melhor economia para os consumidores. Com isso, foi projetado um espaço que agregasse a natureza e o ensino simultaneamente tentando reaproveitar um espaço antes pouco utilizado pelas instituições.

(Metodologia) Esse projeto tem o propósito de ser sustentável, arquitetônico, e viável economicamente. Para realizá-lo foram utilizados materiais que normalmente seriam descartados erroneamente nos lixões ou aterros sanitários. A proposta do trabalho foi utilizar latas de leite ou achocolatados obtidos por meio de doação, a fim de diminuir o custo do projeto. Além de recicláveis, elas possuem um duradouro tempo de uso. Foi utilizado ainda pedaços de arame galvanizado nº 16 com cerca de 30 cm de comprimento. O arame foi encaixado nas laterais das latas e posteriormente dobrados para servir como um gancho. Todas as latas foram fixadas em uma “teia de arame” construída para dar suportes às latas de leite. A tinta foi usada para dar uma harmonia ao projeto. Para a plantação foram colocadas sementes de salsa e manjerição roxo.

(Resultados) A educação ambiental é um dos tópicos recorrente a serem absorvidos pelas crianças e estudantes, explorar sua relação com a natureza e os impactos que suas ações podem causar no sentido ecológico. É aí que o Projeto da Horta Caseira Orgânica se insere, ele aproxima os estudantes da necessidade de construir um vida mais saudável, fazendo com que as crianças criem hábitos sustentáveis e ecologicamente corretos. Entre os resultados alcançados com o projeto se destaca a produção de hortas orgânicas em espaço reduzidos, o consumo de alimentos naturais pelos alunos, atividades ligadas à culinária, troca de conhecimentos, inserção de assuntos como a economia doméstica, a influência nas escolhas alimentares das futuras gerações, além de apresentar na prática as consequências que ações do homem têm em relação ao meio ambiente.

(Conclusão) Levando-se em conta os aspectos mencionados, afirma-se a importância de buscar produtos sustentáveis para uma nova forma de alimentar e educar os jovens. Concluimos, dessa maneira, que a alimentação saudável pode e deve ser aliada ao dia a dia das crianças e jovens nas escolas e faculdades.

Palavras-Chave: Projeto; Horta; Sustentável; Orgânica; Consumidores; Alimentos; Lata; Reciclável.

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

PG1 - ADMINISTRAÇÃO

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

Autor(es):

Filipe: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Lucas Santos Nã³brega de Paiva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rosa Maria de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Bárbara Candice Barbosa Jacinto: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Jefeson Freitas de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) A comunicação nem sempre teve a importância que possui nos dias atuais. Em meio às organizações, com o passar dos anos, ela se fez mais presente dando suporte no crescimento organizacional de um modo geral. Tratando-se de comunicação organizacional, entende-se que quando bem executada as empresas tendem a crescer em níveis de produção e rentabilidade, tornando-se evidente o seu reconhecimento. Esses fatores estão em constantes mudanças, e para que se tenha um controle sobre tal é essencial uma boa comunicação entre os gestores e colaboradores. A comunicação é um diferencial para que a empresa alcance seus objetivos, uma boa comunicação não é apenas transmitir com êxito a informação, é saber a real compreensão do receptor. Transformando a comunicação em entendimento para se chegar ao conhecimento e garantir o tão sonhado diferencial no mundo organizacional.

(Metodologia) Esta pesquisa foi elaborada a partir de dados bibliográficos para uma análise sobre como a comunicação organizacional tem influenciado as relações empresariais. Tem como objetivo buscar uma boa explicação sobre a importância da comunicação dentro das organizações e o seu papel em cada fase do processo comunicacional. A teoria está firmada em fontes fidedignas que trazem o conteúdo com clareza e objetividade, trazendo assim, a confiança necessária para transmiti-la. Os livros e a internet foram fontes de pesquisa, sendo suficiente para o desenvolvimento do tema em questão.

(Resultados) Os resultados obtidos através da pesquisa mostraram que a comunicação organizacional tem a importância de manter integrados os setores da empresa. O estudo de barreiras da comunicação, por exemplo, mostrou como evitar ruídos e falhas de comunicação entre os integrantes. O estudo de formas de comunicação e o feedback além de permitirem o desenvolvimento da empresa como organização coesa a qual seus integrantes trabalham juntos de forma coerente entre si para alcançar os objetivos desejados também propicia um melhor clima organizacional por parte de seus empregados os quais trabalharão de forma mais consciente e saudável entre si.

(Conclusão) Com esse estudo foi possível verificar a importância da comunicação organizacional, concluindo-se que é fator essencial, e proporciona as melhores soluções para possíveis problemas, passando a considerar uma boa comunicação como ferramenta para o desenvolvimento profissional e pessoal impulsionando a lealdade e a produtividade da força de trabalho. Com as repentinas mudanças na sociedade, saber comunicar tornou-se algo essencial para todos os indivíduos. E não somente para os indivíduos em si, mas as empresas também devem se preocupar com a comunicação, em especial com as informações que são transmitidas por elas mesmas. Deste modo, estabelece-se um relacionamento entre a empresa e os funcionários, permitindo que eles acompanhem as suas principais ações e verifiquem o impacto de suas tarefas no alcance dos resultados traçados. Com isso, os colaboradores ficam mais motivados a contribuir para o sucesso da companhia.

Palavras-Chave: Comunicação, Relações Empresariais, Clima organizacional.

LIDERANÇA: OS IMPACTOS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Autor(es):

Daniel Sheldon de Souza Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Amanda Sousa Felix: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Ana Janara Alves da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Daniella Karla Bezerra de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Francisca Paulino de Sousa Cavalcante: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) Embora o tema liderança seja bastante explorado, observa-se a necessidade de pesquisar e entender quais os impactos da liderança no ambiente de trabalho e quais as contribuições na motivação dos colaboradores. A arte de liderar tem ganhado uma importância significativa, o perfil de profissional líder criativo e persuasivo vem sendo cada vez mais cobiçado pelas organizações, a fim de potencializar os resultados. Liderança é uma ferramenta indispensável para obter a sinergia entre líder e liderados, liderar não é dar ordens e esperar resultados, um bom líder sabe direcionar sua equipe com motivação e satisfação dos mesmos traçando metas a serem obtidas influenciando os colaboradores de forma positiva e eficaz. O modelo de líder “manda quem pode obedece quem tem juízo” causa impactos negativos nos resultados organizacionais; conduzir uma equipe não é tarefa fácil tendo em vista que no ambiente de trabalho existem pessoas de personalidades diferentes nesse caso um líder que saiba falar e ouvir é essencial para motivar a equipe e focar nos interesses e objetivos almejados pela organização.

(Metodologia) O método abordado para realizar este trabalho foi à pesquisa bibliográfica, que preza explicar um tema ou problema pré-determinado por meio de artigos, livros e assuntos já pesquisados e publicados a cerca do tema escolhido. Este método busca elaborar a melhor maneira de compreensão para o assunto abordado, de forma objetiva e eficaz as fontes utilizadas na pesquisa precisam ser seguras e atuais é muito importante pesquisar autores renomados que já escreveram sobre o assunto proposto a fim de aprimorar o conhecimento sobre o tema pesquisado.

(Resultados) Através da pesquisa bibliográfica constatou-se que o líder é essencial no sucesso de qualquer organização, mas é preciso que o mesmo tenha competências e habilidades para saber lidar com os desafios e conflitos no ambiente de trabalho, embora existam vários estudos renomados sobre estilos de lideranças, não há um modelo ideal de liderança, no entanto a situação e os liderados têm o poder de influenciar na liderança exercida na organização; o líder precisa ter autoconfiança, acreditar no seu potencial e que esta no caminho certo para que seus liderados se deixem serem conduzidos aos objetivos organizacionais.

(Conclusão) Conclui-se que a liderança esta diretamente vinculada à administração e em virtudes dos fatos mencionados; compreendemos que liderança não é um cargo é um comportamento o líder poderá tanto motivar como desmotivar a equipe tendo em vista que as organizações cada vez mais investem na motivação dos colaboradores, uma das ferramentas para esse processo de motivação, é o líder motivador que com habilidade saiba extrair dos liderados o motivo intrínseco que estar dentro de cada subordinado esse objetivo é a essência que leva a motivação de querer fazer algo, não porque o líder determinou, mas porque o colaborador deseja executar com satisfação a tarefa delegada.

Palavras-Chave: Liderança, motivação, organização.

SUPERENDIVIDAMENTO: ESTUDO DE CASO NO CENÁRIO BRASILEIRO.

Autor(es):

Daniel de Melo Medeiros: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nielson Rodrigo Guimarães de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Natalia Oliveira Souza da Costa Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Mandalu Michael Jackson Olegário de Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN
Renata Lima de Mesquita: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) O “superendividamento”, define-se pela situação em que o empresário se encontra impossibilitado de suprir com suas obrigações de curto e/ou longo prazo de forma estrutural, procedendo ao pagamento de uma ou mais dívidas, sejam essas atuais ou futuras. Hoje o país se encontra em estado de crise econômica, o que contribui para que essa situação esteja inserida fortemente na vida de muitos brasileiros. Segundo especialistas, devido à redução de renda, juros e alta inflação, mais empresas correm o risco de entrar para esse grupo dos superendividados. Partindo desse princípio, surgiu o interesse de realizar esse estudo de caso, com o objetivo de detectar os motivos que levam as principais causas de superendividamento, entender o porquê que isso ocorre, quais as consequências advindas dessas situações e por fim, encontrar estratégias necessárias que permitam o indivíduo ou a organização sair dessa zona conflitante.

(Metodologia) A pesquisa classifica-se como bibliográfica, descritiva, feita através de um estudo de caso com análise documental por meio da coleta de dados em uma empresa que esteve nessa situação de superendividamento. Foram utilizadas pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre empresas que estiveram ou estão nesse grau de endividamento. Posterior a essa etapa, foi realizada uma análise comparativa dos períodos da empresa para a obtenção de resultados os quais destacam os motivos pelos quais as empresas sujeitam-se a essa complexa situação.

(Resultados) Identificou-se pelas coletas de dados através das pesquisas realizadas, resultados que abordam os motivos pelos quais levam as causas de superendividamento das empresas, o porquê se dá de forma tão rápida e descontrolada, quais as consequências advindas dessa situação, os direitos do consumidor e das empresas, bem como as suas obrigações legais. A quantia mínima que possa considerar a pessoa (jurídica) como superendividada e a existência de tipos de superendividamento juntamente a uma subdivisão, são demais pontos resultantes da pesquisa. A união desses fatores encontrados, levam a uma conclusão coerente a qual responde o estudo de caso.

(Conclusão) A partir da análise dos dados obtidos pela pesquisa, foi visto que existem dois tipos de superendividamento, o de forma ativa e o de forma passiva e que esses são ainda subdivididos em consciente e inconsciente. Para chegar a qualquer um desses citados, existem fatores contribuintes como: a falta de compromisso do gestor em estar atento aos indicadores financeiros da empresa, acompanhar, controlar e gerenciar resultados, em muitos casos não procurar desenvolvê-los para controle e planejamento da organização, adotando o princípio “laissez faire, laissez aller, laissez passer” – “Deixai fazer, deixai ir” deixai passar”. Logo entende-se o que se faz necessário para prevenir e evitar esse tipo de situação, a qual muitas empresas hoje em dia se encontram e tentam superar com dificuldades.

Palavras-Chave: Estudo de caso, Superendividamento, Superendividamento no Cenário brasileiro.

SUSTENTABILIDADE:UM ESTUDO NA EMPRESA NATURA

Autor(es):

Cláudia Crisnayara Regina da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Nilson de Souza Castro Neto : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Francicleide Ângela da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maxlene Amanda de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN
Maria Aparecida Santos de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN
Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) A sustentabilidade vem sendo discutida desde a década de 70, só ganhou destaque a partir da década de 90. No contexto mundial se lançou uma obrigação por partes das empresas que desenvolvem políticas socioambientais. Diante do novo cenário, as organizações que adotam medidas sustentáveis tem retornos positivos, pois a sociedade vem se preocupando cada vez mais com o meio ambiente, tornando a prática essencial dentro das organizações e conseqüentemente o aumento da competitividade,tendo em vista os vários benefícios que essa pratica agrega, adoção de ações de sustentabilidade garantem a médio e longo prazo um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Garante os recursos naturais necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos) e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações. . A empresa objeto de pesquisa é a natura uma organização de referência em ética e sustentabilidade, pois investe pesado em políticas sustentáveis e sociais. O trabalho apresentado se propõe a responder como a sustentabilidade ambiental está inserida na empresa Natura e como isso ajuda a torna o mundo sustentável.

(Metodologia) A partir de uma visão apresenta-se conceitos sobre sustentabilidade.Desta forma esta pesquisa caracteriza-se também como estudo de caso,pois o assunto em estudo é critico para se testar uma hipótese ou teoria. Para suprir as demandas propostas para a elaboração deste artigo foi necessário a utilização dos respectivos instrumentos de coleta de dados: sites, livros e alguns artigos relacionados ao assunto estudado. A análise dos dados desenvolveu-se através da leitura consultiva de livros, artigos e sites a fim de extrair sua essência e alcançar os objetivos propostos.

(Resultados) Nesse caso se deu enfase a importância do uso da sustentabilidade na empresa Natura,tendo como resultado todos os seus benefícios sendo eles sociais e econômicos.Com isso a parte deles enquanto empresa esta sendo feita preservando o meio ambiente para as gerações futuras e ajudando com seus vários projetos na conscientização da população no geral.Seus produtos também são fabricados com matérias recicláveis tendo em vista manter o mundo sustentável.

(Conclusão) O artigo em questão visa mostrar a importância da sustentabilidade como um todo, já que esse tema vem tomando uma enorme proporção nos dias de hoje, devido o conhecimento á cerca do mesmo ter se ampliado, e com isso evidenciamos seu uso na empresa Natura. Desta forma analisou-se seus impactos tanto sociais como econômicos, tomando como relevância os métodos aplicados pela empresa á cima citada.

Palavras-Chave: sustentabilidade, empresa natura, ambiente

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

PG2 - CONTABILIDADE

CONTABILIDADE JBS S.A UM ESTUDO TÉCNICO DE CASO NA SÉRIE TEMPORAL 2014 E 2015

Autor(es):

Raynara Rodrigues de Moraes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Kainara Priscilla Oliveira da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Rondilene Costa da Cunha Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Luzinaria Vicente da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN
Mayara Silva dos Santos Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do cenário do mercado financeiro as empresas buscam parceiros com novas tecnologias ou investidores dispostos a injetar recurso ao seu parque industrial que lhes possibilitem ter ou aumentar sua competitividade neste cenário. A falta de informações e as incertezas não podem ser levadas em considerações se tratando de negócios, por isso há uma imensa necessidade de informações que venham trazer segurança e confiabilidade. Nesse contexto e com base na técnica de análise das demonstrações contábeis financeiras foi examinado quais índices de liquidez, endividamento e rentabilidade apresentado pela empresa JBS S.A durante o período de 2014 a 2015. Permitindo a apresentação da situação, desempenhos e influências no crescimento e desenvolvimento econômico da empresa, assim como os impactos e consequências da oscilação cambial neste período.

(Metodologia) Esta pesquisa foi através de desenvolvida através de pesquisa descritiva e documental. A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou determinado fenômeno, contribuindo assim para a construção de um referencial teórico sobre a empresa JBS S.A e suas demonstrações financeiras. Esta pesquisa também é documental, pois utilizou de análise por meio de documentos (relatórios de consultorias privadas), onde podemos obter informações sobre o diagnóstico da empresa no período 2014 a 2015 das suas demonstrações contábeis correspondente ao período analisado. A amostra coletada para a realização do trabalho foi através de informações publicadas no sitio da ECONOINFO da empresa JBS S.A (balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, e demonstrações do seu fluxo de caixa).

(Resultados) Com a análise dos dados coletados através da demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial da empresa JBS S.A, ficou exposto que no índice de liquidez houvi uma redução na capacidade de pagamento, significando que a empresa não possui respaldo financeiro, no índice de endividamento a empresa apresentou em 2015 um aumento no total de 20,6% em relação a 2014, isso indica que a JBS financia praticamente todos seus ativos com o capital de terceiros, e no índice de rentabilidade os resultados encontrados sobre o ativo teve um aumento de 43,68% no comparativo dos exercícios, foi observado também um considerável aumento de 86,57% sobre o patrimônio líquido.

(Conclusão) O presente estudo da análise das demonstrações contábeis financeiras da empresa JBS S.A no período de 2014 a 2015 foi de suma importância para as empresas e os investidores, permitindo assim uma melhor apresentação da situação no cenário financeiro, desempenho e influência no crescimento e desenvolvimento econômico, possibilitando também uma melhor interpretação e tomada de decisão confiável para diferentes tipos de usuários.

Palavras-Chave: JBS, Análise das Demonstrações Contábeis Financeiras, Análise de índices.

ESTUDO SOBRE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS NA FOLHA DE PAGAMENTO: COM ÊNFASE NOS EMPREGADORES E EMPREGADOS

Autor(es):

Vitória Mayara de Souza Nascimento: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Gabriely Cabral Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Sara Lisyenne Alves da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Jaderson Elson Ferreira Dantas: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Hudson Antonio da Costa : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN

(Introdução) Encargos sociais nada mais são do que um conjunto de obrigações que o empregador tem com seus funcionários, como forma de financiamento de política pública. Tendo por finalidade beneficiar de forma indireta o empregado, tais encargos que podem ser pagos de forma mensal ou anual. Esses encargos são fixados através de leis e com um percentual fixo dentro da folha de pagamento e são calculados através das estimativas com relação há dias de trabalho efetivos. Encargos trabalhistas diferentemente dos encargos sociais são valores pagos de forma direta ao empregado. Tais benefícios são feitos de forma mensalmente ou ao término do contrato de trabalho. Consiste também em compreender sobre a diferenciação de cálculos dos encargos sociais e trabalhistas confrontando esses cálculos entre empresa optantes pela simples nacional e empresas não optante pela simples nacional e as diversas concepções de encargos. E mostrando o impacto que podem afetar aos empregados e aos empregadores.

(Metodologia) O tipo de pesquisa utilizada para elaboração do trabalho foi basicamente a pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros, sites, e informações disponibilizadas na internet. As informações da pesquisa tiveram características informativas, quando utilizados em procedimentos de demonstração para o conhecimento e controles internos da empresa e seus funcionários, bem como controle de seus custos com encargos e pessoal, por exemplo, no financeiro, e esclarecimento que venha a seus funcionários terem sobre os encargos na folha de pagamentos. Dessa forma, o objetivo consiste em compreender e a diferenciação de cálculos dos encargos sociais e trabalhistas confrontando esses cálculos entre empresa optantes pela simples nacional e empresas não optante pela simples nacional e as diversas concepções de encargos. E mostrando o impacto que podem afetar aos empregados e aos empregadores.

(Resultados) Foram apresentados, os quatro cálculos diferentes (empresas optantes pelo simples nacional, com os encargos sociais e trabalhistas. E as empresas não optantes pelo simples nacional com os encargos sociais e trabalhistas), que não compreendem todas as situações possíveis, pois cada empresa ou atividade tem suas próprias características de composição de custos. Também as empresas que estão sujeitas à desoneração da folha têm encargos mais reduzidos, pois a contribuição previdenciária não incide sobre a folha, e sim sobre o faturamento. Identificamos também os tipos de encargos incidentes na folha de pagamento, comparando os encargos entre empresas optantes e não optantes pelo simples nacional, descrever os acréscimos e descontos da folha de pagamento e esclarecer a diferença dos encargos sociais e encargos trabalhistas.

(Conclusão) Verificou-se por meio desta pesquisa o quanto as empresas optantes ou não optantes pelo simples nacional pagam de encargos para manter seus funcionários trabalhando, observou-se que empresas optantes pelo simples pagam mais encargos trabalhistas de que sociais trazendo assim mais benefícios a seus patrões e funcionários. E empresas não optantes pagam uma quantidade maior de encargos sociais e com desconto maior no salário dos funcionários. Mostrando também como funcionam todos os encargos, qual a função deles, e como pode vir a beneficiar o funcionário no caso de necessidade.

Palavras-Chave: Encargos, Empresas optantes e não optantes pelo simples nacional

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

1. disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

PG3 - DIREITO

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E AS CONSEQUÊNCIAS LESIVAS DE SUA APROVAÇÃO PARA A SOCIEDADE

Autor(es):

Maria de Pontes Camargo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Priscilla Ferreira Cortez: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Raiza Bandeira Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Devido às atuais discussões sobre a redução da maioridade penal e das propostas de emendas constitucionais que vem surgindo no Senado Federal, tem por finalidade o presente trabalho analisar, criticamente, a relevância do referido tema. Considerando, portanto, as transformações do contexto histórico no desenvolver da sociedade brasileira e abordando os institutos legislativos constitucionais e penais relacionados à pesquisa. Ainda, intenta trazer maior conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que concerne à prática de ato infracional e as medidas socioeducativas já existentes, além da necessidade de novas políticas sociais, assegurando os direitos fundamentais dos menores. Uma vez que, apesar de submetidos à legislação especial, a sociedade, erroneamente, crê que a criança ou adolescente não respondem pelos seus atos ilícitos praticados, por não estarem sujeitos às sanções do Código Penal Brasileiro. Todavia, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz sanções de caráter pedagógico, conferindo aos jovens uma responsabilidade estatutária juvenil, por possuírem a condição de “pessoa em desenvolvimento”, por estar em idade de transformação e construção biopsicológica.

(Metodologia) A fim de alcançarmos os objetivos da presente pesquisa de caráter exploratório e documental, os procedimentos que adotamos para o desenvolvimento desse estudo foram a análise do texto constitucional, do Código Penal, do Estatuto da Criança e do Adolescente e das principais correntes doutrinárias sobre o tema e suas divergências interpretativas. Para tanto, fizemos uso do método de abordagem dialético na análise dos argumentos contraditórios e do método hipotético-dedutivo no confronto entre as teorias aplicáveis e à realidade concreta.

(Resultados) Enquanto não houver uma política pública social efetiva, com o interesse do poder público em geral englobando o Executivo, Judiciário e o Legislativo, juntamente com a participação ativa da sociedade civil e da mídia com o desígnio de transformar essa realidade social, o país não irá se tornar integralmente civilizado com baixos índices de violência. Se o Estado falhou na sua obrigação de promover reintegração social e de oferecer proteção integral à criança e ao adolescente, não se justifica adotar medidas de repressão por pura falência do poder estatal, esse problema não poderá ser resolvido em desfavor da sociedade, sobretudo, dos jovens infratores. Os jovens não devem pagar pelo descumprimento do imperativo constitucional, com a sua liberdade e dignidade, com a justificativa de que a sociedade irá se sentir “mais segura”.

(Conclusão) A falha não se encontra na legislação especial, mas sim em sua eficaz aplicação e da participação concreta do poder público nas questões inerentes à infância e juventude. A dificuldade consiste em assumir que o adolescente, na verdade, é vítima da crescente criminalidade do país. O Estado e a sociedade por não quererem assumir suas parcelas de culpa em relação ao abandono das crianças e dos jovens, preferem criminalizá-los e trancá-los em sistemas carcerários por acreditar ser uma forma “fácil” de resolver os problemas do aumento da violência. Os jovens não possuem acesso à educação, saúde, ao esporte, cultura e lazer, ou seja, não há respeito ao princípio da dignidade humana e o Estado não fomenta políticas públicas de inclusão social. Este estudo se faz relevante para que a sociedade brasileira abdique a sua postura de indiferença e assumam um posicionamento mais firme, exigindo que sejam aplicadas de forma diligente as medidas já existentes quanto ao combate do atual cenário de violência praticada por adolescentes e contra eles. Desta forma, entender o contexto social em que os menores estão inseridos para que mudanças possam ocorrer para a reeducação, recuperação e ressocialização destes.

Palavras-Chave: Maioridade Penal. Redução. Consequências.

A APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO: O CASO DA REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL SOB A ÓTICA DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 20, 41, 47 E 70

Autor(es):

Ana Luíza Queiroz Gonzaga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabele Freire de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Landim Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução: A aposentadoria do servidor público está amparada pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), diferentemente da maioria dos trabalhadores que se enquadram no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O RPPS está previsto na Constituição Federal de 1988. Após sua elaboração, os legisladores apresentaram Emendas Constitucionais que trouxeram mudanças significativas para a aposentadoria desse servidor, dentre as quais, destacamos as Emendas de nº 20, 41, 47 e 70. Objetivo deste estudo centra-se portanto, em compreender o processo de aposentadoria do servidor público, analisando as mudanças implementadas pelas referidas Emendas, destacando, sobretudo, as discussões em torno das mudanças ocorridas no processo de aposentadoria do servidor público e as proposta de reforma da previdência social no país na atualidade.

(Metodologia) Metodologia: Para tanto, realizamos um estudo de caráter bibliográfico, doutrina acerca do direito previdenciário, na legislação brasileira, em destaque a Constituição Federal do Brasil de 1988 e a jurisprudência observando as sumulas vinculantes do STF sobre o tema ora apresentado, a saber: a emendas constitucionais de números 20 de 1988; ,nº 41 de 2003; nº 47 de 2005 e a e de que tratam da mudanças ocorridas ao longo dos anos acerca da aposentadoria do servidor público, consideradas mudanças de transições. tal pensamento é corroborado pela doutrina e jurisprudência da área do direito previdenciário.

(Resultados) Resultados: Preliminarmente, observamos que as Emendas ora analisadas, apresentaram alterações significativas, passivas de discussões quanto ao Regime de Previdenciário Próprio do servidor público, dentre as quais destacamos, sobremaneira, as regras de transições.quanto a emenda 47 observamos um avanço quanto trata da aposentadoria com vencimentos integrais, em caso de opção de aposentadoria com fundamento no artigo 40 da CF de 1988. a emenda de nº 20 trouxe mudanças no sistema previdenciários brasileiro.

(Conclusão) Conclusão: Nesse viés, concluímos que as regras de transições promoveram debates e discussões acerca do direito do servidor público, do direito à aposentadoria, resultando na insegurança jurídica quanto ao direito já garantido pela Constituição vigente, uma vez há constantes mudanças, as quais são justificadas pela necessidade de uma reforma da Previdência Social; tema recorrente na atualidade. hoje, a insegurança jurídica no campo de previdência social, tem tornando-se um inimigo a população. apresentam-se proposta que mudará os rumo da aposentadoria no país.

Palavras-Chave: Palavras-chave: Aposentadoria; Regime Próprio de Previdência Social; Servidor Público, Emendas Constitucionais.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO INSTITUTO DA INDIGNIDADE ANTE AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2010 E SUAS ALTERAÇÕES.

Autor(es):

Lêda Monteiro Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Arthur Leandro Pipolo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Germano Praciano de Sousa Junior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN
Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho busca abarcar uma análise dos artigos 1.814 e 1.815 do Código Civil brasileiro que trata sobre indignidade na sucessão. Desta forma, buscou-se uma reflexão mais abrangente sobre o tema, trazendo indagações às lacunas no ordenamento jurídico desde o Código Civil de 1916, que continuou no Código Civil de 2002 e que ainda permanecem com o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010, aonde este altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação, trazendo algumas conclusões e recomendações sobre os artigos 1.814 e 1.815 do Código Civil que trazem o rol de atos que se pode realizar para se tornar indigno, bem como os procedimentos jurídicos para tornar alguém que cometeu atos contra o autor da herança indigno. Por isso, vale frisar a importância de se contextualizar os novos pensamentos normativos de acordo com os avanços sociais, tecnológicos e educacionais contemporâneos, pois estes pressupostos trazem uma dinâmica social diferente daquela do ano de 1916 e até mesmo ao de 2002.

(Metodologia) O método escolhido para atender aos objetivos estabelecidos na pesquisa é o da abordagem dialética, não obstante, com o mesmo intuito, também será utilizada a revisão de artigos para solucionar a problemática apontada, bem como uma possível análise jurisprudencial de julgados que demonstrem a pertinência da proposição de pesquisa que conduza a uma conclusão coerente com os resultados e argumentos espostos. Não obstante, também foram utilizados os métodos descritivo e documental para a elaboração do presente trabalho.

(Resultados) O que se alcançou foram quatro críticas ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2010. A primeira quanto ao legislador não abarcar no rol de atos que geram indignidade à instigação, auxílio ou induzimento ao suicídio; e o infanticídio. A segunda, quanto à necessidade da juntada da decisão pelo autor da ação aos autos do inventário. A terceira fica a cargo do não reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade. A quarta, ao não se vislumbrar os crimes culposos contra a vida por meio da imprudência, imperícia ou negligência.

(Conclusão) O presente trabalho não tem por objetivo encontrar a perfeição do ordenamento jurídico brasileiro quanto a indignidade do herdeiro sucessor, pois se reconhece que a constante mutação social gera sempre novas nuances que devem ser protegidas por inovações legislativas. Portanto, buscou-se demonstrar-se que apesar de debatermos uma norma mais atualizada que a anterior, a mesma já fora criada com atraso temporal significativo quanto ao atual avanço social.

Palavras-Chave: Indignidade. Código Civil. Projeto de Lei.

A GRAVE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NOS CONFLITOS INTERNACIONAIS ; UMA ANÁLISE ESPECÍFICA DA GUERRA SÍRIA

Autor(es):

Pedro Henrique Carvalho Lessa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: O tema abordado no presente estudo tem como objetivo explanar a violação dos direitos humanos causados em decorrência da ocorrência de conflitos ao redor do mundo, com maior destaque para o conflito da Síria. Com o intuito de explicar e ampliar o estudo dos direitos humanos é apresentado suas dimensões, seu histórico de desenvolvimento, alguns acontecimentos que marcaram a ascensão de tais direitos, além da diferença entre direitos humanos e fundamentais. O tema se torna relevante pelo fato de ser um alerta para as atrocidades que vêm acontecendo ao redor do globo levando à violação dos direitos primordiais de todo cidadão, direitos esses que asseguram a humanidade de todos.

(Metodologia) METODOLOGIA: Foram estudados várias fontes de direitos criadas pelo homem , tais como a Constituição Federal da República e a Declaração Universal de Direitos Humanos. O método histórico foi profundamente explorado visto que foi estudado as origens do conflito, além das origens e desenvolvimento dos direitos humanos. Outro método explorado foi o método dialético, visto que por se tratar de um trabalho onde impera a imparcialidade, iremos expor e tratar de ambos os lados do fenômeno trazido à tona. Também foi levado em consideração os ideais de vários autores, entre eles: PUCCINELLI, André Júnior e TRINDADE A. Cançado.

(Resultados) RESULTADO: A partir da pesquisa sobre a guerra na Síria observamos tratar – se de um conflito de ideias entre oposição e governo. Enquanto a oposição afirma estar lutando para banir o presidente Bashar al-Assad e instalar um governo democrático , o governo sírio , liderado pelo presidente Bashar al-Assad afirma estar apenas lutando por sua nação. Também há o interesse norte americano na síria que pode se justificar pelo fato de ela representar uma ameaça , isso se deve , principalmente , graças a denúncia dos opositores de Bashar al-Assad que acusaram o ditador de usar armas químicas. Ao contrário dos Estados Unidos, a Federação Russa vai de acordo com os ideais de Bashar al-Assad e se tornou , atualmente , o seu mais forte aliado. Diferentemente de Estados Unidos e Rússia a ONU (Organização das Nações Unidas) não tomou partido no conflito ,e como já era de se esperar desta organização,vem tentando apaziguar os confrontos para que tudo seja resolvido de forma democrática e sem violência. A guerra Síria reflete nos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, algo que deveria ser assegurado para todo individuo e devido a situação caótica do país, tornou-se praticamente inexistente nessa parte do mundo

(Conclusão) CONCLUSAO: A disponibilização dos direitos e garantias fundamentais é dever do estado para com seus cidadãos, dever esse exposto no preâmbulo da declaração universal dos direitos humanos. Observamos portanto, ser de extrema importância tratar desse assunto com uma visão globalizada e sempre visando o lado dos civis, pois, quer queira quer não são os mais prejudicados. O que vem acontecendo na Síria é algo de interesse internacional e seu desfecho pode acarretar consequências para todo o mundo principalmente para os mais interessados no conflito como Estados Unidos, Rússia ,o governo sírio e , sem sombra de dúvida, os civis que lá habitam. Diante disso, cabe a ONU ,como embaixadora da paz, tentar mediar o conflito regendo as partes conflitantes e tentando-se chegar a um acordo o mais rápido possível de maneira democrática e pacífica.

Palavras-Chave: Palavras chave: Direitos humanos; violação; guerra Síria.

**A INTERVENÇÃO INTERNACIONAL EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM FACE DA PRÁTICA DE TORTURAS
COMO INSTRUMENTO DE PENA: UM ESTUDO SOBRE O ORIENTE MÉDIO**

Autor(es):

*Isabella Moura Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Mathews Leão de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O modelo de Estado Democrático dignifica a pessoa humana como detentora dos direitos fundamentais, sendo garantidos nos artigos 5º e 17º da Constituição Federal. No entanto, em âmbito mundial, os direitos inerentes aos indivíduos são regulados pelos Direitos Humanos Internacionais que, pela sua abrangência geral, choca-se com as Constituições dos mais diversos países, não conseguindo por sua vez, ter eficácia plena. Nesse sentido, traremos a realidade das práticas das penas e torturas que ocorrem de forma desumana, com foco em alguns países do Oriente Médio, uma vez que esses países, em sua maioria, são palcos de brutais episódios de violência, as quais são praticadas de forma abusiva e rotineira, caracterizando um cenário de opressão e tensão constantes, quando os indivíduos têm seus direitos deturpados por um sistema falho e contrário ao que prega a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, espera-se contribuir para o estudo da realidade social, visto que o problema exposto tem uma relevância social geral, haja vista que diz respeito aos interesses individuais de todos os seres humanos, os quais são desrespeitados continuamente pela, já citada, falta de coerência e harmonia entre os regulamentos existentes.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetos de pesquisa, foi utilizado o método dialético, visto que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, assim como a modalidade documental, uma vez que objetivamos descrever e comparar os costumes entre os demais países, o que causa o conflito entre normas. Por fim, englobamos também os métodos auxiliares comparativo e histórico, haja vista que nos valem da análise de ordenamentos e sociedades estrangeiras.

(Resultados) Constata-se uma grande incoerência entre a teoria e a prática, uma vez que, no Brasil, por exemplo, o decreto nº40 de 15 de Fevereiro de 1991 promulgou a Convenção Contra Torturas e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, sendo declarado que esses atos violentos configuram uma afronta aos Direitos Humanos, os quais representam os direitos básicos (político, social e econômico) inerentes à pessoa humana e não comportam relativizações, visando resguardar a sua integridade física e psicológica diante seus semelhantes e perante o Estado em geral, sendo declarados em 1948 pela ONU, como direitos considerados universais e inalienáveis, no entanto, muitos países, como por exemplo, Turquia, Iraque, Qatar e Síria, ainda são pólos de perseguição, sofrendo com execuções bárbaras, escravidão e violência sexual motivadas por um ódio que muitas vezes já se encontra enraizado e objetiva destruir parte da história e cultura de outro povo, pelos diferentes pontos de vista.

(Conclusão) Por fim, essa dificuldade de coercibilidade com as demais Constituições se dá pelo fato dos Direitos Humanos se tratarem de uma Norma de âmbito Internacional, e não se relacionar com diversas tradições e costumes de cada país. Assim sendo, em detrimento da dificuldade de uma norma fundamental reger todas as constituições, verificamos que uma das formas de redução do problema exposto e solução de tal conflito, de forma pacífica, seria por meio da iminência à economia do país em questão, como ocorreu na Turquia, a qual foi ameaçada de não integrar a União Européia caso reintroduzisse a pena de morte, para que então, os direitos individuais possam ser garantidos efetivamente.

Palavras-Chave: Tortura; Penas; Direitos Humanos; Oriente Médio

A PROPAGANDA ELEITORAL E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS

Autor(es):

Josiclécia Alves Firmino: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Priscila Pereira do Ramo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Laís de Andrade Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lorena Bruna Galvão da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Figueira Lopes: Docente do UNI-RN
João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Em ano eleitoral diversos questionamentos vêm à tona, um deles é a questão da poluição ambiental. Embora a questão seja pouco abordada pela Justiça Eleitoral, é de extrema importância a conscientização dos impactos ambientais decorrentes dos resíduos das campanhas. É verdade que na maioria dos casos, a poluição eleitoral é resultado de uma propaganda política inconsequente e irregular, seja ela sonora ou visual. Ocorre que a poluição também decorre de propagandas permitidas pela Justiça Eleitoral, como é o clássico exemplo dos Santinhos espalhados pelas cidades durante as campanhas políticas. Dessa forma, é necessário repensar a questão da propaganda eleitoral, assim como a destinação correta dos resíduos das campanhas.

(Metodologia) Visando a uma análise mais concreta sobre a casuística estudada, através do método dedutivo tenta-se abordar de forma clara o problema que necessita de uma solução. A pesquisa se pauta em artigos, livros e julgados dos Tribunais Eleitorais que digam respeito ao tema, em particular uma forma de conscientização sobre a degradação do meio ambiente causada pelos inúmeros panfletos dispersos pelas ruas no período das campanhas. É certo que o artigo 241 do Código Eleitoral responsabiliza o partido e os candidatos pela propaganda eleitoral, incluindo obviamente os danos ambientais por ela causados, mas, na prática, constantemente se percebe a omissão do Estado. Essas práticas, portanto, infringem as regras básicas do direito ambiental e o direito eleitoral, por essa razão, é necessário a abordagem com um olhar voltado para essas duas esferas do direito.

(Resultados) Durante a campanha eleitoral são evidentes os problemas em torno do excesso de propagandas o que gera grandes impactos ambientais em todos os aspectos. De fato, o resultado de uma campanha eleitoral mal desenvolvida são ruas cheias de panfletos, faixas e cartazes, contribuindo para a poluição visual, além da poluição sonora pelos carros de som que muitas vezes não respeitam o horário e a distância mínima de órgãos públicos, hospitais e escolas estabelecidos pela Legislação eleitoral. Presume-se que existe um certo apego pelos métodos de propaganda mais tradicionais, como é o caso do famoso santinho cuja confecção e distribuição pode onerar muito uma campanha. O processo de conscientização é lento mas a tendência é de que o eleitor gradativamente deixe de jogar os panfletos pela rua, bem como o candidato passe a optar por propagandas mais eficazes ao utilizar a tecnologia tanto para diminuir custos, quanto o lixo eleitoral.

(Conclusão) Observou-se, então, a violação ao direito coletivo de ter um ambiente limpo, livre da poluição e do outro lado, a prática de política de forma incorreta, que desobedece às normas, passando a interferir no direito coletivo. Conclui-se pela necessidade da educação ambiental por parte dos partidos, candidatos e do eleitor para que assim não violem as normas eleitorais e ambientais. São inúmeras as formas de divulgar a campanha eleitoral e o mais viável seria o fim da panfletagem com a sua substituição por mídias digitais, além de um tratamento mais severo para aqueles que desobedecem aos parâmetros legais a respeito da poluição visual e sonora. Nesse particular, é interessante intensificar a fiscalização, podendo essa ser feita inclusive pelo próprio eleitor, bem como o combate à poluição eleitoral ser efetuado em paralelo com a fiscalização à propaganda eleitoral.

Palavras-Chave: Propaganda eleitoral. Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado. Poluição eleitoral.

A RESPONSABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUANTO AOS DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR EMPREENDIMENTOS POR ELAS FINANCIADOS

Autor(es):

Juliana Marja de Gois Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Natalia de Carvalho Menezes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com as inúmeras degradações provocadas pela atuação humana, cresce a preocupação com as questões ambientais e o Direito Ambiental mostra-se como um instrumento inibidor e reparador dos danos. Tem-se a Constituição Federal que, em seu artigo 225, caput, afirma que tanto o Poder Público quanto a coletividade são responsáveis por defender e preservar o meio ambiente equilibrado, o que leva à harmonização do desenvolvimento econômico e à proteção ambiental. Assim, eleva-se a importância da atuação das instituições financeiras enquanto novos fiscais da legislação ambiental, devido à repercussão da sua atividade em diversas esferas sociais. Havendo dano ambiental, a responsabilidade civil recai sobre a empresa com a qual o banco atua como intermediador financeiro. O que se questiona, contudo, é se à instituição financeira pertence a responsabilidade civil indireta e objetiva de reparar o dano, tendo em vista a lucratividade com o empreendimento e a atribuição, a todos imposta, de proteger o meio ambiente. Como no Direito Ambiental a regra geral é a responsabilização civil de forma objetiva, independentemente da existência de culpa por parte do agente, propõe-se a análise da responsabilidade dos bancos no cenário atual do ordenamento jurídico brasileiro, confrontando a responsabilização objetiva, admitida por parte da doutrina, e a subjetiva.

(Metodologia) Com o intuito de esclarecer as consequências da responsabilidade das instituições financeiras, utiliza-se neste trabalho o método dialético de abordagem, pois parte-se de uma análise comparativa entre a responsabilidade objetiva e subjetiva. Utiliza-se o confronto doutrinário entre as duas perspectivas para se chegar a uma análise do posicionamento predominante na jurisprudência.

(Resultados) Pela comparação das posições existentes na doutrina, é possível perceber que a responsabilidade civil objetiva das instituições financeiras quanto aos danos ambientais, ou seja, independente de culpa, resulta em um risco para a economia brasileira e o consequente aumento de juros, maior dificuldade na liberação de financiamentos e diminuição no desenvolvimento do país, o que não representa a vontade do legislador brasileiro ao tratar da proteção ao meio ambiente, seja na Constituição Federal, seja na Política Nacional do Meio Ambiente. O fato de a instituição financeira conceder o empréstimo, por si só, não deve ser considerado como nexos causal para sua responsabilização por danos ambientais decorrentes dos projetos por ela financiados, uma vez que para a responsabilização civil é necessário que tenha praticado alguma ação ou omissão, que não apenas o ato de conceder o crédito, de modo que deve ser aplicada às instituições financeiras a teoria da responsabilidade civil subjetiva, exigindo a presença da culpa.

(Conclusão) Pela análise legal e doutrinária, conclui-se que, devido à extensão da atuação das atividades bancárias, há responsabilidade civil solidária das instituições financeiras, inclusive de forma indireta. Porém, a responsabilidade deve ser subjetiva, exigindo-se a demonstração de culpa. Apesar de existir divergência doutrinária quanto à aplicação da teoria subjetiva ou objetiva para a responsabilização civil das instituições financeiras por danos ambientais decorrentes de projetos por elas financiados, a doutrina majoritária defende a aplicação da teoria subjetiva, exigindo-se a demonstração da culpa do agente.

Palavras-Chave: Instituições financeiras. Financiamentos. Danos ambientais. Responsabilidade.

ANÁLISE BREVE SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Autor(es):

Ledilson dos Santos Gutierre: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN

(Introdução) O advento do novo Código de Processo Civil e a possibilidade de sua utilização subsidiária no processo trabalhista trouxe inúmeros questionamentos sobre sua aplicação no ramo juslaboral. Assim, o Tribunal Superior do Trabalho, prevendo problemas futuros, editou a Instrução Normativa nº 39/2016 (IN nº 39/2016), que dispõe sobre as normas do novo CPC aplicáveis e inaplicáveis ao processo do trabalho de forma não exaustiva. O presente estudo aborda a (in)constitucionalidade do referido instrumento, analisando se ato administrativo e seu conteúdo (que tornou-se objeto da ADI nº 5516 – ainda sem julgamento de mérito) obedecem o ditames legais e está compatível com o ordenamento jurídico nacional atendendo (ou não) a sua finalidade.

(Metodologia) A metodologia utilizada valeu-se de abordagem dedutiva, buscando-se uma explicitação conclusiva de premissas doutrinárias sobre o tema por meio da técnica de revisão bibliográfica de livros e artigos científicos publicados em revistas especializadas.

(Resultados) A instrução normativa define-se como ato administrativo, constituindo espécie de ato normativo regulamentar interno e secundário, jamais inovando o ordenamento jurídico, nem colidir com leis. São instrumentos destinados à orientação interna de serviços e procedimentos nos entes e órgãos públicos, obrigando os funcionários, dentro do limite hierárquico. Tem três funções básicas: informar, complementar e esclarecer normas superiores, não constituindo fontes formais do Direito, nem confundindo-se com lei, pois não possuem qualidades dessas, quais sejam, generalidade, abstração e impessoalidade. A IN nº 39/2016 invade competência do legislador ordinário federal (artigo 22, I) e viola o princípio da reserva legal (artigo 5º, II), bem como viola o princípio da independência dos magistrados, contida nos artigos 95, I, II e III e 5º, XXXVII e LIII. Ao elaborar instrução normativa, o Poder Judiciário (in casu, o TST) tem o dever de seguir os parâmetros legais, obedecendo ao princípio da reserva legal, sob pena de tornar o instrumento inconstitucional. Na escolha das normas processuais aplicáveis ou não ao Processo do Trabalho, a IN nº 39/2016 cria, em muitos dos seus dispositivos, diversas normas de conteúdo normativo-processual, dotadas de autonomia e efeito vinculante, excedendo o TST em sua competência constitucional ao assumir um papel legiferante, demonstrando a violação formal da referida Instrução Normativa. Identifica-se, ainda, um esvaziamento dos poderes dos juízes trabalhistas em ofensa a sua independência funcional, instrumento fundamental à condução criativa e consciente do processo para efetivação dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Nosso sistema, em regra, caracteriza-se pela não vinculação dos juízes inferiores aos tribunais superiores, e, ainda que houvesse algum tipo de vinculação, não seria através de Instrução Normativa, que não serve para substituir súmulas, OJ's ou jurisprudências, pois essas passam por um denso processo de criação democrática e participativa. O efeito vinculativo e impositivo que alguns dispositivos da IN nº 39/2016 imponham aos magistrados trabalhistas ofende o princípio da independência do juiz, tornando-se, mais uma vez, inconstitucional.

(Conclusão) Ainda que tenha-se objetivado, com a elaboração da IN nº 39/2016, promoção de segurança jurídica dos jurisdicionados e órgãos da Justiça do trabalho, perante a aplicação subsidiária da inovação processual civil no processo laboral, não pode-se abrir mão da estrita observância dos procedimentos legais para tanto, sob pena de evidenciar ofensa constitucional. Instrução normativa possui funções básicas e limitadas, não pode substituir normas legais. Sua utilização, como ocorre com a IN nº 39/2016, contendo regras normativo-processuais, extrapola sua competência administrativa e conteúdo permitido, contrariando os princípios constitucionais acima expostos. Assim, referido instrumento normativo não possui o condão de vincular juízes, tanto por sua inconstitucionalidade material ou formal. Entretanto, em razão da segurança jurídica arguida, pode-se conferir uma função orientadora a IN nº 39/2016, afastando a função normativa e suprimindo o efeito vinculante por meio de interpretação conforme a Constituição.

Palavras-Chave: Instrução normativa do TST; Processo do Trabalho; Competência; Inconstitucionalidade

ANÁLISE CRIMINOLÓGICA DE UM ASSASSINO EM SÉRIE: O CASO DEXTER MORGAN

Autor(es):

Jefferson Luiz Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Sara Roberta Barbosa da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) O sucesso que as séries televisivas estão fazendo no mundo contemporâneo pode ser considerado uma importante ferramenta, que viabiliza e traz à tona o debate de assuntos polêmicos à medida que desperta nos telespectadores a vontade de conhecer às suas respectivas temáticas, milimetricamente elaboradas para prender a atenção dos mais diversos públicos. Abordamos a série Dexter, produzida em 2006 pela empresa americana Show Time e que teve sua última temporada exibida no ano de 2013, para uma análise da figura do assassino em série, personagem principal do programa e representante de um dos grandes impasses do Direito Penal referente à efetividade da punição desse tipo específico de criminoso. Tendo como ponto de partida a evolução dos estudos da Criminologia, bem como as definições dadas por essa ciência sobre esses agentes, as diferenças entre eles e os outros tipos de assassinos classificados, seus comportamentos perante a sociedade e o modo que cometem seus crimes até chegar à construção do personagem em xeque e às reflexões decorrentes de suas peculiaridades.

(Metodologia) A realização da estratégia para formular as bases de conhecimento da pesquisa deu-se por intermédio da observação das oito temporadas do seriado e do levantamento do material literário já publicado sobre o assunto, como monografias e artigos científicos.

(Resultados) Em síntese, os dados coletados levaram a constatação de que o assassino em série se diferencia dos demais criminosos por ser aquele que comete vários homicídios durante um lapso temporal. Apesar de não possuírem um perfil absoluto, podem ser identificados pela manifestação de seu “modus operandi”, isto é, mesmo modo de execução e por deixarem uma “assinatura” nas cenas do crime. A inteligência com que conduzem suas ações, desde a escolha da vítima até a produção do resultado desejado, juntamente com suas personalidades atraentes e a grande capacidade de dissimulação facilitam sua camuflagem dentro do corpo social. No entanto, a personagem Dexter Morgan, um perito da polícia especialista em sangue, foi treinado por seu pai para matar outros assassinos. Dexter é apresentado como um herói completamente oposto aos comumente encontrados nas grandes produções midiáticas, que chega até mesmo a desenvolver comportamentos bem próximos de um viés humanitário fugindo do estereótipo de um assassino cruel e sem medidas. Ele representa o repensar de valores, como bem e mal, disseminados na coletividade.

(Conclusão) Com a elaboração do trabalho foi possível compreender que por trás das tramas desenroladas entre as personagens, importantes conceitos podem ser trabalhados sem se tornarem algo desinteressante. Dexter além de inovar ao propor a contradição entre o herói e o monstro, é capaz de possibilitar a representação do assassino em série, um tema tão debatido pela ciência criminal ao longo de sua evolução, propiciando aos espectadores uma porta de entrada para a mente dessas criaturas tão temidas.

Palavras-Chave: Dexter. Serial Killer. Criminologia. Assassino em série.

ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO DE LEI N° 193/2016 “ESCOLA SEM PARTIDO” À LUZ DA CF/88: AVANÇO OU RETROCESSO?

Autor(es):

Valtécia Silva de Sá: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O Projeto de lei N° 193/2016, “Escola sem Partido”, como está expressamente afirmado em sua própria “justificação”, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES) proposto para o Sistema Nacional de Educação Brasileira, emerge no contexto político e econômico de embates entre a classe política que culminou no Impeachment da presidenta eleita, processo concebido por parte da sociedade e de alguns partidos políticos com uma manobra parlamentar. Para os partidos de esquerda esse processo de impedimento da presidenta eleita, através do voto direto constitui um golpe na democracia de uma agenda conservadora, e antidemocrática que no conjunto busca reimplementar as políticas neoliberais. E é nesse contexto, portanto que o projeto de lei “Escola sem Partido” toma corpo no poder legislativo sob a égide da defesa de uma educação de ensino isenta de “doutrinação política e ideológica”, pretendendo isolar as pessoas em uma única visão de mundo, o que constitui, uma verdadeira e inaceitável ideologia de dominação, alienação e exclusão, pretendendo na verdade vigiar e cercar a liberdade de expressão e pensamento na liberdade de ensino. O escopo deste trabalho é denunciar e criticar não só a inconstitucionalidade desse projeto de lei, como a falácia ao afirmar que a sociedade é isenta de ideologia, e que a Escola sem Partido, na verdade, é uma proposta carregada de autoritarismo, conservadorismo e fundamentalismo cristã, camuflados em suposto pluralismo. O “Escola sem Partido” quer evitar um pensamento crítico.

(Metodologia) Aplicou-se o método Dedutivo-hipotético, partindo da inconstitucionalidade e exaurindo as possibilidades de verdade ou falseamento. Através de uma pesquisa documental, em que se aplica o método histórico, buscando a reflexão e a análise do contexto político e econômico dos embates entre a classe política.

(Resultados) Constata-se a inconstitucionalidade e a afronta direta do projeto de “Lei Escola sem Partido” N° 193/2016 e também com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) N° 9394/1996, constituído de uma agenda conservadora, e antidemocrática que no conjunto busca reimplantar as políticas Neoliberais que tem como fundamento o fortalecimento do setor privado nas áreas de serviço e a implementação do Estado mínimo que diminui a responsabilidade do Estado na oferta dos serviços básicos como a Educação. A escola é um espaço de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; dito isto, não é possível uma educação libertadora sem a liberdade de pensamento e de expressão, pois estaríamos ignorando a condição necessária para o processo educacional íntegro do indivíduo e a escola deve ser um espaço que permita a pluralidade de ideias, pensamento e saberes.

(Conclusão) Por fim, espera-se que o projeto de lei seja considerado inconstitucional, retrogrado ao Estado Democrático de Direito, pois caminha contrário a um modelo de sociedade emancipadora, negando o pensamento crítico e participativo do indivíduo.

Palavras-Chave: Projeto de Lei N° 193/2016, Escola sem Partido, Constituição Federal de 1988.

ARTIGO 384 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS: CONTRADIÇÃO COM O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA IGUALDADE.

Autor(es):

Layla de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Linian Lariete de Paula Brasil: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Tendo em vista o desenvolvimento sócio-político econômico da sociedade nas últimas décadas, é fato notório que a mulher está ocupando cada vez mais cargos de destaque, razão esta que repercute diretamente no tratamento isonômico para com os homens. É certo que por razões biológicas e fisiológicas existem diferenças entre ambos, havendo certas limitações no que tange ao exercício de determinadas funções, principalmente aquelas que exigem um maior emprego da força humana. Neste sentido, a repercussão desta mudança social gerou impactos de valiosa importância para o Ordenamento Jurídico mundial e, consequentemente, brasileiro, de forma que no âmbito trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, desde 1º de maio de 1943, já defendia os interesses dos trabalhadores de modo a garantir a igualdade entre eles, sempre trabalhando em prol de seus direitos.

(Metodologia) Diante do assunto em comento, importante se faz destacar que o método utilizado será o lógico-dedutivo, partindo-se de uma análise geral para o caso concreto, qual seja: A discriminação entre gêneros dentro do ambiente do trabalho e a recepção de um artigo da CLT que fere com Princípios basilares da Carta Maior. A pesquisa foi basicamente documental, observando-se, principalmente, artigos científicos sobre o assunto, bem como Jurisprudências envolvendo o tema.

(Resultados) Busca-se chamar a atenção para a recepção de um artigo na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que fere diretamente a Carta Maior, indo de encontro ao que se entende por isonomia, igualdade material, dignidade da pessoa humana, Princípios estes basilares da Legislação Pátria, e que estão sendo completamente desprezados ao se considerar a constitucionalidade do artigo 384, da CLT. Desse modo, tal entendimento ao repercutir nas diversas decisões pelos Tribunais do País fomenta a desigualdade, pois garante a uns determinados direitos que não são alcançados pelos demais, dentro do mesmo ambiente de trabalho. Além disso, a prática do intervalo de quinze minutos não torna menos cansativa a jornada, devendo-se, na verdade, criar cada vez mais políticas nas empresas de combate as horas extraordinárias, tendo em vista prejudicar a saúde do trabalhador, assim como sua convivência em família.

(Conclusão) Entende-se que o artigo 384 da Normal Legal supracitada, gera uma interpretação que contraria o que a Constituição Federal da República Federativa brasileira de 1988 explicita em seus artigos, principalmente os artigos 3º, inciso IV, 5º, inciso I, e 7º, inciso XXX, vez que estipula horário de descanso de 15 (quinze) minutos apenas para as mulheres, quando estas forem realizar jornada extraordinária, excluindo os homens, os quais, via de regra, também são seres humanos e deveriam possuir o mesmo direito. Nesse diapasão, precisa-se ter uma maior seletividade na recepção dos artigos e demais textos legais, com o fim de mostrar a sociedade a importância de se ter um regramento legal em total conformidade com os Princípios e demais normas que regem o ordenamento jurídico brasileiro, prezando-se pela segurança jurídica.

Palavras-Chave: Isonomia. Constituição. Princípios. CLT. Igualdade. Dignidade da Pessoa Humana.

**AS REFORMAS URGENTES E AVANÇOS DAS LEIS PARA UMA REALIDADE CONTEMPORÂNEA. JACQUELINO
BERNARDO DE OLIVEIRA**

Autor(es):

Jacqueline Bernardo de Oliveira: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Adriana Gomes Amorim: Docente do UNI-RN

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Diante do descaso dos legisladores em aprovar leis simbólicas e sem aplicabilidade na justiça Brasileira e seus problemas crônicos tais como as ações administrativas burocráticas: corruptivas, impunidade, qualidade dos serviços públicos, dentro do processo legislativo para promulgarem leis que possam trazer benefícios à toda a sociedade Brasileira, mas, as conquistas da Constituição Federal de 1988 que revelam falhas em suas aplicabilidade no contexto social colocando como plano secundário a isonomia social, o fator discriminatório não poderá ser fatores de ruptura dessa ordem isonômica, , contudo, a lei já elaborada, tem que ser aplicada na norma jurídica legal, não poderão subordiná-la a critérios que ensejem tratamento seletivo ou discriminatório. A principal falha da CF/88 talvez seja seu tamanho excessivo. Nossa CF/88 possui 250 artigos, enquanto a Constituição Norte-Americana, por exemplo, possui apenas 7 artigos.

(Metodologia) - Leis penais que foram analisadas e que tiveram a conclusão dos desajustes da realidade, as leis que trazem vícios ou falhas graves no seu contexto, essas são chamadas de leis extravagantes e muitas fazem jus ao nome: as leis penais que estão fora do código penal e são antiquados, tais como, as pornografias em revistas, leis eleitorais, lei do terrorismo, com essas observações nessas falhas e omissas criadas pelos legisladores causando indefinições jurídicas, causando transtornos a sociedade, as brechas e as leis complementares criam lacunas que diretamente prejudicam os Brasileiros, mas, juristas explicam que a falta de definições mais precisas na Constituição não é errada, já que o objetivo da mesma é servir como um guia de princípios. O real problema está, sim, na falta de ação dos legisladores que vieram depois de 1988

(Resultados) A “Grande Falha” brasileira. A administração pública, na crise financeira vulnerável, burocracia tributária, falhas estruturais na infraestrutura para a inovação industrial causando pouco crescimento, problemas crônicos na saúde e educação, e a falha principal “a má gestão macroeconômica” deixando o PIB abaixo do esperado, e o desvio dos recursos para financiar o consumo da “máquina” pública, o remédio imediato seria simplificar e cortar impostos e cortar os gastos públicos, as brechas na legislação levam o Brasil a ser líder de impunidade e crimes com uso de armas de fogo são os reflexos causados por leis brandas.

(Conclusão) – O Brasil ocupa o primeiro lugar em crimes cometidos por armas de fogo, com 80% nas mãos de civis segundo o ministério da justiça, alguns usam essas armas para resolver problemas pessoais e não por questão de segurança, portanto há uma necessidade de urgências em iniciar reformas e mudanças nas leis, para o legislador deveriam ser prioridades, já que o mesmo foi eleito para servir à sociedade que os elegeu, contudo deveríamos ir as urnas para um plebiscito e exigir as mudanças necessárias e reformas das leis, incluindo a Constituinte. É vênha as posições de procuradores, advogados e aplicadores das Leis ao registrar a indignação e observações sobre as falhas vistas a face da lei, que movimentos sociais deveriam ser mais adequadas para incentivar os legisladores a propor as propostas de Leis, e sugerir ao Congresso Nacional as reformas emergenciais urgentes de cunho específicos e com apoio dos juristas e os advogados nas revisões dessas redações dos novos dispositivos legais que serão benéficas para toda a sociedade Brasileira.

Palavras-Chave: Leis, Código penal, Legislação, Sociedade.

ASPECTOS RELEVANTES DA NATUREZA JURÍDICA DA “LICENÇA” AMBIENTAL E DA POSSIBILIDADE DE REVISIBILIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Autor(es):

Roberta Venâncio Sapucahy: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Pedro Vitor da Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Renato Breno de Faria: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) No licenciamento ambiental, compreendido como um processo administrativo, busca-se a concessão de licenças ambientais, que visa permitir o desenvolvimento de uma determinada atividade que possa causar impactos ao meio ambiente. A concessão de licenças ambientais é um importante instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. A presente temática reside numa zona de conhecimento limítrofe ao Direito Ambiental e ao Direito Administrativo, o que justifica a celeuma quanto a natureza jurídica da licença ambiental e suas consequências jurídicas no que se refere ao nascimento de um direito subjetivo para o requerente perante a Administração Pública.

(Metodologia) No que se refere a metodologia empregada, registra-se que, na fase de pesquisa e investigação sobre a temática ora apresentada, foi utilizado o método indutivo. Noutro giro, para se chegar aos resultados, foi empregada a base lógica indutiva, bem como vasta pesquisa bibliográfica.

(Resultados) Inicialmente, é importante registrar que não existe uma única espécie de licença ambiental em nosso ordenamento jurídico, já que o licenciamento ambiental está repartido em etapas e cada uma delas corresponde um tipo de licença ambiental diferente. Temos as seguintes licenças: prévia, de instalação, de operação e simplificada. Para se aferir a natureza jurídica da licença ambiental propriamente dita é preciso conceituar a autorização administrativa e a licença administrativa (atos negociais). A autorização é ato administrativo unilateral, discricionário e precário, podendo a Administração Pública por razões de conveniência e oportunidade revogá-la a qualquer tempo, sem que surja para o particular direito à indenização. A licença é ato administrativo vinculado pelo qual a Administração Pública, após verificar que o administrado preenche os requisitos esculpidos pela lei, libera o desempenho de atividade, não admitindo, normalmente, revogação. Diante disso, surge a importância da problemática da presente pesquisa: qual a natureza jurídica da licença ambiental? Vejamos: se admitisse que a licença ambiental é uma autorização e que por consequência pudesse ser revogada a qualquer momento pela simples discricionariedade da administração, não existiria segurança jurídica para as atividades econômicas de maneira geral; noutro giro, aceitar que a licença ambiental se perpetue no tempo, atribuindo-a natureza jurídica de licença administrativa, seria instituir direito adquirido a possíveis degradações supervenientes ao meio ambiente. Outrossim, é plenamente possível a retirada da licença ambiental quando o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado estiver ameaçado, seja através da anulação (irregularidade na concessão da licença ambiental, que desconsiderou os preceitos legais), da cassação (irregularidade posterior à concessão da licença ambiental, pelo descumprimento das condicionantes ou legislação ambiental) ou da revogação (superveniência de graves riscos para o meio ambiente).

(Conclusão) Diante de uma pesquisa, a priori, primária e investigativa, onde se observou os aspectos da natureza jurídica da licença ambiental à luz de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que é objetivo maior da Política Nacional do Meio Ambiente e do próprio Direito Ambiental, visualizou-se que a licença ambiental passou a se revestir de uma natureza jurídica peculiar (regime jurídico diferenciado), pelo fato de possuir características próprias. Ante o apanhado teórico apresentado, a concessão da licença ambiental é menos vinculada do que a licença administrativa e menos discricionária do que a autorização administrativa, situando-se, pois, em um espaço híbrido entre os dois atos administrativos por se revestir de características próprias e uma discricionariedade técnica intrínseca. No que tange a revisibilidade, infere-se, portanto, que a licença ambiental é revestida, implicitamente, de uma cláusula rebus sic stantibus, ou seja, se as condições originais que deram ensejo à concessão da licença mudar, esta também pode ser alterada ou retirada.

Palavras-Chave: natureza jurídica; regime jurídico diferenciado; revisibilidade; licença ambiental.

CELERIDADE PROCESSUAL: DEFICIÊNCIA ELETRÔNICA DO SISTEMA JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

Erlisson Wantis Nogueira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Antonio Gabriel Cavalcanti dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mateus Emmanuel Queiroz Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) (Introdução) Celeridade processual significa dar ao processo o tempo necessário para a solução do litígio, garantindo os princípios constitucionais da ampla defesa e do segundo grau de jurisdição, dando solução ao caso concreto sem que este tempo comprometa o próprio direito tutelado da vítima, que anseia pela paz. Mas como boa parte do sistema judiciário do país tem falhas, como a falta profissionais e meios para que a celeridade processual ocorra de maneira eficaz, temos os transtornos como a procrastinação da ação tomada pelo juiz, como a inúmeros processos acabam sobrecarregando a fiscalização para a agilidade do processo, na qual precisa ser movida toda uma ação na qual o juiz terá que solucionar o litígio entre as partes, causando a procrastinação de processos.

(Metodologia) (Metodologia) Por meio de uma pesquisa quantitativa e qualitativa são observados processos na qual as partes tem o mesmo interesse na solução do litígio processual, podendo assim utilizar essas ferramentas para a uma solução eficaz e rápida, por meio de conciliador ou mediador, mas a falta de profissionais aptos, e a deficiência da fiscalização faça quer o processo não tenha celeridade, assim além de criar a procrastinação processual nessa ação acaba ferindo as demais, deixando até mesmo ações com solução para dez anos ou até mesmo abandonadas com o tempo.

(Resultados) (Resultado) Alguns estados contém a ferramenta do mandado de prisão e alvará de soltura eletrônicos, foi perceptível a celeridade processual eficaz se os órgãos contribuírem, ligando os elaborando um módulo, que informatize todo o processo desde o mandado de prisão até o processo de soltura, sendo acessado pela Secretaria de Segurança Pública e pela Secretaria de Justiça e Cidadania, mediante acesso por login e senha cadastrando o apenado com um banco de dados do Tribunal de Justiça, todo esse processo seria necessário crescimento no parque tecnológico, como benefícios haveria maior controle dos alvarás expedidos, cumpridos e pendentes, tendo maior controle sobre os prazos dos mandados e alvarás, citando além da redução erário gasto em papéis, reduziria gradativamente o a procrastinação encontrada hoje nós tribunais.

(Conclusão) (Conclusão) Com isso, fica evidente umas das principais deficiências do sistema penal, os condenados além de passarem pelos diversos transtornos decorrentes do sistema prisional ficam desamparados quanto ao andamento do processo devido ao tramite demorado. Diferentemente desta realidade o sistema eletrônico permite que pelo menos no que tange ao processo, os condenados possam ter em mente o dia em que suas sentenças serão transitadas, ou suas sentenças cumpridas. A constituição em seu Art. 1º contém o princípio da dignidade, este trabalho determinará a relação deste princípio com a realidade dos condenados.

Palavras-Chave: Celeridade Processual

DECADENCIA TRIBUTÁRIA

Autor(es):

Roberta Venâncio Sapucahy: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
André Guilherme Matos de Carvalho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rodrigo Otávio da Cunha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A partir da celeuma surgida diante da falta de esclarecimentos da sociedade como um todo, atingindo em maior escala os contribuintes a respeito de prescrição e decadência, o trabalho de pesquisa acadêmico tem como premissa maior o esclarecimento acerca do direito tributário e suas respectivas normas previstas legalmente na seara da decadência e prescrição tributária, esmiuçando as diferenças e semelhanças entre os institutos, questão que atinge a maior parte da população brasileira, inclusive os operadores de direito.

(Metodologia) O trabalho analisado utilizou o método dedutivo, tendo como fulcro doutrinas e de legislações, as quais correlacionam-se, tendo como objetivo averiguar os fenômenos sobre o aspecto do direito tributário, tendo como destaque os institutos de auxílio doença e aposentadoria por invalidez. No que tange ao método de procedimento, será empregado a análise de casos e cumulativamente o método documental, observando decisões proferidas pelos tribunais brasileiros que sirvam de exemplo para comprovar as peculiaridades de cada instituto em questão. Quanto aos referenciais pragmáticos, a pesquisa é baseada no Código Tributário Nacional, Código de Processo Civil e Código Civil, trazendo definições e como se dá a aplicação de cada instituto.

(Resultados) Além disso, a pesquisa acadêmica em questão possui embasamento teórico pautado nos princípios do direito tributário; Código Tributário Nacional; Código de Processo Civil e Código Civil, além de doutrinas e jurisprudências. Tais fontes do direito elencam a diferença entre prescrição e decadência e seus respectivos prazos. O instituto da prescrição é definido como a perda do direito de ação, ou seja, de reivindicar esse direito por meio da ação judicial cabível por ter transcorrido certo lapso temporal, enquanto a decadência trata-se da extinção de um direito por não ter sido exercido no prazo legal, ou seja, quando o sujeito não respeita o prazo fixado por lei para o exercício de seu direito, perde o direito de exercê-lo, nada mais é que a perda do próprio direito pela inércia de seu titular. Na seara tributária o instituto da decadência é a extinção do direito do Fisco em constituir um crédito tributário passados 5 (cinco) anos da data que a decisão anulatória por vício formal do lançamento anteriormente efetuado torna-se definitiva, ou então a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que poderia ter sido efetuado o lançamento.

(Conclusão) Tendo como base o respeito aos princípios do Direito Previdenciário, importante salientar que a positivação do Direito Tributário através do Código Tributário Nacional teve grande relevância para a maior compreensão de todos os sujeitos que fazem parte da relação tributária, precipuamente os contribuintes, assegurando seus direitos e deveres. Assim como resguardando as obrigações do fisco diante dos contribuintes, diminuindo dessa forma as irregularidades. Dessa forma, concluímos que apesar de muito semelhantes, os institutos de prescrição e decadência possuem diferenças peculiares, inclusive prazos diferentes para serem ou não acolhidos.

Palavras-Chave: direito tributário, decadência, prescrição, contribuintes, institutos.

DIREITO A IDENTIDADE GENÉTICA X DIREITO AO ANONIMATO DO DOADOR DE MATERIAL GENÉTICO NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA

Autor(es):

Fernanda França Ferreira Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Com a evolução acelerada da medicina que ocorreu nas últimas décadas, foi revelada ao mundo a possibilidade da reprodução humana ocorrer através da utilização de métodos médicos visando interferir no processo natural da procriação. Possibilitando as pessoas que por algum motivo não possam ter filhos de maneira natural, recorram à reprodução humana assistida para realizar o desejo da maternidade e/ou paternidade. O Código Civil Brasileiro prevê dois tipos de reprodução humana medicamente assistida, realizada por meio das técnicas de inseminação artificial: a inseminação artificial homóloga e a heteróloga. No presente trabalho, iremos abordar a inseminação artificial heteróloga, ou seja, aquela realizada utilizando material genético de doadores anônimos. Analisando se há ou não há possibilidade da violação do sigilo das informações dos doadores anônimos, a resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.121/2015, traz em seu texto que será mantido, o sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores. E que em situações especiais, as informações podem ser fornecidas exclusivamente para médicos. Em contra partida há o direito à identidade genética da pessoa gerada por meio de inseminação artificial heteróloga, uma vez que, o direito de conhecer a origem biológica é um direito personalíssimo de toda pessoa humana, com fulcro no princípio da dignidade da pessoa humana e nos direitos da personalidade.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho explicativo. Considerando o objeto de pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, onde a partir das hipóteses formuladas, deduz-se a solução do problema. Por fim, fizemos o uso do método auxiliar de comparação, uma vez que foram realizadas comparações entre o direito ao anonimato do doador de material genético com o direito a identidade genética, demonstrando qual irá predominar no caso concreto com base nos direitos fundamentais da pessoa humana.

(Resultados) Observa-se que o direito a identidade genética entra em choque ao direito ao anonimato do doador de material genético, pois apesar de não haver regulamentação sobre esse confronto, os dois direitos são assegurados constitucionalmente. Visto que, que o direito ao anonimato do doador é englobado pela garantia da inviolabilidade da intimidade e o direito a identidade genética é um direito inerente a personalidade humana.

(Conclusão) Diante das considerações apresentadas, conclui-se que violar o anonimato do doador de material genético não seria tão prejudicial quanto o não conhecimento da identidade genética, visto que, este último trata-se de um direito da personalidade humana, um direito fundamental que toda pessoa possui.

Palavras-Chave: Palavras-Chaves: Reprodução humana assistida heteróloga, Direito ao anonimato do doador, Identidade genética.

DIREITO AMBIENTAL INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO

Autor(es):

Ana Luíza Queiroz Gonzaga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Isabele Freire de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Beatriz Landim Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN

(Introdução) Introdução: Nos últimos anos vem crescendo a conscientização ambiental, no qual o ser humano começa a perceber que a Terra possui recursos limitados, e que deve se preocupar com as suas ações, entendendo, em síntese, que ele faz parte da natureza. A agressão ao meio ambiente coloca em risco o destino da sobrevivência da nação e, somente o compromisso e comportamento do homem (ser) baseados nos princípios da precaução e prevenção poderá trazer esperança de vida futura para o homem e o meio ambiente. Assim, definimos como temática central deste estudo “o Direito Ambiental como instrumento de proteção do meio ambiente: uma análise dos princípios da precaução e o da prevenção. Objetivo: Nesse sentido, objetivamos com este estudo, compreender as formas de proteção do meio ambiente observando a legislação, a saber a constituição Federal do Brasil de 1998, em específico do artigo 225, bem como da jurisprudência e doutrina, acerca dos princípios da precaução e prevenção.

(Metodologia) Metodologia: Desenvolvemos um estudo de caráter bibliográfico, compreendendo os princípios da precaução e prevenção ambiental.

(Resultados) Resultados: Constatamos que o princípio da precaução determina que não se produzam intervenções no meio ambiente antes de ter a certeza de que estas não serão adversas ao meio ambiente, pois onde existam ameaças de riscos sérios e irreversíveis não será utilizada a falta de certeza científica como razão para o adiamento de medidas eficazes para evitar a degradação ambiental. Protege-se assim o meio ambiente contra intervenções a ele prejudiciais. Associado ao princípio da precaução, destacamos o princípio da prevenção, que prevê deva ser tomadas todas as cautelas e estudos pertinentes antes de se construir um empreendimento, obra ou serviço. Como exemplo, pode-se citar o licenciamento ambiental e os estudos de impactos ambientais. Os princípios em destaques estão salvaguardados pela Constituição Federal do Brasil de 1988, observando a qualidade de vidas por de implementação de políticas públicas. Na carta magna do país, o artigo 225, destaca que o papel norteador do meio ambiente devido a seu complexo teor de direitos, mensurados pela obrigação do Estado e da Sociedade Civil na garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, protegido e preservado. Destacamos, ainda, que outros artigos da Constituição Federal do Brasil, também, faz menção a proteção e preservação do meio ambiente.

(Conclusão) Conclusão: Concluímos que o princípio da prevenção é destaque na legislação brasileira, sendo este do meio ambiental defendido pelo Direito Ambiental é um tema de suma importância a ser discutido, debatido no contexto social hoje, tendo vista os desrespeitos do homem com o meio ambiente. Além do mais, é um tema comum a toda população, toda nação e dele depende a sobrevivência do planeta. Registramos que o meio ambiente é considerado um direito de terceira geração, direitos difuso e coletivo, cujos titulares não recaem no indivíduo em si, mas na própria coletividade ou agrupamentos sociais.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Meio Ambiente; Proteção; Legislação Ambiental

EUTANÁSIA: O DIREITO DE UMA MORTE HUMANIZADA

Autor(es):

Beatriz Mariz Lobo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Luiz Gonzaga Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Maria Cecília de Lima Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Amanda Louise Dias Barros de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) Eutanásia, palavra originada no grego que significa “boa morte”, consiste em produzir ou acelerar intencionalmente a morte de alguém em benefício próprio. Logo, trata-se de abreviar a vida de um enfermo incurável de maneira controlada e assistida por um especialista. Deve-se destacar que a eutanásia é dividida em dois grupos: eutanásia ativa e eutanásia passiva. Contudo, consiste em propiciar uma morte sem sofrimento a um ser humano cujo estado de doença é crônico e, conseqüentemente, irreversível. Entendendo tratar-se de um assunto controverso, em que existem argumentos pros e contras que são mutantes de acordo com o tempo e com a evolução social, a problemática do presente trabalho tem o escopo de ponderar se é ético ou não a prática da eutanásia, permitindo uma análise sobre os parâmetros socioculturais, religiosos e jurídicos, refletindo e considerando casos concretos e fictícios que demonstrem pertinência da regulamentação desta prática pelo ordenamento jurídico pátrio.

(Metodologia) Para fins de cumprimento dos objetivos desta pesquisa, adotamos o método de abordagem dialético, não obstante, com mesmo intuito, também utilizamos a pesquisa exploratória e qualitativa, mediante revisão bibliográfica visando encontrar ferramentas teóricas para solucionar a problemática apontada. Ademais, fizemos uso de uma análise de casos concretos e fictícios que demonstre a pertinência da proposição de pesquisa.

(Resultados) O presente trabalho tem como finalidade analisar a eutanásia sob o ponto de vista social, cultural, religioso e principalmente sob o aspecto jurídico, visualizando as vertentes que podem se abrir quando colocado em confronto com o direito à vida. A possibilidade de escolha da morte com a ajuda de um terceiro capaz de empreender as melhores e menos dolorosas técnicas para a diminuição do sofrimento chama a atenção no atual cenário global com o crescimento vertiginoso dos casos de pessoas enfermas que querem pausar seu sofrimento optando pela morte. As discussões acobertadas por este tema precisam demonstrar os benefícios sob um ponto de vista bioético da escolha da diminuição do tempo de vida e da necessidade de uma participação ativa de profissionais qualificados e preparados não só de um ponto de vista médico, como psicológico. Também é importante tergiversar sobre a questão sob a luz do atual ordenamento jurídico, explicitando a necessidade de estudo e regulamentação de um tema cada vez maior e com grandes características progressistas, tendo em vista a importância da eutanásia para toda a sociedade, já tendo se tornado opção plausível em muitos países.

(Conclusão) Inicialmente, importa esclarecer que no decorrer do presente trabalho constatou-se que a sociedade brasileira, de forma generalizada, encara a eutanásia sob a perspectiva de dogmas cristãos, tornando-a um tabu. A ideia de que quem pratica a eutanásia é homicida está ultrapassada. Ora, não há de se falar em homicida, quando o que está acontecendo é apenas o respeito a decisão de um indivíduo em plena capacidade mental. Não respeitar tal decisão, em nome da sociedade em geral, se torna egoísta. O Direito, através de acadêmicos, juristas e legisladores, não pode continuar a se esquivar de um tema tão significativo para toda a sociedade, mas principalmente para aqueles que desejam cessar o sofrimento no leito da morte. Para tanto, se faz necessário regulamentar a “boa morte”, tomando as devidas providências, para que seja respeitada a decisão do paciente que estiver em livre consciência.

Palavras-Chave: Eutanásia. Morte. Ética. Análise.

FERIADOS RELIGIOSOS NO BRASIL A LUZ DA ORDEM CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA NO ESTADO LAICO BRASILEIRO

Autor(es):

Rafael Souza Rosado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Luiz Felipe de Medeiros Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) O Estado Laico, presente na maioria das democracias contemporâneas é vulgarmente definido como aquele que não professa uma religião oficial, mas em sua essência podemos dizer que se caracteriza pela imparcialidade do Estado frente a questões de ordem religiosa, bem como pela ausência de interferência desta em matérias de ordem pública. A partir de uma primeira análise do ordenamento jurídico brasileiro, verifica-se que este país se estrutura como um Estado laico, entretanto essa laicidade se mostra controversa em alguns aspectos, uma vez que é notório no que tange aos feriados religiosos, a alusão em dispositivos infraconstitucionais a uma forma específica de manifestação da fé. Em razão disso, a laicidade no atual Estado Democrático de Direito Brasileiro, vem sofrendo constantes questionamentos. Dessa forma, a presente pesquisa se propõe a fazer uma análise de maneira simples e didática, de que modo a decretação de feriados religiosos no Brasil, que em sua maioria fazem menção a uma forma de manifestação da fé em específico, a católica, podem pôr em risco a laicidade do Estado Democrático de Direito Brasileiro defendida constitucionalmente.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método dialético, buscando confrontar o aspecto histórico-cultural e social, que irá por seus meios tentar justificar a existência de feriados religiosos em um Estado Laico, com o aspecto técnico jurídico, que veda ao Estado criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, conforme disposto no art. 19 da Constituição Federal. Também foi utilizado o método de procedimento histórico e comparativo, relacionando o conjunto de dispositivos jurídico-normativos que versam sobre laicidade, e até mesmo sobre feriados religiosos existentes hoje, com suas origens históricas, mais especificamente com a relação entre Estado e Igreja no momento de sua elaboração, afim de saber o quanto tiveram seu conteúdo influenciado por valores e dogmas da Igreja Católica.

(Resultados) (RESULTADOS) Constata-se a partir da análise da Constituição Federal, que nela há subsídios para defender a constitucionalidade ou não dos feriados religiosos no Estado Laico brasileiro. Também verifica-se que parte da doutrina, como Daniel Sarmento, defende que por mais que se tenha uma predominância confessional pela religião católica, é de extrema importância considerar o pluralismo religioso existente no Brasil, verificado com os resultados obtidos com o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que mostram uma diminuição no número de católicos, e um aumento no número de pessoas que professam outras religiões além desta. Outra parte da doutrina, como Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, defende que as festividades religiosas se justificam sob o amparo do Estado Constitucional, reacendendo na memória coletiva suas raízes culturais e históricas que lhe conferem identidade, em razão da marcante contribuição do catolicismo para formação espiritual, moral e cultural do povo brasileiro, trata-se da defesa do espírito do povo (volksgeist). Ademais nota-se que devido aos fatores culturais, e a diversidade religiosa, existentes no Brasil, faz-se necessária a ponderação de valores por meio dos princípios da razoabilidade e da harmonização, na interpretação constitucional.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Observa-se que é possível conciliar a presença de feriados religiosos no Estado Laico Brasileiro, para tanto faz-se necessária uma hermenêutica constitucional que leve em consideração os princípios da proporcionalidade e da harmonização, bem como a técnica de ponderação de valores, uma vez que de um lado tem-se o princípio da isonomia e da laicidade, e do outro o princípio democrático, e, em se tratando de conflitos entre princípios, não pode ser resolvido na lógica do tudo ou nada, deve-se levar em consideração o peso que cada um apresenta na realidade, como propõe Robert Alexy.

Palavras-Chave: Feriados Religiosos. Estado Laico. Constitucionalidade. Hermenêutica Constitucional

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS: PROIBIÇÃO DO FINANCIAMENTO PRIVADO DE CAMPANHAS E SEUS EFEITOS SOCIAIS

Autor(es):

Priscila Stefani Maia Vieira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN

(Introdução) No cerne do financiamento de campanhas eleitorais nos deparamos com várias problemáticas das quais são deveras graves e afetam diretamente a nossa sociedade. Durante o projeto de pesquisa pudemos avaliar e analisar estas questões das quais deflagramos o grande mal da sociedade: a corrupção. Observando-se o atual cenário da política brasileira, constata-se a presença de um histórico de escândalos políticos dos quais se dão início ainda em suas campanhas eleitorais. Ocorre que tais financiamentos (em sua maioria) provem de empresas privadas que têm interesses particulares em se vincularem a certos candidatos visando benefício próprio como “futuras trocas de favores”.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa investigativa, na qual se aplica o método de abordagem dialético. Nesse contexto, analisa-se alguns casos concretos da realidade política brasileira, levando em conta a bibliografia do direito eleitoral, a jurisprudência em relação ao tema, as novas regras do financiamento de campanhas, e os efeitos nocivos deste financiamento. Portanto, tendo em vista de tais objetivos específicos, podemos dizer que a na presente pesquisa, foi aplicado o método auxiliar referente ao estudo de caso, bem como o método histórico.

(Resultados) Constata-se como resultado da pesquisa os efeitos nocivos presentes nos financiamentos. Observa-se que a corrupção sistêmica se mostra presente em todo o histórico político brasileiro; e que apesar das novas regras de financiamento, ainda existem mudanças a serem feitas para que a corrupção seja efetivamente combatida no processo eleitoral. A arrecadação de recursos para a campanha eleitoral tem como finalidade financiar estratégias de divulgação e debate dos projetos de governo e de atuação política dos candidatos, visando proporcionar aos cidadãos a análise das propostas e o conhecimento dos candidatos. No entanto, na prática, tais recursos são utilizados de forma desvirtuada, como por exemplo a compra de votos, beneficiando uma pequena parcela da população. Em teoria, o dinheiro proveniente das campanhas deveria ser aplicado em virtude dos investidores acreditando no potencial do político visando o bem comum, mas na realidade, a maioria apenas investe esperando se beneficiar futuramente com licitações e aberturas em negociações Estatais.

(Conclusão) Diante de tais fatores, observamos que se torna imperativa a proibição do financiamento privado de campanhas políticas; pois o que deveria ser apenas um incentivo tornou-se um meio “mais fácil” de se eleger, tendo em vista que além de possuírem maiores recursos para se mostrarem presentes na mídia, com a presença de capital de giro, torna-se mais fácil a consolidação de alianças políticas, assim como também já fora citado a compra de votos (que é um ato ilegal mas mesmo assim ainda muito recorrente). Por isso, mesmo que os candidatos eleitos inicialmente possuam vontade política de realizar bons projetos em benefício da sociedade durante o seu mandato, os mesmos se tornem “reféns” dos financiadores da campanha, o que impede de realizarem seus trabalhos em prol do bem comum e de toda a sociedade, para estar beneficiando os supostos doadores, dos quais estão a espera do retorno de seu “investimento”.

Palavras-Chave: Financiamento privada de campanhas. Corrupção. Direito Eleitoral.

GARANTISMO PENAL INTEGRAL: UMA CRÍTICA AO GARANTISMO HIPERBÓLICO MONOCULAR

Autor(es):

Ana Ederlinda de Oliveira Pereira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O modelo de Estado Democrático de Direito adotado pelo Brasil tem por objetivo maior garantir o exercício de direitos individuais e sociais a população, sendo assim, podemos entender como valores supremos a segurança, o desenvolvimento, o bem-estar, a igualdade e a justiça (pode-se ver de maneira mais abrangente no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988). Entretanto, tais direitos fundamentais têm se mostrado ineficazes na hora de sua aplicabilidade no ramo do direito penal. Vem se observando que as garantias às partes do processo tendem a se efetivarem somente em uma das partes do processo, sendo essa a do réu, ficando a vítima desamparada pelo Estado e sofrendo conseqüências drásticas na hora que mais precisava da concretização dos seus direitos. Dessa forma, o presente trabalho visa direcionar olhares críticos à essa problematização e reivindicar do judiciário uma reanálise do garantismo penal integral idealizado por Luigi Ferrajoli. Só assim a justiça brasileira poderá voltar a ganhar credibilidade e confiança da população.

(Metodologia) A presente pesquisa desempenha-se pelo tipo qualitativo com o objetivo exploratório, pois tem como intuito explicar a motivação do erro recorrente na sociedade explorando as possíveis soluções com base em estudos de caso, depoimentos, levantamento bibliográfico, jurisprudências e artigos. Em relação ao método de abordagem foram utilizados o método dialético e dialógico de forma que, com base na análise de casos onde é constatado que o réu assume erroneamente a posição de vítima reiteradas vezes em situações distintas configura um pano de fundo maior a qual é o objeto de pesquisa, e essa situação leva em conta o cenário social, a lei penal e os direitos garantidos na nossa Constituição. O método de procedimento abordado foi o histórico e o comparativo, pois é feita uma análise desde quando o modelo do garantismo Penal Integral surgiu na Itália ao momento que se efetivou no Brasil comparando a forma de atuação e entendimento em ambos os países.

(Resultados) Constata-se uma grande regressão no âmbito das garantias da vítima na área penal nos últimos anos. Impera-se uma sensação de impunidade e a certeza da população de que os réus do processo gozam de direitos exacerbados enquanto que as vítimas ficam esquecidas e desamparadas, uma prova disso é a pesquisa realizada pela Datafolha no final de julho de 2015 onde os dados apontam que 50% da população entrevistada se mostra satisfeita com a premissa “Bandido bom é bandido morto” (Foram entrevistados 1.307 pessoas com idade superior a 16 anos em 84 municípios do Brasil).

(Conclusão) É notória a insatisfação popular em relação a atuação do poder judiciário brasileiro, esse cenário resulta na falta de confiança e credibilidade. Se focarmos na parte do direito penal esse índice tende a crescer absurdamente, uma forte constatação disso é vista diariamente nos diversos meios de comunicação, a população vem assumindo uma postura de “juiz” por acreditar que a forma mais segura da justiça ser efetivada é fazê-la com as próprias mãos. Não é necessária uma análise profunda e criteriosa para se constatar que isso ta errado e precisa mudar, principalmente para que se impere as garantias fundamentais previstas no artigo 5º da Constituição brasileira.

Palavras-Chave: Garantismo Penal. Garantismo Hiperbólico Monocular. Direitos Fundamentais.

GREVE: UM ENFOQUE NO SERVIÇO PÚBLICO

Autor(es):

Aiany Régia Ferreira da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Patrícia Correia de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Lêda Monteiro Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Thiago da Silva Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ana Karoline de Aquino Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN
Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) O artigo científico em questão trata do estudo e abordagem de temas relevantes à greve, e da possível forma que esta pode vir a ser realizada no serviço público. Inicia-se através do estudo da definição de greve e avança por seus antecedentes históricos e possíveis formas de surgimento e desenrolar; relata também sobre a incidência e o modo que é realizada em outros países ao redor do mundo; expõe os limites que devem ser respeitados durante a sua vigência, bem como a responsabilidade gerada pelos atos praticados; e por fim, procede à compilação de tudo que foi abordado e estudado para se falar sobre a greve no funcionalismo público no Brasil e sua natureza jurídica e implicações.

(Metodologia) A metodologia adotada para a formulação deste texto foi a dedutiva, partindo-se do pressuposto de que primeiro se estuda a greve em si para só depois chegar ao problema da ocorrência da greve no serviço público brasileiro, realizada através de uma extensa pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e levantamento histórico.

(Resultados) Após análise de tudo que foi trabalhado, pode-se perceber que a greve como forma de luta por melhores direitos e condições é bastante eficaz na maioria das vezes. E, apesar de em teoria, não ser aceita no serviço público, precisou ser adaptada e moldada a esse tipo de atividade. E apesar de grandes conflitos e discussões sobre o referido tema é certo notar que o serviço público nos dias atuais realmente carece da utilização de todos os meios que conseguir encontrar e efetuar para que consiga alcançar melhorias de trabalho. E se isso não pode ser feito através de diálogos e formas mais pacíficas a greve se configurará como um meio bastante eficaz.

(Conclusão) É preciso que empregados e empregadores tenham em mente que precisam trabalhar de forma uníssona para que os problemas que possam vir a acontecer sejam resolvidos pacificamente, seja através de diálogos, seja de mediações ou arbitragens – formas de dissolução de problemas alternativas ao judiciário, mas uma vez que isso não for possível será nos meios mais radicais que se procurarão soluções, e como visto a greve poderá ser um deles. Logo, diante das ideias presentes, o que se espera do Poder Legislativo brasileiro é que de pronto ele regulamente a atividade grevista no país através da criação de sua lei específica. E isso deve ser feito com certa celeridade para que assim as discussões e debates sobre lei de greve do setor público e privado deixem de existir e cada setor possa operar da melhor forma possível a fim de realizar suas atividades e consequentemente atender a população do país.

Palavras-Chave: Greve; lei de greve; limites; serviço público brasileiro

MICROCEFALIA E ADPF 54: UMA ANÁLISE A LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Autor(es):

Náidia Evelline Souza de Castro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Michelly Silva do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Mara Almeida da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução)) A interpretação é de extrema importância para o direito, no sentido que "não se pode aplicar aquilo que não se entende" dessa forma Peter Haberle criou a tese da "sociedade aberta dos interpretes da constituição", a qual assevera que todos são responsáveis por interpretar a constituição, não apenas o judiciário. O Brasil segue esse preceito, no entanto nomeia o Supremo Tribunal Federal (STF) como responsável por discutir questões amplamente debatidas pela sociedade. Nesse aspecto, inicialmente, a nossa suprema corte foi provocada a posicionar-se a respeito da ilicitude do aborto em casos de feto com anencefalia, por meio da ADPF 54. Recentemente, ela foi provocada novamente sobre a licitude da interrupção da gestação de fetos microcéfalos. Para tanto, objetiva-se analisar, a luz dos princípios constitucionais, se a interpretação utilizada para ADPF 54 pode ser estendida para casos de feto com microcefalia

(Metodologia) Para formulação da presente pesquisa foi utilizado o enfoque teórico, alicerçado por coleta de dados bibliográficos (doutrina e decisões judiciais) cujo tratamento será de cunho qualitativo, buscando a construção de um arcabouço teórico para fundamentar uma compreensão sobre os princípios utilizados pelo STF na ADPF 54, fazendo uma interpretação extensiva em casos de fetos com microcefalia. Dessa forma utilizou-se o método de abordagem dialético e o método de procedimento comparativo.

(Resultados) Constata-se que os princípios constitucionais são de extrema relevância para assegurar o direito que doravante foi garantido. Dessa forma, a arguição foi fundamentada a partir dos princípios constitucionais, como dignidade da pessoa humana que assegura a mulher a possibilidade de não obrigar-se a uma gestação que traga riscos a sua própria saúde mental, pelo grave sofrimento psicológico causado pela perspectiva das complicações cognitivas que o feto terá. Ademais, outro princípio utilizado para a decisão da ADPF 54 foi o da autonomia, que nas palavras do Min. Relator Marcos Aurélio seria "sopesar valores e sentimentos de ordem estritamente privada, para deliberar pela interrupção, ou não, da gravidez", fica claro que a decisão cabe a mulher, ela que deve escolher levar adiante ou não uma gravidez de feto microcéfalo, em que pese ser indevida qualquer intervenção em esfera privada. Vale ressaltar ainda, o princípio da proporcionalidade que busca ponderar os fatos no caso concreto, além de equilibrar os direitos individuais com os anseios da sociedade. Seguindo essa lógica foi entendido na ADPF 54 que "não se coaduna com o princípio da proporcionalidade proteger apenas um dos seres da relação, privilegiar aquele, que no caso de anencefalia não tenha se quer expectativa de vida extrauterina". Acredita-se que o entendimento pode ser preservado e estendido aos casos de microcefalia, pois o bem constitucional que deve ser valorado é a vida da mulher.

(Conclusão) Observou-se que durante muito tempo, sob a égide, predominantemente, positivista do direito, as decisões eram tomadas exclusivamente baseadas no que estava escrito em lei. Entretanto, o direito deve estar em constante transformação, acompanhando as mudanças da sociedade. Assim, hoje a interpretação contemporânea encontra-se numa lógica pós-positivista, com destaque para o uso dos princípios e das técnicas hermenêuticas. Nesse, contexto, surge a importância da análise do caso dos fetos microcéfalos que com base na técnica da ponderação deve valorar a vida da mulher como o bem jurídico mais importante, tendo em vista que o direito deve se coadunar com a nova ótica social.

Palavras-Chave: ADPF 54; INTERPRETAÇÃO; PRINCÍPIOS.; MICROCEFALIA; HERMENÊUTICA.

NPCP: AS IMPLICAÇÕES DOS PRECEDENTES NAS DECISÕES JUDICIAIS BRASILEIRAS

Autor(es):

Ana Julia Maciel Montenegro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Brenda Figueirêdo de Oliveira Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho propõe-se a estudar os precedentes judiciais através de dispositivos do Novo Código de Processo Civil, traçando comparativos com antigo Código de Processo civil de 1973, em busca das implicâncias geradas pela aplicação dos precedentes nas decisões judiciais brasileiras. A abordagem crítica propõe uma análise acerca do novo papel do Poder Judiciário na interpretação da lei, destacando como os precedentes contribuirão para uma mudança efetiva e partindo do pressuposto de que esse "novo" sistema não é apenas um desafio e, sim, uma oportunidade para transformar a cultura de judicialização das demandas na qual vive o ordenamento jurídico brasileiro atual.

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, visto que busca a compreensão da realidade por meio da análise e interpretação do fenômeno estudado. Considerando-se o método de abordagem, utilizou-se o método Hipotético-Dedutivo, uma vez que o presente trabalho parte do contexto geral acerca dos precedentes no ordenamento jurídico para as suas implicâncias diretas nas decisões judiciais. Além disso, nos métodos de procedimento os usados foram o comparativo, em razão da comparação entre o Código de Processo Civil em vigor e o CPC 1973, como também o método descritivo pela necessária conceituação teórica dos precedentes. Para finalizar, as técnicas de pesquisa aplicadas foram jurisprudências, lei e doutrina.

(Resultados) Os resultados obtidos pelo trabalho em análise consiste na comprovação, por meio de análises jurisprudenciais, apoio doutrinário, legislação pertinente, Código de Processo Civil, entre outros, da eficácia da utilização do sistema de precedentes judiciais no que concerne à fundamentação das decisões judiciais, da segurança jurídica que será obtida, tanto para as partes quanto para a uniformização das decisões, pois proporcionam igualdade na aplicação da lei para todos os cidadãos brasileiros. Para finalizar, contribuir para o fim da judicialização das demandas, de modo a impulsionar a celeridade, a efetividade, e principalmente a equidade entre decisões proferidas para casos que guardem semelhança entre si, visto que diante de tal fundamentação ocorre uma "previsibilidade" nas decisões judiciais evitando que estas sejam contraditórias, surpresa ou "contra legem".

(Conclusão) O presente trabalho, embora em andamento, admite conclusões parciais acerca da temática exposta. Indubitavelmente, o sistema de precedentes elencado pelo Código de Processo Civil em seu Capítulo XV a ser aplicado com o objetivo de compelir os órgãos judiciais a respeitarem os julgados proferidos em casos repetitivos busca garantir maior efetividade aos princípios constitucionais e tende a assegurar processos judiciais mais simples e céleres. Com isso, resguarda e promove a dignidade da pessoa humana a partir da observação da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, da publicidade e, por fim, da eficiência.

Palavras-Chave: precedentes, decisões judiciais, segurança jurídica, uniformidade, cultura de judicialização

O CHEQUE PRÉ-DATADO (PÓS DATADO) E SUAS IMPLICAÇÕES QUANTO AOS DANOS MORAIS PELA APRESENTAÇÃO ANTECIPADA OU PELA DEVOLUÇÃO INDEVIDA

Autor(es):

Matheus Bruno de Macedo Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lucas Antonio Rosso Gomes Caldas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Soares de Miranda Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Ênio Augusto de Almeida Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: o presente trabalho busca uma análise a respeito da figura do Cheque “pré-datado”, respeitadas a Lei 7.357/1985 (Lei do Cheque), a Lei Uniforme do Cheque (através Decreto 57.595/1966), e Súmulas 370 e 388, ambas do STJ, buscando uma reflexão sobre aspectos e peculiaridades inerentes a implicações em danos morais quando de uma apresentação antecipada de um cheque ou também a devolução indevida de um cheque. Aspectos que permanecem objeto de amplas discussões pelos doutrinadores, haja vista o fato de ser a figura do Cheque “pré-datado” objeto de inúmeras ocorrências nas mais diversas transações, seja no comércio, seja pelas instituições financeiras (bancos, financeiras, associações de crédito, etc.), notadamente pelo fato da referida modalidade de cheque ir contra a própria definição de ser o cheque uma ordem de pagamento à vista (Art. 32 da Lei do Cheque) ou sem que haja o devido respeito à imposta na emissão do mesmo cheque. Já quanto aos danos morais por antecipação na apresentação de cheque pré-datado, ocorrem pela demonstração de quebra de acordo entre emitente (ou portador, por exemplo) e beneficiário, caracterizando ato ilícito, quando então se dá o enquadramento em responsabilidade civil e dessa forma objeto de muitas discussões pela doutrina. Há também a implicação em dano moral por uma simples devolução indevida de cheque pré-datado.

(Metodologia) METODOLOGIA: O método escolhido para o atendimento dos objetivos previamente estabelecidos na presente pesquisa é o da abordagem dialética, mas, também, a utilização de livros e jurisprudências para tratar do tema em tela. Ainda, a utilização dos métodos descritivo e documental para a elaboração e defesa do presente trabalho, haja vista a necessidade de se exaurir o caso proposto para consolidar o aprendizado acerca do assunto já tão debatido pela doutrina.

(Resultados) RESULTADOS: O que se alcançou como resultado foi a visível valoração do STJ ao Cheque “pré-datado” e mais precisamente no que pertine aos riscos da existência de danos morais e até mesmo indenizações como consequência da má utilização da referida modalidade de cheque. O dano moral pela devolução indevida de cheque em referência, conforme Súmula 388 do STJ e também o dano moral na apresentação antecipada de Cheque “pré-datado” em conformidade à Súmula 370, também do STJ.

(Conclusão) CONCLUSÃO: O presente trabalho nos levou à ratificação da necessidade da prática de muita cautela e ponderação quando da utilização do Cheque “pré-datado”, seja da parte do emitente, seja da parte do beneficiário, ou seja ainda por parte da instituição financeira (banco) detentora da conta corrente vinculada ao emitente do referido cheque, em função de implicações pecuniárias por equívocos e/ou negligência no tratamento dos negócios envolvendo a modalidade de cheque aqui tratada.

Palavras-Chave: Cheque Pré-datado. Danos morais. Boa fé.

**O CONFLITO APARENTE ENTRE AS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO DAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES MILITARES
E O CRIME MILITAR**

Autor(es):

Lorena Bezerra Ribeiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Inúmeros são os aspectos penais, processuais e administrativos que compõem o chamado Direito Militar, subsidiário àqueles que compõem as forças armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional. Constituídas pelas: ▪ EXÉRCITO – Operações militares em terra Polícia Militar do Brasil Corpo de Bombeiros Militar ▪ MARINHA – Operações navais Obs: é a mais antiga e maior da América Latina ▪ AERONÁUTICA – Defesa aeroespacial do espaço aéreo Devido aos “direitos especiais” e obrigações diferenciadas, como por exemplo, o sacrifício da própria vida no cumprimento da missão constitucional – tributos sanguíneos – criou-se um Código Militar para reger aqueles que estão sob a sua administração. Para um perfeito funcionamento do quartel ou da administração militar, o ambiente a qual os militares se encontram deve estar em observância de certas regras de comportamento. Esses comportamentos estão disciplinados nos Regulamentos Disciplinares de cada Força. Destaca-se, portanto, o Art. 31, Estatuto dos Militares – Lei nº 6.880/1980 (PÁG. 222) Desses preceitos dos Deveres Militares que foram lidos, retiro-vos e destaco a DISCIPLINA e a HIERARQUIA, que servirão para caracterizar o que irá constituir como infração no âmbito militar. DISCIPLINA: rigorosa obediência às leis e regulamentos e atitudes corretas na vida pessoal e profissional HIERARQUIA: respeito e lealdade aos seus superiores Casos sejam desobedecidas ou violadas no âmbito castrense, caberá a Justiça Militar enquadrar a ação ou omissão, seja ela na Transgressão Disciplinar ou Crime Militar. É aí que se encontra o problema. Aparentemente, a transgressão muito se confunde com o crime militar, visto que os dois, particularmente, incidem sob o descumprimento do poder disciplinar nas Forças Armadas.

(Metodologia) ▪ MÉTODO DE ABORDAGEM O método utilizado será o DEDUTIVO, visto que o estudo partirá de uma premissa maior, que no caso seria as causas de justificação destas infrações e, subsidiariamente, quais os crimes estão englobados. ▪ TÉCNICAS DE PESQUISA As técnicas de pesquisa que serão utilizadas como suporte para a pesquisa será, especificamente, a pesquisa indireta, englobando tanto a pesquisa documental (leis, sindicâncias e inquéritos), assim como a pesquisa bibliográfica (livros e artigos científicos). ▪ TÉCNICAS DE PESQUISA O método de procedimento utilizado será o comparativo, visto que, na perspectiva do Direito Militar, comparar-se-ão as causas de justificativa das transgressões disciplinares militares e o crime militar.

(Resultados) Dentre os equívocos mais frequentes, o crime militar, portanto, encontra-se no seio do Direito Penal Militar, por sua vez, o processo de apuração de transgressão disciplinar, é uma espécie do Direito Administrativo, ambos ainda não são desbravados suficientemente pela doutrina jurídica brasileira.

(Conclusão) Por fim, pode-se afirmar que a transgressão militar é uma violação a um dever menos importante à classe militar do que é a que caracteriza o crime essencialmente militar, e esse é àquela para a sociedade civil quase não tem relevância nenhuma, pois não representa para a mesma violação a seus preceitos éticos.

Palavras-Chave: Direito. Militar. Transgressão. Crime. Penal.

**O CONTRIBUINTE INDIVIDUAL, CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICIDADES E SUA INSERÇÃO NO
ORDENAMENTO PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO**

Autor(es):

Matheus Bruno de Macedo Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Lucas Antonio Rosso Gomes Caldas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
José Soares de Miranda Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Énio Augusto de Almeida Filgueira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) INTRODUÇÃO: O presente trabalho busca uma análise da categoria do “Contribuinte Individual”, criada pelo que dispõe a Lei nr. 9.876/1999 e buscando uma reflexão sobre aspectos e peculiaridades inerentes à categoria, notadamente quando é conceituada como uma categoria bastante genérica pelo fato de ser aquela oriunda de não pertencer às demais categorias de contribuintes à previdência e assim uma conceituação advinda de uma negativa às outras categorias de contribuintes existentes. Muito embora a doutrina a classifique quanto segurado obrigatório e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

(Metodologia) METODOLOGIA: O método escolhido para o atendimento dos objetivos previamente estabelecidos na presente pesquisa é o da abordagem dedutiva, mas, também, a utilização de livros e precedentes para tratar do tema em tela. Ainda, a utilização dos métodos descritivo e documental para a elaboração e defesa do presente trabalho, haja vista a necessidade de se examinar o caso proposto para consolidar o aprendizado acerca de tal categoria já tão diferenciada.

(Resultados) RESULTADOS: O que se alcançou como resultado foi a existência de diferentes aspectos relacionados à categoria do “Contribuinte Individual”, englobando mais especificamente os segurados “empresário”, “autônomo” e o “equiparado a autônomo”. O “empresário” com base na Lei nr. 9.876/1999 que atribuiu nova redação ao Art. 12 da Lei nr. 8.212/91, quando passou a classificar o empresário como contribuinte individual. O “autônomo” a partir do que dispõe a Lei nr. 9.876/99, quando o trabalhador autônomo passou a ser classificado como contribuinte individual, quando observada a redação do Art. 12, inciso V, letras “g” e “h”, da Lei nr. 8.212/91. E, por fim, a pessoa do “equiparado a autônomo”, que mesmo sendo considerado como não possuidor de características dos trabalhadores autônomos, são a eles equiparados, com base na Lei nr. 9.876/99. Em suma, o Contribuinte Individual é aquele que poderá ser enquadrado como um segurado obrigatório, submetido ao regime previdenciário do RGPS, embora demonstre características próprias da categoria segurado facultativo, como a necessidade de manutenção das contribuições para que a condição de segurado não se perca.

(Conclusão) CONCLUSÃO: O presente trabalho conduz à conclusão de que o “Contribuinte Individual” pertence ao Sistema do RGPS (Regime Geral da Previdência Social), quando não seja “empregado”, “empregado avulso”, “empregado doméstico” e/ou “segurado especial”, e assim detendo algumas características de “Segurado Facultativo”, embora não o seja. No final, será considerado segurado obrigatório vinculado ao RGPS, mesmo havendo características específicas que o destoariam de tal classificação, conforme acima já inclusive disposto.

Palavras-Chave: Contribuinte Individual. Segurado. RGPS.

O TESTAMENTO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS: UMA ANÁLISE ACERCA DA MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO TESTADOR

Autor(es):

Brenda Santos de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Narcisia Ilza Santos Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Stephanie Lunne Cruz Vieira Pereira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Amanda Medeiros Pinheiro Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN
Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN

(Introdução) Esta pesquisa tem o condão de averiguar os elementos constitutivos do testamento, ou seja, realizar uma apuração acerca das peculiaridades que constituem o ato de última vontade do falecido, de modo a contemplar a exteriorização de sua vontade, uma vez que o testamento é a expressão desta. A relevância desta temática se dá em decorrência da pouca utilização deste negócio jurídico no Brasil. Tal evento é decorrente dos fatores socioeconômicos e cultural, por haver uma resistência natural do homem em lidar com o fenômeno morte.

(Metodologia) O tipo de pesquisa utilizado para a realização deste trabalho será a bibliográfica, pois, os objetivos acima descritos irão ser alcançados por meio de registros disponíveis, decorrentes de pesquisa anteriores, ou seja, será por meio da obtenção de informações e conhecimentos prévios sobre um determinado assunto, para o qual se procura uma resposta. O método utilizado no decorrer desta pesquisa será o qualitativo, uma vez que não irão ser utilizados cálculos e gráficos, buscando-se somente uma compreensão acerca da natureza do fenômeno

(Resultados) Em decorrência da realização desta pesquisa, os objetivos almejados foram obtidos, uma vez que se pôde comprovar que os elementos constitutivos do testamento são imprescindíveis na composição deste, de modo que, por se tratar de um ato solene, a ausência de um dos requisitos torna impossível a elaboração da manifestação de última vontade do de cujos. Destarte, é indiscutível a importância do testamento em nosso ordenamento jurídico. Esta prática não é comum no regime sucessório brasileiro, pelo fato da excessiva solenidade que este necessita além dos fatores socioeconômicos e culturais que acabam por fazer com que testadores em potencial se acomodem. Entretanto, o instituto do testamento exterioriza o querer do falecido, de modo que este deveria ser alvo de um maior incentivo por parte do Estado, ou seja, o poder público deveria incentivar a elaboração de testamentos, uma vez resguardada a parte protegida pelos herdeiros necessários, o restante da herança pode ser utilizado e disponibilizado de acordo com a vontade do testador, podendo este manejá-la da forma que lhe convém.

(Conclusão) Por fim, podemos afirmar que o testamento é um dos mais solenes atos do sistema jurídico brasileiro, pois este garante a manifestação de última vontade do de cujos, de modo que concede ao falecido direitos de dispor durante sua vida sobre os bens adquiridos, estabelecendo os futuros herdeiros deste patrimônio, ressalvado o direito dos herdeiros necessários. Assim, findo o exposto, podemos concluir que devido a condições socioeconômicas e culturais, este instituto não é muito utilizado no Brasil. Logo, o meio para uma maior aplicação deste negócio jurídico seria uma desmistificação do testamento, ou seja, apresentar este instrumento como uma forma de gerenciar o seu patrimônio pós morte e, por meio dele, beneficiar aqueles que o queiram. O testamento, por ser ato solene, é regido por elementos constitutivos que são imprescindíveis para a sua constituição, já que, se houver a violação de qualquer um destes elementos, a validade do testamento estaria comprometida.

Palavras-Chave: Testamento. De cujos. Elementos Constitutivos. Regime sucessório. Socioeconômico. Cultura.

O TRABALHO RURAL INFANTIL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL: CULTURA OU EXPLORAÇÃO?

Autor(es):

Livia Vieira Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Estima-se que um milhão e meio de crianças no Brasil entre cinco e nove anos de idade, trabalham na área rural. A invisibilidade e o fator cultural acabam por dificultar o enfrentamento dessa atividade que viola os direitos humanos. Tal questão enfrenta o problema cultural, haja vista, as justificativas repousarem em uma forma de evitar o envolvimento com a marginalidade e a ideia de que as crianças devam trabalhar nas lavouras para dar sequência às atividades ocupadas pela família e conseqüentemente ajudar em casa, pois a pobreza na maioria das vezes é também causa para este trabalho. A queda do rendimento escolar, a exposição a produtos químicos e objetos cortantes, bem como o desenvolvimento físico e mental, constituem algumas conseqüências prejudiciais na vida da criança e do adolescente. Destarte, o princípio da proteção integral entrega a sociedade, a entidade familiar e ao Estado, o dever de assegurar a criança, adolescente e jovem, necessidades básicas ao seu crescimento. Neste bordo, o presente trabalho tem por objetivo demonstrar a consonância da legislação interna e internacional, de modo a frear a exploração do trabalho infantil, reverberada como cultura pela sociedade.

(Metodologia) Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo. Nesse sentido, o método de abordagem é o dedutivo, pois se aplicará princípios gerais a casos específicos (particulares). Outrossim, os métodos de procedimento são o histórico, tendo em vista que retrata o viés cultural do trabalho rural infantil e o estatístico, que apresentam as faixas etárias que possuem maior índice desse trabalho.

(Resultados) O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu bordo, a proteção da criança e do adolescente frente ao trabalho, de modo a corroborar com a proteção deste instituto garantido constitucionalmente. Embora seja um direito garantido por Lei, as crianças e adolescentes do campo encontram-se em situação de risco no que se refere à garantia desse direito. Desta forma, o princípio da proteção integral parte do pressuposto que por não serem detentores do exercício de seus direitos, necessita de terceiros. No cenário internacional, a convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil em 2000, aduz que os Estados membros devem tomar medidas imediatas e eficazes para abolir as piores formas de trabalho infanto-juvenil. Contudo, percebe-se que ainda há uma crescente deste trabalho nas diversas regiões do país e a inércia do Estado em conscientizar a sociedade acerca desta exploração, haja vista que o viés cultural contribui para a manutenção desta realidade.

(Conclusão) Observa-se, ao longo deste trabalho, que o papel cultural influencia na continuidade da exploração rural infantil atrelada as péssimas condições econômicas da família. Salutar se fez a análise da legislação especial e internacional, de modo a desmistificar o cultural e demonstrar a violação dos direitos humanos, bem como a não garantia do princípio da proteção integral. Neste diapasão, políticas de conscientização, políticas públicas e o monitoramento das áreas rurais, constituem pilares para abolir a exploração rural infantil.

Palavras-Chave: Cultura, Proteção Integral, Trabalho Infantil.

ORTOTANÁSIA: ABORDAGEM CONSTITUCIONAL ENTRE O SUPOSTO CONFLITO ENTRE O DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Luiz Gonzaga Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Juliana Maria Rocha Bezerra da Silva: Docente do UNI-RN

(Introdução) Na pesquisa em tela buscou-se analisar possíveis conflitos de ordem constitucional relacionados à prática da ortotanásia, como a possibilidade de, enquanto sujeito de direito, poder o paciente terminal considerar o direito à vida como disponível em face de determinadas situações que possam ser identificadas como minoradoras do exercício da dignidade da pessoa humana. O objetivo da pesquisa é o de demonstrar, com base na carta política de 1988, tratar-se a ortotanásia de prática abarcada pelo ordenamento jurídico pátrio, adotando uma ótica de morrer com dignidade, sobretudo em um Estado Democrático de Direito.

(Metodologia) No que diz respeito ao método utilizado, houve ampla revisão bibliográfica, análise de dispositivos legais e atos normativos relacionados ao tema da pesquisa. Ainda, foi realizada pesquisa de campo exploratória e quantitativa com entrevista com médicos(as) acerca de seus posicionamentos sobre o procedimento da Ortotanásia. Por fim, foi analisado determinados casos concretos, tanto no Brasil quanto no exterior, dando a exata dimensão da relevância social do tema.

(Resultados) Em razão das análises doutrinárias, inclusive no aspecto histórico, bem como transpassando o aspecto constitucional e adentrando nas teorias da bioética, não foi desconsiderado a análise da ética médica acerca do procedimento da Ortotanásia. A pesquisa verificou que a tendência atual é a diminuição do elo emocional existente entre o médico e o paciente, tudo em consonância com o disposto no próprio Código de Ética Médica. É posição majoritária de que a ortotanásia leva ao paciente uma parcela de autonomia e grande carga de dignidade, em sua posição de paciente diagnosticadamente terminal. Por último, concluiu-se que a ortotanásia não confronta a Constituição Federal, uma vez que tem por objetivo conceder uma morte digna àqueles que constataadamente, não possuem cura e encontram-se em fase terminal, evitando assim, a exposição dos mesmos e de seus familiares aos tratamentos degradantes e desumanos expurgados pelo texto constitucional.

(Conclusão) A ortotanásia, que tem como objetivo a efetivação da morte no tempo certo, trata-se de procedimento pelo qual o(a) médico(a) suspende o tratamento, ou inicia a prática de terapias paliativas com o escopo de diminuir o sofrimento do paciente terminal, sem possibilidade de cura, sempre levando em consideração o elemento volitivo do paciente, ou de seu representante legal. Vislumbra-se como a reivindicação do direito à morte digna, que nada mais é do que a continuidade conceitual do princípio da dignidade da pessoa humana. Igualmente, o procedimento da ortotanásia atende à princípios bioéticos. Conclui-se que o profissional da área médica tem o dever de tratar o doente de forma digna, inclusive quando evita práticas invasivas que não tem possibilidade de gerar resultados satisfatórios. Neste ponto, necessário referenciar o disposto no Código de ética da categoria médica, quando o mesmo afasta qualquer subordinação entre médico e paciente. Evidente que, no decorrer da pesquisa, os aspectos éticos e religiosos não deixaram de ser tratados, porém, tendo em vista o respeito a sociedade laica, inserida pelo Estado Democrático de Direito, violar direitos fundamentais, como a dignidade e a liberdade, fere a Constituição Federal de nosso País. Por fim, verificou-se que o Biodireito, ainda encontra-se distante de acompanhar o avanço da Medicina, o que acaba por delegar ao Conselho Federal de Medicina, a atribuição de regulamentar tal procedimento.

Palavras-Chave: Ortotanásia Dignidade Pessoa Humana Medicina Doentes Direito Vida

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PROBLEMÁTICA DO ABORTO EM FACE DO ARTIGO 128 DO CÓDIGO PENAL.

Autor(es):

Gabriel de Melo Tinã'co Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Ayrton Amaro de Moraes Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN
Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN

(Introdução) No Brasil, é impressionante que ainda existam posicionamentos que são a favor de abortos ilícitos, constituídos como crime na norma reguladora contrariando os princípios que defendem o direito à vida, sendo esse um direito fundamental do homem, é também um direito natural, inerente à condição de ser humano. Por isso, a CF brasileira declara que o direito à vida é inviolável. Diz o artigo 5º da Constituição. Essa problemática trás a tona o conflito de direitos fundamentais, onde nenhum destes direitos pode ser considerado absoluto, devendo sempre ocorrer uma ponderação entre eles, e temos como exemplo o art. 128 do CP onde o aborto é legitimado em casos específicos. Logo, a presente pesquisa propõe um estudo minucioso sobre os direitos fundamentais em relação a gestante nos casos de aborto onde há excluyente de ilicitude e a proteção do nascituro. Tal proposição visa contribuir e alicerçar o posicionamento dos legisladores brasileiros perante o tema exposto, assegurando que prevalecerá o direito à vida e para os que pratiquem o crime exista sanções penais mais rigorosas.

(Metodologia) A pesquisa tem caráter exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo-se dá análise de casos concretos da eminente continuidade de abortos, busca-se contribuir com o posicionamento dos legisladores garantindo que os princípios constitucionais sempre assegurem o direito à vida. Também se utilizou o método dialógico de abordagem do tema. Visto que, a problematização é exposta de forma transdisciplinar, envolvendo direito penal, constitucional e civil.

(Resultados) Nenhum direito é fundamental absoluto, nem mesmo o da vida, deve-se sempre haver uma ponderação de valores de acordo com os princípios fundamentais, na grande maioria dos casos o direito a vida se sobrepõe aos demais de acordo com a dignidade da pessoa humana, havendo também alguns casos onde a autodeterminação da gestante irá ser fundamental para a prática do aborto. Foi constatado que existe uma eminente continuidade de abortos ilícitos no Brasil e o mais alarmante é saber que o estado é inoperante ao quadro explicitado, posto que, não são tomadas medidas mais rígidas em relação a sanções penais para os que praticarem o crime que fere o princípio mais importante do nosso corpo normativo, indo assim contra os direitos e garantias fundamentais previstos no ordenamento que garantem o direito à vida.

(Conclusão) Observa-se que as ações estatais não condizem com preceitos postulados e coerentes com a CF, pois existem exceções regulamentadoras de autodeterminação da gestante, quando a gestação for proveniente de estupro e quando sua vida está em risco. Por isso, os direitos fundamentais não são absolutos. No entanto, o direito a vida é o princípio mais importante da nossa constituição, portanto, a futura criança, não pode pagar com a vida, no aborto ilícito, enquanto o criminoso (a) cumprirá apenas reclusão de 6 a 10 anos, que não é proporcional ao crime cometido. Portanto, com legisladores coerentes e posicionamentos mais rígidos na criação das leis para com o ato desumano de abortar e não só para aqueles que pratiquem o ato, mas também, os que induzirem ou auxiliarem o aborto ilícito e os que pratiquem a violação a dignidade da pessoa humana praticando o estupro, devem ser punidos com penas rigorosas. Com certeza, essas atitudes inibirão os criminosos garantindo o direito à vida.

Palavras-Chave: Direito à vida. Aborto. Nascituro. Direito fundamental. Dignidade da pessoa humana.

OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS

Autor(es):

Jenny karolinn da Silva Feijã: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Caio Henrique Fernandes Vanderlei : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Nayara Kandice da Silva Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN

(Introdução) (INTRODUÇÃO) A Liberdade de expressão foi muito limitada nos períodos ditatoriais vivenciados pelo País. Contudo, Atualmente a manifestação do pensamento é um instrumento essencial a democracia. Porém, tratando-se de Liberdade, entende-se, em sentido amplo, como o direito de qualquer indivíduo manifestar livremente opiniões, ideias e pensamentos pessoais sem medo de retaliação ou censura. Todavia, a liberdade de expressão encontra o seu limite quando fere outros direitos fundamentais. Dessa forma, com a popularização das redes sociais esses fatores constantemente entram em contradição, tornando-se prudente verificar onde começa um direito e termina o outro, cabendo ao ordenamento jurídico estipular os limites da liberdade de expressão para que não afronte outros direitos fundamentais garantidos a cada cidadão.

(Metodologia) (METODOLOGIA) Esta pesquisa pode ser caracterizada como objetivo explicativo, pois analisa-se fatos e identificam-se suas causas exigindo uma maior reflexão a partir do objeto de estudo. Utiliza-se do método dedutivo para compreensão de determinadas leis em uma questão social de grande importância. Quanto ao procedimento técnico, foi realizado uma pesquisa bibliográfica do tema, em uma visão analítica e precisa à cerca dos dilemas que o Direito a Liberdade de Expressão pode causar. As ferramentas utilizadas para o aperfeiçoamento deste, foram artigos em revistas jurídicas, a Constituição Federal de 1988 e a doutrina.

(Resultados) (RESULTADOS) Os resultados obtidos revelaram a importância de respeitar os limites do outro como ser humano e conseqüentemente os direitos assegurados constitucionalmente, partindo da ideia de que a internet não é "terra sem lei", o estudo mostrou a relevância de observar o conteúdo das opiniões direcionadas a outrem ou a coletividade. O estudo dos limites da liberdade de expressão nas redes sociais além de mostrar que um direito não é absoluto também revela que outros direitos devem ser resguardados, propiciando ao cidadão livre a oportunidade de manifestar-se, respeitar o outro para também ser respeitado, colocando todos em um patamar de igualdade.

(Conclusão) (CONCLUSÃO) Com esse estudo foi possível verificar a importância da liberdade de expressão, concluindo-se que é essencial para uma sociedade democrática, bem como os seus limites para a observância de outros direitos, passando a considerar que o direito de se expressar livremente não é absoluto, devendo passar pela ótica da ponderação, visando respeitar outros direitos fundamentais. Com o advento das redes sociais, saber expressar opiniões de forma que não atinja o outro tornou-se fundamental para todos os indivíduos, uma vez que é um dever moral e constitucional respeitar os direitos de todos. Deste modo, estabelece-se um limite entre o direito subjetivo e individual e o direito do outro, permitindo que as redes sociais sejam um ambiente de comunicação e informação sem ferir a dignidade de ninguém.

Palavras-Chave: Direitos fundamentais, Liberdade de expressão, Limites de expressão, Redes sociais.

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS COMO REAL FATOR RESSOCIALIZADOR

Autor(es):

Emerson Ribeiro de Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente trabalho tem o escopo de analisar os aspectos relacionados com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, abordando os principais pontos, principalmente no que tange às consequências oriundas para a sociedade e para o condenado, com o não encarceramento do mesmo. Primeiramente apresentar a localização do instituto dentro do ordenamento jurídico, qual seja, o código penal brasileiro, demonstrando inovação procedimental para a conversão da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos julgados. Em seguida, analisar essa conversão, como real fator ressocializador do sentenciado e como proposta para desafogar o sistema penitenciário. Por fim, debater acerca das consequências para a sociedade e para o condenado, em face da utilização e aplicação prática das sanções alternativas e analisar o que é menos danoso para a sociedade, encarcerar um criminoso de menor potencial ofensivo ou conceder uma pena alternativa para fins de ressocialização.

(Metodologia) Este trabalho está sendo realizado por meio de pesquisa bibliográfica dos mais renomados autores da área penal e processual penal e também por meio de um levantamento bibliográfico a respeito do tema em comento, expondo opiniões e analisando o ordenamento jurídico sobre a aplicação de medidas alternativas como forma de solucionar os conflitos de pequena lesividade.

(Resultados) A propositura da substituição das penas privativas de liberdade pelas penas restritivas de direitos, prevista no ordenamento jurídico pátrio, acarretou inúmeros benefícios como a não segregação do apenado, a efetiva reparação do dano causado, o aumento de chance de ressocialização e a diminuição da população carcerária. Essa conclusão foi obtida por meio de uma análise doutrinária, a qual também evidenciou que as penas alternativas proporcionam ao condenado a oportunidade de continuar uma convivência respeitosa com a sociedade, sendo portanto, uma forma de prevenção do aumento da criminalidade. Já a prisão não cumpre seu papel ressocializador, mas sim de local segregador e degenerador de valores morais, o que impossibilita a recuperação e reeducação dos indivíduos, comprovado também pela ineficiência do sistema prisional precário e falido.

(Conclusão) A pesquisa está em andamento, porém com o que foi exposto, percebe-se que o não encarceramento do indivíduo favorece a sua reeducação social, pois dá oportunidade ao mesmo de se manter no cotidiano das atividades lícitas no meio social, possibilitando ao infrator uma reintegração nos valores fundamentais da vida em sociedade. Portanto, trata-se de uma medida humanitária, posto que afasta o apenado que cometeu um crime de menor potencial ofensivo do mundo degradante do cárcere e do pernicioso convívio com criminosos de alta periculosidade, além de evitar o estigma de “ex-apenado”, ficando assim, evidenciado um retorno mais rápido do apenado ao convívio social.

Palavras-Chave: Penas restritivas de direitos. Consequências. Ressocialização.

POLÍGONO DAS SECAS: UMA ANÁLISE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Autor(es):

Isabelle de Queiroz Xavier: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A Constituição atualmente é entendida como norma basilar de todo um sistema jurídico, tendo por cerne a dignidade humana. Todavia, ao longo dos séculos, localizamos vários entendimentos sobre a Carta Constitucional. Dessa maneira, aqui analisamos como as Constituições brasileiras trataram o evento da seca, focando no polígono das secas, em sondagem sobre os motivos históricos que impediram o devido tratamento dos efeitos colaterais que decaíam sobre as pessoas em virtude desse infortúnio natural. Devido aos constantes danos humanos e econômicos causados, qual tem sido o tratamento constitucional dado para remediar os efeitos da seca e em que medida essa abordagem normativa dada pela Carta Magna tem gerado resultados efetivos?

(Metodologia) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho explicativo. Considerando os objetivos do estudo, utilizou-se o método indutivo, analisando inicialmente as leis constitucionais e federais, além de conteúdos bibliográficos auxiliares que relatam casos concretos e exame da utilização da água no nordeste sertanejo. Assim, também foi utilizado o método dialógico, em embasamento transdisciplinar, envolvendo o tema constitucional, bem como em outras ciências, como a história e a geografia. Por outro lado, o método auxiliar empregado foi o histórico-comparativo, na proporção de que para resolver os problemas de pesquisa foi crucial a contemplação de legislação constitucional anterior, assim também como o contexto histórico de tais épocas.

(Resultados) Observa-se que ao longo do desenvolvimento do nosso país, contando como data de partida o século 19 e especialmente o ano de 1822, houve variações de investimentos objetivando remediar os efeitos da secas, e mesmo nos períodos de mais aplicação financeira, anos de 1934 e 1937, não houve planejamento básico para a execução de obras, de forma a não serem manifestas mudanças sensíveis na qualidade de vida das pessoas que habitam as regiões afetadas. Expressivo foi o investimento particular, principalmente no tocante a políticos em campanha de eleição, porém, da mesma forma como ocorria nas obras públicas, bastava chegar os primeiros verões para as execuções se mostrarem ineficientes. Tratando de como as leis constitucionais regravam tal problema, constata-se que poucas foram as Constituições que versaram sobre a seca, direta ou indiretamente, e mesmo dentre aquelas que assim o faziam, as medidas eram insuficientes, segundo especialistas como engenheiros agrônomos da época.

(Conclusão) Tendo como base o referencial teórico, observa-se que o conflitante e de mais difícil discussão é a parte econômica inclusa na construção de poços e medidas paliativas realmente efetivas, que está intrinsecamente ligado ao fortalecimento das oligarquias políticas regionais que atuam no nordeste. Com somente duas Constituições versando sobre o tema, a saber, as de 1934 e 1946, e leis federais de cunho vinculativo muito espaço, há um forte investimento de particulares políticos que agem de forma a troca de votos pela promessa de construção de poços e açudes que, são cumpridos com certa defasagem, não sobrevivendo aos primeiros verões e criando um curral eleitoral. A fim de defender a proteção da pessoa humana dos abusos de poderes arbitrários, e tendo em vista que a atual Constituição é considerada cidadã por proteger os interesses do povo brasileiro contra o arbítrio, o casuísmo e o autoritarismo, deve o Estado investir de maneira a criar programas de fiscalização contra tais abusos, além de proporcionar programas de combate às secas incluindo a verba necessária para construção de poços, açudes e sistemas de irrigação alternativos para as culturas familiares, e proporcionar disponibilização de profissionais que atuem como auxiliares na efetivação de tais projetos.

Palavras-Chave: POLÍGONO DAS SECAS; DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO COMPARADO.

PRECEDENTES JUDICIAIS COMO FONTE DO DIREITO E SUAS TÉCNICAS DE APLICAÇÃO

Autor(es):

Luana Fernandes Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A adoção de um sistema de precedentes, tema que ganha novo destaque a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, tem o desiderato de trazer segurança jurídica, celeridade processual e previsibilidade nas relações jurídicas e sociais, princípios estes não mais satisfeitos apenas pela produção legislativa. Para a consecução desses objetivos, é indispensável que os julgadores compreendam qual o conteúdo obrigatório que é extraído dos precedentes, identifiquem as circunstâncias que os afastam, bem como observem as alterações que autorizam a superação dos mesmos. O presente trabalho visa demonstrar os elementos básicos que compõem esta interessante e atual matéria.

(Metodologia) O método de abordagem dessa pesquisa é o hipotético-dedutivo pois se parte da presunção da existência de duas hipóteses na qual uma delas afirma que com a aplicação dos precedentes judiciais como o novo paradigma processualista, será garantida uma segurança jurídica mais efetiva. Além dessa, há também a hipótese que trata da garantia da celeridade processual com a efetiva aplicação da Teoria dos Precedentes, tendo em vista que os julgamentos serão mais céleres por existir um precedente para situações que se assemelhem aos seus fatos principais (material facts). Nessa pesquisa, serão utilizadas técnicas de pesquisa como as bibliografias, entrevista, legislação e jurisprudências e os métodos de procedimento serão o descritivo e comparativo.

(Resultados) Em que pese a presente pesquisa ainda estar em progresso e, por isso, não ter ainda um resultado concreto, visa demonstrar os benefícios trazidos com a aplicação dos precedentes para o atual âmbito processualista, sendo eles a efetiva segurança jurídica, celeridade processual e previsibilidade nas relações sociais e jurídicas. Para isso, será feito um paralelo da Teoria dos Precedentes Judiciais sob a ótica do antigo Código de Processo Civil e o Código vigente, e, na sequência, será abordado os conceitos fundamentais para a elaboração dos precedentes, na qual será exposto desde o surgimento do caso originário da matéria do precedente (leading case) até qual parte da decisão é, de fato, utilizada como precedente (ratio decidendi). Após isso, finalmente, irá ser tratada as técnicas de aplicação dos precedentes judiciais, que são os alicerces do principal objetivo desse projeto, pois com a correta aplicação dos precedentes é que se pode enxergar, efetivamente, os benefícios acarretados com a utilização dos precedentes judiciais.

(Conclusão) Não obstante a pesquisa ainda estar em progresso, terá o fulcro de demonstrar os benefícios da efetiva aplicação dos precedentes judiciais, sendo eles, principalmente, a garantia da celeridade processual, uma maior e mais concreta segurança jurídica e a previsibilidade nas relações jurídicas e sociais.

Palavras-Chave: Precedentes Judiciais. Técnicas de Aplicação. Segurança Jurídica. Celeridade Processual.

PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO: UMA BREVE ANÁLISE DA INGERÊNCIA ESTATAL SOBRE A AUTONOMIA SINDICAL

Autor(es):

Hanna Silvia Macêdo Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
Juliana Mousinho de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa aborda a Medida Provisória 680/15, que institui o Programa de Proteção ao Emprego pelo Governo Federal, e o Decreto nº 8.479/15, em uma visão dialética do assunto e análise da legislação e doutrina, a partir de um artigo de atualização. Discute-se o programa de incentivo à manutenção dos postos de trabalho e enfrentamento da crise econômica, através de uma pesquisa qualitativa e descritiva.

(Metodologia) Para alcançar as finalidades dessa pesquisa, foi utilizado o método lógico-dedutivo na análise do tema, partindo do papel da economia nas relações de trabalho, até chegar a um debate sobre a ingerência estatal nas negociações coletivas.

(Resultados) Observou-se que o programa para manutenção de empregos foi chancelado pelo Congresso Nacional e nos próximos dois anos funcionará como escudo de proteção contra o engessamento na economia nacional. Quanto à autonomia dos sindicatos de trabalhadores no trato com os sindicatos patronais, as questões deverão ser resolvidas analisando-se cada caso concreto, respeitando-se o ordenamento jurídico vigente e a criação de normas, que é a função precípua do Direito Coletivo. Ainda, verificou-se que a ingerência do Estado é clara e direta, uma vez que as regras, procedimentos para adesão e o próprio funcionamento da PPE serão conduzidos pelo Comitê Interministerial do Programa de Proteção ao Emprego (CPPE), encabeçado pelo ministro do Trabalho e Emprego e composto tão somente por ministros de Estado. Outrossim, pode-se afirmar que ainda é muito cedo para avaliar os benefícios reais dessa intervenção estatal na tentativa de salvaguardar os postos de trabalho, mesmo diante de reduções salariais, de jornadas de trabalho e utilização de recursos oriundos do próprio governo, como é o caso do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador, cuja principal fonte de arrecadação é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social – PIS e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, ambos criados por leis complementares.

(Conclusão) Até o final do programa, em 31 dezembro de 2017, se faz imprescindível que, concomitantemente ao objetivo principal, que é preservar os postos de trabalho e aquecer o setor produtivo, o Estado respeite a atuação sindical, as conquistas já obtidas pela classe obreira e mantenha o diálogo com as entidades representativas e os diversos setores da sociedade. A história já provou que em épocas de crise decisões unilaterais e atitudes anti-democráticas não conseguem manter uma base sustentável para o enfrentamento necessário e muito menos assegurar o desenvolvimento econômico de uma nação.

Palavras-Chave: Palavras-Chave: Estado – trabalho – sindicato

RECUSA DE TRANSFUÇÃO DE SANGUE E DIREITO DA PERSONALIDADE SOB A PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL

Autor(es):

Luiz Carlos dos Santos Corcino: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) O presente estudo tem como objetivo analisar os direitos da personalidade sob um enfoque civil-constitucional, visando abordar, especialmente, o conflito de valores albergados em nossa Constituição no que tange à recusa de se submeter às transfusões de sangue e, assim, colocando em risco à própria vida, fundamentada em crença religiosa. O trabalho discorrerá a respeito dos direitos fundamentais como um todo para uma base teórica sólida para o enfrentamento da questão específica. O conflito entre a vida e manifestação de uma crença religiosa deve ser solucionado utilizando de uma ponderação, a fim de que um não seja óbice à proteção do outro. Contudo, em situações limites, um deverá prevalecer, e afastar a incidência do outro. Vários fatores influem nesta atividade de ponderação, tais como a capacidade do agente, bem como a possibilidade de morte diante da recusa.

(Metodologia) hipotético

(Resultados) Os direitos fundamentais tem se tornado o grande fator determinante de civilizações desenvolvidas. Pode-se dizer até que o grau de desenvolvimento de uma nação mede-se a partir da constatação com que os direitos fundamentais são positivados e efetivamente protegidos. É nesse mesmo sentido a lição de Gilmar Mendes (2003: 231) quando diz que o avanço que o Direito Constitucional tem passado deve muito à afirmação dos direitos fundamentais. Há, de fato, uma separação entre Estado e Igreja. Mas isso não significa que o Estado cumpre seu papel simplesmente não impedindo que os indivíduos manifestem suas crenças. Outros dispositivos da Constituição não avalizam esse entendimento. Observem-se a respeito os artigos 210, parágrafo primeiro (O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental), bem como o direito à assistência religiosa previsto no artigo 5º (é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva). Assim, cabe ao Estado promover condições para que a liberdade de crença possa ser desenvolvida nestes ambientes.

(Conclusão) Como o tema é polemico e não há como solucioná-lo de forma peremptória a ponto de inadmitir qualquer solução em contrário, alguns entendimentos antagônicos entre si despontaram nos que se debruçaram sobre o tema. De uma lado, há aqueles que defendem que o direito à liberdade religiosa deve ser respeitado a todo custo, pois é uma escolha do paciente que tem suas crenças, suas convicções e com base nelas quer viver. Assim, alguns defendem que sua autonomia de decidir se querem ou não serem submetidos à transfusão de sangue é uma escolha livre.

Palavras-Chave: transfusao

SENSACIONALISMO MIDIÁTICO: O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA VERSUS LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO

Autor(es):

Vitória Albuquerque de Paula: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Rayane Soares Penha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN
Manoela Vitoria Mundim Paiva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Compreende-se que mídia exerce um papel fundamental na sociedade, de forma que atualiza os indivíduos diariamente acerca dos acontecimentos, alcançando uma escala mundial, possibilitando a difusão do pensamento e informação a todos, consagrando o direito fundamental e princípio constitucional da liberdade de comunicação. Porém, na esfera jurídica, a mídia vem exercendo um papel preocupante quanto à disseminação de notícias falaciosas com o intuito de vender e gerar lucro às grandes empresas, abordando de maneira sensacionalista os eventos criminosos que ocorrem diariamente no país. Mesmo com todos os indícios incriminadores em desfavor do acusado, ele ainda está protegido por outro princípio constitucional, o da presunção de inocência, que assegura o direito ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa. O princípio da presunção de inocência é de extrema importância para evitar injustiças e a aplicação indevida de sanções previstas no ordenamento jurídico. Ambos são princípios constitucionais e qualquer espécie de violação acarreta uma ameaça à Democracia, assim, apesar da participação importante da mídia em auxiliar as investigações do Estado, é preocupante o trabalho excessivo que a mídia vem exercendo na disseminação de notícias de âmbito jurídico, com informações sobre crimes, nome dos supostos responsáveis, imagens de acusados e informações que deveriam ser restringidas aos responsáveis pelo processo em trâmite.

(Metodologia) O método de abordagem é o hipotético-dedutivo onde parte-se da hipótese que a mídia pode interferir negativamente no processo penal. Quanto ao procedimento utiliza-se o método comparativo a partir de um estudo realizado com base na análise da mídia brasileira e nos princípios constitucionais. As técnicas de pesquisa do presente trabalho são legislação, anais e artigos científicos com o escopo de mostrar um olhar crítico sobre o conflito entre os dois princípios fundamentais.

(Resultados) O estudo constatou o choque entre dois princípios constitucionais que foram criados para assegurar os Direitos e Garantias Fundamentais do homem: o de liberdade de expressão e comunicação e o de presunção de inocência, presentes no artigo 5º, incisos IX e LVII. Assim, é preciso sanar o choque com coerência e equilíbrio, jamais limitando um em detrimento do outro, mas usando-os com sabedoria e entendendo que o julgamento individual é determinante para que o sensacionalismo da mídia não supere o direito à presunção de inocência com fatos falaciosos que só objetivam a venda de notícias.

(Conclusão) Conclui-se, a partir do exposto, que de um lado a Constituição Federal Brasileira assegura o direito à liberdade de expressão e comunicação, de forma que as informações possam chegar ao cidadão de maneira rápida e atualizada. Porém, na outra face há o princípio de presunção de inocência, que garante o direito do indivíduo suspeito de só ser considerado culpado após transitada a sentença, em cumprimento ao devido processo legal. As exposições exageradas de informações judiciais levam a grande população a se sentirem parte do caso e realizarem um pré-julgamento, de forma que no meio social o suspeito já é dado como culpado antes da decisão ser transitada em julgado. Nesse sentido, a liberdade de expressão exercida pela mídia deve ser norteadada pelo princípio da dignidade da pessoa humana, o que não os dá o direito de antecipar juízos de culpabilidade ou criar uma cultura de incriminação, pois irá gerar consequências negativas ao suspeito que será rotulado como criminoso antes mesmo de ser. Dessa forma, é fato que a presunção de inocência entra em colisão com a liberdade de comunicação em alguns momentos, devendo ser sanada à luz da realidade concreta, uma vez que o texto legal não possui maneiras de sanar tais conflitos principiologicos, com ponderação de valores aplicada a cada caso específico, sem que ocorra o sacrifício de um em relação ao outro.

Palavras-Chave: Presunção de Inocência; Liberdade de Comunicação; Mídia; Direito e Garantias Constitucionais; Conflito.

TOLERÂNCIA ZERO E A BANALIZAÇÃO DO MAL

Autor(es):

Alessa Sanny Lima Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN

(Introdução) A presente pesquisa tem como objetivo a análise dos fundamentos da política criminal implementada nos Estados Unidos na década de 1990 que ficou conhecida como “Tolerância Zero”, através dela se prometera o combate à violência e à desordem por meio da forte repressão aos crimes. Além disso, se analisará a perspectiva filosófica acerca da “Banalização do Mal”, expressão utilizada pela autora Hannah Arendt em sua obra intitulada “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”, quando se refere aos horrores da Segunda Guerra Mundial cometidos por oficiais nazistas legitimados pelo ordenamento jurídico vigente, com o objetivo de se fazer uma relação entre o seu sentido e os preceitos da política criminal em estudo.

(Metodologia) Diante desse objetivo traçado para encontrar a síntese que melhor responda à problemática colocada irá se examinar a política criminal da Tolerância Zero nas condições e formas que foi criada, além de estudar as críticas e construções contrárias a esta, e dos apontamentos feitos pela autora Hannah Arendt no que tange as consequências de determinado comportamento estatal. Dessa forma, utiliza-se o método dialético de pesquisa.

(Resultados) A aplicação da política criminal da Tolerância Zero foi muito bem vista nos Estados Unidos devido aos seus resultados práticos, após a sua implementação efetiva nos anos de 1990 houve a diminuição pela primeira vez depois de trinta anos da criminalidade na grande cidade de Nova York. Todavia, essa redução maciça dos índices criminais deve-se não somente a pura aplicação da teoria, mas também ao desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, a obediência incondicional às leis pode causar graves consequências para a consciência social, como retrata Hannah Arendt com o sentido da Banalização do Mal, uma vez que a subordinação e aplicação irrestrita aos ditames legais, isenta de qualquer pensamento crítico sobre seus efeitos futuros, cria e prolifera uma sociedade incapaz de promover um juízo moral acerca dos seus atos.

(Conclusão) De acordo com o trabalho e com o estudo aprofundado da política de tolerância zero, conclui-se primeiramente que a punição às transgressões penais é instrumento fundamental do Estado para se coibir a propagação da criminalidade. Todavia, a pura e simples repressão dos crimes não é o suficiente para combater o problema da violência. Nessa perspectiva é que se enxerga o que Hannah Arendt quis expor acerca da banalidade do mal, quando na tentativa quase que desenfreada de cumprir o que a lei determina os aplicadores do Direito tornam-se cegos quanto as consequências que seus atos podem tomar. Portanto, a lei por si só não é capaz de promover o desenvolvimento social nem sequer diminuir os índices de violência, a sua aplicação isenta de qualquer reflexão moral e pensamento crítico é um mal ainda maior que a sua ausência.

Palavras-Chave: Tolerância zero. Política criminal. Banalização do mal. Violência.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS NA REVISTA ÍNTIMA REALIZADA NO RIO GRANDE DO NORTE, À LUZ DA RESOLUÇÃO Nº 09/06 DO CNPCP E DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Autor(es):

Cibelli Varela da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) A resolução nº09 do CNPCP estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam a forma que a revista íntima deve ser realizada em civis, que tenham a intenção de entrar em ambiente penitenciário com fim de visitação ao apenado, em prol da segurança interna da administração penitenciária, bem como a proteção à dignidade da pessoa humana em tal procedimento. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar como os presídios do Rio Grande do Norte ferem a resolução 09/06 e o princípio da dignidade da pessoa humana por ocasião da revista íntima. Abordará o conceito da revista íntima, assim como, comparar a realização da revista íntima no RN em relação aos estados que já proibiram a revista vexatória, e apresentar pontos positivos e negativos sobre a extinção da revista vexatória.

(Metodologia) Trata-se de uma análise do sistema carcerário apoiado por uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito constitucional, direito penal e direito administrativo. Utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, tendo como resposta prévia uma hipótese. Partindo da resolução nº09 de 2006 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), em uma análise crítica ao sistema carcerário do Rio Grande do Norte. Seguida de uma pesquisa de campo, coleta de dados, entrevistas à familiares e visitantes de presos submetidos à revista íntima e, em seguida, a análise dos dados obtidos.

(Resultados) Constata-se que, com a atual situação do sistema carcerário brasileiro, princípios como o da dignidade da pessoa humana estão sendo feridos. Os procedimentos aplicados para a realização da revista são dois, o eletrônico e o manual. Por falta de investimentos em tecnologia nos presídios, a forma de revista mais comum é a manual. No entanto, de acordo com o artigo 2º da resolução número 09 do CPNPC, a revista manual só deveria ser efetivada em caráter excepcional e com fundada suspeita de caráter objetivo. Ao se tratar de “fundada suspeita” abre margem para um grande subjetivismo. No Rio Grande do Norte, segundo relatório do CNJ, o sistema carcerário está “em colapso”, dessa forma, não se tem notícia em investimento em tecnologia prisional no RN, onde a exceção se torna regra, ao se constar a revista manual sendo feita como forma única para entrada de visitantes no interior dos presídios com a finalidade de visitação. Percebe-se que, por vezes, essa revista manual torna-se vexatória, ferindo, assim, o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

(Conclusão) Conclui-se que, com uma ausência de previsão legal objetiva no que tange a revista manual, continuará permitindo o desrespeito a dignidade da pessoa humana de civis que tem a intenção de entrar nos presídios, bem como o que está exposto na resolução nº09 do CNPCP. Desta forma, é de grande necessidade uma lei com caráter objetivo para que retire do agente penitenciário a competência de decidir o que seria a “fundada suspeita” para que seja realizada a revista manual, assim como vê-se necessário um maior investimento em tecnologia nos estabelecimentos prisionais, para uma melhor proteção aos direitos dos cidadãos.

Palavras-Chave: Revista íntima; Visitas aos presídios; Direitos humanos; Violação à dignidade da pessoa humana; Revista vexatória; Tecnologia nos presídios.

“O STATUS ATIVO DA SOCIEDADE EM GARANTIR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ATRAVÉS DAS CIDADES CRIATIVAS”

Autor(es):

Renata Gondim Alecrim: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN
CAIO LUIZ DE SOUZA ARAUJO: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN

Orientador(es):

Vania de Vasconcelos Gico.: Docente do UNI-RN
Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN

(Introdução) Para solucionar de forma mais efetiva as preocupações trazidas no final do século XX pela Declaração de Estocolmo 92, foi necessário reformular a ideia concebida até então do que seria desenvolvimento sustentável e aliar o ambiental com mais duas esferas importantes: o social e o econômico. Buscando meios de garantir esse desenvolvimento equilibrado, vem à baila um marco no século XXI, as Cidades Criativas. Proporcionar uma cidade baseada na criatividade é tornar um município apto a priorizar os moradores, sua cultura e suas reais necessidades, colocando-os em posição de destaque e com voz ativa para modificarem os rumos da sua coletividade, fazendo uso de seu status ativo para com o Estado. Nesse sentido, Cidades Inteligentes surgem como um meio de efetivar garantias já expressas no ordenamento pátrio, como o caput do art. 225 da Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. Sendo assim, o objetivo desse estudo é propor Cidades Criativas como uma solução sustentável - que una as três esferas - para as cidades modernas, aliado com a necessidade de propagar maior conhecimento acerca da temática, visto que ainda é pouco debatida.

(Metodologia) Para o melhor desenvolvimento da presente pesquisa, será utilizado o método qualitativo e o dedutivo, pois partiremos do conceito e da teoria acerca das Cidades Criativas para casos práticos. Ademais, utilizaremos de técnicas exploratórias, visto que é um assunto pouco conhecido, e pesquisa bibliografia.

(Resultados) Visto que a temática é bastante recente, não vemos ainda expressões significativas nas cidades brasileiras. Porém, em outras localidades, onde o assunto já é debatido há mais tempo, fica perceptível o quanto Cidades Criativas podem proporcionar um desenvolvimento sustentável, baseado nos três pilares: ambiental, social e econômico. Sendo assim, os moradores irão ter a oportunidade de se conectarem de forma mais efetiva com o espaço em que eles estão inseridos, além de possuírem uma participação mais ativa e democrática na sua cidade, idealizado pelo status ativo, da Teoria de Jellinek. Como um claro resultado dos benefícios que essa solução pode trazer às cidades, temos Barcelona como uma das pioneiras em pensar seu território como uma Cidade inteligente. Nesse sentido, a cidade catalã priorizou a cultura local, as potencialidades de cada bairro e visou reformular sua infraestrutura, alcançando assim um desenvolvimento econômico, cultural e criativo em prol da sua população e dos turistas que a visitam.

(Conclusão) Partindo dos objetivos explanados e do resultado observado na cidade de Barcelona, conclui-se que é possível vislumbrarmos Cidades Inteligentes para o Brasil e que esse ideal de cidade tornará possível uma maior aplicabilidade no disposto pelo Art. 225, da Constituição Federal brasileira. Por conseguinte, faz-se necessário que a sociedade civil reivindique seu status ativo e torne a ser participante das decisões da sua localidade, além de fiscalizar a aplicação dos direitos também previstos pelo Estatuto da Cidade. Por fim, pensar em Cidades Criativas é pensar no bem comum.

Palavras-Chave: Cidades Criativas. Desenvolvimento Sustentável. Estatuto da Cidade. Constituição Federal. status ativo de Jellinek.

substantivo feminino

1. conhecimento atento e aprofundado de algo.
2. corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente. "homem de c."

empreendedorismo

substantivo masculino ADM MKT

1. disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios.

iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresa já existentes, ger. com alterações que envolvem inovação e riscos.

6

XVI CONIC

Empreendedorismo
e o Profissional Global

conhecimento

substantivo masculino

1. ato ou efeito de conhecer.
2. ato de perceber ou compreender por meio da razão e/ou da experiência.

PG4 - INFORMÁTICA

WHATSAPP E SEGURANÇA ENTENDENDO DIREITOS E DEVERES

Autor(es):

Patryck Hernandez Costa e Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Francisco Cidigleido Damascena Candido: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN
Lucas Lussari Aoyama: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN

Orientador(es):

Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN

(Introdução) A importância de Auditoria e Segurança de Sistemas para grandes empresas para a preservação e integridade dos seus dados e assim evitar erros humanos ou até tecnológicos. São características básicas da segurança da informação os atributos de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade. Compreende-se que informação é qualquer arquivo contendo qualquer tipo de dado e que possa ser armazenado ou transferido de alguma forma, servindo a determinado propósito e sendo de utilidade ao ser humano. O objetivo deste trabalho é estudar as cláusulas dos termos de serviços do WhatsApp e confrontar com os conceitos básicos de segurança aprendidos em sala de aula abordando todos estes conceitos.

(Metodologia) Este artigo foi desenvolvido de acordo com a cartilha de segurança para Internet, buscando discutir sobre os principais tópicos básicos de segurança discutidos em sala de aula. "Plágio e violação de direitos autorais: a cópia, alteração e distribuição não autorizada de conteúdos e materiais protegidos podem contrariar a lei de direitos autorais e resultar em problemas jurídicos e em perdas financeiras."(Cartilha de Segurança para Internet, 2012). "Alguns dos seus momentos mais pessoais são compartilhados através do WhatsApp, e é por isso que nós implementamos a criptografia de ponta-a-ponta nas últimas versões de nosso aplicativo. Quando criptografadas de ponta-a-ponta, suas mensagens, fotos, vídeos, mensagens de voz, documentos e chamadas estão seguras e não cairão em mãos erradas."(WhatsApp, 2016). De acordo com os conceitos estudados na sala de aula o WhatsApp está de acordo com as principais normas básicas da cartilha de segurança para Internet.

(Resultados) De acordo com os termos de serviços do WhatsApp nada do que você compartilhe, incluindo suas mensagens, imagens e dados de conta será compartilhado no Facebook ou em qualquer outro app da família do Facebook para que outros vejam. Isto significa que, por exemplo, mesmo que alguns de seus dados sejam compartilhados com o Facebook, estes dados não serão visualizados por usuários no Facebook. Além disso, quando você e seus contatos utilizarem a versão mais recente do aplicativo, suas mensagens serão criptografadas de ponta-a-ponta.

(Conclusão) Entende-se que ao acessar o WhatsApp para continuar ou iniciar uma conversa com seus amigos, você é surpreendido com uma mensagem piscando na tela de seu celular. Nela está a notificação para a necessidade de uma atualização dos termos de Política de Privacidade do WhatsApp. Para continuar utilizando o serviço é só clicar em "aceitar". É rápido e indolor. Transvestida em uma atualização simples e inofensiva, a mensagem apenas diz que a atualização tem como objetivo que recursos como a Chamada do WhatsApp possam ser abrangidos, mas na realidade ela guarda muito mais informações no link disponibilizado para que o usuário leia mais sobre e que, dificilmente, alguém vai ler. E é exatamente aí que mora o perigo. Na pressa e como a atualização parece ser algo banal, muita gente clica em aceitar, sem se dar conta a que realmente está se submetendo. Outro fator que contribui para esta rápida aceitação do usuário é a mensagem enfática de que a atualização deve ser aceita até o dia 25 de setembro, caso o usuário ainda queria continuar usando o serviço. Contudo, o impacto na privacidade dos usuários vai muito além disso. Embora o WhatsApp afirme que as mensagens trocadas pelo aplicativo são só do usuário e nem ele, nem o Facebook podem ter acesso devido a criptografia de ponta-a-ponta, bem como que nada que você compartilhe no mensageiro, incluindo mensagens, fotos e dados da conta serão compartilhados em outras redes, ainda assim, ter seus dados pessoais compartilhados com o Facebook, pode apresentar uma ameaça real ao controle dos usuários sobre como seus dados do WhatsApp são usados e compartilhados.

Palavras-Chave: Auditoria e segurança de sistemas de informação. Whatsapp. Grupo.